TEORIA COGNOSSISTÊMICA

DA CONSTRUÇÃO RELACIONAL PSICOSSOCIAL HUMANA

TCCR

Uma proposta teórica unificada para o *Serviço Social*

JALIN SIMUNOVIC

SOCIAL IUS
EDICIONES

Descubra uma teoria que transformará sua visão de mundo: a chave para compreender e reconstruir a trama das relações humanas

A *Teoria Cognossistêmica da Construção Relacional Psicossocial Humana* (TCCR) constitui uma proposta teórica original concebida a partir do Serviço Social, com o propósito de responder à necessidade de um marco disciplinar autônomo, coerente e sistemático. Integrando enfoques filosóficos, psicossociais, narrativos e sistêmicos, esta obra analisa como os sistemas de significado intersubjetivos configuram a experiência humana e a realidade psicossocial.

O autor introduz conceitos como o "Cognossistema", as "camadas cognossistêmicas" e o "meme cognossistêmico" como eixos analíticos para a compreensão dos processos narrativos que estruturam a vida social, possibilitando intervenções contextualizadas e teoricamente fundamentadas.

Esta obra projeta-se como uma contribuição relevante para pesquisadores, profissionais e estudantes interessados em fortalecer o Serviço Social como uma verdadeira ciência da relacionalidade humana. Com uma linguagem precisa e uma base epistemológica sólida, a TCCR oferece uma ferramenta teórica inovadora para abordar a complexidade dos fenômenos psicossociais contemporâneos.

Jalin E. Simunovic Menares

Licenciado em Serviço Social e Mestre em Direito de Família e Intervenção Familiar. Especializou-se em intervenção sistêmica e possui ampla experiência na área de intervenção psicossocial, bem como em diversas outras áreas profissionais. Além disso, atuou como docente em várias instituições de ensino superior no Chile.

SOCIAL IUS
EDICIONES

Para obter uma cópia física desta obra, você pode adquiri-la online e recebê-la com comodidade em sua casa, com envios disponíveis para todo o mundo. Escaneie o código QR a seguir para realizar sua compra:

Ou, se preferir, acesse o seguinte link:

https://acortar.link/JESM_TCCR_PORT

amazon books

Teoria Cognossistêmica da Construção Relacional Psicossocial Humana: TCCR

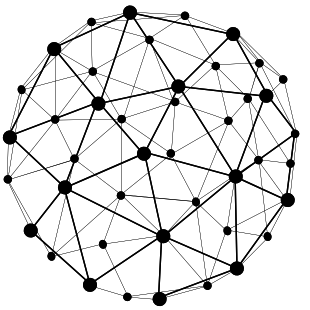
Uma proposta teórica unificada para o *Serviço Social*

Teoria

COGNOSSISTÊMICA

da Construção
Relacional Psicossocial
Humana

TCCR



Uma proposta teórica unificada para o *Serviço Social*

JALIN SIMUNOVIC

© 2025, Jalin Eliezer Simunovic Menares
jesm.theorizing.sw@gmail.com

SOCIAL IUS EDICIONES
Arica, Chile
socialiusediciones@gmail.com

Título original em espanhol: *Teoría Cognosistémica de la Construcción Relacional Psicosocial Humana: TCCR*
Autor: Jalin Eliezer Simunovic Menares
Primeira edição em espanhol, julho de 2025
Esta edição em português, julho de 2025

ISBN: 978-956-423-189-1
Número de registro Safe Creative: 2506252262671
https://www.safecreative.org/search

© Todos os direitos reservados

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, armazenada em sistemas de recuperação ou transmitida de qualquer forma, por qualquer meio, seja eletrônico, mecânico, fotocópia, gravação ou outro, sem autorização prévia e por escrito do autor.

HV40.S56 2025

Impresso por KDP Amazon

Dedicação do Autor

Este livro é dedicado a todas as
assistentes sociais e todos os assistentes sociais
do mundo que, com sua dedicação, conhecimento e
compromisso, entrelaçam dia após dia os fios de uma
profissão que não apenas acompanha, mas transforma vidas.

Deseja-se que esta obra se converta em uma verdadeira
contribuição para a construção de um Serviço Social
que venha a se posicionar, em um futuro
próximo, como a principal ciência social
do desenvolvimento e da
plenitude humana.

ÍNDICE

PREFÁCIO *19*

INTRODUÇÃO *23*

1. PROBLEMATIZAÇÃO E ESTADO DA ARTE *27*

Necessidade de um corpo teórico próprio **33**
Um vazio teórico, uma grande oportunidade para o Serviço Social 34
A construção relacional psicossocial no Serviço Social 35
Limitações dos marcos teóricos externos 36
Implicações para a prática profissional 37

Relevância para o Serviço Social multidimensional **38**
A intervenção relacional no trabalho com casos/famílias 39
A intervenção relacional no trabalho com grupos 40
A intervenção relacional no trabalho comunitário 41

A intervenção relacional na área do Serviço Social Clínico **42**
Compreendendo a construção relacional no contexto clínico psicossocial 43
Marcos teóricos nos quais se sustenta atualmente o Serviço Social Clínico 43
Intervenção clínica do Serviço Social na área familiar e nas redes de apoio 45
Desafios e oportunidades para o Serviço Social Clínico 46

Desafios e oportunidades de uma teoria própria para o Serviço Social **47**

2. COSMOVISÃO E IDENTIDADE DISCIPLINAR *49*

O que é o Serviço Social? **49**
Princípios e valores do Serviço Social **50**
1. Humanismo 50
2. Personalismo 51
3. Pluralismo 52
4. Autodeterminação 53
5. Justiça social 54

Fundamentos ontológicos e epistemológicos do Serviço Social **55**
Fundamentos ontológicos do Serviço Social 55
Fundamentos epistemológicos do Serviço Social 56

Reflexão final sobre a identidade do Serviço Social **58**

3. MARCO TEÓRICO GERAL DA TCCR 59

I. ABORDAGENS FILOSÓFICAS E SOCIOLÓGICAS 63
Abordagem fenomenológica 63
A fenomenologia transcendental de Husserl 64
O legado de Husserl 66
A fenomenologia social de Schütz 68

Abordagem da construção da realidade 74
Epistemologia da construção do conhecimento 75
Construtivismo e construcionismo social 76
Fenomenologia e construcionismo social 83

Abordagem desconstrutivista de Derrida 84
La *différance* 85
Desconstrução das narrativas socioculturais 86

A abordagem hermenêutica 87
Fundamentação teórica na metodologia hermenêutica 87
Metodologia hermenêutica e sua aplicação sociocultural 87
Importância da tradição e do contexto na hermenêutica 88
Consciência historicamente afetada 88
O círculo hermenêutico 89
Reflexões críticas e contribuições para o estudo da cultura 90

Abordagem do saber-poder foucaultiano 91
Saber-poder 91
Biopolítica e o controle das populações 92
A governamentalidade e o poder como prática de governo 93
Disciplinaridade e o panoptismo 93
O discurso e as formações discursivas 94
Arqueologia do saber e genealogia do poder 94
O sujeito e a subjetivação 94

Abordagem do poder hegemônico gramsciano 95
1. Hegemonia e consenso 96
2. Estrutura e superestrutura 98
3. Papel dos intelectuais 100

Abordagem interseccional 102
Origem e desenvolvimento 103
Principais expoentes da abordagem 103
Postulados teóricos da interseccionalidade 103
A matriz de dominação 104
Interseccionalidade: Para além do feminismo e do antirracismo 106

Abordagem da justiça social de Sen 107
O caminho para a justiça social 107

Abordagem funcionalista de Durkheim e Merton 109
Durkheim, pai do funcionalismo 109
A contribuição de Merton 110

II. ABORDAGENS RELACIONAIS PSICOSSOCIAIS 113
Abordagem sistêmica 113
A Teoria Geral dos Sistemas (TGS) 113
A TGS e a abordagem sistêmica nas ciências sociais 113
A abordagem sistêmica no Serviço Social 116
Tipos de sistemas segundo a Teoria Geral dos Sistemas 118
Características e conceitos fundamentais de um sistema 118
Ciclo vital dos sistemas abertos 121
Cibernética de segunda ordem 124
Funcionalidade e disfuncionalidade sistêmica 126
Autopoiese sistêmica e linguagem 128
Linguística sistêmico-funcional 130
Outras considerações sobre a relevância da abordagem sistêmica para o Serviço Social 134

Abordagem memética 136
A teoria memética original de Dawkins 136
A continuação do trabalho de Dawkins 137
O meme como um vírus sociocultural 138
A evolução cultural por meio dos memes 142
O DNA Cultural e os memes 143
A comunicação memética midiática 145
Conclusões gerais da abordagem memética 147

Abordagem ecossistêmica 148
A abordagem dos sistemas dentro de sistemas 148
A teoria bioecológica do desenvolvimento humano de Bronfenbrenner 150
Aplicabilidade do modelo de Bronfenbrenner ao Serviço Social 156
O modelo bioecológico e sua aplicabilidade à análise sociocultural 156
a. Microssistema e mesossistema: Espaços de interação direta 157
b. Exossistema: Influências indiretas na vida cotidiana 157
c. Macrossistema: Ideologias e valores culturais 157
d. Cronossistema: Dinâmicas temporais no desenvolvimento sociocultural 158

Abordagem da mudança psicossocial 159
Uma visão teórica ampla 159
A mudança social como processo vivo segundo a sociologia de Sztompka 160
A Teoria Delta da mudança psicossocial de Tharp 161
Aspectos gerais da teoria 161
1. Fase Beta 162
2. Fase Alfa 162
3. Fase Delta 163
O fenômeno da mudança psicossocial segundo a Teoria Delta 165

III ABORDAGENS PSICOTERAPÊUTICAS 167
A abordagem cognitivo-comportamental 167
Principais pioneiros da psicologia cognitiva terapêutica 167
Relação entre pensamento, emoção e comportamento 169
Distinções entre "pensamentos automáticos" e "crenças" 173
Modelos terapêuticos cognitivo-comportamentais (TCC) 183
O Mindfulness e as TCC 186
Modelo cognitivo pós-racionalista 190

A abordagem narrativa 198
A abordagem narrativa pioneira de Bruner 198
A terapia narrativa de White e Epston 202
A terapia cognitiva narrativa 207

Conclusões gerais do marco teórico 218

4. CONSTRUÇÃO DA PROPOSTA TEÓRICA 219

Metodologia de teorização 220
Etapa 1: Processo de abdução teórica 220
Etapa 2: Processo de dedução teórica 222
Etapa 3: Processo de indução teórica 223
Conclusão do processo metodológico em geral 225

Formulação de perguntas e hipóteses abdutivas inferenciais 227
Construção de perguntas investigativas 227

FORMULAÇÃO DE HIPÓTESES TEÓRICAS 259
Hipótese Nº 1: Existência de um suprassistema narrativo relacional ecossistêmico 259
Hipótese Nº 2: A sociedade como construção narrativa relacional cognossistêmica 260
Hipótese Nº 3: A narrativa humana como sistema aberto 261
Hipótese Nº 4: Ciclo de vida dos sistemas narrativos 261
Hipótese Nº 5: Retroalimentação emocional-narrativa 262
Hipótese Nº 6: Emoções como agentes de mudança narrativa 263
Hipótese Nº 7: Autopoiese narrativa 263
Hipótese Nº 8: Multiníveis no Cognossistema 264
Hipótese Nº 9: Interconectividade e retroalimentação narrativa 265
Hipótese Nº 10: Plasticidade narrativa 266
Hipótese Nº 11: Fricções narrativas e adaptação cognossistêmica 266
Hipótese Nº 12: Poder e hierarquias narrativas 267
Hipótese Nº 13: Inércia narrativa e estabilidade hegemônica 268
Hipótese Nº 14: O meme como veículo narrativo de incidência cultural 268
Hipótese Nº 15: Diversidade narrativa e coesão social 269

5. A TEORIA COGNOSSISTÊMICA DA CONSTRUÇÃO RELACIONAL (TCCR) 271

Introdução à TCCR 271
Proposição geral da TCCR 276

Elementos fundamentais da TCCR 280
I. O "Cognossistema" como conceito geral 280
Características fundamentais do "Cognossistema" 283
II. A "narrativa cognossistêmica" como conceito 298
1. Cognoscitividade narrativa 298
2. Sistemicidade da narrativa 300
III. A estrutura básica de um sistema narrativo 302
1. Experiência 303
2. Percepções e emoções 304
3. Contexto 306

4. Conteúdo proposicional ... 308
5. Avaliação cognitiva ... 314
6. Atitude epistêmica ... 320
7. Propósito narrativo ... 322
8. Função narrativa ... 325
IV. O ciclo vital dos sistemas narrativos ... 329
1. Etapa de surgimento narrativo ... 330
2. Etapa de desenvolvimento narrativo ... 332
3. Etapa de maturidade narrativa ... 333
4. Etapa de declínio ou transformação narrativa ... 335
5. Etapa de renovação narrativa ... 337
Conclusão geral sobre o ciclo vital dos sistemas narrativos ... 339
V. A dinâmica da mudança nos sistemas narrativos ... 339
1. Fase Beta (estabilidade) ... 340
2. Fase Alfa (crise) ... 341
3. Fase Delta (reorganização e transformação) ... 343

6. HIERARQUIA DE NARRATIVAS NA TCCR ... 347

Conceituação da hierarquia narrativa ... 347
a. Narrativas como constructos de poder: ... 348
b. Interação e conflito entre narrativas: ... 349

Conceituação do poder narrativo e sua dinâmica hierarquizadora ... 349
Dimensões do poder narrativo ... 349
Dinâmicas do poder narrativo ... 350
Fatores que determinam o poder narrativo ... 351
Intervenção e modificação do poder narrativo ... 351

Estratificação das narrativas na hierarquia cognossistêmica ... 352
- Narrativas subjugadas ... 353
- Narrativas resignadas ... 353
- Narrativas adaptativas ... 353
- Narrativas resilientes ... 353
- Narrativas desafiadoras ... 354
- Narrativas dominantes emergentes ... 354
- Narrativas hegemônicas ... 354

Dinâmica da hierarquia narrativa ... 356
a. Transformação interna dos sistemas narrativos ... 356
b. Influência de fatores externos ... 356
c. Crise e reconfiguração ... 357

Mobilidade hierárquica narrativa ... 357
Fases de deslocamento hierárquico ... 358
Descrição das fases: ... 358
Integração das fases no Cognossistema ... 360

Mecanismos de deslocamento hierárquico ... 360
a) Mecanismos ascendentes ... 361
b) Mecanismos descendentes ... 362
c) Retroalimentação horizontal e fricções narrativas ... 363

7. A DINÂMICA DE CAMADAS COGNOSISTÊMICA 365

Conceituação das camadas narrativas 365
Camadas narrativas como estratos de significados 366
Multidimensionalidade e contextualização 367
Permeabilidade das camadas 368

Interação e movimento entre camadas cognossistêmicas 369
Movimento ascendente e descendente 369
Interação horizontal entre camadas 370
Fricções e tensões entre camadas 371
Mecanismos de fricção entre camadas cognossistêmicas 372
Dinamismo e reconfiguração do Cognossistema 374

8. O "MEME" COMO VEÍCULO DE SIGNIFICADOS NA TCCR 377

Conceitualização, componentes fundamentais e tipologia memética 377
Conceito 377
Componentes meméticos fundamentais 380
Tipologia memética 382

Características fundamentais do meme cognossistêmico 384
Transmissão internarrativa 384
Capacidade de mutação memética 385
Interação e evolução memética 386
Moldeamento memético do Cognossistema 389

Funções do meme cognossistêmico 390
Difusão de narrativas 390
Integração de narrativas 391
Manutenção cronossistêmica da coerência narrativa 391
Catalisador de mudança narrativa 392

Mecanismos de transformação do meme cognossistêmico 393
a. Contextualização cultural 393
b. Mutação semântica 394
c. Uso de símbolos e metáforas 394

Interação do meme cognossistêmico com a hierarquia de narrativas 395
Ascensão de narrativas por meio de memes 396
Consolidação de narrativas hegemônicas 397
Erosão de narrativas por meio de memes 398

Conclusões gerais sobre o meme cognossistêmico 399

9. CLASSIFICAÇÃO BÁSICA DE TIPOS DE SISTEMAS NARRATIVOS 401

Sistemas narrativos intrapessoais (individuais) 403
Sistemas narrativos pessoais 403
- Sistemas narrativos identitários: 403
- Sistemas narrativos autoperceptivos: 404
- Sistemas narrativos autovalorativos: 404

Sistemas narrativos ideológicos 405
- Sistemas narrativos filosóficos: 405
- Sistemas narrativos políticos: 405
- Sistemas narrativos religiosos ou espirituais: 406

Sistemas narrativos cronológicos 406
- Sistemas narrativos valorativos do tempo: 407
- Sistemas narrativos sequenciais: 407
- Sistemas narrativos prospectivos: 408

Sistemas narrativos extrapessoais (sociais) 409

Sistemas narrativos interpessoais 409
- Sistemas narrativos familiares: 409
- Sistemas narrativos grupais: 410
- Sistemas narrativos comunitários: 411

Sistemas narrativos organizacionais 412
- Sistemas narrativos institucionais: 413
- Sistemas narrativos econômico-mercantis: 414
- Sistemas narrativos midiático-culturais: 415

Sistemas narrativos socioculturais 416
- Sistemas narrativos tradicionalistas: 417
- Sistemas narrativos moralistas: 417
- Sistemas narrativos normativistas: 418
- Sistemas narrativos juristas: 419

Conclusão geral da classificação 421

BIBLIOGRAFIA 423

PREFÁCIO

DESDE QUE ME LEMBRO, a leitura e a reflexão crítica têm sido muito mais do que um simples interesse em minha vida; têm sido o motor e a bússola que orientaram meu percurso intelectual. Essa paixão, que com o tempo se transformou em uma vocação ineludível, encontrou seu caminho formal em 2006, quando iniciei meus estudos de licenciatura em Serviço Social. Desde então, minha curiosidade não fez senão se expandir, levando-me a explorar os recantos mais complexos e fascinantes desta disciplina no âmbito das ciências sociais.

Ao longo de minha trajetória, encontrei inspiração em diversas correntes de pensamento, tecendo uma rede de influências que enriqueceram minha visão de mundo. A filosofia tem sido um pilar fundamental nessa jornada, guiando-me por meio das proposições de pensadores como Husserl, Heidegger, Gramsci, Merleau-Ponty, Sartre, Schütz e Bertalanffy. Também encontrei um manancial inestimável de ideias em autores menos difundidos, mas igualmente influentes, como von Glasersfeld, Derrida, Gadamer, Maturana, von Foerster e Dawkins.

De forma semelhante, a sociologia deixou uma marca indelével em minha formação. As contribuições de Durkheim, Merton, Mead, Luckmann, Berger, Parsons, Luhmann, Foucault, Giddens e Sztompka enriqueceram minha compreensão das estruturas sociais e dos processos que moldam nossa realidade. Cada um desses pensadores, com suas perspectivas e abordagens distintas, foi uma peça fundamental na construção de meu arcabouço teórico e na busca por respostas às perguntas que têm impulsionado meu desenvolvimento acadêmico e profissional.

A psicologia, como disciplina irmã do Serviço Social, também tem sido um componente fundamental de minha formação, oferecendo ferramentas conceituais essenciais para minhas reflexões teóricas. Nesse percurso intelectual, é necessário reconhecer a profunda influência de autores como Beck, Ellis, Meichenbaum, Bruner, Guidano, Gonçalves,

Vygotsky, Bronfenbrenner e Tharp, cujas contribuições foram decisivas para meu desenvolvimento acadêmico.

Da mesma forma, o Serviço Social, como eixo central de minha formação e prática profissional, tem sido um pilar ineludível nesse caminho. As ideias e abordagens de destacados referenciais da disciplina, como Thompson, Payne, Viscarret, Germain, Gitterman, Parton, Ander-Egg, Dominelli, Adams, Fantova, Howe, White e Fernández, entre muitos outros, enriqueceram minha compreensão da complexidade das relações humanas e do papel essencial que o Serviço Social desempenha na promoção do bem-estar e na melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Cada uma dessas influências tem alimentado meu interesse por questões essenciais para a compreensão da experiência humana em sociedade. Questões como:

- Quais princípios ontológicos e pragmáticos sustentam nossa necessidade de coexistir em comunidade?

- Por que o sentido de pertencimento e a cooperação social são elementos determinantes no desenvolvimento de nossa espécie?

- Como a vida social influencia a construção do indivíduo e de que maneira este, por sua vez, contribui para a transformação da sociedade?

Essas e muitas outras indagações, longe de serem meras especulações, têm sido o motor de minha busca intelectual e profissional, orientando meu percurso rumo à construção de um pensamento crítico e profundamente comprometido com a intervenção social.

No entanto, de todos os conceitos que captaram minha atenção, nenhum ressoou tanto quanto o de "realidade". Este tem sido um eixo central em minhas reflexões, um desafio intelectual que ocupou grande parte do meu tempo e despertou meu interesse sob múltiplas perspectivas. Sua complexidade reside na maneira como é construída, interpretada e transformada em diferentes contextos, influenciada por fatores históricos, sociais e culturais que condicionam nossa percepção do mundo.

Ao longo de minha experiência profissional, constatei que as diferentes concepções de realidade, quando abordadas de forma isolada, mostram-se insuficientes. Sentia que havia lacunas que precisavam ser preenchidas, pontes que necessitavam ser construídas para conectar esses olhares díspares. Assim, iniciei uma reflexão profunda sobre a necessidade de articular as múltiplas dimensões que constituem a realidade, identificando três pilares fundamentais em sua construção:

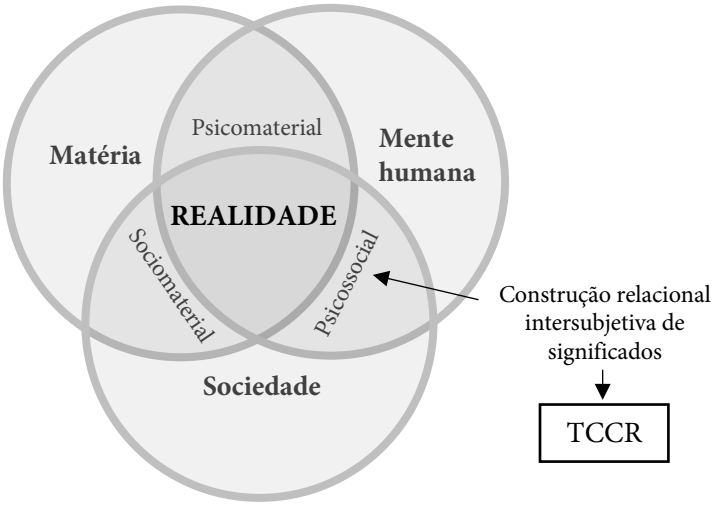
1. **A mente humana**: As percepções, emoções, cognições e experiências internas que nos permitem atribuir significado ao mundo.

2. **A sociedade**: A construção intersubjetiva da realidade, onde nossas narrativas individuais se entrelaçam com as narrativas coletivas que emergem das relações humanas.

3. **A matéria**: As realidades físicas, químicas e biológicas objetivas que fundamentam nossa existência, sendo o substrato tangível de nossas experiências e construções simbólicas.

Esses três elementos, intrinsecamente entrelaçados, estruturam nossa percepção e experiência do mundo e conformam o que denomino uma abordagem integral "psicossociomaterial". No entanto, meu interesse e compromisso profissional sempre estiveram alinhados com as ciências sociais e, em particular, com o Serviço Social. Por essa razão, decidi concentrar-me no que denomino a "interseção psicossocial", uma das três interseções-chave na interação desses elementos, tornando-se o núcleo do processo de teorização da TCCR.

Elementos psicossociomateriais da realidade



Agora, por que concentrar-me exclusivamente na dimensão psicossocial e não incluir explicitamente o elemento material? A resposta reside na própria natureza do Serviço Social como disciplina. Embora seja inegável que o material desempenha um papel fundamental na configuração da "realidade", meu propósito ao desenvolver a Teoria Cognossistêmica da Construção Relacional Psicossocial Humana (TCCR) — processo que durou quase quatro anos da minha vida — não foi construir uma teoria totalizante da realidade, mas sim uma teoria unificada que responda estrategicamente às necessidades específicas do Serviço Social e das ciências sociais.

Nesse sentido, a "interseção psicossocial" concentra-se na interação entre os processos subjetivos da mente humana e as construções intersubjetivas que emergem na vida em sociedade. É nessa interseção que a TCCR encontra seu espaço de desenvolvimento, explorando como os sistemas narrativos compartilhados (sistemas de significação intersubjetivos) não apenas refletem a realidade psicossocial, mas também a transformam, estruturando novas formas de ser e de estar no mundo.

Optei por centrar a TCCR nessa interseção porque considero que é precisamente

nesse âmbito que o Serviço Social pode oferecer sua maior contribuição teórica e prática. Ao focar no nível psicossocial, esta proposta teórica busca fornecer ferramentas para compreender como as pessoas constroem seu sentido de identidade, pertencimento e propósito por meio dos sistemas narrativos que compartilham com os outros. Essas narrativas são fundamentais para abordar problemáticas como a exclusão social, as dinâmicas familiares e as desigualdades de etnia ou gênero que, embora possuam raízes materiais, se manifestam e se perpetuam no plano das relações humanas e dos significados compartilhados.

Nesse sentido, a TCCR não pretende abarcar todos os aspectos da "realidade", mas sim oferecer um marco teórico especializado e estratégico para o Serviço Social. Espero sinceramente que este livro não apenas permita compreender a lógica subjacente a essa escolha teórica, mas também inspire novas reflexões sobre como as disciplinas sociais podem continuar evoluindo cientificamente a partir de abordagens estratégicas que integrem, de forma consciente, as dimensões mais relevantes para seus objetivos específicos. A TCCR é, em última instância, um convite a repensar o Serviço Social a partir de sua própria ontologia, colocando no centro aquilo que define sua ação: as relações humanas, os significados compartilhados e as narrativas que constroem nossa realidade social.

Arica, 2 de março de 2025

Jalin Simunovic Menares
jesm.theorizing.sw@gmail.com

INTRODUÇÃO

AO LONGO DE SUA EVOLUÇÃO HISTÓRICA, o Serviço Social sempre aspirou a desenvolver uma compreensão holística da complexidade inerente às interações humanas em sua dimensão social, estrutural e subjetiva. Como disciplina que atua na interseção entre o indivíduo e a coletividade, sua missão fundamental tem sido a otimização do desenvolvimento humano no tecido relacional da sociedade. No entanto, sua consolidação epistemológica tem sido dificultada pela ausência de marcos teóricos próprios que articulem com rigor e coerência os princípios ontológicos e metodológicos que a fundamentam. Nesse contexto, a *Teoria Cognossistêmica da Construção Relacional Psicossocial Humana* (TCCR) surge como uma proposta teórica unificada e integral destinada a suprir essa carência, ao mesmo tempo em que busca redefinir a ontologia disciplinar do Serviço Social como uma ciência social dedicada à estruturação relacional do ser humano em sociedade.

O conceito que dá nome a esta teoria não é arbitrário nem fortuito, mas resulta de uma investigação profunda sobre a própria essência do Serviço Social e seu objeto de estudo. O termo "Cognossistêmica" denota a convergência entre os processos cognitivos — em sua conceituação mais ampla e integral possível — e os processos sistêmicos, evidenciando a maneira como os indivíduos configuram sua realidade por meio de estruturas narrativas interconectadas (entendidas como matrizes da construção do significado humano intersubjetivo) que emergem e evoluem no contexto da interação social. Da mesma forma, a expressão "Construção Relacional Psicossocial" enfatiza a natureza processual e multidimensional das relações humanas, na medida em que constituem o eixo estruturante do Serviço Social. Assim, esta teoria não se restringe a uma exploração estática das estruturas sociais, mas coloca no centro da análise a dinâmica narrativa que subjaz à realidade psicossocial. Por fim, o termo "Humana" sublinha o caráter fundamentalmente antropológico da

TCCR, situando a intersubjetividade e a construção de significados como o núcleo da existência social do ser humano.

Para esclarecer o vínculo inextricável entre o Serviço Social e a TCCR, é pertinente realizar um breve exame etimológico do termo fundamental que, em grande medida, define o campo disciplinar: a palavra (em espanhol) "social". Essa análise etimológica permite rastrear suas raízes mais profundas e compreender sua relevância na construção teórica da disciplina.

Por exemplo, em espanhol, o termo "socio" [sócio] (do qual se forma o adjetivo em espanhol "social") provém do latim *socius*, que remete à ideia de "companheiro", "aliado" ou "associado". Por sua vez, *socius* deriva do verbo latino *sequor* (seguir), sugerindo a noção de acompanhamento e pertencimento em uma relação de colaboração. No direito romano, *socius* era utilizado para se referir àqueles que faziam parte de uma sociedade ou pacto comum, destacando assim uma dimensão essencialmente relacional do conceito.

Na mesma linha, a palavra em espanhol "sociedad" [sociedade] provém do latim *societas*, substantivo derivado de *socius*, que se referia a uma "associação" ou "aliança" entre indivíduos com um propósito compartilhado. Na tradição romana, *societas* era usada em contextos jurídicos e políticos para designar agrupamentos organizados de pessoas, evoluindo posteriormente para o conceito moderno de sociedade como um conjunto estruturado de relações humanas.

Por fim, o adjetivo em espanhol "social" provém do latim *socialis*, que significa "relativo à associação ou companhia" e se forma a partir de *socius* e do sufixo *-alis*, indicando pertencimento ou relação. Em seu uso original, *socialis* fazia referência a tudo aquilo que dizia respeito à vida em comunidade, às relações entre as pessoas e às normas que regem essas interações. Em consequência, esse conceito, do ponto de vista etimológico, está ineludivelmente conectado às interações humanas que configuram o tecido comunitário, a ordem normativa e os sistemas de significação compartilhada.

Na lógica do exposto anteriormente, tem-se, em consequência, que o conceito de "relacional humano" se fundamenta nessas noções etimológicas primitivas do "social", abrangendo tanto a associação voluntária quanto as interações espontâneas e estruturadas dentro de um sistema interativo humano. Nesse sentido, a partir da proposta da abordagem cognossistêmica apresentada nesta obra, pode-se argumentar que as interações sociais e os significados compartilhados dentro de uma sociedade moldam a maneira como os indivíduos percebem e gerenciam suas relações, construindo assim realidades intersubjetivas que conferem sentido e funcionalidade à vida cotidiana. Essas dinâmicas influenciam tanto a construção de significados e identidades individuais e coletivas quanto a configuração das estruturas de poder macrossociais.

Em definitivo, esta breve análise filológica busca contribuir para a compreensão de que o Serviço Social não deve ser concebido unicamente como uma disciplina técnica ou instrumental, mas que sua essência ontológica reside na configuração, mediação e transformação das tramas relacionais que constituem a realidade psicossocial. Nesse sentido, a intersubjetividade emerge como o terreno sobre o qual se constroem as identidades, os sistemas de crenças e a estruturação simbólica do mundo. Assim, o Serviço Social deveria se erguer como a ciência social da *relacionalidade humana*, comprometida com a ressignificação das narrativas que organizam a vida em sociedade. Nessa perspectiva, a TCCR representa a cristalização teórica dessa abordagem, oferecendo um marco conceitual que per-

mite sistematizar, analisar e intervir sobre os processos narrativos que moldam a experiência humana.

Ao longo dos capítulos que compõem esta obra, desenvolve-se um exame minucioso sobre a necessidade de uma teorização própria no Serviço Social, abordando as limitações inerentes à dependência interventiva de marcos analíticos exógenos e desintegrados, provenientes de disciplinas como a psicologia, a sociologia e outras ciências sociais. Argumenta-se que essa subordinação fragmentou a identidade epistemológica da disciplina, impedindo a consolidação de uma arquitetura teórica coerente e autônoma.

Em resposta a essa problemática, a TCCR articula um corpo de princípios e postulados teóricos que integram, de forma unificada e inovadora, os aportes de enfoques filosóficos e sociológicos já consolidados nas ciências sociais, como a fenomenologia social, a hermenêutica e o construcionism social; além de teorias transversais como a sistêmica e a ecológica do desenvolvimento humano; e os próprios princípios fundamentais do Serviço Social. Tudo isso com o propósito de estruturar uma base conceitual que faça justiça à especificidade da disciplina e que busque, finalmente, posicioná-la — ou ao menos colaborar com o início desse processo — como uma verdadeira ciência social autônoma.

Nesse marco, introduz-se o conceito de "Cognossistema", entendido como a unidade analítica fundamental da TCCR. Por meio desse modelo, examina-se a estrutura, a dinâmica e a evolução dos sistemas narrativos que organizam a realidade psicossocial. Argumenta-se que a construção de significados no seio desse suprassistema intersubjetivo é um processo dinâmico que envolve tanto a consolidação de narrativas dominantes quanto a emergência de relatos alternativos que disputam e reconfiguram a hierarquia simbólica estabelecida na sociedade. Essa abordagem permite compreender a inter-relação entre os níveis micro, meso e macro da realidade social, estabelecendo um marco de análise que abrange desde as experiências individuais até os discursos socioculturais que estruturam a vida coletiva.

Da mesma forma, a teoria introduz a categoria de "narrativa cognossistêmica", definida como um tipo particular de sistema de significação humana, por meio do qual os indivíduos organizam sua percepção do mundo a partir de construções semânticas que emergem na interação social. São examinados os processos de mudança narrativa, as fricções entre camadas narrativas e os deslocamentos hierárquicos dentro do Cognossistema, proporcionando um modelo teórico que permite explicar a transformação dos relatos hegemônicos e a reconfiguração dos sistemas de crenças. Ao longo dessa análise, dá-se ênfase especial à função da estabilidade narrativa como mecanismo de coesão identitária, bem como aos fatores que precipitam a disrupção e a reestruturação das narrativas dominantes.

Outro dos elementos-chave da TCCR é a formulação do conceito de "memes cognossistêmicos", entendidos como os veículos de significação por meio dos quais se transmitem, modificam e perpetuam as narrativas nos diferentes níveis do Cognossistema. Essa abordagem, inspirada na teoria memética de Dawkins, permite conceituar a evolução e a incidência cultural a partir de uma perspectiva cognitivo-sistêmica, destacando o papel dos memes na propagação e transformação de estruturas discursivas. Argumenta-se que a intervenção no âmbito do Serviço Social pode se beneficiar de uma análise rigorosa desses mecanismos, possibilitando a identificação de narrativas cristalizadas que perpetuam a desigualdade e o desenvolvimento de estratégias que favoreçam a emergência de relatos alternativos com potencial emancipador.

Em síntese, a *Teoria Cognossistêmica da Construção Relacional Psicossocial Humana*, ou TCCR, busca representar uma contribuição substancial para a consolidação epistemológica do Serviço Social, ao dotá-lo de uma estrutura teórica própria que lhe permita transcender suas limitações conceituais anteriores. A presente obra convida o leitor a adentrar-se em uma análise profunda e sistemática dessa proposta, oferecendo ferramentas metodológicas para sua aplicação na pesquisa, no diagnóstico e na intervenção no campo das relações humanas. Com isso, a TCCR busca se posicionar não apenas como uma plataforma conceitual de elevado rigor acadêmico, mas como um paradigma transformador que permita repensar a práxis do Serviço Social a partir de uma perspectiva relacional, narrativa e sistêmica.

1. PROBLEMATIZAÇÃO E ESTADO DA ARTE

AO LONGO DE SUA HISTÓRIA, o Serviço Social tem demonstrado, a cada passo, uma profunda preocupação em compreender e abordar as complexidades do mundo psicossocial no qual intervém. No entanto, em meio à sua evolução, um dos desafios mais urgentes que encontrou foi a ausência de teorias e modelos próprios que possam explicar, de forma profunda e específica, os fenômenos psicossociais a partir do âmago de sua própria disciplina. Essa carência convida à reflexão sobre a necessidade de desenvolver um marco teórico que surja a partir do Serviço Social e que fale com voz própria sobre os desafios enfrentados em sua prática interventiva cotidiana.

Ao contrário de disciplinas irmãs, como a psicologia ou a sociologia, que desenvolveram marcos teóricos robustos e reconhecidos em nível internacional, o Serviço Social tem dependido, em grande medida, da adaptação e aplicação de teorias exógenas para orientar sua prática e fundamentar suas intervenções, sem, contudo, ter conseguido desenvolver, até o momento, um corpo teórico que as articule e lhes dê uma coerência específica, útil para a causa e a perspectiva disciplinar.

Essa dependência teórica levanta uma série de problemas fundamentais. Em primeiro lugar, ao adotar teorias desenvolvidas em outros campos, o Serviço Social corre o risco de descontextualizar e simplificar os fenômenos que busca abordar. As teorias psicológicas, sociológicas ou filosóficas, embora muito valiosas e úteis, foram concebidas para responder a problemáticas específicas dessas disciplinas e nem sempre captam a complexidade da realidade social na qual os assistentes sociais atuam. Isso resultou em uma fragmentação teórica dentro do campo, onde múltiplas abordagens e modelos coexistem sem

uma integração coerente, dificultando a formulação de um corpo de conhecimento unificado e distintivo do Serviço Social.

Por exemplo, um estudo realizado em Sevilha, Espanha (2009), buscou examinar a conexão histórica entre teoria e prática no Serviço Social, bem como a forma como esses elementos se inter-relacionam no exercício diário dos profissionais. A pesquisa abrangeu o período de setembro de 2006 a junho de 2007 e foi desenvolvida em três fases: preparação, trabalho de campo e análise de dados. O estudo baseou-se em um questionário validado e em entrevistas estruturadas para coletar dados de 83 assistentes sociais em atividade, sendo 90% deles mulheres. Os resultados dessa investigação, publicados na revista *Cuadernos de Trabajo Social* da Universidade Pablo de Olavide, Sevilha, revelaram os seguintes achados (Barrera et al., 2009):

- Mais de 75% dos profissionais estudados utilizavam mais de um modelo de intervenção de forma eclética, adaptando-se aos contextos específicos de sua prática, porém sem um fio condutor claro entre os modelos (Barrera et al., 2009).

- Por outro lado, os modelos mais utilizados, segundo o estudo, incluíam principalmente abordagens individualistas, como o modelo de intervenção em crise, o modelo de caso ou de diagnóstico, o modelo centrado na resolução de problemas e, também, o modelo sistêmico; enquanto os menos utilizados incluíam o modelo ecológico, o cognitivo e o funcionalista (Barrera et al., 2009).

O estudo confirma uma das hipóteses iniciais de que os assistentes sociais tendem a utilizar uma abordagem mista em sua prática cotidiana, combinando diferentes modelos de intervenção ("mestiçagem de modelos") em função das necessidades específicas de seu contexto de trabalho. No entanto, os autores também apresentam uma crítica importante à prática disciplinar, ao apontar que esta estaria centrada em uma prática profissional cientificista — muitas vezes, uma crença ilusória e utópica compartilhada pelos próprios profissionais:

> A prática no Serviço Social deve apoiar-se em um amplo sistema de conceitos científicos que sustentem o cotidiano da intervenção; isso representa um desafio para a nossa profissão e uma utopia em muitos locais e instituições onde o Serviço Social é desenvolvido e onde atuam seus profissionais — utopia que precisa ser desmistificada, como afirma Matus […] "não se trata de superar visões passadas, mas de criticá-las recapturando seu sentido". Curiosamente, contudo, na análise e nas conclusões que apresentamos, o assistente social atualmente tende a preservar formas tradicionais de intervenção... Esses elementos nos remetem às hipóteses iniciais (Barrera et al., 2009, p. 160).

As hipóteses iniciais deste estudo foram as seguintes:

- "A forma como o Serviço Social desenvolve sua prática está estreitamente ligada às influências teóricas que recebe de outras disciplinas" (Barrera et al., 2009, p. 151).

- "A forma como o Serviço Social desenvolve sua prática está estreitamente ligada a pretensões de cientificidade da disciplina" (Barrera et al., 2009, p. 151).

- "No Serviço Social, não se costuma utilizar um único modelo de intervenção, mas sim ocorre uma mistura de modelos, fazendo uso da mestiçagem de modelos" (Barrera et al., 2009, p. 152).

Nesse sentido, os autores do estudo refletem sobre a relação entre teoria e prática no Serviço Social, enfatizando como essa profissão tem adotado e adaptado teorias e modelos provenientes de outras disciplinas das humanidades e das ciências sociais. A análise destaca a importância de dotar a profissão de rigor científico, coerência e consistência próprios — uma preocupação presente desde os pioneiros do campo, mas que ainda não se concretizou plenamente. Assinala-se que os assistentes sociais utilizam modelos de intervenção que não apenas orientam sua prática, mas também se fundamentam em teorias específicas, reforçando assim a simbiose entre teoria e prática, essencial dada a natureza interventiva da disciplina (Barrera et al., 2009). Além disso, os autores parecem indicar, de maneira implícita em suas conclusões, que a intervenção no Serviço Social responde, em grande parte, aos contextos de bem-estar social, aos marcos jurídicos e às diretrizes políticas de seus contextos imediatos — mais do que à construção de uma nova teoria científica própria.

Essa falta de desenvolvimento teórico próprio — que para qualquer profissional do Serviço Social é um fato evidente na prática — tem contribuído para certa invisibilização e subestimação da especificidade da disciplina como uma ciência social. Sem um marco teórico disciplinar que articule de maneira clara e precisa os fenômenos psicossociais a partir de uma perspectiva centrada na intervenção própria do Serviço Social, a profissão corre o risco de ser percebida como uma disciplina meramente aplicada e técnica, em vez de um campo de conhecimento com uma base teórica sólida e autônoma. Isso não apenas afeta a identidade profissional dos assistentes sociais, mas também limita sua capacidade de gerar conhecimento inovador e relevante para a intervenção em contextos sociais complexos.

Como destaca Díaz (2006), atualmente existe uma necessidade importante de especificidade no Serviço Social, pois sem ela a identidade profissional tenderá a se diluir progressivamente. O autor afirma:

> É inegável que a existência de enfoques ou visões gerais ou generalizantes presentes na profissão do Serviço Social deixaram marcas profundas, com a prevalência de uma formação onde tudo cabe, sem oferecer os resultados esperados, permeando o sistema profissional com uma "tudologia" que, apesar das mudanças curriculares promovidas pelas Unidades

> Formadoras, ainda não conseguiu ser superada. Devo confessar sem rodeios que sigo convencido da necessária especificidade do Serviço Social, apesar dos enfoques que afirmam que o social é abordado pelas ciências sociais e que a nova ordem trouxe consigo a perda das fronteiras das ciências, considerando que já não é necessário preocupar-se com o que é específico, mas sim assumir a generalidade das ciências, contribuindo com elas e nutrindo-se delas a partir da abordagem de objetos concretos de investigação e intervenção. A especificidade, do meu ponto de vista, contribui e facilita essa abordagem para assumir a complexidade e a diversidade de objetos particulares, a partir de enfoques transdisciplinares (Díaz, 2006, pp. 218-219).

O Serviço Social, segundo o autor, deve ser compreendido como uma disciplina em construção, que nutre e é nutrida por outras ciências sociais, mas que também deve preservar suas próprias especificidades e metodologias. Nesse sentido, o autor insiste ainda na importância de repensar a profissão diante dos desafios do neoliberalismo e da globalização, buscando legitimidade e fortalecendo seu papel no âmbito das políticas sociais. Além disso, assinala que há, atualmente, uma tendência a perceber o Serviço Social como uma disciplina subsidiária ou auxiliar de outras profissões, destacando que sua especificidade poderia permitir-lhe contribuir para a solução de problemas sociais a partir de uma perspectiva própria. O autor faz, assim, um chamado urgente à ressignificação da teoria e da prática do Serviço Social, o que implica o reconhecimento de seu valor e de sua especificidade no contexto das ciências sociais (Díaz, 2006).

Nessa linha, um outro estudo realizado na cidade de Nova York no ano de 2020, com um total de 20 assistentes sociais licenciadas que atuam naquela cidade, revelou que a maioria das profissionais entrevistadas utilizava regularmente teorias de caráter individualista em seu campo de atuação, como aquelas centradas na resolução de problemas, tais como as teorias psicodinâmicas, cognitivas e comportamentais. Essas teorias, segundo as autoras, têm como objetivo abordar o déficit individual e a responsabilidade pessoal, concentrando-se nos problemas mais imediatos e de curto prazo dos clientes, e não nas estruturas de base desses problemas (Teater e Hannan, 2021).

Apenas uma das assistentes sociais entrevistadas no estudo mencionou a utilização de teorias com o propósito de empoderamento e de mudança social mais ampla. Essa profissional orientava suas intervenções para a promoção da autoconsciência e do empoderamento dos indivíduos, a fim de que pudessem enfrentar e desafiar as estruturas opressivas que afetavam suas vidas. Além disso, outras duas assistentes sociais aplicaram, em alguma ocasião, teorias com um propósito explícito de mudança social, concentrando-se na transformação estrutural e na justiça social de seus clientes, adotando abordagens antirracistas e antiopressivas; no entanto, essas utilizações foram pontuais e não representavam a norma geral de sua forma regular de intervenção profissional (Teater e Hannan, 2021).

As autoras do estudo concluem que esses resultados refletem uma dissonância entre a definição global do Serviço Social — que promove a mudança social e a justiça social

como objetivos centrais — e a prática real das assistentes sociais na intervenção. Essa dissonância sugere que, na prática cotidiana, muitas intervenções sociais refletem uma tendência ao individualismo, relegando a um segundo plano as teorias orientadas para a mudança social mais ampla e estrutural (Teater e Hannan, 2021).

Como se pode observar, atualmente o Serviço Social enfrenta um desafio crucial: retornar às suas raízes e centrar-se nos objetivos fundamentais da mudança e da justiça social em suas dimensões mais estruturais. Ao longo dos anos, a disciplina tem tendido a concentrar-se em abordagens que tratam predominantemente de problemas individuais, particularmente nos âmbitos clínicos, cada vez mais populares entre os profissionais. Isso levou à proliferação de modelos teóricos que, embora valiosos no tratamento de situações particulares, muitas vezes deixam de lado as dinâmicas sistêmicas que perpetuam as desigualdades e a injustiça social nos níveis *meso* e *macro*. Existe, portanto, uma necessidade premente de desenvolver e aplicar teorias que não apenas se ocupem dos aspectos individuais do sofrimento e da necessidade, mas que também abordem, simultaneamente e de forma integral, as estruturas e os sistemas sociais que estão na base e sustentam essas problemáticas.

Ao redirecionar seu olhar para esses aspectos mais amplos, o Serviço Social pode cumprir de maneira mais eficaz sua missão de transformar a sociedade e promover um mundo mais justo e equitativo; ou seja, exige uma reorientação em direção a uma abordagem teórica mais ecossistêmica de como compreender e intervir na realidade e na problemática psicossocial da humanidade.

Em outro estudo importante, o pesquisador inglês Stephen Hicks realizou uma revisão conceitual exaustiva sobre a questão da produção e utilização de "teoria" no Serviço Social, intitulada *Theory and social work: A Conceptual review of the literature* (2016), na qual analisa a produção acadêmica entre 1968 e 2016. A partir da análise de 93 estudos fundamentais, o autor problematiza a relação entre teoria e prática na disciplina, evidenciando um debate persistente em torno de sua função epistemológica, metodológica e aplicada.

O autor adverte uma profunda heterogeneidade na conceituação de teoria dentro do Serviço Social. Enquanto algumas abordagens a definem como um corpo explicativo, outras a compreendem como um marco heurístico orientado à intervenção. Essa pluralidade deu origem a um campo de debate fragmentado, carente de uma metateoria que permita articular suas diversas dimensões epistemológicas e políticas. Hicks aponta que a ausência de um marco integrador dificulta o avanço da disciplina, ao perpetuar ambiguidades na relação entre o conhecimento teórico e a práxis profissional (Hicks, 2016).

Um dos achados mais relevantes do estudo é a escassa produção empírica sobre o uso concreto da teoria no exercício profissional. Embora existam numerosos trabalhos que examinam a relação entre teoria e prática, poucos investigaram de que maneira os assistentes sociais incorporam e produzem conhecimento teórico em seu fazer cotidiano. O autor destaca que essa deficiência investigativa limita a compreensão dos processos de construção e aplicação do conhecimento em contextos práticos, o que, por sua vez, restringe a possibilidade de articular um diálogo fluido entre a academia e o exercício profissional (Hicks, 2016).

A análise também revela a existência de uma rejeição manifesta à teoria em certos setores do Serviço Social. Algumas abordagens a consideram alheia à realidade operacional da profissão, percebendo-a como excessivamente abstrata ou elitista. Como consequência,

a teoria tem sido marginalizada em favor de enfoques mais pragmáticos. No entanto, Hicks argumenta que essa exclusão é paradoxal, dado que toda intervenção social se sustenta em premissas teóricas, mesmo quando estas não são explicitadas de forma formal. A omissão consciente da teoria, sustenta o autor, gera um vazio conceitual que dificulta a consolidação de um pensamento crítico dentro do campo profissional (Hicks, 2016).

Outra questão central identificada na revisão é a persistência da chamada "lacuna entre teoria e prática". Essa dicotomia tem sido amplamente documentada na literatura, sendo apontada como um obstáculo recorrente à aplicação do conhecimento teórico no trabalho cotidiano dos assistentes sociais. Hicks postula que essa divisão se deve, em grande medida, a uma concepção reducionista que entende a teoria como um instrumento normativo, em vez de reconhecê-la como um processo dinâmico de geração e transformação do conhecimento situado. Nesse sentido, o autor defende uma mudança de paradigma, promovendo uma visão da teoria que transcenda a mera aplicação instrumental e se oriente para uma compreensão mais contextualizada e inter-relacional (Hicks, 2016).

Por fim, o estudo examina a tendência predominante de avaliar a teoria com base em sua aplicabilidade imediata. Em muitas situações, espera-se que a teoria ofereça soluções operacionais para problemas sociais, o que tem levado a uma abordagem utilitarista que minimiza seu potencial crítico e reflexivo. Hicks adverte que essa perspectiva restringe a capacidade da teoria de questionar os pressupostos subjacentes à prática profissional e de gerar novas formas de intervenção social. Diante disso, o autor propõe a construção de uma metateoria que não apenas analise o desenvolvimento e o uso da teoria no Serviço Social, mas que também promova uma abordagem mais integradora e dialógica sobre seu papel na disciplina (Hicks, 2016).

A revisão conceitual deste estudo oferece uma análise crítica sobre as tensões inerentes à teorização no Serviço Social, destacando suas ambiguidades, desafios e oportunidades. Nela, ressalta-se a necessidade de uma reflexão epistemológica mais aprofundada sobre a produção teórica na disciplina, assim como a urgência de reconhecer a teoria como um componente essencial do exercício profissional, e não como uma abstração dissociada da prática cotidiana.

Por outro lado, a ausência de uma abordagem interpretativa no Serviço Social constitui também uma deficiência estrutural que tem dificultado a consolidação de uma epistemologia autônoma para a disciplina. Como assinala González-Saibene (2021), o Serviço Social tem oscilado entre marcos teóricos exógenos, sem conseguir uma integração substantiva da abordagem interpretativa em sua arquitetura epistemológica e metodológica. Apesar da influência de pensadores como Pierre Bourdieu, a disciplina permaneceu ancorada em uma hegemonia positivista e funcionalista que restringe sua capacidade de abordar a subjetividade e a intersubjetividade, bem como a construção de sentido nos processos de intervenção social.

Nessa perspectiva, a tradição interpretativa, sustentada nas contribuições de Wilhelm Dilthey e Max Weber, tem sido sistematicamente marginalizada, o que dificultou a formulação de uma epistemologia que priorize a construção de significado nas práticas sociais e profissionais (González-Saibene, 2021). Essa omissão se deve, em grande medida, ao predomínio de enfoques instrumentalistas que privilegiaram metodologias empiristas e quantitativas, configurando um paradigma de diagnóstico e tratamento baseado em lógicas indutivistas.

A autora propõe uma pergunta fundamental: por que, em um contexto no qual o pensamento crítico tem sido enriquecido por diversas correntes filosóficas, o Serviço Social tem postergado a incorporação da hermenêutica e da compreensão como eixos estruturantes de seu exercício profissional? Nessa linha de análise, argumenta-se que a interpretação é um componente essencial para expandir o horizonte analítico da disciplina e permitir um acesso mais profundo às dinâmicas intersubjetivas que configuram a realidade social (González-Saibene, 2021). A adoção dessa perspectiva não apenas enriqueceria a capacidade crítica do Serviço Social, mas também possibilitaria a construção de uma teoria própria, reduzindo sua dependência de paradigmas estrangeiros e fortalecendo sua identidade disciplinar.

Necessidade de um corpo teórico próprio

O Serviço Social, como disciplina centrada na intervenção social, enfrenta, portanto, o desafio de compreender e abordar de maneira integral como se constrói e como funciona a realidade psicossocial nos seres humanos. Essa construção relacional psicossocial é um processo complexo, no qual indivíduos, grupos e comunidades desenvolvem e sustentam suas percepções, identidades e relações por meio de interações dinâmicas com seu entorno social e cultural.

No entanto, embora esse processo seja fundamental para a prática do Serviço Social, a disciplina — como mencionado anteriormente — carece de um corpo teórico próprio que explique de maneira específica e profunda seu funcionamento a partir de uma perspectiva única e coerente. Por isso, o desenvolvimento de um marco teórico que aborde essa necessidade revela-se essencial, não apenas para fortalecer a base conceitual da disciplina, mas também para potencializar a efetividade e a coerência das intervenções nos níveis individual/familiar, grupal e comunitário.

Nessa mesma linha, Vílchez et al. (2018) sustentam que esse fenômeno tem sido uma constante ao longo da história da profissão. Em vez de desenvolver teorias próprias que fundamentem sua prática profissional, o Serviço Social tem recorrido principalmente à adoção e aplicação de teorias provenientes de outras ciências sociais. Essa dependência é apontada como uma limitação que dificulta sua consolidação como um campo disciplinar com autonomia científica:

> ...Desde sua fundação, o Serviço Social demonstrou especial interesse pelos princípios éticos em seu funcionamento e pelas bases epistemológicas que o sustentam. No entanto, durante o século passado, o Serviço Social limitou-se a resgatar teorias de outras disciplinas para aplicá-las à intervenção social.
>
> Sob essa premissa, e por motivos ainda difusos, o Serviço Social, em vez de produzir teoria específica para desenvolver sua prática profissional —

> como outras disciplinas de sua geração —, inclina-se pela busca e apropriação de teorias de outras áreas para aplicá-las à intervenção social. Destaca-se que, diante da ausência de teorias específicas do campo que conseguissem explicar a realidade social de seus usuários, o Serviço Social prefere utilizar teorias das ciências auxiliares, em vez de produzir as suas próprias, ao contrário de outras profissões afins que se mostram preocupadas com a revisão constante de suas bases epistemológicas (Vílchez et al., 2018, p. 37).

Como se pode observar, os autores são explícitos ao apresentar essa realidade como uma das carências epistemológicas fundamentais do Serviço Social: sua constante adesão a teorias externas, em detrimento da construção de um marco conceitual autônomo. Embora reconheçam que a disciplina tem demonstrado uma preocupação contínua com seus fundamentos éticos e epistemológicos, sua evolução tem sido marcada pela adoção, praticamente integral, de modelos teóricos oriundos de outras ciências, em vez da geração de paradigmas próprios — como ocorreu com outras disciplinas afins. Essa ausência de produção teórica endógena restringe sua capacidade de autodefinição e de análise crítica, o que evidencia a imperiosa necessidade de consolidar sua estrutura conceitual para abordar, de forma mais precisa e situada, a complexidade dos fenômenos sociais nos quais intervém.

Um vazio teórico, uma grande oportunidade para o Serviço Social

Sob uma perspectiva epistemológica e ontológica, a construção relacional psicossocial constitui um eixo fundamental para a compreensão do desenvolvimento identitário, da interpretação da realidade e da articulação dos vínculos interpessoais e comunitários. Em sua essência, esse processo representa o substrato sobre o qual se ergue a organização social em suas múltiplas dimensões. Sua manifestação não se limita à configuração subjetiva do indivíduo em seu entorno, mas também estrutura e reconfigura os sistemas sociais, culturais e políticos, operando como um mecanismo dinâmico de retroalimentação que incide na práxis individual e coletiva. No âmbito do Serviço Social, a centralidade desse conceito reside em seu potencial heurístico para a análise e intervenção sobre as dinâmicas socioestruturais, na medida em que estas afetam a produção de significados, a distribuição de recursos simbólicos e materiais e, em última instância, a equidade e a justiça social.

Apesar de sua relevância teórica e aplicada, a disciplina do Serviço Social enfrenta uma carência estrutural no que diz respeito a um corpo teórico próprio que sistematize de forma integral a construção e a operatividade da realidade relacional psicossocial. Essa lacuna epistemológica gera um cenário de fragmentação conceitual e dependência de marcos analíticos exógenos, o que limita a autonomia disciplinar e a capacidade de incidir de maneira eficaz na transformação social. No entanto, essa deficiência também abre um hori-

zonte de possibilidades para a consolidação de uma arquitetura teórica endógena que fortaleça a identidade disciplinar e proporcione maior coerência e sistematicidade à intervenção social. A formulação de um marco conceitual robusto permitiria não apenas uma maior consistência metodológica nas práticas profissionais, mas também uma contribuição substantiva ao campo das ciências sociais, posicionando o Serviço Social como um ator-chave na compreensão crítica e na reconfiguração das dinâmicas psicossociais da sociedade contemporânea.

A construção relacional psicossocial no Serviço Social

A construção relacional psicossocial no Serviço Social não pode ser concebida como um fenômeno autônomo ou atomizado, mas sim como uma dinâmica profundamente inscrita nas estruturas macro e microssociais, nos regimes de poder, nas configurações culturais e nas temporalidades históricas que moldam a experiência subjetiva e coletiva. O indivíduo, longe de ser uma entidade isolada na configuração de sua realidade, é um agente situado cuja identidade, autopercepção e posicionamento social emergem de uma trama de interações constantes com os outros e com os sistemas normativos e institucionais dos quais participa.

Essas interações não apenas modelam a estruturação simbólica de sua experiência, como também configuram os dispositivos regulatórios que definem os contornos de sua agência e de sua inscrição na ordem social. Nesse marco, os discursos hegemônicos, as narrativas coletivas e as estruturas de poder atuam como vetores que influenciam a construção do sentido de realidade, mediando as formas pelas quais os sujeitos interpretam seu entorno, respondem a contingências sociais e desenvolvem estratégias de resistência ou adaptação diante das condições impostas por seu contexto sociopolítico e cultural.

Sob a perspectiva do Serviço Social, a centralidade dos processos relacionais implica que as intervenções profissionais não podem ser reduzidas a abordagens individualistas ou comportamentais, mas devem se fundamentar em uma compreensão estrutural e processual das dinâmicas relacionais que estão na base das problemáticas sociais. Fenômenos como a exclusão social, a desagregação comunitária, os conflitos interpessoais e as crises familiares não podem ser analisados nem enfrentados sem considerar a arquitetura relacional que lhes confere sentido e permanência.

Nessa linha, a práxis do Serviço Social deve orientar-se para a identificação e reconfiguração dos padrões relacionais que reproduzem desigualdades, precarização e fragmentação social. Para isso, torna-se imprescindível uma epistemologia da intervenção que integre uma leitura complexa e multidimensional dos mecanismos de construção, reprodução e transformação da realidade psicossocial em suas diferentes escalas — desde a micropolítica da interação cotidiana até as configurações macroestruturais que moldam os sistemas de exclusão e inclusão.

Somente por meio de uma intervenção metodologicamente rigorosa, teoricamente fundamentada e estrategicamente orientada é possível incidir na reestruturação das relações sociais de modo a promover o bem-estar coletivo e o fortalecimento do tecido social em sua dimensão mais ampla.

Limitações dos marcos teóricos externos

Como já foi mencionado, ao longo de sua evolução disciplinar, o Serviço Social tem dependido criticamente de constructos teóricos provenientes de disciplinas como a psicologia, a sociologia e a antropologia para compreender a construção relacional psicossocial. Embora esses marcos tenham contribuído significativamente para a formulação de sua práxis, mostraram-se insuficientes para captar as especificidades ontológicas e metodológicas próprias do Serviço Social (Hölscher et al., 2023).

Embora, ao longo do tempo, tenha sido observado um crescimento na análise e aplicação de ideias e conceitos dentro da disciplina, especialmente no âmbito acadêmico, a profissão ainda carece de uma base teórica própria e robusta, o que levou a que, em alguns contextos acadêmicos das ciências sociais, o Serviço Social fosse descrito como uma *prática sem teoria* (Hölscher et al., 2023). Essa carência teórica tem representado um obstáculo significativo para seu posicionamento como uma ciência particular e especializada.

A psicologia, por exemplo, com seu foco nos processos intrapsíquicos e nos mecanismos cognitivos e emocionais individuais, tende a marginalizar a dimensão relacional e a intersubjetividade. Por sua vez, a sociologia, centrada na elucidação das macroestruturas e dos sistemas normativos, tende a negligenciar a imediaticidade da interação humana na construção da realidade social. Já a antropologia, embora integre uma visão holística e histórica dos processos socioculturais, enfatiza a análise comparativa e a configuração simbólica — o que nem sempre permite uma transferência direta para a práxis transformadora do Serviço Social.

Nessa perspectiva, Parton, em sua obra *Social theory, social change and Social Work* (2002) [Teoria social, mudança social e serviço social], propõe uma crítica estrutural à dependência do Serviço Social em relação a essas disciplinas, destacando como a adoção acrítica de teorias externas gerou uma subordinação epistemológica que limitou sua autonomia conceitual. Essa assimilação fragmentada tem perpetuado visões normativas que reforçam estruturas de poder sem questioná-las criticamente, restringindo o potencial disruptivo e transformador do Serviço Social. Em consequência, a disciplina tem se articulado em um marco teórico que, em grande medida, lhe é exógeno e nem sempre responde às suas necessidades específicas de intervenção e análise.

A ausência de um corpo teórico endógeno, portanto, resultou em uma utilização pragmática e utilitarista de marcos conceituais externos, nos quais se incorporam noções alheias em função de sua aplicabilidade instrumental nas práticas do Serviço Social, sem uma integração epistemológica sistemática. Isso tem levado a uma fragmentação teórica que dificulta a construção de um paradigma coerente, limitando sua capacidade de desenvolver respostas críticas e abrangentes a problemáticas sociais complexas (Parton, 2002).

Nesse sentido, o que diferencia substancialmente o Serviço Social de disciplinas afins é — em termos simples — seu caráter eminentemente pragmático e sua natureza ontologicamente ecossistêmica, o que exige um marco teórico capaz de oferecer respostas eficazes a essas duas características centrais de sua identidade profissional.

Por exemplo, enquanto a psicologia concentra-se quase exclusivamente na interioridade do sujeito, o Serviço Social enfatiza também a mediação e a transformação do entorno social como uma dimensão fundamental do bem-estar individual. Por outro lado,

em contraste com a sociologia, cujo foco está na análise estrutural e na teorização dos sistemas de organização social, o Serviço Social adota uma orientação operativa com o objetivo de incidir diretamente sobre essas estruturas. Da mesma forma, ao contrário da antropologia, que privilegia o estudo comparativo dos fenômenos culturais e suas implicações simbólicas, o Serviço Social prioriza a geração de estratégias de mudança socioculturalmente contextualizadas e sustentáveis, que promovam o empoderamento de indivíduos e comunidades em situações concretas.

Embora o Serviço Social tenha encontrado nessas disciplinas uma fonte de insumos teóricos valiosos, estes não têm sido suficientes para abordar a complexidade das dinâmicas relacionais que configuram seu campo de intervenção. Sem dúvida, a transposição acrítica desses marcos propiciou um encaixe teórico fragmentado, dificultando a consolidação de um paradigma próprio que integre de forma orgânica as interações entre os níveis micro, meso e macrossociais.

Nesse sentido, a formulação de uma teoria específica para o Serviço Social, alicerçada em uma arquitetura interdisciplinar robusta — como a proposta teórica apresentada nesta obra — revela-se imprescindível para dotar a disciplina de um marco conceitual sólido que oriente sua práxis de maneira sistemática e reflexiva. Essa consolidação permitiria superar a fragmentação epistemológica e fortalecer sua capacidade crítica para incidir de forma mais eficaz na transformação das estruturas sociais e na melhoria das condições de vida dos sujeitos com os quais trabalha.

Implicações para a prática profissional

Em consequência, o desenvolvimento de um corpo teórico próprio no Serviço Social revela-se imperativo para a configuração de modelos de intervenção que respondam com maior rigor e especificidade à complexidade dos contextos socioculturais nos quais se inscreve a prática profissional. A ausência de uma base teórica endógena tem limitado a capacidade da disciplina de articular estratégias de intervenção que transcendam os marcos conceituais tradicionais, os quais, em muitos casos, apresentam uma generalização excessiva, falta de contextualização e obsolescência em sua aplicabilidade a problemáticas emergentes.

Nesse sentido, a construção de uma estrutura teórica específica permitiria uma abordagem holística e mais refinada das realidades diversas que atravessam as comunidades humanas, promovendo uma compreensão mais sensível dos processos interseccionais que configuram a exclusão, a marginalização e as desigualdades estruturais.

A urgência de uma teorização própria torna-se especialmente relevante em contextos multiculturais, nos quais as estruturas sociais e as dinâmicas intersubjetivas apresentam configurações que desafiam os pressupostos normativos dos modelos clássicos de intervenção. A pluralidade de formas de organização comunitária, as divergências nos sistemas de valores e a presença de cosmovisões heterogêneas exigem uma adaptabilidade teórica que só pode ser alcançada por meio de um marco analítico concebido desde e para o Serviço Social.

A formulação de um paradigma que aborde a construção da realidade psicossocial a partir de uma perspectiva situada e relacional permitiria dotar a disciplina de ferramentas

metodológicas mais pertinentes para desenhar estratégias de intervenção culturalmente competentes e alinhadas com as necessidades específicas de cada grupo social. Em consequência, isso fortaleceria a capacidade do Serviço Social de gerar práticas transformadoras que sejam percebidas como legítimas e eficazes pelas comunidades às quais se dirigem.

O desenvolvimento de um arcabouço teórico próprio também permitiria transcender a aplicação fragmentária e pragmática de teorias alheias que, como já foi apontado, muitas vezes carecem de coerência epistemológica em sua integração dentro da disciplina. Uma sistematização conceitual específica para o Serviço Social possibilitaria uma análise crítica mais profunda dos fatores que perpetuam a desigualdade e proporcionaria uma base mais sólida para a elaboração de intervenções mais eficazes e sustentáveis.

Além disso, contribuiria para a consolidação do status do Serviço Social como uma disciplina científica autônoma, capaz de gerar conhecimento especializado sem depender exclusivamente de constructos teóricos importados de outras áreas do saber.

Nesse marco, a construção de um corpo teórico próprio não apenas fortaleceria a capacidade do Serviço Social de responder com maior precisão aos desafios contemporâneos, como também impulsionaria um pensamento crítico que possibilite a reconfiguração das estruturas sociais a partir de uma perspectiva transformadora. Ao desenvolver um modelo teórico enraizado nas realidades específicas das comunidades com as quais intervém, o Serviço Social poderia posicionar-se como um agente-chave no desenho e na implementação de políticas sociais inovadoras que promovam o bem-estar coletivo com base em um saber científico próprio, ao mesmo tempo reflexivo e contextualizado.

Relevância para o Serviço Social multidimensional

O Serviço Social configura-se como uma disciplina de intervenção psicossocial com uma abordagem holística e multidimensional, na qual as interações entre indivíduos, grupos e comunidades constituem o núcleo analítico e operativo para a compreensão e o enfrentamento das problemáticas sociais. Ao contrário de outras disciplinas que enfatizam análises reducionistas centradas em aspectos individuais, estruturas macrossociais ou processos cognitivos isolados, o Serviço Social reconhece a interdependência sistêmica das relações humanas e a natureza intersubjetiva da construção da realidade social. Esse reconhecimento exige uma abordagem teórica que não apenas integre múltiplas dimensões do fenômeno social, mas que também possibilite uma leitura crítica das dinâmicas de exclusão, vulnerabilidade e transformação estrutural em distintos contextos socioculturais.

A construção de um marco teórico específico para o Serviço Social não apenas contribuiria para superar a fragmentação teórica e conceitual que o tem caracterizado desde seus primórdios, como também fortaleceria sua legitimidade como disciplina científica com um campo de conhecimento próprio dentro das ciências sociais. Ao dotar a disciplina de um arcabouço teórico robusto e coerente, tornar-se-ia possível o desenvolvimento de estratégias de intervenção multidimensionais mais eficazes e ajustadas aos desafios contemporâneos.

Além disso, uma base teórica própria permitiria um diálogo mais equitativo com outras disciplinas afins, evitando a subordinação epistemológica e promovendo a geração

de conhecimento relevante com uma abordagem interdisciplinar. Dessa forma, o Serviço Social poderia consolidar seu papel como um agente transformador fundamental na formulação de respostas integradas às problemáticas sociais atuais.

A intervenção relacional no trabalho com casos/famílias

A intervenção no Serviço Social no nível de casos individuais e famílias tem sido tradicionalmente abordada a partir de uma perspectiva relacional, na qual se busca compreender e transformar as interações interpessoais que configuram os problemas individuais e familiares. Considerando que a estrutura e a funcionalidade familiar desempenham um papel determinante no desenvolvimento psicoemocional e social de seus integrantes, dinâmicas disfuncionais podem gerar repercussões significativas no bem-estar de todos os membros do sistema.

Nesse contexto, o profissional do Serviço Social necessita de um marco teórico-prático que lhe permita analisar com rigor as interdependências existentes entre os padrões de comunicação, as estruturas de poder, as expectativas mútuas e as narrativas dominantes que modulam a experiência subjetiva e social dos indivíduos no âmbito familiar.

Uma abordagem relacional na intervenção com casos individuais e familiares não apenas otimiza a resolução de conflitos, como também permite o fortalecimento dos vínculos afetivos e a construção de resiliência nos diferentes níveis do sistema familiar. Essa metodologia adquire especial relevância em contextos de crise, como violência intrafamiliar, dependências químicas ou disfunção parental, nos quais as estruturas relacionais precisam ser reconfiguradas para garantir condições de segurança e bem-estar psicossocial para todos os membros do grupo familiar.

No entanto, para que a intervenção vá além da resolução imediata da crise, é indispensável desenhar estratégias que visem ao fortalecimento da autonomia e da capacidade adaptativa dos sujeitos, com o objetivo de promover mudanças sustentáveis e funcionais a longo prazo.

Apesar da relevância da abordagem relacional na prática profissional, nesta dimensão interventiva específica do Serviço Social, a ausência de um corpo teórico próprio que a fundamente pode limitar a capacidade dos profissionais de abordar adequadamente a complexidade das interações familiares e das variáveis socioculturais que as atravessam.

Consequentemente, torna-se necessário o desenvolvimento de um marco teórico robusto que articule de forma sistemática os princípios da intervenção relacional humana, permitindo aos assistentes sociais avaliar criticamente a eficácia de suas estratégias e adaptar suas metodologias conforme as necessidades emergentes das famílias. Esse processo, por sua vez, contribuirá para a consolidação de uma prática profissional mais reflexiva, fundamentada em evidências e alinhada com as exigências contemporâneas do Serviço Social.

A intervenção relacional no trabalho com grupos

A intervenção do Serviço Social na dimensão grupal exige uma análise exaustiva das dinâmicas interacionais que emergem nesses contextos, bem como dos fatores que incidem na configuração, manutenção e transformação das relações intragrupais. Os grupos podem constituir tanto uma rede de apoio essencial para o desenvolvimento dos indivíduos quanto um espaço de reprodução de desigualdades estruturais e exclusões sociais.

Nessa perspectiva, a adoção de uma abordagem relacional na práxis do Serviço Social revela-se fundamental para desconstruir os mecanismos de interação que favorecem ou inibem a coesão grupal, a identidade coletiva e a agência de seus integrantes.

Em contextos como grupos de apoio, terapêuticos ou comunitários, as relações interpessoais podem condicionar de maneira significativa a eficácia da intervenção social. Fatores como a distribuição de poder, a atribuição de papéis, os canais de comunicação e os níveis de participação são determinantes para a criação de um ambiente inclusivo e funcional.

Uma abordagem relacional própria do Serviço Social permite tratar esses elementos a partir de uma compreensão holística e contextualizada, oferecendo ferramentas analíticas e metodológicas para a facilitação de processos grupais orientados para a equidade, a inclusão e o empoderamento coletivo. Além disso, a exploração dos fatores que fomentam o sentido de pertencimento e a consolidação de redes de apoio é essencial para garantir que a intervenção social transcenda o nível imediato e se inscreva em um processo de transformação sustentada.

A abordagem grupal no Serviço Social adquire especial relevância em contextos caracterizados pela diversidade cultural, social e econômica de seus integrantes. Nesses casos, torna-se imperativo elaborar estratégias de intervenção que não apenas reconheçam e validem as diferenças individuais, mas que também promovam um diálogo intercultural que favoreça a criação de espaços de interação equitativos e participativos.

A implementação de metodologias flexíveis e adaptativas permite minimizar os riscos de fragmentação e segmentação, fortalecendo a construção de uma identidade grupal inclusiva e o desenvolvimento de mecanismos de cooperação entre os membros.

Portanto, um marco teórico relacional específico para a intervenção grupal no Serviço Social possibilitaria a formulação de estratégias que potencializem a integração e a coesão em contextos diversos, evitando a reprodução de estruturas excludentes e promovendo o exercício de uma cidadania participativa.

Além disso, a incorporação de ferramentas de avaliação rigorosas permitiria não apenas medir os efeitos da intervenção grupal, mas também retroalimentar o processo de elaboração e execução das estratégias implementadas, otimizando sua eficácia e sustentabilidade ao longo do tempo. Dessa forma, o Serviço Social poderia consolidar sua capacidade de intervir em cenários de alta complexidade, favorecendo a configuração de comunidades mais equitativas, democráticas e solidárias, nas quais a cooperação e o desenvolvimento coletivo se constituam como princípios orientadores da dinâmica social.

A intervenção relacional no trabalho comunitário

Por fim, a intervenção na dimensão comunitária do Serviço Social orienta-se para a reconfiguração das estruturas de poder e das relações sociais que delimitam a vida comunitária. As comunidades, concebidas como espaços de construção de identidades coletivas e de geração de capital social, operam dentro de uma rede de interações complexas que podem tanto facilitar quanto restringir a participação cidadã e o acesso equitativo a oportunidades de desenvolvimento.

Nesse sentido, uma abordagem relacional no Serviço Social revela-se imprescindível para desvendar os mecanismos por meio dos quais os atores comunitários (indivíduos, grupos, organizações e instituições) interagem, incidindo sobre a coesão social, a inclusão e a capacidade da comunidade de enfrentar desafios coletivos. A capacidade de agência de uma comunidade está intrinsecamente mediada por fatores estruturais, tais como o desenho de políticas públicas, o acesso a recursos, a governança local e a organização sociopolítica interna, o que ressalta a necessidade de elaborar estratégias de intervenção integrais e sustentáveis.

O Serviço Social comunitário busca fortalecer os laços intracomunitários, potencializar a participação nos processos de tomada de decisão e promover um tecido social baseado na solidariedade e na justiça distributiva. No entanto, alcançar esses objetivos exige uma análise aprofundada das estruturas de poder, das dinâmicas de colaboração e conflito, assim como das redes de interdependência que configuram a comunidade.

Identificar esses elementos permite elaborar estratégias de intervenção que favoreçam a inclusão dos diversos atores comunitários e minimizem os riscos de fragmentação social. Nesse contexto, é essencial que as metodologias implementadas não apenas respondam às problemáticas imediatas, mas também promovam a consolidação de capacidades comunitárias para a gestão autônoma de seus processos de transformação social e desenvolvimento sustentável.

Nessa perspectiva, o Serviço Social comunitário transcende a mera resolução de conflitos ou a distribuição de recursos, posicionando-se no marco de uma intervenção transformadora que promova espaços de participação democrática, redes de apoio recíproco e a valorização de uma cultura baseada em direitos humanos e equidade social. Isso implica a articulação de abordagens interseccionais que considerem a relação entre as dimensões micro (interações individuais e grupais) e macro (estruturas políticas, econômicas e sociais), permitindo intervenções com maior capacidade de incidir sobre os determinantes estruturais da exclusão e da desigualdade.

A configuração de um corpo teórico relacional específico no Serviço Social é fundamental para enfrentar os desafios associados à inclusão social e à justiça comunitária. Isso implica a necessidade de elaborar estratégias de intervenção que reconheçam as particularidades históricas, culturais e políticas de cada comunidade, evitando a reprodução de modelos intervencionistas homogeneizantes que desconsideram a especificidade dos contextos locais. Nesse sentido, a inovação metodológica e a adaptabilidade das estratégias de intervenção são elementos-chave para garantir sua eficácia em diferentes cenários comunitários, possibilitando uma abordagem situada e contextualizada que fortaleça as estruturas de participação e governança local.

Desse prisma, o Serviço Social comunitário constitui-se não apenas como mediador de conflitos ou facilitador de recursos, mas como um ator-chave na transformação das estruturas de desigualdade e exclusão que persistem no âmbito comunitário. A construção de comunidades resilientes, equitativas e participativas depende, em grande medida, da capacidade dos profissionais do Serviço Social para impulsionar processos de mudança estrutural que promovam a cooperação e a participação ativa dos diversos atores comunitários. Para isso, é necessária uma formação teórica e prática rigorosa, que forneça aos profissionais ferramentas para o desenho, a implementação e a avaliação de intervenções orientadas não apenas à resolução de necessidades imediatas, mas também à configuração de estruturas comunitárias sustentáveis e socialmente justas.

A intervenção relacional na área do Serviço Social Clínico

O Serviço Social Clínico configura-se como um campo de intervenção especializado do Serviço Social, voltado para o atendimento de indivíduos e famílias que enfrentam problemáticas complexas no âmbito da saúde mental, do bem-estar emocional e da funcionalidade psicossocial. Longe de se restringir a uma abordagem tradicional centrada na psicoterapia ou na intervenção individualizada, o paradigma relacional surge como um referencial conceitual e metodológico fundamental para compreender a multidimensionalidade dos desafios clínicos presentes nesse contexto. Nesse sentido, o Serviço Social Clínico reconhece que as manifestações sintomáticas e as disfuncionalidades psicoemocionais não podem ser abordadas de forma isolada, mas devem ser analisadas à luz das redes de vínculos, das interações familiares e dos sistemas de apoio social que compõem o entorno do sujeito.

Sob uma perspectiva relacional, a intervenção clínica não se limita à subjetividade do indivíduo, mas incorpora uma visão ecológica que considera a interdependência dos diferentes níveis de interação social nos quais sua experiência de sofrimento está inserida. Essa abordagem permite superar a visão reducionista do mal-estar psíquico como uma questão meramente individual e recolocá-lo na rede de significados, relações e estruturas que influenciam sua gênese e perpetuação. Assim, o trabalho do profissional de Serviço Social Clínico não se restringe à aplicação de estratégias psicoterapêuticas diretas, mas também envolve a articulação de processos de mediação, a reconfiguração de dinâmicas familiares e o fortalecimento de redes de apoio comunitário.

Em consequência, a adoção de uma abordagem relacional na práxis clínica possibilita a formulação de estratégias de intervenção mais integrais e contextualmente pertinentes para o Serviço Social. Em vez de operar a partir de uma lógica fragmentada, essa abordagem promove uma perspectiva holística que considera a totalidade dos fatores psicossociais que afetam o bem-estar do sujeito. Dessa forma, o Serviço Social Clínico se configura como uma disciplina que não apenas responde à sintomatologia individual, mas também promove processos de transformação nas dinâmicas relacionais e nas estruturas de apoio, favorecendo respostas terapêuticas mais sustentáveis e adaptadas à especificidade de cada caso.

Compreendendo a construção relacional no contexto clínico psicossocial

Como foi mencionado anteriormente, o Serviço Social na área específica da saúde mental (área clínica) insere-se dentro de um marco epistemológico inevitavelmente relacional, onde a recuperação individual é compreendida como um processo de construção intersubjetiva dentro de sistemas dinâmicos de interdependência psicossocial. Na obra *Social Work in mental health: Contexts and theories for practice* [Serviço social em saúde mental: Contextos e teorias para a prática], editada por Abraham Francis (2014), sustenta-se que a cura, vista a partir desta especialidade, não é um fenômeno unidirecional nem autônomo, mas sim uma articulação dialógica entre sujeitos, mediada pela práxis profissional, pelas redes de apoio e pelo contexto comunitário. Nesse sentido, o Serviço Social Clínico não pode ser reduzido à avaliação sintomática ou a intervenções individuais atomizadas; ao contrário, exige uma perspectiva sistêmica que integre a estrutura e a qualidade dos vínculos interpessoais como determinantes centrais do bem-estar psicossocial.

Sob uma perspectiva crítica, o Serviço Social Clínico enfatiza a reciprocidade e a mutualidade como princípios orientadores da intervenção, evitando reducionismos tecnicistas que descontextualizem a experiência subjetiva da pessoa. Na obra anteriormente mencionada, argumenta-se que a práxis do Serviço Social em saúde mental deve integrar dimensões ético-políticas, promovendo a reflexividade, a agência e a resiliência do profissional como elementos-chave na co-construção do processo terapêutico (Francis, 2014). A relação terapêutica, nesse contexto, é concebida não apenas como um espaço de acolhimento e acompanhamento, mas também como um dispositivo de transformação estrutural na realidade psicossocial do sujeito.

Da mesma forma, a prática do Serviço Social Clínico deve orientar-se por uma abordagem emancipatória que reconheça a agência do sujeito na produção de sua própria narrativa identitária. Nesse sentido, essa especialidade profissional não exerce uma função de concessão de poder, mas atua como facilitadora na geração de processos que permitam a reconfiguração do posicionamento social do indivíduo, promovendo sua participação ativa na tomada de decisões e na ressignificação de sua trajetória de vida. Esse modelo, ao distanciar-se de enfoques assistencialistas e paternalistas, privilegia uma perspectiva de autonomia progressiva, na qual o sujeito emerge como autor e agente de seu próprio processo terapêutico (Francis, 2014).

Marcos teóricos nos quais se sustenta atualmente o Serviço Social Clínico

O Serviço Social Clínico, em sua fundamentação ontológica, configura-se indiscutivelmente como uma práxis profissional centrada na articulação da construção relacional humana e na elaboração de significados intersubjetivos na intervenção das problemáticas psicossociais. Historicamente, tem sustentado seu desenvolvimento teórico-metodológico em marcos conceituais predominantemente exógenos à disciplina, os quais permitiram examinar a complexidade das interações humanas e sua incidência no bem-estar subjetivo e coletivo. No entanto, essa incorporação paradigmática tem operado a partir de enfoques

epistemológicos frequentemente díspares, o que gerou fragmentação conceitual e a ausência de um marco integrador que conceda coerência e sistematicidade à análise e à intervenção em contextos clínicos.

De acordo com a obra *Discovering theory in clinical practice. A casebook for clinical counseling and social work practice* [Descobrindo a teoria na prática clínica: Um estudo de caso para prática de aconselhamento clínico e serviço social], editada por Rhonda Peterson e Michelle R. Evans (2021), um dos principais marcos teóricos utilizados pelo Serviço Social Clínico tem sido a Teoria dos Sistemas, a qual oferece uma conceituação holística que permite analisar a interdependência inerente às relações humanas em diversas estruturas socioculturais, como a família, as redes de apoio e as instituições comunitárias. Essa teoria enfatiza, fundamentalmente, que os sujeitos não existem em isolamento, mas estão inseridos em sistemas interconectados cujas configurações e lógicas operativas condicionam suas trajetórias de vida e seus processos de significação da realidade. Nesse sentido, os sistemas podem atuar tanto como facilitadores do desenvolvimento pessoal quanto como fatores de vulnerabilidade, modulando a construção de significados e as formas como os indivíduos se relacionam com seu entorno imediato.

Do mesmo modo, o Serviço Social Clínico também tem sido influenciado pela Teoria Relacional-Cultural (TRC), a qual postula que a identidade e a subjetividade emergem e são reconfiguradas no seio das interações interpessoais, nas quais as relações de poder e as estruturas de dominação desempenham um papel determinante. Segundo essa abordagem, o isolamento e a fragmentação do tecido social constituem fontes de sofrimento psicossocial, enquanto as relações fundamentadas na autenticidade e na reciprocidade potencializam a agência individual e a mudança social. Adicionalmente, esse enfoque exige que os profissionais do Serviço Social Clínico adotem um olhar reflexivo sobre as estruturas de poder presentes nas interações humanas, uma vez que estas influenciam a configuração da realidade e a construção de sentido por parte dos sujeitos (Peterson & Evans, 2021).

Por fim, outra abordagem importante desta especialidade do Serviço Social tem sido a Terapia Narrativa, um modelo psicoterapêutico que trata da ressignificação das experiências subjetivas por meio da reconstrução dos relatos de vida. Essa perspectiva sustenta que a forma como os indivíduos estruturam discursivamente suas experiências determina sua percepção de si mesmos e do ambiente, configurando, assim, sua identidade e suas estratégias de enfrentamento. Sob essa ótica, o processo terapêutico orienta-se a facilitar um exercício de reescrita narrativa que favoreça a transformação de significados, promovendo, assim, uma maior autodeterminação e um desenvolvimento psicossocial mais harmônico (Peterson & Evans, 2021). Essa abordagem fundamental do Serviço Social Clínico possibilita que os sujeitos assumam um papel ativo na reelaboração de suas histórias de vida, atribuindo novo sentido às suas trajetórias e favorecendo seu empoderamento.

Em definitivo, esses marcos teóricos representam os principais eixos paradigmáticos sobre os quais o Serviço Social Clínico tem estruturado seu desenvolvimento como especialidade nos últimos tempos. Sua finalidade tem sido a otimização do bem-estar dos sujeitos por meio da consolidação de relações intersubjetivas saudáveis e da co-construção de significados compartilhados. Por meio de estratégias de intervenção orientadas à reconfiguração dos sistemas sociais nos quais os indivíduos estão inseridos, ao fortalecimento de vínculos fundamentados na reciprocidade e à ressignificação de estruturas narrativas subjetivas, o Serviço Social Clínico se posiciona como um dispositivo chave na dinamização de processos de mudança com repercussões tanto no nível micro quanto no macrocontexto

social.

Apesar desses avanços, a especialidade, assim como a disciplina como um todo, tem carecido de um arcabouço teórico integrador e unificador, capaz de articular eficazmente as diferentes abordagens em um marco epistemológico coerente, holístico e endógeno. A ausência dessa estrutura limita o aprofundamento de sua identidade disciplinar, sua consolidação como campo científico especializado e sua capacidade de gerar uma teoria compreensiva e interpretativa dos fenômenos psicossociais, que amplifique seu alcance no âmbito da saúde mental.

Intervenção clínica do Serviço Social na área familiar e nas redes de apoio

No contexto clínico, o Serviço Social relacional deve se situar em um marco teórico que reconheça, de forma elementar, a interdependência de sistemas como a família e as redes de apoio social como fatores determinantes nos processos de saúde e doença. A família, como sistema relacional dinâmico e em constante reorganização, pode se constituir simultaneamente em um fator de vulnerabilidade ou em um recurso de resiliência, modulando a trajetória dos processos clínicos por meio de mecanismos de co-regulação emocional, dinâmicas de poder e estruturas comunicacionais.

A partir de uma perspectiva relacional, a intervenção do assistente social clínico deve se orientar para a identificação e reconfiguração de padrões disfuncionais de interação, promovendo a construção de narrativas familiares que favoreçam a agência dos sujeitos e a co-construção de significados voltados para o bem-estar. Da mesma forma, a articulação estratégica das redes de apoio fortalece a capacidade de enfrentamento do indivíduo e de seu entorno, consolidando uma ecologia social que favoreça processos sustentáveis de mudança e recuperação.

Nessa lógica, na obra *Mental health and social work* [Saúde mental e serviço social], editada por Rosaleen Ow e Abner Weng Cheong Poon (2020), sustenta-se que, no contexto da desinstitucionalização dos serviços de saúde mental, as famílias assumiram um papel preponderante na provisão de cuidados a pessoas com transtornos mentais graves. Essa mudança estrutural exigiu a reformulação dos paradigmas de intervenção social, posicionando a família como um núcleo central na dinâmica do tratamento e da recuperação.

Nessa mesma linha, a partir de uma abordagem sistêmica, têm emergido modelos de intervenção familiar em diversos contextos internacionais, destacando-se experiências nos Estados Unidos e na Austrália que priorizam a inclusão do grupo familiar na arquitetura dos serviços de saúde mental. Essas abordagens permitem avaliar e abordar as necessidades multidimensionais da família, promovendo inclusive a participação ativa de crianças do grupo familiar, quando isso é pertinente. Nesse sentido, é um fato comprovado que a articulação entre os agentes familiares e as equipes interdisciplinares de atenção em saúde mental constitui um fator-chave na consolidação de processos de recuperação eficazes e sustentáveis (Ow & Poon, 2020).

As redes de apoio social, por sua vez, erguem-se também como dispositivos fundamentais na trajetória de recuperação de pessoas com transtornos mentais. Essas redes, formadas por familiares, amigos e outros cuidadores, fornecem recursos essenciais para a

gestão do lar, o cuidado infantil e o suporte emocional em situações de crise. Nesse sentido, o Serviço Social Clínico tem como missão fomentar uma abordagem inclusiva que promova a participação ativa de atores significativos na vida dos(as) clientes, facilitando um ambiente de acolhimento e estabilidade que otimize os processos de reabilitação psicossocial (Ow & Poon, 2020).

Em conclusão, no âmbito do Serviço Social Clínico, a adoção de uma abordagem relacional de intervenção é imperativa para superar as limitações das perspectivas psicologizantes reducionistas, as quais concebem o cuidado em saúde mental a partir de uma ótica exclusivamente individualista e intrapsíquica. A complexidade inerente aos processos de bem-estar e qualidade de vida exige um modelo terapêutico ecossistêmico e integral que contemple a multidimensionalidade da construção intersubjetiva da realidade.

Nesse marco, reconhece-se que as problemáticas em saúde mental não podem ser abordadas de forma fragmentada, mas devem ser situadas no entrelaçamento das dinâmicas familiares, redes de apoio, estruturas socioeconômicas e contextos comunitários que configuram a experiência humana em sua totalidade. O desenvolvimento de um paradigma terapêutico com essa orientação potencializaria significativamente a especialização do Serviço Social Clínico, proporcionando-lhe uma arquitetura teórica e metodológica robusta para intervir na complexidade das configurações psicossociais contemporâneas, assegurando uma abordagem integral que responda às múltiplas camadas de determinação da subjetividade e do bem-estar social.

Desafios e oportunidades para o Serviço Social Clínico

Como se pôde observar, a consolidação do Serviço Social Clínico como uma especialidade com identidade epistemológica e metodológica própria — assim como a disciplina em geral — requer, indiscutivelmente, o desenvolvimento de um modelo terapêutico sistêmico-relacional que supere as limitações impostas por enfoques psicologicistas e biomédicos. Esse modelo deve fundamentar-se em uma perspectiva que reconheça sempre a saúde mental como uma construção intersubjetiva influenciada por múltiplos níveis de determinação, desde as dinâmicas individuais e familiares até as estruturas sociais macrocontextuais.

Um dos principais desafios reside na necessidade de construção de uma abordagem especializada que proporcione aos assistentes sociais clínicos ferramentas teóricas e metodológicas tanto robustas quanto flexíveis. A incorporação de paradigmas sistêmicos e relacionais na prática clínica exige não apenas o domínio de modelos de intervenção baseados na complexidade, mas também a capacidade de articular estratégias terapêuticas que integrem a dimensão intersubjetiva do sofrimento psicossocial. A integração das dimensões interventivas com famílias, grupos, redes de apoio e a própria comunidade, assim como a aplicação de metodologias de análise narrativa e dinâmico-relacional, torna-se fundamental para a efetividade dessa abordagem disciplinar própria.

A inserção do modelo terapêutico sistêmico-relacional nos dispositivos de atenção à saúde constitui outro desafio crucial, uma vez que esses ainda operam sob lógicas biomédicas e reducionistas, priorizando intervenções individualistas centradas no tratamento sintomático, negligenciando a compreensão dos problemas psicossociais a partir de uma

perspectiva relacional e estrutural (Ow & Poon, 2020). Nesse sentido, a consolidação do Serviço Social Clínico exige uma atuação ativa nos espaços de tomada de decisão para redefinir os marcos normativos e as políticas públicas, promovendo a inclusão de enfoques terapêuticos que transcendam o reducionismo clínico tradicional; para isso, torna-se urgente um avanço acadêmico-científico da profissão nesse campo.

Sem prejuízo de tudo o que foi exposto anteriormente, o desenvolvimento de um modelo terapêutico sistêmico-relacional, baseado em um enfoque teórico próprio da profissão, representa uma oportunidade crucial para a especialização do Serviço Social Clínico. Ao conceber a saúde mental como um fenômeno relacional e contextualmente determinado, esse enfoque permitiria uma intervenção mais integral e transformadora, orientada não apenas para a mitigação de sintomas, mas para a reconfiguração dos sistemas de interação que perpetuam o sofrimento psicossocial. Além disso, fomentaria uma práxis centrada na co-construção de soluções com os sujeitos da intervenção, promovendo sua agência e participação ativa no processo terapêutico.

Em síntese, a consolidação do Serviço Social Clínico como um campo especializado exige a formulação de um modelo terapêutico que o posicione com identidade própria no âmbito da saúde mental. Para isso, é imprescindível estimular a pesquisa e a construção de enfoques sistêmico-relacionais no meio acadêmico, gerar evidências empíricas sobre a efetividade desses modelos interventivos e influenciar as políticas públicas na área. Somente por meio de um processo endógeno de construção teórica e metodológica, o Serviço Social Clínico poderá consolidar-se como um ator-chave na transformação dos paradigmas de atenção em saúde mental, assegurando intervenções mais integrais e contextualizadas na realidade dos sujeitos e de seus contextos.

Desafios e oportunidades de uma teoria própria para o Serviço Social

Em definitiva, e de maneira geral, o desenvolvimento de um paradigma teórico relacional próprio no Serviço Social constitui uma empreitada de alta complexidade epistêmica, que demanda uma abordagem interdisciplinar e uma sistematização rigorosa de conhecimentos provenientes de diversos campos, tais como a psicologia, a sociologia, a antropologia, a teoria de sistemas e até mesmo a tão negligenciada área da filosofia. Nesse sentido, a construção de um marco teórico implica não apenas um exercício de integração conceitual, mas também uma reelaboração heurística que garanta sua coerência interna e sua adequação aos princípios epistemológicos e axiológicos do Serviço Social. Tal empreitada requer, ainda, uma reflexão crítica sobre os mecanismos de tradução teórico-prática que permitam uma aplicabilidade efetiva nos diversos cenários de intervenção social.

Um dos principais desafios nessa direção é a concepção de modelos operacionais que viabilizem a aplicação do enfoque relacional na práxis profissional do Serviço Social. Esse processo exige a configuração de metodologias de avaliação robustas, o desenvolvimento de estratégias de intervenção alinhadas a uma ontologia relacional e a formulação de dispositivos de monitoramento que permitam a avaliação contínua de sua eficácia e pertinência. Tais ferramentas devem ser concebidas com base em princípios de adaptabilidade e flexibilidade, garantindo sua operacionalidade em contextos sociais diversificados e em

populações com necessidades diferenciadas. Ademais, é fundamental que esses dispositivos favoreçam a articulação multinível entre as dimensões micro, meso e macro da intervenção social, promovendo uma coerência teórico-prática na operacionalização do enfoque relacional.

Apesar dos desafios intrínsecos a esse processo, a consolidação de uma teorização relacional específica para o Serviço Social representa uma oportunidade paradigmática para sua autonomização disciplinar e o fortalecimento de sua capacidade científica interpretativa e instrumental. A construção de um corpo teórico sistêmico-relacional próprio permitiria não apenas uma compreensão mais profunda das dinâmicas intersubjetivas e estruturais que configuram a realidade psicossocial, mas também o desenvolvimento de estratégias de intervenção com maior grau de coerência epistemológica, ética e pragmática. Nesse sentido, uma teorização relacional robusta poderia consolidar o Serviço Social como um campo disciplinar com capacidade de produção teórica própria, favorecendo seu papel na geração de respostas inovadoras e sustentáveis diante dos desafios sociais emergentes.

2. COSMOVISÃO E IDENTIDADE DISCIPLINAR

O que é o Serviço Social?

SEGUNDO ANDER-EGG (1993), o Serviço Social é uma forma de ação social voltada para intervir em problemáticas que afetam indivíduos, grupos ou comunidades. O objetivo dessa intervenção é resolver problemas e satisfazer necessidades que as pessoas, por si sós, não conseguem enfrentar ou superar. O autor define o Serviço Social como uma tecnologia social, pois se fundamenta em uma série de procedimentos operacionais, conhecimentos científicos e empíricos oriundos de diversas disciplinas, como a sociologia, a psicologia e a economia, entre outras.

Além disso, segundo o autor, o Serviço Social se caracterizaria por ser uma profissão humanista, que valoriza e respeita a dignidade humana, com uma abordagem sistêmica que considera o contexto e as interações entre os diferentes fatores que influenciam a realidade social. Os assistentes sociais atuam não apenas para oferecer assistência, mas para promover o desenvolvimento das pessoas e das comunidades, facilitando sua participação ativa na resolução de seus problemas (Ander-Egg, 1993).

Por outro lado, segundo a *National Association of Social Workers*, NASW (2017), o Serviço Social é definido como uma profissão cuja missão principal é melhorar o bem-estar humano e ajudar a satisfazer as necessidades básicas de todas as pessoas, com atenção especial àquelas que são vulneráveis, oprimidas e vivem em situação de pobreza.

Segundo essa entidade, o Serviço Social possui uma abordagem dual que se concentra tanto no bem-estar individual dentro de um contexto social quanto no bem-estar da

sociedade em geral. É fundamental, na profissão, prestar atenção às forças ambientais que criam, contribuem e enfrentam os problemas que afetam a qualidade de vida das pessoas (NASW, 2017).

Os assistentes sociais promovem a justiça social e a mudança social, trabalhando em colaboração com seus clientes, que podem ser indivíduos, famílias, grupos, organizações ou comunidades. São sensíveis à diversidade cultural e étnica, e lutam contra a discriminação, a opressão, a pobreza e outras formas de injustiça social (NASW, 2017).

O trabalho do assistente social, portanto, pode incluir práticas diretas, organização comunitária, supervisão, consultoria, administração, defesa de direitos, ação social e política, desenvolvimento e implementação de políticas, educação, terapias, pesquisa e avaliação, bem como qualquer outra forma que contribua para o bem-estar humano (NASW, 2017).

Princípios e valores do Serviço Social

Os princípios e valores do Serviço Social constituem a base ética que orienta a atuação dos profissionais dessa disciplina, assegurando que sua intervenção seja coerente com o respeito à dignidade humana e à justiça social. Esses conceitos estabelecem um marco normativo e moral que orienta a tomada de decisões, promovendo sempre o bem-estar das pessoas e a defesa de seus direitos. Esses fundamentos são essenciais para manter uma relação ética com os usuários, garantindo sua confidencialidade, autonomia e o reconhecimento de seu valor intrínseco.

Nesse sentido, segundo Ander-Egg (1993), os princípios e valores fundamentais do Serviço Social incluem os seguintes aspectos-chave:

1. Humanismo.
2. Personalismo.
3. Pluralismo.
4. Autodeterminação.
5. Justiça social.

Esses princípios constituem a base ética e filosófica sobre a qual se estrutura a prática profissional do Serviço Social, orientada para a promoção da dignidade, da liberdade, da solidariedade e do respeito mútuo.

1. Humanismo

Para Ander-Egg (1993), o princípio do humanismo é fundamental na prática do Serviço Social, pois coloca o ser humano no centro de toda intervenção social. Esse princípio destaca a dignidade humana como um valor supremo e defende a ideia de que todo indivíduo deve ser tratado como um fim em si mesmo, nunca como um meio para outros fins. Isso implica que o assistente social deve respeitar a autonomia das pessoas e facilitar o

desenvolvimento de suas capacidades para que possam resolver seus próprios problemas.

Conceitos-chave do humanismo segundo Ander-Egg:

1. **Dignidade humana:** O respeito pela pessoa é um valor absoluto, que transcende qualquer plano ou técnica de intervenção. O Serviço Social, sob essa perspectiva, deve sempre buscar proteger e promover essa dignidade (Ander-Egg, 1993).

2. **Fraternidade e solidariedade**: Ander-Egg destaca que o humanismo não se limita a reconhecer a dignidade do indivíduo, mas também a promover a fraternidade e a solidariedade entre os seres humanos. Isso significa que o Serviço Social deve fomentar uma comunidade solidária, onde as pessoas não estejam isoladas, mas colaborem e se apoiem mutuamente (Ander-Egg, 1993).

3. **Humanismo como tarefa**: O autor enfatiza que o humanismo é uma tarefa constante que exige a criação de condições que permitam a todos os seres humanos participar plenamente da vida social e alcançar uma realização plena como pessoas. Nesse sentido, o Serviço Social não é apenas uma atividade técnica, mas um compromisso com a promoção da humanidade (Ander-Egg, 1993).

4. **Superação do paternalismo**: O humanismo proposto por Ander-Egg também implica a superação do assistencialismo e do paternalismo. Em vez de fornecer ajuda de forma autoritária, o Serviço Social deve concentrar-se em despertar as capacidades latentes dos indivíduos e comunidades, promovendo seu autodesenvolvimento (Ander-Egg, 1993).

Segundo Di Carlo (1997), o paradigma humanista é essencial no Serviço Social, pois coloca o ser humano no centro da intervenção, reconhecendo-o como um sujeito racional e capaz de autodeterminação. Essa abordagem distingue o Serviço Social do assistencialismo e do paternalismo, promovendo a igualdade, a dignidade e a justiça como princípios éticos fundamentais. O autor também critica o distanciamento atual das ciências sociais em relação ao humanismo e defende que o Serviço Social deve ser uma prática transformadora, na qual os valores e a metodologia estejam orientados a potencializar a autonomia e a reflexão do sujeito em seu contexto social.

2. Personalismo

O personalismo no Serviço Social baseia-se no respeito à pessoa humana como um valor absoluto. Esse princípio destaca que nenhum plano, técnica ou razão de Estado pode estar acima do valor da pessoa. A pessoa é um fim em si mesma, e não um meio para alcançar outros objetivos (Ander-Egg, 1993).

Elementos-chave do personalismo:

1. **Valor absoluto da pessoa humana**: O personalismo destaca que a pessoa possui um valor incomparável e absoluto. Não se pode utilizar as pessoas como instrumentos para alcançar objetivos externos. Cada intervenção no Serviço Social deve partir do respeito profundo à dignidade e ao valor dos indivíduos, sem lhes impor um propósito alheio (Ander-Egg, 1993).

2. **Comunhão e solidariedade**: Este princípio sustenta que a realização plena da pessoa humana não pode ocorrer no isolamento, mas sim na relação com os outros. Ander-Egg enfatiza que a promoção do indivíduo deve ocorrer em conjunto com a comunidade, incentivando a solidariedade e a interdependência. Não se trata de que um indivíduo se promova em detrimento dos demais, mas sim de que o bem-estar e o progresso sejam compartilhados (Ander-Egg, 1993).

3. **Respeito pelas diferenças e autodeterminação**: O personalismo também implica o respeito pela diversidade das pessoas, tanto em suas diferenças individuais quanto coletivas. Defende-se a ideia de que cada indivíduo ou comunidade deve ter a liberdade de autodeterminar seu próprio destino, respeitando suas características psicológicas, culturais e sociais (Ander-Egg, 1993).

O personalismo no Serviço Social promove uma visão na qual cada pessoa é respeitada em seu valor absoluto e em sua dignidade, enquanto sua realização pessoal se concretiza no contexto de relações de solidariedade e comunidade.

3. Pluralismo

O pluralismo é um princípio fundamental do Serviço Social, que se refere ao reconhecimento e ao respeito pela diversidade cultural, social, política e religiosa nas intervenções sociais. Este princípio sustenta que não pode existir uma única forma de compreender ou abordar os problemas sociais, sendo essencial aceitar a coexistência de múltiplas perspectivas, valores e soluções (Ander-Egg, 1993).

Elementos-chave do pluralismo no Serviço Social:

1. **Respeito à diversidade**: O pluralismo implica reconhecer e respeitar as diferenças entre as pessoas, sejam elas culturais, sociais ou individuais. Ander-Egg destaca que o assistente social deve atuar com sensibilidade diante dessa diversidade, sem impor um único conjunto de valores ou crenças, respeitando sempre a autodeterminação das pessoas e comunidades (Ander-Egg, 1993).

2. **Promoção da inclusão**: O pluralismo promove a inclusão de todos os grupos na sociedade, independentemente de sua origem, religião, classe social ou qualquer outra característica. Nesse sentido, o Serviço Social deve empenhar-se em eliminar

barreiras que impeçam a participação plena dos indivíduos na vida social e política (Ander-Egg, 1993).

3. **Diálogo intercultural**: Ander-Egg ressalta a importância do diálogo intercultural como ferramenta para enfrentar os desafios da diversidade. O assistente social deve estar preparado para mediar e facilitar a comunicação entre pessoas e grupos com valores e perspectivas diferentes, buscando sempre soluções inclusivas e respeitosas (Ander-Egg, 1993).

O pluralismo no Serviço Social é um princípio que visa promover o respeito e a inclusão da diversidade humana em todas as suas formas, garantindo que as intervenções sociais sejam realizadas de maneira justa, inclusiva e respeitosa das diferenças individuais e coletivas (Ander-Egg, 1993).

4. Autodeterminação

O princípio da autodeterminação no Serviço Social é essencial para garantir o respeito aos direitos e à dignidade dos indivíduos e comunidades. A autodeterminação refere-se ao direito das pessoas de tomar decisões informadas e autônomas sobre suas próprias vidas e sobre os caminhos que desejam seguir. Ander-Egg destaca que esse princípio implica reconhecer a capacidade de cada pessoa para identificar suas próprias necessidades e determinar como elas devem ser tratadas (Ander-Egg, 1993).

Elementos-chave da autodeterminação:

1. **Direito de decidir**: Cada indivíduo tem o direito de tomar suas próprias decisões, especialmente no que diz respeito às soluções para seus problemas pessoais, sociais ou econômicos. O assistente social deve atuar como facilitador, oferecendo informação e apoio, mas sem impor soluções (Ander-Egg, 1993).

2. **Promoção da autonomia**: O princípio da autodeterminação destaca a importância de que os indivíduos se tornem protagonistas de seus próprios processos de mudança. O assistente social deve ajudar as pessoas a desenvolver suas capacidades e recursos para que possam enfrentar seus problemas de maneira independente (Ander-Egg, 1993).

3. **Relação com a responsabilidade**: A autodeterminação não é um processo isolado; está vinculada à responsabilidade individual e social. As pessoas não apenas têm o direito de decidir sobre suas vidas, mas também a responsabilidade de considerar como suas decisões afetam os outros e a sociedade (Ander-Egg, 1993).

4. **Igualdade de oportunidades**: Este princípio também está relacionado ao acesso equitativo às oportunidades. O Serviço Social deve garantir que todas as pessoas, independentemente de sua raça, religião, gênero ou status social, tenham igualdade

de oportunidades para receber apoio e tomar decisões sobre suas vidas (Ander-Egg, 1993).

A autodeterminação é fundamental no Serviço Social, segundo Ander-Egg, porque empodera as pessoas a tomarem o controle de suas próprias vidas, promovendo assim sua dignidade, autonomia e capacidade de resolução de problemas (Ander-Egg, 1993).

5. Justiça social

Por fim, o princípio da justiça social é um dos pilares fundamentais do Serviço Social, uma vez que esta área busca transformar as condições que geram desigualdades, marginalização e exclusão social. O autor define a justiça social como um objetivo estratégico que visa a superação da pobreza, da marginalidade e da exploração, promovendo uma sociedade mais equitativa e solidária (Ander-Egg, 1993).

Elementos-chave da justiça social:

1. **Igualdade de oportunidades**: Ander-Egg destaca que a justiça social implica que todas as pessoas tenham acesso aos recursos necessários para viver com dignidade. Isso inclui o acesso a serviços sociais, educação, saúde, trabalho, entre outros. O assistente social deve atuar para eliminar as barreiras que impedem certos grupos de participar plenamente da sociedade (Ander-Egg, 1993).

2. **Redistribuição de recursos**: Um aspecto central da justiça social é a redistribuição equitativa dos recursos econômicos e sociais. Ander-Egg sugere que as políticas sociais e as intervenções em Serviço Social devem estar orientadas para reduzir as desigualdades de riqueza e oportunidade entre os diferentes setores da população (Ander-Egg, 1993).

3. **Transformação estrutural**: O autor afirma que a justiça social não se limita a oferecer assistência ou ajuda imediata aos indivíduos, mas também busca modificar as estruturas sociais que perpetuam a desigualdade. Isso implica um compromisso com a criação de um novo tipo de sociedade, na qual os direitos de todos sejam respeitados e cada pessoa possa se desenvolver plenamente (Ander-Egg, 1993).

4. **Participação ativa**: A justiça social, segundo o autor, também envolve a participação ativa dos setores mais vulneráveis na construção de seus próprios processos de melhoria. O Serviço Social deve empoderar indivíduos e comunidades para que se organizem e lutem por seus direitos e por um tratamento mais justo (Ander-Egg, 1993).

A justiça social é um princípio que orienta o Serviço Social para a equidade, a solidariedade e a transformação social, com o objetivo de construir uma sociedade mais justa e participativa (Ander-Egg, 1993).

Fundamentos ontológicos e epistemológicos do Serviço Social

Os fundamentos ontológicos e epistemológicos do Serviço Social constituem os pilares essenciais sobre os quais se constrói seu marco teórico e prático. A ontologia do Serviço Social refere-se à forma como se compreende a natureza do ser humano e a realidade social na qual este se insere. Essa abordagem trata de questões fundamentais sobre a natureza das pessoas, as relações sociais e as estruturas que compõem seu entorno, permitindo que os profissionais do Serviço Social desenvolvam uma compreensão profunda dos problemas que afetam indivíduos e comunidades. Por sua vez, a epistemologia do Serviço Social concentra-se em como o conhecimento é gerado, adquirido e validado dentro dessa disciplina. Ocupa-se das formas pelas quais os assistentes sociais obtêm as informações necessárias para compreender e enfrentar os problemas sociais, bem como dos métodos que utilizam para garantir que sua intervenção seja eficaz e fundamentada em evidências rigorosas.

Ambos conceitos são cruciais para delinear as formas como se concebe a realidade social e o conhecimento nesta profissão, influenciando diretamente a maneira como os profissionais abordam as intervenções com pessoas, famílias, grupos e comunidades. Além disso, fornecem as bases filosóficas para as decisões éticas e metodológicas que os assistentes sociais devem tomar em sua prática cotidiana, assegurando que suas ações estejam alinhadas com uma visão integral e contextualizada da realidade social.

Fundamentos ontológicos do Serviço Social

Como mencionado anteriormente, a ontologia refere-se à natureza do ser e da realidade, ou seja, à forma como se concebe a existência e o mundo. O Serviço Social, enquanto disciplina das ciências sociais, trata da realidade social, que deve ser compreendida como um produto da interação histórica, cultural e social entre os sujeitos. A ontologia no Serviço Social refere-se ao "ser social", ou seja, à forma como os indivíduos se constituem e interagem dentro de uma realidade social, possibilitando uma análise aprofundada das necessidades sociais e das formas de intervenção (Castro et al., 2014).

Os principais fundamentos ontológicos da disciplina incluem:

1. **A natureza social do ser humano**: As pessoas são concebidas como seres intrinsecamente sociais, cuja identidade e bem-estar estão intrinsecamente ligados às suas relações com os outros e ao seu contexto social. O ser humano não é compreendido de forma isolada, mas como parte de sistemas mais amplos, como a família, a comunidade e a sociedade.

   Segundo Castro et al. (2014), os indivíduos se desenvolvem por meio de suas interações grupais e sociais. Explica-se que a identidade das pessoas se constrói mediante um processo de socialização, no qual desempenham diversos papéis e aprendem regras básicas de comportamento. Essa abordagem ressalta que o ser humano não existe de maneira isolada, mas é produto de seu entorno e de suas

relações com outros seres humanos.

2. **A interdependência**: As pessoas e os sistemas sociais estão interconectados, o que implica que os problemas sociais, emocionais e psicológicos não podem ser compreendidos de forma individualista, mas estão relacionados às estruturas sociais e às dinâmicas interpessoais.

   De acordo com Castro et al. (2014), todos os fenômenos da realidade social estão em relação e dependência mútuas, o que sugere que a realidade não pode ser compreendida como um conjunto de elementos isolados, mas como um todo inter-relacionado. Isso implica que os fenômenos sociais estão em constante interação e mudança, e que sua compreensão profunda requer abordar as interconexões e a natureza mutável desses processos.

3. **O dinamismo e a mudança social**: O Serviço Social fundamenta-se na ideia de que a realidade social não é estática, mas dinâmica, em constante transformação. Segundo Castro et al. (2014), as estruturas sociais e os fenômenos não são estáticos, mas estão sujeitos a transformações contínuas. Essa abordagem reconhece que a realidade social, por estar em constante movimento, requer análises e teorias que se adaptem à sua natureza mutável, destacando os processos de mudança que geram novas formas de organização social e cultural.

4. **A capacidade de agência**: O ser humano é um ser criador e gerador de sentidos e significados em relação com os outros. Essa capacidade de criação está vinculada à sua interação com o entorno social e cultural, o que lhe permite dar forma à sua realidade e à dos demais. Castro et al. (2014) sugerem que a agência humana está conectada à capacidade de reflexão, questionamento e crítica das estruturas sociais estabelecidas, o que permite ao ser humano influenciar seu entorno e, finalmente, transformá-lo.

Fundamentos epistemológicos do Serviço Social

A epistemologia, por outro lado, refere-se à natureza do conhecimento, ou seja, à forma como adquirimos e validamos aquilo que sabemos. Esse aspecto fornece as bases para compreender o objeto de estudo e de intervenção, sendo seu papel fundamental para a evolução e o desenvolvimento teórico do Serviço Social. Nesse sentido, Castro et al. (2014) apontam que a epistemologia na profissão está vinculada à metodologia de pesquisa e aos modelos teóricos de intervenção, sugerindo que esses elementos são indispensáveis para a construção de marcos teóricos que orientem a ação profissional dos assistentes sociais.

Alguns dos principais fundamentos epistemológicos desta profissão incluem os seguintes elementos:

1. **O construtivismo social**: Essa perspectiva sustenta que a realidade social é construída por meio das interações e narrativas compartilhadas entre os indivíduos e as comunidades. Os problemas sociais e suas soluções são compreendidos como

construções que dependem das interpretações e percepções coletivas.

Segundo Castro et al. (2014), o conhecimento não é algo dado de forma inata ou preexistente, mas resulta da interação social e é construído no contexto da experiência coletiva. Destacam-se, nessa área, autores como Dean e O'Malley, que abordam o construtivismo social, explorando como as percepções, emoções, desejos e conceitos se formam por meio da interação social, e como esses processos moldam a realidade que as pessoas experienciam e recriam continuamente.

2. **A perspectiva crítica**: O Serviço Social reconhece que o conhecimento não é neutro, mas está influenciado pelas relações de poder e pelas estruturas de opressão. Desde essa perspectiva, é necessário questionar as formas pelas quais o conhecimento tem sido historicamente produzido e utilizado para manter as desigualdades sociais. A epistemologia crítica promove a inclusão das vozes marginalizadas na produção do conhecimento.

   Adams, Dominelli e Payne (2002) mencionam como pontos-chave da perspectiva crítica no Serviço Social:

   - **O questionamento das normas e suposições:** A prática crítica desafia os pressupostos e normas subjacentes no Serviço Social, que muitas vezes reforçam as desigualdades. Isso implica uma análise contínua das políticas e dinâmicas de poder que influenciam a vida dos usuários.

   - **A reflexividade:** Os assistentes sociais devem estar constantemente refletindo sobre sua própria prática, compreendendo como seus próprios preconceitos e posicionamentos podem influenciar seu trabalho com os usuários. Essa autorreflexão é fundamental para evitar a perpetuação das desigualdades e para melhorar a qualidade das intervenções.

   - **O enfoque na justiça social:** A prática crítica busca transformar as relações sociais injustas e promover a equidade. Isso inclui atuar para reduzir as opressões vivenciadas por grupos marginalizados e vulneráveis, como pessoas com deficiência, minorias étnicas e mulheres, entre outros.

   - **O empoderamento dos usuários:** Um objetivo central é empoderar indivíduos e comunidades, não apenas para que possam tomar decisões informadas sobre suas vidas, mas também para que possam desafiar as estruturas que os oprimem.

   - **A transformação social:** A prática crítica não se limita a mudanças individuais, mas visa gerar transformações em nível estrutural, promovendo mudanças sociais e políticas que beneficiem as comunidades desfavorecidas.

3. **O pragmatismo**: O Serviço Social possui uma dimensão prática que orienta sua epistemologia. O conhecimento é valorizado em função de sua utilidade para resolver problemas sociais concretos. Os assistentes sociais utilizam abordagens interdisciplinares e baseadas em evidências para orientar suas intervenções.

4. **A pesquisa participativa**: Na produção do conhecimento, priorizam-se abordagens que envolvam ativamente as comunidades afetadas pelos problemas sociais. A pesquisa participativa e a co-construção do conhecimento são abordagens epistemológicas centrais no Serviço Social, pois buscam empoderar as comunidades.

Em resumo, os fundamentos ontológicos do Serviço Social baseiam-se em uma visão inter-relacionada e dinâmica da realidade social, enquanto os fundamentos epistemológicos concentram-se em abordagens participativas, construtivistas e críticas do conhecimento. Esses fundamentos permitem que a disciplina aborde tanto a intervenção direta quanto a mudança estrutural na busca por justiça social.

Reflexão final sobre a identidade do Serviço Social

Fantova (2009) aborda a identidade profissional do Serviço Social a partir de uma perspectiva reflexiva e dinâmica bastante interessante. Sustenta, como base, que a identidade do assistente social não é estática, mas se constrói por meio da interação com outras disciplinas e em resposta às mudanças na política social e na ação em prol do bem-estar. Para o autor, a identidade do Serviço Social está profundamente conectada com sua capacidade de intervir na interação humana e nos pontos em que as pessoas interagem com seu entorno, especialmente no que diz respeito ao relacional e comunitário.

Nesse enfoque reflexivo, enfatiza-se que, em vez de se definir pelos problemas que enfrenta (pobreza, exclusão, discriminação etc.), a identidade do Serviço Social deveria centrar-se nos bens que promove, como a autonomia pessoal e a integração social. Isso permitiria à disciplina ocupar um espaço único dentro da política social, com uma abordagem centrada na interação humana e no ajuste dinâmico entre o pessoal e o relacional (Fantova, 2009).

Além disso, o autor sugere que a identidade do Serviço Social se fortalece por meio da gestão do conhecimento e da colaboração com outras disciplinas, mas também mantendo um posicionamento específico dentro da política social. Para ele, a profissão deve ser reconhecida por sua capacidade de gerar valor agregado na relação interpessoal, na mediação e no acompanhamento dos processos de mudança, o que define sua identidade em um contexto mais amplo de ação em prol do bem-estar (Fantova, 2009).

Em síntese, essa reflexão propõe que a identidade do Serviço Social se constrói por meio de uma abordagem relacional, comunitária, crítica e transformadora, sustentada na sinergia com outras profissões e na capacidade de gerir e produzir conhecimento científico próprio.

3. MARCO TEÓRICO GERAL DA TCCR

A *TEORIA COGNOSSISTÊMICA da Construção Relacional Psicossocial Humana* (TCCR) surge como uma tentativa profunda de captar e compreender a riqueza da experiência humana no contexto analítico mais holístico possível. Buscando construir uma base conceitual e teórica sólida, a TCCR propõe-se a abordar a complexidade dos fenômenos psicossociais, explorando como os sistemas narrativos humanos construídos pelas pessoas influenciam a percepção que estas têm de seu entorno e da maneira como compreendem a si mesmas. Em termos simples, o objetivo principal deste marco teórico é integrar as múltiplas facetas das abordagens construcionista, sistêmico-relacionais e cognonarrativas, buscando entrelaçar o indivíduo com sua comunidade e seu contexto, a fim de dar sentido às dinâmicas que moldam a realidade intersubjetiva compartilhada socioculturalmente por todas as pessoas, a partir de uma perspectiva científica, integral e lógica.

Esse marco teórico busca dar vida à TCCR, fundamentando-se em abordagens que já deixaram sua marca, como a fenomenologia sociológica e o construcionismo psicossocial. Essas perspectivas ajudam a compreender a construção de significados como um processo profundamente relacional, intersubjetivo e em constante movimento. A fenomenologia social destaca a importância da experiência cotidiana, ressaltando como cada indivíduo interpreta o mundo a partir dos significados compartilhados que emergem de suas interações com os outros. Cada pessoa constrói sua realidade de maneira única, influenciada tanto por suas vivências pessoais quanto pelas estruturas sociais das quais participa.

O construtivismo social, por sua vez, complementa essa ideia ao enfatizar que o conhecimento não é um reflexo passivo do mundo, mas algo que se cria ativamente em interação com o contexto social. Os significados são negociados e construídos coletivamente, e o conhecimento emerge como resultado das relações e acordos dentro de um

grupo ou comunidade. Nesse processo, cada indivíduo desempenha um papel fundamental, participando de forma dinâmica na construção da realidade sistêmica compartilhada.

Assim, a TCCR integra a visão de que os seres humanos, por meio de suas interações, tecem as narrativas que dão forma à sua própria realidade, criando significado em cada encontro e experiência compartilhada.

Nesse contexto, a linguagem revela-se como algo muito mais profundo do que um simples meio de comunicação; ela é o eixo central sobre o qual se constrói e transforma a realidade social. Não apenas permite que as pessoas troquem ideias e expressem pensamentos, mas, para além das palavras, constitui o canal através do qual as narrativas individuais e coletivas ganham vida, se consolidam e evoluem. Por meio da linguagem, as experiências são moldadas e os significados são constantemente negociados, o que transforma as narrativas em motores de mudança e de coesão social.

A TCCR adota essa compreensão profunda da linguagem, reconhecendo que as narrativas não são elementos estáticos nem imutáveis; ao contrário, são sistemas vivos, em constante transformação. Essas narrativas alimentam-se da interação cotidiana entre os indivíduos, os quais, por meio da linguagem, não apenas transmitem informações, mas também participam ativamente da criação e recriação da realidade que os cerca.

À medida que as pessoas se comunicam, reinterpretam seu entorno e renegociam os significados que as conectam, as narrativas sociais são reescritas repetidamente, adaptando-se a novos contextos e desafios. Dessa forma, a linguagem torna-se o instrumento fundamental que permite a evolução das estruturas sociais, moldando a maneira como as comunidades compreendem a si mesmas e se relacionam com os outros.

Nessa lógica, é evidente que o conceito de *Cognossistema* é central dentro da TCCR. Ele refere-se ao entrelaçamento de sistemas narrativos interconectados que compõem a experiência humana psicossocial. Essa rede narrativa não existe de forma isolada, mas desenvolve-se e transforma-se a partir da influência de múltiplos níveis ecossistêmicos, incluindo as narrativas pessoais, familiares, comunitárias e culturais.

O Cognossistema representa um espaço no qual as narrativas se entrelaçam e se modificam mutuamente, gerando um processo de retroalimentação constante que abrange influências ascendentes, descendentes e horizontais. Essa perspectiva reconhece a plasticidade narrativa, o que implica que as pessoas não apenas recebem e reproduzem narrativas, mas também participam ativamente de sua criação, contribuindo para moldar a realidade de acordo com suas experiências e contextos.

A TCCR, portanto, busca posicionar-se como uma ferramenta teórica para a análise, a pesquisa e a intervenção psicossocial no Serviço Social e em outras disciplinas afins, oferecendo uma perspectiva integral que não se limita a descrever os fenômenos, mas que também promove a transformação. Esse marco teórico pretende estabelecer as bases que permitam compreender, sob a ótica da TCCR, como os sistemas narrativos construídos pelos indivíduos, famílias, organizações e comunidades podem ser intervencionados e reescritos para gerar bem-estar, resiliência e um sentido renovado de agência.

Nessa lógica, a intervenção baseada nessa proposta teórica inovadora implica acompanhar as pessoas, tanto individual quanto coletivamente, no processo de identificar, questionar e transformar aquelas narrativas que limitam seu desenvolvimento e potencial, promovendo o surgimento de novos relatos de vida que favoreçam a inclusão, a justiça social e o empoderamento.

Em definitivo, o presente marco teórico da TCCR busca estabelecer as bases para compreender a complexidade da experiência humana a partir de uma perspectiva relacional psicossocial. Ao integrar abordagens fenomenológicas, psicológicas, construcionistas, sistêmicas e socioculturais, propõe-se uma visão integral e multifocal na qual as narrativas e o contexto se entrelaçam de maneira dinâmica para conformar a realidade compartilhada.

Em consequência, essa proposta teórica não apenas convida à compreensão de como os significados e as realidades são construídos, mas também motiva a transformação ativa desses sistemas narrativos multiníveis, com o intuito de construir um mundo mais coerente com as aspirações e os valores individuais e coletivos.

A TCCR, assim, não se apresenta unicamente como uma teoria acadêmica, mas como um chamado à ação e à reflexão sobre o poder transformador que reside nas narrativas humanas.

I. ABORDAGENS FILOSÓFICAS E SOCIOLÓGICAS

Abordagem fenomenológica

A fenomenologia é uma corrente filosófica que se centra no estudo e na descrição das experiências conscientes tal como são vividas a partir da primeira pessoa. O objetivo da fenomenologia é compreender a essência das experiências e dos fenômenos, com ênfase especial na percepção, no pensamento, na memória, na linguagem, no desejo e na emoção. Essa abordagem distingue-se por seu esforço em captar a imediaticidade da experiência humana e o significado que os indivíduos atribuem às suas vivências (Moran, 2000).

Os principais expoentes da fenomenologia incluem Edmund Husserl, considerado o fundador dessa corrente, assim como Martin Heidegger, Maurice Merleau-Ponty e Jean-Paul Sartre, entre outros. Esses pensadores exerceram uma profunda influência no desenvolvimento das ciências, particularmente nas ciências sociais, ao oferecerem um marco inovador para compreender a experiência humana e a realidade social. As perspectivas fenomenológicas contribuíram para uma compreensão mais profunda da subjetividade e da intersubjetividade, impactando o estudo da cultura, da política, da linguagem e da interação social na sociedade contemporânea, e promovendo uma abordagem mais holística e humanista nas ciências sociais (Moran, 2000).

Como se pode perceber, no contexto do Serviço Social, a fenomenologia pode contribuir significativamente para o desenvolvimento profundo e reflexivo da intervenção psicossocial disciplinar. Segundo Thompson (2002), essa perspectiva filosófica pode influenciar positivamente a maneira como os assistentes sociais percebem e compreendem as experiências de seus usuários. O autor destaca a importância de uma prática reflexiva que vá além da aplicação de soluções técnicas e que se concentre na complexidade e na singularidade das experiências humanas — um olhar claramente fenomenológico.

Essa abordagem permite que os assistentes sociais não apenas atuem com base em teorias e técnicas preestabelecidas, mas também se adaptem e respondam à particularidade de cada caso, reconhecendo a importância das experiências subjetivas dos indivíduos que acompanham.

Como também aponta Finlay (2009), a fenomenologia centra-se em retornar aos significados experienciais e incorporados, buscando uma descrição renovada, complexa e rica de um fenômeno tal como é concretamente vivido. A autora discute, de forma geral, como a fenomenologia pode ser aplicada em diversas disciplinas, incluindo a psicologia, a saúde e a educação, o que também é relevante para o Serviço Social de modo geral.

Nesse sentido, os métodos fenomenológicos permitem aos pesquisadores sociais captar as experiências vividas e os significados subjetivos das pessoas — algo que pode ser de grande interesse no campo do Serviço Social, especialmente em contextos nos quais se busca compreender a experiência humana em situações de intervenções psicossociais complexas.

A fenomenologia transcendental de Husserl

Edmund Husserl é considerado o pai da fenomenologia, e suas contribuições ao campo da filosofia são fundamentais para compreender essa corrente de pensamento. Suas principais contribuições concentram-se no desenvolvimento de uma metodologia rigorosa para o estudo das experiências conscientes e da estrutura da consciência. A seguir, serão apresentados os conceitos mais elementares da fenomenologia desse autor:

1. **Fenomenologia transcendental:** Husserl concentrou-se principalmente no que ele denominava uma fenomenologia de tipo transcendental, a qual se foca em compreender como todo conhecimento e experiência dependem das atividades constitutivas do que define como "consciência transcendental". Aqui, a fenomenologia torna-se uma filosofia que busca explicar como o sujeito transcendental constitui o mundo da experiência, enfatizando a relação entre o sujeito e o objeto no ato do conhecimento (Husserl, 1988).

2. **A consciência transcendental:** Esse conceito é o núcleo da fenomenologia de Husserl e refere-se ao âmbito da experiência pura, onde se suspendem todas as pressuposições sobre o mundo externo para concentrar-se exclusivamente em como os fenômenos se apresentam à consciência. Para o autor, essa consciência transcendental é a fonte de todo conhecimento, uma vez que tudo o que o ser humano sabe sobre o mundo e sobre si mesmo passa primeiramente por sua experiência consciente. Trata-se de uma consciência intencional, na qual os objetos do mundo aparecem tal como são vividos e percebidos, e não em sua existência objetiva. Assim, o estudo dessa consciência revela as estruturas essenciais da experiência e da subjetividade (Husserl, 2005).

3. **Intencionalidade da consciência:** Este é um dos princípios fundamentais da fenomenologia de Husserl, segundo o qual a consciência do indivíduo está sempre dirigida para "algo"; ou seja, a consciência é sempre "consciência de algo" (Husserl, 2002). Isso implica que não se pode pensar na mente ou na "consciência" sem um objeto ao qual ela esteja orientada. A intencionalidade torna-se, assim, um elemento central da fenomenologia husserliana, pois estabelece uma relação intrínseca entre o sujeito e o objeto da experiência.

4. **Épochè ou redução fenomenológica:** Neste ponto, o autor propõe o que denomina como "redução fenomenológica" ou *épochè* (suspensão), que busca ser um método para inibir o juízo sobre a existência do mundo natural e concentrar-se em como os fenômenos se manifestam à consciência do indivíduo. Isso permite explorar a essência pura das experiências, independentemente de sua correlação com a realidade objetiva (Husserl, 1988). Esse processo de "colocar entre parênteses" ou "reduzir" as experiências ao nível da consciência pura permite ao fenomenólogo estudar as estruturas essenciais da experiência sem as distorções das interpretações teóricas ou empíricas prévias.

5. **Eidética:** Por sua vez, a fenomenologia eidética de Husserl busca identificar as essências ou estruturas invariáveis das experiências. Isso é realizado por meio da variação imaginativa, um processo no qual se modificam mentalmente os atributos de um fenômeno para determinar quais são os aspectos essenciais que não podem ser alterados sem que o fenômeno deixe de ser o que é (Husserl, 2005). Isso auxilia na compreensão das características universais e necessárias das categorias da experiência.

6. **Fluxo da consciência:** Husserl descreve a consciência como um fluxo contínuo no qual passado, presente e futuro estão intrinsecamente ligados. Esse fluxo é o que permite que o tempo seja experienciado como uma continuidade, em vez de uma série de instantes desconectados (Husserl, 2002).

7. **Constituição do tempo:** A fenomenologia de Husserl interessa-se por como a consciência "constitui" o tempo. Isso significa que o tempo, tal como é vivido pelo ser humano, não é simplesmente algo dado, mas algo que a própria consciência organiza e estrutura de forma ativa (Husserl, 2002).

8. **O tempo objetivo e o tempo subjetivo:** Por fim, Husserl distingue entre o tempo objetivo (o tempo medido por relógios e calendários, que é homogêneo e linear) e o tempo subjetivo ou interno (a forma como o ser humano vive e sente a passagem do tempo). A fenomenologia concentra-se nesse tempo subjetivo, que é fundamental para compreender a experiência fenomenológica do mundo (Husserl, 2002).

Como se pode perceber, em essência, Husserl propôs um método que abriu caminho para o estudo de como as pessoas experienciam as coisas de forma direta, consciente e única. Seu objetivo era compreender a essência dessas experiências, concentrando-se em como elas aparecem na mente antes de qualquer interpretação científica ou teórica.

O autor acreditava que, para alcançar esse entendimento, era necessário praticar a *épochè*, isto é, suspender ou colocar entre parênteses todas as crenças prévias sobre a existência do mundo externo. Isso permite que as pessoas se concentrem em suas percepções e experiências subjetivas de forma pura, as quais, em última instância, conferem verdadeiro sentido à experimentação da realidade vivida por cada um ao longo de sua existência — ou seja, de sua experiência única como pessoa.

Da mesma forma, para Husserl, a *intencionalidade* era outro elemento fundamental, pois se trata da ideia de que toda consciência é consciência de algo. Por exemplo, se alguém está pensando em uma árvore, sua consciência está dirigida à árvore; não é possível ter uma experiência ou um pensamento que não esteja referido a algo.

Husserl também introduziu o conceito de *essências* ou *eidos*, que são as qualidades fundamentais e invariáveis que definem o que algo é. Para descobrir essas essências, ele propôs o método da *redução eidética*, que busca identificar as características essenciais que fazem com que um fenômeno seja o que é, por meio da imaginação e da variação de exemplos desse fenômeno.

Husserl enfatizou a importância de retornar às *próprias coisas*, ou seja, compreender os objetos, pensamentos e emoções em sua forma mais pura e direta. Assim, a fenomenologia torna-se um estudo descritivo da experiência vívida, buscando captar e descrever

os fenômenos tal como se apresentam à consciência, sem recorrer a explicações ou teorias prévias.

Por exemplo, para compreender um fenômeno como a *tristeza*, é fundamental explorar como ela é experienciada subjetivamente por um indivíduo específico, identificando suas características essenciais e a forma como se manifesta em sua consciência particular. Isso implica afastar-se de definições e conceitos psicológicos ou neuropsicológicos gerais — uma postura que a filosofia husserliana sustenta em sua crítica ao "psicologismo". Este último refere-se à tendência de reduzir os fenômenos da consciência a processos psicológicos ou biopsicológicos, argumentando que tais abordagens não conseguem explicar adequadamente a essência da experiência consciente, pois omitem as estruturas transcendentais que a sustentam (Husserl, 2012).

Em resposta, Husserl propunha uma abordagem rigorosa e metódica para captar a complexidade das experiências subjetivas humanas, oferecendo assim uma perspectiva mais profunda e matizada da realidade vivida.

O legado de Husserl

Da escola husserliana surgem vários importantes pensadores fenomenológicos, entre os quais um dos mais relevantes foi Martin Heidegger. Aluno de Husserl, Heidegger revolucionou a fenomenologia ao concentrar-se na ontologia e na existência humana. Em sua obra *El ser y el tiempo* (1993) [Ser e tempo], esse pensador introduziu o conceito de *Dasein*: "ser-aí" ou "estar-aí"; propondo que a existência humana é melhor compreendida por meio de sua relação com o tempo e com o mundo. Heidegger destaca a importância da temporalidade e como o ser humano está sempre projetado para o futuro, influenciado por seu passado e seu presente (Heidegger, 1993).

Também introduziu o conceito de "ser-no-mundo", enfatizando que o indivíduo não pode ser compreendido isoladamente de seu entorno, pois está sempre imerso em um contexto específico (Heidegger, 2003). Sua abordagem ontológica do existencialismo centra-se em como o ser humano enfrenta a angústia e a inevitabilidade da morte, buscando um sentido autêntico de seu ser.

Por outro lado, Maurice Merleau-Ponty, outro dos importantes pensadores fenomenológicos clássicos, centrou sua obra na "percepção" e no "corpo". Sua obra *Fenomenología de la percepción* (1993) [Fenomenologia da percepção] destaca que a experiência perceptiva é a base da compreensão humana do mundo, e que o corpo não é apenas um objeto passivo, mas um participante ativo na geração de significado (Merleau-Ponty, 1993).

Esse pensador critica o dualismo cartesiano *mente-corpo*, propondo em seu lugar que a experiência humana é *unitária* e *pré-reflexiva*, ou seja, existe antes de qualquer análise consciente. Essa perspectiva influenciou significativamente áreas como a psicologia humanista, a antropologia e os estudos culturais, promovendo uma abordagem mais holística e encarnada do comportamento humano (Merleau-Ponty, 2002).

Por fim, temos Jean-Paul Sartre, que, influenciado por Heidegger, desenvolveu uma fenomenologia que enfatiza a liberdade, a responsabilidade e a existência individual. Sartre propôs que "a existência precede a essência", o que significa que as pessoas primeiro existem e, em seguida, definem seu propósito por meio de suas ações.

Em sua obra *El ser y la nada* (1993) [O ser e o nada], Sartre explora a consciência como um vazio que possibilita a liberdade e a escolha, e analisa como a presença dos outros no mundo afeta a percepção de si mesmo. Introduz o conceito de má-fé como uma forma de autoengano na qual as pessoas negam sua liberdade ao adotar papéis fixos para evitar a angústia da responsabilidade (Sartre, 1993).

Em resumo, esses pensadores fenomenológicos, sucessores de Husserl, ampliaram e transformaram a fenomenologia ao integrar a existência, o corpo e a liberdade como elementos fundamentais na compreensão do ser humano, cada um contribuindo com novas perspectivas que deixaram uma marca profunda na filosofia e nas ciências sociais modernas.

Como forma de síntese, apresenta-se uma tabela comparativa que destaca as contribuições teóricas mais relevantes de Husserl, Heidegger, Merleau-Ponty e Sartre para o desenvolvimento da fenomenologia:

Conceito / Autor	**Edmund Husserl**	**Martin Heidegger**	**Maurice Merleau-Ponty**	**Jean-Paul Sartre**
Em que se centra:	Experiências mentais.	A existência humana.	O corpo e os sentidos.	As escolhas e a liberdade.
Como estuda:	Analisando a mente.	Estudando o significado da vida.	Observando como se sente e percebe o mundo.	Analisando a liberdade e as decisões.
Ideia importante:	Tudo o que se pensa e sente está direcionado a algo.	A vida do ser humano está relacionada com sua conexão com o mundo.	O corpo é a chave para experienciar o mundo.	O ser humano é livre e, portanto, responsável por sua vida.
Como se vê a vida:	Através da consciência e dos pensamentos.	Como algo vivido com propósito e desafios.	Como uma experiência sensorial e física.	Como um projeto cheio de escolhas pessoais.
Visão do tempo:	O tempo é sentido a partir de dentro.	A vida possui passado, presente e futuro conectados.	O tempo está ligado a como se vive e se sente.	As decisões definem o futuro.
Como se interage com os outros:	Por meio do entendimento mútuo.	Por meio do entrelaçamento do ser com os outros.	Por meio de experiências compartilhadas.	Por meio das influências mútuas que as pessoas exercem sobre suas percepções de si mesmas.

Como se vive de maneira autêntica:	Buscando a verdade e a compreensão.	Vivendo de acordo com as próprias decisões e verdades.	Estando conscientes de como o corpo se relaciona com o mundo.	Sendo honestos consigo mesmos e assumindo responsabilidade pelas ações.

Como foi mencionado anteriormente, as ideias fenomenológicas de Husserl, Heidegger, Merleau-Ponty e Sartre exerceram uma influência significativa no desenvolvimento das ciências, especialmente das ciências sociais, ao fornecerem um novo marco para compreender a experiência humana e a realidade social.

Husserl lançou as bases para o estudo da consciência e da experiência a partir da perspectiva da primeira pessoa, o que abriu caminhos para investigar como as pessoas constroem significados em suas interações cotidianas. Heidegger ampliou essa abordagem ao analisar o ser e a existência, o que ajudou as ciências sociais a aprofundar a compreensão de como os indivíduos se relacionam com o mundo e com os outros.

Merleau-Ponty, com sua ênfase na corporalidade e na percepção, influenciou áreas como a psicologia e a antropologia, ao demonstrar como a experiência sensorial e corporal fundamenta a cognição e a interação social. Sartre, por sua vez, destacou a importância da liberdade e da escolha individual, enriquecendo as discussões sobre agência pessoal e a construção da identidade em contextos sociais.

A fenomenologia social de Schütz

A fenomenologia social de Alfred Schütz é uma teoria que se centra em como os indivíduos experienciam e interpretam o mundo social. Seu trabalho baseia-se na fenomenologia de Husserl e busca analisar como os seres humanos atribuem significado às ações dentro de um contexto social (Schütz, 1972).

Schütz argumenta que a compreensão da ação social deve basear-se no significado subjetivo que os indivíduos lhe atribuem, destacando a importância das interações e da interpretação das ações dos outros. Propõe que a realidade social se organiza em diferentes camadas, desde as experiências diretas com aqueles que fazem parte do entorno até as relações com contemporâneos, predecessores e sucessores, que estão mais distantes da experiência imediata. Além disso, o autor introduz o conceito de tipos ideais para classificar e compreender a ação social a partir de uma perspectiva fenomenológica, diferenciando entre o significado objetivo e subjetivo das ações e dos produtos culturais (Schütz, 1972).

A seguir, apresentam-se os elementos mais relevantes da abordagem fenomenológica social do autor:

a) Intencionalidade da consciência

Neste conceito, o autor retoma a ideia husserliana de que a consciência está sempre direcionada a algo, ou seja, é intencional. Schütz (2003) utiliza esse conceito para explicar

como os indivíduos, na vida social, direcionam sua atenção e consciência a fenômenos específicos, atribuindo-lhes significado dentro de seu fluxo de experiências. Para Schütz, essa orientação não é aleatória nem meramente subjetiva, mas é estruturada por contextos históricos e sociais que preconfiguram os significados possíveis (Schütz, 1972).

A intencionalidade manifesta-se na forma como as pessoas interpretam suas experiências e antecipam as ações dos outros. Schütz (1974) argumenta que, por meio desse processo intencional, os indivíduos criam e sustentam o mundo social, utilizando *esquemas interpretativos* que lhes permitem compreender e navegar na complexidade da interação social. Essa abordagem destaca a importância dos processos cognitivos e perceptivos na formação da realidade social, sugerindo que a interpretação e o significado são centrais na experiência social.

Além disso, a obra de Schütz enfatiza que a intencionalidade da consciência não se relaciona apenas com a percepção imediata, mas também com a memória e a antecipação. A consciência, portanto, estende-se ao longo do tempo, conectando experiências passadas com o presente e com o futuro antecipado, o que permite aos indivíduos planejar ações e compreender as dos outros dentro de um contínuo temporal coerente (Schütz e Luckmann, 2001).

Em síntese, a intencionalidade da consciência, para Schütz, refere-se à ideia de que as pessoas sempre direcionam sua atenção e pensamento a algo específico. Isso significa que, ao pensar, sentir ou perceber, o fazem sempre focando em um objeto, pessoa, evento ou ideia. O autor acredita que esse foco não é aleatório, mas é guiado pelas experiências prévias, crenças e expectativas do indivíduo. Em outras palavras, as pessoas não apenas experienciam o mundo ao seu redor, mas ativamente lhe atribuem sentido, interpretando-o de acordo com o que já sabem, com o que desejam ou com o que consideram importante naquele momento.

b) Mundo de la vida cotidiana (lebenswelt)

O conceito de *mundo da vida cotidiana* (lebenswelt) é fundamental na fenomenologia social de Schütz e refere-se ao âmbito da experiência cotidiana e direta no qual os indivíduos realizam suas atividades diárias, interagem com os outros e compreendem o mundo. Schütz, seguindo Husserl, vê o mundo da vida como a esfera pré-científica da existência sobre a qual se fundamentam todas as interpretações e significações (Husserl, 2002). Nesse contexto, o mundo da vida é um domínio de conhecimento imediato, composto por realidades físicas, sociais e culturais que são tomadas como dadas.

Schütz e Luckmann (2001) desenvolvem esse conceito ao examinar como as estruturas do mundo da vida organizam a experiência e a interpretação. Argumentam que o mundo da vida está estratificado em diferentes camadas de realidade, incluindo o mundo do trabalho — onde se realizam atividades instrumentais e práticas — e as esferas de interação social, onde se estabelecem e mantêm relações e se compartilham significados.

O *mundo da vida cotidiana* também é intrinsecamente intersubjetivo: é compartilhado com os outros, o que permite a comunicação e a formação de significados comuns. Schütz (2003) enfatiza que o mundo da vida não é estático, mas negociado e continuamente reconstruído por meio das interações sociais. A intersubjetividade permite que os indivíduos compreendam uns aos outros e coordenem suas ações dentro de um quadro comum de realidade.

Além disso, o *mundo da vida cotidiana* caracteriza-se por sua familiaridade e naturalidade. Schütz (1972) argumenta que as pessoas operam no mundo da vida com uma atitude de naturalidade, assumindo sem questionamentos a existência e a continuidade de suas estruturas e conteúdos. Essa naturalidade permite aos indivíduos orientarem-se em seu ambiente social e lidarem com a complexidade da vida cotidiana.

O *mundo da vida cotidiana*, na fenomenologia social de Schütz, é um conceito-chave que descreve a esfera fundamental e pré-teórica da experiência humana, marcada pela intersubjetividade, pela familiaridade e pela constante negociação e reinterpretação de significados. Esse marco conceitual permite analisar como a realidade social é construída e mantida nas atividades cotidianas e nas interações humanas.

Em conclusão, Schütz utiliza esse conceito para referir-se a tudo aquilo que uma pessoa considera normal e dado em sua vida diária, como as coisas que vê, as pessoas com quem interage e as atividades que realiza. É como o cenário em que a vida cotidiana se desenrola, repleto de elementos familiares e experiências compartilhadas com os outros. Nesse mundo, as pessoas não precisam questionar constantemente como as coisas funcionam, pois já existe um entendimento básico e compartilhado sobre como a vida é. Assim, o mundo da vida é o pano de fundo comum e natural no qual todos agem e se compreendem no dia a dia.

c) Construção da realidade social

Na fenomenologia social de Schütz, a construção da realidade social é compreendida como um processo dinâmico e contínuo no qual os indivíduos, por meio de suas interações e experiências, criam e mantêm um mundo compartilhado de significados e realidades. Schütz (2003) argumenta que a realidade social não é um dado externo e objetivo, mas algo que se forma e se reformula constantemente nas atividades cotidianas das pessoas, que interpretam e negociam o significado de suas experiências e ações no contexto de relações intersubjetivas.

Schütz concentra-se em como a intersubjetividade — ou a capacidade de compartilhar experiências e significados com os outros — é essencial na construção da realidade social. Esse processo é facilitado pela existência de um conjunto de conhecimentos e esquemas interpretativos compartilhados que os indivíduos utilizam para dar sentido ao seu mundo. Esses esquemas são produto da socialização e da cultura, e fornecem um quadro para a compreensão mútua e a ação coordenada (Schütz e Luckmann, 2001).

A realidade social, segundo o autor, está estratificada em múltiplas realidades, cada uma com suas próprias regras e significados. Essas realidades incluem o mundo da vida, onde as interações sociais ocorrem de maneira imediata e direta, e outros mundos subordinados ou derivados, como a arte, a religião e a ciência, que possuem seus próprios sistemas de significado e relevância (Schütz, 1972).

Schütz também explora a importância da linguagem na construção da realidade social. Para o autor, a linguagem não apenas permite a comunicação de experiências e conhecimentos entre os indivíduos, mas também atua como um repositório de significados culturais e sociais, ajudando a estruturar e transmitir a realidade social ao longo das gerações (Schütz, 1974).

A construção da realidade social na teoria de Schütz é um processo complexo e interativo, no qual os indivíduos, utilizando ferramentas culturais e comunicativas como a

linguagem, negociam e reinterpretam constantemente o significado do seu mundo compartilhado. Essa abordagem destaca a natureza dinâmica e fluida da realidade social, que se forma no entrelaçamento das experiências pessoais e coletivas dentro de um quadro intersubjetivo.

Em definitivo, para Schütz esse conceito representa o modo como as pessoas criam e compreendem o mundo em que vivem por meio de suas interações com os outros. Cada pessoa tem sua própria perspectiva, mas ao compartilhar experiências, conversar e trabalhar em conjunto, constroem um *acordo* sobre uma realidade comum. Isso significa que o que se considera normal ou verdadeiro na sociedade não é simplesmente dado ou natural, mas formado a partir das conversas, acordos e entendimentos estabelecidos com as demais pessoas. Assim, a realidade social é como um edifício que todos constroem juntos por meio de suas relações e comunicações diárias.

d) Tipificações e tipos ideais

Para Schütz e Luckmann (2001), as *tipificações* são esquemas mentais que os indivíduos utilizam para simplificar e estruturar sua compreensão do mundo social. São categorias generalizadas que permitem às pessoas interpretar experiências, comportamentos e ações de outros de maneira rápida e eficiente, com base em experiências prévias e expectativas socialmente compartilhadas. Por meio das tipificações, os atores sociais não precisam analisar cada situação em detalhe, mas aplicam esses "modelos" preestabelecidos para compreender a realidade cotidiana, facilitando a interação e a comunicação em um ambiente complexo e dinâmico. As tipificações são, portanto, fundamentais para a construção e a manutenção da realidade social.

A partir desse conceito geral, Schütz postula a existência do que denomina como *tipos ideais* em sua fenomenologia social. No entanto, esse elemento teórico tem origem na obra de outro sociólogo de destaque, Max Weber, que o utilizou inicialmente como uma ferramenta metodológica para analisar e compreender as ações sociais, criando construções abstratas que não necessariamente refletem a realidade, mas servem para destacar características essenciais de determinados fenômenos sociais (Weber, 2002).

Schütz, em sua fenomenologia social, adota e adapta esse conceito dentro de seu marco teórico. Em vez de aplicá-lo estritamente em termos sociológicos, como fazia Weber, ele o utiliza para compreender como os indivíduos percebem, interpretam e estruturam suas experiências na vida cotidiana. Para Schütz, os tipos ideais não são apenas uma ferramenta teórica, mas também refletem os esquemas interpretativos que os atores sociais utilizam para atribuir sentido ao mundo, facilitando a análise da *intersubjetividade* e de como as pessoas compreendem e coordenam suas ações em contextos sociais (Schütz, 2003).

Os *tipos ideais*, segundo Schütz, são simplificações ou abstrações de fenômenos sociais que destacam suas características essenciais, eliminando os detalhes acidentais ou individuais. Essas ferramentas conceituais não pretendem descrever a realidade tal como ela é, mas servem como modelos ou padrões que facilitam a compreensão e a explicação dos comportamentos e processos sociais (Schütz, 1972).

Um exemplo seria o "professor ideal". Esse professor sempre chega pontualmente, segue rigorosamente o plano de ensino, utiliza métodos pedagógicos eficazes e responde de forma equilibrada às necessidades de cada estudante. No entanto, na realidade, os professores podem se distrair, enfrentar desafios pessoais ou adaptar-se de maneiras distintas a

cada turma. O "professor ideal" não reflete exatamente a realidade, mas permite simplificar a análise do ensino. Ao comparar professores reais com esse tipo ideal, facilita-se o estudo de como eles variam em sua prática cotidiana.

Como se observa nesse exemplo, na prática, os *tipos ideais* ajudam os indivíduos e os cientistas sociais a interpretar e prever ações sociais, fornecendo um marco de referência que organiza as observações e experiências (Schütz, 1974). Outro exemplo de tipo ideal poderia ser o "burocrata", que encapsula as características e comportamentos esperados de indivíduos em funções administrativas, permitindo aos observadores identificar e analisar essas condutas em situações reais por meio da comparação *idealidade–realidade*.

Assim, é importante compreender que Schütz é enfático ao afirmar que esses *tipos ideais* são, em última instância, construções subjetivas que dependem do ponto de vista do observador. Seu valor reside em sua capacidade de facilitar a compreensão intersubjetiva e a comunicação ao fornecer uma base comum e simplificada para a interpretação das ações e relações sociais (Schütz e Luckmann, 2001).

A criação e o uso de *tipos ideais* são, portanto, fundamentais na análise fenomenológica da realidade social, pois permitem aos indivíduos e aos pesquisadores ordenar e atribuir sentido à diversidade e variabilidade das experiências sociais, construindo assim uma compreensão mais clara e sistemática dos padrões de interação e comportamento na sociedade.

Em síntese, os *tipos ideais* de Schütz são como modelos simplificados que as pessoas usam para entender melhor os outros e prever como irão agir. Por exemplo, ao pensar em um "médico", provavelmente se tem em mente uma ideia geral de como ele é e o que faz, baseada nas características comuns de muitos médicos conhecidos ou imaginados. Essas ideias ajudam as pessoas a classificar e dar sentido ao comportamento dos outros na vida cotidiana, ainda que não captem todos os detalhes únicos de cada indivíduo.

e) A epochè da atitude natural

O conceito de *atitude natural* ou *epochè* na fenomenologia social de Schütz é fundamental para compreender como os indivíduos experienciam e se relacionam com o mundo cotidiano. Essa noção, embora derivada de Husserl, refere-se, neste contexto, à predisposição inata das pessoas de aceitar o mundo ao seu redor como real e dado, sem questionamento crítico. Na *atitude natural*, existe uma tendência espontânea dos indivíduos a assumir que as percepções e experiências da vida cotidiana são objetivas e compartilhadas com os outros (Schütz, 2003).

O autor argumenta que, na *atitude natural*, os seres humanos interagem com o mundo e com os demais com base em uma série de suposições não examinadas, que facilitam a navegação e o funcionamento dentro da realidade social. Essas suposições incluem a continuidade e coerência do mundo externo, a existência de outros seres conscientes e a capacidade de comunicar-se e interagir com eles (Schütz, 1972).

A *atitude natural* permite às pessoas envolverem-se em atividades diárias e práticas sem a necessidade constante de refletir ou questionar a realidade de suas experiências. Essa postura prática e acrítica, segundo Schütz, é essencial para a economia da atenção e do esforço na vida cotidiana, pois possibilita aos indivíduos concentrarem-se em metas e tarefas específicas sem serem sobrecarregados por dúvidas constantes sobre a existência ou a natureza do mundo social (Schütz e Luckmann, 2001).

Além disso, o autor explica que a atitude natural seria a base sobre a qual se constroem os processos de socialização e educação, já que, por meio dela, os indivíduos aprendem e assimilam as normas, valores e conhecimentos de sua sociedade. Nesse sentido, a atitude natural não é apenas um fenômeno psicológico individual, mas também um fenômeno sociocultural que é transmitido e reforçado dentro das comunidades e ao longo das gerações (Schütz, 1974).

Em palavras simples, com esse conceito Schütz busca explicar essa forma tão característica com que as pessoas aceitam e tomam como certo o mundo ao seu redor, sem colocá-lo em dúvida constantemente. Isso significa que, na vida cotidiana, as pessoas não param o tempo todo para analisar ou questionar tudo o que experimentam. Ninguém faz isso! Trata-se de um elemento evolutivo necessário, que permite que as pessoas se desenvolvam psicossocialmente sem a pressão constante — e extremamente avassaladora (para não dizer incapacitante) — de estar questionando e duvidando de cada coisa e ação que realizam na vida diária.

f) Temporalidade e estrutura da consciência

Por fim, o conceito de *temporalidade e estrutura da consciência* na fenomenologia de Schütz refere-se a como os indivíduos percebem e organizam suas experiências no tempo, o que é essencial para a compreensão e a ação no mundo social. O autor baseia-se na noção husserliana de consciência interna do tempo para explorar como as experiências passadas, presentes e futuras se inter-relacionam na consciência do indivíduo, conformando sua percepção da realidade (Husserl, 2002).

Schütz (1972) argumenta que a consciência não é uma entidade estática, mas um fluxo temporal que se estende pelas dimensões do passado, presente e futuro. Essa corrente de consciência permite aos indivíduos conectar experiências passadas às atuais e projetar possibilidades futuras, conferindo-lhes um sentido de continuidade e coerência em sua existência.

A *temporalidade* é crucial para compreender como se constrói a realidade social, segundo Schütz, uma vez que as ações e os significados na vida social se desenvolvem dentro desse marco temporal. Os indivíduos interpretam suas experiências e as dos outros em um contexto temporal, o que afeta a forma como se compreendem as ações e como se planejam e coordenam as atividades (Schütz e Luckmann, 2001).

Além disso, Schütz introduz o conceito de "acervo de conhecimento à mão" para explicar como as experiências passadas acumuladas influenciam a percepção e a ação no presente. Esse acervo de conhecimento funciona como um recurso que os indivíduos utilizam para interpretar situações atuais e antecipar futuras, com base em padrões previamente vivenciados e aprendidos (Schütz, 2003).

A *estrutura da consciência* também implica uma seleção e hierarquização das experiências, nas quais certos eventos se destacam como significativos, enquanto outros são relegados ao fundo da consciência. Esse processo de tematização reflete como os indivíduos organizam e atribuem prioridade às suas experiências de acordo com suas intenções, interesses e preocupações atuais (Schütz, 1974).

A temporalidade e a estrutura da consciência, na fenomenologia social de Schütz, abordam, portanto, como as experiências temporais moldam a percepção e a compreensão

da realidade social. Essa abordagem destaca a importância da dimensão temporal na interpretação da vida social, assim como a capacidade da consciência de organizar e dar sentido às experiências em um fluxo temporal contínuo.

Em definitivo, Schütz utiliza esse conceito para abordar o fenômeno de como as pessoas experienciam o tempo e como isso afeta sua forma de pensar e sentir. Em essência, ele sugere que a maneira como se recorda o passado, se vive o presente e se antecipa o futuro está interconectada, moldando como se entende e se dá sentido à vida em geral.

Por exemplo, a forma como uma pessoa pensa sobre o que fará amanhã está influenciada por suas experiências passadas e por sua situação atual. Assim, a consciência está organizada de tal modo que o tempo — com suas memórias, experiências presentes e expectativas futuras — desempenha um papel fundamental na forma como se vê o mundo e se atua nele.

Em conclusão, a fenomenologia social de Alfred Schütz oferece um marco teórico abrangente para compreender como os indivíduos interpretam e constroem o mundo social por meio de suas interações e experiências subjetivas. Sua abordagem da intencionalidade da consciência, do mundo da vida, da construção da realidade social, dos tipos ideais e da temporalidade da consciência revela que a realidade social não é um dado fixo, mas um processo dinâmico de negociação intersubjetiva.

O autor destaca a importância do contexto histórico e cultural na formação dos significados, sublinhando que a interpretação da realidade é um ato contínuo que organiza a vida cotidiana e as relações humanas.

Abordagem da construção da realidade

A abordagem construtivista, profundamente enraizada nas teorias da aprendizagem e do conhecimento, fundamenta-se na premissa de que o conhecimento não é uma representação passiva da realidade, mas um processo ativo no qual os indivíduos constroem significados a partir de suas experiências e contextos. Essa abordagem foi influenciada pelas ideias de pensadores como Jean Piaget (2013), que propunha que, no processo de aprendizagem, os seres humanos não simplesmente absorvem informações do mundo exterior, mas também as interpretam, organizam e incorporam em suas estruturas cognitivas por meio de dois processos: assimilação e acomodação.

Para o autor, a interação ativa com o ambiente é crucial para o desenvolvimento cognitivo (Piaget e Inhelder, 1997). O construtivismo, nesse sentido, toma esse princípio e o aplica à aprendizagem de forma geral: as pessoas aprendem melhor quando podem interagir e experimentar com o ambiente, em vez de receber informações passivamente.

Nesse marco teórico, sustenta-se que a aprendizagem é um processo idiossincrático, no qual cada indivíduo constrói sua compreensão do mundo com base em seus conhecimentos prévios e experiências únicas. A importância do contexto social e cultural nesse processo também é um pilar central do construtivismo, destacando o papel da linguagem e da interação social como mediadores na construção do conhecimento.

Lev Vygotsky (1973), outro expoente de destaque do construtivismo, enfatizou a

importância da influência do ambiente social e do relacionamento comunitário no desenvolvimento cognitivo de cada pessoa, argumentando que a aprendizagem ocorre primeiro em nível social e, posteriormente, é internalizada em nível individual — sendo esse um dos principais pontos de divergência em relação à teoria piagetiana mencionada anteriormente.

Epistemologia da construção do conhecimento

A epistemologia construtivista é uma perspectiva importante dentro da teoria do conhecimento. Um de seus principais expoentes é Ernst von Glasersfeld (1995), que propõe, em termos gerais, que o conhecimento não é uma representação objetiva de uma realidade externa, mas uma construção ativa que cada indivíduo cria a partir de suas experiências. Por meio dessa construção, segundo o autor, as pessoas organizam e compreendem seu mundo, o que significa que o conhecimento não reflete uma realidade ontológica, mas é um produto adaptativo que lhes permite interagir de forma eficaz com seu ambiente. Essa abordagem também é conhecida como construtivismo radical.

Segundo é apresentado na obra de Glasersfeld (1995), as principais características da epistemologia construtivista seriam as seguintes:

1. **O conhecimento não é passivo, mas construído ativamente**: O autor sustenta que o conhecimento não é algo recebido passivamente, mas o resultado de um processo ativo de construção por parte do sujeito cognoscente. Isso implica que as pessoas criam suas próprias interpretações e compreensões do mundo com base em suas experiências prévias (Glasersfeld, 1995).

2. **O conhecimento é adaptativo, e não uma representação exata da realidade ontológica**: A principal função do conhecimento, segundo o autor, é ajudar o sujeito a organizar seu mundo experiencial, e não descobrir uma realidade objetiva independente. Em vez de ser uma cópia fiel da realidade, o conhecimento é uma construção adaptativa que auxilia as pessoas a lidar de forma eficaz com seus ambientes (Glasersfeld, 1995).

3. **A viabilidade substitui o conceito de verdade**: Em lugar de se falar em "verdade" no sentido tradicional, o construtivismo radical utiliza o conceito de viabilidade. Isso significa que uma ideia ou conhecimento é viável se funciona dentro das experiências do sujeito e lhe permite alcançar seus objetivos, em vez de ser "verdadeiro" em um sentido absoluto (Glasersfeld, 1995).

4. **O sujeito não pode transcender seus próprios limites experienciais**: O construtivismo radical enfatiza que o sujeito não pode acessar uma realidade que esteja além de suas próprias experiências. Portanto, todo conhecimento é, por definição, subjetivo e depende das construções pessoais do indivíduo (Glasersfeld, 1995).

5. **Ênfase na intersubjetividade como substituto da objetividade**: Por fim, ainda que o conhecimento seja subjetivo, a corroboração de outros seres pensantes e

> conscientes permite gerar um grau de "intersubjetividade", que funciona como substituto da objetividade tradicional. Isso significa que os acordos e confirmações entre indivíduos ajudam a estabelecer uma base comum para o conhecimento (Glasersfeld, 1995).

Essas características apresentadas por Glasersfeld destacam uma abordagem completamente nova do conhecimento, na qual as construções pessoais, a adaptabilidade e a viabilidade desempenham papéis cruciais.

Construtivismo e construcionismo social

O construcionismo social, por sua vez, é uma teoria sociológica que propõe que as "realidades sociais" são construídas por meio das interações humanas. Segundo essa perspectiva, as crenças, os conhecimentos e os fatos não são simplesmente descobertas inerentes ao mundo externo, mas construções coletivamente criadas pelos indivíduos dentro de um contexto cultural e social específico.

Em relação a isso, Berger e Luckmann (2003) argumentam que a realidade social é um produto contínuo das atividades humanas e de suas interpretações. Segundo eles, todo conhecimento — incluindo os conceitos mais fundamentais da realidade, como tempo, espaço, causalidade e matéria — é resultado de interações sociais e de processos de socialização.

Esse processo de construção da "realidade" envolve tanto a internalização das realidades sociais existentes pelos indivíduos quanto a exteriorização de novas realidades por meio da ação e da interação.

Por sua vez, Vygotsky (2009) —construtivista— enfatiza o papel importante da interação social e da cultura na formação do pensamento e do conhecimento. O autor sustenta que os processos mentais superiores se desenvolvem primeiro no nível social, entre as pessoas, antes de serem internalizados no nível individual. Nesse enfoque, a *linguagem* desempenha um papel crucial como ferramenta mediadora na construção da realidade social. As palavras e os sistemas de signos não apenas facilitam a comunicação, mas também funcionam como mecanismos fundamentais para a criação da realidade social, pois permitem que os indivíduos compartilhem experiências, conhecimentos e acordos sobre o significado das coisas.

Em consequência, tanto o construtivismo quanto o construcionismo social concebem a realidade como algo dinâmico e mutável, que se forma e se reformula constantemente por meio das interações humanas. Isso contrasta com as perspectivas positivistas ou realistas, que consideram que a "realidade" existe independentemente das percepções humanas e pode ser descoberta por meio da observação e da análise científica.

Como síntese integrativa, os elementos teóricos centrais, tanto do construtivismo quanto do construcionismo social, incluem os seguintes conceitos:

a) Construção da realidade:

Na teoria do construcionismo social, o conceito de construção da realidade refere-

se ao processo pelo qual os seres humanos criam e atribuem sentido ao seu mundo por meio das interações e acordos sociais. Essa visão sustenta que a realidade não é uma entidade objetiva e fixa, mas é moldada ativamente pelas percepções, experiências e comunicações humanas. Berger e Luckmann (2003) destacam que a realidade é um fenômeno socialmente construído, em que as estruturas de conhecimento e compreensão do mundo resultam de um processo social contínuo.

Por meio da socialização, os indivíduos aprendem e assimilam as diversas realidades de sua sociedade, incluindo as normas, os valores, a linguagem e os símbolos, os quais são essenciais para a interação humana. Esse aprendizado começa na infância e continua ao longo da vida, à medida que os indivíduos participam de diferentes esferas da vida social (Berger e Luckmann, 2003).

O processo de construção da realidade também implica a institucionalização, na qual as práticas sociais recorrentes se estabilizam e se transformam em padrões normativos que orientam o comportamento dos indivíduos dentro de uma sociedade. Berger e Luckmann (2003) explicam que, com o tempo, essas instituições tornam-se tão enraizadas que as pessoas as percebem como realidades objetivas e inquestionáveis.

Desde essa perspectiva, a construção da realidade, portanto, não é um ato individual, mas um fenômeno coletivo, no qual a realidade compartilhada surge das interações constantes entre os indivíduos. Esse processo é dinâmico e sujeito a mudanças, já que as realidades sociais podem ser reconstruídas ou modificadas por meio de novas experiências ou interações.

Por sua vez, o construtivismo social enfatiza o papel da linguagem na construção da realidade. A linguagem não apenas facilita a comunicação, mas também atua como um veículo por meio do qual as realidades sociais são formadas, transmitidas e modificadas. Por meio da linguagem, os indivíduos interpretam sua experiência e negociam o significado de sua realidade com os outros (Vygotsky, 2009).

Em síntese, a construção da realidade, segundo essas teorias da construção social, assemelha-se a um tipo de conto coletivo que vai sendo escrito dia após dia com as experiências e conversas das pessoas. Nessa narrativa, cada indivíduo contribui com suas próprias ideias e percepções, e juntas, essas contribuições formam uma história compartilhada sobre como veem e compreendem o mundo. Essa história não é fixa nem igual para todos, mas muda e se desenvolve à medida que as pessoas interagem entre si, compartilhando e negociando seus pensamentos e experiências. Assim, a realidade que todos vivenciam é construída por meio dessas interações contínuas, formando um relato comum que dá sentido ao seu mundo.

b) Interacionismo simbólico:

O *interacionismo simbólico*, dentro do marco teórico do construcionismo social, é uma teoria que se concentra em como os indivíduos interpretam e atribuem significado às suas experiências sociais por meio das interações. Essa perspectiva, desenvolvida principalmente por George H. Mead e posteriormente expandida por Herbert Blumer, sustenta que os significados e a realidade são construídos socialmente por meio da comunicação e das interações entre as pessoas.

Mead (2009) introduziu a ideia de que o "eu" se desenvolve por meio da interação social e que os indivíduos adquirem consciência de si mesmos e dos outros mediante um

processo comunicativo que envolve significados compartilhados e símbolos. Nesse processo, os indivíduos se percebem através dos olhos dos outros, conceito que o autor denomina de *outro generalizado*. A importância da linguagem nesse processo é fundamental, pois fornece os símbolos através dos quais os significados são criados e compartilhados.

Blumer (1982) ampliou essas ideias e formulou três premissas básicas do interacionismo simbólico:

- *Primeira:* Os seres humanos agem em relação às coisas com base nos significados que essas coisas possuem para eles.

- *Segunda:* Esses significados surgem da interação social.

- *Terceira:* Esses significados são modificados através de um processo interpretativo que cada indivíduo utiliza ao enfrentar os estímulos do mundo externo.

Sob a perspectiva do interacionismo simbólico, a sociedade não é percebida como uma estrutura externa e coercitiva, mas sim como um produto dinâmico da interação social. Os indivíduos não apenas interpretam ativamente o mundo ao seu redor, como também o modificam por meio de seus comportamentos, com base na interpretação desses significados (Mead, 2009).

Essa abordagem enfatiza a natureza processual e dinâmica da realidade social, considerando que indivíduos e grupos estão constantemente no processo de formar, manter e alterar o tecido social por meio de suas interações simbólicas. Assim, o interacionismo simbólico oferece uma compreensão de como as realidades individuais e coletivas são construídas e mantidas, e como a mudança social pode surgir da reinterpretação e renegociação dos significados.

Em conclusão, o interacionismo simbólico é uma ideia que sugere que as pessoas compreendem o mundo através das conversas e ações que têm com outras pessoas. Afirma-se que, quando as pessoas interagem com seus amigos ou familiares, utilizam palavras, gestos e expressões que possuem significados especiais para elas. Esses significados são criados e modificados durante a interação com os outros. Por exemplo, um aperto de mão pode ser interpretado como uma forma de dizer "olá" ou "bom trabalho", dependendo das particularidades da troca simbólica entre os indivíduos envolvidos. Assim, o interacionismo simbólico propõe que a maneira como as pessoas percebem e compreendem o mundo é construída a partir dessas interações e dos símbolos ou sinais utilizados nelas.

c) Socialização:

A *socialização*, segundo a teoria do construcionismo social, é um processo pelo qual os indivíduos adquirem e assimilam os conhecimentos, habilidades, normas, valores e papéis necessários para se integrarem e funcionarem adequadamente dentro de sua sociedade. Esse processo é essencial para a formação da identidade individual e para a perpetuação da cultura e das estruturas sociais. Berger e Luckmann (2003) conceituam a socialização como um mecanismo de transmissão da realidade social, no qual os indivíduos aprendem a navegar no mundo social por meio da internalização das expectativas e dos marcos de referência de sua comunidade.

A socialização divide-se em duas etapas principais: a socialização primária e a socialização secundária. Durante a *socialização primária*, que ocorre principalmente na infância, os indivíduos adquirem as competências básicas para a interação social, incluindo a linguagem, as normas e os valores fundamentais de sua cultura. Nesse período, a família desempenha um papel crucial como agente socializador primário, moldando as primeiras experiências e percepções do indivíduo sobre o mundo (Berger e Luckmann, 2003).

A *socialização secundária*, por outro lado, refere-se ao processo contínuo de aprendizagem e adaptação que se estende ao longo da vida do indivíduo. Nessa etapa, as pessoas enfrentam novos contextos sociais, como a escola, o trabalho e os grupos de pares, que exigem a aquisição de papéis específicos e o ajustamento a diferentes normas e expectativas (Berger e Luckmann, 2003). A socialização secundária, portanto, permite que os indivíduos desenvolvam uma identidade mais complexa e multifacetada, adaptando-se à diversidade de papéis e situações que encontram na sociedade.

Nesse contexto, Giddens (1995) introduz o conceito de *dupla hermenêutica* para ressaltar a natureza bidirecional do processo de socialização. A dupla hermenêutica indica que, ao contrário das ciências naturais, as ciências sociais estudam um mundo que já está interpretado pelos próprios atores sociais. Os indivíduos, em suas atividades cotidianas, atribuem significado às suas ações e ao ambiente ao seu redor, gerando marcos interpretativos sobre a realidade em que vivem. Esse processo inicial, no qual os seres humanos criam e utilizam interpretações para dar sentido às suas experiências, constitui o primeiro nível da hermenêutica na teoria do autor.

O que torna particular a dupla hermenêutica é que os cientistas sociais, ao estudarem esses marcos interpretativos, não se limitam a descrever as ações humanas a partir de uma perspectiva externa. Em vez disso, reinterpretam esses significados por meio do uso de conceitos teóricos e marcos analíticos, produzindo explicações que se somam ao processo de socialização. É nesse segundo nível hermenêutico que se manifesta a bidirecionalidade: as teorias sociais, uma vez formuladas, podem reintegrar o contexto social e ser adotadas pelos próprios atores sociais (Giddens, 1995).

Dessa forma, as teorias produzidas pelas ciências sociais têm o potencial de influenciar o comportamento dos indivíduos e a estrutura social em geral, pois os atores sociais podem incorporar essas teorias em seus próprios marcos de sentido, provocando mudanças em seu comportamento e na forma como interagem com as instituições. Assim, a *dupla hermenêutica* sublinha que o conhecimento social é inerentemente reflexivo e que as ciências sociais não apenas observam o mundo, mas também o transformam por meio da difusão de suas teorias, criando um ciclo contínuo de interpretação e reinterpretação entre os atores sociais e os cientistas que os estudam.

d) Conhecimento e poder:

O conceito de *conhecimento e poder* no construcionismo social está associado principalmente às ideias do saber-poder do filósofo, historiador, sociólogo e psicólogo francês Michel Foucault. Esse pensador argumentava que o conhecimento e o poder estão intrinsecamente interligados e que o poder não se exerce apenas por meio da coerção ou da autoridade, mas também por meio da produção e do controle do conhecimento. Nesse sentido, o poder se manifesta na capacidade de definir e estabelecer o que é considerado verdadeiro ou falso, normal ou anormal, legítimo ou ilegítimo (Foucault, 2003).

Foucault introduz o conceito de *discurso*, por meio do qual busca explicar como o conhecimento está vinculado ao poder. Os discursos, para o autor, são conjuntos de ideias, práticas e normas que definem e limitam o que se pode dizer, pensar e fazer em um contexto específico (Foucault, 2002). Nesse sentido, o autor também utiliza o conceito de *regimes de verdade* para explicar como certos discursos e práticas se estabelecem como dominantes em uma sociedade, excluindo e marginalizando outras formas de conhecimento (Foucault, 1980). Esses regimes de verdade são mantidos e reforçados por instituições como a educação, a ciência e os meios de comunicação, que possuem a autoridade sociocultural para definir e validar o conhecimento (Foucault, 2003).

A relação entre conhecimento e poder também se manifesta na forma como essas instituições sociais são organizadas e controladas. Por exemplo, no campo da medicina, o conhecimento médico estabelece normas sobre o que é considerado saudável ou doente, e esses critérios são usados para regular e controlar o comportamento das pessoas (Foucault, 2001). De maneira semelhante, no sistema educacional, o conhecimento que é ensinado e a forma como os estudantes são avaliados refletem e reforçam certas relações de poder (Foucault, 2003).

A perspectiva foucaultiana sobre conhecimento e poder tem sido influente em diversas áreas de estudo, incluindo a sociologia, a filosofia e os estudos de gênero. Por exemplo, nos estudos de gênero, tem-se analisado como o conhecimento sobre a sexualidade e o gênero está imbuído de relações de poder que definem e regulam as identidades e comportamentos sexuais na sociedade (Butler, 2007).

Em conclusão, o conceito de conhecimento e poder no construcionismo social destaca que o conhecimento não é simplesmente uma representação objetiva da realidade, mas está moldado por relações de poder que determinam o que é considerado verdadeiro, valioso e legítimo. Essa perspectiva construcionista convida a questionar e a analisar criticamente as formas pelas quais o conhecimento e o poder se entrelaçam na construção da realidade social.

e) Negociação de significados:

A *negociação de significados* é um processo fundamental no âmbito do construcionismo social, uma abordagem que sustenta que o conhecimento e a realidade são construídos socialmente por meio da interação humana. Essa perspectiva propõe que os significados não são inerentes aos objetos ou fenômenos, mas resultam das interpretações coletivas acordadas pelas pessoas dentro de um contexto social e cultural específico. Nesse sentido, a realidade é vista como uma construção dinâmica, dependente dos acordos intersubjetivos entre os indivíduos que participam do intercâmbio comunicativo (Berger e Luckmann, 2003).

A negociação de significados refere-se, portanto, ao processo por meio do qual os indivíduos, através da linguagem e da interação social, ajustam e reinterpretam suas compreensões da realidade com base nas experiências compartilhadas. Esse processo é dialético e contínuo, pois as interpretações estão sujeitas a revisões constantes, dependendo do contexto e das relações de poder presentes na interação (Gergen, 2007). Assim, o significado não é algo estático ou pré-definido, mas surge e evolui no contexto das relações sociais.

A comunicação desempenha um papel central na negociação de significados, já que a linguagem não é apenas um meio de expressar ideias, mas também uma ferramenta

para criar realidades compartilhadas. Segundo Gergen (1985), as palavras e os conceitos adquirem seu sentido em função dos contextos em que são utilizados, e esses contextos estão impregnados de relações de poder que influenciam quais significados prevalecem. Portanto, a *negociação de significados* também implica uma dimensão política, na qual os atores sociais podem disputar e renegociar quais interpretações são consideradas legítimas ou dominantes.

Essa abordagem tem importantes implicações em diversas áreas de estudo, como a psicologia social, a educação e, naturalmente, o Serviço Social. No campo educacional, por exemplo, a negociação de significados é um processo-chave na aprendizagem, onde estudantes e docentes co-construem o conhecimento por meio do diálogo e da reflexão conjunta. Nesse sentido, Vygotsky (2009) destaca — como mencionado anteriormente — que a aprendizagem é um processo social no qual os significados se desenvolvem e se consolidam na interação com os outros.

Em conclusão, a negociação de significados, sob uma perspectiva construcionista social, é um processo interativo e contínuo por meio do qual as pessoas constroem a realidade. Esse processo não apenas reflete as dinâmicas intersubjetivas nas quais os atores estão envolvidos, mas também revela as estruturas de poder que moldam as interpretações coletivas. Compreender esse fenômeno é crucial para entender como as realidades sociais são configuradas e transformadas em diferentes contextos.

f) Papel das instituições:

No âmbito do construcionismo social, as *instituições* ocupam um lugar central como entidades que participam ativamente da construção da realidade social. Diferentemente de abordagens mais tradicionais, que consideram as instituições como estruturas objetivas e permanentes, o construcionismo social sustenta que estas são o resultado de processos históricos e dinâmicas sociais. As instituições, como a família, a escola ou o Estado, são criadas e sustentadas por meio de práticas discursivas e de interação social, o que implica que seus significados, funções e normas são continuamente negociados e redefinidos (Berger e Luckmann, 2003).

Sob essa perspectiva, as instituições não são meras estruturas que regulam o comportamento humano, mas sistemas dinâmicos de significação que influenciam como as pessoas compreendem e participam do mundo social. Gergen (2007) sustenta que as instituições desempenham um papel fundamental na produção de significados compartilhados, pois fornecem os marcos interpretativos a partir dos quais os indivíduos e grupos constroem suas identidades e relações. Por meio de suas normas, rituais e discursos, as instituições orientam o comportamento e estabelecem o que é considerado como "real", "correto" ou "normal" em um contexto social específico.

O poder das instituições reside em sua capacidade de legitimar e perpetuar certas narrativas e estruturas de poder, ao mesmo tempo em que deslegitimam ou marginalizam outras. Foucault (1995) destaca como as instituições, especialmente aquelas relacionadas à educação, à saúde e ao sistema judiciário, desempenham um papel crucial na criação de *sujeitos sociais*, impondo determinadas formas de conhecimento e comportamento que refletem as relações de poder dominantes. Nesse sentido, as instituições não são neutras, mas atuam como mecanismos de controle social que reforçam certas formas de pensar e agir, ao mesmo tempo em que excluem outras possibilidades.

Além disso, as instituições têm um papel na estabilização das realidades sociais, pois suas estruturas formais e processos regulam as interações e proporcionam continuidade ao longo do tempo. No entanto, o construcionismo social reconhece que essas estruturas não são estáticas, mas estão sujeitas a transformações à medida que os significados e as práticas sociais mudam. As instituições devem adaptar-se às novas realidades sociais que emergem por meio da interação e da negociação contínua entre os atores sociais (Gergen, 2007).

Em resumo, sob a ótica do construcionismo social, as *instituições* são vistas como atores-chave na construção da realidade social. Por meio de suas práticas e discursos, não apenas regulam o comportamento, mas também participam da criação de significados e realidades compartilhadas. Contudo, sua natureza é dinâmica e sujeita a mudanças, o que as torna espaços de constante negociação de poder e significados.

g) Perspectiva histórica e cultural:

O construcionismo social, sob uma perspectiva histórica e cultural, ressalta que as formas pelas quais as pessoas compreendem e vivenciam a realidade não são fixas nem universais, mas estão profundamente enraizadas em contextos históricos e culturais específicos. Essa perspectiva implica que o conhecimento, os significados e as práticas sociais são influenciados pelos marcos históricos e pelas estruturas culturais que prevalecem em determinados momentos. Como sustentam Berger e Luckmann (2003), a realidade é socialmente construída, o que significa que as categorias e conceitos que utilizamos para dar sentido ao mundo são produtos de interações sociais desenvolvidas em contextos históricos particulares.

O construcionismo social se distancia das explicações essencialistas que atribuem à natureza humana ou ao progresso científico a origem das crenças e valores. Em vez disso, propõe que as formas como as sociedades constroem suas realidades variam ao longo do tempo e entre diferentes culturas. Gergen (2007) argumenta que aquilo que hoje é considerado como verdades universais ou conhecimentos indiscutíveis são, na realidade, produtos de processos históricos influenciados por fatores culturais, econômicos e políticos específicos. Dessa forma, o construcionismo social desafia as noções de objetividade e de verdade absoluta, propondo que o conhecimento está sempre mediado pelas circunstâncias sociais e históricas.

Historicamente, as mudanças nas condições sociais geraram novas formas de compreender a realidade. Por exemplo, a transição das sociedades pré-modernas para as modernas implicou uma transformação radical na maneira como as pessoas compreendiam o tempo, o espaço e as relações sociais (Giddens, 1996). O surgimento do capitalismo, a industrialização e o avanço da ciência moderna são fenômenos históricos que redefiniram não apenas as estruturas sociais, mas também as formas pelas quais os indivíduos conceituam o mundo. Nessa perspectiva, os significados atribuídos a conceitos como trabalho, família ou autoridade são profundamente influenciados por essas mudanças históricas.

Do mesmo modo, o contexto cultural também desempenha um papel crucial na construção da realidade. Cada cultura produz seu próprio conjunto de significados e práticas, o que implica que as compreensões sobre identidade, gênero, moralidade ou conhecimento podem variar significativamente entre diferentes sociedades (Gergen, 2007). Por exemplo, em algumas culturas, a identidade é construída de maneira relacional e coletiva,

enquanto em outras prevalece uma visão mais individualista do "eu". Essas diferenças refletem como os contextos culturais específicos moldam as formas pelas quais as pessoas experienciam e dão sentido às suas vidas.

Em conclusão, a perspectiva histórica e cultural do construcionismo social destaca que o conhecimento e os significados não são universais, mas dependem dos contextos históricos e culturais nos quais se desenvolvem. Essa abordagem enfatiza a importância de compreender como os fatores históricos e culturais influenciam a construção da realidade, e questiona as noções de objetividade e universalidade do conhecimento.

Fenomenologia e construcionismo social

Como mencionado anteriormente, existe uma relação prática interessante para a intervenção do Serviço Social entre as abordagens fenomenológica e construcionista social. Pode-se dizer que a fenomenologia e o construcionismo social são como dois amigos que estudam como as pessoas entendem e constroem seu mundo, mas cada um o faz de uma maneira diferente.

A fenomenologia, como um dos amigos, está muito interessada em como as pessoas sentem e vivenciam as coisas diretamente. É como quando alguém fecha os olhos e toca algo com as mãos para descobrir o que é, usando apenas o que sente para compreendê-lo. Por outro lado, o construcionismo social, o outro amigo, acredita que a maneira como se entende o mundo é construída em conjunto, conversando e compartilhando ideias com os outros. É como quando se constrói um castelo de areia com um grupo de amigos; o castelo não seria o mesmo se fosse feito por uma única pessoa, pois cada amigo contribui com uma parte diferente e única para a forma dessa construção, o que também a torna única; isso também se transforma em uma experiência única para cada um dos membros desse grupo de amigos.

Assim, embora pareça que esses dois amigos pensem de maneiras diferentes (a fenomenologia e o construcionismo social), na verdade, eles estão conectados. A fenomenologia aponta que a experiência pessoal é importante para compreender o mundo, e o construcionismo social mostra que as ideias sobre o mundo também se formam quando se interage com outras pessoas. Juntas, ambas as abordagens ajudam a entender como cada pessoa vê o mundo de maneira única, mas ao mesmo tempo, como essa compreensão do mundo é construída por meio do compartilhamento com os outros.

No quadro comparativo a seguir, sintetizam-se de forma mais clara os principais pontos de complementaridade entre a fenomenologia e o construcionismo social:

Aspecto	Fenomenologia	Construcionismo Social
Enfoque principal	Estudo da consciência e da experiência subjetiva.	Estudo das interações sociais e seu impacto na construção da realidade.
Fundamento teórico	Centra-se na experiência individual e na percepção direta dos fenômenos.	Enfoca como as realidades são construídas por meio das interações sociais.

Método	Descrição detalhada das experiências vividas para captar a essência dos fenômenos.	Análise das interações e dos processos sociais que levam à construção de conhecimentos e realidades.
Perspectiva sobre a realidade	Considera que a realidade se revela por meio da experiência subjetiva e da consciência.	Argumenta que a realidade é socialmente construída e resulta de processos sociais.
Contribuições	Aprofunda a compreensão da experiência humana e da consciência.	Fornece insights sobre a influência das estruturas sociais na percepção da realidade.
Papel da cultura e da linguagem	Importantes para a forma como os indivíduos experienciam e compreendem o mundo.	Cruciais na construção e transmissão da realidade social.
Interesse comum	Compreensão de como os indivíduos dão sentido ao seu mundo de forma intersubjetiva.	Análise de como o sentido e a realidade são compartilhados e sustentados socialmente.

Este quadro reflete como, embora a partir de perspectivas diferentes, tanto a fenomenologia quanto o construcionismo social se interessam pela forma como os seres humanos compreendem, experienciam e constroem o seu mundo, enfatizando a importância do contexto social e das interações na formação da realidade e da experiência.

Abordagem desconstrutivista de Derrida

A abordagem desconstrutivista de Jacques Derrida tem sido amplamente discutida em diversas disciplinas, particularmente no campo das humanidades e das ciências sociais. Em sua obra fundamental *De la gramatología* (1986) [Gramatologia], Derrida apresenta a desconstrução como um método crítico que busca desmantelar as hierarquias de significação presentes nos textos e discursos. Aplicada à esfera sociocultural, essa abordagem permite desvendar como as estruturas de poder, ideologia e significado foram historicamente configuradas e como esses sistemas mantêm sua influência na cultura contemporânea.

Esse pensador não concebe a desconstrução como uma simples destruição, mas sim como uma forma de revelar as contradições internas presentes nos discursos que aparentam ser coerentes e unificados. No contexto sociocultural, isso implica uma análise profunda das narrativas predominantes, desvelando as exclusões e marginalizações que tais narrativas podem ocultar. Por exemplo, em sua crítica ao logocentrismo ocidental, Derrida expõe como as culturas ocidentais privilegiaram historicamente a palavra escrita e o discurso racional como formas superiores de conhecimento, subordinando outras formas de expressão, como a oralidade ou as culturas não ocidentais (Derrida, 1986). Essa análise é

essencial na sociocultura contemporânea, pois permite questionar os pressupostos universais que fundamentam a criação e a interpretação dos valores culturais.

Essa abordagem também tem sido utilizada para analisar como as representações culturais são construídas com base em binarismos hierárquicos, tais como centro/periferia, masculino/feminino, civilização/barbárie, etc. Esses binarismos, segundo Derrida (1986), são inerentemente instáveis, pois cada termo depende de seu oposto para ser definido, o que gera uma tensão constante na estrutura do significado. Ao aplicar a desconstrução, é possível evidenciar como esses binarismos sustentaram relações de poder desiguais e como as narrativas culturais predominantes marginalizaram formas alternativas de saber e de ser no mundo.

La *différance*

O conceito de *différance* é central na filosofia de Derrida e constitui um dos pilares fundamentais de sua abordagem desconstrutivista. O autor introduz esse termo como uma forma de subverter a tradição metafísica ocidental que privilegiou a "presença" como centro do significado (Derrida, 1982). O termo *différance*, que não possui uma tradução direta para o português, joga com as noções de "diferença" e "adiamento" (*différer*, em francês, significa tanto diferir quanto adiar) para indicar que o significado nunca é fixo nem plenamente presente, mas está sempre deslocado e adiado por meio de uma cadeia interminável de signos.

Derrida argumenta que a linguagem e o significado funcionam por meio de relações diferenciais. Ou seja, nenhum signo possui um significado intrínseco ou essencial; seu significado depende da relação com outros signos. Assim, a *différance* questiona a ideia de que o significado possa estar plenamente presente em um dado momento. Em vez disso, o significado está sempre adiado, nunca completamente acessível nem concluído. Esse adiamento é o que estrutura o sistema da linguagem e a produção de sentido, segundo o autor (Derrida, 1982).

Nesse sentido, como mencionado anteriormente, Derrida também desafia o logocentrismo, ou seja, a tendência da filosofia ocidental de privilegiar a *palavra* como portadora direta de significado. A *différance* introduz uma fissura nessa concepção, ao sugerir que, mesmo quando acreditamos estar diante de um significado pleno ou presente, este já está diferido por meio de um complexo jogo de diferenças com outros significados. Isso implica que nunca temos acesso direto ao significado, mas estamos sempre imersos em um processo contínuo de interpretação e ressignificação (Derrida, 1973).

Além disso, a *différance* se relaciona com o conceito de *traço* (*trace*), que Derrida utiliza para descrever como os significados carregam sempre a marca de outros significados. O traço é um sinal de que um significado foi influenciado por significados anteriores e que também influenciará significados futuros, criando uma estrutura na qual não há um ponto de origem ou de fim definitivo. Nesse contexto, a *différance* não é simplesmente uma ferramenta conceitual, mas um princípio operativo que orienta a produção de sentido na linguagem e na cultura (Derrida, 1986).

Por fim, é importante destacar que Derrida insiste que a *différance* não é um conceito ontológico no sentido tradicional. Não se trata de uma entidade ou de um ser; trata-

se, antes, de um "não-ser" ou um "não-presente" que articula o espaço entre os signos. Dessa forma, desafia as categorias binárias de ser/não-ser, presença/ausência que estruturaram a filosofia ocidental, propondo, em seu lugar, uma visão da linguagem e do significado como processos abertos, diferidos e em constante transformação (Derrida, 1986).

Em conclusão, a *différance* é um conceito que questiona as noções tradicionais de significado, presença e ser na filosofia ocidental. Por meio desse termo, Derrida propõe uma visão da linguagem e do significado como processos dinâmicos e diferenciais, nos quais o sentido está sempre deslocado e em transformação.

Desconstrução das narrativas socioculturais

Nesse contexto, Derrida propõe, por fim, que a desconstrução é um processo crítico que revela as tensões e contradições internas nos sistemas de pensamento (Derrida, 1986). Assim, sob essa perspectiva, a desconstrução das narrativas socioculturais dominantes implicaria desmantelar as estruturas duais de pensamento para mostrar como elas sustentam hierarquias de poder e dinâmicas de dominação entre as pessoas.

Um aspecto central do processo de desconstrução das narrativas socioculturais, a partir dessa abordagem filosófica, pode ser a crítica às noções de origem e pureza. Derrida sustenta que qualquer ideia que pretenda ter uma origem clara e definida necessariamente oculta múltiplas influências e contradições internas. Em seu conceito de *différance*, como explicado anteriormente, o autor aponta que o significado dos textos ou, neste caso, das narrativas, está sempre diferido — ou seja, não é fixo nem estável, mas está em constante mudança e depende de outros significados que o cercam (Derrida, 1978). Essa "diferença" entre o que uma narrativa diz explicitamente e o que implica ou exclui é onde reside sua instabilidade.

Na desconstrução das narrativas socioculturais, aplicando a filosofia de Derrida, pode-se direcionar a atenção analítica para mostrar como essas narrativas dependem de exclusões e silêncios que são essenciais para sua coerência. As narrativas dominantes, como as histórias nacionais ou os discursos ideológicos sobre a identidade, costumam excluir ou marginalizar certos grupos ou experiências para manter sua coesão. Derrida revelaria, nesse caso, que essas exclusões seriam estruturais, e que o significado das narrativas socioculturais se construiria por meio da negação do "outro".

Por fim, Derrida argumenta que a desconstrução não é um processo que culmina em uma nova estrutura fixa ou em um novo conjunto de significados. Em vez disso, a desconstrução está sempre aberta; é um processo contínuo de análise e crítica (Derrida, 1978). Isso implicaria que as narrativas socioculturais nunca podem ser completamente reescritas ou reformuladas em termos absolutos; sempre haverá novas camadas de significado que emergirão no processo de reinterpretação. Assim, a desconstrução das narrativas não conduz a uma verdade definitiva, mas sim a uma constante abertura para novas interpretações e possibilidades de sentido.

Em síntese, a aplicação da abordagem desconstrutivista de Derrida à esfera sociocultural permite desmantelar as estruturas de poder e significado que configuram as identidades, as culturas e as relações sociais. A desconstrução revela as inconsistências e exclusões subjacentes aos discursos hegemônicos, oferecendo um marco crítico para analisar a

produção cultural e as dinâmicas sociais contemporâneas.

A abordagem hermenêutica

A abordagem hermenêutica, baseada na metodologia hermenêutica, desenvolveu-se como uma perspectiva crucial para a compreensão das dinâmicas sistêmicas socioculturais. Essa abordagem tem suas raízes na necessidade de interpretar e atribuir sentido às experiências humanas, aos textos, às tradições e às interações sociais em um contexto no qual os significados estão em constante evolução. A hermenêutica não é simplesmente um método de interpretação; trata-se de um processo dinâmico que envolve a interação entre o intérprete, o texto e o contexto cultural, criando uma construção de significado intrinsecamente vinculada às condições socioculturais.

Fundamentação teórica na metodologia hermenêutica

A abordagem hermenêutica fundamenta-se naquilo que se conhece como *metodologia hermenêutica*, principal contribuição do filósofo alemão Hans-Georg Gadamer, em sua obra seminal *Truth and method* (2004) [Verdade e método]. Gadamer desenvolve uma hermenêutica filosófica centrada em sua metodologia, a qual transcende a interpretação tradicional dos textos para incluir toda forma de experiência humana. Segundo Gadamer, o ato de compreender não é um processo linear de decodificação de significados predeterminados, mas sim um diálogo contínuo entre o intérprete e a tradição histórica na qual está inserido. Esse diálogo é o que o autor denomina *fusão de horizontes*, em que o horizonte do passado e o do presente se encontram, transformando tanto a compreensão do intérprete quanto o objeto interpretado.

Martin Heidegger (1993), mentor de Gadamer, também exerceu uma influência significativa no desenvolvimento da hermenêutica moderna. Heidegger propõe que o ser humano, a quem chama de *Dasein* (*ser-aí*), está sempre "lançado" em um contexto de significados preexistentes, o que implica que a compreensão é um ato ontológico, uma forma de ser-no-mundo. A metodologia hermenêutica, sob essa perspectiva, não se limita a um conjunto de regras técnicas, mas é uma manifestação do modo como os seres humanos existem e se relacionam com seu entorno.

Metodologia hermenêutica e sua aplicação sociocultural

A metodologia hermenêutica caracteriza-se por ser dialógica e reflexiva, sendo empregada para analisar fenômenos culturais e sociais a partir de uma perspectiva que privi-

legia a interpretação contextual. Essa metodologia permite que os pesquisadores compreendam como as narrativas individuais e coletivas são construídas, negociadas e transformadas dentro de sistemas socioculturais complexos. De acordo com Gadamer, a hermenêutica baseia-se no *círculo hermenêutico*, um processo no qual a interpretação das partes de um texto ou de um fenômeno sociocultural relaciona-se continuamente com a compreensão do todo, e vice-versa (Gadamer, 2004).

Essa abordagem é especialmente relevante na dinâmica sistêmica sociocultural, pois permite desvendar as estruturas de significado subjacentes às práticas e discursos sociais. Como afirma Ricoeur em sua obra *Hermeneutics and the human sciences* (2016) [Hermenêutica e as ciências humanas], a interpretação hermenêutica não é simplesmente uma técnica para ler textos, mas um ato de mediação por meio do qual o mundo do texto é revelado e a compreensão do leitor é transformada. Esse autor introduz a ideia de que a interpretação é um ato criativo que transforma tanto o intérprete quanto o objeto de estudo, ampliando assim a capacidade de compreender fenômenos culturais e sociais de forma mais rica e matizada.

Importância da tradição e do contexto na hermenêutica

Um dos pilares fundamentais da abordagem hermenêutica é a importância da tradição e do contexto cultural na formação dos significados. Gadamer enfatiza que a tradição não é uma barreira para a compreensão, mas um meio pelo qual se acessa a verdade e se participa de um processo contínuo de interpretação. A tradição, para o autor, é o horizonte histórico que condiciona a compreensão de forma inconsciente e muitas vezes implícita, mas que também pode ser transformado por meio do ato de compreender (Gadamer, 2004).

A partir dessa perspectiva, a dinâmica sociocultural é compreendida como uma teia de narrativas e discursos que são interpretados, reinterpretados e transformados ao longo do tempo, de acordo com as mudanças nas estruturas de poder, ideologias e práticas sociais. A hermenêutica permite explorar como esses elementos interagem, se sustentam e, por vezes, entram em conflito, gerando transformações nos sistemas sociais e culturais.

Consciência historicamente afetada

Gadamer introduz o conceito de *consciência historicamente afetada* como um dos pilares fundamentais de sua metodologia hermenêutica. Esse conceito destaca a ideia de que todo processo de interpretação está inevitavelmente influenciado pela história e pela tradição nas quais o intérprete está imerso. Em vez de considerar o intérprete como um observador neutro e objetivo, Gadamer o apresenta como um sujeito cujas percepções, preconceitos e compreensões foram moldados e configurados pelo contexto histórico e cultural do qual faz parte (Gadamer, 2004).

A consciência historicamente afetada implica, sob esse paradigma, que cada indivíduo carrega consigo um repertório de experiências, conhecimentos e tradições que influenciam a maneira como se depara com um texto ou fenômeno a ser interpretado. Essa perspectiva desafia a ideia moderna de que é possível alcançar uma compreensão completamente objetiva e livre de influências, pois sustenta que todo ato interpretativo está condicionado pelos efeitos da história. Gadamer não vê isso como uma limitação, mas como uma condição inerente à própria possibilidade de compreensão. Para ele, é precisamente por meio do reconhecimento e da aceitação dessa influência histórica que se pode alcançar uma interpretação mais rica e profunda (Gadamer, 2004).

O autor sustenta que essa *consciência afetada*, consequentemente, é uma parte inevitável do processo interpretativo, já que o intérprete está sempre em um diálogo contínuo com a tradição. A interpretação não é um ato de aplicação de um método científico objetivo, mas sim um processo dinâmico no qual o significado é construído por meio da linguagem e se enriquece ao interagir com o contexto histórico e cultural (Cáceres, 2018). Essa perspectiva se traduz em um jogo de círculos concêntricos, onde o todo e as partes do texto se influenciam mutuamente, ampliando constantemente a compreensão e o sentido do significado original.

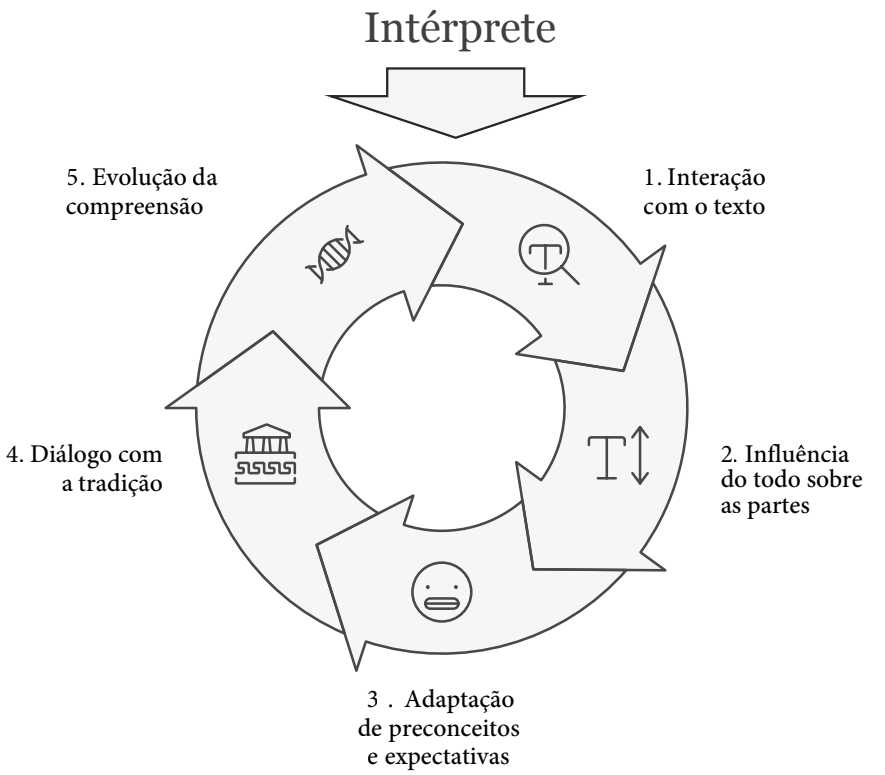
Gadamer enfatiza que a verdadeira compreensão implica reconhecer a alteridade do texto e da tradição, ou seja, a capacidade de estar aberto ao que o texto tem a dizer e de permitir que este desafie o intérprete e transforme sua perspectiva inicial. Essa abordagem destaca a importância do diálogo entre o passado e o presente, o que leva a uma experiência interpretativa que vai além dos limites de uma metodologia técnica e se converte em uma experiência vital e transformadora.

O círculo hermenêutico

O conceito de *círculo hermenêutico* é uma ideia central na metodologia de interpretação desenvolvida por Gadamer. Esse conceito refere-se ao processo contínuo e dinâmico de compreensão, no qual o intérprete se move constantemente entre o todo e as partes do texto para construir significado. Sustenta-se que não é possível entender completamente o significado de uma parte de um texto sem referência ao todo, e vice-versa; o todo só pode ser adequadamente compreendido por meio da análise de suas partes (Gadamer, 2004).

No círculo hermenêutico, a compreensão não é um processo linear, mas sim uma espiral que se expande a cada volta, à medida que se aprofunda o diálogo com o texto. Cada interação com o texto permite revisar e ajustar as interpretações anteriores, o que conduz a uma compreensão mais matizada e rica. Gadamer enfatiza que esse processo implica um constante vai e vem entre as expectativas, os preconceitos e as novas interpretações que emergem do diálogo com o texto (Gadamer, 2004).

Esse conceito também desafia a noção de que a interpretação pode ser completamente objetiva e livre de influências. Segundo Gadamer, as pessoas geralmente se aproximam de um texto com certas pré-concepções ou preconceitos, que não são necessariamente negativos, mas sim a base sobre a qual o indivíduo alcança a compreensão. À medida que se mergulha no processo interpretativo, essas pré-concepções são constantemente questionadas e reformuladas em resposta ao que o texto comunica (Gadamer, 2004).



O círculo hermenêutico, portanto, não se trata simplesmente de uma troca mecânica de informações entre o todo e as partes, mas sim de um diálogo vivo que se enriquece a cada volta (Gadamer, 2004). Ressalta-se a importância de manter uma abertura à alteridade do texto, ou seja, estar disposto a ser transformado pelo que o texto tem a dizer. Essa atitude de abertura e disposição à mudança é o que permite que o processo hermenêutico seja um verdadeiro encontro com o significado, no qual o intérprete e o texto se influenciam mutuamente.

Reflexões críticas e contribuições para o estudo da cultura

A metodologia hermenêutica tem sido criticada por sua aparente subjetividade, uma vez que enfatiza o papel do intérprete e do contexto na construção dos significados. No entanto, essa crítica também pode ser vista como uma força, pois reconhece a natureza intrinsecamente interpretativa do conhecimento humano e sua dependência do contexto histórico e cultural. Como expõe Gadamer, o objetivo da hermenêutica não é eliminar o preconceito do intérprete, mas torná-lo consciente e utilizá-lo como um recurso para a compreensão (Gadamer, 2004).

Além disso, autores contemporâneos como Richard Kearney (2002) ampliaram a aplicação da abordagem hermenêutica a questões éticas e políticas, destacando seu potencial para mediar conflitos culturais e promover o diálogo intercultural. Essa dimensão da

hermenêutica é crucial para abordar problemas contemporâneos como a globalização, as migrações e as tensões interculturais, nos quais o entendimento mútuo e a construção de significados compartilhados são essenciais para uma convivência pacífica e equitativa.

Em consequência, a abordagem hermenêutica, baseada na metodologia hermenêutica de Gadamer, oferece uma ferramenta poderosa para analisar as dinâmicas sistêmicas socioculturais. Por meio de sua ênfase na interpretação contextual, na tradição e no diálogo entre o intérprete e seu objeto de estudo, a hermenêutica permite uma compreensão profunda e matizada das estruturas de significado que subjazem às práticas sociais e culturais. Sua relevância reside não apenas em sua capacidade de interpretar textos, mas também em seu potencial de transformar a compreensão dos fenômenos socioculturais e de contribuir para o diálogo e a mediação intercultural.

Abordagem do saber-poder foucaultiano

Esse abordagem fundamenta-se na obra de Michel Foucault (1926–1984), filósofo, historiador e teórico social francês, conhecido por seus estudos influentes sobre as relações entre poder, saber e subjetividade. Sua produção abrange uma ampla gama de disciplinas, incluindo filosofia, sociologia, psicologia e história, marcando um ponto de inflexão no desenvolvimento das ciências sociais. Foucault introduziu conceitos-chave como biopolítica, saber-poder e governamentalidade, que exploram como as instituições sociais e políticas regulam a vida dos indivíduos por meio de discursos e práticas de controle. Ao desafiar as noções tradicionais de poder — que o concebiam apenas como repressivo —, Foucault demonstrou que o poder também é produtivo, criando sujeitos, saberes e normas sociais. Seu enfoque tem sido fundamental para repensar o papel das instituições e a dinâmica do poder na sociedade moderna, permanecendo uma referência central nos debates contemporâneos sobre liberdade, ética e controle social nas ciências sociais.

Saber-poder

Conforme apresentado anteriormente, o enfoque do *saber-poder* proposto por Foucault constitui um aspecto fundamental para o construcionismo social em nível filosófico. Nesse sentido, é importante começar explicando que Foucault sugere, em sua análise, que o conhecimento e o poder estão intrinsecamente entrelaçados e não podem ser compreendidos como esferas separadas. Diferentemente das concepções tradicionais, que tendem a ver o poder como algo exercido de cima para baixo, por meio da coerção e da dominação, Foucault introduz uma noção mais difusa e produtiva do poder. O poder, em sua perspectiva, não é exercido apenas pelas instituições ou figuras de autoridade, mas está presente nas relações sociais cotidianas e se manifesta por meio de múltiplas práticas e discursos (Foucault, 2003, 2012).

Um dos elementos centrais do enfoque foucaultiano é que o poder não é simplesmente repressivo, mas também produtivo. Ou seja, o poder não apenas restringe ou controla os indivíduos, mas também produz conhecimento, normas e verdades que moldam a

realidade social. Foucault argumenta que não pode haver conhecimento sem uma relação de poder, já que todo saber está inserido dentro de estruturas de poder que o legitimam e o configuram. Assim, os regimes de verdade — aquilo que em uma sociedade é considerado como verdadeiro ou falso — estão intimamente ligados à maneira como o poder é organizado e distribuído. Em sua obra *Vigilar y castigar* (2003) [Vigiar e punir], Foucault demonstra como as instituições disciplinares, como as prisões e as escolas, não apenas controlam os indivíduos, mas também produzem saberes sobre comportamento, moralidade e normalidade, que por sua vez legitimam essas mesmas instituições.

Nesse sentido, o conceito de "saber-poder" desenvolvido por Foucault refere-se à forma como o conhecimento e o poder se reforçam mutuamente. O conhecimento nunca é neutro, mas está sempre vinculado a interesses e estruturas de poder. Um exemplo claro dessa interação é o campo da medicina, onde as ciências da saúde não apenas descrevem e curam, mas também estabelecem normas sobre o que é considerado "normal" e "patológico". Dessa maneira, o discurso médico torna-se um veículo de regulação social, moldando comportamentos e subjetividades de acordo com os imperativos do poder (Foucault, 2007).

Para Foucault, o poder circula e se manifesta de maneira capilar, o que significa que não reside apenas nas grandes estruturas do Estado ou nas instituições, mas opera em todos os níveis da sociedade. Em sua análise sobre o *panóptico*, inspirado por Bentham, Foucault demonstra como a vigilância constante cria sujeitos que se autocontrolam, interiorizando as normas de comportamento que o poder busca impor. Nesse contexto, o conhecimento sobre os indivíduos, gerado por meio da observação e da categorização, torna-se uma ferramenta fundamental para o exercício do controle. Esse controle não é violento nem explícito, mas sutil, exercendo-se por meio da normalização dos comportamentos (Foucault, 2007).

Finalmente, a abordagem do *saber-poder* permite compreender que o poder não apenas oprime, mas também cria possibilidades para a resistência. Como Foucault afirma, onde há poder, há também resistência, pois as próprias dinâmicas de poder que produzem saberes e normas também geram espaços para que os indivíduos desafiem, questionem ou subvertam essas ordens. Para o autor, as relações de poder estão presentes em todas as interações humanas e não devem ser confundidas com dominação. O poder, nesse sentido, pode ser fluido, reversível e negociável entre as pessoas. No entanto, quando essas relações de poder se cristalizam e uma parte exerce controle total sobre a outra, ocorre o que Foucault chama de estado de dominação. Nesses casos, as práticas de liberdade são extremamente limitadas ou inexistentes (Foucault, 1984, 2009).

Este é um dos aspectos mais significativos do pensamento foucaultiano, pois permite reconhecer a capacidade das pessoas de transformar suas realidades sociais, mesmo dentro de contextos de dominação.

Biopolítica e o controle das populações

A *biopolítica* é outro conceito central na filosofia de Foucault que se refere às estratégias e mecanismos pelos quais o poder regula a vida humana em sua dimensão biológica. Diferentemente das formas clássicas de poder exercidas sobre os corpos individuais

por meio da disciplina, a biopolítica concentra-se na gestão das populações. Foucault explica que, a partir do século XVIII, os Estados começaram a se preocupar com questões relacionadas à saúde, natalidade, mortalidade e longevidade das populações. Esses mecanismos de controle biopolítico baseiam-se no conhecimento científico sobre a vida humana, permitindo que o Estado e outras instituições gerenciem os corpos e as vidas das pessoas de maneira mais eficaz (Foucault, 2009).

Esse conceito é fundamental para compreender como o poder não se manifesta apenas por meio da violência ou da coerção, mas também através da regulação de aspectos biológicos fundamentais, como a reprodução, a saúde pública e as políticas de natalidade. A biopolítica representa, portanto, uma forma de controle mais sutil, porém igualmente poderosa, que permite a intervenção nos aspectos mais íntimos da vida (Foucault, 2012).

A governamentalidade e o poder como prática de governo

O conceito de *governamentalidade* desenvolvido por Foucault refere-se às formas pelas quais o poder é organizado e exercido na administração das populações. Enquanto a biopolítica se concentra nos corpos e na vida, a governamentalidade diz respeito à "condução das condutas" por meio de uma série de técnicas e estratégias que buscam orientar a ação dos indivíduos e das populações. Nesse sentido, o poder não se exerce apenas por meio de leis ou normas explícitas, mas também por meio da regulação dos comportamentos através de políticas, economias e saberes (Foucault, 1991b).

Essa abordagem destaca como o Estado moderno evoluiu para formas mais complexas de governo, nas quais o poder se manifesta por meio da gestão de problemas sociais como a pobreza, a educação e a saúde (Foucault, 2012). A governamentalidade mostra que o poder não se exerce exclusivamente por meio da proibição ou da repressão, mas sim pela criação de condições que induzem os indivíduos a se comportarem de maneiras específicas.

Disciplinaridade e o panoptismo

O conceito de disciplinaridade é crucial para compreender o poder no pensamento de Foucault. A disciplinaridade, segundo Foucault, é uma forma de poder exercida por meio de técnicas que visam controlar e moldar os corpos e as mentes dos indivíduos, tornando-os mais produtivos e dóceis. Essa forma de poder se manifesta especialmente em instituições como prisões, escolas, hospitais e quartéis, onde os indivíduos são submetidos a uma vigilância constante e à normalização dos comportamentos (Foucault, 2003).

O panoptismo, inspirado na estrutura arquitetônica do panóptico de Bentham, é uma metáfora que Foucault utiliza para descrever como a vigilância se transforma em uma ferramenta de poder eficiente. No panóptico, os indivíduos são observados sem saber quando estão sendo vigiados, o que os leva a interiorizar a vigilância e a modificar seu comportamento de acordo com as normas impostas. Esse sistema disciplinar torna-se uma forma de poder sutil, porém eficaz, já que os indivíduos passam a se autocontrolar devido à possibilidade constante de serem observados.

O discurso e as formações discursivas

A análise do discurso é outro pilar fundamental na filosofia de Foucault. Para ele, o discurso não é simplesmente uma forma de expressão, mas um campo no qual se constituem as relações de poder e saber. Esses tipos de narrativas não são neutras; ao contrário, estão carregadas de poder porque estabelecem o que pode ser dito, quem tem o direito de falar e o que é considerado verdadeiro ou falso em um determinado contexto (Foucault, 2002).

As formações discursivas são sistemas de regras que determinam que tipo de conhecimento é possível em um dado momento. Como mencionado anteriormente, um exemplo clássico dado por Foucault sobre esse tema é o da medicina e da psiquiatria, para demonstrar como certos discursos se impõem como verdades, moldando não apenas a prática médica, mas também a maneira como as pessoas são categorizadas como saudáveis ou doentes, normais ou anormais. Dessa forma, esse tipo de narrativa discursiva não apenas descreve a realidade, mas a configura ativamente.

Arqueologia do saber e genealogia do poder

Foucault utiliza dois enfoques metodológicos para analisar as relações entre poder e saber: a arqueologia e a genealogia. A arqueologia é um método que busca desenterrar as estruturas subjacentes que possibilitaram a formação de determinados saberes em momentos históricos específicos. Em seu livro *La arqueología del saber* (2002) [A arqueologia do saber], Foucault explica como os sistemas de pensamento se transformam ao longo do tempo e como cada época estabelece seus próprios critérios para definir o que é considerado conhecimento válido.

Por outro lado, a genealogia é um método histórico que investiga as origens e os desenvolvimentos dos sistemas de poder e saber. Inspirado em Nietzsche, Foucault utiliza a genealogia para mostrar que as práticas sociais e os saberes não são naturais nem universais, mas sim produtos históricos que emergem de lutas de poder (Foucault, 2004, 2012). Um exemplo claro desse enfoque pode ser encontrado em sua obra *Vigilar y castigar* (2003) [Vigiar e punir], onde Foucault analisa como as formas de punição e controle social se transformaram da era medieval à era moderna, revelando as dinâmicas de poder que sustentam essas mudanças.

O sujeito e a subjetivação

Finalmente, Foucault introduz uma concepção de *sujeito* que desafia as perspectivas tradicionais da filosofia ocidental, especialmente aquelas que o apresentam como uma entidade autônoma, livre e pré-existente ao poder. Em vez de ver o indivíduo como um agente independente que age fora das estruturas sociais, Foucault propõe que o sujeito é produto das relações de saber e poder que o atravessam. Esse processo, que ele chama de *subjetivação*, implica que os indivíduos não são apenas influenciados pelo poder, mas constituídos por ele (Foucault, 1991a).

Sob essa perspectiva, a identidade dos sujeitos e sua experiência de si mesmos não são naturais nem essenciais, mas são moldadas por meio dos discursos, das instituições e das práticas sociais. Os sistemas de poder — como as instituições educacionais, religiosas, médicas, jurídicas e prisionais — produzem formas de conhecimento que categorizam e definem os indivíduos, os quais, por sua vez, internalizam esses discursos e normas, dando forma às suas subjetividades (Foucault, 1991a).

A noção de subjetivação também destaca que o poder não se exerce unicamente por meio da repressão ou da coerção externa, mas atua a partir do interior do sujeito. As normas sociais são internalizadas, e os indivíduos passam a governar a si mesmos de acordo com os padrões estabelecidos pelo poder. Isso é o que Foucault denomina poder disciplinar — um tipo de controle que dispensa uma autoridade visível ou punições explícitas, pois os indivíduos se autorregulam com base nas expectativas sociais (Foucault, 1991a, 1995).

A subjetivação, portanto, implica que os indivíduos são constantemente produzidos e reproduzidos pelos sistemas de saber-poder, o que desmonta a noção de um sujeito livre, autônomo e soberano. Em vez disso, o sujeito é o resultado de interações complexas entre discursos, práticas e formas de poder que definem o que significa ser um indivíduo em uma determinada sociedade. Assim, o sujeito é uma construção histórica e social, uma entidade que muda e se transforma em função das mudanças nas relações de saber e poder (Foucault, 1991a).

No entanto, Foucault não vê esse processo de subjetivação como algo completamente negativo ou determinista. Em sua obra tardia, especialmente em seus estudos sobre a ética e as técnicas de si, Foucault explora como os indivíduos podem resistir às formas de poder que os constituem e desenvolver novas formas de subjetividade. Embora o poder molde os sujeitos, também existem espaços para a resistência, para que os indivíduos se reconfigurem por meio de práticas de liberdade que questionem as normas e os discursos dominantes (Foucault, 1984).

Em resumo, a *teoria do sujeito* de Foucault questiona as noções filosóficas tradicionais de liberdade e autonomia. O sujeito não é uma entidade fixa e pré-existente ao poder, mas se forma por meio das relações de saber e poder que definem quem somos e como nos compreendemos. Esse processo de subjetivação está no centro das investigações foucaultianas sobre como as sociedades modernas governam os indivíduos, não apenas por meio da coerção, mas também mediante a produção de subjetividades que internalizam as normas sociais.

Abordagem do poder hegemônico gramsciano

A abordagem do poder hegemônico desenvolvida por Antonio Gramsci constitui um dos pilares fundamentais do pensamento crítico contemporâneo na análise sociopolítica e cultural. Gramsci, teórico marxista italiano, introduz o conceito de "hegemonia" para se referir à capacidade de uma classe social dominante de estabelecer e manter sua liderança sobre outras classes não apenas por meio da coerção, mas também mediante a obtenção do consenso.

Ao contrário da dominação exercida exclusivamente por meios coercitivos ou repressivos, a hegemonia proposta por Gramsci (1981a) implica um controle mais sutil e profundo, no qual a classe dominante não apenas impõe sua vontade, mas consegue que esta seja percebida como legítima e, em muitos casos, desejável pelas classes subordinadas. Esse consenso é gerado e sustentado principalmente na esfera da cultura e da ideologia, o que permite à classe dominante naturalizar seu controle e apresentar seus interesses como se fossem os interesses de toda a sociedade.

A hegemonia cultural, portanto, atua como um processo pelo qual as ideias e valores dominantes se integram ao tecido social, infiltrando instituições-chave como a educação, os meios de comunicação, a religião e as organizações sociais, de modo que a ordem estabelecida pareça inquestionável, normal e até inevitável. Dessa forma, a hegemonia garante que o poder da classe dominante seja aceito não apenas em nível institucional ou político, mas também no cotidiano, influenciando a maneira como os indivíduos percebem sua realidade e sua posição dentro dela.

1. Hegemonia e consenso

O conceito de hegemonia e consenso na teoria de Gramsci é um dos pilares mais influentes de sua análise sobre o poder e a dominação nas sociedades modernas. Para o autor, a hegemonia é uma forma de poder que se exerce não apenas por meio da coerção ou da violência — como tradicionalmente entendido nas teorias do poder —, mas principalmente por meio da construção do consenso entre as classes sociais. Esse consenso é gerado por mecanismos ideológicos e culturais que fazem com que as classes subordinadas aceitem, de forma relativamente passiva, a liderança e a direção da classe dominante (Gramsci, 1981a, 1981b).

O consenso como forma de dominação

O consenso, na teoria gramsciana, refere-se à capacidade da classe dominante de convencer as classes subordinadas de que seus interesses particulares são, na verdade, os interesses gerais de toda a sociedade. Gramsci observa que esse processo não é imposto por meio da força ou da violência, mas se desenvolve através de um processo de persuasão e legitimação. As instituições da sociedade civil — como a igreja, as escolas, os meios de comunicação e as organizações culturais — desempenham um papel crucial na criação desse consenso. Por meio delas, são difundidas ideias, valores e crenças que reforçam a dominação da classe dominante e apresentam o *statu quo* como algo natural e inevitável (Gramsci, 1981b).

Esse tipo de poder é mais sutil e profundo do que o mero controle exercido por meio da coerção, pois opera no nível das ideias e crenças, internalizando o poder nas mentes dos dominados. Assim, as classes subordinadas não apenas se veem obrigadas a aceitar a liderança da classe dominante, mas o fazem voluntariamente, acreditando que isso é o melhor para o bem comum. Gramsci afirma que a hegemonia se expressa tanto na direção intelectual e moral quanto na dominação política e econômica (Gramsci, 1981b). Essa ideia de direção intelectual e moral é central para compreender como se constrói o consenso

dentro da hegemonia.

Hegemonia e sociedade civil

A chave do conceito de consenso está no papel da sociedade civil. Para Gramsci, a sociedade civil é o conjunto de instituições e organizações que mediam entre o indivíduo e o Estado, como as igrejas, os sindicatos, as associações educacionais e os meios de comunicação. Ao contrário do Estado, que se encarrega da coerção, a sociedade civil é o espaço onde se forma o consenso hegemônico, ou seja, onde as ideias da classe dominante passam a ser aceitas como as ideias "comuns" de toda a sociedade (Gramsci, 1981b). Em outras palavras, a hegemonia não se sustenta apenas pelo controle do aparato coercitivo do Estado, mas depende da capacidade da classe dominante de controlar a produção e a difusão de ideias na sociedade civil.

Gramsci também distingue entre o Estado, que exerce a coerção direta, e a sociedade civil, que é o espaço onde se constrói o consenso. Essa distinção é fundamental, pois permite compreender que a hegemonia não é apenas uma questão de controle político ou econômico, mas também de controle cultural e ideológico. A hegemonia se mantém não apenas porque a classe dominante detém os recursos econômicos e militares, mas porque conseguiu estabelecer um bloco histórico, ou seja, uma aliança entre diversas forças sociais que compartilham sua visão de mundo (Gramsci, 1981b).

O processo de criação do consenso

Gramsci enfatiza que o consenso não é algo alcançado de forma definitiva, mas deve ser constantemente renovado e reconstruído. A hegemonia é um processo dinâmico, que exige um esforço contínuo por parte da classe dominante para manter sua liderança. Isso implica uma negociação permanente entre a classe dominante e as classes subordinadas, que, embora aceitem em grande medida a liderança hegemônica, também podem oferecer resistência e buscar desenvolver suas próprias formas de consciência crítica e contra-hegemonia (Gramsci, 1981b).

Além disso, Gramsci introduz a ideia de que a hegemonia é sempre parcial e incompleta. Nunca pode haver um consenso absoluto, pois sempre existirão setores da sociedade que resistem ou questionam a liderança dominante. Portanto, a hegemonia implica uma luta constante para manter o consenso, enquanto as classes subordinadas podem buscar construir uma "contra-hegemonia" que desafie e substitua o sistema de valores e crenças dominante (Gramsci, 1999).

A hegemonia e a revolução cultural

Gramsci, inspirado pelo marxismo, acreditava que, para que uma revolução fosse bem-sucedida, não bastava apenas uma mudança nas estruturas econômicas e políticas, mas era igualmente necessário transformar a esfera cultural. Para ele, o processo revolucionário exigia a criação de uma nova hegemonia, capaz de desafiar e desmontar a hegemonia da classe dominante. Isso só seria possível por meio do que Gramsci denominou uma "guerra de posição", uma batalha prolongada e complexa que não envolvia apenas a tomada do poder político, mas também a transformação das instituições culturais e educacionais,

fundamentais para a produção do consenso (Gramsci, 1981b, 1999).

Em resumo, a abordagem do consenso na hegemonia gramsciana permite compreender como o poder opera em múltiplos níveis dentro de uma sociedade, não apenas por meio da coerção direta, mas também através da ideologia e da cultura. A classe dominante mantém seu poder não apenas pelo controle econômico, mas por sua capacidade de dirigir intelectual e moralmente a sociedade como um todo. Essa análise continua sendo relevante para entender as formas de dominação e resistência no mundo contemporâneo, em que as ideias e as narrativas culturais desempenham um papel crucial na legitimação ou contestação do poder.

2. Estrutura e superestrutura

O conceito de estrutura e superestrutura na obra de Gramsci é uma reinterpretação e ampliação do marco teórico marxista clássico, que enfatiza a inter-relação entre as bases econômicas e as formas ideológicas e culturais que configuram a sociedade. Gramsci utiliza esses termos para descrever como as relações econômicas e sociais (estrutura) interagem com as instituições e práticas culturais (superestrutura) na conformação e perpetuação do poder hegemônico. Essa distinção é crucial para compreender como o poder é mantido nas sociedades modernas e como a classe dominante não apenas controla os meios materiais de produção, mas também a produção e legitimação de ideias e valores (Gramsci, 1981b, 1984, 1986, 1999).

A estrutura: base econômica

Na teoria marxista tradicional, a estrutura, ou base, refere-se às relações econômicas fundamentais de uma sociedade, ou seja, à forma como se organizam a produção e a troca de bens e serviços. Karl Marx argumentava que as relações de produção (capitalistas ou feudais, por exemplo) determinavam em grande medida a forma como a sociedade é organizada, incluindo suas instituições políticas, jurídicas e culturais (Marx, 2008b). Para Gramsci, a estrutura continua sendo fundamental, pois descreve as condições materiais sobre as quais se baseia a dominação de uma classe sobre outra. A classe dominante, aquela que controla os meios de produção, possui a capacidade de dirigir e estruturar a vida econômica, e essa direção econômica proporciona uma base sólida para seu controle sobre outras esferas da vida social.

No entanto, Gramsci também vai além do determinismo econômico do marxismo clássico, argumentando que a estrutura não determina automaticamente a superestrutura. Embora a base econômica seja crucial, ela precisa articular-se por meio da superestrutura para garantir a hegemonia, o que introduz uma abordagem mais dinâmica e dialética entre as duas esferas (Gramsci, 1981b, 1984).

A superestrutura: ideologia, cultura e política

A superestrutura, na visão marxista clássica, abrange todas aquelas instituições, práticas, ideias e crenças que surgem da base econômica da sociedade. Isso inclui o sistema

jurídico, as instituições políticas, as formas de consciência social, a educação, os meios de comunicação e a cultura em geral. Em outras palavras, a superestrutura é o conjunto das estruturas não econômicas que legitimam e mantêm as relações de produção dominantes. Para Marx, a superestrutura, embora influenciada pela base econômica, possui uma autonomia relativa e pode, por sua vez, influenciar a estrutura econômica, em um processo dialético (Marx, 2008a).

Gramsci adota essa ideia, mas atribui uma importância ainda maior à superestrutura, argumentando que a hegemonia não pode ser sustentada apenas pelo controle da estrutura econômica, mas depende em grande medida do controle ideológico e cultural exercido por meio da superestrutura (Gramsci, 1984). É nesse ponto que o autor introduz seu conceito de hegemonia cultural, ao sugerir que a classe dominante não pode manter seu poder apenas através da coerção econômica ou política, mas deve construir uma hegemonia cultural na qual sua visão de mundo seja aceita como a visão dominante ou "natural" por toda a sociedade (Gramsci, 1981a).

A superestrutura, então, torna-se o espaço onde se negocia e se constrói o consenso. As instituições da superestrutura, como os sistemas educacionais, as igrejas, os meios de comunicação e as instituições culturais, são essenciais para a difusão das ideias e valores que legitimam a ordem social existente. A capacidade da classe dominante de controlar essas instituições e garantir que suas ideias sejam percebidas como universais é o que Gramsci chama de "direção moral e intelectual" (Gramsci, 1981b, 1986).

Estrutura, superestrutura e o Estado ampliado

Uma das contribuições mais importantes de Gramsci para a teoria marxista clássica é o seu conceito de "Estado ampliado", que incorpora tanto a estrutura quanto a superestrutura. Para Gramsci, o Estado não se limita apenas às instituições de poder coercitivo (como o governo, a polícia e o exército), mas também inclui as instituições da sociedade civil, tais como os meios de comunicação, as igrejas e as escolas, que são cruciais para a produção do consenso (Gramsci, 1981a, 1981b, 1984).

Gramsci divide o Estado em dois níveis: o *Estado coercitivo*, que inclui as instituições que exercem controle direto sobre os indivíduos (exército, polícia, tribunais), e a *sociedade civil*, que se refere às instituições onde se produz e reproduz o consenso hegemônico. Por meio dessa distinção, o autor argumenta que o poder da classe dominante não se sustenta unicamente pelo uso da força, mas também pela criação de uma hegemonia cultural que faz com que a ordem social existente pareça natural e inevitável. Esse consenso é alcançado e mantido na sociedade civil, por meio da superestrutura, enquanto a coerção é o último recurso empregado pelo Estado quando o consenso não é suficiente para manter o controle social (Gramsci, 1981a, 1981b, 1984).

Relação dialética entre estrutura e superestrutura

Uma das ideias centrais na interpretação gramsciana de estrutura e superestrutura é que estas não operam de forma separada ou isolada, mas estão em uma relação dialética constante. A estrutura econômica influencia as instituições culturais e políticas, mas estas, por sua vez, também podem influenciar a estrutura econômica. Gramsci destaca que a he-

gemonia não se estabelece de maneira unilateral, mas é um processo contínuo de negociação e luta entre as classes sociais. As classes subordinadas, embora influenciadas pela hegemonia dominante, têm a capacidade de resistir e construir contra-hegemonicamente suas próprias formas de consciência e organização cultural (Gramsci, 1981b, 1984).

Essa abordagem dialética permite a Gramsci superar o determinismo econômico simplista que caracterizava algumas interpretações marxistas tradicionais. Para Gramsci, a luta política é tanto uma luta na estrutura econômica quanto na superestrutura ideológica, e o sucesso de um projeto revolucionário exige conquistar espaço em ambos os campos. Não basta mudar as condições materiais; é igualmente necessário transformar as ideias e as instituições culturais que sustentam e legitimam a ordem existente (Gramsci, 1984).

3. Papel dos intelectuais

Por fim, o papel dos intelectuais é fundamental, segundo o autor, para compreender como a hegemonia é construída, mantida e desafiada na sociedade. Gramsci introduz uma concepção de intelectual muito mais ampla e dinâmica do que a tradicional, ao reconhecer que os intelectuais não são apenas indivíduos dedicados à produção de ideias em contextos acadêmicos, mas atores-chave na configuração do poder hegemônico e na luta pelo controle ideológico e cultural. Por meio de sua análise, o autor destaca a função dos intelectuais como mediadores entre as classes dominantes e subalternas, e como agentes ativos na criação e disseminação do consenso ideológico que sustenta a hegemonia (Gramsci, 1981a).

Definição ampliada de intelectual

Para Gramsci, o termo "intelectual" não se limita às pessoas com funções acadêmicas ou profissionais na produção de conhecimento, como filósofos, cientistas ou artistas. Na verdade, qualquer indivíduo que exerça uma função organizadora ou dirigente na sociedade pode ser considerado um intelectual (Gramsci, 1981a, 1981b). Essa definição inclui tanto os profissionais tradicionais do conhecimento quanto aqueles que, em diversos campos, contribuem para a difusão e legitimação das ideias da classe dominante, como jornalistas, professores, burocratas, clérigos e até líderes sindicais e políticos.

Gramsci afirma que todos os homens são intelectuais, no entanto, nem todos desempenham na sociedade a *função* de intelectuais. Isso significa que todos os indivíduos possuem capacidades intelectuais, mas apenas alguns exercem o papel específico de produzir, organizar ou difundir ideias no âmbito social (Gramsci, 1981a, 1981b, 1984). Portanto, os intelectuais são aqueles que participam da criação e reprodução do senso comum e da ideologia dominante, e não estão necessariamente associados à educação formal ou à academia.

Intelectuais tradicionais e intelectuais orgânicos

Nesse sentido, o autor introduz duas categorias importantes de intelectuais: os in-

telectuais tradicionais e os intelectuais orgânicos. Essa distinção é fundamental para compreender, segundo essa perspectiva, como a hegemonia é reproduzida e como pode ser desafiada.

- **Intelectuais tradicionais:** Esses intelectuais estão associados à perpetuação do status quo e geralmente pertencem a setores profissionais estabelecidos, como acadêmicos, teólogos ou funcionários culturais. Gramsci os descreve como aqueles que se veem como independentes das lutas sociais e que tendem a se manter em posições de autoridade dentro da sociedade. No entanto, Gramsci argumenta que essa suposta neutralidade é ilusória, pois eles costumam estar a serviço das classes dominantes, ajudando a manter e legitimar a ordem social existente (Gramsci, 1986, 1999). Esses intelectuais tradicionais se veem como detentores de um saber universal, mas na realidade estão imersos nas relações de poder que legitimam a hegemonia de uma classe social.

- **Intelectuais orgânicos:** Diferentemente dos intelectuais tradicionais, os intelectuais orgânicos emergem diretamente de uma classe social específica e estão profundamente conectados com seus interesses e necessidades. Segundo o autor, cada classe social produz seus próprios intelectuais orgânicos, cuja principal função é organizar, articular e difundir as ideias e os valores de sua classe (Gramsci, 1986, 1999). Os intelectuais orgânicos não apenas interpretam a realidade a partir da perspectiva de sua classe, mas também atuam como líderes na organização e condução das lutas políticas e sociais. Por exemplo, no caso da classe trabalhadora, os intelectuais orgânicos podem surgir dos sindicatos, dos movimentos sociais ou das organizações comunitárias.

A função dos intelectuais orgânicos, para Gramsci, é crucial na criação de uma contra-hegemonia — um conjunto de ideias e valores que desafiem a hegemonia dominante. Por meio de sua atividade, esses intelectuais contribuem para a formação de uma consciência crítica entre as classes subordinadas e para a articulação de um projeto político alternativo.

Intelectuais e hegemonia

Com base no exposto anteriormente, pode-se extrair que, no marco da teoria da hegemonia de Gramsci, os intelectuais desempenham um papel central na produção do consenso que permite à classe dominante manter seu poder. Gramsci enfatiza que a hegemonia não se sustenta unicamente por meio da coerção política ou militar, mas sim por meio da difusão de uma visão de mundo que se apresenta como universal e natural para todas as classes sociais. Esse processo de legitimação é realizado principalmente pelos intelectuais, que atuam como "construtores" da hegemonia.

Os intelectuais, portanto, são responsáveis por criar o que Gramsci denomina de "senso comum", ou seja, o conjunto de ideias e crenças aceitas sem questionamento pela maioria da sociedade (Gramsci, 1999). Esse senso comum não é necessariamente coerente ou racional, mas cumpre uma função essencial na perpetuação da hegemonia, pois oferece uma explicação do mundo que valida as estruturas de poder existentes. Os intelectuais da

classe dominante, por meio da educação, dos meios de comunicação e de outras instituições culturais, produzem e difundem esse senso comum, fazendo com que seus valores e interesses sejam apresentados como os interesses de todos.

A construção da contra-hegemonia

Embora para Gramsci os intelectuais sejam uma peça fundamental na criação e manutenção do consenso hegemônico, ele também reconhece que estes desempenham um papel crucial na construção de uma contra-hegemonia, ou seja, uma visão alternativa de mundo que desafia e questiona a hegemonia dominante. Para o autor, os intelectuais orgânicos das classes subalternas podem exercer um papel decisivo nesse processo, ao criarem novas formas de consciência crítica e organização política que promovam os interesses dos oprimidos (Gramsci, 1999).

A construção de uma contra-hegemonia implica uma guerra de posição, na qual as classes subalternas não lutam apenas pelo poder político e econômico, mas também pelo controle da cultura e da ideologia (Gramsci, 1999). Nesse contexto, os intelectuais orgânicos devem ser capazes de formular uma nova "direção moral e intelectual" que permita às classes subalternas articular seus próprios interesses e desenvolver uma visão coerente, racional e unificada da sociedade que desafie a hegemonia dominante.

Gramsci também enfatiza a importância da "revolução cultural" nesse processo. Para ele, a transformação das estruturas políticas e econômicas deve ser acompanhada por uma mudança cultural e ideológica. Os intelectuais orgânicos, nesse sentido, são responsáveis por desenvolver uma nova forma de pensar que possa mobilizar as classes subordinadas e romper com o senso comum imposto pela classe dominante (Gramsci, 1999).

Abordagem interseccional

A teoria interseccional é uma abordagem filosófica que emerge no final da década de 1980 nos Estados Unidos, em um contexto de crescente atenção às lutas pelos direitos civis e aos movimentos feministas. Formalmente, o termo interseccionalidade foi cunhado pela primeira vez em 1989 por Kimberlé Crenshaw, uma acadêmica e ativista afro-americana, em seu influente artigo *Demarginalizing the intersection of race and sex*, publicado naquele ano. A autora introduziu o conceito para ilustrar como as mulheres afrodescendentes enfrentavam formas de opressão que não podiam ser compreendidas apenas pelas categorias isoladas de "gênero" ou "raça", sendo necessário um enfoque que integrasse múltiplas dimensões da discriminação.

Sem prejuízo do exposto, nesta seção teórica será demonstrado que o conceito de "interseccionalidade", conforme interpretado por seus principais expoentes, vai além de ser uma mera soma de opressões; trata-se, na realidade, de um sistema de análise profundo que permite desvendar a complexidade latente nas estruturas de poder e desigualdade sociocultural.

Origem e desenvolvimento

Como mencionado anteriormente, esse conceito teórico foi cunhado por Crenshaw (1989), que analisou como as mulheres afro-americanas nos Estados Unidos vivenciavam desigualdades que não podiam ser compreendidas por abordagens que operam sobre um único eixo, como o racismo ou o sexismo de forma isolada. Crenshaw apontou que essas categorias, tratadas separadamente, invisibilizavam as experiências particulares das mulheres negras, que enfrentavam simultaneamente discriminações inter-relacionadas. Esse marco teórico surgiu como uma crítica tanto à teoria feminista hegemônica, que tendia a se concentrar nas experiências de mulheres com características mais ocidentais, quanto ao movimento antirracista, que privilegiava as vivências dos homens afrodescendentes.

A partir dessas primeiras formulações, a abordagem interseccional evoluiu graças às contribuições de diversas autoras e autores que ampliaram sua aplicabilidade e campo de ação. Em particular, Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2019) desenvolveram o conceito em profundidade, argumentando que a interseccionalidade é um dispositivo teórico e metodológico. Collins e Bilge enfatizam que a interseccionalidade não se limita ao estudo das desigualdades, mas também deve ser compreendida como uma práxis orientada para a justiça social, pois permite analisar as interações entre as diversas estruturas de poder que perpetuam as desigualdades (Collins e Bilge, 2019).

Principais expoentes da abordagem

Como mencionado anteriormente, além de Kimberlé Crenshaw — pioneira na introdução do conceito — autoras como Patricia Hill Collins e Angela Davis foram fundamentais para a consolidação e o aprofundamento da abordagem interseccional. Patricia Hill Collins, por exemplo, trabalhou extensivamente com a ideia de "matriz de dominação", na qual se entrelaçam diferentes eixos de opressão que devem ser compreendidos como inter-relacionados e mutuamente constitutivos (Collins e Bilge, 2019). Angela Davis (2018), por sua vez, explorou a inter-relação entre raça, gênero e classe, particularmente no contexto da história das mulheres afro-americanas e da luta pelos direitos civis nos Estados Unidos.

Outras contribuições significativas incluem o trabalho de María Zabala e Geydis Fundora (2022), que investigaram o potencial da interseccionalidade como ferramenta crítica para a formulação de políticas sociais, abordando a complexidade das desigualdades na educação e em outros âmbitos sociais na América Latina. Por meio de seus estudos, a interseccionalidade é reinterpretada e adaptada para analisar não apenas desigualdades de gênero e raça, mas também desigualdades estruturais ligadas à colonialidade do poder.

Postulados teóricos da interseccionalidade

Em sua essência mais pura, a "interseccionalidade" sustenta que as categorias sociais, como gênero, raça, classe e sexualidade, não são entidades isoladas que possam ser

compreendidas de forma independente, mas que se interseccionam e se influenciam mutuamente. Essa interseção gera experiências únicas de opressão e privilégio que não podem ser reduzidas ao estudo isolado de cada categoria. Como apontam Collins e Bilge (2019), essas categorias não apenas se cruzam, mas também produzem novas formas de desigualdade e possibilitam novas oportunidades de resistência e agência. A interseccionalidade, portanto, não se limita unicamente a descrever a coexistência de múltiplas identidades, mas também analisa como essas configurações produzem mecanismos complexos de subordinação e privilégio, os quais se articulam em níveis micro e macro, e se manifestam tanto nas práticas cotidianas quanto nas estruturas institucionais e sistêmicas.

Um aspecto crucial da teoria interseccional é seu compromisso com a justiça social. A interseccionalidade, para além de ser um referencial de análise acadêmica, constitui uma ferramenta orientada à transformação das estruturas de poder. Esse compromisso se reflete nos trabalhos de Davis, que enfatiza a importância da *práxis* dentro do ativismo social. Nesse sentido, a interseccionalidade não se trata apenas de compreender as desigualdades, mas também de promover uma mudança social substancial. A *práxis interseccional* implica reconhecer como as relações de poder operam simultaneamente em diferentes escalas e como as práticas de resistência podem ser situadas e específicas, baseadas na inter-relação de fatores como a comunidade, o território e a história (Davis, 2018). Dessa forma, o enfoque interseccional não busca apenas descrever realidades opressivas, mas também transformá-las, identificando pontos de intervenção eficazes que permitam reconfigurar as relações de poder e promover a equidade.

Mara Viveros (2023), por sua vez, destaca que a interseccionalidade, aplicada a partir de uma *perspectiva decolonial*, permite abordar as estruturas de poder que perpetuam a exclusão social na América Latina. Essa adaptação da interseccionalidade ressalta a importância de situar a análise em contextos históricos e sociais específicos, integrando uma crítica à colonialidade que se manifesta na discriminação contra populações racializadas e na persistência de hierarquias étnico-raciais. A perspectiva decolonial, além disso, possibilita conectar a interseccionalidade com as lutas históricas dos povos oprimidos na América Latina, visibilizando como as hierarquias de poder não são determinadas apenas por fatores contemporâneos, mas também resultam de processos históricos vinculados à colonialidade e à exploração econômica. Nesse sentido, a interseccionalidade decolonial tem como objetivo não apenas a análise crítica, mas também a subversão dessas estruturas por meio da articulação de movimentos sociais e da promoção de uma justiça verdadeiramente inclusiva e reparadora.

A matriz de dominação

A *matriz de dominação* constitui um conceito fundamental nos estudos sobre interseccionalidade, particularmente na obra de Patricia Hill Collins (2019). Esse marco analítico permite explorar as interconexões entre diversas formas de desigualdade social, como o racismo, o sexismo, a xenofobia, a homofobia e o classismo, entendidas como estruturas interdependentes que moldam as experiências humanas em diferentes níveis e contextos sociais. Mais do que uma simples soma de opressões, a matriz de dominação enfatiza como

essas formas de desigualdade se interseccionam e se reforçam mutuamente, criando hierarquias de poder complexas e multifacetadas.

A matriz de dominação conceitua o poder como uma rede inter-relacionada que organiza e legitima as desigualdades sociais. Collins enfatiza que categorias como raça, gênero, classe e sexualidade não operam de forma isolada nem estática; ao contrário, são configuradas em relações sociais específicas que refletem e perpetuam sistemas de privilégio e subordinação (Collins e Bilge, 2019). Essa abordagem interdisciplinar permite transcender análises unidimensionais para tratar da complexidade dos fenômenos sociais.

Dimensões do poder

Collins e Bilge (2019) delimitam quatro dimensões interconectadas do poder que estruturam a matriz de dominação, abrangendo tanto o nível interpessoal quanto o institucional e estrutural:

1. **Poder interpessoal:** Este nível aborda as interações cotidianas, onde se manifestam e reproduzem as dinâmicas de poder. As microagressões, os estereótipos e os preconceitos são mecanismos que perpetuam desigualdades dentro das relações sociais (Collins e Bilge, 2019). Embora essas expressões possam parecer triviais, sua acumulação reforça narrativas mais amplas de subordinação.

2. **Poder disciplinar:** Refere-se aos sistemas institucionais que gerenciam e regulam as desigualdades por meio de normas, práticas e políticas. Para as autoras, as instituições educacionais, judiciais e laborais não apenas refletem as desigualdades estruturais, mas também as perpetuam por meio de práticas discriminatórias e critérios excludentes. Esse nível examina como as vidas dos indivíduos são moldadas com base nessas estruturas disciplinares (Collins e Bilge, 2019).

3. **Poder cultural:** Explora as narrativas, valores e discursos que legitimam as hierarquias sociais. Os meios de comunicação e as representações culturais operam como espaços onde se constroem imaginários coletivos que reforçam as relações de poder existentes (Collins e Bilge, 2019). Por exemplo, estereótipos de raça e gênero no cinema ou na publicidade podem naturalizar desigualdades ao apresentar essas categorias como inerentes ou inevitáveis.

4. **Poder estrutural:** Abrange as hierarquias organizacionais e as instituições políticas e econômicas que consolidam as desigualdades sistêmicas. Esse nível, para as autoras, inclui a organização do sistema capitalista, o aparato estatal e as relações de poder globais. Collins e Bilge destacam como essas estruturas configuram as possibilidades de ação para indivíduos e grupos, limitando ou facilitando seu acesso a recursos, direitos e oportunidades (Collins e Bilge, 2019).

Interdependência das dimensões

Um princípio fundamental da matriz de dominação é seu enfoque na interdepen-

dência dessas dimensões. As dinâmicas de poder não operam de forma isolada, mas interagem para gerar experiências únicas de opressão e privilégio (Collins e Bilge, 2019). Por exemplo, uma mulher negra pode enfrentar discriminação interpessoal baseada no racismo e no sexismo, mas também estar sujeita a barreiras disciplinares no mercado de trabalho, a estereótipos culturais depreciativos e a desigualdades estruturais que restringem seu acesso ao ensino superior e à atenção à saúde.

Interseccionalidade: Para além do feminismo e do antirracismo

Embora a interseccionalidade tenha surgido principalmente no contexto das lutas feministas e antirracistas, sua aplicação não se limita exclusivamente a esses campos. A interseccionalidade também é utilizada para abordar outras formas de desigualdade e opressão, incluindo classe social, deficiência, sexualidade e idade. Por exemplo, o trabalho de Wilchins (2019) examina como as normas de gênero e as representações da masculinidade e da feminilidade são influenciadas por fatores como raça e classe, demonstrando que as categorias de opressão estão constantemente entrelaçadas na vida cotidiana.

Além disso, Wilchins sustenta que os estereótipos de gênero são construções sociais que se entrecruzam de maneira distinta conforme o contexto cultural, gerando formas específicas de opressão que permanecem invisíveis se não forem analisadas a partir de uma abordagem interseccional. Esse tipo de análise permite transcender as categorias convencionais de feminismo e racismo, explorando como as expectativas de gênero e a desigualdade econômica estão profundamente inter-relacionadas (Wilchins, 2019).

Na obra *Interseccionalidad: Desigualdades, lugares y emociones* (2021) [Interseccionalidade: Desigualdades, lugares e emoções], a autora María Rodó-Zárate aborda as dinâmicas interseccionais por meio de uma abordagem que considera tanto as desigualdades sociais quanto as emoções associadas aos lugares e às experiências cotidianas. Essa análise examina como as emoções e o espaço físico interagem com as posições sociais, explorando como as pessoas experimentam bem-estar ou mal-estar de acordo com suas posições de poder e opressão em contextos específicos.

Rodó-Zárate introduz o conceito de *Relief Maps* como uma ferramenta metodológica que permite visualizar as experiências interseccionais de bem-estar e mal-estar. Esses "mapas" oferecem uma representação subjetiva de como diferentes corpos vivenciam o espaço e as emoções, propondo que o privilégio e a opressão se manifestam não apenas na materialidade, mas também na forma como se vive e percebe o entorno. A autora aprofunda o conceito de "ferida interseccional", que define a dor e a contradição emocional que surgem quando uma pessoa é oprimida em um eixo (por exemplo, gênero) e privilegiada em outro (por exemplo, raça). Essa abordagem enfatiza que a interseccionalidade implica não apenas múltiplas formas de opressão, mas também um entrelaçamento emocional e político que demanda uma ética do cuidado na gestão das diferenças e no reconhecimento dos privilégios (Rodó-Zárate, 2021).

A autora também propõe uma classificação dos *mal-estares* (sistêmicos, circunstanciais e éticos) e dos *bem-estares* (sistêmicos, de alívio e normalizantes) para explorar

como as emoções refletem ou reforçam desigualdades estruturais (Rodó-Zárate, 2021). Esses conceitos convidam a perceber as emoções não como experiências individuais isoladas, mas como manifestações das estruturas de poder e das dinâmicas sociais que afetam as relações e os espaços habitados.

Em definitiva, a abordagem teórica interseccional constitui-se como uma resposta à insuficiência das abordagens tradicionais para lidar com a complexidade das desigualdades. Por meio das contribuições de múltiplos autores interdisciplinares, a interseccionalidade tornou-se uma ferramenta poderosa para analisar como as categorias sociais se entrelaçam e geram experiências únicas de discriminação e privilégio. Sua aplicação transcende os limites do feminismo e do antirracismo, demonstrando sua relevância para compreender e transformar uma ampla variedade de desigualdades sociais e estruturais em diferentes contextos globais e locais.

Abordagem da justiça social de Sen

A abordagem da *justiça social* proposta pelo economista indiano Amartya Sen concentra-se na ideia de *capacidades*, um conceito que representa uma crítica às teorias tradicionais da justiça baseadas na distribuição de recursos ou utilidades. Sen (2009) desafia a visão puramente distributiva da justiça, argumentando que não basta fornecer recursos ou rendas iguais a todos os indivíduos, mas é necessário considerar o que as pessoas realmente podem fazer ou alcançar com esses recursos. Segundo o autor, a verdadeira justiça social implica a ampliação das liberdades e oportunidades que permitem às pessoas viver a vida que valorizam e têm razões para valorizar.

Desse modo, a abordagem das capacidades de Sen dá ênfase às diferenças individuais, já que pessoas com os mesmos recursos podem ter capacidades distintas devido a fatores como a saúde, o contexto social e outras condições externas. Em outras palavras, essa abordagem se interessa não apenas pelas posses, mas pelo que as pessoas são capazes de fazer com elas (Nussbaum, 2011).

Essa abordagem também destaca a importância da *liberdade* como um componente essencial da justiça social. Para Sen, a liberdade não é apenas um meio, mas um fim em si mesma. As liberdades substantivas, como a liberdade de participar da vida política, o acesso à educação e à saúde, são consideradas indispensáveis para alcançar a justiça social. Sen argumenta que as políticas públicas devem ser direcionadas à ampliação dessas liberdades substantivas e que uma sociedade justa é aquela em que as pessoas têm as oportunidades e capacidades necessárias para escolher e agir de forma autônoma em suas vidas (Sen, 2000).

O caminho para a justiça social

Segundo Sen, a justiça social não é alcançada por meio da criação de instituições perfeitas ou ideais, mas sim através de um processo contínuo de aprimoramento prático

que busca reduzir as injustiças evidentes na sociedade. Essa abordagem, conhecida como "justiça comparativa", concentra-se na identificação de injustiças concretas e na implementação de soluções que permitam corrigi-las, em vez de perseguir um ideal utópico de uma sociedade completamente justa (Sen, 2000, 2009).

A seguir, apresentam-se algumas chaves para alcançar a justiça social, extraídas da abordagem teórica deste autor:

- **A abordagem das capacidades:** A justiça social é alcançada quando se garante que todas as pessoas tenham as liberdades reais ou capacidades necessárias para levar uma vida que valorizem. Isso implica não apenas distribuir recursos, mas também assegurar que os indivíduos tenham a oportunidade de desenvolver plenamente seu potencial e tomar decisões sobre suas próprias vidas. Ou seja, a justiça social exige a ampliação das capacidades individuais, que incluem a educação, a saúde, a liberdade política, entre outras (Sen, 2000, 2009).

- **A justiça como processo:** Sen sustenta que a justiça não é um estado final a ser alcançado, mas sim um processo voltado à redução das injustiças palpáveis. Isso significa que sempre haverá espaço para melhorias, e que o avanço da justiça social depende da eliminação progressiva das desigualdades e da correção dos erros que possam estar afetando negativamente a vida das pessoas (Sen, 2009).

- **A importância do raciocínio público:** Sen enfatiza o papel da "razão pública" na consecução da justiça social. Isso significa que as decisões sobre o que constitui uma injustiça e como enfrentá-la devem ser resultado de discussões e deliberações abertas e fundamentadas, nas quais múltiplas perspectivas sejam incluídas. A democracia, sob essa perspectiva, é fundamental para que os cidadãos participem do debate sobre quais mudanças são necessárias para melhorar a justiça social (Sen, 2009).

- **A imparcialidade aberta:** Para Sen, a justiça social não pode ser compreendida apenas a partir de uma perspectiva local. É necessário avaliar as injustiças considerando uma visão mais global e imparcial, o que ele denomina "imparcialidade aberta". Isso significa que as preocupações com a justiça não devem se limitar às fronteiras nacionais ou locais, mas devem incorporar as vozes e realidades de pessoas de diferentes contextos e culturas (Sen, 2009).

- **O papel das instituições e do comportamento humano:** Embora as instituições sejam importantes, Sen sustenta que a justiça social não pode depender exclusivamente delas. A justiça não se resume a desenhar as regras corretas, mas envolve analisar como essas regras afetam a vida das pessoas. Isso implica considerar também o comportamento humano e as interações sociais reais, e como esses fatores influenciam na realização da justiça (Sen, 2009).

Em síntese, para este autor, a justiça social é um objetivo dinâmico que se alcança progressivamente por meio da redução de injustiças identificáveis, da ampliação das capacidades humanas e da participação ativa das pessoas no debate sobre o que é justo. A justiça social, portanto, não é um estado fixo ou absoluto, mas sim um processo contínuo de melhoria na vida das pessoas, no qual se promove a igualdade de oportunidades e se assegura que todos possuam as capacidades necessárias para viver uma vida digna.

Abordagem funcionalista de Durkheim e Merton

Durkheim, pai do funcionalismo

A abordagem funcionalista de Émile Durkheim é um dos pilares fundamentais da teoria sociológica clássica. Durkheim propôs que a sociedade deve ser compreendida como um sistema complexo e coeso, no qual suas diferentes partes (instituições, normas, valores e crenças) desempenham funções específicas que contribuem para a estabilidade e a ordem social. Sob sua perspectiva, cada elemento da sociedade existe para satisfazer necessidades coletivas, e sua principal preocupação era entender como os diversos aspectos da vida social mantinham a coesão social.

Durkheim destacou que a coesão social era alcançada por meio do que denominou "solidariedade mecânica" e "solidariedade orgânica". A primeira, característica de sociedades primitivas e menos complexas, baseava-se na semelhança entre seus membros e em uma forte consciência coletiva que unia os indivíduos em torno de crenças e normas compartilhadas. Em contraste, a solidariedade orgânica, predominante em sociedades mais modernas e diferenciadas, surge da interdependência entre seus membros, os quais, por meio da divisão do trabalho, desempenham papéis especializados dentro da estrutura social (Durkheim, 2007).

Um dos conceitos mais importantes dentro do funcionalismo de Durkheim é a ideia de *fato social*. Segundo ele, os fatos sociais são fenômenos externos aos indivíduos, que exercem um poder coercitivo sobre eles e que devem ser estudados como coisas objetivas. Os fatos sociais incluem normas, leis, instituições e moralidades que orientam e limitam o comportamento individual. Durkheim afirmava que esses fatos sociais são essenciais para a manutenção da ordem e da estabilidade na sociedade (Durkheim, 2001).

Um elemento crucial da análise funcionalista é o conceito de *anomia*, que Durkheim utilizou para descrever situações nas quais os laços sociais e as normas que regulam o comportamento se enfraquecem ou desaparecem. A anomia, segundo ele, manifesta-se em períodos de mudança social ou crise, quando as normas tradicionais deixam de ser eficazes e ainda não surgiram novas normas para substituí-las. Isso gera desintegração social e mal-estar, uma vez que os indivíduos perdem seus pontos de referência na vida social (Durkheim, 2012).

O funcionalismo durkheimiano, no entanto, tem sido alvo de críticas por sua tendência a concentrar-se na estabilidade e coesão social, sem dedicar atenção suficiente aos conflitos e às transformações que ocorrem dentro da sociedade. Um dos pensadores mais

importantes nessa linha foi Robert Merton, que desenvolveu uma versão mais matizada do funcionalismo clássico, diferenciando-se de Durkheim principalmente ao reconhecer que nem todas as instituições ou práticas sociais produzem efeitos positivos para a sociedade.

A contribuição de Merton

A abordagem funcionalista de Merton constituiu uma evolução crítica do funcionalismo clássico, trazendo importantes matizes e reformulações ao paradigma desenvolvido inicialmente por Durkheim. Enquanto o funcionalismo tradicional centrava-se na estabilidade e na coesão social, Merton expandiu essa abordagem ao introduzir conceitos como *funções manifestas*, *funções latentes* e *disfunções*, oferecendo uma visão mais dinâmica e flexível do funcionamento das instituições e dos sistemas sociais (Merton, 2002). A abordagem deste autor, portanto, tem sido fundamental na evolução do funcionalismo em direção a uma perspectiva mais matizada e analítica.

Funções manifestas e latentes

Uma das contribuições mais significativas de Merton ao funcionalismo é a distinção entre funções manifestas e funções latentes, conceitos que permitem uma análise mais profunda das estruturas sociais. As *funções manifestas* são aquelas consequências objetivas e esperadas de uma prática ou instituição social, reconhecidas e desejadas pelos atores sociais. Por exemplo, o sistema educacional tem como função manifesta a transmissão de conhecimentos e habilidades às novas gerações (Merton, 2002).

Por outro lado, as *funções latentes* são aquelas consequências não previstas nem intencionadas que também resultam de uma prática ou instituição, mas que podem ter um impacto significativo na sociedade. Essas funções podem ser tanto benéficas quanto problemáticas. No caso do sistema educacional, uma função latente poderia ser a criação de redes sociais entre os estudantes, que lhes proporcionam oportunidades para estabelecer relações sociais e profissionais. Segundo Merton (2002):

> O conceito de função latente amplia a atenção do observador para além da questão de saber se a conduta alcança ou não sua finalidade declarada […] Mas com o conceito de função latente, prosseguimos nossa investigação e examinamos as consequências da cerimônia não para os deuses da chuva nem para os fenômenos meteorológicos, mas para o grupo que realiza a cerimônia. E aqui pode-se descobrir, como indicam muitos observadores, que a cerimônia de fato possui funções, mas funções latentes ou não deliberadas (p. 140).

Disfunções sociais

Merton (2002) também introduz o conceito de disfunção, que se refere àquelas consequências de uma prática ou instituição que podem desestabilizar ou dificultar o funcionamento harmônico da sociedade. Nesse sentido, nem todas as instituições ou práticas sociais contribuem para o equilíbrio e a coesão. Algumas podem ter, segundo o autor, efeitos negativos ou prejudiciais que fomentam o conflito, a instabilidade ou a mudança social. Como refere o autor: "Essas tensões podem ser disfuncionais para o sistema social tal como então existe; também podem ser propícias à produção de mudanças naquele sistema. Em qualquer caso, exercem pressão para que haja mudança" (Merton, 2002, p. 200).

Um exemplo clássico de disfunção é o sistema penitenciário que, embora tenha como *função manifesta* a reinserção e reabilitação dos presidiários, pode, no entanto, produzir, a longo prazo, *efeitos latentes* que geram maior marginalização ou reincidência criminal. Essa visão crítica e equilibrada do funcionalismo permite analisar as estruturas sociais a partir de uma perspectiva mais abrangente e realista, reconhecendo que nem todas as instituições cumprem papéis exclusivamente positivos na sociedade.

Em conclusão, o funcionalismo, tanto na obra de Durkheim quanto na de Merton, foi fundamental para o desenvolvimento de uma compreensão mais profunda e estruturada das realidades socioculturais nas ciências sociais. Enquanto Durkheim estabeleceu as bases da análise funcional ao destacar como as instituições e práticas sociais contribuem para a coesão e a estabilidade do sistema social, Merton ampliou essa perspectiva ao introduzir conceitos como funções manifestas, latentes e disfunções, reconhecendo não apenas as consequências positivas, mas também os efeitos não previstos e as tensões internas que podem gerar mudanças nas estruturas sociais. Juntas, essas abordagens permitem uma visão mais completa e matizada dos fenômenos sociais, facilitando uma análise tanto dos mecanismos que promovem a estabilidade quanto daqueles que impulsionam a mudança dentro da sociedade.

II. ABORDAGENS RELACIONAIS PSICOSSOCIAIS

Abordagem sistêmica

A Teoria Geral dos Sistemas (TGS)

A *abordagem sistêmica*, fundamental em diversas disciplinas acadêmicas, tem suas raízes na *Teoria Geral dos Sistemas* (TGS), proposta por Ludwig von Bertalanffy em meados do século XX. Essa teoria surgiu como uma resposta à necessidade de um marco que pudesse integrar e explicar os fenômenos complexos observados em diferentes campos do conhecimento, da biologia às ciências sociais. Bertalanffy (1989) argumentava que os princípios que regem os sistemas biológicos também poderiam ser aplicados a outros tipos de sistemas, sugerindo, assim, uma perspectiva holística e transdisciplinar. Sua abordagem influenciou significativamente a forma como pesquisadores e teóricos conduzem os estudos de sistemas, facilitando uma compreensão mais integral e interconectada dos fenômenos complexos. Esse legado metodológico continua sendo uma pedra angular na teorização e na prática sistêmica contemporânea, fornecendo as bases para explorar as inter-relações e dinâmicas que caracterizam os sistemas em múltiplas escalas.

A partir dessa visão teórica, um *sistema* deve ser compreendido como um conjunto de elementos interconectados que trabalham em conjunto em direção a um objetivo comum, formando um todo organizado. Esses elementos podem ser objetos, pessoas, conceitos ou uma combinação deles, e se caracterizam por suas interações e relações que os diferenciam do ambiente (Bertalanffy, 1989). A chave de um sistema está em como seus componentes se influenciam e se regulam mutuamente para manter seu funcionamento e alcançar seus propósitos. Essa ideia aplica-se a uma ampla variedade de contextos, desde sistemas naturais, como os ecossistemas, até sistemas criados pelos seres humanos, como os sistemas sociais, econômicos ou tecnológicos.

A TGS e a abordagem sistêmica nas ciências sociais

Na área das ciências sociais, entre os principais e mais clássicos expoentes da teoria dos sistemas nesse campo, destacam-se os teóricos Talcott Parsons e Niklas Luhmann. O primeiro, Parsons (1966), foi pioneiro na introdução da teoria dos sistemas na sociologia com seu paradigma AGIL (sigla em inglês), que identifica as quatro funções necessárias que todo "sistema social" deve desempenhar para sobreviver: *adaptação, alcance de metas, integração* e *latência* (manutenção de tensões). A partir da visão desse teórico, descreve-se um sistema social como uma estrutura na qual interagem atores individuais dentro de uma situação social específica. Essas interações são regidas por um conjunto de normas e padrões culturais compartilhados. Para o autor, o sistema social faz parte de um quadro de

referência mais amplo, composto por três sistemas inter-relacionados: o sistema social, o sistema de personalidade dos atores e o sistema cultural.

Parsons considera o sistema social como uma *ordem de interações humanas* que possui a capacidade de funcionar como um grande sistema relacional. Os atores individuais desempenham papéis dentro do sistema, organizados em torno de motivações e expectativas mútuas. Essas interações são mediadas por símbolos culturais que possibilitam a comunicação e estabelecem uma estrutura de normas e valores compartilhados, os quais organizam a conduta dos atores. Nesse marco, as relações sociais se desenvolvem e se mantêm por meio da institucionalização desses valores e expectativas de papel (Parsons, 1966).

Parsons enfatiza que o sistema social não pode ser compreendido de forma isolada, mas sim em relação com os outros dois sistemas: o da personalidade, que se refere às motivações individuais, e o cultural, que fornece o conjunto de normas e valores compartilhados pelos atores. Esses três sistemas operam em conjunto para manter o equilíbrio e a estabilidade social (Parsons, 1966).

O outro teórico importante, Luhmann (1998), buscou, na verdade, desenvolver uma teoria dos sistemas que pudesse explicar os fenômenos sociais de forma universal. O autor, inspirado pelo trabalho na área da biologia dos chilenos Humberto Maturana e Francisco Varela, propôs que os sistemas sociais são *sistemas autopoiéticos* e *autorreferenciais* que se diferenciam do seu ambiente por meio da criação de *complexidade*. Essa complexidade não é vista como um obstáculo, mas sim como uma condição necessária para a existência do sistema, sendo sua principal função reduzi-la.

Luhmann critica o funcionalismo clássico e propõe uma radicalização de sua análise, sugerindo que as *funções* precedem as *estruturas*. Nesse sentido, concentra-se em como os sistemas constroem estruturas a partir da necessidade de gerir complexidades. Um ponto central de sua teoria é a distinção entre sistema e ambiente: os sistemas são menos complexos do que seu ambiente e operam de forma fechada, gerando suas próprias operações e elementos sem uma influência direta do ambiente (Arriaga, 2003).

A *autopoiese*, por sua vez, é um conceito de suma importância para a teoria de Luhmann, na qual se postula que ela se geraria nos sistemas sociais por meio da *comunicação*. Para o autor, a comunicação é a operação central que permite a autogeração dos sistemas sociais, enquanto a *consciência individual* faz parte do ambiente. Os sistemas sociais, segundo essa perspectiva, não poderiam se comunicar consigo mesmos nem com o ambiente, mas, por meio do conceito de *acoplamento estrutural*, mantêm uma relação de interdependência com outros sistemas, como a consciência, permitindo assim a comunicação (Arriaga, 2003).

Luhmann propõe que a complexidade interna dos sistemas está relacionada com a capacidade de seleção de elementos e relações. Essa seleção é contingente e está sujeita à evolução dos sistemas. Além disso, ele aborda a ideia de limites sistêmicos, que não apenas separam o sistema de seu ambiente, mas também permitem a interação por meio de relações causais, configurando um sistema em constante transformação (Arriaga, 2003).

Em definitivo, a teoria dos sistemas de Luhmann é uma ferramenta conceitual clássica e fundamental, que permite compreender a dinâmica dos sistemas sociais em relação ao seu ambiente, à sua autopoiese e aos mecanismos de comunicação e complexidade que os sustentam.

O pensamento de Parsons e Luhmann deixou uma profunda influência na teoria social contemporânea, gerando seguidores e críticos que ampliaram ou revisaram suas proposições. Entre os autores que seguiram o legado de Parsons, destaca-se Jeffrey Alexander (1982), que desenvolveu o conceito de *neofuncionalismo*. Alexander buscou atualizar o funcionalismo clássico de Parsons, integrando novas perspectivas sobre o conflito e a mudança social — aspectos que a abordagem original tendia a deixar em segundo plano. Sua obra tem procurado oferecer uma visão mais dinâmica das funções sociais no contexto das sociedades modernas.

Por outro lado, Jürgen Habermas (1999) manteve um diálogo crítico tanto com Parsons quanto com Luhmann. A partir de sua teoria da *ação comunicativa*, Habermas desafiou a perspectiva sistêmica luhmanniana, argumentando que sua abordagem autorreferencial e sua visão de sistemas fechados subestimavam a importância da interação humana baseada no entendimento mútuo. Habermas contrapõe à teoria dos sistemas de Luhmann uma concepção comunicativa da sociedade, na qual a ação orientada ao consenso desempenha um papel central.

Por sua vez, no campo do direito, Gunther Teubner (1993) tem sido um importante seguidor de Luhmann. Teubner adaptou a teoria dos sistemas autopoiéticos à análise dos sistemas jurídicos, desenvolvendo uma abordagem inovadora sobre a autopoiese do direito. Sua obra permitiu compreender como os sistemas jurídicos operam de forma autorreferencial em um contexto globalizado, mantendo relações de acoplamento estrutural com outros subsistemas sociais.

Outra autora relevante nesse contexto é Margaret Archer (2009), cuja teoria da *morfogênese* oferece uma perspectiva crítica às ideias de Parsons e Luhmann, ao concentrar-se na relação entre estrutura e agência. Embora Archer não siga diretamente esses autores, sua abordagem sobre como as estruturas sociais condicionam as ações individuais dialoga com as preocupações teóricas de ambos, oferecendo uma alternativa baseada no realismo crítico.

Por sua vez, Claus Offe (1984) desenvolveu uma abordagem que combina elementos da teoria dos sistemas para analisar o Estado e as políticas públicas. Inspirado em parte pelas ideias de Luhmann, Offe examinou as tensões estruturais que caracterizam as sociedades modernas, especialmente no que diz respeito à interação entre os sistemas políticos e econômicos.

Por fim, Helmut Willke (2006, 2016), discípulo direto de Luhmann, aprofundou-se na aplicação da teoria dos sistemas ao estudo das organizações e da governança global. Willke explorou como os sistemas lidam com a complexidade e a tomada de decisões em um ambiente globalizado, destacando a relevância do pensamento sistêmico na governança moderna.

Como se pode observar, esses autores enriqueceram e adaptaram as teorias de Parsons e Luhmann, contribuindo para o desenvolvimento de uma teoria social mais ajustada aos desafios contemporâneos. Seus trabalhos ressaltam a vitalidade das teorias funcionalistas e sistêmicas na análise da sociedade moderna.

A abordagem sistêmica no Serviço Social

Com base em tudo o que foi exposto, é importante destacar que a teoria dos sistemas também tem oferecido uma perspectiva valiosa e transformadora no Serviço Social, proporcionando ferramentas conceituais para compreender a complexidade das sociedades e seus mecanismos de mudança e estabilidade.

Nesse sentido, Payne (1995) faz alusão aos principais autores que contribuíram para a incorporação da teoria dos sistemas no desenvolvimento do Serviço Social como disciplina profissional interventiva. O autor afirma:

> Hearn (1958 e 1959) realizou uma das primeiras contribuições à aplicação da teoria dos sistemas ao Serviço Social […] Pincus e Minahan (1973) nos oferecem uma abordagem do Serviço Social que aplica explicitamente ideias sistêmicas. Essa abordagem está sustentada pelo princípio de que as pessoas, para levarem uma vida satisfatória, dependem dos sistemas de seu entorno social imediato, razão pela qual o Serviço Social deve se voltar para tais sistemas […] O Serviço Social procura detectar quais são os elementos das interações entre os clientes e seu entorno que causam problemas (Payne, 1995, pp. 177, 180, 181).

Viscarret (2014), por sua vez, complementa o que foi apontado por Payne, explicando que os autores Allen Pincus e Anne Minahan buscaram desenvolver um modelo que estabelecesse uma referência unitária para todo tipo de prática profissional no Serviço Social. Esse modelo sistêmico específico fundamentava-se no princípio de que as pessoas dependem dos sistemas sociais de seu entorno imediato para superar as dificuldades que enfrentam na vida. Sua proposta inclui três tipos de sistemas: os sistemas de recursos informais ou naturais (família, amigos, vizinhos), os sistemas formais (grupos comunitários, sindicatos) e os sistemas sociais (escolas, hospitais).

Segundo Viscarret, ambos autores definem o Serviço Social como uma interação entre pessoas e sistemas dentro de um determinado entorno social, destacando a importância dessas interações para melhorar a capacidade das pessoas de enfrentarem suas tarefas vitais. Em seu modelo, dividem a intervenção em quatro sistemas básicos: o sistema do agente de mudança [assistente social], o sistema de clientes [pessoas ou grupos que buscam ajuda], o sistema de destinatários [aqueles que se beneficiam da intervenção] e o sistema de ação [redes e sistemas que apoiam a mudança] (Viscarret, 2014).

O modelo de Pincus e Minahan também incorpora a avaliação contínua durante todo o processo de intervenção, insistindo que a mudança não é um processo linear, mas uma sequência de ações orientadas para um objetivo que exige reavaliação constante (Viscarret, 2014).

Viscarret também menciona a contribuição de outros autores importantes nesse campo: Carel B. Germain e Alex Gitterman, que desenvolveram um modelo ecossistêmico

para o Serviço Social, ao qual denominaram *Life Model* [Modelo de vida]. Este possui uma abordagem dual, tanto sistêmica quanto ecológica, e é, principalmente, um modelo de caráter interventivo. Baseia-se na ideia de que os problemas e as necessidades humanas são gerados pelos constantes intercâmbios que ocorrem entre os indivíduos e seu entorno físico e social. A partir dessa premissa, o modelo interventivo centra-se no conceito de transação como uma interação constante entre as pessoas e seu meio, enfatizando que isso lhes permite existir sem destruí-lo (Viscarret, 2014).

O *Life Model*, em termos simples, divide-se em três fases evolutivas sistêmicas: inicial, de desenvolvimento e de despedida, refletindo o processo natural da vida; e estrutura-se em torno de três áreas de intervenção social: as transições evolutivas e mudanças vitais, a insensibilidade do meio social e físico, e as dificuldades de relação e comunicação nos grupos primários, como a família (Viscarret, 2014).

Por sua vez, Payne (1995) explica que, em geral, a abordagem sistêmica no Serviço Social fundamenta-se, como já foi mencionado, na interação constante entre os indivíduos e seu entorno, entendendo que os problemas sociais não podem ser tratados de forma isolada, mas devem ser abordados a partir de uma perspectiva holística. A teoria dos sistemas propõe que os indivíduos fazem parte de um sistema mais amplo, composto por subsistemas (sistemas dentro de sistemas) que interagem entre si. Essa abordagem, que tem suas raízes na já mencionada teoria geral dos sistemas de Bertalanffy, reconhece que a mudança em uma parte do sistema afeta as outras partes de maneira recíproca, o que permite ao assistente social abordar os problemas de forma integral. Nessa disciplina, isso implica que os profissionais devem considerar, no momento de intervir com seus clientes, não apenas o indivíduo de forma isolada, mas também seu contexto social, econômico e ambiental como um todo interativo.

A abordagem sistêmica no Serviço Social, portanto, divide-se principalmente em duas correntes teóricas: a teoria geral dos sistemas e a teoria ecológica dos sistemas (ou teoria ecossistêmica). A primeira engloba todas as abordagens que se concentram em como os diferentes subsistemas interagem dentro de um sistema mais amplo, enquanto a segunda compreende aquelas que colocam ênfase na relação adaptativa entre os indivíduos e seu entorno.

Por fim, Payne destaca que essa abordagem desafia o modelo médico tradicional do Serviço Social, que via os profissionais como agentes externos responsáveis por resolver os problemas dos clientes. Em seu lugar, a abordagem sistêmica na intervenção disciplinar promove a ideia de que os assistentes sociais devem atuar dentro do próprio sistema, facilitando processos de mudança que abordem não apenas os problemas individuais, mas também os fatores estruturais que os perpetuam (Payne, 1995). Isso implicou uma mudança de paradigma na história da disciplina, passando de uma abordagem mais diretiva por parte do profissional para uma abordagem mais colaborativa e dinâmica, na qual se reconhece que tanto o cliente quanto o profissional fazem parte de um sistema maior em constante interação e evolução.

Tipos de sistemas segundo a Teoria Geral dos Sistemas

A *Teoria Geral dos Sistemas* (TGS), como foi explicado até o momento, baseia-se em uma perspectiva holística que integra tanto as ciências naturais quanto as ciências sociais, abordando a realidade como um conjunto de relações interdependentes. Nesse sentido, a seguir são apresentados os dois tipos básicos de sistemas existentes, conforme descritos no trabalho acadêmico de Arnold e Osorio (1998), em sua introdução à TGS:

- **Sistemas abertos:** São aqueles sistemas que mantêm uma troca constante com seu ambiente. Esses sistemas importam e processam elementos como energia, informação e/ou matéria provenientes do meio externo. Essa troca é essencial para seu equilíbrio, capacidade reprodutiva e continuidade, o que lhes permite manter sua viabilidade ao longo do tempo. Os sistemas abertos são característicos dos sistemas vivos, pois dependem do ambiente para sua sobrevivência e podem adaptar suas estruturas em função das condições cambiantes do entorno (Arnold e Osorio, 1998).

- **Sistemas fechados:** São aqueles sistemas que não trocam nenhum elemento com seu ambiente, ou seja, não permitem a entrada nem a saída de energia, informação e/ou matéria. Esses sistemas tendem a alcançar seu estado máximo de equilíbrio ao se igualarem ao ambiente, o que, em última instância, os conduz à entropia, ou seja, à desorganização e homogeneização com o meio. Um sistema fechado está condenado a perder sua estrutura e organização à medida que o tempo avança (Arnold e Osorio, 1998).

Características e conceitos fundamentais de um sistema

Seguindo o marco da TGS, é essencial para esta investigação compreender as características fundamentais que definem um *sistema* a partir dessa perspectiva teórica. A seguir, serão revisados os conceitos e atributos-chave que permitem uma melhor compreensão do que constitui um sistema segundo essa abordagem:

- **Elementos:** São as partes ou componentes internos de um sistema. Podem ser objetos ou processos, e se organizam de maneira que, ao interagirem, geram um comportamento sistêmico global. A interdependência entre esses elementos é fundamental para definir a qualidade de um sistema (Arnold e Osorio, 1998).

- **Relações:** Os elementos de um sistema estão conectados por meio de inter-relações de dependência e influência mútua. Essas relações são essenciais para compreender o comportamento do sistema, já que os efeitos que os elementos exercem uns sobre os outros são o que mantém o sistema unido e funcional. As relações podem ser internas [entre os elementos do sistema] ou externas [com o ambiente] (Arnold e Osorio, 1998).

- **Estrutura:** Refere-se às inter-relações mais ou menos estáveis entre as partes de um sistema. Essa estrutura é observável em um dado momento e permite entender como os componentes interagem para formar um todo coerente. A estrutura primária refere-se às relações internas, enquanto a hiperestrutura foca nas relações externas com outros sistemas (Arnold e Osorio, 1998).

- **Sinergia:** É um fenômeno que surge das interações entre as partes ou elementos de um sistema, o que implica que "o todo não é igual à soma das partes". Isso significa que o comportamento de um sistema não pode ser explicado simplesmente pela observação isolada de cada um de seus elementos. A sinergia é, portanto, a propriedade que permite que as interações entre os componentes de um sistema gerem um comportamento global que não é previsível apenas a partir das partes individuais (Arnold e Osorio, 1998).

- **Subsistemas:** São conjuntos de elementos e relações que respondem a estruturas e funções especializadas dentro de um sistema maior. Os subsistemas, assim como os sistemas, possuem propriedades sistêmicas como a sinergia, entre outras. Além disso, a delimitação de um subsistema é relativa à posição do observador e ao modelo utilizado, o que permite falar em subsistemas, sistemas ou suprassistemas, dependendo das características sistêmicas observadas (Arnold e Osorio, 1998).

- **Função:** A função é o *output* ou produto de um sistema, orientado à manutenção do sistema maior ao qual pertence. É a razão de ser do sistema dentro de um contexto mais amplo (Arnold e Osorio, 1998).

- **Fronteira ou limites:** Os sistemas possuem limites que os separam de seu ambiente. Esses limites são definidos pelo observador e determinam o que pertence ao sistema e o que está fora dele. As fronteiras são essenciais para identificar e estudar um sistema (Arnold e Osorio, 1998).

- **Input e output:** Nos sistemas abertos, como os sistemas sociais, os "inputs" [entradas] são os recursos (energia, informação, matéria) que o sistema recebe do ambiente, enquanto os "outputs" [saídas] são os produtos ou serviços que o sistema entrega ao meio externo. Esse fluxo constante de entradas e saídas é o que mantém os sistemas vivos em funcionamento (Arnold e Osorio, 1998).

- **Retroalimentação (*feedback*):** É o processo por meio do qual um sistema coleta informações sobre os efeitos de suas decisões e ajusta seu comportamento com base nessas informações. A retroalimentação pode ser negativa [mantém o sistema estável] ou positiva [promove a mudança ou o crescimento do sistema] (Arnold e Osorio, 1998).

- **Entropia e negentropia:** A *entropia* é a tendência natural dos sistemas fechados à desorganização e perda de estrutura. Em contraste, a *negentropia* é o processo pelo

qual os sistemas abertos importam energia do ambiente para manter sua organização e evitar a entropia (Arnold e Osorio, 1998).

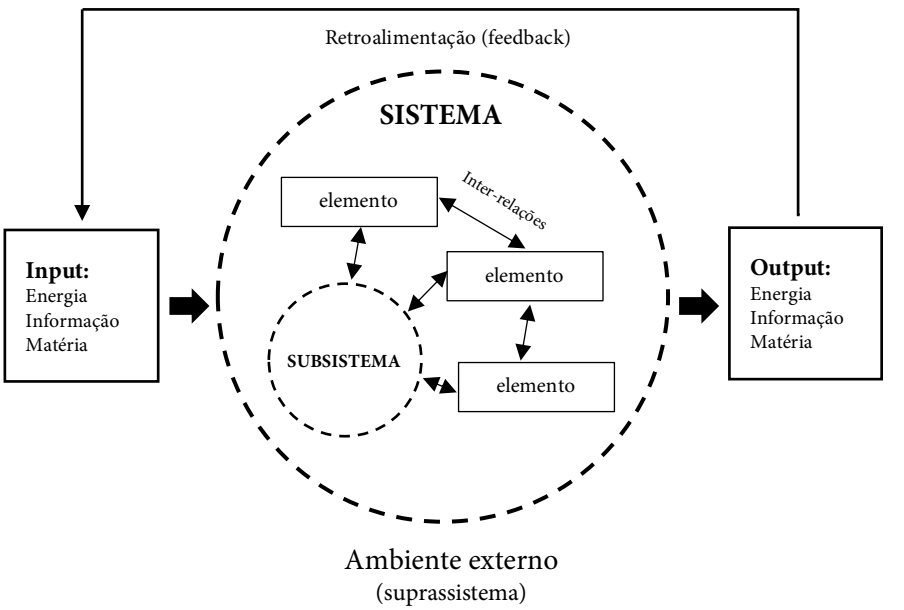
- **Emergência:** Este conceito refere-se ao surgimento de propriedades ou comportamentos novos e qualitativamente diferentes que emergem quando os componentes de um sistema interagem. Essas propriedades emergentes não podem ser previstas pela simples observação das partes isoladas do sistema (Arnold e Osorio, 1998).

- **Homeostase e morfogênese:** A *homeostase* é a capacidade de um sistema de manter sua estabilidade diante de mudanças no ambiente, por meio de mecanismos de autorregulação. A *morfogênese*, por sua vez, refere-se aos processos de mudança e adaptação que permitem a um sistema evoluir e ajustar-se a novas condições (Arnold e Osorio, 1998).

- **Teleologia:** Os sistemas costumam estar orientados para objetivos ou finalidades. Esse conceito, herdado de Aristóteles, implica que o comportamento de um sistema está dirigido à consecução de certos estados ou metas (Arnold e Osorio, 1998).

Esses elementos oferecem uma visão integral dos sistemas a partir da TGS, na qual o mais importante não é apenas observar as partes, mas compreender como elas interagem para formar um todo organizado e funcional.

Na figura a seguir, são representados graficamente os elementos fundamentais de um sistema aberto, conforme descrito na literatura sobre o tema:



Em conclusão, a abordagem sistêmica, baseada na TGS de Bertalanffy, fornece um marco integral para compreender a complexidade dos sistemas em diferentes disciplinas, incluindo os sistemas sociais. Essa perspectiva considera os sistemas como conjuntos interconectados de elementos que, por meio de interações e retroalimentação, mantêm um funcionamento equilibrado. Como mencionado, no campo do Serviço Social, a abordagem sistêmica tem sido fundamental para enfrentar os problemas sociais de forma holística, reconhecendo a interação constante entre os indivíduos e seu entorno social, econômico e ambiental.

Ciclo vital dos sistemas abertos

Dinâmica e evolução dos sistemas

Bertalanffy (1989), como ponto de partida, sustentava que os *sistemas abertos* dependem da troca com seu ambiente para manter sua organização interna e resistir à tendência entrópica dos sistemas fechados. Embora não desenvolva explicitamente o conceito de um "ciclo vital" para esse tipo de sistema, seu conceito de homeostase e auto-organização é fundamental para compreender como os sistemas abertos podem manter seu funcionamento ao longo do tempo. O autor sugere que esses sistemas atravessam fases de crescimento, adaptação e equilíbrio, em constante interação com seu ambiente.

Por outro lado, Ilya Prigogine (1984), físico e químico belga, é conhecido por suas contribuições ao estudo dos sistemas abertos e seu comportamento em situações longe do equilíbrio. Por meio de seu conceito de *estruturas dissipativas*, o autor explora como os sistemas abertos, em constante troca de energia com o ambiente, podem evoluir para estados de maior complexidade e organização sob condições específicas. Sua teoria desafia a abordagem clássica da termodinâmica, que estabelece que todos os sistemas tendem ao equilíbrio e à entropia. Em vez de ver a entropia como um fim inevitável, Prigogine argumenta que os sistemas abertos podem, em certos casos, utilizar a energia externa para criar ordem e se organizar em formas mais complexas (Prigogine & Stengers, 1984).

Um aspecto fundamental do trabalho desse autor é o reconhecimento de que os sistemas abertos atravessam fases de estabilidade e caos. As estruturas dissipativas surgem quando os sistemas se afastam do equilíbrio e, durante esse processo, atravessam o que Prigogine denomina *bifurcações*: momentos críticos nos quais um sistema pode seguir por um entre vários caminhos possíveis. Essas bifurcações são momentos de instabilidade nos quais pequenas perturbações podem provocar mudanças significativas, reorganizando o sistema em um novo estado de ordem ou até mesmo levando-o ao colapso. Dessa forma, Prigogine introduz a ideia de que o caos e a instabilidade não são necessariamente destrutivos, mas podem ser precursores de uma nova ordem (Prigogine, 1997).

A obra de Prigogine é relevante para a compreensão de um conceito de "ciclo vital" nos sistemas abertos, pois, segundo sua perspectiva, os sistemas não evoluem de maneira linear, mas por meio de uma série de *ciclos* de *ordem* e *desordem*. Esses ciclos são essenciais para a evolução e sobrevivência dos sistemas abertos. Nesse sentido, os sistemas podem passar por fases de crescimento, estabilização, crise e transformação ou declínio. O autor sugere que os sistemas abertos, afastados do equilíbrio, são capazes de gerar novos estados

organizados, o que lhes permite adaptar-se e evoluir continuamente, em vez de sucumbirem à desorganização e ao caos total (Prigogine & Stengers, 1984).

Por sua vez, James Grier Miller, outro destacado teórico dos sistemas, amplamente reconhecido por sua obra *Living systems* (1978) [Sistemas vivos], desenvolveu um marco teórico para analisar tanto os *sistemas vivos* quanto os *não vivos* a partir de uma perspectiva sistêmica. Nesse trabalho, Miller propôs que todos os *sistemas vivos* — sejam biológicos, sociais ou psicológicos — compartilham certas características estruturais e funcionais que lhes permitem manter sua organização e funcionar de maneira eficiente ao longo do tempo. Sua abordagem baseia-se na ideia de que os sistemas vivos são sistemas abertos, ou seja, sistemas que trocam energia, matéria e informação com seu ambiente, o que lhes permite manter-se afastados do equilíbrio termodinâmico e sustentar sua organização interna (Miller, 1978).

Uma das contribuições centrais de Miller é sua descrição de um *ciclo vital* para os sistemas vivos, que atravessam etapas de nascimento, crescimento, maturidade e declínio. Esse ciclo vital não é exclusivo dos sistemas biológicos, mas também se aplica a organizações, sociedades e até a sistemas individuais, como o cérebro humano. Segundo o autor, os sistemas vivos são capazes de auto-organizar-se e adaptar-se às exigências do ambiente graças a uma série de *subsistemas* que desempenham funções específicas, como o processamento de informação ou a gestão de energia. Esses subsistemas interagem de forma coordenada, permitindo que os sistemas vivos cresçam e evoluam enquanto se adaptam continuamente às mudanças em seu ambiente (Miller, 1978).

Em sua teoria, Miller também introduz a noção de níveis de sistemas, uma hierarquia na qual os sistemas vivos podem ser analisados em diferentes escalas, desde as células até as sociedades. Cada um desses níveis segue um ciclo vital semelhante, adaptando-se ao seu ambiente e mantendo sua organização por meio de processos de retroalimentação e controle. O autor enfatiza que os sistemas vivos não são estáticos, mas atravessam ciclos de estabilidade e mudança, nos quais a capacidade de adaptação e regeneração é fundamental para sua sobrevivência (Miller, 1978). Nesse sentido, seu trabalho oferece uma visão profunda de como os sistemas vivos mantêm sua organização e se transformam em resposta às influências externas, ressaltando a natureza cíclica da vida nos sistemas abertos.

Por sua vez, outro autor de destaque, Gregory Bateson — antropólogo, epistemólogo e teórico dos sistemas — é conhecido por sua abordagem interdisciplinar e pelo desenvolvimento do pensamento sistêmico aplicado às ciências sociais, biológicas e psicológicas. Em sua obra *Steps to an ecology of mind* (1987) [Passos para uma ecologia da mente], Bateson propõe que a mente e os sistemas vivos fazem parte de um *todo interconectado*, no qual as *relações* e *os padrões de comunicação* desempenham um papel essencial na adaptação e evolução dos sistemas. Por meio de seu trabalho, o autor introduz o conceito de retroalimentação (feedback), que descreve como os sistemas, em sua interação com o ambiente, ajustam seu comportamento por meio de processos cíclicos que lhes permitem aprender, adaptar-se e autorregular-se. Essa abordagem cibernética e sistêmica é fundamental para compreender como os sistemas abertos evoluem em resposta às influências externas (Bateson, 1987).

Um dos aspectos centrais no pensamento de Bateson é sua exploração dos ciclos de retroalimentação *positiva* e *negativa* como mecanismos que regulam a evolução dos sistemas abertos. A retroalimentação negativa permite que os sistemas corrijam desvios e mantenham um estado de equilíbrio, enquanto a retroalimentação positiva impulsiona

mudanças, muitas vezes acelerando a evolução ou transformação do sistema. Bateson argumenta que os sistemas vivos, incluindo os sistemas sociais e ecológicos, dependem de um equilíbrio dinâmico entre esses dois tipos de retroalimentação para sobreviver e evoluir. Assim, o "ciclo vital" dos sistemas abertos, para esse autor, não segue uma trajetória linear, mas é marcado por flutuações e ajustes constantes que respondem às interações com seu ambiente (Bateson, 1987).

Bateson também propõe que os padrões de comunicação dentro dos sistemas são essenciais para sua sobrevivência e adaptação. Em vez de concentrar-se unicamente nos componentes individuais de um sistema, Bateson estuda as relações e as trocas de informação entre esses componentes. Essa abordagem relacional o leva a introduzir o conceito de *ecologia da mente*, uma visão holística na qual os processos mentais e as interações sociais são vistos como sistemas interdependentes que evoluem ao longo de ciclos de aprendizado e adaptação. Segundo Bateson, esses ciclos de interação e retroalimentação permitem que os sistemas se mantenham em funcionamento e respondam às mudanças em seu ambiente, seja por meio de pequenos ajustes ou de transformações significativas (Bateson, 1987).

Uma proposta concreta de ciclo vital de um sistema aberto

Por fim, mas não menos importante, no âmbito organizacional, o destacado pesquisador norte-americano Peter Senge apresenta uma visão inovadora em uma de suas obras mais influentes, intitulada *La quinta disciplina: El arte y la práctica de la organización abierta al aprendizaje* (2010) [A quinta disciplina: A arte e a prática da organização que aprende]. Neste livro, o autor descreve uma sequência de etapas evolutivas pelas quais os sistemas sociais passariam ao longo de sua existência, especialmente os sistemas de natureza organizacional. Essas etapas são analisadas com base em como tais sistemas crescem, enfrentam limites e, eventualmente, se adaptam ou entram em colapso. A seguir, apresenta-se um extrato dessas etapas, deduzidas do trabalho desse autor:

- **Crescimento inicial:** O sistema experimenta um crescimento rápido impulsionado por fatores reforçadores, ou seja, processos que amplificam a mudança. Durante essa fase, o sistema aparenta prosperar, pois os efeitos positivos das mudanças realizadas retroalimentam o processo, sustentando o crescimento (Senge, 2010).

- **Encontro com os limites:** Eventualmente, o sistema começa a deparar-se com limitações. Esses limites podem ser recursos finitos, resistências internas ou externas, ou condições imprevistas. À medida que o sistema atinge esses limites, seu crescimento começa a desacelerar (Senge, 2010).

- **Desaceleração do crescimento:** Com o surgimento dos fatores limitantes, o crescimento do sistema começa a diminuir de forma significativa. As soluções que anteriormente eram eficazes passam a produzir efeitos reduzidos, e o sistema pode entrar em padrões de estagnação (Senge, 2010).

- **Processo compensatório:** Este processo refere-se à forma como o sistema tenta compensar o impacto dos limites por meio de ajustes e mudanças, como a redução do ritmo de crescimento ou a implementação de novas estratégias. No entanto, se os fatores limitantes não forem adequadamente enfrentados, o sistema pode entrar em uma fase de declínio acelerado (Senge, 2010).

- **Colapso acelerado:** Caso os limites não sejam geridos de forma eficaz, o sistema pode sofrer uma reversão, em que os processos de retroalimentação que anteriormente impulsionavam o crescimento passam a acelerá-lo em direção à contração ou ao colapso. Esse colapso pode ocorrer de maneira rápida e inesperada para os participantes do sistema (Senge, 2010).

Essas etapas são consideradas fundamentais para o presente marco teórico, a fim de compreender como os sistemas abertos (individuais ou relacionais) atravessam ciclos naturais de crescimento e declínio, e como a intervenção oportuna pode permitir que um sistema se adapte e continue viável ao longo do tempo.

Cibernética de segunda ordem

A cibernética de segunda ordem surge como uma evolução da cibernética clássica, também conhecida como de primeira ordem, e caracteriza-se por integrar o *observador* dentro do *sistema observado*. Enquanto a cibernética de primeira ordem concentra-se no controle e na comunicação dentro dos sistemas, a de segunda ordem acrescenta uma camada reflexiva ao incluir a subjetividade do observador como parte inerente da análise do sistema. Isso implica uma mudança fundamental na compreensão de como os sistemas se autogerenciam e se inter-relacionam com o ambiente, sendo um elemento-chave na análise de sistemas complexos e socioculturais.

Conceito geral da cibernética de segunda ordem

A cibernética de segunda ordem foi desenvolvida principalmente por Heinz von Foerster no final do século XX. Em seu trabalho, Foerster (2003) sustenta que o observador não é independente daquilo que observa, mas que sua percepção e participação modificam o sistema. Isso implica que a própria observação faz parte do processo que está sendo estudado, tornando a cibernética de segunda ordem uma disciplina "reflexiva".

O princípio fundamental dessa cibernética é que não existem observações objetivas, mas sim observações feitas por observadores. Isso transforma o estudo dos sistemas em uma análise mais complexa, onde se reconhece que todo observador é um agente ativo na criação e definição do sistema. Tal perspectiva é crucial no campo das ciências sociais e culturais, onde os processos de retroalimentação e a interação dinâmica entre sujeitos são elementos essenciais para compreender fenômenos como a construção de significados, normas sociais e comportamentos coletivos.

Implicações nos sistemas sociais e culturais

A cibernética de segunda ordem contribuiu significativamente para a análise dos sistemas sociais e culturais. Nessa perspectiva, baseada nos postulados de Maturana e Varela (2003) sobre a autopoiese, considera-se que os sistemas vivos — entre eles os sistemas sociais — possuem a capacidade autônoma de se autogerenciar e manter ativamente sua organização interna por meio de processos contínuos de interação e retroalimentação. Tais processos geram dinâmicas internas que emergem das relações recursivas entre os elementos do sistema.

Nesse marco conceitual, os observadores não são agentes externos nem neutros, mas participantes imersos no próprio sistema que observam, inevitavelmente condicionados pelas mesmas estruturas normativas que são objeto de sua análise (Foerster, 2003). Essa perspectiva implica que todo conhecimento produzido é, por definição, um resultado coconstruído pelo observador e pelo sistema observado. Portanto, as instituições, as culturas e os grupos sociais não constituem entidades estáticas, mas sim sistemas em permanente transformação, cujas mudanças ocorrem por meio de interações constantes e recíprocas entre indivíduos e marcos normativos.

Um exemplo da aplicação da cibernética de segunda ordem no âmbito sociocultural é o estudo das dinâmicas de poder e controle nas sociedades contemporâneas. Geyer e Van der Zouwen (2001) argumentam que a cibernética de segunda ordem oferece uma visão crítica para compreender como os sistemas sociais autogeram as regras que os governam e como os atores dentro desses sistemas contribuem ativamente para sua manutenção ou transformação. Ao observar as sociedades a partir dessa perspectiva, é possível analisar como os discursos e as práticas sociais reforçam ou desafiam o status quo, e como os observadores — como os pesquisadores sociais — desempenham um papel crucial na definição desses sistemas.

Reflexividade e epistemologia

Do ponto de vista epistemológico, a cibernética de segunda ordem desafia o conceito de objetividade científica. Para Foerster (2003), o conhecimento não é uma representação passiva do mundo externo, mas uma construção ativa na qual o observador é um participante-chave. Essa abordagem influenciou diversas disciplinas, como a antropologia e a sociologia, ao questionar a neutralidade do pesquisador e ao destacar a importância da reflexividade no processo de investigação. Isso significa que o observador deve estar consciente de sua influência sobre o sistema observado e de como seus próprios valores, crenças e contextos culturais afetam sua interpretação dos fenômenos estudados.

Essa ideia de reflexividade também foi desenvolvida por teóricos como Luhmann (1998), que aplicou a cibernética de segunda ordem à sua teoria dos sistemas sociais. Esse autor sustentava que os sistemas sociais são observadores autorreferenciais, que se autogeram e mantêm sua organização por meio da distinção entre eles próprios e o ambiente. Nesse sentido, a sociedade não é algo externo que possa ser observado a partir de um ponto de vista neutro, mas sim uma construção dinâmica na qual tanto os atores sociais quanto os observadores científicos participam ativamente.

Relevância para a análise sociocultural contemporânea

A cibernética de segunda ordem é particularmente relevante na análise dos fenômenos sociais contemporâneos. Os sistemas sociais e culturais atuais são marcados por sua complexidade e pela interconexão global, o que torna difícil separar o observador do sistema observado. Um exemplo disso é a análise das redes sociais e do impacto da tecnologia na construção de identidades e relações sociais. Sob uma perspectiva cibernética de segunda ordem, os usuários das redes sociais não apenas participam de um sistema preexistente, mas contribuem ativamente para sua formação e evolução por meio de suas interações e produções de conteúdo.

A perspectiva da cibernética de segunda ordem também é útil para estudar as mudanças socioculturais, como os movimentos sociais ou as transformações nas normas culturais. Esses processos costumam ser compreendidos como fenômenos autogerados, nos quais as ações dos indivíduos e dos coletivos não apenas seguem regras preexistentes, mas, por meio da retroalimentação, produzem novas normas e significados que reconfiguram o sistema social (Geyer & Van der Zouwen, 2001).

Por tudo isso, a cibernética de segunda ordem oferece um marco conceitual poderoso para entender que os sistemas socioculturais não são entidades objetivas e estáticas, mas estão em constante co-criação e evolução por meio da interação entre os indivíduos e suas estruturas. Essa abordagem coloca em primeiro plano a importância do observador na análise de qualquer sistema, destacando a natureza reflexiva do conhecimento. As implicações dessa cibernética nos estudos socioculturais permitem uma compreensão mais dinâmica e complexa de como os sistemas sociais funcionam, se autogeram e mudam ao longo do tempo.

Funcionalidade e disfuncionalidade sistêmica

Os conceitos de *funcionalidade* e *disfuncionalidade* sistêmica são fundamentais dentro da abordagem sistêmica, pois permitem compreender o comportamento e a adaptação dos sistemas em diversos contextos. Sob uma perspectiva teórica, esses conceitos devem ser analisados considerando a natureza dinâmica dos sistemas e a forma como eles respondem às mudanças tanto internas quanto externas.

Funcionalidade sistêmica

A funcionalidade em um sistema refere-se à sua capacidade de manter a organização e cumprir os objetivos ou propósitos estabelecidos. Um sistema funcional é aquele que consegue adaptar-se às demandas do ambiente, mantendo sua estabilidade e coerência interna (Bertalanffy, 1989). Em termos gerais, um sistema funcional é capaz de sustentar uma homeostase, ou seja, um equilíbrio dinâmico que lhe permite operar de forma eficaz diante de variações externas ou internas. Como já foi mencionado anteriormente, a TGS sustenta que a funcionalidade de um sistema depende da interação harmônica de seus componentes e de sua capacidade de processar eficientemente a retroalimentação positiva e negativa (Bertalanffy, 1989).

Um sistema funcional é aquele que apresenta alta *capacidade adaptativa*, o que implica a possibilidade de ajustar-se a novas condições sem perder sua identidade ou estrutura básica. Isso se relaciona com a capacidade de autopoiese, descrita por Maturana e Varela (2003), na qual os sistemas vivos, por exemplo, conseguem reproduzir seus componentes e manter sua organização apesar das influências externas. Nesse sentido, a funcionalidade também está ligada à resiliência do sistema, ou seja, à sua capacidade de recuperar-se diante de perturbações.

Disfuncionalidade sistêmica

Em contraste, a disfuncionalidade de um sistema surge quando este não consegue manter sua homeostase (estabilidade) e, consequentemente, tem comprometida sua capacidade de adaptação e de cumprimento de seus propósitos. A disfuncionalidade sistêmica manifesta-se quando os mecanismos de retroalimentação falham ou quando os subsistemas não interagem de forma harmônica, gerando tensões ou desequilíbrios internos (Minuchin, 2004).

Um sistema disfuncional pode apresentar diferentes padrões de inadaptabilidade, que podem incluir rigidez, incapacidade de mudança diante de novas circunstâncias ou fragmentação de seus componentes. Segundo Watzlawick et al. (1985), os sistemas disfuncionais tendem a gerar paradoxos comunicacionais e padrões repetitivos de interação que perpetuam o conflito ou a ineficiência. Isso ocorre especialmente em sistemas familiares ou sociais, nos quais as interações entre os membros do sistema são fundamentais para o funcionamento global. Um exemplo claro de disfuncionalidade é quando um sistema familiar gera papéis rígidos ou interações patológicas que limitam o desenvolvimento individual de seus membros (Minuchin, 2004).

Critérios de avaliação

Para avaliar a funcionalidade ou disfuncionalidade de um sistema, é necessário considerar tanto sua *estrutura* quanto seu *processo*. A estrutura refere-se à organização dos componentes do sistema, enquanto o processo envolve a dinâmica de interação entre esses componentes. Segundo Bertalanffy (1989), um sistema disfuncional tende a apresentar rigidez estrutural ou processos de interação ineficientes, que eventualmente conduzem ao colapso ou à estagnação.

Além disso, é importante considerar a retroalimentação no sistema. A retroalimentação negativa tende a manter a estabilidade do sistema, enquanto a retroalimentação positiva promove mudança e inovação. Quando um sistema não consegue integrar adequadamente esses dois tipos de retroalimentação, torna-se propenso à disfuncionalidade (Watzlawick et al., 1985). Isso é particularmente evidente em sistemas sociais, onde o conflito e a falta de adaptação a novas demandas podem gerar crises organizacionais ou familiares.

Implicações na intervenção sistêmica

Por fim, sob uma perspectiva de intervenção, a abordagem sistêmica busca restau-

rar a funcionalidade ao intervir nos padrões disfuncionais de interação. Em sistemas familiares, por exemplo, a Terapia Estrutural de Minuchin (2004) concentra-se precisamente na reorganização dos subsistemas e na redefinição dos limites dentro da família para restabelecer um funcionamento harmônico. Em termos organizacionais, uma intervenção sistêmica eficaz implica identificar as falhas na comunicação e na retroalimentação dentro da organização e corrigi-las para melhorar o desempenho global.

Em síntese, os conceitos de funcionalidade e disfuncionalidade sistêmica são fundamentais para compreender o comportamento dos sistemas em diferentes níveis. Enquanto a funcionalidade implica equilíbrio, adaptação e organização eficaz, a disfuncionalidade reflete ineficiência, rigidez e falha na interação adequada entre os componentes do sistema. A intervenção sistêmica concentra-se justamente na correção dessas falhas para restaurar o funcionamento ótimo do sistema.

Autopoiese sistêmica e linguagem

A *autopoiese sistêmica*, um conceito fundamental dentro da abordagem sistêmica, foi introduzida pelos biólogos chilenos Humberto Maturana e Francisco Varela na década de 1970. Esse termo refere-se à capacidade dos sistemas vivos de produzir e manter sua própria organização por meio de processos internos. Em termos técnicos, um sistema autopoiético é aquele que se reproduz a si mesmo e é capaz de manter sua identidade ao longo do tempo, apesar de sua interação com o ambiente (Maturana e Varela, 1997).

Autopoiese e sua relação com a linguagem

O conceito de autopoiese não é aplicável apenas aos sistemas biológicos, mas foi estendido a sistemas sociais e comunicativos, nos quais a linguagem desempenha um papel crucial. Nessa perspectiva, os sistemas sociais podem ser compreendidos como sistemas autopoiéticos que se organizam e se reproduzem por meio de *interações linguísticas*. Luhmann (1998), um dos principais teóricos que ampliou o conceito de autopoiese para o âmbito social, argumenta que os sistemas sociais não são entidades estáticas, mas dinâmicas, que dependem do fluxo contínuo da comunicação. A linguagem, nesse sentido, é o meio pelo qual os sistemas sociais se autogeram e mantêm sua coerência.

Na autopoiese sistêmica, a linguagem é considerada mais do que um simples meio de comunicação. Trata-se de um mecanismo de estruturação que permite aos sistemas definir seus limites e manter sua organização. Nessa perspectiva, a linguagem não apenas transmite informação, mas também "cria" e "reproduz" as *realidades sociais*. Isso implica que as narrativas geradas por meio da linguagem são fundamentais para a autogeração dos sistemas. Maturana e Varela (2003) sustentam que a linguagem tem um papel constitutivo na criação de realidades compartilhadas e, portanto, na autopoiese dos sistemas humanos.

Sob essa perspectiva, essa abordagem propõe que o processo de autopoiese nos sistemas sociais é inerentemente *circular*: a linguagem gera estruturas sociais que, por sua vez, reforçam e transformam a linguagem utilizada. Essa relação bidirecional permite que os sistemas sociais se adaptem e evoluam sem perder sua identidade fundamental. Como descreve Luhmann (1998), os sistemas sociais, ao contrário dos biológicos, operam por meio

do código comunicativo da linguagem, o que lhes permite diferenciar-se e especializar-se em suas funções internas enquanto se relacionam com o ambiente. A capacidade da linguagem de "criar significados compartilhados" é o que possibilita que esses sistemas mantenham sua coerência interna, apesar das mudanças em seu entorno.

Uma característica distintiva dos sistemas autopoiéticos é sua capacidade de estabelecer *fronteiras internas* que os diferenciam do ambiente. Nos sistemas sociais, essas fronteiras são criadas e mantidas por meio da linguagem. Segundo Maturana e Varela (1997), a linguagem não apenas define o que faz parte do sistema e o que está fora dele, mas também estabelece as regras e normas que regem o comportamento dentro do sistema. Essa capacidade da linguagem de definir e manter fronteiras é crucial para a autopoiese, pois permite que os sistemas se adaptem e evoluam sem perder sua identidade.

Autopoiese, cognição e linguagem

Sob a perspectiva cognitiva, a autopoiese é um conceito fundamental para compreender como os sistemas vivos geram e mantêm sua própria organização, dando origem ao fenômeno da "cognição". Maturana e Varela (2003) explicam que a cognição não é um simples reflexo de um mundo externo objetivo, mas sim um processo ativo de criação de significado e sentido que emerge da própria dinâmica dos sistemas vivos. Nesse sentido, a linguagem adquire um papel central como ferramenta cognitiva essencial.

A linguagem não é meramente um canal passivo de transmissão de informação, mas um sistema autônomo de construção e organização do conhecimento e da experiência. Por meio da linguagem, os indivíduos articulam, categorizam e dão sentido às suas percepções e vivências, estabelecendo conexões internas e relações com o ambiente. Assim, a linguagem opera como um mecanismo cognitivo de primeira ordem que permite a coordenação consensual entre indivíduos, facilitando tanto a interação social quanto a construção compartilhada da realidade.

Por outro lado, a autopoiese implica que o significado gerado por meio da linguagem é sempre relacional e dependente do sistema que o produz, refletindo suas estruturas internas e processos organizativos. Portanto, cognição e linguagem são fenômenos interdependentes que se alimentam mutuamente: a linguagem permite e potencializa a complexidade cognitiva dos sistemas vivos, enquanto a cognição orienta e molda continuamente o desenvolvimento e a evolução da linguagem.

Em suma, a autopoiese sistêmica e a linguagem estão profundamente entrelaçadas na constituição e reprodução dos sistemas vivos e sociais. A linguagem não atua apenas como meio de troca de informações, mas como um processo estruturante que permite aos sistemas autopoiéticos definir, manter e transformar suas fronteiras, adaptar-se ao ambiente e evoluir sem perder sua identidade fundamental. No âmbito social, como bem indicam Maturana e Varela (1997), a autopoiese da linguagem permite que as sociedades não apenas se reproduzam, mas também gerem novas realidades por meio da comunicação e da troca simbólica, reafirmando sua natureza autopoiética.

Linguística sistêmico-funcional

A *Teoria Linguística Sistêmico-Funcional* (LSF, do inglês Systemic Functional Linguistics – SFL) de Michael Halliday oferece um marco analítico profundo que integra a linguagem como um recurso para a construção de significados em contextos socioculturais. Diferentemente de abordagens mais estruturais, Halliday propõe que a linguagem é uma ferramenta funcional cujo principal propósito é criar e manter relações sociais, desenvolver ideias e negociar significados dentro de um sistema cultural específico (Halliday & Matthiessen, 2014).

A linguagem como recurso semiótico

A partir de uma perspectiva sistêmico-funcional, a linguagem não é simplesmente um conjunto de regras gramaticais, mas sim um *sistema semiótico* complexo no qual os significados são continuamente negociados. Halliday, citado por Eggins (2004), argumenta que esse sistema possui três metafunções principais: a "ideacional", a "interpessoal" e a "textual". Essas três metafunções se inter-relacionam para produzir, em última instância, o discurso.

Essas metafunções, segundo Halliday, são compreendidas da seguinte maneira:

- **Função ideacional:** Essa função reflete como a linguagem permite aos indivíduos representar o mundo externo e sua experiência interna. Por meio dela, os falantes podem expressar processos, ações, eventos e estados mentais. Segundo Halliday, essa função está relacionada à representação da realidade, uma vez que a linguagem estrutura a experiência do mundo por meio do que ele denomina processos, participantes e circunstâncias (Halliday, 1978).

- **Função interpessoal:** Essa função refere-se ao uso da linguagem como meio de interação social. Permite que os falantes adotem papéis, influenciem os outros e expressem atitudes e julgamentos. Halliday destaca que, por meio dessa função, negociam-se relações de poder e solidariedade, o que é fundamental para compreender a dimensão pragmática da linguagem em contextos socioculturais (Halliday, 2003).

- **Função textual:** A terceira função centra-se na organização interna do discurso, assegurando que a linguagem seja coerente e coesa. Isso inclui elementos como a referência, a elipse e a estrutura temática, os quais permitem que o texto seja compreensível dentro de seu contexto de produção e recepção (Thompson, 2014).

O contexto e a metafunção

Uma das contribuições mais significativas de Halliday é sua abordagem do contexto como um determinante chave da função da linguagem. Segundo a teoria sistêmico-funcional, a linguagem opera dentro de dois níveis contextuais: o *contexto de situação* e o *contexto de cultura* (Butt et al., 2000). O contexto de situação inclui o campo, o tenor e o

modo, que se referem, respectivamente, ao quê, quem participa e como a comunicação está sendo realizada. Por outro lado, o contexto de cultura representa os valores, crenças e práticas sociais que moldam o uso da linguagem em uma comunidade específica.

Halliday introduz o conceito de *metafunção* para se referir a como as três funções mencionadas anteriormente (ideacional, interpessoal e textual) operam simultaneamente em qualquer instância de uso da linguagem. Essas metafunções estão sempre presentes na comunicação e são interdependentes, o que significa que não podem ser compreendidas de forma isolada (Halliday & Matthiessen, 2014).

Linguagem e poder na LSF

Um dos aspectos mais críticos e relevantes dessa abordagem é a relação entre linguagem e poder. Por meio da função interpessoal da linguagem, Halliday mostra que ela não é apenas um meio de comunicar ideias e organizar experiências, mas também um instrumento fundamental para estruturar e manter relações sociais de poder. A teoria propõe que as escolhas linguísticas estão estreitamente vinculadas às hierarquias sociais e às dinâmicas de poder dentro de uma comunidade. Essa abordagem abre caminho para uma compreensão mais profunda de como a linguagem é utilizada de maneira estratégica para influenciar, persuadir e consolidar relações de dominação ou subordinação em diferentes contextos socioculturais (Halliday & Matthiessen, 2014).

a. Função interpessoal e o exercício do poder:

No âmbito da LSF, a função interpessoal da linguagem permite que os falantes negociem papéis sociais e relações de poder. A linguagem não é neutra, mas está carregada de significados implícitos que refletem e perpetuam as posições dos indivíduos dentro de uma determinada estrutura social. Por meio da escolha de pronomes, modos verbais, atos de fala e estruturas gramaticais, os falantes expressam relações de autoridade, solidariedade, cortesia ou agressividade, entre outras. Esses elementos revelam não apenas o conteúdo de uma mensagem, mas também a intenção do falante e a posição que ocupa ou deseja ocupar em uma interação social.

Por exemplo, o uso do modo imperativo, como "Faça isso", tende a estabelecer uma relação hierárquica na qual o falante detém mais poder do que o ouvinte. Em contraste, o uso de um modo interrogativo indireto, como "Você poderia fazer isso?", suaviza a imposição e sugere uma relação mais equitativa, embora continue sendo uma solicitação de ação. Halliday argumenta que essas escolhas linguísticas são fundamentais para compreender as relações de poder inerentes à comunicação, pois é por meio delas que os falantes negociam sua posição dentro de uma estrutura social mais ampla (Eggins, 2004).

b. A linguagem como reprodutora de ideologias:

A linguagem também atua como um veículo de ideologia, refletindo e perpetuando os sistemas de crenças dominantes em uma sociedade. Segundo Halliday, a ideologia não é simplesmente um conjunto de crenças explícitas, mas está incrustada nos padrões linguísticos utilizados no cotidiano. As estruturas gramaticais e as escolhas lexicais não apenas transmitem informações, mas reforçam determinadas perspectivas sobre o mundo, as quais

estão alinhadas com as posições de poder existentes (Halliday, 1978).

Nesse sentido, a LSF se entrecruza com a *Análise Crítica do Discurso* (ACD), desenvolvida por teóricos como Norman Fairclough, que foi influenciado pela obra de Halliday. Fairclough (2006) argumenta que a linguagem é tanto uma prática social quanto uma forma de poder, e que os textos estão imbuídos de ideologias que servem aos interesses de determinados grupos sociais. A análise sistêmico-funcional permite desvendar como as ideologias dominantes se refletem nas práticas discursivas e como estas, por sua vez, reforçam as estruturas de poder existentes. Por exemplo, no discurso político, as palavras utilizadas para descrever certos grupos sociais (como imigrantes, minorias étnicas ou mulheres) podem reforçar estereótipos e legitimar a exclusão ou o controle social sobre esses grupos (Fairclough, 2006).

c. O poder no discurso institucional:

Uma área em que a relação entre linguagem e poder se torna particularmente evidente é o discurso institucional. Halliday (1978) sustenta que as instituições, como a política, a educação e o direito, dependem da linguagem para exercer e legitimar sua autoridade. Os textos produzidos por essas instituições — de leis a manuais de procedimentos — não apenas comunicam informações, mas também constroem realidades sociais que delimitam o que é aceitável ou inaceitável dentro desse contexto.

Por exemplo, no âmbito jurídico, o uso de uma linguagem especializada e técnica cria uma barreira de poder entre aqueles que dominam esse léxico (advogados, juízes) e aqueles que não o dominam (o público em geral). De modo semelhante, no contexto educacional, a linguagem acadêmica pode funcionar como um mecanismo de inclusão ou exclusão, dependendo da capacidade dos estudantes de dominá-la (Christie, 2002). Dessa forma, as instituições utilizam a linguagem como uma ferramenta para reforçar sua autoridade e manter o controle sobre os indivíduos.

d. O poder na comunicação midiática:

Outra esfera importante em que a LSF revela a relação entre linguagem e poder é nos meios de comunicação. Os meios têm a capacidade de moldar a opinião pública por meio das escolhas discursivas que realizam. As notícias, por exemplo, não apenas informam sobre os acontecimentos, mas também os interpretam, influenciando a forma como o público percebe determinados temas, atores ou eventos. Através da seleção lexical e gramatical, os meios podem destacar ou minimizar certos aspectos de uma história, o que tem implicações significativas para a construção da realidade social.

A análise sistêmico-funcional permite examinar, portanto, como os meios exercem poder ao controlar a narrativa dos eventos. Por exemplo, em uma análise comparativa de diferentes coberturas midiáticas, é possível observar como um mesmo evento, como um protesto, pode ser descrito com termos como "manifestantes pacíficos" ou "vândalos", dependendo da postura ideológica do meio. Essas escolhas linguísticas não são inocentes, mas refletem e reforçam agendas políticas que estão alinhadas com certas estruturas de poder (Thompson, 2014).

e. A resistência por meio da linguagem:

Por fim, embora a linguagem possa ser um instrumento de poder, também pode ser uma ferramenta de resistência. Grupos marginalizados ou subalternos frequentemente desenvolvem discursos alternativos como forma de desafiar e resistir às estruturas de poder dominantes. Esse processo de resistência se reflete na *função interpessoal* da linguagem, na qual os falantes podem negociar novas relações de poder por meio da subversão das normas linguísticas estabelecidas.

Por exemplo, o uso da linguagem inclusiva ou a ressignificação de termos pejorativos por parte de comunidades oprimidas representam formas de resistência às narrativas dominantes. Ao se apropriar e transformar a linguagem, esses grupos buscam redefinir sua identidade e desafiar as relações de poder que os marginalizaram. Esse fenômeno pode ser analisado a partir da LSF, pois implica uma negociação consciente das funções linguísticas com o objetivo de alterar o equilíbrio de poder em um determinado contexto (Halliday, 2003).

Aplicações na educação e na análise do discurso

Por fim, a teoria de Halliday teve um impacto significativo no campo da educação, particularmente no ensino da língua. Sua abordagem centrada na funcionalidade da linguagem influenciou o desenvolvimento de metodologias pedagógicas que enfatizam o ensino dos gêneros discursivos e a alfabetização crítica (Christie, 2002). Em vez de ensinar regras gramaticais isoladas, os educadores utilizam os princípios da LSF para ensinar aos estudantes como a linguagem opera em diferentes contextos e gêneros discursivos, capacitando-os a usar a linguagem de forma mais eficaz e crítica.

Na análise do discurso, a LSF oferece uma ferramenta metodológica poderosa para desvendar como os significados são construídos em textos escritos e orais. Ela permite analisar não apenas o que é dito, mas como é dito e com qual propósito, examinando as escolhas linguísticas em relação ao seu contexto situacional e cultural (Eggins, 2004).

Em conclusão, a teoria sistêmico-funcional de Halliday oferece uma visão abrangente e dinâmica da linguagem, enfatizando seu papel na construção e manutenção da realidade social. Ao integrar as funções ideacional, interpessoal e textual dentro de um arcabouço sistêmico, Halliday apresenta a linguagem não como um sistema estático de signos, mas como um recurso adaptável que reflete e molda as relações socioculturais. Essa abordagem revolucionou tanto a linguística quanto a análise do discurso, fornecendo uma base sólida para o estudo da linguagem como elemento-chave na construção de significados e relações de poder em diversas comunidades.

Outras considerações sobre a relevância da abordagem sistêmica para o Serviço Social

Como foi possível observar até o momento, é evidente que a abordagem sistêmica, com todas as suas múltiplas derivações teóricas, possui uma relevância fundamental para o desenvolvimento do Serviço Social como disciplina profissional das ciências sociais. Ela oferece um arcabouço teórico e metodológico que permite compreender a complexidade dos contextos socioculturais nos quais os assistentes sociais atuam. Essa abordagem favorece uma visão holística e relacional dos indivíduos e de seus ambientes, o que é crucial para uma intervenção eficaz nessa disciplina. Assim, a aplicação da teoria dos sistemas à profissão possibilita diversas dimensões de compreensão e intervenção, que serão explicadas a seguir.

Dimensões de compreensão e intervenção sistêmica no Serviço Social

1. **Compreensão holística dos problemas**: A abordagem sistêmica ajuda os assistentes sociais a enxergar as pessoas não como entidades isoladas, mas como parte de sistemas mais amplos (familiares, comunitários, sociais, econômicos, etc.). Essa perspectiva permite identificar como as diferentes esferas da vida de um indivíduo estão interconectadas e como essas conexões podem influenciar seu bem-estar, bem como o bem-estar de toda a comunidade com a qual interage.

2. **Análise da interação entre sistemas**: Permite aos profissionais analisar como os diversos sistemas interagem e afetam os indivíduos e os grupos com os quais se relacionam. Por exemplo, como mudanças no sistema familiar podem influenciar o bem-estar individual ou como as políticas sociais impactam as comunidades.

3. **Intervenções sistêmicas**: Com base na compreensão das dinâmicas e interações sistêmicas, os assistentes sociais podem desenvolver intervenções que não se concentrem apenas nos indivíduos, mas também na modificação das relações e estruturas sistêmicas que contribuem para seus problemas. Isso implica atuar não apenas com os clientes diretos, mas também com seu entorno, buscando soluções sustentáveis no contexto de seus sistemas de vida.

4. **Promoção da adaptabilidade e da mudança**: A teoria dos sistemas reconhece a capacidade dos sistemas de se adaptarem e mudarem. No Serviço Social, isso se traduz em fomentar a resiliência e a capacidade dos indivíduos e sistemas de se ajustarem às circunstâncias em transformação, promovendo assim o bem-estar a longo prazo.

5. **Avaliação do impacto sistêmico**: A abordagem sistêmica também oferece ferramentas para avaliar como as intervenções afetam os diferentes níveis do sistema, permitindo que os assistentes sociais ajustem suas práticas com base no feedback e nos resultados observados.

6. **Enfoque preventivo**: Por fim, a abordagem sistêmica destaca a importância da prevenção, permitindo que os assistentes sociais identifiquem e enfrentem fatores de risco e vulnerabilidade dentro dos sistemas antes que se tornem problemas mais graves.

A abordagem sistêmica na construção do Serviço Social

Como se pode observar, a abordagem sistêmica, com todos os seus elementos teóricos apresentados, oferece ao Serviço Social uma lente por meio da qual os profissionais podem examinar as interações entre os indivíduos e os diversos sistemas com os quais interagem, como as famílias, os grupos, as comunidades e as estruturas sociais mais amplas. A teoria sugere que não se pode compreender plenamente um indivíduo sem considerar o contexto dos sistemas interconectados nos quais está inserido. Portanto, essa perspectiva é holística e multidimensional, desafiando a visão reducionista que isola o indivíduo de seu entorno.

Nesse sentido, autores como Payne (1995) concordam que a abordagem sistêmica proporciona ao Serviço Social um marco para compreender a complexidade das situações humanas e para planejar intervenções que levem em consideração as múltiplas influências e a interdependência dos fatores que afetam os indivíduos. Por exemplo, um assistente social que utiliza a teoria dos sistemas pode identificar como os problemas de um cliente na escola, em casa e na comunidade estão inter-relacionados, e como esses sistemas influenciam seu bem-estar.

Brueggemann (2014), assim como Payne, concorda que a abordagem sistêmica teve uma relevância significativa na construção da disciplina do Serviço Social, principalmente na forma como os assistentes sociais adotaram os conceitos de sistemas para analisar a complexidade das interações sociais. Essa abordagem tem sido útil na conceituação dos problemas por meio da observação de como as pessoas interagem dentro de diversos níveis de sistemas sociais.

O autor acrescenta que os modelos sistêmicos foram integrados ao Serviço Social porque permitem compreender como os sistemas sociais promovem ou dificultam o bem-estar das pessoas. No entanto, também adverte que esses sistemas podem desumanizar as pessoas ao tratá-las como simples componentes mecânicos dentro de sistemas maiores. Os sistemas tendem a simplificar o pensamento humano, reduzindo a autonomia e promovendo uma conformidade generalizada, o que pode dificultar o desenvolvimento de relações autênticas e o bem-estar social (Brueggemann, 2014).

Por sua vez, Schirmer e Michailakis (2019) afirmam que a abordagem sistêmica tem sido fundamental para o Serviço Social ao proporcionar uma compreensão holística e relacional das pessoas e dos problemas que enfrentam. Em vez de ver os indivíduos de forma isolada do mundo ao seu redor, essa abordagem permite observar como as pessoas estão conectadas dentro de sistemas sociais complexos, o que ajuda os assistentes sociais a identificar padrões e relações que influenciam os problemas sociais. Isso possibilita abordar as situações de maneira mais integral e contextualizada.

Além disso, os autores apontam que a teoria dos sistemas facilita a identificação e resolução de problemas sociais ao oferecer um arcabouço teórico que permite analisar diferentes perspectivas (econômicas, políticas, científicas, etc.). Isso é especialmente rele-

vante no Serviço Social, onde os problemas tendem a ser multifacetados. A abordagem sistêmica também auxilia na gestão da inclusão e da exclusão social, permitindo que os assistentes sociais compreendam melhor como as pessoas são incluídas ou excluídas dentro dos sistemas sociais (Schirmer & Michailakis, 2019).

Por fim, os autores destacam que a abordagem sistêmica fomenta o pensamento crítico e a flexibilidade teórica no Serviço Social. Ela não está vinculada a uma ideologia política específica, o que permite realizar críticas sociais com base na contingência das condições sociais. Ao promover a autonomia entre teoria e prática, essa abordagem permite que os assistentes sociais evitem soluções simplistas e desenvolvam intervenções mais eficazes e bem fundamentadas (Schirmer & Michailakis, 2019).

Em suma, a teoria dos sistemas é intrínseca ao Serviço Social, pois oferece uma perspectiva ampla e profunda que permite abordar a complexidade inerente aos problemas sociais. Por meio dela, é possível aplicar uma abordagem integral tanto na análise quanto na intervenção, considerando as pessoas não como entidades isoladas, mas como seres intrinsecamente gregários, partes de sistemas psicossociais inter-relacionados que abrangem desde o nível individual até o comunitário e societal. Além disso, reconhece a influência recíproca entre os indivíduos e os sistemas nos quais vivem, destacando como esses contextos estruturais e relacionais afetam seus comportamentos, oportunidades e bem-estar.

Abordagem memética

A teoria memética original de Dawkins

A abordagem memética foi introduzida na década de 1970 pelo biólogo evolutivo, etólogo e zoólogo britânico Richard Dawkins, em sua influente obra *El gen egoísta: Las bases biológicas de nuestra conducta* (1993) [O gene egoísta: A base biológica do nosso comportamento], na qual o autor propôs uma teoria revolucionária para explicar a evolução cultural de forma paralela à evolução biológica. Dawkins utilizou o termo "meme" com o objetivo de ilustrar as unidades fundamentais de transmissão cultural, associadas aos genes no âmbito biológico. "Meme" é um termo derivado do grego antigo *mimema*, que significa "imitação" ou "algo imitado"; e o autor o utiliza para representar aquelas ideias, costumes, crenças ou práticas que se replicam e se difundem entre indivíduos, por meio da imitação e da comunicação, desempenhando um papel fundamental na configuração das culturas humanas (Dawkins, 1993).

Inspirando-se nos princípios darwinianos, Dawkins afirmou que, assim como os genes lutam para se replicar e sobreviver no pool genético, os memes competem por espaço entre as mentes humanas. Essa perspectiva sugere que a cultura não é apenas um conjunto estático de conhecimentos e tradições, mas sim um processo dinâmico e evolutivo no qual os resultados mais bem-sucedidos prevalecem e são transmitidos ao longo do tempo, enquanto os menos eficazes tendem a desaparecer (Dawkins, 1993).

De modo geral, a teoria de Dawkins propõe a ideia central de que os *genes* são as

unidades fundamentais da seleção natural na evolução biológica. O autor argumenta que, em vez de os organismos individuais ou os grupos serem os principais agentes da seleção, são os próprios genes que atuam de maneira egoísta para garantir sua própria sobrevivência e reprodução (Dawkins, 1993).

Nesse sentido, Dawkins apresenta os seguintes aspectos fundamentais em sua obra original, os quais são de grande utilidade para compreender de forma mais profunda a abordagem memética proposta pelo autor:

1. **A metáfora do gene egoísta:** Dawkins propõe que os organismos são veículos temporários cuja função é preservar e transmitir seus genes. Os genes "egoístas" buscam replicar-se e sobreviver nas gerações futuras, sendo os organismos meramente o meio pelo qual os genes alcançam esse objetivo (Dawkins, 1993).

2. **Seleção genética versus seleção de grupo:** O autor critica as teorias que sugerem que os organismos agem em benefício de sua espécie ou grupo. Em contrapartida, argumenta que o comportamento altruísta dos organismos pode ser compreendido como uma estratégia para aumentar as chances de sobrevivência de seus próprios genes (Dawkins, 1993).

3. **Altruísmo e parentesco:** Dawkins introduz o conceito de seleção de parentesco, segundo o qual o altruísmo aparente em relação a outros indivíduos — especialmente parentes — pode ser explicado pelo fato de que esses indivíduos compartilham genes. Ao ajudar um parente próximo, um organismo está indiretamente promovendo a sobrevivência de seus próprios genes (Dawkins, 1993).

4. **Replicadores e evolução primitiva:** No estágio inicial da vida, Dawkins sugere que as primeiras moléculas autorreplicantes foram a base da evolução. Essas moléculas competiam entre si para se reproduzir, e com o tempo, foram sendo selecionadas aquelas mais eficientes e estáveis (Dawkins, 1993).

5. **"Memes" como replicadores culturais:** Finalmente, Dawkins amplia sua teoria da replicação genética para incluir os "memes", unidades culturais que, assim como os genes, podem replicar-se e ser transmitidas de uma mente a outra. Como já mencionado, para o autor, os memes são ideias, costumes e comportamentos que se difundem em uma sociedade e competem para serem "replicados" na cultura (Dawkins, 1993).

A continuação do trabalho de Dawkins

Outra autora importante no desenvolvimento da abordagem memética é a psicóloga britânica Susan Blackmore, que dá continuidade ao trabalho de Dawkins em sua obra *La máquina de los memes* (2000) [A máquina dos memes]. Neste livro, ela se concentra, com mais ênfase que seu predecessor, na ideia de que os "memes" são elementos de informação cultural transmitidos entre os seres humanos principalmente por meio da *imitação*.

Para a autora, trata-se de unidades de transmissão que podem ser desde ideias, melodias, costumes ou comportamentos, cuja capacidade de replicação depende de seu sucesso ao serem imitados por outros.

Segundo Blackmore, um meme pode ser qualquer coisa que se propague de uma mente para outra por meio da imitação. Isso inclui desde uma palavra, uma história ou uma canção, até comportamentos mais complexos como religiões ou modismos. Ela destaca que os memes não precisam ser úteis ou ter valor para aqueles que os transmitem — o que importa é sua capacidade de replicação. Ou seja, eles podem se espalhar independentemente de sua veracidade ou relevância (Blackmore, 2000).

Em relação à sua formação, para a autora, os memes surgem da variação e recombinação de outros memes anteriores. Esse processo pode ocorrer em nível individual, quando uma pessoa combina ideias e as transforma, ou em nível coletivo, quando a transmissão de um meme sofre variações à medida que é contada ou adaptada por diferentes pessoas. Desse modo, os memes podem sofrer mutações e evoluir, de maneira semelhante aos genes, e aqueles que se replicam com mais sucesso são os que sobrevivem (Blackmore, 2000).

Portanto, para essa autora, o funcionamento de um meme baseia-se em sua capacidade de captar a atenção e ser imitado. Os memes que têm maior impacto emocional ou que ressoam com as experiências e emoções das pessoas tendem a se propagar mais facilmente. Blackmore também introduz o conceito de *memeplexes* (complexos de memes coadaptados), que se refere a um grupo de memes que se apoiam mutuamente para se replicar, como ocorre com religiões ou ideologias (Blackmore, 2000).

O meme como um vírus sociocultural

Em seu livro *Thought contagion: How belief spreads through society* (1996) [Contágio do pensamento: Como as crenças se espalham na sociedade], o autor Aaron Lynch explora o conceito de "memes" e seu papel na propagação e evolução das crenças na sociedade, proposto por Dawkins, apresentando-os como unidades de informação cultural que se replicam e se difundem entre populações humanas de maneira análoga aos contágios biológicos ou vírus. Lynch amplia a teoria memética e propõe um marco compreensivo para entender como as ideias são transmitidas e evoluem, com foco nos mecanismos que lhes permitem persistir e se propagar.

Para o autor, os memes são ideias ou crenças que se disseminam porque são projetadas para induzir sua retransmissão, de forma semelhante à propagação de um vírus em um ambiente biológico. Os memes podem influenciar as pessoas a transmiti-los a outras, contribuindo para a expansão das ideias ao longo do tempo (Lynch, 1996).

Modos de propagação memética

Lynch apresenta diversos modos pelos quais as ideias se propagam por meio dos memes (Lynch, 1996):

- **Modo parental quantitativo**: Ideias que incentivam ter mais filhos tendem a se expandir mais rapidamente, como no caso dos Amish, que rejeitam a tecnologia moderna e dependem de famílias numerosas para manter seu modo de vida (Lynch, 1996).

- **Modo parental eficiente**: Crenças familiares que facilitam a transmissão bem-sucedida de ideias para a próxima geração. Por exemplo, grupos separatistas, como os Amish, transmitem suas crenças com maior eficácia ao manter seus filhos isolados de influências externas (Lynch, 1996).

- **Modo proselitista**: Ideias que se espalham rapidamente por meio da conversão de novas pessoas, não apenas filhos, mas também amigos e outros indivíduos. Este modo é crucial para a rápida expansão de religiões e movimentos ideológicos (Lynch, 1996).

- **Modo preservacional**: Ideias que promovem sua manutenção entre os adeptos durante longos períodos, evitando o abandono ou a conversão a outras crenças (Lynch, 1996).

- **Modo adversativo**: Ideias que não apenas promovem sua expansão, mas também atacam e enfraquecem ideias concorrentes, como certas crenças religiosas que justificam a violência contra não crentes para se expandirem (Lynch, 1996).

- **Modo cognitivo**: Algumas ideias são percebidas como mais lógicas ou razoáveis, o que facilita sua adoção e retenção entre as pessoas que as consideram coerentes (Lynch, 1996).

- **Modo motivacional**: Algumas ideias são adotadas porque as pessoas acreditam que estarão em melhor situação ao adotá-las, como no caso de movimentos de protesto fiscal (Lynch, 1996).

A analogia com os vírus biológicos

Como mencionado anteriormente, Lynch propõe que os memes operam de forma análoga aos vírus biológicos, replicando-se de uma mente para outra por meio de processos semelhantes ao contágio de doenças (Lynch, 1996). Assim como um vírus se propaga utilizando um organismo para se reproduzir e se disseminar entre outros, os memes utilizam a mente humana para assegurar sua difusão, exercendo uma influência que frequentemente é inconsciente para os indivíduos que os transmitem.

Esse paralelismo com os vírus é reforçado pelo fato de que alguns memes são particularmente eficazes em "infectar" as pessoas ao apelar para emoções intensas, como o medo ou a urgência. Lynch sustenta que ideias que geram uma sensação de ameaça iminente ou uma necessidade imperiosa de compartilhar informações têm maior probabilidade de se espalhar rapidamente, pois mobilizam seus portadores a transmiti-las com mais frequência (Lynch, 1996). Nessa perspectiva, os memes não apenas moldariam as crenças

pessoais, mas também induziriam comportamentos que favorecem sua própria replicação, criando, para o autor, um ciclo de transmissão cultural que se assemelha ao processo de contágio de uma doença.

O impacto dos memes/vírus na sociedade

A obra de Lynch explora em profundidade como os memes influenciam não apenas a configuração das crenças individuais, mas também a evolução e a estrutura das sociedades como um todo. Ao analisar seu impacto em âmbitos como a política, a religião e a economia, o autor busca demonstrar que os memes atuam como forças poderosas capazes de orientar movimentos sociais, consolidar ideologias e até influenciar a formulação de políticas públicas (Lynch, 1996).

No campo político, os memes podem propagar ideias que favorecem ou enfraquecem movimentos, gerando mudanças na opinião pública e afetando o curso de eleições e decisões governamentais. Sob essa perspectiva, na religião, por exemplo, os memes se difundem por meio do proselitismo ou da preservação de crenças que promovem a coesão entre seus seguidores. Mesmo na economia, os memes podem influenciar a adoção de modelos econômicos ou a formação de comportamentos de consumo. Lynch argumenta que esses processos meméticos são fundamentais para compreender como as sociedades constroem suas estruturas culturais, determinando quais ideias sobrevivem, se expandem ou alteram o rumo do desenvolvimento social em função de sua capacidade de se replicar e se adaptar (Lynch, 1996).

A evolução memética viral

De forma semelhante à maneira como a evolução biológica se fundamenta na seleção natural, a evolução memética viral de Lynch baseia-se na capacidade dos memes mais bem-sucedidos de se propagar e se adaptar dentro de um ambiente cultural (Lynch, 1996). Assim, os memes que conseguem se transmitir de maneira mais eficiente — seja por sua capacidade de ressoar emocionalmente, sua relevância social ou sua facilidade de compreensão — tendem a prevalecer sobre outros que não alcançam o mesmo nível de difusão. Esses memes bem-sucedidos não apenas sobrevivem, mas também se transformam e geram novas variações ou combinações à medida que se adaptam a diferentes contextos sociais ou a novas gerações.

Esse processo dinâmico de adaptação e replicação dá origem ao que Lynch descreve como evolução cultural, na qual ideias, crenças e comportamentos são moldados e continuamente transformados por meio da interação social, impulsionando a mudança e a diversidade cultural (Lynch, 1996). Assim, os memes não são estáticos; sua constante evolução reflete e reforça as dinâmicas de mudança dentro das sociedades, de modo semelhante à forma como genes bem-sucedidos garantem a sobrevivência e a variabilidade nos organismos biológicos.

Aplicações práticas da memética viral

Por fim, a abordagem memética particular de Lynch não se fundamenta apenas em um conceito teórico, mas possui profundas implicações práticas em diversos campos, como a política, os conflitos religiosos, a educação, a saúde, entre outros (Lynch, 1996). Ao compreender como as ideias se propagam, os tomadores de decisão e os pesquisadores podem identificar padrões de difusão que permitem prever o comportamento social e agir de forma estratégica.

Na política, essa compreensão pode ser crucial para entender como as ideologias ganham adesão entre o eleitorado e como certos movimentos podem ser reforçados ou neutralizados. No campo dos conflitos religiosos, conhecer os mecanismos "virais" pelos quais as crenças se propagam pode ajudar a mediar ou mitigar tensões entre grupos opostos. De maneira semelhante, na educação e na saúde, a disseminação de ideias pode influenciar as decisões da população em relação a temas como a vacinação, a adoção de hábitos saudáveis ou a implementação de reformas educacionais. Ao antecipar como determinadas crenças podem se espalhar, torna-se possível projetar intervenções estratégicas que promovam ideias benéficas ao bem-estar social ou inibam a disseminação de memes prejudiciais.

Crítica à abordagem de Lynch

Sem prejuízo de reconhecer o interesse da abordagem de Lynch, uma crítica que pode ser dirigida à sua proposta teórica é o fato de que tende a se concentrar nos aspectos nocivos e manipuladores da transmissão memética, deixando de lado os potenciais contributos positivos que essa pode ter na construção sociocultural. Ao descrever os memes como *vírus*, o autor enfatiza principalmente como as ideias se propagam de maneira contagiosa e autorreplicante, sublinhando que o fazem por meio de mecanismos que podem induzir comportamentos irracionais, conflituosos ou mesmo perigosos, como nos casos de violência religiosa ou da disseminação de crenças destrutivas. No entanto, essa perspectiva revela-se limitada e unilateral, uma vez que não considera em profundidade os benefícios que os memes podem trazer ao desenvolvimento social e cultural.

Um dos pontos-chave que se pode assinalar é que, ao concentrar-se nas propriedades *parasitárias* dos memes, Lynch parece omitir o papel fundamental que estes desempenham na criação de coesão social, na transmissão de valores positivos e na inovação cultural. A analogia com os vírus, embora útil em certos contextos analíticos, pode ser considerada redutiva ao implicar que as ideias se propagam de forma indiscriminada e, muitas vezes, prejudicial, sem levar em conta o contexto adaptativo e construtivo no qual muitos memes operam. Por exemplo, movimentos sociais que promovem os direitos humanos, a igualdade ou a justiça também podem ser vistos como memes, mas o seu impacto tem sido, em grande medida, positivo para o progresso das sociedades.

De uma perspectiva mais equilibrada, pode-se argumentar que os memes não atuam apenas como *infecções* que manipulam as mentes das pessoas, mas também contribuem para o desenvolvimento de comunidades mais resilientes e progressistas. A difusão de ideias como a cooperação, a solidariedade e o respeito pela diversidade cultural permitiu a evolução de sociedades mais inclusivas. Isso demonstra que os memes não são meramente veículos de ideias conflituosas ou adversativas, mas podem servir para o avanço de princí-

pios éticos e filosóficos que têm sido cruciais para a convivência pacífica e o bem-estar humano.

Além disso, a abordagem de Lynch poderia ser enriquecida ao considerar que a transmissão de memes também envolve processos deliberados e conscientes de aprendizagem e adaptação. Diferentemente dos vírus biológicos, que invadem sem consentimento, muitos memes são adotados de maneira crítica e reflexiva pelos indivíduos. Portanto, reduzir os memes a um simples fenômeno de *contágio* pode simplificar excessivamente a complexidade da aprendizagem cultural e social, na qual os indivíduos participam ativamente da seleção e adoção de crenças e valores que consideram benéficos para si mesmos e para suas comunidades.

A evolução cultural por meio dos memes

Em sua obra *The electric meme: A new theory of how we think* (2002) [O meme elétrico: Uma nova teoria de como pensamos], o antropólogo biológico Robert Aunger explora a teoria memética a partir de uma perspectiva mais neutra e científica, em comparação com autores como Lynch, que, como vimos anteriormente, tendem a descrever os memes de forma mais negativa. Embora Aunger utilize a metáfora do *vírus da mente* para explicar como os memes podem se propagar e se replicar, ele não adota uma perspectiva exclusivamente negativa. Em vez de condenar os memes como parasitas que prejudicam seus hospedeiros, o autor concentra-se em compreendê-los como replicadores culturais que seguem princípios evolutivos semelhantes aos dos genes (Aunger, 2002).

Neste ponto, o autor apresenta uma hipótese provocadora: os memes não são apenas unidades de informação cultural, mas também agentes que buscam sua própria replicação, muitas vezes em conflito com os interesses de seus portadores humanos. Embora Aunger parta da concepção do meme como uma unidade cultural de informação que atua como um *replicador* — tal como originalmente proposto por Dawkins, segundo o qual os memes, assim como os genes, se replicam por meio da transmissão cultural, passando de uma mente a outra por meio da comunicação e do aprendizado social —, o autor amplia essa perspectiva ao afirmar que, embora os memes tenham sido descritos de forma vaga no passado sob esse paradigma exclusivo, é essencial aprofundar atualmente o entendimento sobre seu funcionamento mais preciso (Aunger, 2002).

Nesse sentido, essa perspectiva reconhece a premissa original de que os memes são unidades de informação cultural que residem nos cérebros e que utilizam esses cérebros precisamente para se replicar. No entanto, realizariam isso por meio de meios como a linguagem falada, os livros ou os artefatos culturais (áudios, cartazes, imagens etc.), conseguindo obter um tipo de funcionamento evolutivo próprio, que lhes permite replicar-se e influenciar a construção sociocultural, ao aderir a componentes presentes na mente receptora, incorporando-os à sua estrutura de informação antes de replicar-se novamente em outra mente. Nesse ponto, Aunger enfatiza que, obviamente, os memes não são transmitidos literalmente de um cérebro a outro; ao contrário, ele postula que esses utilizam sinais como palavras ou símbolos, os quais auxiliam na sua reconstrução dentro da mente de cada receptor e na sua modificação antes de serem transmitidos novamente (Aunger, 2002).

O funcionamento dos memes, segundo Aunger, é um processo indireto: o meme utiliza um meio de transmissão (como um sinal verbal ou visual) para *saltar* entre cérebros. Uma vez no novo cérebro, ele se reconstrói utilizando os materiais já presentes nessa mente. Isso significa que os memes não são meras cópias exatas, mas podem sofrer transformações dependendo do contexto e da mente receptora. O autor também propõe que os memes evoluíram para aproveitar artefatos e meios externos, o que lhes permite aumentar sua longevidade e precisão na replicação (Aunger, 2002). Dessa forma, os memes podem ser armazenados em livros, áudios ou outros meios tecnológicos, o que lhes permite continuar a se replicar mesmo quando não estão presentes em uma mente humana ativa.

Em síntese, Aunger descreve os memes como replicadores culturais que se formam e se propagam por meio da interação social e do uso de sinais, e que funcionam utilizando recursos mentais para se reconstruírem em novas mentes, o que lhes permite influenciar o comportamento humano e a evolução cultural.

O DNA Cultural e os memes

O conceito de *DNA Cultural* foi desenvolvido pela acadêmica em filosofia e ciências cognitivas Kate Distin, em seu livro *El meme egoísta* (2005) [O meme egoísta]; uma contribuição fundamental que ampliou a teoria memética de Dawkins ao oferecer uma analogia direta com o DNA biológico, buscando explicar como a informação cultural é conservada e transmitida entre gerações de maneira precisa e estruturada. Esse conceito permite à autora formular um arcabouço teórico que aprofunda os mecanismos subjacentes à evolução cultural, explorando como os memes, assim como os genes, operam dentro de um sistema de replicação, variação e seleção.

O que é o DNA Cultural?

Distin postula que os memes — entendidos como unidades de informação cultural — requerem um mecanismo para preservar e transmitir essa informação, de maneira análoga à forma como o DNA faz com a informação genética na biologia. Assim como o DNA é o código que contém a informação genética necessária para a replicação e a manifestação das características fenotípicas dos organismos, o DNA Cultural é a estrutura que permite a preservação, replicação e manifestação dos conteúdos representacionais que constituem os memes (Distin, 2005).

Analogia com o DNA biológico

A autora sustenta que, assim como o DNA biológico, o DNA Cultural deve cumprir duas funções principais:

- **Preservar informação:** Os memes, assim como os genes, devem ser capazes de armazenar informações de forma coerente e duradoura para que possam ser replicados. Sem uma base que permita a conservação da informação cultural, os memes não poderiam ser mantidos ao longo do tempo nem influenciar o comportamento

humano (Distin, 2005).

- **Exercer efeitos fenotípicos:** A informação contida nos memes deve ser capaz de se manifestar de alguma forma no ambiente cultural. Os memes precisam influenciar as ações, pensamentos ou comportamentos dos indivíduos, para que possam ser selecionados e replicados (Distin, 2005).

Representação e transmissão do DNA Cultural

Dentro das características do conceito de DNA Cultural, Distin introduz a ideia do *conteúdo representacional* como o equivalente teórico do DNA biológico. Esse conceito é crucial porque define os memes não apenas como ideias abstratas, mas como portadores de informações específicas, que podem ser codificadas, transmitidas e replicadas nos cérebros humanos. Segundo a autora, o conteúdo representacional de um meme é o que permite que sua informação cultural seja copiada e preservada ao longo do tempo (Distin, 2005).

Esse conteúdo representacional não é simplesmente um dado superficial; trata-se do conjunto de ideias, valores, conceitos e comportamentos que os memes transmitem e que podem ser interpretados e reconfigurados pelas mentes que os recebem (Distin, 2005). Assim como o DNA contém instruções para a formação de proteínas nos organismos, o conteúdo representacional de um meme contém as instruções que orientam a conduta e o pensamento no âmbito cultural.

Distin também propõe que, assim como o DNA biológico é *transmitido* de geração em geração, o DNA Cultural — ou seja, o conteúdo representacional dos memes — é *transmitido* de cérebro para cérebro por meio da imitação, do ensino, da linguagem e de outros meios de comunicação cultural. A fidelidade dessa transmissão é crucial: os memes que conseguem replicar-se com maior exatidão e adaptar-se melhor ao seu ambiente são os que sobrevivem e se disseminam mais amplamente (Distin, 2005).

A ideia de replicação memética implica que os memes devem preservar seu conteúdo representacional enquanto se adaptam a novos contextos culturais, tal como o DNA permite a variação genética dentro de uma estrutura relativamente estável (Distin, 2005).

Seleção e variação cultural

Assim como na biologia, a cultura está sujeita a um *processo de seleção* em que certos memes sobrevivem e se "replicam" com mais sucesso do que outros. Distin afirma que essa seleção cultural baseia-se na capacidade dos memes de capturar a atenção humana e produzir efeitos notáveis no ambiente social e cultural (Distin, 2005).

Por exemplo, certos memes (como ideias, modas, músicas ou habilidades) podem ser mais atraentes ou "grudentos" em termos de atenção cultural e, portanto, apresentam maior fecundidade memética. A seleção de memes, tal como ocorre na biologia, depende de sua adequação ao ambiente e de sua capacidade de replicar-se eficazmente no panorama cultural.

Nesse contexto, Distin enfatiza que a *variação* é outro fator essencial no processo evolutivo de "replicação cultural". Os memes não se replicam de forma idêntica em todos os casos; pelo contrário, podem ser modificados e adaptados a novas circunstâncias ou

contextos, o que impulsiona a evolução cultural. No entanto, a autora também observa que o "conteúdo representacional" dos memes deve manter certa estabilidade para garantir uma replicação coerente ao longo do tempo (Distin, 2005).

Nesse sentido, a autora propõe que o DNA Cultural atua como uma estrutura organizadora que permite a variação dos memes sem que estes percam completamente sua identidade. Dessa forma, as novas versões de um meme continuam sendo reconhecíveis como tal. Esse equilíbrio entre fidelidade na replicação e capacidade de adaptação é o que possibilita a evolução cultural sem degenerar em caos (Distin, 2005).

A importância do DNA Cultural

A partir do exposto anteriormente, Distin considera o conceito de DNA Cultural um elemento fundamental em sua proposta teórica, pois oferece uma perspectiva eficaz para compreender a organização e a transmissão da complexidade cultural. Ao definir os memes como portadores de conteúdo representacional que operam como um código transmissível, a autora estabelece um arcabouço teórico que permite explicar:

a. Como a cultura pode acumular conhecimento e evoluir.

b. Como ideias e conceitos complexos podem ser replicados sem perder sua coerência.

c. Como a interação entre memes gera estruturas culturais mais amplas e complexas.

Essa abordagem permite integrar elementos da biologia e da filosofia para explicar a transmissão cultural sob uma perspectiva evolutiva, ao mesmo tempo que destaca a importância da mente humana no processo de replicação memétic (Distin, 2005).

A comunicação memética midiática

Na obra *Communicating with memes: Consequences in post-truth civilization* (2019) [Comunicando com memes: Consequências na civilização pós-verdade], o autor Grant Kien introduz um novo elemento teórico que ainda não havia sido explorado em profundidade por trabalhos anteriores sobre memes: *o conceito de comunicação memética no contexto do ecossistema midiático digital contemporâneo*, especificamente relacionado às redes sociais e ao seu impacto na civilização da pós-verdade.

Características do conceito de "comunicação memética" segundo Kien

Esse conceito teórico refere-se a um novo tipo de comunicação que surgiu no século XXI, facilitado pelo ambiente digital. Kien explica que, embora todas as linguagens e grande parte da comunicação tradicional possam ser consideradas "meméticas" em um

sentido básico (ou seja, autorreplicantes e evolutivas, segundo Dawkins), nem toda comunicação se torna memética no contexto midiático. Em sua proposta, a comunicação memética se distingue por sua capacidade de se replicar por meio de diversos meios, alterar sua forma e gerar efeitos culturais em uma escala sem precedentes (Kien, 2019).

Este autor afirma que as ideias do renomado teórico da comunicação Harold Innis (1894–1952) serviram como ponto de partida para o desenvolvimento de sua teoria sobre a comunicação memética contemporânea. Innis (1991), reconhecido por sua abordagem dos meios de comunicação como forças determinantes nas transformações civilizacionais do século XX, introduziu os conceitos teóricos de "time-binding" (vinculação temporal) e "space-binding" (vinculação espacial) para analisar como os meios tradicionais influenciavam a organização temporal e espacial das sociedades. Nessa linha, Kien sustenta que o desenvolvimento das redes digitais atuais e da comunicação memética está impulsionando uma nova transformação civilizacional profunda, comparável à provocada pelas inovações tecnológicas originalmente estudadas por Innis no início do século XX (Kien, 2019).

Kien também introduz a ideia de que a comunicação memética nos *meios digitais* se diferencia da *comunicação tradicional* por não apenas transmitir informação, mas por evoluir, propagar-se de forma exponencial e dar origem a ciclos de retroalimentação que podem gerar consequências imprevisíveis na sociedade. Essa abordagem enfatiza a velocidade e o poder que os memes adquiriram na era das redes sociais, em que não são apenas consumidos, mas também produzidos e modificados pelos próprios usuários [prossumidores] (Kien, 2019).

Outro conceito teórico inovador é o de "desvinculação", que amplia as categorias da comunicação descritas por Innis (1991). Kien sugere que, no *ecossistema digital atual*, a comunicação já não está vinculada nem ao *tempo* nem ao *espaço* da mesma forma que nos meios tradicionais. Essa desvinculação refere-se, portanto, à capacidade da comunicação digital de transcender as limitações físicas e temporais, propagando-se instantaneamente em escala global (Kien, 2019).

Nesse contexto, torna-se evidente que a era da Internet e das redes sociais desencadeou um fenômeno comunicacional globalizado sem precedentes na história da humanidade. Esse novo cenário impõe a necessidade de revisar criticamente muitas das certezas e pressupostos anteriores sobre como se produzem e se desenvolvem os processos comunicativos, assim como sobre a forma como se estruturam as relações humanas. Aquilo que outrora foi considerado estável e previsível em relação à interação social revela-se hoje como algo fluido, complexo e em constante transformação.

Por conseguinte, já não é suficiente adaptar os modelos tradicionais às novas plataformas digitais; segundo o que propõe Kien, torna-se imprescindível repensar em profundidade as categorias, teorias e métodos utilizados para compreender a comunicação e a construção dos vínculos humanos. Esse processo exige, além disso, a exploração das implicações éticas, culturais e psicológicas decorrentes de viver em uma realidade intensamente interconectada.

Conclusões gerais da abordagem memética

Em conclusão, a abordagem memética fundamenta-se na premissa de que a evolução cultural pode ser explicada por meio de unidades fundamentais conhecidas como *memes*, equivalentes aos *genes* na biologia. Tratam-se de elementos de informação cultural que podem ser reproduzidos e competir por espaço nas mentes humanas, evoluindo e adaptando-se ao longo do tempo. Essa abordagem propõe que a cultura não é estática, mas sim um processo dinâmico em que apenas as ideias mais eficazes sobrevivem e são transmitidas.

A *imitação* destaca-se como o principal mecanismo pelo qual os memes se propagam. Esses podem ser ideias, comportamentos ou costumes que se difundem independentemente de sua utilidade ou veracidade. Alguns conceitos, como os *memeplexes*, descrevem como grupos de memes se reforçam mutuamente para aumentar suas chances de replicação na cultura.

A abordagem memética também tem sido comparada à *transmissão de vírus*, na qual as ideias se propagam utilizando estratégias semelhantes às dos contágios biológicos. Essa análise destaca como as ideias se replicam, induzem sua retransmissão e competem para sobreviver em um ambiente cultural, frequentemente apelando a emoções poderosas para assegurar sua difusão.

O conceito de *replicação memética* amplia-se ao incluir a ideia de que os memes utilizam recursos tecnológicos e sinais, como palavras e símbolos, para se transmitirem e se reconstruírem em novas mentes. Considera-se que sua evolução não é estática, já que os memes podem sofrer transformações e adaptações conforme o contexto e a mente receptora.

Além disso, propõe-se uma analogia com o DNA biológico para explicar como os memes conservam e transmitem a informação cultural de forma estruturada. Afirma-se que os memes atuam como portadores de *conteúdo representacional*, orientando a conduta e o pensamento cultural de maneira semelhante à forma como o DNA regula as características dos organismos.

No *atual contexto digital*, observa-se que os memes transformaram a comunicação, tornando-a mais dinâmica e exponencial, com efeitos significativos sobre a sociedade. A retroalimentação entre os usuários das redes sociais permite que os memes não sejam apenas consumidos, mas também criados e modificados, desafiando as formas tradicionais de difusão de ideias.

Em conjunto, essas ideias teóricas sugerem que os *memes* são forças poderosas que moldam crenças, comportamentos e estruturas sociais. Sua capacidade de se replicar e evoluir faz com que influenciem significativamente a evolução cultural, promovendo tanto a coesão social quanto a inovação, ao mesmo tempo em que refletem as dinâmicas mutáveis da sociedade.

Abordagem ecossistêmica

A abordagem dos sistemas dentro de sistemas

A abordagem ecossistêmica baseia-se em uma compreensão complexa e holística do comportamento humano, ressaltando a interconexão entre os indivíduos e os sistemas que os circundam. Diferentemente das abordagens lineares e unidimensionais, esse modelo fundamenta-se na teoria dos sistemas, na cibernética e na ecologia, propondo que os seres humanos não podem ser compreendidos de forma isolada, mas sim como parte integrante de uma rede mais ampla de sistemas e subsistemas inter-relacionados (Moore et al., 2017).

Essa abordagem encontra suas raízes principalmente na terapia familiar, onde os terapeutas começaram a observar as famílias como sistemas dinâmicos e a considerar de que maneira os padrões de comunicação e as relações dentro do grupo influenciavam o comportamento de cada membro. Por meio dessa perspectiva, a interação humana é conceituada como um processo contínuo de intercâmbio, no qual tanto as pessoas quanto os sistemas sociais mais amplos afetam e são afetados mutuamente. A terapia estrutural e a terapia estratégica, em particular, fundamentaram-se nessas ideias, mas a abordagem ecossistêmica evoluiu além dessas técnicas para incluir uma visão mais ampla do papel do terapeuta, considerando-o não apenas como um observador, mas como um participante ativo dentro do sistema (Moore et al., 2017).

Uma característica distintiva da abordagem ecossistêmica é sua rejeição ao pensamento newtoniano tradicional, baseado na causalidade linear e na observação objetiva do comportamento. Em seu lugar, adota princípios do construtivismo e da cibernética de segunda ordem, enfatizando que o conhecimento e a realidade não são simplesmente descobertos, mas co-construídos por meio das interações entre o observador e o sistema observado (Moore et al., 2017). Essa mudança epistemológica reconhece que os seres humanos participam ativamente da criação de suas realidades, as quais são moldadas tanto pelas percepções individuais quanto pelas interações sociais e culturais.

A abordagem ecossistêmica também introduz a ideia da autonomia dos sistemas humanos. Concebe-se que cada indivíduo, ou subsistema, opera dentro de um contexto mais amplo, mas mantém certa independência em suas estruturas de significado e em suas ações. No entanto, essa autonomia não implica isolamento, pois os sistemas estão constantemente influenciados por outros sistemas, o que gera uma rede de interdependências que define seu funcionamento e sua adaptação (Moore et al., 2017). Essa noção é fundamental para compreender como as narrativas e as dinâmicas sociais podem ser alteradas, não apenas a partir de uma perspectiva interna, mas também por meio das influências externas que moldam e transformam esses sistemas.

Uma figura central no desenvolvimento da abordagem ecossistêmica foi o biólogo, antropólogo e cientista social Gregory Bateson (1987). Seu trabalho teórico foi fundamental para a conceituação dos padrões de relação e da organização dos fenômenos no mundo. Sua abordagem sobre a comunicação e a forma como os significados são compartilhados e transformados dentro dos sistemas exerceu uma influência direta sobre a compreensão da dinâmica dos ecossistemas humanos. Bateson contribuiu com uma visão dos sistemas

como entidades vivas, nas quais as interações não são simplesmente respostas automáticas, mas processos ativos de significação e adaptação.

Em sua obra *Steps to an ecology of mind* (1987) [Passos para uma ecologia da mente], Bateson apresenta a abordagem ecossistêmica como uma perspectiva essencial para compreender a mente humana e as interações das ideias em contextos tanto individuais quanto sociais. O autor argumenta que as ideias não existem de forma isolada, mas fazem parte de um sistema interconectado, no qual cada conceito é influenciado por outros dentro de seu ambiente. Essa forma de pensar destaca a importância de analisar como essas ideias são geradas, evoluem e se mantêm — não apenas em termos de seu conteúdo, mas também considerando sua interação com o meio no qual se desenvolvem, de maneira semelhante à forma como os organismos interagem com seus ecossistemas (Bateson, 1987).

Além disso, o autor enfatiza que a abordagem ecossistêmica permite questionar a forma como se selecionam e se moldam as percepções da realidade. Esse processo de seleção e edição da realidade, baseado nas crenças e epistemologias do indivíduo, cria um filtro por meio do qual o mundo é interpretado. Sustenta-se que a mudança nas crenças fundamentais só pode ocorrer quando as pessoas se deparam com uma dissonância cognitiva, o que as obriga a reconsiderar suas percepções do ambiente. Nessa perspectiva, a mudança epistêmica torna-se um processo inevitável quando os sistemas de crenças existentes já não conseguem se reconciliar com a experiência observada (Bateson, 1987).

Em outra de suas obras, intitulada *Mind and nature: A necessary unity* (1979) [Mente e natureza: Unidade necessária], Bateson propõe a interconexão e a relação entre todos os elementos da natureza e da mente humana. O autor argumenta que a mente não se limita aos processos internos do indivíduo, mas é uma manifestação de uma rede mais ampla de sistemas inter-relacionados, que inclui tanto seres vivos quanto elementos inanimados. Para ele, a natureza e a mente compartilham padrões de organização e processos de mudança que são fundamentais para compreender a evolução e a aprendizagem. Sugere que esses padrões de conexão constituem a base sobre a qual todo conhecimento é construído, e que a mente é uma parte integral e reflexiva dessa rede mais ampla, que abrange desde organismos individuais até ecossistemas completos.

Nesse sentido, a abordagem ecossistêmica de Bateson desafia as noções tradicionais de separação entre o ser humano e o mundo natural, propondo, em seu lugar, uma visão unificada na qual a mente se estende por diferentes níveis de sistemas ecológicos. Ele considera que a evolução e os processos mentais seguem regras semelhantes, e que é na interação e na retroalimentação entre esses sistemas que se geram as dinâmicas que permitem a mudança e a adaptação. Esse autor enfatiza a importância de reconhecer esses padrões para alcançar uma compreensão mais profunda e holística do mundo, defendendo uma epistemologia que não apenas observe as partes individuais, mas que também considere como estas se conectam em um todo interdependente (Bateson, 1979).

Atualmente, a abordagem ecossistêmica expandiu-se para além da psicologia e da terapia, influenciando também a educação, a pesquisa e as ciências sociais. No campo educacional, promove uma visão inclusiva e colaborativa da aprendizagem, na qual estudantes e educadores co-construem o conhecimento dentro de um contexto social e cultural. Na pesquisa, essa abordagem rejeita a ideia de uma realidade objetiva e única, propondo, em seu lugar, uma exploração de múltiplas realidades construídas por meio da interação entre o pesquisador e o sistema em estudo (Moore et al., 2017). Essa perspectiva multidimensio-

nal possibilita uma compreensão mais rica e matizada da experiência humana, ao considerar como as influências culturais, sociais e contextuais se entrelaçam na vida das pessoas.

Nessa lógica, o funcionamento ideal dentro da abordagem ecossistêmica é descrito como um equilíbrio dinâmico entre os sistemas e seus componentes, caracterizado pela abertura a novas experiências e pela capacidade de adaptação. Os sistemas saudáveis são aqueles que conseguem evoluir para níveis mais elevados de complexidade, enquanto os sistemas fechados tendem a ficar presos em padrões repetitivos e rígidos, limitando sua capacidade de adaptação e mudança (Moore et al., 2017).

Em conclusão, a abordagem ecossistêmica oferece uma forma integral de analisar o comportamento humano e as interações sociais, considerando as pessoas como participantes ativos dentro de sistemas mais amplos e interconectados. Essa perspectiva não apenas amplia a compreensão da psicologia e das ciências sociais, como também redefine o papel dos interventores e pesquisadores como co-criadores do conhecimento, interagindo com os sistemas para promover a mudança e o desenvolvimento.

A teoria bioecológica do desenvolvimento humano de Bronfenbrenner

A teoria ecológica — ou *bioecológica* — do desenvolvimento humano, proposta pelo psicólogo russo Urie Bronfenbrenner (1987) e considerada uma teoria de caráter ecossistêmico, destaca-se como uma das abordagens mais influentes para compreender como os ambientes sociais e as relações interpessoais influenciam o desenvolvimento humano. Essa teoria propõe que o desenvolvimento das pessoas é moldado por múltiplos níveis de sistemas ambientais que interagem de maneira complexa e dinâmica.

Nessa perspectiva, o indivíduo não se desenvolve em isolamento, mas está constantemente influenciado por uma série de contextos inter-relacionados, desde os níveis mais próximos e imediatos, como a família e a escola, até as estruturas sociais e culturais mais amplas que configuram a sociedade como um todo. Ao conceituar esses ambientes como sistemas ecológicos (ou ecossistemas), Bronfenbrenner destaca como cada contexto contribui de maneira única para o desenvolvimento, por meio de processos de interação bidirecional e recíproca entre o indivíduo e seu entorno (Bronfenbrenner, 1987).

Para captar essa interação entre o indivíduo e seu ambiente, o autor desenvolve um modelo composto por diferentes *níveis de sistemas* ou *ecossistemas* que, em conjunto, moldam o desenvolvimento humano. Esses níveis são organizados em uma estrutura hierárquica que vai desde os contextos mais imediatos e próximos ao indivíduo até as influências mais amplas e distantes da sociedade. Cada tipo de ecossistema proposto por Bronfenbrenner — "microssistema", "mesossistema", "exossistema", "macrossistema" e "cronosistema" — desempenha um papel crucial na configuração do comportamento e das experiências das pessoas. Essa classificação permite uma compreensão mais aprofundada de como fatores aparentemente distantes ou indiretos podem ter um impacto significativo no desenvolvimento individual, ressaltando a necessidade de analisar o contexto social em sua totalidade para compreender a complexidade do desenvolvimento humano (Bronfenbrenner, 1987).

1) Microssistema:

Para Bronfenbrenner, o conceito de microssistema é definido como o ambiente mais imediato e direto no qual um indivíduo interage e se desenvolve. Esse nível do modelo é composto pelas estruturas sociais e físicas com as quais o indivíduo tem contato direto e frequente, como a família, os amigos, a escola e outros contextos semelhantes (Bronfenbrenner, 1987). O microssistema é fundamental na vida das crianças, pois é o espaço onde ocorrem as interações cotidianas que influenciam de maneira significativa seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social (Hayes et al., 2017).

O autor descreve o microssistema como um ambiente dinâmico e bidirecional, no qual tanto o indivíduo quanto o ambiente influenciam-se mutuamente. Essas interações diretas são essenciais para o desenvolvimento, pois permitem que o sujeito não apenas receba estímulos e experiências do ambiente, mas também participe ativamente da configuração deste (Hayes et al., 2017). Por exemplo, em um ambiente familiar, o comportamento de uma criança pode influenciar as respostas emocionais e as ações dos pais, assim como as atitudes e condutas dos pais podem, por sua vez, influenciar o desenvolvimento da criança.

Na prática, o microssistema é o lugar onde os seres humanos, desde a infância, começam a desenvolver suas habilidades sociais, a construir sua identidade e a estabelecer padrões de comportamento que podem persistir ao longo da vida. Bronfenbrenner enfatiza que a qualidade das interações dentro do microssistema é crucial para o desenvolvimento infantil (Bronfenbrenner, 1987). Essas interações podem ser tanto positivas quanto negativas, e seu efeito dependerá de fatores como o apoio emocional, o nível de comunicação e o tipo de relação estabelecida com as pessoas nesse ambiente imediato (Hayes et al., 2017).

Além disso, o microssistema não se limita a um único contexto, mas abrange múltiplos ambientes nos quais o sujeito participa ativamente desde a infância, como a escola, o lar e os grupos de pares. Cada um desses contextos oferece oportunidades únicas para o desenvolvimento e apresenta desafios específicos que podem moldar a trajetória de crescimento da criança. Por exemplo, em um ambiente escolar, a criança interage com seus colegas e educadores, o que lhe permite desenvolver habilidades acadêmicas, sociais e de resolução de problemas. Em contraste, no ambiente doméstico, as interações com os membros da família tendem a se centrar mais no apoio emocional, na formação de valores e na construção de um senso de pertencimento e segurança (Hayes et al., 2017).

Bronfenbrenner também ressalta a importância do apoio e da consistência nos diferentes microssistemas. Se uma criança vivencia consistência e apoio emocional tanto em casa quanto na escola, é mais provável que desenvolva uma autoimagem positiva e habilidades resilientes para enfrentar desafios. Por outro lado, se houver discrepâncias significativas ou falta de apoio nesses ambientes, a criança poderá apresentar dificuldades em seu desenvolvimento emocional e social (Bronfenbrenner, 1987).

2) Mesossistema:

O mesossistema é compreendido, segundo a proposta de Bronfenbrenner (1987), como o nível de interação que emerge das conexões e relações entre os diferentes microssistemas nos quais um indivíduo participa. Diferentemente do microssistema, que se refere aos ambientes imediatos em que o sujeito interage diretamente, o mesossistema concentra-

se em como esses ambientes se comunicam entre si e no impacto que essas interações exercem sobre o desenvolvimento da pessoa. Trata-se, essencialmente, de um sistema de sistemas, que articula os diversos cenários da vida cotidiana do indivíduo em uma rede coesa de influências inter-relacionadas.

O mesossistema é crucial porque considera que o desenvolvimento humano não ocorre em um único contexto isolado, mas resulta da interação dinâmica entre múltiplos ambientes significativos. Por exemplo, uma relação sólida entre a família de uma criança e a escola pode proporcionar uma experiência educacional mais positiva e coerente. Quando os pais estão ativamente envolvidos nas atividades escolares, comunicando-se regularmente com os professores e participando do processo de aprendizagem da criança, cria-se uma ponte entre o lar e a escola que facilita sua adaptação e desempenho acadêmico (Hayes et al., 2017).

A qualidade das conexões dentro do mesossistema pode amplificar ou atenuar as experiências vividas pela pessoa em cada um dos microssistemas. Se uma criança experimenta apoio e comunicação coerente entre sua casa e o ambiente escolar, é mais provável que desenvolva maior autoconfiança e habilidades sociais mais robustas ao longo da vida. No entanto, se houver desconexão ou um relacionamento conflituoso entre esses ambientes — por exemplo, se pais e professores tiverem abordagens contraditórias sobre disciplina ou aprendizagem —, a criança poderá vivenciar confusão e estresse, o que pode prejudicar seu desenvolvimento socioemocional e acadêmico (Hayes et al., 2017).

Bronfenbrenner destaca que o mesossistema também abrange as relações entre outros contextos significativos na vida da criança, como o ambiente familiar e os grupos de pares, ou entre a comunidade e a escola. Cada uma dessas conexões exerce influência sobre a forma como a criança percebe e responde ao seu mundo (Bronfenbrenner, 1987). Por exemplo, a influência de um grupo de amigos no ambiente escolar pode estender-se à vida familiar da criança, afetando suas relações e comportamentos em casa. Da mesma forma, as expectativas e os valores compartilhados pela comunidade podem moldar as normas e práticas dentro da escola, reforçando determinados comportamentos e atitudes nas crianças (Hayes et al., 2017).

Um aspecto central do mesossistema é seu caráter bidirecional e recíproco. As experiências e comportamentos do indivíduo em um microssistema podem influenciar outros microssistemas e, por sua vez, essas influências mútuas se entrelaçam e se reforçam (Hayes et al., 2017). Por exemplo, uma criança que recebe reconhecimento na escola pode levar esse sentimento de conquista para casa, o que pode fortalecer sua relação com a família e motivar seus familiares a se envolverem ainda mais em sua vida escolar. Inversamente, se uma criança enfrenta dificuldades em casa, como conflitos familiares, é provável que essas tensões se reflitam em seu desempenho e comportamento na escola.

O conceito de mesossistema, portanto, sublinha a importância das conexões consistentes e coerentes entre os diferentes ambientes nos quais o ser humano se desenvolve (Hayes et al., 2017). Bronfenbrenner argumenta que a falta de coordenação e comunicação entre esses ambientes pode enfraquecer o apoio geral que uma criança necessita para prosperar na vida. Nesse sentido, educadores e pais que trabalham juntos para compreender e apoiar as necessidades e o desenvolvimento da criança são fundamentais para a construção de um mesossistema saudável e eficaz (Bronfenbrenner, 1987).

3) Exossistema:

O exossistema refere-se àqueles contextos e ambientes que, embora não incluam diretamente a pessoa como participante ativo, exercem uma influência significativa em seu desenvolvimento e nas experiências que vive em seus microssistemas. Diferentemente do microssistema e do mesossistema, o exossistema não é um espaço no qual o indivíduo interage diretamente, mas sim um conjunto de ambientes que afetam sua vida de forma indireta, por meio de seus impactos sobre as pessoas e circunstâncias que fazem parte de seu cotidiano (Bronfenbrenner, 1987).

Segundo Bronfenbrenner, e a partir de sua abordagem do desenvolvimento biopsicossocial da criança, o exossistema abrange elementos como o local de trabalho dos pais, as redes sociais e comunitárias, as políticas laborais, os meios de comunicação e outros sistemas sociais que influenciam o bem-estar e a estabilidade emocional dos adultos próximos à criança (Bronfenbrenner, 1987). Por exemplo, um ambiente de trabalho estressante ou exigente para um dos pais pode ter efeitos indiretos sobre a criança, uma vez que o estresse que o adulto experimenta no trabalho pode afetar sua disponibilidade emocional, seu tempo e a qualidade da interação em casa. Da mesma forma, a perda de emprego de um dos pais pode impactar o bem-estar financeiro da família, o que, por sua vez, afeta a estabilidade e o ambiente emocional no qual a criança é criada.

Bronfenbrenner ressalta que o poder do exossistema reside na forma como esses contextos externos moldam as experiências e oportunidades disponíveis para a criança dentro de seus ambientes imediatos (Bronfenbrenner, 1987). Por exemplo, as políticas educacionais e sociais estabelecidas pelas autoridades locais ou nacionais fazem parte do exossistema e têm um impacto direto na qualidade e no acesso aos serviços de educação e saúde que a criança pode receber. A implementação de um programa de apoio comunitário para famílias de baixa renda pode não ser algo do qual a criança participe ativamente, mas sua existência melhora significativamente as condições em que ela se desenvolve, proporcionando recursos adicionais que facilitam seu crescimento e aprendizagem (Hayes et al., 2017).

A natureza do exossistema destaca como as decisões e os eventos que ocorrem em um nível mais amplo, fora do controle imediato do indivíduo e de sua família, podem ter repercussões profundas e duradouras em seu desenvolvimento ao longo da vida. Nessa lógica, o exossistema também pode incluir os efeitos dos meios de comunicação e das redes sociais sobre a pessoa. Embora, por exemplo, uma criança pequena não participe diretamente da política ou de debates sociais, as atitudes e crenças promovidas por esses meios podem influenciar as conversas familiares, as crenças dos adultos e, eventualmente, as percepções e valores que a criança desenvolverá em relação ao seu ambiente social e cultural (Hayes et al., 2017).

Em síntese, a análise do exossistema no modelo de Bronfenbrenner destaca a complexidade das interações entre os níveis mais próximos e os mais distantes do ambiente de um indivíduo. Reconhece que, para compreender plenamente o desenvolvimento de uma pessoa, é necessário considerar não apenas as experiências diretas, mas também as forças externas que moldam essas experiências. Essa abordagem permite aos profissionais adotar uma visão mais ampla e contextualizada do desenvolvimento humano, abordando fatores que vão além das relações imediatas para incluir influências sistêmicas e estruturais que também desempenham um papel crucial.

4) Macrossistema:

O macrossistema é definido por Bronfenbrenner (1987) como o nível mais amplo e abrangente do ambiente que influencia o desenvolvimento do indivíduo, sendo constituído por valores culturais, crenças, normas, ideologias e padrões sociais predominantes em uma sociedade. Esse nível do modelo não se refere a um contexto físico específico em que o sujeito interaja diretamente, mas sim às estruturas culturais e sociais mais amplas que moldam e influenciam todos os demais sistemas nos quais a pessoa está inserida.

O macrossistema atua, portanto, como o marco contextual em que se desenvolvem as vidas dos indivíduos, influenciando suas experiências, expectativas e as oportunidades disponíveis. É composto por crenças culturais predominantes, ideologias políticas, normas sociais e atitudes gerais em relação a questões como educação, família, gênero, religião e bem-estar social. Esses elementos culturais e estruturais afetam a forma como são percebidas as experiências dentro dos microssistemas, mesossistemas e exossistemas, estabelecendo os limites do que é considerado possível ou aceitável na sociedade (Hayes et al., 2017).

Bronfenbrenner enfatiza que o macrossistema não é simplesmente um conjunto estático de valores e crenças, mas sim um contexto dinâmico, que varia ao longo do tempo e do espaço e que pode diferir significativamente entre diferentes culturas e subculturas (Bronfenbrenner, 1987). Por exemplo, em algumas culturas, a educação é altamente valorizada e o aprendizado é incentivado desde a primeira infância, o que se reflete em políticas educacionais robustas e em um apoio comunitário significativo às instituições de ensino. Em contraste, em outras culturas, a educação formal pode não ter o mesmo peso, sendo dada maior ênfase ao aprendizado prático ou a habilidades relacionadas à vida cotidiana.

A influência do macrossistema torna-se evidente na maneira como as normas e os valores culturais afetam as interações e expectativas nos ambientes imediatos do indivíduo. Por exemplo, uma sociedade que valoriza a equidade de gênero incentivará práticas no lar e na escola que promovam a igualdade de oportunidades entre meninos e meninas. Essas crenças e valores influenciam a forma como os adultos nesses contextos criam e educam as crianças, o que, por sua vez, afeta as oportunidades de desenvolvimento, bem como o senso de identidade e pertencimento que elas constroem ao longo da vida (Hayes et al., 2017).

Além disso, o macrossistema também abrange as ideologias políticas e as crenças econômicas que determinam as políticas sociais e as estruturas institucionais. Essas políticas podem ter um impacto direto no acesso do indivíduo a recursos como educação, saúde e serviços sociais (Hayes et al., 2017).

5) Cronossistema:

Por fim, para Bronfenbrenner, o cronossistema apresenta-se como a dimensão temporal que atravessa todos os níveis do modelo, afetando a maneira como os demais sistemas — microssistema, mesossistema, exossistema e macrossistema — influenciam o desenvolvimento do indivíduo ao longo do tempo. O cronossistema refere-se às mudanças e transições que ocorrem na vida de uma pessoa, tanto em nível individual quanto em nível social e histórico, e à forma como esses eventos temporais impactam o desenvolvimento humano (Hayes et al., 2017).

O cronossistema engloba dois tipos principais de influências temporais (Hayes et al., 2017):

- As mudanças e transições que ocorrem ao longo do ciclo de vida do indivíduo.
- As mudanças sociais e históricas que afetam toda uma geração ou sociedade.

No primeiro caso, considera-se como as experiências pessoais — como o ingresso na escola, a mudança de residência, a perda de um ente querido, a transição para a adolescência ou o início de um novo trabalho — podem transformar a trajetória de desenvolvimento de um indivíduo. Essas experiências são avaliadas em termos de sua duração, frequência e sequência, já que esses fatores influenciam como a pessoa se adapta e responde às novas circunstâncias (Hayes et al., 2017).

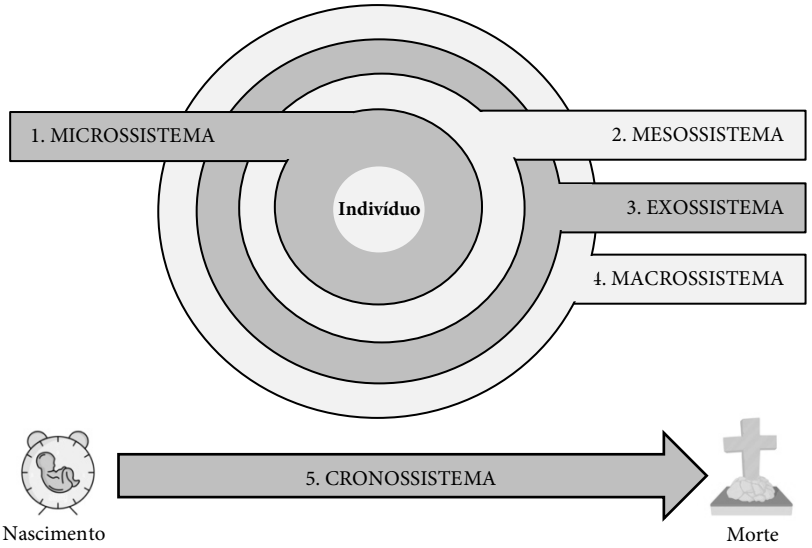
Por outro lado, o cronossistema também contempla os eventos históricos e sociais mais amplos que marcam gerações inteiras, como guerras, crises econômicas, avanços tecnológicos ou movimentos sociais e culturais. Esses eventos, embora externos ao indivíduo, têm o poder de reconfigurar as normas e valores do macrossistema, bem como as oportunidades e os desafios presentes nos microssistemas e exossistemas dos indivíduos (Hayes et al., 2017). Por exemplo, o crescimento da tecnologia digital e da conectividade global transformou a forma como as crianças aprendem, se comunicam e se relacionam atualmente, afetando não apenas seu ambiente imediato, mas também suas expectativas e habilidades para o futuro.

Bronfenbrenner ressalta a importância do tempo no desenvolvimento, pois considera não apenas como os eventos moldam o presente do indivíduo, mas também como o momento em que esses eventos ocorrem é crucial para compreender seu impacto. Uma mudança significativa na vida de uma criança, como o divórcio dos pais, pode ter efeitos distintos dependendo da etapa de desenvolvimento em que ela se encontra. Um divórcio durante os primeiros anos de vida pode influenciar de maneira diferente o desenvolvimento emocional e social da criança em comparação com o impacto que teria na adolescência, quando as relações com os pais e a identidade pessoal estão em outra fase de formação (Hayes et al., 2017).

O cronossistema também evidencia a importância das transições normativas e não normativas na vida de uma pessoa. As transições normativas são aquelas que ocorrem de maneira esperada e previsível ao longo do ciclo de vida, como o início da escolarização ou a aposentadoria, enquanto as transições não normativas incluem eventos inesperados, como a perda repentina de um emprego ou um desastre natural. Essas experiências podem provocar ajustes significativos na vida do indivíduo e afetar seu bem-estar e desenvolvimento de maneiras que dependem de sua capacidade de adaptação a essas circunstâncias (Hayes et al., 2017).

Por fim, um dos aspectos mais inovadores do cronossistema no modelo de Bronfenbrenner é sua ênfase no conceito de *macrotempo*, que se refere à maneira como as tendências históricas e as mudanças no contexto socioeconômico e político influenciam gerações inteiras. Essa abordagem permite compreender como as experiências compartilhadas por grupos de pessoas em um mesmo período histórico podem moldar seus valores, crenças e comportamentos, bem como as políticas e práticas culturais que afetam a educação, a família e o trabalho (Hayes et al., 2017).

Modelo bioecológico
de Urie Bronfenbrenner



Aplicabilidade do modelo de Bronfenbrenner ao Serviço Social

Como se pode observar, o modelo bioecológico de Urie Bronfenbrenner, originalmente concebido para estudar o desenvolvimento humano infantil, oferece uma perspectiva integral e sistêmica que pode ser extrapolada com eficácia para analisar a dinâmica sociocultural em contextos mais amplos. Sua estrutura teórica, composta por sistemas interconectados e hierárquicos, fornece uma ferramenta robusta para compreender a complexidade das relações sociais, econômicas e culturais que moldam o desenvolvimento de indivíduos e coletivos em múltiplos contextos. A extrapolação desse modelo para uma abordagem mais geral de análise sociocultural permite uma visão que transcende os limites do desenvolvimento humano infantil, abrangendo uma compreensão profunda da interação entre múltiplos níveis de influência na sociedade.

O modelo bioecológico e sua aplicabilidade à análise sociocultural

O modelo bioecológico organiza-se em torno da ideia de que o desenvolvimento humano não ocorre no vazio, mas sim em um contexto de sistemas interdependentes que vão do mais imediato e tangível ao mais distante e intangível. Esses sistemas incluem o microssistema, mesossistema, exossistema, macrossistema e cronossistema, que interagem entre si em um processo dinâmico e contínuo. Ao aplicar esse referencial teórico à análise sociocultural no Serviço Social, abre-se a possibilidade de explorar como as influências es-

truturais e contextuais moldam tanto o comportamento individual quanto as práticas sociais, revelando padrões e trajetórias de mudança e estabilidade ao longo do tempo.

a. Microssistema e mesossistema: Espaços de interação direta

No contexto do Serviço Social, o microssistema pode ser analisado como o conjunto de interações diretas que os indivíduos mantêm em seu ambiente imediato, tais como a família, os amigos, os colegas de trabalho e as instituições educacionais. Nesse nível, manifestam-se as relações face a face e os padrões de comunicação que impactam diretamente a construção da identidade, o senso de pertencimento e o desenvolvimento de competências sociais. Essas interações não apenas afetam os indivíduos no presente, como também configuram a maneira como eles respondem a situações sociais mais amplas.

O mesossistema, por sua vez, representa a interconexão entre os diferentes microssistemas, ou seja, como as experiências e relações em um ambiente se articulam e afetam aquelas de outro. Por exemplo, um profissional do Serviço Social que intervém em um conflito familiar considera não apenas a dinâmica intrafamiliar, mas também como as dificuldades no âmbito laboral ou educacional podem influenciar a situação. Essa abordagem integradora permite uma avaliação mais completa e uma intervenção mais eficaz, ao reconhecer que o desenvolvimento e o comportamento não ocorrem em compartimentos isolados, mas sim em uma rede complexa de influências.

b. Exossistema: Influências indiretas na vida cotidiana

O exossistema engloba aqueles contextos que não afetam diretamente o indivíduo, mas que influenciam seu ambiente imediato, como as políticas públicas, os meios de comunicação e as redes sociais. Na análise sociocultural, esse nível é crucial para compreender como as decisões tomadas em níveis estruturais ou institucionais têm um impacto indireto nas comunidades e na prática do Serviço Social. Por exemplo, uma mudança na legislação trabalhista pode alterar as condições econômicas de uma comunidade, o que, por sua vez, afeta a estabilidade familiar e as oportunidades educacionais dos indivíduos que dela fazem parte.

Bronfenbrenner (1987) aponta que as influências nesse nível podem ser sutis, porém poderosas, já que moldam as condições sob as quais se desenvolvem os processos cotidianos no microssistema e no mesossistema. Em termos socioculturais, essa abordagem enfatiza a importância de uma análise que não se detenha apenas nas interações visíveis, mas que também considere como as estruturas mais amplas estabelecem o marco para as experiências e comportamentos individuais e coletivos.

c. Macrossistema: Ideologias e valores culturais

O macrossistema inclui os valores, crenças, tradições e normas culturais que permeiam e condicionam os demais sistemas. Ao extrapolar esse conceito para a análise do desenvolvimento sociocultural no Serviço Social, observa-se como as ideologias predominantes e os discursos sociais configuram a percepção e a interpretação da realidade social. O macrossistema é o nível onde se formam as narrativas que orientam as normas e expec-

tativas sociais, influenciando tanto as práticas de intervenção quanto a construção de políticas sociais.

Nesse sentido, o Serviço Social encontra-se imerso em um contexto cultural mais amplo, que molda tanto as crenças profissionais quanto as estratégias de intervenção. A capacidade dos profissionais de analisar criticamente esse macrossistema e sua influência sobre as práticas sociais é essencial para o desenvolvimento de intervenções que não apenas respondam às necessidades imediatas dos indivíduos, mas que também promovam transformações em nível estrutural.

d. Cronossistema: Dinâmicas temporais no desenvolvimento sociocultural

Por fim, o cronossistema refere-se às mudanças e transições ao longo do tempo, tanto em nível individual quanto societal. Na análise sociocultural, esse componente permite examinar como os eventos históricos, as mudanças tecnológicas e as transformações sociais afetam a vida das pessoas e a estrutura das comunidades ao longo das gerações. A perspectiva do cronossistema no Serviço Social é essencial para compreender como as trajetórias de vida das pessoas são influenciadas por eventos temporais, como crises econômicas, movimentos sociais ou avanços tecnológicos, que redefinem as estruturas sociais e culturais nas quais essas pessoas estão inseridas.

Em conclusão, a extrapolação do modelo bioecológico de Bronfenbrenner para a análise do desenvolvimento sociocultural em disciplinas como o Serviço Social permite uma abordagem holística que integra múltiplos níveis de influência em um referencial teórico coerente e dinâmico. Ao reconhecer que o desenvolvimento humano e social resulta da interação contínua entre sistemas interconectados, essa abordagem oferece uma base sólida para compreender e enfrentar a complexidade das dinâmicas sociais, culturais e econômicas que configuram as realidades contemporâneas. Essa perspectiva sistêmica e multinível é especialmente valiosa para os profissionais da área, que enfrentam a necessidade de intervir em problemas complexos que exigem uma compreensão aprofundada das interações entre o indivíduo, a comunidade e a sociedade como um todo.

Abordagem da mudança psicossocial

Uma visão teórica ampla

A abordagem da mudança psicossocial refere-se a uma perspectiva teórica integral, que considera a transformação das estruturas sociais e psicológicas que afetam indivíduos e grupos dentro de uma sociedade. Esse processo abrange a evolução de normas, valores, crenças e comportamentos que, ao serem internalizados pelas pessoas, repercutem em sua forma de compreender o mundo e agir nele. Nesse sentido, para analisar essa abordagem, é fundamental considerar os componentes tanto sociais quanto psicológicos que facilitam ou inibem a mudança, assim como as teorias e os modelos que explicam esses processos.

De modo geral, a mudança psicossocial é um fenômeno que ocorre na interseção entre os processos psicológicos individuais e as influências sociais. Nessa perspectiva, a mudança não é percebida apenas como uma alteração nas condutas ou na estrutura social, mas também como uma transformação nas formas pelas quais os indivíduos interpretam e atribuem significado às suas experiências e aos seus papéis dentro de um contexto social específico (Jost, 2006). Assim, essa abordagem reconhece a importância dos significados compartilhados e como eles podem ser reconfigurados em resposta a novas condições sociais, políticas ou econômicas.

Um dos fatores críticos na mudança psicossocial é o papel da *identidade social* e como os indivíduos se percebem em relação aos grupos aos quais pertencem. Segundo Tajfel e Turner (2004), a teoria da identidade social sugere que as pessoas tendem a conformar seu comportamento com base nas normas e valores de seus grupos de referência. Portanto, uma mudança nas dinâmicas desses grupos pode levar a uma reconfiguração da identidade individual e, como resultado, influenciar a forma como os indivíduos respondem às transformações sociais.

Além disso, a abordagem sobre a mudança de atitudes e crenças, fundamentada na teoria da dissonância cognitiva de Festinger (1962), desempenha um papel central nessa perspectiva. Segundo Festinger, as pessoas experimentam uma tensão interna quando percebem uma incoerência entre suas crenças, comportamentos e os valores ou normas sociais. Essa dissonância as impulsiona a realizar ajustes com o objetivo de restaurar o equilíbrio cognitivo. Esse processo de ajuste constitui um mecanismo fundamental para compreender como se produzem as mudanças psicossociais em resposta às pressões sociais e à incorporação de novas informações.

Um dos modelos mais influentes nesse campo é o modelo transteórico de Prochaska e DiClemente (1983), que propõe que a mudança ocorre por meio de uma série de etapas: *pré-contemplação*, *contemplação*, *preparação*, *ação* e *manutenção*. Esse modelo é relevante porque destaca a natureza não linear da mudança psicossocial, sugerindo que os indivíduos podem retroceder e avançar entre as etapas antes de alcançarem uma transformação estável em seu comportamento e pensamento. A progressão ao longo dessas etapas é influenciada por fatores tanto internos (como a motivação e a autoeficácia) quanto externos (como o apoio social e as condições contextuais).

Apesar da presença de fatores facilitadores, a mudança psicossocial pode encontrar

resistências significativas. Lewin (1951), em sua teoria de campo, conceitua a mudança como um equilíbrio entre forças que a impulsionam e forças que a resistem. Segundo Lewin, para que a mudança ocorra, é necessário um processo de *descongelamento*, no qual as crenças e comportamentos atuais devem ser desestabilizados; seguido de uma *mudança*, onde novos padrões são introduzidos; e, por fim, um *recongelamento*, no qual esses novos padrões se solidificam como a nova norma.

Entre as barreiras mais comuns encontram-se a resistência à mudança por parte dos indivíduos, motivada por medos do desconhecido ou pela perda de controle, assim como as barreiras estruturais no ambiente social que mantêm práticas e crenças tradicionais. O papel da cultura, das normas sociais e dos preconceitos existentes pode ser um fator que contribui para a inércia social, dificultando a adoção de novas ideias e comportamentos.

A compreensão da mudança psicossocial tem importantes implicações para as intervenções no campo das ciências sociais e, evidentemente, no Serviço Social. As intervenções profissionais eficazes devem considerar não apenas os fatores individuais, mas também as dinâmicas grupais e as estruturas sociais que afetam o comportamento humano. A partir da abordagem bioecológica, por exemplo, destaca-se que a mudança deve ser abordada em múltiplos níveis de análise, incluindo o indivíduo, a família, a comunidade e as instituições mais amplas da sociedade (Bronfenbrenner, 1987).

Nesse sentido, a abordagem da mudança psicossocial exige uma intervenção holística que leve em consideração tanto as dinâmicas internas (psicológicas) quanto as externas (sociais) das pessoas. É por isso que as estratégias de intervenção que incorporam o uso de narrativas e a reconstrução de significados são particularmente poderosas, pois permitem que os indivíduos redefinam suas experiências e papéis no contexto de uma mudança mais ampla (White e Epston, 1993).

A mudança social como processo vivo segundo a sociologia de Sztompka

Segundo o sociólogo polonês Piotr Sztompka, em sua obra *Sociología del cambio social* (1995) [A sociologia da mudança social], a mudança social deve ser vista como um fenômeno constante na história, desafiando a ideia de que as estruturas sociais são estáticas ou imutáveis. Para o autor, compreender a mudança social é essencial para entender a própria essência da vida coletiva, já que tudo na sociedade está em contínuo movimento, evolução e transformação.

Em sua análise, Sztompka utiliza uma variedade de modelos e conceitos para abordar a mudança social. Uma das abordagens que ele destaca é a metáfora orgânica, herdada da sociologia clássica, na qual a sociedade é comparada a um organismo biológico. Assim como um ser vivo, a sociedade possui uma estrutura interna que está em constante processo de adaptação e evolução. No entanto, o autor também reconhece as limitações dessa perspectiva, apontando que a rigidez dos modelos sistêmicos tradicionais nem sempre consegue captar a natureza dinâmica e fluida da mudança social (Sztompka, 1995).

Sztompka, portanto, introduz a ideia da sociedade como um *campo social dinâmico*, uma noção que se afasta da visão estática e rígida da mudança para se concentrar em

uma imagem mais flexível e em movimento. Para o autor, a sociedade não é um objeto sólido e definido, mas um conjunto de processos inter-relacionados, nos quais interações, crenças, normas e ações se entrelaçam de forma contínua e complexa. Nesse sentido, a mudança social é percebida como um fluxo constante de transformações que se manifestam por meio das ideias, das instituições, das relações e das oportunidades que surgem no tecido social (Sztompka, 1995).

A partir de sua perspectiva crítica, Sztompka desafia as visões deterministas e mecanicistas que dominaram grande parte do pensamento sociológico, como o evolucionismo e o materialismo histórico. Ele rejeita a noção de que a mudança social seja um processo inevitável e linear, argumentando, em vez disso, que a história é moldada pela agência humana — pelas decisões e ações que indivíduos e grupos tomam em contextos específicos (Sztompka, 1995). Essa abordagem enfatiza a importância da contingência e da abertura do futuro, sugerindo que a mudança social é o resultado de um entrelaçamento complexo entre intenções humanas, circunstâncias e forças externas.

Além disso, Sztompka explora o papel fundamental que as ideias e normas desempenham como motores da mudança social. Ele considera que as ideias têm o poder de transformar a realidade, pois moldam as crenças, atitudes e comportamentos humanos. As normas sociais, por sua vez, atuam como guias para a conduta coletiva, mas também são suscetíveis à inovação e à reinterpretação quando confrontadas com novas realidades e desafios (Sztompka, 1995).

Em suma, a mudança social, segundo Sztompka, não é um fenômeno que ocorre de maneira isolada ou em uma única direção. Trata-se, antes, de um processo complexo e multifacetado que pode ser impulsionado por uma variedade de forças, incluindo movimentos sociais, revoluções e a ação de indivíduos notáveis (Sztompka, 1995). Esses atores coletivos e figuras individuais desempenham um papel decisivo ao desafiar o status quo, questionar normas estabelecidas e propor novas formas de organização e de vida em sociedade.

A Teoria Delta da mudança psicossocial de Tharp

Aspectos gerais da teoria

No livro *Delta theory and psychosocial systems: The practice of influence and change* (2012) [Teoria Delta e sistemas psicossociais: A prática da influência e da mudança], do renomado acadêmico norte-americano Roland G. Tharp, o autor propõe uma teoria psicossocial unificada — a Teoria Delta — para explicar como ocorre a mudança humana por meio da influência social. Tharp integra conceitos de diversas disciplinas, incluindo psicologia, sociologia, antropologia, teoria evolutiva, filosofia, neuropsicologia, ciências cognitivas e a Teoria da Atividade Histórico-Cultural, a fim de oferecer uma explicação abrangente sobre como a influência é exercida e resistida.

A mudança psicossocial, vista através da lente da Teoria Delta de Tharp, ergue-se como uma força complexa e multidimensional, enraizada nas dinâmicas dos sistemas psicossociais que compõem o tecido social da vida humana. Para o autor, a mudança não é um fenômeno isolado ou fortuito; trata-se do resultado de um processo meticuloso que

opera por meio da interação constante e da influência mútua entre os indivíduos e seus contextos sociais (Tharp, 2012).

Tharp propõe que a mudança ocorre quase exclusivamente dentro e por meio de sistemas psicossociais, definidos como agrupamentos de pessoas que compartilham valores, propósitos e atividades em comum. Esses sistemas não são estáticos nem homogêneos; encontram-se em fluxo constante, oscilando entre três fases críticas: Beta, Alfa e Delta — cada uma delas descrevendo um estado particular de equilíbrio ou desequilíbrio dentro do sistema social (Tharp, 2012).

1. Fase Beta

A fase Beta, segundo Tharp, representa o estado de equilíbrio e estabilidade dentro de um sistema psicossocial. Nessa fase, as interações sociais e as dinâmicas de grupo encontram-se em um estado de harmonia e consistência, no qual as normas, os valores e os comportamentos do sistema tendem a permanecer estáveis e previsíveis. O autor descreve essa fase como a manifestação de uma organização social que alcançou um ponto no qual seus padrões de conduta são regulares e orientados para a continuidade e a resistência à mudança (Tharp, 2012).

Na fase Beta, o sistema psicossocial é estruturado para perpetuar sua estabilidade. Esse estado é comparável a uma forma de homeostase social, na qual cada membro do grupo conhece e aceita seu papel dentro do sistema, o que facilita a coesão e a previsibilidade nas interações. Os laços entre os indivíduos são reforçados pela repetição de atividades conjuntas e pelo intercâmbio de símbolos e linguagem comuns, que fortalecem a intersubjetividade — ou seja, a capacidade dos membros de compartilhar uma mesma interpretação da realidade e um sistema de valores coerente (Tharp, 2012).

Tharp enfatiza que essa fase não é simplesmente um estado de passividade, mas requer uma força ativa para manter o equilíbrio e evitar a disrupção. A estabilidade da fase Beta está sujeita a uma série de forças conservadoras que atuam para evitar mudanças que possam desestabilizar o sistema. Isso inclui a reparação de mal-entendidos, a resolução de conflitos menores e a reafirmação constante dos laços sociais e emocionais dentro do grupo (Tharp, 2012).

Apesar dessa tendência à estabilidade, reconhece-se que o sistema em fase Beta não é completamente imune às influências externas ou a crises internas que possam levá-lo à fase Alfa, de desequilíbrio. No entanto, a fase Beta é fundamental porque fornece uma base a partir da qual se podem planejar intervenções para a mudança. Os agentes de influência que buscam promover mudanças dentro de um sistema psicossocial devem estar conscientes de que, ao se encontrarem em fase Beta, o sistema resistirá naturalmente a qualquer tentativa de modificar seus padrões preestabelecidos. Essa resistência à mudança é vista como uma força tanto protetora quanto limitadora, que assegura a continuidade do sistema, mas também dificulta a inovação e a adaptação a novas circunstâncias (Tharp, 2012).

2. Fase Alfa

A fase Alfa é um estado de desequilíbrio e instabilidade dentro de um sistema psicossocial. Essa fase caracteriza-se pela ruptura da estabilidade anteriormente alcançada na fase Beta, provocando uma série de mudanças e reações dentro do grupo que afetam tanto

suas relações internas quanto sua estrutura organizacional. Tharp descreve a fase Alfa como um momento de crise, no qual as normas e os valores que mantinham o sistema coeso são alterados por forças externas ou conflitos internos que desafiam a ordem estabelecida (Tharp, 2012).

Na fase Alfa, o sistema psicossocial experimenta uma espécie de caos controlado. Os laços que uniam os membros do grupo começam a enfraquecer, e as tensões e fricções tornam-se evidentes nas interações cotidianas. Esse estado de desequilíbrio não é apenas uma desordem temporária, mas uma oportunidade para uma mudança significativa. Tharp argumenta que a fase Alfa é essencialmente uma fase de transição, na qual o sistema tem o potencial de se reestruturar e evoluir para novas formas de organização, desde que as influências e intervenções sejam apropriadas e eficazes (Tharp, 2012).

O autor destaca que a fase Alfa não é uma condição estável e, portanto, é transitória por natureza. O sistema psicossocial, devido à sua tendência natural à homeostase, buscará restaurar um novo equilíbrio — seja retornando à fase Beta, seja avançando para a fase Delta, caso as condições favoreçam uma mudança positiva. Esse processo de restauração pode ser impulsionado pela intervenção de agentes externos que aproveitem o estado de vulnerabilidade do sistema para implementar mudanças estruturais ou comportamentais (Tharp, 2012).

O que torna particularmente interessante a fase Alfa é que se trata de um momento em que o sistema está mais receptivo à influência e à mudança. Tharp sugere que os agentes de mudança devem estar especialmente atentos durante essa fase, pois o sistema se mostra mais flexível e aberto à reorganização de seus padrões de conduta e de suas relações internas. No entanto, ele também adverte que, se não for bem conduzida, a fase Alfa pode levar à regressão ou ao colapso do sistema, em vez de uma evolução positiva rumo a uma nova estabilidade (Tharp, 2012).

Em essência, a fase Alfa na teoria de Tharp representa um ponto de inflexão crítico para qualquer sistema psicossocial. É uma etapa em que os desafios e as dissonâncias internas podem desencadear tanto o declínio quanto o renascimento do sistema, dependendo de como as tensões forem geridas e de como as intervenções forem estruturadas para orientar a mudança. Essa compreensão profunda da fase Alfa é crucial para qualquer tentativa de formular estratégias de mudança verdadeiramente eficazes e sustentáveis, reconhecendo a oportunidade inerente ao caos e a possibilidade de transformar a crise em um momento de crescimento e desenvolvimento.

3. Fase Delta

A fase Delta, tal como concebida por Tharp, representa o estado de mudança intencional e transformadora dentro de um sistema psicossocial. Essa fase é definida pelo seu foco na reorganização e reconfiguração das dinâmicas sociais, nas quais as forças do sistema são mobilizadas para produzir uma mudança significativa e duradoura. O autor descreve a fase Delta como o momento em que o sistema, após ter atravessado as tensões da fase Alfa, está pronto para adotar novas estruturas, comportamentos e formas de interação que não apenas modifiquem seu estado atual, mas que também estabeleçam uma nova estabilidade adaptativa (Tharp, 2012).

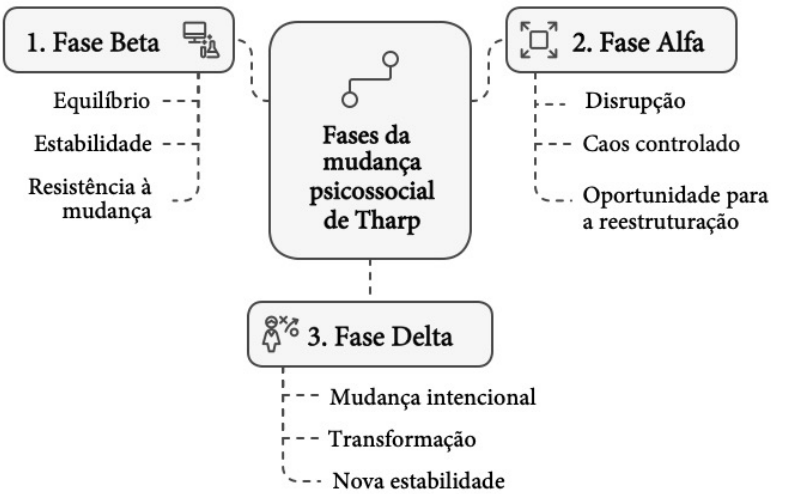
A fase Delta não ocorre de maneira espontânea; é o resultado de intervenções estratégicas desenhadas para guiar o sistema rumo a uma evolução consciente e deliberada. Segundo Tharp, a mudança nesta fase é construída por meio de um processo estruturado que utiliza ferramentas e técnicas de influência, como o modelamento de condutas, a gestão

de contingências, o fornecimento constante de feedback e a criação de novas normas que orientem as ações dos membros do sistema (Tharp, 2012). Esses mecanismos são implementados para desencadear uma transformação que responda a objetivos específicos de mudança e assegure que as novas dinâmicas sejam integradas de forma sustentável na vida cotidiana do grupo.

O que diferencia a fase Delta das fases anteriores é o seu foco na plasticidade do sistema. Durante essa fase, o sistema psicossocial não apenas se mostra receptivo à mudança, mas busca ativamente reconfigurar seus próprios padrões e estruturas. Tharp enfatiza que a fase Delta é um período de grande abertura e potencial criativo, no qual as restrições e limitações da fase Beta foram liberadas, e as dissonâncias da fase Alfa foram aproveitadas para gerar novas oportunidades. É nesse ponto que as narrativas e relações dentro do grupo podem ser redefinidas, permitindo o surgimento de novas formas de cooperação e compreensão (Tharp, 2012).

Tharp também destaca que a fase Delta implica um alto grau de agência por parte dos indivíduos e dos agentes de mudança envolvidos. Líderes, terapeutas, educadores ou qualquer figura de influência que atue dentro do sistema desempenham um papel fundamental ao guiar esse processo rumo a uma nova estabilidade. Eles devem ser capazes de identificar as oportunidades existentes no caos da fase Alfa e direcionar essas forças para um crescimento positivo, ajudando o sistema não apenas a se adaptar, mas também a se transformar profundamente (Tharp, 2012).

Em síntese, a fase Delta é a culminação do ciclo de mudança dentro da teoria de Tharp, um momento em que o sistema psicossocial se reestrutura e se redefine, alcançando uma nova forma de equilíbrio que não é apenas mais robusta, mas também mais alinhada com os objetivos e aspirações atuais de seus membros. A compreensão desta fase é essencial para projetar estratégias de intervenção que não apenas se adaptem à mudança, mas que também a liderem e a convertam em um processo significativo e sustentável.



O fenômeno da mudança psicossocial segundo a Teoria Delta

Para Tharp, a chave da mudança psicossocial reside na capacidade de um agente de influência de mobilizar as forças internas de um sistema psicossocial e reorganizar seus componentes em um estado *Delta*. Esse agente —seja um terapeuta, um professor, um líder comunitário ou mesmo um membro da família— deve ser capaz de diagnosticar a fase em que o sistema se encontra e aplicar intervenções precisas que conduzam a uma mudança sustentável (Tharp, 2012). Utilizando ferramentas como a estruturação de tarefas, a modelagem de comportamentos e a gestão de contingências, o agente guia o sistema em direção a uma nova estabilidade, onde as transformações alcançadas se consolidam e se integram à vida cotidiana.

A abordagem de Tharp também reconhece a importância das relações interpessoais e da intersubjetividade no processo de mudança. O verdadeiro motor da mudança, segundo sua teoria, é a criação de significados compartilhados e o alinhamento de valores e objetivos por meio de atividades conjuntas (Tharp, 2012). Essa interação não é simplesmente uma soma de esforços individuais, mas um fenômeno emergente que ocorre quando as pessoas se envolvem em um propósito comum, alcançando uma transformação tanto em nível individual quanto coletivo.

Em última instância, Tharp não vê a mudança psicossocial como um fenômeno que ocorre de forma isolada, mas como um processo profundamente social e relacional. Sua Teoria Delta oferece uma visão holística, que integra disciplinas como a psicologia, a sociologia, a antropologia e as ciências cognitivas, para desvendar os mecanismos que estão na base da influência e da mudança (Tharp, 2012). Mais do que uma teoria aplicada, a proposta de Tharp é um convite para compreender a mudança não apenas como uma meta alcançável, mas como uma prática contínua que se desenrola por meio da interação humana e da constante reconfiguração dos sistemas psicossociais.

Na obra de Tharp, a mudança não é simplesmente o resultado da vontade individual ou do acaso; é uma dança complexa que se desenvolve no palco da vida social, onde cada passo é guiado pelas leis do sistema psicossocial e pela mão sutil da influência intersubjetiva.

III ABORDAGENS PSICOTERAPÊUTICAS

A abordagem cognitivo-comportamental

Desde seus primórdios, a psicologia foi compreendida de diversas maneiras, dependendo do contexto histórico e geográfico em que se desenvolveu. Nos Estados Unidos, foi inicialmente marcada pela filosofia, com foco em conceitos teóricos como o "eu" e a consciência. Enquanto isso, na Europa, a psicologia seguiu um caminho diferente, apoiando-se em métodos científicos para estudar experimentalmente processos mentais como a memória e a percepção. Durante essas primeiras investigações da disciplina, a introspecção foi uma ferramenta fundamental, mas sua natureza subjetiva acabou limitando a "objetividade" das pesquisas. Isso abriu caminho para o surgimento do behaviorismo, uma mudança de paradigma impulsionada pelos experimentos do fisiologista russo Ivan Pavlov, que se concentrou no estudo do comportamento observável como uma forma mais objetiva de compreender a mente.

À medida que o século XX avançava, o interesse pelos processos mentais voltou a ganhar força. Assim nasceu a psicologia cognitiva, inspirada na psicologia da Gestalt e enriquecida pelas analogias do processamento da informação, em parte graças aos avanços na informática. Essa nova abordagem não apenas revolucionou a pesquisa psicológica, como também teve um forte impacto na psicoterapia, levando à criação de terapias baseadas em evidências, como a Terapia Cognitiva (TC) e a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC). Essas novas propostas distanciaram-se das ideias freudianas e concentraram-se em ajudar as pessoas a viver de forma mais plena e satisfatória, propondo métodos de intervenção modernos que questionavam os antigos conceitos da psicanálise.

Principais pioneiros da psicologia cognitiva terapêutica

A psicoterapia cognitiva tem sido uma das inovações mais significativas no campo da psicologia clínica, e seu desenvolvimento se deve às contribuições de diversos pioneiros que lançaram as bases para sua evolução. Entre os principais autores nessa área, destacam-se Aaron T. Beck, Albert Ellis e Donald Meichenbaum, cujas teorias e abordagens terapêuticas influenciaram profundamente a forma como se compreendem e tratam os transtornos mentais. A seguir, apresenta-se uma análise das contribuições desses pensadores influentes, explorando brevemente seus aportes fundamentais e como esses moldaram a abordagem cognitivo-comportamental contemporânea.

Aaron T. Beck: O arquiteto da terapia cognitiva

Aaron T. Beck é reconhecido como o principal fundador da psicoterapia cognitiva, e seu trabalho foi crucial para o desenvolvimento dessa abordagem terapêutica. Beck formou-se originalmente como psiquiatra psicanalítico, mas sua pesquisa sobre a depressão o levou a questionar as ideias tradicionais do psicanálise. Em vez de focar nos conflitos inconscientes, Beck interessou-se em como os padrões de pensamento negativo contribuíam para a depressão e outros transtornos emocionais (Beck et al., 2010).

O conceito fundamental de Beck é que os pensamentos automáticos negativos e as crenças irracionais são os principais fatores que perpetuam os estados emocionais negativos. Beck desenvolveu o modelo cognitivo da depressão, que postula que indivíduos deprimidos tendem a ver o mundo, a si mesmos e o futuro de maneira negativa, formando a famosa "tríade cognitiva" (Beck et al., 2010). Sua abordagem baseia-se na identificação e modificação desses pensamentos distorcidos para alterar as respostas emocionais e comportamentais do paciente, estabelecendo as bases da reestruturação cognitiva.

Albert Ellis: O criador da terapia racional emotiva comportamental

Albert Ellis é outro pioneiro no campo da terapia cognitiva, conhecido por desenvolver a *Terapia Racional Emotiva Comportamental* (TREC), uma das primeiras abordagens a integrar a psicologia cognitiva e comportamental. Ellis propôs que as emoções não são causadas diretamente pelos eventos, mas sim pelas crenças e atitudes que as pessoas mantêm a respeito desses eventos (Ellis et al., 1997). Seu famoso modelo ABC explica como um *evento ativador* ou *adversidade* ("A" de *activating event*) desencadeia uma crença ("B" de *beliefs*), que por sua vez gera uma consequência emocional e comportamental ("C" de *consequence*).

Ellis introduziu a ideia de que muitas das crenças mantidas pelas pessoas são irracionais e disfuncionais, o que leva a emoções negativas intensas e comportamentos autodestrutivos. Por meio do questionamento e da disputa dessas crenças irracionais, a TREC ajuda os pacientes a desenvolver uma forma de pensar mais racional e equilibrada (Ellis et al., 1997). Essa abordagem não se concentra apenas na mudança das crenças desadaptativas, mas também na promoção de uma filosofia de vida que favoreça a aceitação e o crescimento pessoal.

Donald Meichenbaum: O inovador da terapia cognitivo-comportamental

Donald Meichenbaum é outro pioneiro influente que contribuiu significativamente para o desenvolvimento da terapia cognitiva, especialmente por meio de seu trabalho com o treinamento de inoculação de estresse e a autoinstrução cognitiva. Meichenbaum (1977) introduziu a ideia de que os pensamentos e o diálogo interno de uma pessoa desempenham um papel crucial na forma como ela responde a situações estressantes e desafiadoras.

Sua abordagem terapêutica concentra-se em ensinar os pacientes a utilizar o diálogo interno positivo como uma ferramenta para lidar com o estresse e as dificuldades emocionais. A técnica de inoculação de estresse desenvolvida por Meichenbaum consiste em

preparar as pessoas para enfrentar e resistir ao estresse de maneira eficaz, ensinando-lhes habilidades cognitivas e comportamentais para antecipar e manejar as respostas ao estresse (Meichenbaum, 1985). Essa abordagem tem sido particularmente útil no tratamento do transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) e de outros problemas relacionados ao estresse.

Contribuições coletivas e seu impacto na terapia cognitiva

As contribuições de Aaron T. Beck, Albert Ellis e Donald Meichenbaum forneceram uma base teórica e prática sólida para o desenvolvimento da terapia cognitiva e suas variantes. Enquanto Beck concentrou-se principalmente na mudança dos pensamentos automáticos e das crenças centrais por meio da reestruturação cognitiva, Ellis introduziu a importância de questionar as crenças irracionais e desenvolver uma filosofia de vida racional. Por sua vez, Meichenbaum acrescentou a dimensão do diálogo interno e das habilidades de enfrentamento à abordagem terapêutica (Hernández, 2014).

Esses pioneiros não apenas estabeleceram os fundamentos da terapia cognitiva, mas também influenciaram uma ampla gama de intervenções terapêuticas que são utilizadas atualmente para tratar diversas condições, incluindo ansiedade, depressão e manejo do estresse. Seu trabalho deu origem a uma abordagem terapêutica dinâmica, baseada em evidências e centrada no empoderamento do indivíduo para mudar seus padrões de pensamento e comportamento (Hernández, 2014).

Beck, Ellis e Meichenbaum transformaram profundamente o campo da psicologia clínica. Suas teorias e métodos terapêuticos continuam sendo fundamentais para o tratamento dos transtornos mentais e para a promoção do bem-estar emocional. Por meio de suas inovações, forneceram ferramentas eficazes para que as pessoas desafiem e modifiquem seus padrões de pensamento, abrindo caminho para uma vida mais equilibrada e significativa.

Relação entre pensamento, emoção e comportamento

Dentro da abordagem cognitivo-comportamental, a relação entre *pensamento*, *emoção* e *comportamento* é concebida como uma interação dinâmica e bidirecional, na qual cada um desses elementos influencia profundamente os outros e, por sua vez, é influenciado por eles. Sob essa perspectiva, sustenta-se que os pensamentos que uma pessoa elabora diante de um evento específico são os que impulsionam suas emoções e seu comportamento frente a tal situação. Não são os eventos em si que determinam como alguém experimenta seus sentimentos ou reage, mas sim a maneira como essa pessoa interpreta e atribui significado a esses eventos que realmente molda sua experiência emocional e suas ações. É nessas interpretações, muitas vezes automáticas e inconscientes, que se encontra a chave para compreender como um indivíduo se conecta e responde ao mundo ao seu redor (Beck et al., 2010; Ellis et al., 1997).

Como afirmou o antigo filósofo estoico Epicteto (2018):

> Não são as coisas que atormentam os homens, mas as opiniões que eles têm sobre elas... (p. 13).

Epicteto foi um filósofo estoico grego do século I d.C., nascido como escravo em Hierápolis (atual Turquia). Após conquistar sua liberdade em Roma, passou a ensinar filosofia estoica com foco na autodisciplina e no controle interno diante das adversidades. Seus ensinamentos, compilados por seu discípulo Arriano, exerceram profunda influência no desenvolvimento da corrente estoica.

Nas palavras anteriores do filósofo, percebem-se claramente os ecos dos princípios fundamentais que sustentam a terapia cognitivo-comportamental. Epicteto, assim como o pensamento estóico em geral, sustentava que não são os eventos externos em si que determinam o estado emocional ou as respostas comportamentais de uma pessoa, mas sim a maneira como esses eventos são interpretados. Segundo essa perspectiva, o que realmente define como um indivíduo se sente e reage não é o que acontece ao seu redor, mas como ele percebe, valoriza e acredita em relação a esses acontecimentos. São essas interpretações internas, moldadas por suas crenças e percepções, que em última instância determinam sua experiência emocional e a forma como escolhe agir diante da realidade que enfrenta. Essa ideia ressoa poderosamente no enfoque cognitivo-comportamental, que também enfatiza o poder da mente para moldar as emoções e os comportamentos por meio do filtro das interpretações pessoais.

Nesse contexto, foi Beck quem desenvolveu pela primeira vez o conceito de *Terapia Cognitiva*, fundamentando-se na ideia de que os pensamentos distorcidos ou irracionais são a raiz das emoções negativas e dos comportamentos disfuncionais. De sua perspectiva, quando uma pessoa interpreta erroneamente um comentário casual de um amigo como uma crítica severa, é provável que se sinta magoada (emoção) e, como resultado, se afaste socialmente (comportamento), apesar de a intenção original do comentário e seu conteúdo não justificarem uma reação tão extrema. O autor destacou como essas interpretações equivocadas podem moldar a forma como uma pessoa vivencia suas emoções e responde ao ambiente, tornando-se o eixo central de padrões de pensamento que afetam profundamente seu bem-estar emocional (Beck et al., 2010).

Por sua vez, Ellis, por meio de sua *Terapia Racional Emotiva Comportamental* (TREC), deu grande ênfase a como as crenças que uma pessoa tem sobre os eventos podem desencadear reações emocionais e comportamentais irracionais ou pouco saudáveis.

Com seu modelo A-B-C, Ellis ilustra logicamente esse processo, onde:

- "A" representa o evento ativador,
- "B" simboliza a crença sobre esse evento, e
- "C" corresponde à consequência emocional e comportamental resultante.

Segundo essa abordagem terapêutica, se for possível identificar e transformar as *crenças irracionais* (B), as *emoções* e *comportamentos* (C) do indivíduo podem ser signifi-

cativamente modificados, permitindo-lhe responder de maneira mais equilibrada e adaptativa às situações que enfrenta em sua vida cotidiana (Ellis et al., 1997).

Por exemplo, considere a situação de "Maria", que recentemente começou a apresentar episódios de ansiedade:

- *Situação* (A): Maria precisa apresentar um projeto para seus colegas de trabalho na próxima semana.

- *Pensamento/Crença* (B): Ela pensa: "Vou gaguejar e esquecer o que tenho que dizer! Todos vão achar que sou incompetente!".

- *Emoção e Comportamento* (C): Esse pensamento ou crença desencadeia em Maria sentimentos intensos de *ansiedade* e *medo*. Como resultado dessas emoções, ela decide evitar a apresentação a todo custo, pedindo a um colega que a substitua no último momento. Isso acaba fazendo com que ela se sinta ainda mais afetada, pois essa nova situação (a evitação) reforça sua crença infundada de uma suposta *incapacidade pessoal*.

Neste caso, a simples antecipação de uma situação social desencadeia em Maria uma cascata de *pensamentos automáticos negativos* sobre seu próprio desempenho e sobre o que os outros poderiam pensar dela. Esses pensamentos não apenas *aumentam sua ansiedade*, mas também influenciam diretamente seu *comportamento*, levando-a a evitar a situação que tanto teme. No contexto da saúde mental, esse ciclo de pensamentos, emoções e comportamentos pode se tornar um padrão que reforça e perpetua sua ansiedade, limitando progressivamente sua capacidade de enfrentar situações semelhantes no futuro. À medida que esse padrão se repete, a vida de Maria se torna cada vez mais restrita, dificultando a ruptura do círculo vicioso que a afasta de experiências sociais que poderiam ser positivas ou neutras, mas que sua mente antecipa com temor.

A terapia cognitiva se concentraria em ajudar Maria a desafiar e modificar seus pensamentos catastróficos infundados (neste caso: "*Vou gaguejar e esquecer o que tenho que dizer. Todos vão pensar que sou incompetente*"), desconstruindo esse tipo de crença de forma gradual e auxiliando-a no desenvolvimento de estratégias para lidar com a ansiedade, melhorando assim seu bem-estar psicológico e sua capacidade de enfrentar situações que lhe causam desconforto emocional.

A terapia cognitiva se concentraria em guiar Maria para que desafie e transforme esses pensamentos catastróficos e infundados que tanto a atormentam, como por exemplo: "Vou gaguejar e esquecer o que tenho que dizer! Todos vão pensar que sou incompetente!". O objetivo seria desmantelar gradualmente esse tipo de crença distorcida, ajudando-a a desenvolver novas formas de pensar que sejam mais realistas e compassivas consigo mesma. Além disso, a abordagem terapêutica buscaria capacitá-la com estratégias eficazes para lidar com a ansiedade, melhorando não apenas seu bem-estar emocional, mas também sua capacidade de enfrentar com confiança as situações que atualmente lhe causam tanto desconforto. Dessa forma, Maria poderia recuperar o controle sobre sua vida, construindo uma base mais sólida para gerenciar suas emoções e responder de maneira mais equilibrada e adaptativa aos desafios que surgirem.

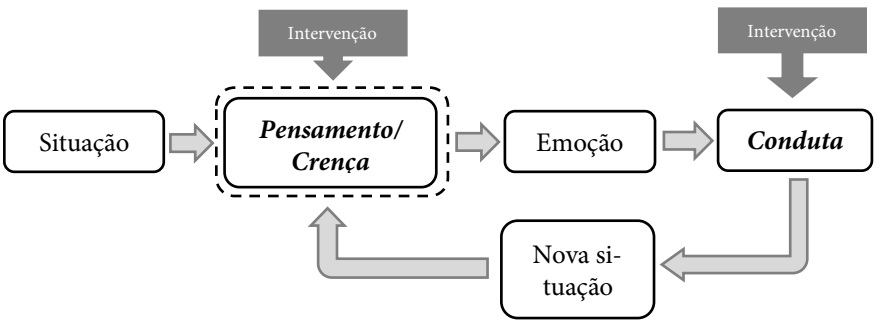
Por sua vez, a abordagem integral da terapia *cognitivo-comportamental* baseia-se

na compreensão de que os comportamentos e as emoções são profundamente influenciados pelo aprendizado e pelas experiências anteriores. Por meio do *condicionamento clássico*, as pessoas podem aprender a associar certos estímulos a respostas emocionais; por exemplo, uma experiência negativa em uma situação social pode gerar ansiedade sempre que se deparam com um contexto semelhante (Pavlov, 1997). Além disso, o *condicionamento operante* sugere que as consequências dos comportamentos, sejam reforços ou punições, influenciam a probabilidade de que eles se repitam. Se uma pessoa experimenta rejeição em um ambiente social, a resposta emocional negativa que sente atua como uma punição, o que aumenta a probabilidade de evitar situações semelhantes no futuro (Skinner, 2014).

Por fim, o conceito de *aprendizagem social* proposto por Albert Bandura (1999) introduz um importante componente analítico, destacando que as pessoas adquirem conhecimentos e comportamentos principalmente por meio da observação dos outros. Quando um indivíduo presencia outra pessoa sendo rejeitada, pode desenvolver a crença de que esse tipo de interação representa um risco semelhante para si mesmo. Esse processo de observação contribui para a formação de crenças disfuncionais tanto sobre si quanto sobre suas habilidades sociais, afetando profundamente suas emoções, como a ansiedade ou a baixa autoestima, e desencadeando padrões de evitação que perpetuam o problema.

Para Bandura, essa aprendizagem se desenvolve principalmente por meio da *modelagem*, um tipo de aprendizagem vicária em que o indivíduo aprende observando outras pessoas realizarem comportamentos específicos. A modelagem torna-se especialmente poderosa quando quem observa se identifica com a pessoa que está sendo observada, o que reforça suas próprias crenças de autoeficácia e o motiva a persistir em tarefas semelhantes, mesmo diante de desafios e dificuldades. Esse processo não apenas molda o comportamento do observador, mas também influencia a forma como ele percebe suas próprias capacidades, encorajando-o a superar barreiras e a enfrentar situações complexas com mais confiança e determinação (Bandura, 1999).

A seguir, apresenta-se um diagrama que ilustra de forma simples como a abordagem cognitivo-comportamental visualiza a dinâmica circular entre *situação*, *pensamento/crença, emoção* e *comportamento*. Este modelo destaca não apenas como esses elementos interagem entre si, mas também explica o mecanismo de retroalimentação que ocorre a partir dos *pensamentos/crenças* e do *comportamento*, mostrando como essas influências podem se reforçar mutuamente. Além disso, o diagrama aponta claramente os pontos específicos onde o modelo terapêutico concentra suas intervenções, com o objetivo de interromper e modificar esses padrões disfuncionais para promover uma mudança positiva e duradoura no bem-estar do indivíduo:



A abordagem cognitivo-comportamental sustenta uma relação recíproca entre *pensamentos/crenças, emoções* e *comportamentos*, destacando como essas dimensões se influenciam mutuamente em um ciclo constante. Enfatiza fortemente a ideia de que intervenções voltadas para modificar *crenças* e *pensamentos irracionais* ou *distorcidos* podem gerar mudanças significativas e positivas nas emoções e, consequentemente, no comportamento. Ao mesmo tempo, o trabalho focado na *modificação comportamental* também exerce um impacto direto sobre o processo cognitivo, reforçando a mudança em direção a padrões de pensamento mais saudáveis e adaptativos (Hernández, 2014).

A eficácia dessa abordagem tem sido consistentemente respaldada, com diversos estudos e meta-análises demonstrando sua efetividade no tratamento de transtornos como depressão, ansiedade e TEPT. Mudanças significativas na atividade cerebral relacionadas à regulação emocional foram observadas de forma comprovada após esse tipo de terapia psicológica (Hofmann et al., 2013).

Distinções entre "pensamentos automáticos" e "crenças"

Dentro da abordagem cognitiva, é essencial diferenciar dois conceitos fundamentais: *pensamentos automáticos* e *crenças*. Essa distinção é crucial para compreender plenamente como as emoções e os comportamentos são processados e moldados nos indivíduos. Ambos os tipos de pensamentos desempenham papéis-chave na experiência psicológica, mas possuem características e funções distintas que influenciam significativamente a forma como as pessoas percebem o mundo e reagem a ele. Essa diferenciação permite identificar com maior precisão os pontos de intervenção no processo terapêutico, reconhecendo que, embora ambos impactem profundamente o bem-estar emocional, atuam em níveis diferentes e exigem abordagens específicas.

1. Pensamentos automáticos ou cognições

Na psicoterapia cognitiva, os *pensamentos automáticos (ou cognições)* e as *crenças* se diferenciam principalmente pelo grau de consciência e pela permanência nos padrões de pensamento de uma pessoa. Os *pensamentos automáticos* são impressões imediatas ou reações que surgem espontaneamente diante de uma situação. São fugazes, muitas vezes involuntários, e podem passar despercebidos a menos que se preste atenção consciente a eles. Funcionam como respostas rápidas e específicas ao momento que, embora breves, podem influenciar significativamente as emoções e os comportamentos. Em contraste, as *crenças* são convicções mais profundas e enraizadas, que se mantêm ao longo do tempo e sobre as quais a pessoa constrói sua visão de si mesma, dos outros e do mundo. Essas crenças atuam como um referencial estável, moldando a forma como as experiências são interpretadas e dando origem aos pensamentos automáticos (Beck et al., 2010).

Em consequência, enquanto os pensamentos automáticos são momentâneos, as crenças representam um fundamento mais duradouro que influencia a maneira como alguém navega por sua realidade cotidiana.

Nesse contexto, e partindo do primeiro conceito, entende-se especificamente por *cognição* ou *pensamento automático*:

> ... "um pensamento ou uma imagem da qual a pessoa pode não estar consciente, a menos que preste atenção". De forma característica, uma cognição é uma avaliação de acontecimentos feita a partir de qualquer perspectiva temporal (passado, presente ou futuro). As cognições típicas observadas na depressão e em outros problemas clínicos são frequentemente denominadas "pensamentos automáticos", os quais fazem parte de um determinado padrão de pensamento. Exceto em certas situações bem definidas (por exemplo, a tentativa do artista ou do poeta de expandir as fronteiras do real), as cognições costumam ser interpretadas pelo indivíduo como representações objetivas da realidade e, portanto, são tidas como verdadeiras. Como as cognições são automáticas, habituais e críveis, o indivíduo raramente se detém para verificar sua validade (Beck et al., 2010, p. 142).

Em palavras simples, a cognição ou pensamento automático é pensar ou imaginar coisas de forma automática, sem perceber, a menos que a pessoa se concentre em identificá-las. Geralmente, as pessoas julgam o que acontece em qualquer momento como verdade, sem questionar, especialmente se estiverem tristes ou com outras alterações emocionais.

Um exemplo comum desse conceito é quando uma pessoa comete um pequeno erro, como derramar um pouco de café, e imediatamente pensa: "Sou um desastre, não faço nada direito!". Esse tipo de pensamento surge de maneira instantânea e reflete uma autoavaliação negativa que não representa necessariamente a realidade da situação.

Nesse sentido, essas cognições ou pensamentos automáticos podem ser identificados com base nas seguintes características (Burns, 2000):

- **Natureza:** São avaliações espontâneas e específicas que ocorrem em resposta a uma situação particular. Surgem de maneira involuntária e podem não ser plenamente conscientes no início.

- **Conteúdo:** Frequentemente se concentram nas preocupações imediatas do momento presente e estão relacionados a situações específicas.

- **Consciência:** Embora possam ser reconhecidos com atenção e reflexão, muitas vezes passam despercebidos devido à sua natureza rápida e automática.

- **Flexibilidade:** São mais fáceis de modificar ou questionar uma vez que se toma consciência deles, devido à sua natureza mais superficial e à conexão direta com situações específicas.

A esse respeito, Judith Beck (2006) —filha do renomado Aaron Beck— explica que:

> Geralmente, o terapeuta e o paciente lidam com os pensamentos automáticos antes de abordar as crenças. No entanto, desde o início, o terapeuta começa a formular uma conceituação que sempre conecta os pensamentos automáticos a crenças situadas em níveis mais profundos (p. 174).

2. Crenças

Por sua vez, as "crenças", dentro desta abordagem, são compreendidas como *construções mentais* que refletem a interpretação única e pessoal que um indivíduo tem da realidade. Essas crenças não são meras percepções passivas; ao contrário, desempenham um papel ativo e determinante ao moldar como uma pessoa pensa, sente e age em diversas circunstâncias (Beck, 2006). No âmbito da terapia cognitiva, as crenças são consideradas elementos-chave para compreender e abordar os transtornos psicológicos, pois influenciam diretamente o bem-estar emocional e o desenvolvimento pessoal. Ao modificar essas crenças profundamente enraizadas, a terapia busca promover mudanças significativas e duradouras na forma como o indivíduo vivencia sua vida e enfrenta seus desafios.

Judith Beck (2006) sustenta que as crenças podem variar em sua natureza, sendo algumas específicas e relacionadas a situações concretas, enquanto outras são mais gerais e abstratas, conformando um sistema hierárquico que abrange desde o que ela denomina de *crenças intermediárias* — mais superficiais — até as *crenças centrais*, profundamente enraizadas na estrutura psicológica do indivíduo. Estas últimas — as crenças centrais — são convicções fundamentais que uma pessoa tem sobre si mesma, o mundo e o futuro, e costumam ser rígidas e absolutas. Podem ser tanto adaptativas quanto desadaptativas, influenciando significativamente o bem-estar psicológico do sujeito. Quando essas crenças são desadaptativas, geram padrões de pensamento negativos e limitantes, afetando a forma como a pessoa interpreta a realidade e se relaciona com ela, o que pode contribuir para o desenvolvimento de transtornos emocionais e comportamentais.

Por sua vez, Ellis e Grieger (1990) descrevem como o que eles denominam *crenças irracionais* — crenças caracterizadas por exigências absolutistas em relação a si mesmo, aos outros e ao mundo — geram respostas emocionais e comportamentais disfuncionais no indivíduo. Essas crenças, muitas vezes inflexíveis e exageradas, tendem a distorcer a percepção da realidade, provocando reações desproporcionais e sofrimento emocional. No entanto, tais crenças irracionais podem ser identificadas, questionadas e transformadas por meio da intervenção psicoterapêutica. Ao fazê-lo, alcança-se uma melhora significativa na saúde emocional e comportamental do indivíduo, promovendo uma forma de pensar mais equilibrada e adaptativa que contribui para o bem-estar geral e uma vida mais plena.

	COMPARAÇÃO CONCEITUAL	
	Pensamento automático ou cognição	**Crença**
Exemplo	Uma pessoa está prestes a fazer uma apresentação em público e, de repente, pensa: ***"Vou esquecer tudo o que tenho que dizer e todos vão me achar estúpido!".***	A mesma pessoa, de maneira mais profunda e inconsciente, acredita: ***"Para que os outros me valorizem e me aceitem, preciso ser perfeita em tudo o que faço".***
Característica	Este é um *pensamento automático* porque surge espontaneamente em resposta a uma situação específica, neste caso, a antecipação de uma apresentação. Não é algo que o sujeito decide pensar deliberadamente; simplesmente aparece em sua mente de forma automática. Esses pensamentos são específicos do momento, frequentemente são distorções cognitivas (ex.: catastrofização) e podem influenciar significativamente como a pessoa se sente naquele instante (ex.: ansiosa ou nervosa).	Essa é uma *crença* porque representa uma suposição ou convicção mais profunda e generalizada sobre como as coisas funcionam em sua vida (em sua "realidade"); neste caso, sobre o que é necessário para conquistar a aceitação e o valor dos outros. As crenças são mais estáveis e persistentes do que os pensamentos automáticos, e costumam ser resultado de experiências passadas ou de ensinamentos culturais significativos. Elas afetam a maneira como a pessoa interpreta e reage às diversas situações ao longo do tempo, e não apenas em momentos específicos.

Em conclusão, uma *crença* é concebida como uma convicção pessoal profundamente enraizada que um indivíduo mantém sobre si mesmo, sobre os outros e sobre o mundo ao seu redor. Essas crenças são fundamentais para compreender como as pessoas interpretam suas experiências, processam as informações e respondem emocional e comportamentalmente às diversas situações que enfrentam. Atuando como filtros ou lentes através dos quais a realidade é percebida, as crenças moldam a estrutura de pensamento de cada ser humano, influenciando diretamente seu bem-estar emocional e seu comportamento. A terapia cognitiva, impulsionada por pioneiros como Aaron T. Beck e Albert Ellis, concentra-se precisamente na identificação e transformação de crenças irracionais ou negativas, com o objetivo de aliviar o sofrimento psicológico e facilitar mudanças positivas na vida do indivíduo.

Como aponta Judith Beck (2006), "...as crenças podem ser classificadas em duas categorias: as crenças intermediárias (compostas por regras, atitudes e pressupostos) e as crenças centrais (ideias globais rígidas e absolutas sobre si mesmo e/ou sobre os outros)"

(p. 173). As crenças intermediárias atuam como uma ponte entre os pensamentos automáticos — respostas instantâneas a situações específicas — e as crenças centrais — que são as concepções mais profundas e enraizadas que um indivíduo tem sobre si mesmo e sobre seu entorno. Enquanto as crenças intermediárias incluem atitudes, regras e pressupostos pessoais que orientam a interpretação das experiências cotidianas, as crenças centrais dizem respeito às percepções fundamentais sobre a própria identidade, o valor pessoal e a segurança no mundo. Estas últimas são mais estáveis e menos conscientes, mas exercem um impacto significativo sobre a saúde mental e o comportamento do indivíduo.

3. Crenças intermediárias

As *crenças intermediárias*, como mencionado anteriormente, desempenham um papel crucial ao atuarem como uma ponte entre as crenças centrais mais profundas de um indivíduo e os pensamentos automáticos que surgem em resposta a situações concretas. Essas crenças intermediárias geralmente se manifestam na forma de regras pessoais, suposições e atitudes que uma pessoa adota em relação a si mesma, aos outros e ao mundo em geral. Funcionam como guias implícitas que influenciam a forma como as experiências diárias são interpretadas e geridas, moldando tanto a perspectiva da realidade quanto as reações emocionais e comportamentais diante dos desafios da vida (Beck, 2006).

Portanto, esse tipo de crença opera em um nível mais consciente do que as crenças mais profundas (centrais) e pode ser mais flexível. Incluem regras (ex.: *"Se eu não tiver sucesso em tudo, então sou um fracasso"*), atitudes (ex.: *"É terrível cometer erros"*) e suposições (ex.: *"Se as pessoas realmente me conhecerem, vão me rejeitar"*). Essas crenças intermediárias moldam a forma como as experiências diárias são interpretadas e frequentemente também ativam pensamentos automáticos em situações específicas.

Esse tipo de crença é particularmente importante na terapia cognitiva porque, embora sejam enraizadas, tendem a ser mais acessíveis à revisão e à mudança do que as crenças centrais ou profundas. Ao identificar e desafiar essas crenças intermediárias, os terapeutas podem ajudar os clientes a modificar sua maneira de pensar, o que pode levar a uma melhora em suas emoções e comportamentos. Esse processo frequentemente envolve questionar a validade dessas crenças e experimentar novas formas de pensar e agir que estejam mais alinhadas com a realidade e com os objetivos pessoais do indivíduo (Beck et al., 2010).

Pois bem, diante disso, a pergunta evidente seria: como identificar especificamente essas crenças intermediárias? Segundo Judith Beck (2006, p. 180), isso é feito da seguinte maneira:

1. Reconhecendo as crenças que se manifestam como pensamentos automáticos.
2. Fornecendo a primeira parte de uma suposição.
3. Perguntando diretamente sobre uma regra ou uma atitude.
4. Usando a técnica *da seta para baixo*.

5. Analisando os pensamentos automáticos do paciente, em busca de temas recorrentes.
6. Revisando um questionário sobre crenças que o paciente respondeu.

Como se pode observar, um terapeuta aborda a identificação das crenças intermediárias de uma pessoa por meio de um processo cuidadoso e reflexivo que começa com o reconhecimento das crenças que se manifestam através dos *pensamentos automáticos*. Esse processo de identificação é realizado mediante uma escuta atenta do cliente, prestando especial atenção à forma como ele expressa seus pensamentos e emoções em sua vida cotidiana. O terapeuta dá ênfase àqueles pensamentos que surgem espontaneamente em resposta a situações específicas, já que esses pensamentos automáticos geralmente revelam indícios valiosos sobre as crenças mais profundas e subjacentes do indivíduo. Essa abordagem permite ao terapeuta desvendar os padrões de pensamento que orientam a experiência do cliente, abrindo caminho para um trabalho terapêutico mais profundo e transformador (Beck, 2006).

O profissional, nesse caso, continua o processo fornecendo a primeira parte de uma *suposição*. Isso implica apresentar uma afirmação ou ideia parcial ao cliente, com o objetivo de estimular uma resposta que revele com mais clareza suas crenças intermediárias (Beck, 2006). Essa técnica facilita a exploração das suposições não examinadas que o cliente pode ter sobre si mesmo, os outros ou o mundo em geral.

Para aprofundar na identificação dessas crenças, o terapeuta pode perguntar diretamente sobre *uma regra* ou *uma atitude* que o cliente sustenta. Essa investigação direta ajuda a revelar as normas pessoais e as atitudes que orientam o comportamento do indivíduo, oferecendo uma visão mais clara de suas crenças intermediárias (Beck, 2006).

Por outro lado, o terapeuta pode utilizar a técnica da *flecha descendente*, um método altamente eficaz para aprofundar a compreensão do mundo interno do cliente. Por meio de perguntas sucessivas, o terapeuta investiga por que uma situação ou pensamento específico é problemático para o indivíduo. Essa abordagem permite desvendar, camada por camada, os diferentes níveis de pensamento, até alcançar as crenças mais fundamentais que sustentam os pensamentos automáticos superficiais (Beck, 2006). Dessa forma, o processo não apenas revela as convicções profundas que mantêm o sofrimento emocional do cliente, como também abre caminho para transformar essas crenças em formas de pensamento mais saudáveis e adaptativas.

Um exemplo concreto do uso da técnica da *flecha descendente* poderia ser o seguinte: um cliente expressa que está ansioso porque precisa fazer uma apresentação no trabalho. O terapeuta começa perguntando por que ele sente ansiedade diante dessa situação.

Cliente: "Sinto-me ansioso porque acho que vou me sair mal na apresentação."

Terapeuta: "O que significaria para você se sair mal na apresentação?"

Cliente: "Se eu me sair mal, vão pensar que não sou competente no meu trabalho."

Terapeuta: "E o que aconteceria se pensassem que você não é competente?"

Cliente: "Se pensarem isso, podem deixar de confiar em mim e não me darão mais

responsabilidades importantes."

Terapeuta: "O que significaria para você que não confiassem em você nem lhe dessem responsabilidades importantes?"

Cliente: "Significaria que eu não valho o suficiente como profissional."

Neste exemplo fictício, o terapeuta utiliza perguntas sucessivas para aprofundar os pensamentos do cliente, passando de um medo superficial da apresentação até chegar a uma crença central mais profunda: *o medo de não ser suficientemente valioso como profissional*. Esse processo revela a crença subjacente que sustenta a ansiedade, permitindo que o terapeuta e o cliente trabalhem diretamente sobre essa crença central para promover a mudança cognitiva e emocional.

Analisar os pensamentos automáticos do cliente em busca de temas comuns é crucial nesse processo. Ao identificar *padrões recorrentes* nos pensamentos e reações do cliente, o terapeuta pode começar a delinear as crenças intermediárias que influenciam consistentemente a percepção e o comportamento do indivíduo (Beck, 2006).

Por fim, revisar um questionário sobre crenças que o cliente tenha respondido oferece uma oportunidade para que tanto o terapeuta quanto o cliente reflitam e discutam explicitamente as crenças identificadas. Essa etapa permite uma exploração mais profunda e uma validação das crenças intermediárias, facilitando uma compreensão compartilhada e estabelecendo a base para futuras intervenções terapêuticas (Beck, 2006).

Por meio desses métodos, o terapeuta identifica cuidadosamente as crenças intermediárias de uma pessoa, utilizando uma abordagem que combina escuta ativa, investigação direta e técnicas precisas projetadas para revelar a estrutura de pensamento subjacente do cliente. Esse processo não apenas ilumina as crenças que influenciam o bem-estar emocional e psicológico do indivíduo, como também estabelece as bases para uma mudança cognitiva e emocional profunda. Ao descobrir e confrontar essas crenças, segundo essa abordagem psicoterapêutica, o cliente se abre a novas formas de interpretar sua realidade, o que facilita a transformação para padrões de pensamento e comportamento mais saudáveis e adaptativos.

4. Crenças centrais

As *crenças centrais* são consideradas os pressupostos mais profundos e fundamentais que uma pessoa mantém sobre si mesma, sobre os outros e sobre o mundo que a rodeia. Essas crenças estão tão enraizadas na estrutura de pensamento do indivíduo que, com frequência, atuam de forma inconsciente, influenciando sutilmente a maneira como ele interpreta suas experiências e como responde emocional e comportamentalmente às diversas situações que enfrenta. Embora essas crenças possam ser tanto positivas quanto negativas, no contexto da terapia cognitiva dá-se um enfoque particular às crenças negativas, devido ao seu impacto significativo na saúde mental e à sua capacidade de perpetuar o sofrimento emocional. Identificar e modificar essas crenças é essencial para promover uma mudança duradoura no bem-estar psicológico do indivíduo.

Beck et al. (2014) explicam que as crenças centrais são ideias fundamentais que as pessoas têm sobre si mesmas, sobre os outros e sobre o mundo. Essas crenças estão profundamente enraizadas na *estrutura cognitiva* do indivíduo e, geralmente, se desenvolvem durante a infância a partir de experiências precoces. O autor e seus colaboradores apontam que as crenças centrais podem ser classificadas em duas categorias:

1. Crenças associadas à desamparo (por exemplo: "Sou incompetente" ou "Sou indefeso").

2. Crenças relacionadas à impossibilidade de ser amado (por exemplo: "Não sou digno de ser amado").

As crenças centrais geralmente não são facilmente acessíveis à consciência do cliente, mas tendem a ser ativadas em momentos de sofrimento psicológico. Durante o processo terapêutico, o profissional trabalha para identificar essas crenças por meio da exploração dos pensamentos automáticos e da técnica da seta descendente (Beck et al., 2014).

Por sua vez, Judith Beck (2006) destaca que as crenças centrais negativas costumam agrupar-se em torno de temas como a incompetência, a sensação de não ser digno de amor ou a vulnerabilidade. Essas crenças fundamentais, profundamente enraizadas no indivíduo, podem dar origem a uma ampla gama de problemas psicológicos, incluindo transtornos de ansiedade, depressão e transtornos de personalidade. Atuando como filtros distorcidos da realidade, essas crenças influenciam a forma como a pessoa percebe e responde às situações cotidianas, limitando sua capacidade de experimentar bem-estar emocional e de se relacionar de maneira saudável com o ambiente.

A terapia cognitiva concentra-se em identificar, questionar e transformar as crenças centrais negativas que estão na base do sofrimento emocional de uma pessoa. Por meio de técnicas como a reestruturação cognitiva, o cliente aprende a desafiar essas crenças profundamente arraigadas e a substituí-las por outras mais realistas e adaptativas. Esse processo não apenas alivia os sintomas psicológicos, mas também facilita mudanças profundas e duradouras na maneira como o indivíduo se percebe e se relaciona com o mundo ao seu redor. À medida que as crenças negativas são substituídas, abre-se a possibilidade de viver de forma mais equilibrada, com uma maior sensação de bem-estar e conexão com os outros.

Nesse sentido, Judith Beck (2006) afirma textualmente:

> Esse tipo de crença desenvolve-se durante a infância, enquanto a criança se relaciona com as pessoas mais significativas e é exposta a diversas situações. A maioria das pessoas tende a manter, ao longo da vida, predominantemente crenças centrais positivas (por exemplo: "Posso controlar as situações", "Sou capaz de realizar com eficácia a maioria das coisas", "Sou um ser humano funcional", "Posso agradar" ou "Tenho valor"). As crenças centrais negativas geralmente surgem nos momentos de sofrimento psicológico. (No entanto, alguns pacientes com transtornos de personalidade tendem a manter ativas, de forma quase permanente, suas

> crenças centrais negativas.) Frequentemente, ao contrário do que ocorre com os pensamentos automáticos, as crenças centrais que os pacientes "sabem" ser verdadeiras sobre si mesmos não estão completamente articuladas até que o terapeuta comece a desvendá-las, investigando os significados dos pensamentos do paciente, tal como é feito durante a aplicação da técnica da seta descendente, já mencionada (pp. 205–206).

Como se pode perceber, identificar e modificar as crenças centrais negativas é um processo desafiador, mas essencial para alcançar uma recuperação significativa na terapia cognitiva. Ao abordar essas crenças profundamente enraizadas, é possível promover mudanças profundas e duradouras no bem-estar emocional e psicológico do indivíduo.

Beck afirma que, para identificar e modificar as crenças centrais, o terapeuta deve realizar as seguintes atividades (Beck, 2006, pp. 207–208):

1. "Estabelece mentalmente uma hipótese sobre qual é a categoria de crença central (de 'desamparo' ou de 'não ser amado') que deu origem a pensamentos automáticos específicos."

2. "Especifica a crença central (para si mesmo) utilizando as mesmas técnicas empregadas para identificar as crenças intermediárias."

3. "Explica ao paciente suas hipóteses sobre a(s) crença(s) central(is) e solicita que ele as confirme ou refute. À medida que o paciente fornece dados adicionais sobre suas situações atuais e infantis e suas reações a elas, o terapeuta aprofunda suas hipóteses."

4. "Instrui o paciente sobre as crenças centrais em geral e sobre sua crença central específica. Orienta-o a monitorar como essa crença opera no presente".

5. "Começa a avaliar e modificar a crença central; auxilia o paciente a especificar uma nova crença central mais adaptativa; examina a origem infantil da crença central, sua persistência ao longo dos anos e sua contribuição para as dificuldades atuais; continua monitorando a ativação da crença central no presente; utiliza métodos 'racionais' para enfraquecer a crença central antiga e fortalecer a nova; e recorre a técnicas experienciais ou 'emocionais' quando o paciente já não acredita racional ou intelectualmente em uma crença central, mas ainda está emocionalmente ligado a ela."

Nesta lógica, portanto, o processo começa com o terapeuta elaborando uma *hipótese* sobre a natureza da crença central que está por trás dos pensamentos automáticos do paciente ou cliente — seja uma crença relacionada ao "desamparo" ou à sensação de "não ser amado". A partir dessa hipótese inicial, o terapeuta emprega uma abordagem semelhante à utilizada para identificar as crenças intermediárias, aprofundando a análise para

especificar com mais clareza a crença central (Beck, 2006). Esse cuidadoso processo de investigação permite revelar as convicções mais profundas que orientam as emoções e comportamentos do cliente, estabelecendo as bases para um trabalho terapêutico mais focado e transformador.

Em seguida, o terapeuta compartilha suas hipóteses com o cliente, convidando-o a confirmá-las ou refutá-las, o que permite aprofundar nessas hipóteses por meio da discussão sobre experiências passadas e presentes do cliente e suas reações a essas (Beck, 2006). Esta etapa é crucial para compreender como as crenças centrais influenciam a vida do cliente e como se manifestam no presente.

A quarta etapa envolve educar o cliente sobre as crenças centrais em geral e sobre sua crença central específica, orientando-o para que perceba como essa crença influencia seu cotidiano. Esse auto-monitoramento é fundamental para o processo de mudança (Beck, 2006).

Por fim, o processo culmina com a avaliação e modificação da crença central. O terapeuta auxilia o cliente na formulação de uma *nova crença central* mais *adaptativa*, analisando sua origem, sua persistência ao longo do tempo e seu impacto nas dificuldades atuais do cliente. Utilizam-se métodos racionais ou de funcionalidade para enfraquecer a antiga crença central e fortalecer a nova, e técnicas experienciais ou emocionais são aplicadas nos casos em que o cliente, ainda que racionalmente já não acredite na crença antiga, permanece emocionalmente vinculado a ela (Beck, 2006).

Essa abordagem integral não se limita unicamente ao reconhecimento e compreensão das crenças centrais, mas promove uma transformação profunda e duradoura no cliente. Ao trabalhar sobre essas crenças fundamentais, o cliente adquire a capacidade de adotar uma perspectiva mais saudável e adaptativa, tanto em relação a si mesmo quanto ao seu entorno. Esse processo não apenas alivia o sofrimento emocional, como também favorece uma mudança interna que promove maior bem-estar e uma forma de se relacionar mais equilibrada com o mundo ao seu redor.

Na tabela a seguir, apresentam-se exemplos de: a) um *pensamento automático*, b) uma *crença intermediária* associada a esse pensamento e, finalmente, c) a *crença central* que sustenta todo o sistema de crenças disfuncionais do indivíduo:

	Pensamento Automático	**Crença Intermediária**	**Crença Central**
Exemplo	***"Vou cometer um erro no meu trabalho e todos vão perceber."***	***"Se eu cometer um erro, isso significa que não sou competente no meu trabalho."***	***"Sou sempre inadequado!"***
Análise	Este é um pensamento automático que pode surgir imediatamente an-	A crença intermediária, neste caso, estabelece uma conexão entre a possibilidade de cometer	A crença central é uma convicção profundamente enraizada que a pessoa tem sobre si mesma. Neste

	tes de concluir ou apresentar um trabalho importante. Está diretamente vinculado à situação específica e reflete uma preocupação imediata com o próprio desempenho e com a forma como será percebido pelos outros. Esse tipo de pensamento costuma surgir de forma espontânea, encapsulando os medos e expectativas em torno do resultado, o que pode influenciar tanto a experiência emocional quanto a resposta comportamental da pessoa nesse momento crítico.	um erro (um evento específico) e uma interpretação mais ampla sobre o que esse erro implicaria em relação à competência do indivíduo. Essa crença intermediária funciona como uma ponte que liga o pensamento automático, que é específico da situação, à crença central mais profunda e generalizada que o indivíduo tem sobre si mesmo. Dessa forma, a crença intermediária não apenas influencia a percepção do erro, como também reforça as convicções mais enraizadas sobre o próprio valor e capacidade.	caso, a crença de se sentir *inadequado* não apenas está subjacente à preocupação de cometer erros no contexto profissional, como também colore a forma como o indivíduo interpreta uma ampla gama de situações ao longo da vida. Essa crença central influencia significativamente a autoestima, a motivação e as emoções, afetando diversos contextos além do ambiente de trabalho. Por estar tão profundamente entranhada na percepção pessoal, essa crença impacta na forma como a pessoa enfrenta os desafios cotidianos, perpetuando um ciclo de pensamentos e emoções que constantemente reforçam a sensação de insuficiência.

Modelos terapêuticos cognitivo-comportamentais (TCC)

As *terapias cognitivo-comportamentais* (TCC) fundamentam-se na ideia de que as pessoas não reagem apenas aos fatos, mas à forma como interpretam e atribuem significado a esses eventos. Nessa perspectiva, os pensamentos tornam-se a lente através da qual o mundo é percebido — e essa lente nem sempre é clara. Como foi possível observar anteriormente, segundo a teoria cognitiva clássica, os seres humanos, muitas vezes sem perceber, podem distorcer seus pensamentos, criando uma versão alterada da realidade. Essas distorções cognitivas, como crenças irracionais ou ideias equivocadas sobre si mesmos, os outros e o ambiente, podem influenciar profundamente como se sentem e como agem. Assim, o que começa como um pensamento impreciso pode levar a emoções intensamente negativas e, em última instância, a comportamentos que perpetuam o sofrimento (Ruiz, Díaz e Villalobos, 2012).

Esses modelos de TCC integram técnicas e estratégias tanto cognitivas quanto comportamentais para ajudar as pessoas a modificar seus padrões de pensamento negativos ou inúteis e a desenvolver habilidades para lidar de forma mais eficaz com situações difíceis ou estressantes.

Algumas das estratégias utilizadas incluem (Ruiz, Díaz e Villalobos, 2012):

1. *Reestruturação cognitiva:* Auxilia os clientes a identificar, questionar e modificar pensamentos distorcidos ou irracionais por outros mais realistas e equilibrados.

2. *Treinamento em solução de problemas:* Ensina os clientes a enfrentar os problemas da vida de maneira mais eficaz, por meio do desenvolvimento de habilidades de resolução de problemas.

3. *Dessensibilização sistemática e exposição:* Técnicas utilizadas no tratamento de fobias e ansiedade, mediante a exposição gradual à situação temida em um ambiente controlado, ajudando o cliente a superar o medo.

4. *Técnicas de relaxamento:* Como a respiração profunda e o relaxamento muscular progressivo, para ajudar a reduzir a tensão e o estresse.

5. *Treinamento em habilidades sociais e de comunicação:* Para melhorar as interações sociais e a capacidade de se comunicar de forma eficaz.

Segundo Caballo (2007), as TCC são altamente eficazes para uma ampla gama de transtornos psicológicos, entre os quais se incluem:

- **Os transtornos de ansiedade:** Existem tratamentos detalhados para fobias específicas, fobia social, agorafobia, transtorno do pânico, obsessões, transtorno de estresse pós-traumático e ansiedade generalizada. O tratamento baseado na exposição, em técnicas cognitivas e de enfrentamento, bem como em outras abordagens comportamentais, constitui um dos principais métodos implementados para essas patologias.

- **Os transtornos sexuais:** As disfunções sexuais e as parafilias são abordadas com técnicas específicas para seu tratamento, assim como estratégias particulares para os casos de delinquência sexual.

- **Os transtornos do controle de impulsos:** Este grupo inclui o jogo patológico e a tricotilomania, entre outros. A abordagem terapêutica centra-se em técnicas de enfrentamento e exposição para modificar comportamentos problemáticos.

- **Os transtornos do humor:** A depressão unipolar e os transtornos bipolares são tratados a partir de uma perspectiva comportamental e cognitiva, com programas que incluem o aumento de atividades prazerosas, o desenvolvimento de habilidades sociais e a reestruturação cognitiva.

- **Os transtornos psicóticos e orgânicos:** Por fim, também existem técnicas para a abordagem especializada de pessoas com esquizofrenia, juntamente com interven-

ções psicoeducativas e o manejo comportamental de problemas associados às demências.

As TCC caracterizam-se por serem terapias orientadas a objetivos, centradas no presente e de duração limitada. A eficácia dessas psicoterapias está amplamente documentada pela pesquisa científica, tornando-as uma das abordagens terapêuticas mais eficazes e recomendadas para o tratamento de transtornos psicológicos (Caballo, 2007).

Além dos reconhecidos pioneiros da terapia cognitiva, como Beck, Ellis e Meichenbaum, há outros teóricos que deixaram uma marca profunda na evolução dessa abordagem, conferindo-lhe maior profundidade e especialização. Esses pesquisadores, com dedicação e visão, não apenas ampliaram o marco conceitual das TCC, como também desenvolveram modelos terapêuticos próprios, concebidos para tratar diversos transtornos psicológicos e adaptados às necessidades de diferentes tipos de pessoas e contextos. Cada um deles contribuiu com uma peça fundamental para a construção de uma abordagem mais precisa e enriquecida, permitindo que as TCC se expandam e evoluam continuamente. Entre esses autores encontram-se:

1. **Marsha M. Linehan:** Com uma profunda compreensão da complexidade emocional das pessoas, esta autora desenvolveu a *Terapia Comportamental Dialética* (DBT, na sigla em inglês), uma abordagem inovadora dentro das TCC. Sua criação foi impulsionada pela necessidade de abordar de forma específica os desafios enfrentados por aqueles que vivem com transtorno de personalidade borderline e dificuldades relacionadas à regulação emocional. Combinando os princípios da terapia cognitiva e comportamental, a autora introduziu uma nova dimensão ao integrar estratégias de aceitação e técnicas de mindfulness (Linehan, 1993). Sua abordagem não apenas ofereceu alívio a muitos, como também transformou o panorama da saúde mental, aproximando as pessoas de um equilíbrio emocional mais profundo.

2. **Steven C. Hayes:** Este autor, juntamente com seus colaboradores, movido por uma visão profundamente humanista da psicologia, fundou a *Terapia de Aceitação e Compromisso* (ACT, na sigla em inglês), uma abordagem que convida as pessoas a acolherem sua experiência com aceitação e a se comprometerem com mudanças significativas em suas vidas. Por meio da integração de estratégias como o mindfulness e a modificação de comportamentos, Hayes criou um método para ajudar as pessoas a desenvolverem uma maior flexibilidade psicológica, permitindo-lhes enfrentar seus desafios com mais clareza e força. Embora a ACT se distancie, em alguns aspectos, da TCC tradicional, sua essência permanece conectada às raízes cognitivo-comportamentais, integrando o que se convencionou chamar de *terceira onda* das terapias comportamentais (Hayes et al., 2003).

3. **John D. Teasdale:** Juntamente com seus colegas Mark Williams e Zindel Segal, Teasdale propôs-se a criar uma abordagem que auxiliasse as pessoas a romperem o ciclo recorrente da depressão. Dessa busca nasceu a *Terapia Cognitiva Baseada em Atenção Plena* (TCAP), também conhecida como MBCT (*Mindfulness-Based*

Cognitive Therapy). Essa abordagem inovadora combina as práticas de mindfulness com os fundamentos da terapia cognitiva, oferecendo àqueles que sofreram de depressão maior uma ferramenta poderosa para a prevenção de recaídas. Teasdale e sua equipe, com uma visão compassiva e um profundo respeito pela experiência humana, integraram a consciência plena e a reestruturação cognitiva, proporcionando um caminho para uma cura emocional mais sustentável (Segal et al., 2008).

4. **Jeffrey E. Young:** Por fim, este autor desenvolveu a *Terapia dos Esquemas*, que expande a TCC tradicional ao focalizar padrões de pensamento e comportamento mais amplos e persistentes, conhecidos como *esquemas*. Esse tipo de terapia demonstrou ser particularmente útil no tratamento de transtornos de personalidade e outros problemas complexos que não responderam à TCC convencional (Young et al., 2003).

Esses autores e seus trabalhos representam a evolução contínua das TCC, demonstrando sua adaptabilidade e aplicabilidade a uma ampla gama de problemas psicológicos. Por meio de suas inovações, contribuíram significativamente para o campo da psicoterapia, oferecendo novas perspectivas e ferramentas para o tratamento dos transtornos mentais.

O Mindfulness e as TCC

Aspectos gerais do Mindfulness

O *Mindfulness*, ou *atenção plena*, é mais do que uma simples prática; trata-se de um convite filosófico a "estar presente" na vida cotidiana, a viver o momento com intenção e sem fazer julgamentos. Embora suas raízes profundas provenham das tradições budistas — nas quais a meditação Mindfulness faz parte de um caminho espiritual rumo à iluminação e ao alívio do sofrimento — essa prática conquistou um espaço significativo no mundo moderno. Nas últimas décadas, o Mindfulness foi acolhido e adaptado pela psicologia e pela medicina ocidentais, não apenas como uma técnica, mas como uma ferramenta poderosa para transformar a relação das pessoas com sua saúde mental e física.

O impulso do Mindfulness no mundo ocidental tem um rosto: Jon Kabat-Zinn, professor emérito de medicina norte-americano cuja visão transformou a forma como se compreende e pratica essa antiga disciplina. Em 1979, Kabat-Zinn fundou o *Programa de Redução do Estresse Baseado em Mindfulness* (MBSR, na sigla em inglês) na Universidade de Massachusetts, levando o Mindfulness das tradições espirituais orientais ao âmbito clínico. Para Kabat-Zinn, o Mindfulness é a consciência que surge ao se prestar atenção de maneira intencional, no momento presente e sem julgar, permitindo que as coisas sejam tal como são. Sua abordagem foi revolucionária, abrindo as portas da meditação Mindfulness para contextos terapêuticos e clínicos (Didonna, 2016). Por meio de seu programa, milhares de pessoas encontraram alívio do estresse, da ansiedade, da depressão e até mesmo da dor crônica, demonstrando que a consciência plena não apenas acalma a mente, como também pode transformar vidas.

Ao longo dos anos, as pesquisas têm revelado o poder transformador do Mindfulness na vida das pessoas, especialmente em sua capacidade de aliviar o estresse, a ansiedade e a depressão. Um exemplo claro disso é a meta-análise realizada por Grossman e seus colegas em 2004, na qual se constatou que a prática do Mindfulness não está apenas associada a melhorias tangíveis na saúde mental, mas também proporciona benefícios profundos na qualidade de vida. Esses pesquisadores descobriram que aqueles que adotam essa prática experimentam uma mudança significativa na forma como lidam com o estresse, ao mesmo tempo em que fortalecem sua capacidade de atenção, melhoram a regulação emocional e desenvolvem uma maior autoconsciência (Grossman et al., 2004). O Mindfulness, longe de ser apenas mais uma técnica, tornou-se uma ferramenta poderosa que auxilia as pessoas a se reconectarem com seu próprio bem-estar, permitindo-lhes enfrentar os desafios da vida com mais clareza e serenidade.

TCC com mindfulness integrado

A *Terapia Cognitivo-Comportamental com Mindfulness Integrado* (TCCMi), conforme apresentada por Bruno Cayoun em sua obra *Terapia cognitivo-conductual con Mindfulness integrado* (2014) [Terapia cognitivo-comportamental integrada ao Mindfulness], representa uma abordagem inovadora que combina os princípios fundamentais da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) com a prática da meditação Mindfulness. Esse modelo estrutura-se em um processo terapêutico de quatro fases, que permite aos clientes desenvolver habilidades tanto para a regulação das emoções quanto para a gestão dos pensamentos, auxiliando-os a enfrentar e resolver uma ampla gama de transtornos psicológicos.

A TCCMi parte do pressuposto de que o Mindfulness, compreendido como uma forma deliberada de prestar atenção ao momento presente sem fazer julgamentos, é essencial para interiorizar a atenção e regular as emoções antes de enfrentar os desafios externos. Em sua fase inicial, denominada *"fase pessoal"*, o cliente aprende a concentrar-se em sua experiência interna, promovendo a aceitação e o controle de seus pensamentos e emoções. Essa fase busca, sobretudo, desenvolver uma maior consciência do próprio corpo e da própria mente, o que fortalece a capacidade de autocontrole (Cayoun, 2014).

Na segunda fase, conhecida como *"fase de exposição"*, o enfoque se desloca para a aplicação de técnicas de exposição com o objetivo de reduzir a evitação. Esse processo envolve tanto visualizações quanto enfrentamentos reais das situações estressantes, de modo que o cliente possa diminuir sua reatividade emocional e ganhar maior confiança em si mesmo. O objetivo desta fase é que o cliente adquira ferramentas para enfrentar seus medos de maneira mais objetiva e tranquila (Cayoun, 2014).

A terceira fase da TCCMi, denominada *"fase interpessoal"*, expande o enfoque terapêutico para as relações com os outros. Neste ponto, os clientes praticam habilidades interpessoais baseadas nos princípios do Mindfulness, o que lhes permite descentralizar a atenção do "eu" e compreender melhor as dinâmicas comunicativas com as demais pessoas. Esta etapa é fundamental para abordar problemas interpessoais que perpetuam o sofrimento psicológico e para prevenir recaídas futuras (Cayoun, 2014).

Por fim, a *"fase empática"* ensina os clientes a cultivar habilidades de empatia e compaixão tanto em relação a si mesmos quanto aos outros. Nessa fase, busca-se desenvolver uma consciência ética que favoreça a compaixão como um método de contracondicionamento para os padrões de comportamento negativos. Ao fazê-lo, as pessoas aprendem a

se conectar de forma mais plena com suas próprias emoções e com as emoções daqueles que as cercam, o que contribui para um bem-estar emocional mais duradouro ao longo do tempo (Cayoun, 2014).

Em conjunto, a TCCMi é uma abordagem terapêutica sistêmica que se destaca por sua capacidade de integrar as práticas de Mindfulness com os métodos cognitivos e comportamentais tradicionais. Ao focalizar tanto a experiência interna quanto as interações externas, a TCCMi não apenas permite aos clientes regular suas emoções e atenção, como também lhes oferece uma abordagem estruturada para enfrentar e superar o sofrimento psicológico (Cayoun, 2014).

Modelo de Coemergência de Reforço

Cayoun (2014) também postula o papel e a fenomenologia dos quatro componentes funcionais do *Modelo de Coemergência de Reforço*, desenvolvido pelo psicólogo Steven C. Hayes como parte de seu trabalho na *Terapia de Aceitação e Compromisso* (ACT, na sigla em inglês). Esse modelo baseia-se na *Teoria dos Quadros Relacionais* (*Relational Frame Theory,* RFT), que é uma teoria comportamental da linguagem e da cognição. A RFT sustenta que o comportamento humano complexo, como o pensamento e a linguagem, desenvolve-se a partir de relações aprendidas entre estímulos. O Modelo de Coemergência de Reforço propõe que as relações entre estímulos e reforçadores não são lineares ou simples, mas coemergem, ou seja, ocorrem simultaneamente em um processo contínuo (Hayes et al., 2003).

Os quatro componentes funcionais do *Modelo de Coemergência de Reforço*, segundo Cayoun, são os seguintes:

- **Percepção sensorial:** O modelo sugere que, além dos cinco sentidos tradicionais, existem dois sentidos adicionais fundamentais para a experiência humana: a *introspecção metacognitiva* e a *interocepção*. A introspecção metacognitiva permite que as pessoas tomem consciência de seus próprios pensamentos, enquanto a interocepção lhes proporciona a capacidade de perceber as sensações físicas que experimentam em seu corpo. Ambos os sentidos, segundo Cayoun, desenvolvem-se e refinam-se por meio de práticas como a meditação Mindfulness, ajudando os indivíduos a se conectarem mais profundamente com seu mundo interno e a compreenderem melhor sua própria mente e corpo (Cayoun, 2014).

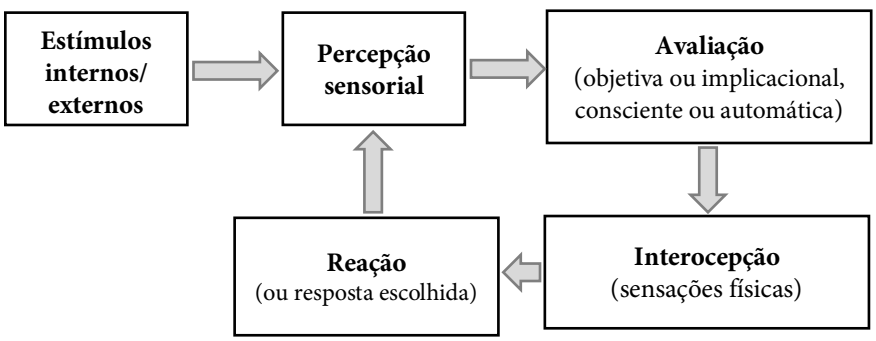
- **Avaliação:** O modelo estabelece uma distinção clara entre duas formas fundamentais de processamento cognitivo. Por um lado, encontra-se o processamento *descritivo* e *objetivo*, que permite reconhecer e classificar os estímulos de maneira neutra. Por outro lado, está o processamento *avaliativo* e *crítico*, que leva ao julgamento desses estímulos com base nas experiências prévias, valores, emoções e necessidades. Esse processamento avaliativo pode ser consciente ou automático, e costuma estar fundamentado em esquemas ou crenças adquiridas ao longo do tempo. Dessa forma, cada estímulo não apenas é identificado, como também interpretado por meio do filtro das vivências pessoais (Cayoun, 2014).

- **Interocepção:** O modelo propõe que as sensações físicas estão constantemente presentes no corpo, exceto nas áreas onde não há neurônios. A intensidade com que essas sensações são percebidas, bem como a consciência sobre elas, varia em função da carga emocional e dos níveis de estresse vivenciados pela pessoa. Essas sensações manifestam-se ao longo de um contínuo hedônico, que vai do agradável ao desagradável, passando pelo neutro. Além disso, reconhecem-se quatro características perceptivas básicas nessas sensações: massa, temperatura, movimento e coesão. A interocepção, compreendida como a capacidade de perceber essas sensações internas, é um componente essencial na prática de Mindfulness e está estreitamente vinculada à plasticidade neuronal, o que destaca sua importância nos processos de mudança e adaptação do cérebro (Cayoun, 2014).

- **Reação:** Por fim, o modelo explica que a maioria das sensações físicas desencadeia respostas imediatas, que podem ser manifestas ou encobertas, abrangendo dimensões mentais, verbais ou físicas. A natureza e a intensidade dessas reações dependem tanto da força das sensações quanto das associações prévias que a pessoa desenvolveu ao longo do tempo. As respostas geralmente se orientam para o desejo, quando se busca intensificar uma sensação agradável, ou para a aversão, quando se tenta evitar ou reduzir uma sensação desagradável. Esse ciclo de reações pode retroalimentar o sistema, gerando maior ativação nas redes neurais envolvidas, o que, por sua vez, reforça esses mesmos padrões de resposta, contribuindo para a manutenção ou amplificação das sensações (Cayoun, 2014).

O autor propõe que essa abordagem permite uma compreensão mais profunda dos fundamentos da aprendizagem por meio do que denomina de *neurofenomenologia do reforço*, ou seja, a experiência direta e vivida dos mecanismos cognitivo-comportamentais em cada indivíduo. Essa perspectiva convida a conceber a mente e a matéria não como entidades separadas, mas como processos que emergem conjuntamente, construindo a realidade da experiência humana (Cayoun, 2014). Seu modelo integra de maneira harmônica a teoria contemporânea da aprendizagem com a fenomenologia própria da meditação e os princípios essenciais do Mindfulness, oferecendo assim uma perspectiva unificada e abrangente de como os seres humanos aprendem e transformam seu comportamento por meio dessas práticas.

A seguir, apresenta-se um diagrama de interação dos componentes funcionais do *Modelo de Coemergência de Reforço*, segundo o autor (Cayoun, 2014, p. 31):



Em conclusão, essa abordagem apresenta uma visão integradora e profundamente humana sobre como as pessoas podem transformar suas vidas ao combinar a prática do Mindfulness com os princípios cognitivo-comportamentais. Ao compreender a mente e a matéria como processos que emergem conjuntamente, o modelo destaca a relevância da experiência direta e consciente na reestruturação dos padrões de pensamento e comportamento. Ele não apenas enriquece a compreensão do processo de aprendizagem, como também permite aos indivíduos desenvolver uma maior autoconsciência, um controle mais equilibrado sobre suas emoções e ações, e uma compaixão mais profunda por si mesmos e pelos outros em sua vida cotidiana.

Modelo cognitivo pós-racionalista

O modelo cognitivo pós-racionalista representa uma abordagem revolucionária dentro da psicoterapia contemporânea — especialmente na psicoterapia cognitivo-comportamental — desenvolvida principalmente pelo neuropsiquiatra italiano Vittorio Guidano durante os anos 1980. Esse modelo surge como uma resposta crítica às limitações do cognitivismo tradicional, ao incorporar elementos construtivistas e sistêmicos que integram a dimensão emocional, evolutiva e narrativa do indivíduo. Em vez de se concentrar exclusivamente na modificação de pensamentos disfuncionais, como propõe a terapia cognitiva clássica, a abordagem pós-racionalista sustenta que a mente humana é um processo em constante transformação, cuja organização é profundamente influenciada pela história pessoal e pelas experiências emocionais do indivíduo (Guidano, 1994).

É importante destacar que, segundo o próprio Guidano, seu modelo pós-racionalista não constitui uma antítese do racionalismo clássico, mas sim uma ampliação que integra aspectos emocionais, perceptivos, sensoriais e comportamentais na construção do conhecimento. Reconhece-se que o raciocínio lógico é apenas uma parte da experiência humana e que outras formas de conhecimento, especialmente aquelas ligadas à emoção e à intersubjetividade, desempenham um papel crucial na continuidade da vida humana (Guidano, 2018).

Fundamentos epistemológicos

O modelo pós-racionalista baseia-se em uma epistemologia construtivista, na qual — como já foi abordado anteriormente — o ser humano não é concebido como um receptor passivo de informações, mas como um construtor ativo de sua realidade. Essa abordagem também é influenciada pela teoria dos sistemas complexos e pela biologia do conhecimento de autores como Maturana e Varela (2003). Nessa perspectiva, o conhecimento não é uma representação objetiva do mundo externo, mas uma construção subjetiva, autorreferencial e dependente do observador.

Dessa forma, o modelo pós-racionalista rejeita o dualismo cartesiano entre mente e corpo, adotando uma visão mais integradora e processual. Guidano (1994) sustenta que a mente humana é um sistema auto-organizado que evolui continuamente, influenciado pela interação entre emoções, crenças e experiência subjetiva. Essa evolução não segue um padrão linear, mas é marcada por momentos de reorganização, crises e transformações, os

quais são fundamentais para o desenvolvimento da identidade pessoal (León e Tamayo, 2011).

Elementos fundamentais da abordagem

A organização do "si-mesmo"

Um dos aspectos centrais do modelo pós-racionalista é seu enfoque no conceito de *si-mesmo* ou identidade pessoal (*self*, em inglês). Guidano (1994) argumenta que o "si-mesmo" não é uma entidade estática, mas um processo dinâmico que se organiza ao longo do tempo. Essa organização depende das experiências emocionais e afetivas, particularmente daquelas vividas na infância e no contexto das relações de apego (Bowlby, 2009).

O "si-mesmo" organiza-se em torno de um conjunto de crenças e narrativas que conferem sentido à experiência individual. Esses esquemas narrativos, que começam a se formar a partir dos primeiros vínculos afetivos, atuam como molduras interpretativas por meio das quais o indivíduo constrói seu senso de identidade. Nessa lógica, a terapia pós-racionalista busca ajudar o cliente a identificar e reorganizar suas narrativas pessoais para alcançar uma maior coerência interna e uma integração mais saudável de suas experiências.

Pelo exposto, é evidente que as emoções ocupam um papel central no modelo cognitivo pós-racionalista, pois são consideradas organizadoras primárias da experiência. Guidano destaca a importância dos vínculos afetivos precoces para o desenvolvimento da identidade pessoal. As primeiras relações de apego estabelecem padrões emocionais que influenciam a forma como os indivíduos percebem o mundo e a si mesmos. Isso resulta no que o autor denomina como *"organizações de significado pessoal"* (OSP), que são padrões de organização do "si-mesmo" baseados nessas experiências emocionais iniciais e na qualidade dos vínculos afetivos (León e Tamayo, 2011).

Narrativa e emoção

A *narrativa* ocupa um lugar central na teoria pós-racionalista. Segundo Guidano (1994), os indivíduos estruturam sua experiência em forma de histórias que lhes permitem dar sentido à vida e às próprias emoções. Essas narrativas não apenas organizam a memória autobiográfica, como também determinam a maneira pela qual as pessoas percebem e respondem às experiências emocionais presentes.

Nessa perspectiva teórica, as *emoções* não são vistas como reações automáticas a estímulos externos, mas como experiências complexas profundamente influenciadas pelas narrativas que o indivíduo construiu ao longo de sua vida. As emoções são, portanto, formas de conhecimento, pois permitem que o indivíduo se relacione com o entorno e ajuste suas respostas adaptativas de acordo com sua história pessoal e sua organização do "si-mesmo" (Balbi, 2004).

Esse enfoque representa uma diferença crucial em relação à terapia cognitiva tradicional, que tende a tratar as emoções como fenômenos derivados de pensamentos irracionais ou distorcidos. No modelo pós-racionalista, as emoções são parte essencial da construção do sentido de "si-mesmo" e são fundamentais para a reorganização narrativa buscada na terapia.

A terapia cognitiva pós-racionalista

Nessa mesma linha, a "terapia" sob a perspectiva cognitiva pós-racionalista difere fundamentalmente de outras formas de psicoterapia cognitiva, principalmente por seu enfoque na reorganização da experiência subjetiva e narrativa do cliente. Enquanto as terapias cognitivas tradicionais se concentram na identificação e correção de "crenças irracionais" ou "distorções cognitivas", a abordagem pós-racionalista orienta-se para a transformação da maneira como o indivíduo organiza e compreende suas emoções, pensamentos e experiências. Essa transformação é entendida não apenas como uma mudança cognitiva, mas como uma reestruturação profunda do "si-mesmo" e das narrativas pessoais que orientam a vida do indivíduo (Guidano, 1994).

A terapia pós-racionalista, por conseguinte, é um processo centrado no cliente, no qual o terapeuta assume o papel de guia que auxilia o indivíduo a tornar-se observador de si mesmo. Esse processo terapêutico busca ativar mecanismos próprios da pessoa (recursos pessoais), por meio dos quais ela pode alcançar uma maior consciência sobre seu próprio funcionamento emocional e narrativo.

A seguir, analisam-se em detalhe os componentes-chave do processo terapêutico segundo essa perspectiva teórica:

a. Autoobservação e reflexividade

Um dos pilares da abordagem pós-racionalista é a *autoobservação*, uma técnica terapêutica que convida o cliente a examinar seus próprios "padrões de pensamento" e "emoção" a partir de uma perspectiva externa e crítica. Esse processo busca que o indivíduo desenvolva a capacidade de observar a si mesmo em ação, identificando como certas emoções, crenças e comportamentos estão inter-relacionados. Guidano (1994) descreve a autoobservação como uma ferramenta essencial para a mudança, pois permite ao cliente tomar distância de suas emoções mais perturbadoras e começar a reconhecê-las como parte de um sistema mais amplo e organizado.

A *reflexividade* refere-se à capacidade do indivíduo de refletir sobre seu próprio funcionamento mental e emocional. Por meio da autoobservação, o cliente pode começar a identificar as narrativas que construiu sobre si mesmo e sobre sua vida, e como essas influenciam sua percepção do mundo e suas relações. A reflexividade, nesse sentido, é um processo que permite ao cliente sair dos automatismos emocionais e cognitivos que estruturaram sua experiência subjetiva, e desenvolver uma nova consciência de si mesmo (Balbi, 2004).

A autoobservação não é um fim em si mesma, mas um meio para que o cliente reorganize sua experiência interna. À medida que o indivíduo observa suas emoções e crenças em ação, pode começar a perceber inconsistências ou conflitos em sua narrativa pessoal. Essas inconsistências tornam-se pontos-chave para a intervenção terapêutica, pois permitem ao cliente trabalhar ativamente na reorganização de sua experiência emocional e narrativa. Esse processo é altamente individualizado, e o terapeuta deve acompanhar o cliente com sensibilidade, respeitando seu ritmo e auxiliando-o na integração de novas percepções e significados.

b. Reorganização narrativa

A *reorganização narrativa* é um processo central na terapia pós-racionalista. Sob essa perspectiva, as narrativas pessoais não são simplesmente histórias que as pessoas contam sobre suas vidas; são estruturas profundas que organizam a experiência subjetiva e emocional. Essas narrativas permitem ao indivíduo dar sentido à sua vida, conferindo coerência e continuidade às experiências passadas, presentes e futuras (Guidano, 1994).

Em muitos casos, os clientes chegam à terapia com narrativas que se tornaram rígidas, disfuncionais ou incoerentes (Balbi, 2004). Por exemplo, uma pessoa com depressão pode ter construído uma narrativa pessoal centrada na falta de valor ou no fracasso, o que afeta sua capacidade de interpretar novas experiências de forma positiva. De maneira semelhante, uma pessoa com ansiedade pode ter desenvolvido uma narrativa de vulnerabilidade e perigo constante, que amplifica seus medos e minimiza suas capacidades.

A reorganização narrativa na terapia pós-racionalista implica, portanto, auxiliar o cliente a identificar essas narrativas disfuncionais e reestruturá-las de maneira mais flexível, coerente e adaptativa. Esse processo não consiste simplesmente em mudar "crenças irracionais" ou "pensamentos negativos", mas sim em uma transformação profunda da forma como o indivíduo organiza sua identidade e experiência. As narrativas não apenas atribuem significado aos eventos, como também moldam a maneira pela qual a pessoa vivencia e responde às suas emoções (Balbi, 2004).

Durante a terapia, o cliente é guiado a explorar e refletir sobre as histórias que contou sobre si mesmo e sobre como essas histórias influenciaram sua vida. O terapeuta facilita esse processo por meio de perguntas e explorações que levam o indivíduo a confrontar os aspectos contraditórios ou desadaptativos de sua narrativa. À medida que o cliente toma consciência dessas contradições, abre-se a possibilidade de reorganizar sua história de vida de forma mais coerente e construtiva.

c. A relação emocional na terapia

O modelo pós-racionalista também dá grande ênfase à *dimensão emocional* do processo terapêutico. Enquanto na terapia cognitiva tradicional as emoções costumam ser tratadas como respostas secundárias às crenças ou pensamentos, na abordagem pós-racionalista as emoções são vistas como um componente central da experiência humana, profundamente relacionado à construção narrativa do "si-mesmo" (Guidano, 1994).

Para essa abordagem terapêutica, as emoções perturbadoras, como o medo, a tristeza ou a raiva, não são simplesmente reações automáticas, mas estão vinculadas à narrativa pessoal e ao significado que o indivíduo lhes atribui. Em muitos casos, os clientes procuram a terapia porque estão presos em um ciclo de emoções perturbadoras que não conseguem processar adequadamente. Nessa perspectiva, essas emoções não se dissipam simplesmente com a mudança de crenças, mas exigem uma elaboração profunda que permita ao indivíduo reorganizá-las dentro de sua narrativa pessoal (Balbi, 2004).

Na terapia pós-racionalista, o terapeuta ajuda o cliente a explorar suas emoções mais perturbadoras — não para eliminá-las, mas para reorganizá-las e atribuir-lhes um novo significado. Esse processo implica que o cliente aprenda a identificar e expressar suas emoções de forma mais saudável, integrando-as de maneira coerente em sua narrativa pessoal. O terapeuta, por sua vez, cria um espaço seguro no qual o cliente possa vivenciar e

elaborar suas emoções sem ser julgado, facilitando o processo de reorganização emocional.

d. O papel do terapeuta

O terapeuta, na abordagem pós-racionalista, não é um instrutor que corrige ou ensina o cliente a pensar da forma "correta". Em vez disso, o terapeuta atua como um guia que facilita a autoexploração e o autoconhecimento. Guidano (1994) descreve o terapeuta como um "perturbador estratégico", alguém que não impõe mudanças, mas gera as condições necessárias para que o cliente comece a questionar e reorganizar sua própria experiência.

Esse papel é fundamental para respeitar a autonomia do cliente em seu processo terapêutico. O profissional, nesse caso, não dirige o conteúdo da narrativa do cliente, mas cria as condições para que o indivíduo possa revisar e reestruturar sua história pessoal de forma autônoma. A relação terapêutica é, em si, um espaço de *co-construção*, no qual cliente e terapeuta colaboram para gerar novas formas de compreender e organizar a experiência subjetiva.

A terapia pós-racionalista, portanto, representa uma abordagem terapêutica profunda e multidimensional que se concentra na reorganização da experiência subjetiva e narrativa do cliente. Por meio de técnicas como a autoobservação e a reorganização narrativa, o consulente é conduzido a uma maior reflexividade e a uma integração mais coerente de suas emoções e vivências. Essa abordagem reconhece a centralidade das emoções e das relações afetivas na construção do "si-mesmo", e oferece um enquadramento terapêutico flexível e respeitoso que permite ao cliente reorganizar sua identidade de maneira mais adaptativa e coerente.

A técnica da "Moviola"

A técnica da *Moviola* é uma ferramenta central na psicoterapia pós-racionalista que facilita a reelaboração das narrativas autobiográficas do cliente. Baseia-se na metáfora de uma "Moviola", um dispositivo utilizado na edição de filmes que permite visualizar cenas em câmera lenta, avançá-las ou retrocedê-las. Na terapia, essa analogia é empregada para que o cliente possa "revisar" experiências emocionais passadas de maneira detalhada e reflexiva, fragmentando as vivências em pequenas cenas que podem ser analisadas minuciosamente (Lambruschi e Lenzi, 2008).

Processo terapêutico e aplicação

A técnica da "Moviola" centra-se na reconstrução de experiências significativas, permitindo ao cliente explorar tanto sua experiência imediata quanto a imagem consciente de si mesmo que construiu ao longo do tempo. Esse método é particularmente eficaz para que o indivíduo possa distinguir entre o "como" vivencia as emoções e o "por que" acredita que elas ocorrem, conduzindo, assim, a uma compreensão mais profunda e menos distorcida de suas reações emocionais e narrativas internas (Guidano, 1994).

Nas palavras do próprio Guidano (1994):

> Na "moviola", o foco da atenção dirige-se cada vez mais para a nova discrepância entre a experiência imediata e sua reorganização explícita, com o objetivo acordado de reconstruir o padrão de coerência do qual ela depende.
> Torna-se então possível, por um lado, ampliar ainda mais a intensidade do foco sobre os sentimentos perturbadores, reconstruindo seus diversos vínculos com outros aspectos da experiência imediata, e fazendo com que o cliente compreenda progressivamente de que modo todo estado emocional — além de ser multifacetado e incluir a experiência de sentimentos opostos — é sempre uma construção que abrange processos de reconhecimento e autorreferência. Por outro lado, com a reconstrução do modo como o cliente elabora crenças e expectativas a partir da experiência imediata em curso, começam a emergir os limites de sua autoimagem atual e os padrões de autoengano utilizados para mantê-los. Estamos diante da tarefa restante desta primeira etapa, que consiste essencialmente em reconstruir o padrão de coerência atual do cliente, e os modos pelos quais seu desequilíbrio suscitou os problemas originais (p. 176).

Desdobramento do método da "Moviola"

A seguir, apresenta-se um resumo das etapas empregadas nessa técnica terapêutica, conforme proposto por Lambruschi e Lenzi (2008):

1. **Concretude e especificidade:** Uma das primeiras etapas consiste em decompor os problemas ou emoções gerais em experiências específicas e episódios concretos. Isso significa que, em vez de falar de forma abstrata (por exemplo, "sempre me sinto ansioso"), o terapeuta orienta o cliente a descrever episódios particulares nos quais essa ansiedade se manifestou. Essa concretude permite que o cliente tenha uma visão mais clara e detalhada das circunstâncias que envolvem suas emoções, o que facilita o processo de autoexploração (Lambruschi e Lenzi, 2008).

2. **Revisão episódica no presente:** Uma característica essencial da "Moviola" é que ela é realizada no tempo presente, como se o cliente estivesse revivendo a situação em tempo real. O terapeuta solicita que ele descreva não apenas o que aconteceu, mas também como se sentiu fisicamente, o que pensou e quais emoções surgiram em cada momento. Essa forma de narrar no presente ajuda a manter a intensidade emocional da experiência e permite identificar detalhes significativos que poderiam ter sido ignorados ou reprimidos (Lambruschi e Lenzi, 2008).

3. **Sequencialização e desaceleração:** Na terapia pós-racionalista, o episódio é decomposto em pequenas cenas, explorando-se cada uma em detalhe, quase como se se estivesse editando um filme. Esse processo de desaceleração permite que o cliente observe cuidadosamente como cada pequena interação ou estímulo desencadeia uma reação emocional. A habilidade de "desacelerar" a experiência e explorá-la em profundidade ajuda a revelar padrões repetitivos que antes podiam não ser evidentes (Lambruschi e Lenzi, 2008).

4. **"Zooming in" e "zooming out":** Durante a revisão, o terapeuta auxilia o cliente a ampliar ("zooming in") aspectos específicos da experiência para examinar detalhes minuciosos e, em seguida, a recuar ("zooming out") para observar como esses detalhes se integram à narrativa mais ampla da experiência. Esse vai-e-vem permite enriquecer a compreensão do evento e perceber como pequenos elementos podem ter um impacto significativo na forma como o cliente percebe a situação como um todo (Lambruschi e Lenzi, 2008).

5. **Pontos de vista interno e externo:** Um aspecto distintivo da "Moviola" é a possibilidade de o cliente explorar a experiência a partir de duas perspectivas diferentes: a interna (como se sentiu naquele momento) e a externa (como seria vista a partir de uma perspectiva observadora). Essa alternância ajuda o cliente a se descentralizar de suas emoções imediatas e lhe oferece uma visão mais ampla e objetiva de seu comportamento e reações. A técnica permite, assim, que o cliente "veja" como suas ações afetam os relacionamentos e como essas interações são interpretadas sob diferentes ângulos (Lambruschi e Lenzi, 2008).

Benefícios terapêuticos da "Moviola"

A técnica da "Moviola" oferece diversos benefícios centrais no contexto terapêutico:

- **Desautomatização da experiência:** Ao desacelerar e examinar em detalhe as experiências, rompe-se com a automatização que muitas vezes caracteriza as respostas emocionais, permitindo ao cliente uma maior consciência e reflexão sobre seus próprios padrões de comportamento (Lambruschi e Lenzi, 2008).

- **Reorganização narrativa:** Permite ao cliente reestruturar suas narrativas internas, integrando experiências que antes eram consideradas incoerentes ou perturbadoras. Por meio da exploração aprofundada, facilita-se a integração dessas experiências em uma narrativa mais coerente e compreensiva (Lambruschi e Lenzi, 2008).

- **Aumento da flexibilidade cognitiva:** A capacidade de enxergar as experiências a partir de múltiplas perspectivas ajuda o cliente a desenvolver uma maior flexibilidade cognitiva, possibilitando novas interpretações e reações diante de eventos futuros (Lambruschi e Lenzi, 2008).

Aplicações clínicas da abordagem cognitiva pós-racionalista

O modelo cognitivo pós-racionalista tem se mostrado particularmente útil no tratamento de transtornos afetivos, como a depressão e a ansiedade, assim como em transtornos de personalidade. Como foi explicado anteriormente, a abordagem pós-racionalista coloca uma ênfase especial na organização interna do "si-mesmo" e em como as pessoas constroem e estruturam suas narrativas pessoais ao longo do tempo. Segundo Guidano (1994), esses transtornos podem ser compreendidos como o resultado de uma desorganização desse "si-mesmo" na pessoa, em que as experiências emocionais e as narrativas internas não conseguem se integrar de forma coerente, o que leva a padrões disfuncionais de comportamento e a estados emocionais persistentes de sofrimento.

Na *depressão*, por exemplo, os clientes costumam desenvolver narrativas que giram em torno de sentimentos de inutilidade, culpa ou desesperança, construídas a partir de experiências precoces de rejeição ou perda. Essas narrativas se reforçam ao longo do tempo, criando um ciclo que perpetua o estado depressivo. A terapia pós-racionalista atua na identificação dessas histórias pessoais de fracasso ou autodesvalorização e na sua reorganização, ajudando o indivíduo a construir uma narrativa mais positiva e resiliente (Guidano, 1994). Esse processo implica explorar as experiências emocionais em profundidade, permitindo que a pessoa observe e questione as interpretações que fez de sua própria história, facilitando uma reconstrução de sua identidade que não esteja ancorada em uma visão pessimista de si mesma.

Nos *transtornos de ansiedade*, a abordagem pós-racionalista trata das narrativas centradas na vulnerabilidade e no perigo constante. Indivíduos com ansiedade tendem a antecipar ameaças e a sentir que não possuem os recursos necessários para lidar com situações de estresse. Essas percepções organizam-se em narrativas de insegurança e medo, que acabam limitando sua capacidade de enfrentar os desafios do cotidiano. A terapia ajuda os clientes a desmontar essas narrativas de vulnerabilidade, proporcionando um espaço para que explorem suas emoções e compreendam como essas histórias foram construídas e reforçadas ao longo do tempo. Ao fazer isso, promove-se uma redefinição de sua autoimagem, permitindo-lhes desenvolver uma maior confiança em suas habilidades e recursos pessoais.

Do mesmo modo, nos transtornos de personalidade, como o *transtorno de personalidade borderline* (TPB), o modelo pós-racionalista oferece uma ferramenta valiosa para compreender as intensas flutuações emocionais e os relacionamentos interpessoais caóticos que caracterizam esses quadros clínicos. Segundo Guidano, pessoas com transtornos de personalidade tendem a possuir narrativas fragmentadas, nas quais experiências emocionais extremas não são integradas de maneira coerente à sua identidade. Por meio da terapia pós-racionalista, busca-se reorganizar essas experiências fragmentadas, auxiliando o cliente a desenvolver uma narrativa mais estável e coerente, que permita integrar suas emoções de forma construtiva, facilitando, assim, relações mais saudáveis e uma maior estabilidade emocional (Guidano, 1994).

Em definitivo, esse estilo de psicoterapia não apenas identifica e modifica as narrativas disfuncionais, como também promove uma reorganização profunda do sentido de "si-mesmo", permitindo ao cliente reestruturar suas experiências de vida de forma mais

flexível e adaptativa. Essa reorganização narrativa conduz a uma melhora da autoimagem, da autoaceitação e a uma maior capacidade de lidar com as emoções, resultando em um bem-estar emocional mais duradouro.

Em conclusão, a abordagem cognitiva pós-racionalista oferece uma visão inovadora e complexa da mente humana, integrando aspectos emocionais, narrativos e evolutivos na compreensão do "si-mesmo" e dos transtornos psicológicos. Por meio de técnicas como a autoobservação e a reorganização narrativa, a terapia pós-racionalista busca gerar uma transformação profunda na identidade pessoal do cliente, facilitando uma maior coerência interna e uma melhor adaptação às experiências emocionais. Essa abordagem tem se mostrado uma ferramenta valiosa na prática clínica, particularmente no tratamento de transtornos afetivos e de personalidade.

A abordagem narrativa

No campo da psicologia e do Serviço Social, a *abordagem narrativa* propõe uma visão profunda e humanizada: as pessoas não apenas vivenciam suas experiências, mas também as organizam em relatos que lhes permitem dar forma e sentido à própria existência. Segundo essa perspectiva, as histórias que cada indivíduo narra, tanto para si mesmo quanto para os outros, não são simples relatos, mas peças fundamentais que moldam sua identidade, sua visão de mundo e a forma como compreendem os momentos mais significativos de sua vida. Ao contar essas histórias, as pessoas organizam suas vivências, emoções e pensamentos, criando uma trama que lhes oferece coerência e as ajuda a encontrar significado ao longo da vida cotidiana.

A abordagem narrativa pioneira de Bruner

Nesse contexto, a abordagem teórica narrativa do psicólogo e pedagogo norte-americano Jerome Bruner representa um marco crucial na psicologia contemporânea. Sua obra, que destaca o poder das narrativas para atribuir significado à experiência humana, transformou radicalmente a compreensão do desenvolvimento humano e de sua interação com a cultura. Bruner concebe as narrativas como muito mais do que uma simples organização de eventos; elas são os mecanismos por meio dos quais os indivíduos constroem, negociam e reinterpretam a realidade. Nesse sentido, o autor posiciona-se como um pioneiro da psicologia narrativa, apresentando uma abordagem que desafia os modelos científicos tradicionais centrados exclusivamente no processamento da informação e nos mecanismos cognitivos.

Em sua obra *Actos de significado* (1991), Bruner inicia sua exploração com uma crítica à fragmentação da psicologia e às limitações da chamada "revolução cognitiva". Embora a revolução cognitiva tenha recuperado o estudo da mente, Bruner aponta que logo ela derivou para um enfoque meramente computacional, negligenciando o estudo do significado. Para o autor, a essência do pensamento humano reside no processo de atribuição

de sentido à experiência, e é precisamente esse aspecto — a construção e negociação do significado por meio das narrativas — que deve ocupar o centro do estudo psicológico. Segundo Bruner, o significado é a chave para compreender as ações humanas, e a psicologia deveria concentrar-se em como os indivíduos constroem sua realidade a partir dos significados que atribuem às próprias vivências (Bruner, 1991).

Bruner desenvolve o conceito de "psicologia cultural", afirmando que o processo de atribuição de significado sempre ocorre dentro de um contexto cultural específico. A cultura fornece as ferramentas simbólicas que permitem aos indivíduos dar forma às suas experiências e estruturar suas narrativas. Em sua obra *Realidad mental y mundos posibles* (1996) [Realidade mental, mundos possíveis], o autor ressalta que as narrativas permitem construir "mundos possíveis", abrindo caminho para a imaginação e a criatividade. Essa capacidade narrativa não apenas organiza os fatos de maneira linear, mas também proporciona uma interpretação profunda e matizada da experiência, o que é essencial para a construção da identidade pessoal e social. Nesse sentido, as narrativas não são entidades passivas; elas configuram ativamente como o mundo é vivido e compreendido, e permitem aos indivíduos explorar diferentes perspectivas e alternativas à sua realidade atual.

Narrativa e identidade em Bruner

A relação entre narrativa e identidade também é um aspecto central na obra de Bruner. Em *La educación, puerta de la cultura* (1997) [A educação, porta da cultura], o autor sustenta que a identidade se desenvolve por meio da interação com as narrativas compartilhadas em uma cultura. Cada indivíduo não apenas adota as histórias fornecidas por sua comunidade, como também reescreve essas histórias para construir um sentido de "eu" que seja coerente e significativo. Essa identidade narrativa não é estática; ela evolui ao longo do tempo, adaptando-se às mudanças no ambiente cultural e às experiências pessoais. Dessa forma, a narrativa torna-se uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento do "eu", pois permite aos indivíduos organizar suas experiências, atribuir sentido às suas ações e projetar sua identidade para o futuro. Bruner enfatiza que a educação deve desempenhar um papel crucial nesse processo, oferecendo aos estudantes oportunidades para explorar e desenvolver suas próprias narrativas em um contexto culturalmente enriquecedor (Bruner, 1997).

Além disso, em sua obra *La fábrica de historias: Derecho, literatura, vida* (2003) [Fabricando histórias: Direito, literatura, vida], Bruner demonstra como as narrativas moldam não apenas a compreensão da vida cotidiana, mas também campos como o direito e a literatura. No contexto jurídico, por exemplo, observa-se como as histórias criam realidades que influenciam as decisões legais, moldando os conceitos de justiça e legitimidade. A narrativa, portanto, não é apenas uma ferramenta para compreender o mundo, mas também um meio poderoso de transformar estruturas sociais e estabelecer novas perspectivas. Nessa mesma linha, no campo literário, Bruner argumenta que a narrativa oferece a possibilidade de explorar mundos alternativos, rompendo com a rigidez do real e permitindo que as pessoas se projetem para além dos limites impostos pela sociedade. As histórias literárias, segundo Bruner, permitem que os indivíduos questionem normas estabelecidas e se abram a novas formas de pensar e de ser, contribuindo assim para a mudança social (Bruner, 2003).

Uma característica distintiva da abordagem narrativa de Bruner é sua ênfase na

importância do contexto cultural para compreender a narrativa e seu impacto. As histórias que se contam e se escutam dependem dos sistemas de significação das culturas, de modo que o estudo das narrativas implica também o estudo da cultura em que estão inseridas (Bruner, 1996). A narrativa é um fenômeno cultural que não apenas reflete valores e crenças, mas também os molda, criando uma retroalimentação constante entre o indivíduo e a sociedade. Esse processo de retroalimentação implica que as narrativas individuais e coletivas se influenciem mutuamente, e que mudanças em uma possam dar origem a transformações significativas na outra. Bruner ressalta que a compreensão desse processo é fundamental para entender como os indivíduos e as sociedades evoluem ao longo do tempo.

Sob uma perspectiva técnica, Bruner desafia o modelo científico tradicional que tenta reduzir a mente humana a uma série de processos computacionais. Em vez de conceber a mente como um simples processador de informações, a abordagem narrativa de Bruner enfatiza a criatividade humana — a capacidade de imaginar e construir novas possibilidades por meio da narrativa. Isso permite uma compreensão mais ampla e profunda do comportamento humano, que inclui tanto a dimensão emocional quanto a simbólica. A criatividade, segundo Bruner, é um componente essencial do pensamento narrativo, pois permite que os indivíduos não apenas se adaptem ao seu entorno, mas também o transformem. Essa abordagem desafia a visão reducionista da mente e promove uma compreensão mais holística e dinâmica do ser humano.

Bruner também destaca a importância da narrativa no desenvolvimento moral e ético dos indivíduos. As histórias, tanto pessoais quanto coletivas, oferecem molduras para avaliar ações e decisões, fornecendo uma base para a reflexão moral. Por meio das narrativas, os indivíduos podem explorar dilemas éticos, considerar as consequências de diferentes ações e desenvolver um senso de responsabilidade em relação aos outros (Bruner, 2003). Nesse sentido, a narrativa não é apenas uma ferramenta cognitiva para Bruner, mas também um meio para o desenvolvimento ético e social.

O papel das emoções na abordagem narrativa de Bruner

As emoções também desempenham um papel crucial na abordagem narrativa de Bruner, pois estão profundamente integradas à construção de significado por meio das histórias. O autor sustenta que as emoções são fundamentais para conferir coerência e relevância às experiências que os indivíduos narram. As histórias que contam sobre si mesmos e sobre o mundo estão impregnadas de elementos afetivos que orientam a interpretação dos acontecimentos, contribuindo assim para a construção da identidade pessoal (Bruner, 1991). Bruner destaca que as narrativas permitem às pessoas integrar suas emoções em uma estrutura coerente, facilitando a compreensão de experiências complexas e o enfrentamento de situações difíceis. As emoções, por serem parte inerente das narrativas, não apenas colorem a experiência vivida, como também a configuram e lhe atribuem significado (Bruner, 1996).

Essa abordagem enfatiza que a educação tem um papel importante na gestão das emoções por meio da narrativa. A narrativa educativa não deve apenas transmitir conhecimentos técnicos, mas também oferecer um espaço para que os estudantes explorem suas próprias emoções e desenvolvam uma compreensão mais profunda de si mesmos. As histórias compartilhadas em um ambiente educativo ajudam os estudantes a conectar suas emoções com suas experiências, promovendo um desenvolvimento integral no qual as

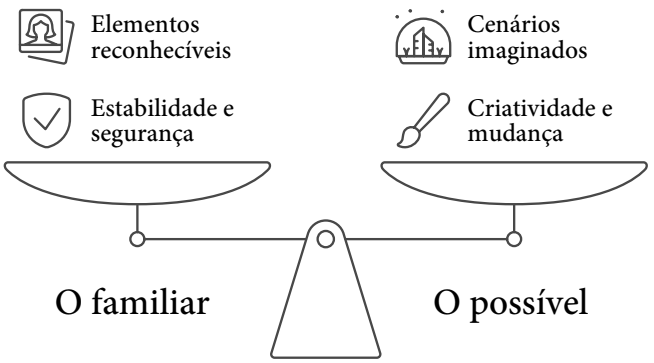
emoções são reconhecidas e valorizadas como componentes essenciais da aprendizagem. Isso permite que os estudantes não apenas adquiram conhecimentos, mas também construam um senso de pertencimento e uma identidade coerente (Bruner, 1997).

Dialética entre "o familiar" e "o possível" segundo Bruner

A dialética entre "o familiar" e "o possível" no pensamento de Bruner constitui um conceito fundamental para compreender a capacidade humana de imaginar, transformar e adaptar a realidade por meio da narrativa. Bruner conceitualiza essa dialética como a interação constante entre a estrutura do que é conhecido e a abertura para novas possibilidades, o que permite aos indivíduos navegar entre a segurança do que já está estabelecido e a incerteza inerente ao desconhecido. Essa dialética é essencial para o processo de construção de significados, pois coloca o sujeito em uma tensão criativa que possibilita tanto a mudança quanto a adaptação (Bruner, 1996).

"O familiar" refere-se àqueles elementos da experiência que são reconhecíveis e que proporcionam uma base estável para a interpretação do mundo. Na abordagem narrativa de Bruner, o familiar funciona como o andaime que sustenta a coerência da identidade e da experiência. As narrativas compartilhadas culturalmente, as crenças internalizadas e os hábitos cotidianos constituem os aspectos familiares que permitem aos indivíduos situarem-se dentro de um contexto social. Esse aspecto da experiência proporciona segurança, por estar fundamentado em esquemas e estruturas de significado já estabelecidos, os quais facilitam aos indivíduos a compreensão de seu lugar no mundo (Bruner, 1996).

"O possível" refere-se à capacidade de imaginar e projetar-se em direção a novos cenários que desafiam os limites do conhecido. Para Bruner, a narrativa constitui uma ferramenta fundamental para a exploração dessas possibilidades. Por meio da narrativa, os indivíduos são capazes de conceber mundos alternativos, experimentar com diferentes identidades e projetar mudanças tanto em suas vidas quanto na sociedade. O possível implica uma abertura para a criatividade, a capacidade de questionar normas estabelecidas e a exploração do que poderia vir a ser (Bruner, 1996). Essa capacidade de imaginar o possível tem implicações não apenas para o desenvolvimento pessoal, mas também para a mudança social, uma vez que narrativas que desafiam e questionam as estruturas existentes podem gerar movimentos em direção a novas formas de organização social e cultural.



Processo de "construção de significados" para Bruner.

A dialética entre "o familiar" e "o possível" constitui, portanto, um processo de negociação contínua. Bruner destaca que esse processo é essencial para a adaptação humana, pois permite equilibrar a estabilidade proporcionada pelo que é conhecido com a necessidade inerente de mudança e crescimento. Essa tensão entre o estável e o emergente é o que impulsiona os indivíduos a reimaginar suas histórias pessoais, possibilitando, assim, a evolução da identidade. As narrativas, nesse sentido, atuam como um meio de integrar ambas as dimensões: oferecem uma estrutura coerente que assegura a continuidade do "eu", ao mesmo tempo em que proporcionam um espaço para a transformação e a experimentação com novas possibilidades (Bruner, 1996).

Bruner é enfático ao afirmar que o papel da educação é justamente facilitar essa dialética. A educação deve fornecer aos estudantes as ferramentas necessárias para compreender e situar-se no contexto do que é familiar, ao mesmo tempo em que os impulsiona a explorar o possível, fomentando a criatividade e a capacidade de questionar. Isso implica que a educação não deve se reduzir a um processo de mera transmissão de conhecimentos preexistentes, mas deve configurar-se como um espaço para a exploração e a construção de novos significados. Ao promover um equilíbrio entre o familiar e o possível, a educação contribui para a formação de indivíduos capazes de adaptar-se a um mundo em constante transformação e de imaginar futuros alternativos (Bruner, 1997).

Em síntese, a dialética entre "o familiar" e "o possível" no enfoque narrativo de Bruner destaca a importância da narrativa como um processo dinâmico que equilibra estabilidade e mudança. As narrativas permitem que os indivíduos se situem no contexto do que é conhecido, ao mesmo tempo em que lhes conferem a capacidade de imaginar e projetar-se em direção a novas possibilidades. Essa tensão criativa é fundamental para o desenvolvimento da identidade, para a adaptação ao ambiente e para a capacidade de gerar transformações pessoais e sociais.

Em conclusão, o enfoque teórico narrativo de Jerome Bruner foi pioneiro ao enfatizar a relevância das narrativas na psicologia. As histórias não apenas organizam a experiência; também a transformam — e é por meio delas que as pessoas encontram sentido e constroem sua identidade no contexto de sua cultura. A obra de Bruner inspirou gerações de psicólogos e educadores a reconhecerem o poder da narrativa como um elemento essencial no desenvolvimento humano e na compreensão da experiência. Seu legado permanece na forma como se concebem a educação, a psicologia e o estudo da cultura, promovendo uma visão integradora que reconhece a complexidade e a riqueza da experiência humana. A narrativa, conforme propõe Bruner, é a chave para entender quem somos, como nos relacionamos com os outros e como podemos imaginar e construir futuros diferentes.

A terapia narrativa de White e Epston

O modelo de *terapia narrativa* mais conhecido mundialmente foi desenvolvido pelo assistente social australiano Michael White e pelo terapeuta familiar neozelandês David Epston. Essa abordagem terapêutica enfatiza como as pessoas constroem sua identidade e compreendem suas experiências de vida por meio das histórias que contam sobre si mesmas e sobre o mundo ao seu redor. Em vez de considerar os problemas como inerentes às

pessoas, esse enfoque os externaliza, permitindo que os indivíduos se separem deles e revisem suas relações com as dificuldades que enfrentam (White e Epston, 1993).

Na terapia narrativa, o aspecto "narrativo" abrange diversos elementos-chave da existência humana:

- **Construção da identidade:** A identidade é construída por meio das histórias que cada pessoa conta ao longo da vida. Essas narrativas não são meros relatos, mas mapas que orientam a compreensão de si mesmos em um contínuo de tempo e espaço. Ao recordar suas experiências passadas, viver o presente e projetar-se para o futuro, as pessoas criam uma narrativa que lhes confere coesão e sentido, permitindo-lhes encontrar uma conexão profunda com sua essência e com o mundo ao seu redor (White, 2016).

- **Processamento das experiências:** O ato de narrar permite às pessoas dar sentido às suas emoções e lidar com suas vivências com maior clareza. Ao contarem suas histórias, elas não apenas relatam eventos, mas também se distanciam deles, possibilitando uma melhor compreensão e manejo de suas emoções. Assim, a narrativa torna-se uma ferramenta para navegar pelos sentimentos mais profundos e organizar a vida emocional (White, 2016).

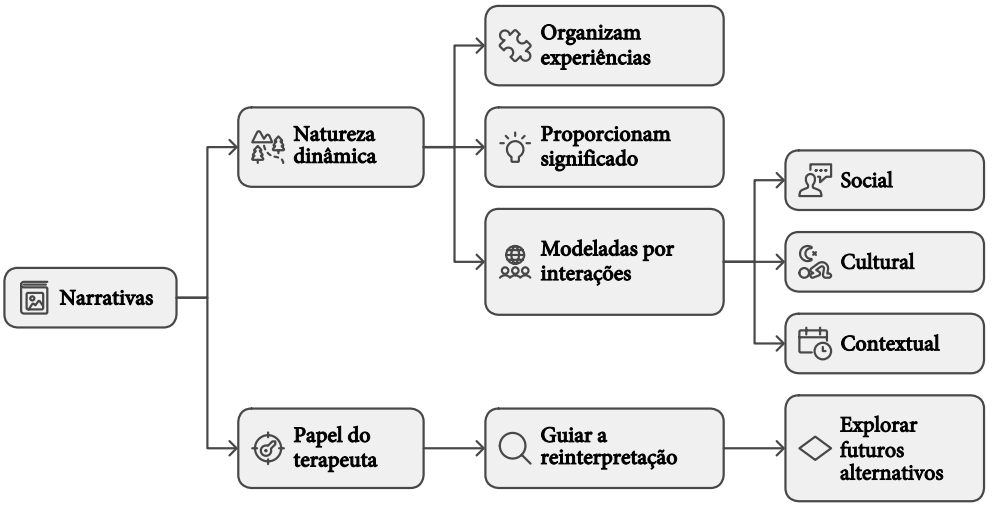
- **Comunicação:** Por meio das narrativas que compartilham, as pessoas não apenas transmitem fatos, mas também expressam seus valores, crenças e experiências íntimas. Essas histórias criam pontes emocionais e culturais, facilitando o entendimento e a empatia entre os indivíduos (White, 2016).

- **Resolução de problemas e adaptação:** Ao revisar e reescrever suas histórias, as pessoas descobrem novas formas de enfrentar os desafios da vida. Esse processo lhes permite não apenas resolver problemas, mas também adaptar-se com maior flexibilidade às mudanças, abrindo-se a soluções mais criativas e renovando sua resiliência (White, 2016).

- **Sentido de propósito:** As narrativas pessoais ajudam os indivíduos a conectar suas ações e metas com seus valores mais profundos, traçando um caminho coerente que alinha o que fazem com o que realmente valorizam. Dessa forma, encontram uma direção clara e um sentido mais profundo em sua vida cotidiana (White, 2016).

White destaca que as histórias não são relatos estáticos, mas dinâmicos, moldados pelas interações sociais, culturais e contextuais. Essas narrativas não apenas organizam as experiências, mas atuam como estruturas através das quais os indivíduos atribuem significado às suas vivências. O terapeuta, nesse contexto, não atua como um especialista que oferece soluções, mas como um facilitador que orienta o indivíduo a reinterpretar suas histórias a partir de novas perspectivas e a explorar possíveis futuros alternativos (White, 2016).

Elementos da terapia narrativa e papel do terapeuta



A externalização

A *externalização* é um conceito central na terapia narrativa. Essa técnica permite que as pessoas separem os problemas de sua identidade, facilitando uma relação menos opressiva com eles. Ao externalizar os "problemas", as pessoas passam a vê-los como "entidades externas", o que lhes confere maior poder para influenciar sobre eles, em vez de sentirem-se controladas por eles (White e Epston, 1993).

Esse processo baseia-se na linguagem e em como os problemas são nomeados e descritos. Ao nomear o problema como algo separado do indivíduo, este pode começar a compreendê-lo de uma forma menos pessoal, o que lhe confere maior controle sobre sua situação. A externalização empodera as pessoas, pois lhes devolve a capacidade de tomar decisões sobre como enfrentar esses problemas a partir de uma perspectiva mais objetiva e distanciada.

Um dos princípios fundamentais da externalização é que, ao estabelecer uma distância entre o indivíduo e o problema, torna-se possível explorar como esse problema influenciou a vida da pessoa e como ela influenciou o problema. Essa revisão permite reconsiderar suas respostas e abrir novas possibilidades de ação (White, 2016; White e Epston, 1993).

Os mapas narrativos

Os *mapas narrativos* são ferramentas conceituais que orientam o processo terapêutico ao explorar as histórias pessoais. Esses mapas permitem identificar as narrativas dominantes que regem a vida das pessoas e que, frequentemente, limitam suas experiências. Ao traçar um mapa dessas histórias, White convida os indivíduos a externalizar os problemas, separando-os de sua identidade, o que facilita uma análise mais objetiva dos efeitos dessas

narrativas (White, 2016).

Por meio dos mapas narrativos, os terapeutas conduzem conversas que auxiliam as pessoas a reescrever suas histórias. Um mapa importante é o das *conversas de externalização*, que permite aos indivíduos nomear e observar o problema a partir de uma certa distância. Outro *mapa fundamental é o das conversas de reautoria*, nas quais se revisam as narrativas dominantes para descobrir aspectos esquecidos da história pessoal que possam oferecer uma versão mais fortalecedora de si mesmos (White, 2016).

Os mapas narrativos, portanto, ajudam a iluminar como as influências sociais, culturais e familiares moldaram as histórias que as pessoas contam sobre si mesmas. Esse processo oferece aos indivíduos a possibilidade de transformar suas narrativas para abrir novas oportunidades (White, 2016; White e Epston, 1993).

A reautoria das narrativas

A *reautoria* é um componente essencial do processo da terapia narrativa, centrado na reconfiguração da identidade por meio da criação de novas histórias. Esse processo baseia-se na ideia de que as narrativas pessoais são maleáveis e de que as pessoas podem revisar suas histórias de vida para encontrar alternativas mais satisfatórias.

White (2016) destaca que as *conversas de reautoria* convidam as pessoas a refletirem sobre suas "histórias dominantes", especialmente aquelas marcadas por problemáticas ou limitações. Essas conversas buscam resgatar momentos ou experiências que ofereçam uma base para construir novas narrativas que proporcionem alívio e novas possibilidades de ação.

Esse processo também implica a descentralização do problema, permitindo que as pessoas se vejam como agentes ativos que resistiram à influência do problema, em vez de vítimas passivas. Assim, emergem novas histórias de força e resiliência que antes estavam ocultas (White, 2016; White e Epston, 1993).

As conversas de reautoria não apenas transformam as narrativas sobre o passado e o presente, como também tornam possível imaginar um futuro mais alinhado com os valores e aspirações pessoais, o que possibilita o desenvolvimento integral do indivíduo em e com seu entorno.

Outras técnicas fundamentais da terapia narrativa

Além da externalização, dos mapas narrativos e da reautoria, a terapia narrativa inclui outras técnicas essenciais:

- **Perguntas de influência relativa:** As *perguntas de influência* relativa constituem uma técnica central na terapia narrativa, cujo objetivo é ajudar as pessoas a examinarem como os problemas influenciaram suas vidas e, por sua vez, como elas responderam ou resistiram a esses problemas. White e Epston destacam que essas perguntas buscam romper com a narrativa de que as pessoas são vítimas passivas de suas dificuldades. Por meio dessas perguntas, explora-se a relação dinâmica entre a pessoa e o problema, permitindo que os indivíduos identifiquem momentos em que exerceram controle ou agência sobre ele. Essa abordagem ajuda as pessoas

a perceberem que têm mais poder sobre sua situação do que acreditavam inicialmente (White e Epston, 1993).

- **Relembrança:** As *conversas de relembrança* são outra técnica essencial da terapia narrativa, particularmente útil diante de perdas ou separações significativas na vida de uma pessoa. Por exemplo, em vez de focar o luto sob uma perspectiva de ausência e carência, essa técnica convida as pessoas a lembrar a relação com o ente querido ou a conexão perdida de maneira mais rica e detalhada. Segundo White, esse processo não se trata apenas de recordar, mas de reviver e reconfigurar a influência dessa relação na vida atual da pessoa. Dessa forma, as memórias e a influência positiva do ente querido podem continuar presentes na vida de quem sofreu a perda, permitindo que essa relação permaneça como uma fonte de força e apoio (White, 2016).

- **Documentos terapêuticos:** White e Epston ressaltam o uso de *documentos terapêuticos* como uma ferramenta chave no processo de transformação narrativa. Esses documentos incluem cartas, certificados ou declarações que os terapeutas podem escrever para seus clientes com o objetivo de reforçar as novas narrativas que estão sendo construídas durante a terapia. As cartas resumem as conquistas e avanços do cliente, enquanto os certificados reconhecem marcos importantes em seu processo de mudança. Esses documentos funcionam como lembretes tangíveis das novas histórias e oferecem uma maneira de perpetuar os efeitos da terapia fora do espaço terapêutico, fortalecendo as novas identidades que as pessoas estão construindo (White e Epston, 1993).

- **Cerimônias de definição:** As *cerimônias de definição*, descritas por White, são eventos terapêuticos nos quais a pessoa tem a oportunidade de compartilhar sua história reconfigurada com outras pessoas. Essas cerimônias permitem que as novas narrativas sejam reconhecidas e validadas por uma comunidade de testemunhas. Esse tipo de ritual constitui uma forma poderosa de dar forma e solidez às histórias alternativas, pois o reconhecimento por parte dos outros reforça o senso de identidade que a pessoa conseguiu construir. Ao serem testemunhadas por uma audiência, as pessoas vivenciam uma afirmação que as ajuda a consolidar sua nova narrativa (White, 2016).

- **Metáforas e analogias:** White e Epston também fazem uso extensivo de *metáforas e analogias* em sua abordagem terapêutica. Essas ferramentas são particularmente úteis para tornar as histórias problemáticas mais compreensíveis e manejáveis. Por meio de metáforas, os problemas são externalizados de maneira criativa e visual, o que facilita para a pessoa a compreensão e o enfrentamento do problema com maior clareza. Além disso, as metáforas permitem que os clientes explorem alternativas e novas formas de compreender suas histórias sem se sentirem sobrecarregados pelas complexidades da linguagem cotidiana (White e Epston, 1993).

- **Desfechos extraordinários:** Por fim, outra técnica fundamental na terapia narrativa é a identificação e ampliação do que White chama de *desfechos extraordinários*. Esses desfechos são momentos nos quais a pessoa agiu de maneira que contraria a narrativa dominante de sua vida. Por meio da exploração desses eventos únicos, os terapeutas podem ajudar as pessoas a descobrir e expandir aspectos de sua história que ainda não foram plenamente desenvolvidos. Esses momentos de desfecho extraordinário são tratados como sementes para novas histórias e tornam-se pontos de ancoragem para que as pessoas imaginem futuros diferentes, mais alinhados com suas aspirações e valores (White, 2016).

Em definitiva, a *terapia narrativa* de White e Epston utiliza um conjunto de técnicas que permite às pessoas reescreverem as histórias de suas vidas de maneira mais fortalecedora. Técnicas como os mapas narrativos, as perguntas de influência relativa e as cerimônias de definição oferecem caminhos claros para conduzir as pessoas em direção a uma identidade mais libertadora e a um futuro mais aberto a possibilidades (White e Epston, 1993).

A terapia cognitiva narrativa

A psicoterapia cognitiva narrativa, explicada por Óscar F. Gonçalves em sua obra *Psicoterapia cognitiva narrativa: Manual de terapia breve* (2002), é uma abordagem terapêutica inovadora que se concentra na maneira como os indivíduos organizam seu conhecimento e suas experiências por meio de relatos. Em vez de conceber a mente como um repositório de respostas ou um conjunto de estruturas fixas, a psicoterapia cognitiva narrativa promove uma visão em que a linguagem e as narrativas desempenham um papel central na criação de significados. Nesse sentido, não se trata apenas de compreender os relatos do cliente, mas também de auxiliar na construção de novas formas de compreender sua própria história. Por meio da co-construção de narrativas, o terapeuta e o cliente trabalham juntos para ressignificar as experiências, explorar diferentes perspectivas e promover um sentido mais profundo de autoria sobre a vida do indivíduo.

Fundamentos teóricos

Epistemologia da psicoterapia cognitiva narrativa

Do ponto de vista teórico, a psicoterapia cognitiva narrativa fundamenta-se em uma epistemologia que desafia os modelos mecanicistas e essencialistas que dominaram a psicologia durante grande parte do século XX. Ao contrário dessas abordagens, que tendem a ver a mente humana como um sistema fechado de respostas automáticas ou como uma máquina que processa informações de maneira linear, a psicoterapia cognitiva narrativa propõe um modelo dinâmico, flexível e profundamente humano.

Gonçalves (2002) sustenta que a narrativa constitui a *matriz organizadora* fundamental do conhecimento. Isso implica que os significados não são descobertos de forma passiva, mas construídos ativamente por meio do diálogo. A narrativa não se limita a ser

um simples conjunto de fatos lineares; na realidade, é a estrutura que permite aos seres humanos compreender e atribuir sentido às suas experiências. São as histórias que as pessoas contam a si mesmas e aos outros que permitem integrar vivências passadas e projetar um futuro, conferindo coerência e sentido à identidade.

No campo da psicoterapia, a narrativa se apresenta como o elo que conecta as experiências passadas com as possibilidades futuras, promovendo um diálogo constante entre o que já foi vivido e o que está por vir. Nesse contexto, o conhecimento não permanece estático na mente, mas se desenvolve por meio de um processo contínuo de reinterpretação e ressignificação. Além disso, essa abordagem dialógica destaca a relevância da interação com os outros e com o ambiente em que se vive. Fatores como cultura, contexto e relações são determinantes na construção e compreensão das narrativas pessoais.

A proposta de Gonçalves coloca um ênfase particular na subjetividade humana. Em vez de considerar o indivíduo como um receptor passivo de estímulos, a psicoterapia cognitiva narrativa reconhece a capacidade criativa que as pessoas possuem para construir e reconstruir ativamente suas histórias. A interpretação subjetiva é central nesse processo, pois cada pessoa atribui significado às suas experiências com base em seu contexto, emoções e vivências anteriores. Essa interpretação, por sua vez, influencia como o indivíduo percebe a si mesmo e aos outros, bem como as decisões que toma. A narrativa oferece um marco para explorar essa subjetividade e compreender como se articula a experiência humana em sua totalidade (Gonçalves, 2002).

Uma característica central da epistemologia da psicoterapia cognitiva narrativa é a concepção da narrativa como *agente de mudança e transformação*. Longe de considerar a identidade como algo fixo e imutável, essa abordagem postula que as pessoas têm a capacidade de mudar suas histórias, o que, por sua vez, transforma sua forma de vivenciar a vida. A narrativa pode desafiar e modificar crenças limitantes que aprisionam os indivíduos em padrões disfuncionais. Ao recontar e ressignificar suas experiências, os sujeitos podem transformar a percepção que têm de si mesmos e abrir novas possibilidades de ser e agir no mundo.

Diferentemente dos modelos tradicionais que tendem a simplificar o comportamento humano por meio de explicações baseadas em estímulo-resposta ou em processos puramente cognitivos, a abordagem narrativa acolhe a complexidade da vida humana. Reconhece que o comportamento não pode ser descontextualizado do ambiente nem da história pessoal de cada indivíduo. Em vez de buscar respostas universais, a psicoterapia cognitiva narrativa concentra-se nas particularidades de cada história, reconhecendo que cada pessoa possui uma maneira única de atribuir sentido à sua vida. Essa perspectiva enfatiza que a mudança não consiste simplesmente na modificação de comportamentos, mas sim em uma reconfiguração profunda do sentido atribuído às experiências (Gonçalves, 2002).

Em resumo, a epistemologia da psicoterapia cognitiva narrativa coloca no centro a construção ativa de significados por meio da narrativa. Essa abordagem destaca a importância da subjetividade, do contexto cultural e das relações na criação do conhecimento. Gonçalves concebe a narrativa não apenas como um meio de contar uma história, mas como a estrutura essencial que permite aos indivíduos compreenderem a si mesmos e se transformarem. Trata-se de um processo dinâmico e em constante mudança, que conecta o passado ao futuro, com o poder de transformar a vida das pessoas ao ressignificar as experiências e os significados que a elas são atribuídos. Essa visão profundamente humana coloca a narrativa no centro do processo terapêutico, oferecendo uma ferramenta poderosa

para a transformação pessoal e o crescimento.

Conceitos-chave: Existência, conhecimento, narrativa e cultura

Gonçalves (2002) enfatiza quatro conceitos fundamentais que sustentam essa psicoterapia: *existência, conhecimento, narrativa e cultura*. Cada um desses conceitos se interrelaciona para formar a base do processo terapêutico e da maneira como os seres humanos compreendem e atribuem sentido às suas experiências.

A seguir, desenvolve-se cada um desses conceitos de forma mais aprofundada:

- **Existência e conhecimento:** A existência e o conhecimento estão intrinsecamente vinculados. A existência humana não pode ser separada do conhecimento que se constrói ao longo da vida, uma vez que é esse conhecimento que permite às pessoas interpretar e atribuir significado à sua experiência. Esse conhecimento tem uma *natureza hermenêutica*, o que significa que se constrói por meio da interpretação constante das vivências. Não se trata de um conhecimento fixo ou estático, mas sim de um processo no qual cada pessoa reinterpreta suas experiências à medida que enfrenta novas situações e desafios. Nesse sentido, a existência é compreendida como um processo contínuo de aprendizado e reinterpretação, no qual a realidade é constantemente reconstruída (Gonçalves, 2002).

- **A hermenêutica como processo de construção de significado:** A hermenêutica é a ferramenta fundamental que os seres humanos utilizam para atribuir significado às suas experiências. Por meio da *interpretação*, cada indivíduo pode compreender sua realidade e, em última instância, criar uma narrativa que dê sentido à sua existência. Esse processo hermenêutico não é linear nem fechado; é dinâmico e recursivo, o que implica que o significado atribuído às experiências pode mudar com o tempo. À medida que as pessoas enfrentam novas circunstâncias e desafios, reavaliam e reinterpretam suas vivências passadas, o que lhes permite adaptar-se e crescer. Essa flexibilidade interpretativa é o que transforma o conhecimento em um processo vivo, em constante evolução (Gonçalves, 2002).

- **A narrativa como processo aberto e flexível:** Para essa abordagem, a narrativa pessoal é um processo aberto e flexível. Não se trata apenas de contar uma história sobre a própria vida, mas de construir uma narrativa que se ajuste às circunstâncias em mudança e que permita ao indivíduo ressignificar suas experiências. Essa narrativa é o que conecta o passado, o presente e o futuro, proporcionando um senso de continuidade e coerência. Por ser um processo aberto, a narrativa está sujeita a mudanças, o que significa que o indivíduo tem a capacidade de redefinir sua identidade e suas perspectivas ao longo do tempo. Essa abordagem permite às pessoas não apenas compreender melhor suas experiências, mas também utilizar essa compreensão para promover a mudança e o crescimento pessoal (Gonçalves, 2002).

- **O papel da linguagem na construção de significados:** A linguagem desempenha um papel crucial nesse processo de construção de significados. É o meio por meio

do qual se expressam e compartilham as narrativas pessoais, além de ser a ferramenta por meio da qual se articulam as interpretações das experiências. Por meio da linguagem, o indivíduo pode dar forma aos seus pensamentos e emoções, compartilhar sua perspectiva com os outros e, ao mesmo tempo, receber novas interpretações que enriquecem sua narrativa. A psicoterapia cognitiva narrativa utiliza a linguagem como um veículo de mudança, ajudando o cliente a reconfigurar suas histórias de vida e a encontrar novas formas de interpretar suas experiências de maneira mais adaptativa e enriquecedora (Gonçalves, 2002).

- **A influência do contexto cultural:** Por fim, a cultura também desempenha um papel fundamental na construção de significados. As narrativas pessoais não existem no vazio; elas são profundamente influenciadas pelos significados e valores que circulam na sociedade. O contexto cultural fornece um marco no qual as experiências são interpretadas e validadas. A psicoterapia cognitiva narrativa reconhece a importância do contexto cultural na configuração das narrativas e trabalha para ajudar o cliente a identificar como esses valores e crenças culturais influenciaram sua história pessoal. Além disso, o terapeuta auxilia o cliente a desafiar e, quando necessário, reconstruir essas narrativas culturais para que sejam mais coerentes com seus próprios valores e necessidades individuais (Gonçalves, 2002).

Em conclusão, os quatro conceitos-chave da psicoterapia cognitiva narrativa — existência, conhecimento, narrativa e cultura — inter-relacionam-se para formar a base dessa abordagem terapêutica. A existência e o conhecimento constroem-se mutuamente por meio de um processo hermenêutico de interpretação contínua, enquanto a narrativa oferece um marco flexível que permite ressignificar as experiências ao longo do tempo. A linguagem e o contexto cultural desempenham papéis fundamentais na forma como essas narrativas são construídas e validadas. Essa abordagem reconhece que a identidade e o bem-estar humano dependem da capacidade de reinterpretar e reconstruir as histórias pessoais, o que é essencial para a adaptação e o crescimento pessoal.

Conhecimento relacional e co-construção de significados terapêuticos

A abordagem narrativa também se fundamenta na ideia de que o conhecimento é inerentemente relacional e contextual (sistêmico). Ou seja, os significados não são gerados de forma isolada, mas construídos na interação com os outros e dentro de um contexto específico. Isso ressalta a importância do diálogo e da co-construção de significados entre o terapeuta e o cliente. A terapia transforma-se, assim, em um espaço seguro no qual o indivíduo em processo terapêutico pode explorar suas narrativas, desafiar aquelas que lhe são limitantes e construir novas histórias que promovam maior bem-estar. A relação terapêutica torna-se um ato colaborativo, no qual tanto o cliente quanto o terapeuta participam ativamente da criação de novos significados, o que enfatiza a natureza profundamente humana e social do processo de mudança (Gonçalves, 2002).

Dimensão temporal da narrativa

Por fim, considera-se que a narrativa também possui uma dimensão temporal essencial. A maneira como os indivíduos organizam suas experiências em termos de passado, presente e futuro influencia a forma como percebem suas vidas e suas possibilidades de mudança. Na psicoterapia cognitiva narrativa, promove-se uma integração temporal que permita ao cliente perceber sua vida não como uma sucessão de eventos desconectados, mas como uma história coerente, com continuidade e propósito. Essa integração temporal ajuda a pessoa a compreender como suas experiências passadas moldaram o presente e, ao mesmo tempo, a visualizar um futuro com novas possibilidades. A capacidade de projetar-se positivamente em direção ao futuro, com esperança, é um elemento fundamental para a resiliência e o crescimento pessoal (Gonçalves, 2002).

Em conclusão, os princípios teóricos da psicoterapia cognitiva narrativa enfatizam o papel central da narrativa como ferramenta organizadora do conhecimento e da experiência humana. A narrativa não apenas atribui significado aos acontecimentos da vida, como também permite aos indivíduos reorganizar sua realidade e construir uma identidade mais adaptável e flexível. Essa abordagem reconhece que a mente humana não atua como um processador de informação isolado, mas é profundamente influenciada pelo contexto cultural, pela linguagem e pelas relações interpessoais. A hermenêutica e a co-construção de significados consolidam-se como pilares essenciais para compreender e facilitar a mudança terapêutica, destacando o poder transformador das histórias que as pessoas contam a si mesmas para moldar suas vidas e seu bem-estar.

Fundamentos técnicos psicoterapêuticos

No que diz respeito aos seus fundamentos técnicos, a psicoterapia cognitiva narrativa concentra-se em ajudar os clientes a reconfigurar suas narrativas pessoais. Para Gonçalves, as dificuldades psicológicas estão relacionadas a uma *coerência narrativa* disfuncional — uma estrutura que não consegue conectar de maneira significativa os eventos vividos — ou a uma *complexidade narrativa* limitada, que impede o indivíduo de integrar os aspectos emocionais, cognitivos e contextuais de suas experiências. Nesse sentido, um dos objetivos da psicoterapia é auxiliar o cliente a alcançar maior coerência e complexidade em seus relatos. Ao fomentar uma narrativa mais coerente, o indivíduo pode desenvolver um senso mais profundo de identidade e autoria, o que lhe permite sentir-se mais fortalecido para enfrentar os desafios da vida (Gonçalves, 2002).

Organização e articulação do conteúdo narrativo

A organização e articulação do conteúdo narrativo fundamenta-se na forma como os relatos de uma pessoa estão estruturados e como influenciam seu bem-estar psicológico. Mais do que o conteúdo das narrativas, o que é crucial é sua estrutura e articulação. No contexto da psicoterapia cognitiva narrativa, busca-se reconfigurar as histórias disfuncionais que os indivíduos contam sobre si mesmos para promover versões mais adaptativas, flexíveis e enriquecedoras de suas vidas.

O processo começa com a tomada de consciência dos padrões narrativos repetitivos que conduzem ao estancamento ou à rigidez emocional. Segundo Gonçalves, é essencial que o terapeuta ajude seus clientes a identificar esses padrões e a explorar novas versões de sua história pessoal que incluam perspectivas alternativas. Essa mudança narrativa não consiste apenas em uma revisão dos fatos, mas em uma reconfiguração profunda que busca atribuir novos significados às experiências de vida, permitindo que a pessoa se abra a outras formas de interpretar seu passado, presente e futuro (Gonçalves, 2002).

A transformação narrativa torna-se possível graças a técnicas terapêuticas concebidas para que os indivíduos reconheçam como seus relatos influenciam sua saúde emocional. Gonçalves destaca que esse processo de mudança não é apenas um exercício cognitivo, mas uma jornada emocional e relacional na qual os significados são reescritos com um olhar renovado. O êxito terapêutico reside na capacidade do cliente de reorganizar suas histórias de vida, integrando novas narrativas que lhe permitam ver-se como protagonista ativo, em vez de vítima passiva de sua própria história (Gonçalves, 2002).

Dessa forma, a psicoterapia cognitiva narrativa torna-se uma ferramenta poderosa para transformar narrativas pessoais disfuncionais, convertendo-as em relatos de resiliência e crescimento emocional.

A técnica terapêutica da desconstrução narrativa

A técnica terapêutica da *desconstrução narrativa* confere ao terapeuta um papel crucial — não como um especialista que dita soluções, mas como um guia que acompanha o cliente no delicado processo de desmontar as histórias que moldaram sua percepção de si mesmo e do mundo. O terapeuta torna-se, assim, um facilitador da mudança, alguém que, com paciência e empatia, convida o cliente a revisar aquelas narrativas absolutas e rígidas que aprisionaram sua identidade (Gonçalves, 2002).

Trata-se, portanto, de um processo profundo e transformador que vai além do simples questionamento das histórias. Consiste em identificar as partes da narrativa que reforçam crenças limitantes, aquelas que perpetuam a sensação de estagnação e sofrimento. Ao desmantelar esses relatos, abre-se um espaço para que o cliente possa enxergar sua história sob uma nova luz — uma luz que permita reinterpretar suas experiências de maneira mais flexível, compassiva e fortalecedora (Gonçalves, 2002).

Esse processo não é imediato nem simples. Requer que o terapeuta adote uma postura de genuína curiosidade, aproximando-se de cada narrativa com mente aberta e sem julgamentos. O ambiente terapêutico transforma-se em um refúgio onde o cliente pode explorar suas crenças mais profundas sem medo de ser criticado ou invalidado. Nesse espaço de segurança emocional, o cliente se permite questionar suas certezas, investigar novas interpretações e, por fim, construir uma história mais enriquecedora, que lhe possibilite avançar em direção ao futuro com maior liberdade e possibilidades (Gonçalves, 2002).

Assim, a desconstrução narrativa não apenas permite transformar crenças, como também facilita um processo de redescoberta pessoal, no qual o cliente pode se reconectar com aspectos de si mesmo que antes não havia reconhecido ou valorizado.

A técnica terapêutica da reautoria

Outra técnica psicoterapêutica relevante é a *reautoria*. Trata-se de um processo profundamente humano e colaborativo, no qual terapeuta e cliente embarcam juntos na tarefa de reconstruir a história deste último. Longe de ser um exercício superficial ou mecânico, a reautoria nutre-se da capacidade do terapeuta de ajudar a pessoa a redescobrir momentos-chave que, embora reais, ficaram ocultos ou apagados na narrativa dominante que o cliente construiu sobre si mesmo (Gonçalves, 2002).

O terapeuta, a partir de um lugar de genuína empatia, orienta o cliente na identificação desses momentos significativos que, quando vistos sob uma nova perspectiva, revelam possibilidades de mudança, resiliência e força pessoal. Não se trata de inventar uma nova história nem de alterar os fatos vividos, mas de iluminar aqueles aspectos que haviam sido ignorados ou minimizados, permitindo que emerja uma narrativa mais rica e complexa — uma narrativa que reflita não apenas a dor ou a dificuldade, mas também a coragem, as conquistas e as capacidades do cliente para superar as adversidades (Gonçalves, 2002).

Nesse processo de co-construção, o terapeuta cria um espaço seguro onde o indivíduo pode reexaminar sua vida com uma lente de maior compaixão e abertura. À medida que os antigos relatos — muitas vezes limitantes ou dolorosos — se dissolvem, uma nova história começa a ser tecida, uma história que não apenas valida a experiência passada, mas também abre portas para um futuro repleto de possibilidades (Gonçalves, 2002). A reautoria, portanto, é uma ferramenta terapêutica poderosa que convida o cliente a reivindicar o papel de protagonista de sua própria vida, reconhecendo sua capacidade de escrever novas páginas repletas de crescimento, bem-estar e sentido.

Etapas do processo terapêutico

O processo terapêutico descrito por Gonçalves (2002) compreende diversas etapas que refletem a riqueza e a diversidade da experiência humana: a *recordação*, a *objetivação*, a *subjetivação*, a *metaforização* e a *projeção*. A seguir, cada uma dessas etapas é explicada para compreender sua função na reconfiguração das narrativas pessoais:

- **Recordação:** Esta é a primeira etapa do processo terapêutico e consiste em trazer à consciência os eventos passados que marcaram a vida do cliente. Ela permite explorar as histórias pessoais e como estas foram estruturadas ao longo do tempo. Por meio da recordação, o indivíduo pode identificar os padrões que influenciaram seu desenvolvimento e como contribuíram para sua narrativa atual. O terapeuta facilita esse processo, ajudando a pessoa a recordar não apenas os eventos dolorosos, mas também aqueles momentos que podem ter sido ignorados ou subestimados (Gonçalves, 2002).

- **Objetivação:** A objetivação implica analisar as experiências a partir de uma perspectiva mais distanciada e objetiva. Nessa etapa, o cliente aprende a observar suas vivências de um ponto de vista externo, o que lhe permite enxergar as histórias que

contou a si mesmo sem estar emocionalmente aprisionado por elas. Esse distanciamento é fundamental para que possa questionar e desafiar as crenças limitantes construídas ao longo do tempo. A objetivação contribui para despersonalizar as experiências, permitindo que o indivíduo veja seus problemas de forma mais clara e menos carregada emocionalmente (Gonçalves, 2002).

- **Subjetivação:** A subjetivação é o processo oposto à objetivação, pois implica reconectar-se emocionalmente com as experiências anteriormente objetivadas. Aqui, a pessoa volta a entrar em contato com suas emoções e vivências, mas sob uma nova perspectiva, o que permite ressignificar esses eventos. Esta etapa é essencial para que o cliente possa vivenciar e validar suas emoções, ao mesmo tempo em que reinterpreta suas experiências de forma a favorecer o crescimento e a transformação pessoal (Gonçalves, 2002).

- **Metaforização:** A metaforização é uma etapa fundamental que permite ao indivíduo expressar suas experiências por meio de imagens e analogias. Essa técnica facilita a comunicação de emoções e pensamentos complexos de maneira mais acessível e significativa. O uso de metáforas permite ao cliente atribuir novo sentido às suas experiências, tornando o abstrato mais tangível e compreensível. A metaforização também ajuda a criar uma distância segura entre o sujeito e suas vivências, o que facilita o processo de ressignificação e mudança (Gonçalves, 2002).

- **Projeção:** Por fim, a projeção é a etapa final do processo terapêutico, na qual o cliente começa a visualizar um futuro diferente, com base na reconfiguração de suas narrativas pessoais. Nessa fase, o indivíduo projeta novas possibilidades para sua vida, utilizando os recursos adquiridos nas etapas anteriores. A projeção é crucial para fomentar a esperança e a motivação para a mudança, auxiliando a pessoa a estabelecer metas realistas e construir um sentido de propósito para o futuro (Gonçalves, 2002).

Integração das etapas

A integração das diferentes etapas do processo terapêutico representa uma jornada profundamente transformadora, na qual terapeuta e cliente, como coexploradores, embarcam juntos na reconfiguração das histórias de vida. Esse percurso não é linear nem predeterminado; ele se desenvolve à medida que novas perspectivas são descobertas e as experiências passadas são ressignificadas, sempre a partir de uma postura de abertura e colaboração. Cada etapa possui seu próprio valor, mas é em sua integração que se revela, de fato, a riqueza do processo terapêutico.

A combinação entre *objetivação* e *subjetivação* constitui um ponto crucial dessa jornada. Ao distanciar-se de suas vivências, o cliente adquire uma perspectiva mais ampla e neutra, o que lhe permite observar sua história com menor carga emocional. No entanto, não se trata apenas de criar distância; o processo também convida o indivíduo a se reco-

nectar emocionalmente com essas mesmas experiências (Gonçalves, 2002). Esse movimento de vai e vem entre distanciamento e conexão emocional favorece uma compreensão mais equilibrada e matizada, na qual o sujeito em acompanhamento terapêutico pode integrar tanto a razão quanto a emoção em seu relato pessoal.

Por outro lado, a *metaforização* e a *projeção* atuam como ferramentas de transformação extremamente poderosas. A metaforização permite que vivências, por vezes difíceis de expressar diretamente, assumam novas formas por meio do uso de símbolos e metáforas, facilitando uma expressão mais rica e acessível. Já a projeção oferece a possibilidade de visualizar um futuro diferente — um futuro em que a nova narrativa do cliente esteja alinhada com seus desejos, valores e possibilidades de crescimento (Gonçalves, 2002). Essas duas ferramentas não apenas ampliam a forma como o cliente compreende seu passado, como também abrem caminho para um futuro mais adaptativo e esperançoso, dando vida a uma narrativa mais enriquecida, complexa e profundamente humana.

Psicopatologia narrativa

Gonçalves afirma que os fundamentos do conceito de uma *psicopatologia narrativa* baseiam-se na ideia fundamental — já anteriormente desenvolvida — de que a "construção de significados" é o aspecto central do conhecimento humano e que se expressa por meio de um "discurso narrativo", o qual muitas vezes é construído de forma disfuncional pelas pessoas. O autor define que existem três dimensões centrais da "matriz narrativa" que devem ser consideradas nessa análise e que possibilitam, ou não, a existência de uma narrativa caracterizada pela coerência, complexidade e multiplicidade. Essas dimensões são (Gonçalves, 2002):

a) **Estrutura narrativa:** Refere-se ao processo pelo qual os diferentes aspectos da narrativa se articulam entre si de forma a fornecer um sentido coerente de autoria. A coerência narrativa depende tanto de aspectos estáticos quanto dinâmicos da organização estrutural (Gonçalves, 2002).

b) **Processo narrativo:** Inclui os aspectos de riqueza, qualidade, variedade e complexidade da produção estilística da narrativa. O autor destaca aqui a importância dos cinco modos ou etapas do processo terapêutico para a mudança funcional: recordação, objetivação, subjetivação, metaforização e projeção (Gonçalves, 2002).

c) **Conteúdo narrativo:** Por fim, este aspecto diz respeito à diversidade e multiplicidade da produção narrativa do indivíduo. O autor sustenta que a psicopatologia está correlacionada à existência de *protótipos* narrativos específicos que impõem limitações à própria experiência (Gonçalves, 2002).

Essa conceitualização de Gonçalves sobre a "psicopatologia narrativa" destaca a importância fundamental da narrativa na construção do *significado humano* e como ela se articula por meio dessas três dimensões centrais, que possibilitam uma existência narrativa caracterizada por sua coerência, complexidade e multiplicidade, oferecendo uma perspectiva rica e detalhada sobre como os indivíduos constroem e comunicam suas experiências

(Gonçalves, 2002).

O autor, nesse sentido, sugere que a psicopatologia pode ser compreendida a partir da limitação imposta por protótipos narrativos específicos, os quais afetam a forma como as pessoas vivenciam e narram o mundo ao seu redor (Gonçalves, 2002). Essa abordagem abre caminhos promissores para o enfrentamento do sofrimento psicológico, não apenas por meio da identificação e análise dos *padrões narrativos restritivos*, mas também promovendo o surgimento de narrativas mais ricas e complexas que permitam maior liberdade e autoria na construção da identidade e da experiência pessoal.

Um exemplo interventivo disso pode ser observado no trabalho de *reautoria* das narrativas pessoais de um indivíduo que sofre de depressão. Esse processo teria início com a identificação dos *protótipos narrativos* utilizados pelo sujeito para interpretar sua experiência — por exemplo, uma narrativa centrada na incapacidade, na perda e no fracasso, que reforça e perpetua seu estado depressivo.

Nesse contexto, o terapeuta atuaria ao lado do cliente para explorar e desconstruir: a) *a estrutura* dessas narrativas, prestando especial atenção a como elas foram construídas e mantidas ao longo do tempo; e b) *o processo narrativo*, incentivando o enriquecimento e a complexificação da narrativa pessoal do cliente, por meio da identificação de momentos excepcionais nos quais ele se sentiu capaz, bem-sucedido ou feliz, criando assim uma contradição saudável em relação à narrativa dominante centrada na incapacidade.

Juntos, terapeuta e cliente trabalhariam na criação de uma *nova narrativa* que incorporasse esses momentos excepcionais, utilizando técnicas já abordadas anteriormente — por exemplo, a *metaforização*, para conceituar a experiência da depressão de maneira diferente, e a *projeção*, para imaginar futuros possíveis nos quais o indivíduo se perceba agindo com agência e competência.

Essa abordagem interventiva busca ampliar a multiplicidade e diversidade do: c) *Conteúdo narrativo* do indivíduo, oferecendo-lhe novas formas de compreender e narrar sua experiência, deslocando-se de uma posição de limitação para uma de maior abertura e possibilidade. Esse processo não apenas desafia os protótipos narrativos restritivos que sustentam a psicopatologia, como também promove o surgimento de uma identidade narrativa mais rica e complexa, facilitando a mudança psicológica e o bem-estar.

Em conclusão, a psicoterapia cognitiva narrativa constitui uma abordagem profundamente transformadora, que humaniza o processo terapêutico ao colocar ênfase nas histórias que as pessoas contam sobre si mesmas. Sob essa perspectiva, o relato pessoal não é um simples registro passivo dos fatos vividos, mas o eixo central por meio do qual os indivíduos organizam sua realidade, constroem significados e dão forma à sua identidade. Essa forma de terapia reconhece que as dificuldades psicológicas estão frequentemente enraizadas em narrativas rígidas e limitantes, que aprisionam os sujeitos em padrões disfuncionais de pensamento e comportamento.

O aspecto revolucionário dessa abordagem reside em sua capacidade de promover mudanças profundas por meio da ressignificação das experiências passadas, favorecendo a co-construção de novas narrativas que proporcionem maior flexibilidade, coerência e complexidade. O terapeuta, longe de assumir o papel de mero observador, torna-se um colaborador ativo que orienta o cliente no processo de desconstrução e reautoria de seus relatos, promovendo uma compreensão mais ampla de si mesmo e do seu entorno.

Além disso, essa abordagem não ignora o contexto cultural, social e relacional em que as narrativas pessoais são desenvolvidas, o que permite uma compreensão mais abrangente e matizada da experiência humana. A psicoterapia cognitiva narrativa possibilita que o cliente reinterprete sua vida a partir de novas perspectivas, transformando não apenas sua visão do passado, mas também sua capacidade de projetar um futuro mais esperançoso e pleno de possibilidades.

Dessa forma, essa modalidade terapêutica não busca apenas aliviar o sofrimento emocional, mas também empoderar o indivíduo para que se torne protagonista ativo de sua própria história, capaz de escrever novas páginas repletas de crescimento, resiliência e sentido.

Conclusões gerais do marco teórico

Como foi possível observar, o marco teórico da TCCR fundamenta-se em uma base interdisciplinar sólida e abrangente, que integra diversas abordagens com o objetivo de oferecer uma compreensão profunda e matizada da construção relacional psicossocial humana. A partir de perspectivas filosóficas e sociológicas, como a fenomenologia, o construcionismo social e as abordagens críticas socioculturais, explora-se a interpretação intersubjetiva do mundo e as relações de poder presentes na sociedade.

Por sua vez, abordagens relacionais como a sistêmica, a memética e a bioecológica examinam como as conexões e os espaços comunicacionais cibernéticos entre os indivíduos e seu entorno moldam suas experiências, crenças e comportamentos. Além disso, são incorporadas abordagens psicoterapêuticas como a cognitivo-comportamental e a narrativa, ambas amplamente respaldadas cientificamente na atualidade, permitindo descrever com maior precisão os mecanismos psicológicos que configuram a significação psicoemocional dos sujeitos diante dos diferentes fenômenos da vida cotidiana.

Essa integração de perspectivas multidimensionais permite que a TCCR ofereça uma visão integral e dinâmica de como os seres humanos constroem sua realidade por meio de suas relações, experiências e narrativas de vida.

Em conjunto, essas abordagens teóricas constroem uma base epistemológica e metodológica sólida para a TCCR, ao integrar a experiência subjetiva, a construção social do significado, a construção individual do conhecimento e a capacidade crítica de questionar as estruturas psicossociais dominantes. Essa proposta teórica orienta-se para oferecer uma diretriz de investigação e intervenção psicossocial que seja reflexiva, flexível e adaptativa, reconhecendo tanto a particularidade das experiências humanas quanto a influência do contexto sociocultural na vida das pessoas.

A TCCR, portanto, não se limita a uma perspectiva estática da realidade, mas se fundamenta em uma visão dinâmica, que reconhece a complexidade e a multiplicidade de fatores que afetam o indivíduo e seu entorno.

Por tudo o que foi exposto — e como será possível aprofundar a partir dos próximos capítulos deste livro —, a TCCR se apresenta como uma ferramenta poderosa para a investigação, a análise e a intervenção no Serviço Social, bem como em qualquer outra disciplina que busque uma compreensão integral e profunda da construção relacional psicossocial dos seres humanos.

O foco central dessa teoria defende uma atuação profissional que não apenas seja sensível às particularidades do contexto individual, mas que também esteja orientada à justiça e à equidade social, promovendo o empoderamento dos sujeitos e a desconstrução das estruturas que perpetuam a desigualdade. Ao articular essas abordagens, a TCCR busca gerar um impacto transformador tanto no plano individual quanto no comunitário, fomentando uma práxis capaz de responder aos desafios complexos das realidades contemporâneas e contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa.

4. CONSTRUÇÃO DA PROPOSTA TEÓRICA

A *TEORIA COGNOSSISTÊMICA da Construção Relacional Psicossocial Humana* (TCCR) — doravante também denominada *Teoria Cognossistêmica Psicossocial* ou simplesmente TCCR — não apenas apresenta um novo paradigma para compreender a dinâmica narrativa nos sistemas sociais, como também redefine a forma como as interações humanas estão profundamente enraizadas em estruturas cognitivas e sistêmicas que coexistem e se retroalimentam constantemente.

A metodologia de teorização que sustenta a TCCR reflete um compromisso rigoroso com a compreensão integral desses fenômenos e baseia-se em uma tríade de processos — abdução, dedução e indução — que interagem entre si para construir um marco teórico coerente e aplicável.

A criação desta teoria não é apenas um exercício intelectual, mas um processo vivo, que responde à necessidade de oferecer uma compreensão mais profunda e matizada das relações psicossociais. Em um mundo cada vez mais interconectado e complexo, a TCCR busca explicar como as narrativas humanas, em sua constante interação, não apenas refletem realidades, mas também as moldam e transformam.

Essa abordagem propõe transcender as limitações das teorias tradicionais, apresentando uma visão mais fluida e adaptável das interações intersubjetivas, compreendidas como sistemas cogno-narrativos abertos, que se retroalimentam e evoluem continuamente. Assim, a TCCR não é unicamente uma teoria a ser compreendida, mas sim uma ferramenta para transformar e reconstruir as dinâmicas sociais e pessoais, a partir de uma nova compreensão da construção relacional psicossocial humana.

Esse percurso metodológico não teve apenas o objetivo de construir uma proposta teórica robusta, mas também de oferecer uma nova lente para intervir e transformar as realidades psicossociais, apostando que a TCCR se consolide como uma ferramenta indispensável para os profissionais que buscam compreender e modificar os sistemas narrativos que moldam a experiência humana, dentro da vastidão da complexidade sociocultural contemporânea.

Metodologia de teorização

A construção metodológica da *Teoria Cognossistêmica da Construção Relacional Psicossocial Humana* (TCCR) foi concebida com base em uma abordagem integral que inclui três processos fundamentais na criação desta nova proposta de enfoque teórico. As fases contempladas são as seguintes:

1) A fase de abdução.

2) A fase de dedução.

3) A fase de indução (como desafio futuro, para novas iniciativas de pesquisa).

Cada um desses processos desempenha um papel crucial na formação e consolidação da teoria, contribuindo de forma singular para a elaboração de um marco teórico que não apenas seja coerente e robusto, mas também aplicável e confiável em contextos práticos de intervenção profissional.

Etapa 1: Processo de abdução teórica

O processo de abdução teórica na construção da TCCR representou um passo crucial no desenvolvimento deste novo marco teórico proposto, pois concentrou-se na geração de perguntas e hipóteses investigativas inovadoras, a partir da observação de fenômenos complexos e dinâmicos que não são plenamente explicáveis pelas teorias existentes.

Esse processo difere da indução e da dedução na medida em que não busca generalizar observações nem derivar conclusões lógicas a partir de premissas previamente estabelecidas. Em vez disso, a abdução tem como foco identificar e formular a melhor explicação possível para um conjunto de dados ou fenômenos observados que, de outro modo, careceriam de uma interpretação coerente ou compreensível.

Segundo Magnani e Bertolotti (2017), o raciocínio abdutivo, no contexto investigativo, é um processo que se ativa quando um agente epistêmico se depara com um fato surpreendente e ainda não completamente abordado por alguma explicação científica. Esse processo gera uma hipótese explicativa cuja plausibilidade é objeto de conjectura. O resultado genuíno de uma inferência abdutiva não é necessariamente a veracidade da hipótese, mas sim sua plausibilidade.

A abdução é caracterizada como um processo inferencial não monotônico, o que implica que a conclusão é provisória e passível de revisão à medida que novas informações são obtidas. Além disso, salienta-se que a abdução pode envolver a criação de novos conceitos ou transformações na consciência, sendo um processo comum tanto no campo científico quanto no raciocínio cotidiano.

A lógica abdutiva, nesse sentido, formaliza-se em termos de problemas e soluções abdutivas. Um problema abdutivo surge quando uma determinada fórmula não pode ser derivada da teoria vigente, e a solução abdutiva é definida como a informação adicional que complementa a teoria para explicar o fato observado (Magnani & Bertolotti, 2017).

No contexto da TCCR, a abdução teórica permitiu direcionar a atenção do pesquisador para como os sistemas narrativos influenciam cotidianamente, de forma profunda e multifacetada, a construção das relações psicossociais. Esse processo revelou a existência de padrões e dinâmicas narrativas que as teorias existentes em disciplinas como a psicologia social, a hermenêutica ou o construcionismo social, entre outras, não conseguiam explicar de maneira plena.

Por exemplo, foram identificadas situações em que as narrativas individuais e coletivas não apenas moldavam percepções e relações, mas também interagiam de forma complexa com as estruturas sociais e culturais, adaptando-se e evoluindo em resposta às mudanças no ambiente — e vice-versa.

Um caso claro disso são as organizações, como as empresas, onde narrativas de competitividade pessoal frequentemente entram em conflito com narrativas organizacionais idealizadas, como a do trabalho em equipe. Essas narrativas influenciam diretamente a dinâmica laboral e se transformam conforme a cultura macrossocial da comunidade e do país, bem como a cultura individual e familiar de cada colaborador. Trata-se de um entramado sistêmico que, até o momento, nenhum postulado teórico conseguiu explicar ou abordar com plausibilidade analítica.

Por meio da abdução, passou-se a postular que essas interações não eram meramente anedóticas ou excepcionais, mas sim manifestações de um processo mais amplo e de natureza sistêmica, que exigia uma nova explicação teórica. Essa forma de raciocínio abdutivo foi fundamental para propor que as narrativas poderiam ser compreendidas como "sistemas narrativos", inseridos em um "suprasistema" — de tipo ecossistêmico — mais amplo.

Essa proposição baseia-se na observação empírica constante na prática da intervenção psicossocial, em múltiplas áreas, de que as narrativas não operam de maneira isolada, mas estão inegavelmente interconectadas entre si, sendo capazes de influenciar e ser influenciadas por outros sistemas narrativos, em diferentes níveis psicossociais.

Nesse sentido, a abdução teórica na TCCR também permitiu articular outras propostas explicativas. Por exemplo, foi proposto que as narrativas seriam sistemas organizados que interagem e se adaptam em resposta a crises e mudanças contextuais. Além disso, essas narrativas parecem seguir um ciclo vital e estão em constante retroalimentação com as emoções humanas, as quais, em momentos de crise, reforçam ou transformam tais narrativas.

Observou-se, ainda, que as narrativas possuem uma capacidade sistêmica autopoiética, ou seja, são capazes de autorregular-se sem a necessidade de estímulos externos contínuos, enquanto interagem em múltiplos níveis ecossistêmicos, influenciando-se mutuamente.

Nesse contexto, identificou-se também a existência de plasticidade narrativa e de fricções internarrativas que facilitam os mecanismos de adaptação e evolução do suprassistema, ou Cognossistema, desafiando as narrativas sociais hegemônicas e provocando mudanças em uma espécie de estrutura sociocultural hierárquica, que tende a se formar no interior do suprassistema devido à inércia da busca pelo poder inerente ao ser humano.

Contudo, observou-se igualmente que algumas narrativas, por sua natureza, resistem à mudança e buscam se propagar por meio de veículos de transmissão de significado, os quais permitem a interação e coevolução entre sistemas narrativos, promovendo assim a diversidade narrativa, um elemento-chave para a coesão social.

Em síntese, a etapa de abdução no delineamento da proposta teórica da TCCR constituiu-se como um exercício predominantemente de criatividade intelectual e rigor analítico inferencial, no qual foram formuladas perguntas investigativas e hipóteses (que serão apresentadas posteriormente) capazes de oferecer novas perspectivas sobre as dinâmicas narrativas e seu impacto na construção da realidade psicossocial.

Esse enfoque possibilitou a formulação de uma teoria que não apenas explica os fenômenos observados, mas também abre novas vias para a investigação e a intervenção em contextos psicossociais do Serviço Social, assim como de outras disciplinas das ciências sociais. A TCCR, assim, propõe-se como um marco teórico flexível e adaptável para compreender a complexidade das narrativas humanas.

Etapa 2: Processo de dedução teórica

O processo de dedução teórica na TCCR também foi um passo crucial que se seguiu à formulação de perguntas e hipóteses investigativas do processo de abdução inferencial. Conforme o que foi proposto por Magnani e Bertolotti (2017), o processo abdutivo gera a(s) hipótese(s) inicial(is), enquanto a dedução é utilizada para explorar suas consequências lógicas, prevendo resultados que, mais tarde, poderão ser contrastados por meio de um processo de validação indutiva. Esse ciclo dinâmico de abdução, dedução e indução forma o núcleo do processo de construção e validação teórica na ciência.

Na TCCR, a dedução teórica foi empregada para desenvolver e formalizar os conceitos-chave originados a partir das hipóteses abdutivas, o que permitiu uma organização sistemática e coerente das ideias dentro de um corpo teórico aplicável de maneira lógica e consistente.

Por exemplo, uma vez proposta a hipótese do "Cognossistema", o processo dedutivo possibilitou derivar componentes específicos desse suprassistema narrativo, tais como axiomas ou princípios gerais que sustentam a explicação teórica dessa hipótese, dos quais se desprendem conceitos fundamentais por meio do exercício de deduções lógicas sistemáticas.

Nesse contexto, a dedução teórica na TCCR implicou uma rigorosa precisão na definição dos axiomas ou princípios gerais sobre os quais a teoria se fundamentaria. Axiomas, como por exemplo a ideia de que as narrativas não são entidades estáticas, mas sim processos dinâmicos que organizam a experiência humana, serviram como base para derivar logicamente uma série de elementos e processos dentro do Cognossistema.

A partir disso, foram desenvolvidos conceitos como a "retroalimentação multinível", que sustenta que as narrativas humanas se desenvolvem em uma dinâmica cibernética, interagindo através de múltiplos níveis ecossistêmicos e retroalimentando-se mutuamente. Desse conceito, emergiram subconceitos lógicos como "retroalimentação ascendente", "retroalimentação descendente", e "retroalimentação horizontal", entre outros componentes teóricos incluídos nesta proposta.

Além disso, o processo de dedução permitiu explorar e tentar prever as implicações práticas e teóricas dos componentes derivados. Por exemplo, partindo da noção de retroalimentação circular dentro do Cognossistema, foram deduzidas as dinâmicas de estabilidade e mudança que podem emergir em qualquer tipo de sistema aberto, neste caso, de um "sistema narrativo" humano.

Essa abordagem possibilitou prever como as narrativas podem se reforçar mutuamente ou entrar em conflito, e como essas dinâmicas podem afetar a coesão e a adaptabilidade do sistema como um todo.

O processo dedutivo não apenas estruturou a teoria, como também buscou construir uma coerência interna essencial para sua aplicação na investigação e na prática psicossocial. Ao derivar logicamente as implicações das hipóteses abdutivas, a dedução teórica na TCCR procurou garantir que cada componente da teoria estivesse inter-relacionado e que o marco teórico pudesse ser aplicado de forma consistente em diferentes contextos.

Esse rigor dedutivo é o que se pretende que permita, finalmente, à TCCR não apenas explicar os fenômenos narrativos observados, mas também oferecer ferramentas práticas para intervir na construção relacional psicossocial em ambientes complexos e em constante transformação.

Em definitiva, a etapa dedutiva teórica na TCCR foi fundamental para transformar hipóteses inovadoras em um marco teórico organizado, coerente e aplicável. Por meio da dedução, buscou-se desenvolver uma estrutura lógica que não apenas explicasse como funcionam os sistemas narrativos dentro do Cognossistema, mas que também proporcionasse um conjunto de ferramentas analíticas e práticas para enfrentar a complexidade das narrativas humanas em sua interação com a realidade psicossocial.

Etapa 3: Processo de indução teórica

Por fim, o processo de indução teórica na TCCR representa uma fase crucial para a validação e o refinamento da teoria no futuro. Segundo Magnani e Bertolotti (2017), a indução é utilizada para validar hipóteses e teorias por meio da observação empírica e da acumulação de evidências. Uma vez que o raciocínio abdutivo gera uma hipótese explicativa, e o raciocínio dedutivo explora as consequências lógicas dessa hipótese, o raciocínio indutivo é responsável por confirmar ou refutar essas consequências por meio da observação ou da experimentação. Dessa forma, *a abdução* propõe explicações possíveis, *a dedução* prevê o que se deve observar se a hipótese for correta, e *a indução* verifica se essas previsões são consistentes com a realidade.

Como já foi explicado anteriormente, esse ciclo iterativo é fundamental para o desenvolvimento robusto das teorias científicas.

Nesse sentido, pretende-se que o processo de indução teórica tenha como objetivo comprovar e ajustar os princípios e conceitos da TCCR, derivados das fases anteriores, a partir de dados empíricos e casos práticos que venham a ser gerados ao longo do tempo.

À medida que a teoria for aplicada em contextos reais — como intervenções psicossociais profissionais, análises organizacionais ou estudos culturais —, as observações resultantes permitirão que futuros pesquisadores avaliem a validade ou não dos elementos teóricos propostos.

Por exemplo, ao utilizar a teoria em um contexto específico, como a mediação de conflitos em uma comunidade, as observações sobre a interação das narrativas enquanto sistemas abertos e sobre a influência dos elementos propostos do Cognossistema na resolução desses conflitos poderão conduzir a ajustes e aperfeiçoamentos nos componentes teóricos, garantindo assim sua relevância e precisão empírica.

Esse processo indutivo é especialmente importante para a TCCR, uma vez que se trata de uma teoria baseada na interação dinâmica e em constante evolução das narrativas dentro do Cognossistema. A indução permite observar como esses processos se manifestam na prática, fornecendo informações valiosas para ajustar a teoria.

Por exemplo, se ao aplicar a TCCR em um contexto específico for observado que determinadas dinâmicas narrativas não se comportam conforme o previsto pela teoria, isso leva a uma reavaliação e possível ajuste dos postulados teóricos. Esse tipo de retroalimentação empírica é fundamental para manter a teoria não apenas relevante, mas também flexível e capaz de se adaptar a novas realidades e desafios.

A indução teórica também desempenha um papel fundamental na expansão do alcance da TCCR. À medida que a teoria é aplicada em uma variedade de contextos — desde ambientes clínicos até culturais ou educacionais —, as conclusões gerais extraídas dessas aplicações podem conduzir ao desenvolvimento de novos conceitos ou à reformulação dos já existentes.

Por exemplo, por meio da observação de como as narrativas coletivas se transformam em resposta a crises sociais, os teóricos podem identificar novas dinâmicas ou interações dentro do Cognossistema que antes não haviam sido consideradas, o que enriquece e expande a teoria.

Em resumo, o processo de indução teórica na TCCR é fundamental para a validação, o ajuste e a expansão da teoria no futuro. Ao permitir que as observações empíricas influenciem a evolução da teoria, a indução assegura que a TCCR permaneça não apenas como um marco teórico robusto e científico, mas também como uma ferramenta prática e adaptável para compreender e transformar a realidade psicossocial.

Essa abordagem indutiva reforça a capacidade da TCCR de manter-se relevante em um mundo em constante transformação, oferecendo uma base sólida para a intervenção efetiva em diversos contextos narrativo-relacionais.

Por isso, é fundamental que os profissionais do Serviço Social, juntamente com as universidades e centros de pesquisa, se empenhem em desenvolver estudos e investigações baseados na TCCR. A colaboração entre o campo acadêmico e a prática profissional não apenas permitirá validar e aperfeiçoar os componentes teóricos da TCCR, como também ampliar sua aplicação a novos contextos e desafios psicossociais.

Esse chamado à ação busca promover um diálogo contínuo entre teoria e prática, no qual a pesquisa empírica no Serviço Social impulsione a evolução da TCCR, consolidando-a como uma ferramenta fundamental para a transformação social e a intervenção

eficaz, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e das comunidades.

Conclusão do processo metodológico em geral

Em conclusão, os três processos-chave na construção teórica — *abdução*, *dedução* e *indução* — constituem a espinha dorsal metodológica para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da TCCR. Esses métodos permitirão que a teoria evolua de forma lógica, coerente e, com o tempo, seja validada empiricamente por meio de futuras investigações.

Essa abordagem metodológica assegura que a TCCR ofereça uma contribuição significativa tanto no âmbito teórico quanto prático, apresentando uma nova perspectiva para compreender e abordar as complexas interações psicossociais que moldam a experiência humana no ambiente cognossistêmico. Tudo isso sustentado por um corpo teórico alinhado com os princípios fundamentais e originários do Serviço Social.

Formulação de perguntas e hipóteses abdutivas inferenciais

Construção de perguntas investigativas

1. Existência de um grande conjunto de narrativas socioculturais

Sob a perspectiva da Teoria Geral dos Sistemas (TGS), as narrativas individuais humanas não podem ser compreendidas de forma isolada no âmbito sociocultural, pois todas fazem parte de uma rede de interações dinâmicas. Como apresentado no marco teórico, a TGS, desenvolvida por Bertalanffy (1989), estabelece que todo "sistema aberto" mantém uma relação constante de troca com seu ambiente, o que lhe permite adaptar-se e evoluir.

Esse princípio pode ser aplicado à análise das narrativas humanas, que, assim como os sistemas, existem em um contexto de constante interação e interdependência. As narrativas pessoais, familiares, comunitárias e culturais influenciam-se mutuamente e estão em um processo contínuo de adaptação e reconfiguração, em função das influências que recebem de seu ambiente e das outras narrativas ao seu redor.

Sob essa abordagem, as narrativas podem ser compreendidas como sistemas que evoluem por meio da interação com seu contexto. A ideia central da Teoria Geral dos Sistemas (TGS) é que cada parte de um sistema contribui para o funcionamento e a adaptação do todo.

No caso das narrativas, isso significa que cada história individual se relaciona e se integra com outras narrativas, formando um todo coerente que se adapta continuamente. Essa perspectiva sugere que as experiências individuais estão sempre em diálogo com uma rede mais ampla de significados compartilhados, e que as narrativas se transformam mutuamente à medida que as pessoas interagem e enfrentam novos desafios ou situações contextuais.

Por outro lado, o construcionismo social, especialmente as ideias de Berger e Luckmann (2003), enfatiza que a realidade social é uma construção que emerge da interação entre os indivíduos. Segundo essa perspectiva, os significados atribuídos às experiências pelas pessoas são resultado de um processo coletivo de negociação e validação, o que implica que as narrativas individuais estão entrelaçadas com as narrativas compartilhadas que configuram a realidade social.

As narrativas pessoais se desenvolvem e ganham forma dentro de um contexto cultural e social mais amplo, que lhes confere sentido e legitimidade. Assim, os indivíduos não constroem suas histórias de maneira isolada, mas dependem de um marco cultural e social compartilhado, o qual estabelece os limites e as possibilidades daquilo que pode ser narrado.

Além disso, sob a perspectiva fenomenológica social de Alfred Schütz, entende-se que a experiência humana é estruturada no contexto do mundo da vida cotidiana (Lebenswelt), o qual é formado pelas interações e significados compartilhados que os indivíduos constroem coletivamente. As narrativas que as pessoas constroem para dar sentido às suas vidas não são apenas produtos de experiências pessoais, mas também resultam de um

processo intersubjetivo no qual participam outros indivíduos, bem como as estruturas culturais e sociais que os cercam.

Esse processo de "construção de significados compartilhados" implica que as narrativas individuais estão sempre em relação com as narrativas coletivas, e que ambas se encontram em um processo contínuo de reinterpretação e ajuste.

Por fim, sob uma perspectiva sistêmica e relacional, as narrativas pessoais e coletivas devem ser compreendidas como partes integrantes de um sistema no qual os significados são construídos, mantidos e transformados por meio de um processo de retroalimentação contínua. Cada narrativa contribui com um elemento essencial ao sistema de significados compartilhados, e esse sistema se adapta a novas experiências e mudanças contextuais através da interação entre as diferentes narrativas que o compõem.

Essa visão sugere que não é possível compreender uma narrativa de forma isolada, uma vez que cada narrativa faz parte de uma rede mais ampla de significados, os quais se influenciam e se transformam mutuamente.

Neste contexto, formula-se a seguinte pergunta de exploração:

Pergunta abdutiva 1:

Como as narrativas individuais e coletivas interagem e se reconfiguram em um contexto sistêmico mais amplo?

2. A sociedade como construção narrativa

O construcionismo social, principalmente a partir das contribuições de Berger e Luckmann (2003), oferece uma base sólida para compreender a sociedade como uma construção narrativa. Segundo essa perspectiva, a realidade social não é algo dado ou objetivo, mas constitui-se a partir das interações humanas e dos significados que os indivíduos coletivamente atribuem às suas experiências.

Essa abordagem destaca que a sociedade é composta por uma trama de significados compartilhados, que se mantêm e se transformam por meio da contínua interação entre os indivíduos. Nesse contexto, as narrativas desempenham um papel fundamental como veículos pelos quais as pessoas constroem e sustentam a realidade social.

O conceito de sociedade como construção narrativa implica que as estruturas e os sistemas sociais que os seres humanos percebem como reais são, em grande medida, o resultado de um processo coletivo de construção e validação de narrativas.

Berger e Luckmann afirmam que os seres humanos internalizam certos marcos de referência, ideias e valores por meio do processo de socialização, o que lhes permite situar-se e agir dentro de um determinado contexto social (Berger e Luckmann, 2003). Esses marcos de referência apresentam-se sob a forma de narrativas que explicam como o mundo e a sociedade funcionam, proporcionando um sentido de coerência e estabilidade. Assim, as

narrativas coletivas funcionam como um quadro organizador, estabelecendo o que é considerado legítimo, quais comportamentos são esperados e que significados são atribuídos aos eventos cotidianos.

As narrativas coletivas não servem apenas para dar estrutura e coerência à sociedade, mas também possibilitam a adaptação a mudanças e desafios contextuais.

Assim como um sistema aberto, a sociedade encontra-se em constante intercâmbio de informações e está sujeita a influências externas que provocam a evolução e a transformação de suas estruturas. Sob a perspectiva da teoria dos sistemas, as narrativas coletivas permitem que a sociedade mantenha sua "homeostase", integrando novas experiências e desafios sem perder a coesão interna. Nesse sentido, a capacidade das narrativas de se reconfigurarem e se adaptarem às mudanças é fundamental para a estabilidade e a continuidade da estrutura social. As narrativas coletivas atuam como um tipo de contrato sociocultural que os indivíduos aceitam, seja de maneira consciente ou inconsciente, e que possibilita a coesão social e a vida em comum.

Essa espécie de contrato sociocultural, ao qual os indivíduos se aderem, é composta por uma rede de significados e valores que se sustentam por meio da repetição e da interação. A fenomenologia social de Schütz (2003) complementa esse entendimento ao indicar que a realidade da vida cotidiana está sustentada em um mundo intersubjetivo, onde os significados são construídos através do encontro com os outros.

Nesse contexto, a sociedade configura-se como um cenário no qual as narrativas individuais se integram e contribuem para a construção de uma narrativa compartilhada, que serve como marco de referência para todos os membros da comunidade. Schütz enfatiza que os indivíduos, à medida que interagem, desenvolvem tipificações e esquemas de significado que lhes permitem orientar-se em seu mundo social (Schütz, 1972, 2003; Schütz e Luckmann, 2001). Desse modo, as narrativas coletivas não apenas estruturam a realidade social, mas também facilitam a comunicação e a compreensão entre os indivíduos, ao proporcionarem uma linguagem comum e um conjunto de significados compartilhados.

A flexibilidade das narrativas coletivas permite que a sociedade se adapte continuamente às mudanças no contexto social e cultural. Por tratar-se de um processo em constante construção e reconstrução, a sociedade está sempre aberta à incorporação de novas narrativas, seja a partir de experiências individuais ou de mudanças estruturais mais amplas.

Essa capacidade de adaptação está na base da resiliência social, pois possibilita que a sociedade integre novas experiências e desafios, mantendo ao mesmo tempo uma estrutura coerente e funcional. Dessa forma, as narrativas coletivas proporcionam um equilíbrio dinâmico entre o que está estabelecido e o que emerge, sendo isso fundamental para a manutenção da coesão social.

O construcionismo social, por sua vez, convida à reflexão sobre a natureza das narrativas que configuram a sociedade. Essas narrativas, embora coletivas, não são necessariamente homogêneas nem estão isentas de conflito.

A sociedade é inegavelmente composta por uma pluralidade de narrativas, das quais algumas, conforme se observa no cotidiano, podem ser dominantes e outras subordinadas. As narrativas dominantes, geralmente ligadas a estruturas de poder, são aquelas que definem o que é aceito como "real" e quais são os valores e normas que regem a vida social. No entanto, as narrativas emergentes, que surgem a partir de experiências e grupos menos representados, também desempenham um papel crucial na transformação social,

pois questionam as narrativas dominantes e abrem espaço para novas formas de compreender e organizar a realidade social.

Esse processo de negociação e conflito entre narrativas é fundamental para a evolução da sociedade e para a incorporação de novas perspectivas e vozes no tecido social.

Em conclusão, sob a perspectiva do construcionismo social, a sociedade deve ser compreendida como uma construção narrativa que se sustenta e se transforma por meio da interação entre os indivíduos e as narrativas coletivas que estes desenvolvem e compartilham. Essas narrativas funcionam como um contrato sociocultural, proporcionando coerência e estrutura à realidade social, além de permitir a adaptação contínua às mudanças do entorno. A capacidade das narrativas coletivas de evoluir e se reconfigurar em resposta a desafios contextuais é essencial para a coesão e a resiliência social, pois garante que a sociedade mantenha sua funcionalidade e coerência em um contexto em constante transformação.

Nesse contexto, propõe-se a seguinte pergunta de exploração:

Pergunta abdutiva 2:

Como os constructos narrativos e as estruturas sociais se entrelaçam para formar e sustentar a percepção compartilhada de "sociedade" como uma realidade intersubjetiva em constante adaptação?

3. Narrativas como sistemas abertos

A TGS de Bertalanffy (1989) considera que os sistemas abertos mantêm uma troca contínua de informação, energia e matéria com o ambiente em que se encontram. Esses sistemas são capazes de se adaptar às influências externas e, por meio de um processo de autorregulação, alcançar um equilíbrio dinâmico. Isso lhes permite permanecer operacionais e relevantes (Arnold e Osorio, 1998). Essa característica dos sistemas abertos pode ser aplicada diretamente às narrativas humanas, que funcionam de maneira semelhante: mantêm um diálogo constante com o entorno e se reconfiguram em resposta às mudanças e aos desafios contextuais.

Sob a perspectiva dos sistemas abertos, as narrativas podem ser compreendidas como entidades dinâmicas que não estão fechadas nem isoladas. Pelo contrário, são permeáveis e receptivas à influência externa. Cada narrativa individual é construída em função da interação com outras narrativas e com o contexto cultural, social e material no qual se desenvolve. Esse processo de intercâmbio contínuo permite que as narrativas se atualizem e se transformem, mantendo sua coerência e relevância diante de novas experiências e desafios. Dessa forma, as narrativas atuam como sistemas organizados de significados, que permitem aos indivíduos estruturar sua percepção do mundo e dar sentido às suas experi-

ências. Por meio desse intercâmbio constante, as narrativas não apenas transmitem informação, mas também funcionam como filtros e organizadores da experiência humana, possibilitando que os indivíduos compreendam seu lugar no mundo e ajam em conformidade.

O caráter aberto das narrativas também se manifesta na capacidade que elas têm de se adaptar e evoluir. Na teoria dos sistemas, a adaptação é um processo essencial para a sobrevivência e evolução dos sistemas abertos (Arnold e Osorio, 1998). Da mesma forma, as narrativas humanas se adaptam a novas circunstâncias, mudando e se reorganizando em função das influências do ambiente. Essa capacidade de adaptação está na base da resiliência narrativa, pois permite que as pessoas reinterpretem suas histórias pessoais à luz de novas experiências e mudanças no contexto social. Nesse sentido, as narrativas não são estruturas rígidas nem imutáveis. Estão em constante evolução, reconfigurando-se para incorporar novos significados e experiências. Esse processo de adaptação é fundamental para a construção da identidade pessoal, pois possibilita que os indivíduos integrem experiências passadas e presentes em uma narrativa coerente e significativa.

O construcionismo social, por outro lado, oferece uma compreensão complementar das narrativas como sistemas abertos. Sob essa perspectiva, os significados que as pessoas atribuem às suas experiências não são individuais nem estáticos, mas são construídos por meio da interação com os outros (Berger e Luckmann, 2003). Nessa linha, é evidente que as narrativas humanas se desenvolvem e se modificam no contexto das relações interpessoais e sociais, onde os indivíduos negociam e validam os significados compartilhados. Essa construção intersubjetiva da realidade implica que as narrativas estão em constante estado de fluxo e mudança, dependendo das interações sociais e das transformações no contexto cultural. A realidade social, portanto, é um processo em contínua construção e desconstrução, no qual as narrativas pessoais e coletivas se influenciam mutuamente e se reorganizam para responder a novas situações e desafios. Esse processo de construção de significados compartilhados ressalta a natureza aberta e flexível das narrativas, que permite aos indivíduos e grupos adaptar suas histórias e crenças às condições mutáveis do ambiente social.

A fenomenologia social também oferece uma dimensão importante para compreender o caráter aberto das narrativas. Schütz (2003) sustenta que a experiência humana está sempre situada em um contexto de relações intersubjetivas, nas quais as pessoas constroem seus significados a partir da interação com os outros. A narrativa, sob essa abordagem, não é simplesmente uma expressão individual. Desenvolve-se no contexto do "mundo da vida" (lebenswelt), um âmbito intersubjetivo onde os significados são construídos e compartilhados coletivamente. As narrativas, assim como os sistemas abertos, estão sujeitas a influências externas e transformam-se continuamente à medida que as pessoas interagem e reinterpretam suas experiências com base em novos contextos e relações. Esse processo de constante reinterpretação e ajuste é essencial para a compreensão da realidade social e para a construção de uma identidade coerente e significativa.

O caráter aberto das narrativas também se reflete em sua capacidade de integrar e reconciliar experiências contraditórias ou novas. À medida que os indivíduos enfrentam novos desafios ou situações que não se encaixam em suas narrativas preexistentes, essas narrativas precisam ser ajustadas para acomodar as novas experiências. Esse processo de ajuste e reconfiguração é uma manifestação da flexibilidade inerente aos sistemas abertos e é crucial para manter sua coerência e continuidade (Arnold e Osorio, 1998). A capacidade das narrativas de incorporar novas experiências e reorganizar seus componentes internos

permite que os indivíduos mantenham um senso de coerência e estabilidade, mesmo em meio à mudança. Assim, a narrativa atua como um sistema aberto que possibilita aos indivíduos integrar novas experiências, reorganizar seus significados e manter um senso de continuidade em suas vidas.

Em conclusão, as narrativas, enquanto sistemas abertos, caracterizam-se por sua capacidade de interagir com o ambiente, adaptar-se às mudanças e evoluir à medida que as pessoas enfrentam novas experiências e desafios. Esse processo de interação, retroalimentação e reconfiguração constante é fundamental para a construção de significados e para a adaptação dos indivíduos a um contexto social em permanente transformação. A partir da TGS e do construcionismo social, pode-se afirmar que as narrativas humanas são sistemas dinâmicos e flexíveis, que permitem aos indivíduos estruturar sua experiência, dar sentido às suas vidas e adaptar-se às mudanças contextuais. A capacidade das narrativas de atuar como sistemas abertos é essencial para a construção da identidade pessoal e para a compreensão da realidade social.

Nesse contexto, propõe-se a seguinte pergunta de exploração:

Pergunta abdutiva 3:

Como se estrutura uma narrativa humana como um sistema aberto e organizado, que não apenas comunica informação, mas também dá forma à percepção da "realidade"?

4. Ciclo de vida dos sistemas narrativos

O processo de mudança e adaptação das narrativas pode ser analisado de forma eficaz a partir da TGS e do construcionismo social, perspectivas que permitem observar como as narrativas humanas evoluem e se ajustam em função de seu contexto. As narrativas, enquanto sistemas organizados de significado, não são elementos fixos. Pelo contrário, estão sujeitas a um desenvolvimento contínuo, que as leva a se transformar e se adaptar em resposta a novas experiências e às mudanças em seu ambiente. Esse processo é fundamental para compreender como os significados compartilhados, estruturados por meio de narrativas, mantêm sua relevância e permitem que os indivíduos e as comunidades se adaptem a condições mutáveis.

A partir do referencial da teoria dos sistemas, entende-se que qualquer sistema aberto deve ser capaz de trocar informações e ajustar-se às influências do ambiente para conservar sua funcionalidade. Por sua vez, Prigogine e Stengers (1984) afirmam que os sistemas abertos não evoluem de maneira linear, mas por meio de uma série de "ciclos" de ordem e desordem. Esses ciclos, segundo os autores, são essenciais para a evolução e sobrevivência dos sistemas abertos. Outro autor, Miller (1978), também contribuiu para essa ideia por meio de sua visão sobre os "ciclos vitais" pelos quais passariam os sistemas vivos

em geral, experimentando etapas de nascimento, crescimento, maturidade e declínio. Essa visão pode ser aplicada às narrativas humanas, que surgem como respostas a situações específicas nas quais os indivíduos buscam dar sentido à sua experiência. Por exemplo, em suas fases iniciais, uma narrativa é construída na tentativa de interpretar e explicar eventos que carecem de uma estrutura estável de significado, oferecendo uma organização coerente que permita aos indivíduos situar-se em um contexto de referência mais amplo. Nessa fase de surgimento, a narrativa desenvolve-se de forma instável e flexível, ajustando-se por meio da validação e da reinterpretação coletiva à medida que toma forma.

Nessa lógica, o desenvolvimento consequente das narrativas implica um processo de consolidação, no qual elas se fortalecem por meio de seu uso recorrente e da aceitação social. Nessa fase, a narrativa se organiza e estabelece padrões consistentes de significado, permitindo que os indivíduos e os grupos a interpretem como um referencial confiável para compreender suas experiências. O construcionismo social é especialmente relevante nesse ponto, pois enfatiza a importância da interação e da validação social na construção de significados (Berger e Luckmann, 2003). À medida que uma narrativa é utilizada e compartilhada, ela adquire um caráter estabilizador dentro do grupo, tornando-se uma ferramenta comum para compreender e estruturar as experiências individuais e coletivas. Esse processo de consolidação fortalece a narrativa, conferindo-lhe uma relevância que a transforma em um elemento central de coesão e pertencimento.

Em sua fase de estabilidade, uma narrativa torna-se um referencial amplamente reconhecido, que orienta as percepções e os comportamentos dos indivíduos dentro de um contexto social. Esse ponto de estabilidade não significa que a narrativa seja completamente rígida ou estática, mas implica que ela alcançou um nível de legitimidade e aceitação que lhe permite atuar como uma "verdade compartilhada" ou uma estrutura normativa dentro do grupo. A fenomenologia social de Schütz contribui para a compreensão dessa fase ao apontar que os indivíduos internalizam esquemas narrativos e tipificações que lhes permitem agir no mundo de maneira previsível e significativa (Schütz e Luckmann, 2001). Nessa etapa, a narrativa se consolida como um guia estruturante, que oferece aos indivíduos uma "percepção estável" da realidade e uma forma coerente de interagir com seu entorno.

No entanto, a mudança nas narrativas é inevitável quando elas começam a perder sua capacidade de dar conta de novas experiências e de responder a desafios contextuais emergentes. À medida que a sociedade e as experiências individuais se transformam, as narrativas podem deixar de ser úteis ou relevantes. A teoria dos sistemas postula que a incapacidade de um sistema de se adaptar às mudanças externas resulta na perda de sua funcionalidade (Minuchin, 2004), o que é igualmente aplicável às narrativas. Quando uma narrativa já não é capaz de explicar adequadamente a realidade percebida, ela passa a ser questionada e, eventualmente, pode ser substituída por novas estruturas de interpretação que atendem melhor às necessidades do momento. Embora algumas narrativas possam resistir à mudança devido ao seu enraizamento cultural ou à inércia social, acabam sendo forçadas a se transformar, caso queiram manter seu significado e sua relevância.

A fase de renovação ou reestruturação das narrativas é um processo no qual elas se reconfiguram para integrar novos significados e se adaptar às condições atuais. Nessa fase, as narrativas incorporam influências externas e são reinterpretadas à luz de novas experiências, o que permite que evoluam e se mantenham funcionais. A capacidade das narrativas de se abrirem à transformação é fundamental para sua resiliência, pois permite que se reorganizem em resposta às mudanças sociais e culturais. O construcionismo social ressalta

que as narrativas não são entidades imutáveis, mas estão em constante construção e desconstrução, de acordo com os contextos e as relações sociais que lhes dão forma. Nesse processo de renovação, os indivíduos e as comunidades reinterpretam suas experiências e reorganizam suas narrativas, criando novas versões que refletem sua realidade presente.

Em resumo, o processo de mudança e adaptação das narrativas reflete a natureza dinâmica da experiência humana e a necessidade constante de atribuir sentido à realidade em condições diversas. Cada fase desse processo — desde o surgimento até a reestruturação — representa um momento em que as narrativas se relacionam com o contexto e se adaptam para manter sua coerência e relevância. A evolução das narrativas é, em última instância, um reflexo da capacidade humana de reinterpretar sua experiência e adaptar-se às circunstâncias mutáveis, o que é essencial tanto para a construção da identidade pessoal quanto para a coesão social. Nesse sentido, as narrativas, como sistemas em transformação contínua, são uma ferramenta fundamental para a adaptação e a resiliência, oferecendo aos indivíduos e às comunidades uma forma de organizar sua experiência e manter um senso de propósito e significado ao longo do tempo.

Nesse contexto, propõe-se a seguinte pergunta de exploração:

Pergunta abdutiva 4:

Quais dinâmicas e condições, tanto internas quanto externas, influenciam o desenvolvimento do ciclo de vida dos sistemas narrativos humanos?

5. Retroalimentação emocional-narrativa

Sob a perspectiva da psicologia cognitiva, as emoções estão intimamente ligadas aos significados que os indivíduos atribuem às suas experiências (Beck et al., 2010). Nesse sentido, as narrativas — que são, em termos simples, crenças em forma de relatos — funcionam como molduras organizadoras de significado, influenciando a interpretação emocional dos eventos. Quando uma pessoa constrói uma narrativa em torno de uma experiência, o sentido atribuído a esse acontecimento determina a emoção que sentirá em relação a ele. Por exemplo, uma experiência desafiadora pode ser enquadrada como um passo no desenvolvimento pessoal, gerando emoções de resiliência; ou pode ser interpretada como uma derrota, provocando frustração. Esse processo revela como as narrativas oferecem um contexto no qual as emoções encontram expressão e organização coerente.

Por sua vez, no campo do construtivismo social, observa-se que as emoções são moldadas pelas expectativas e normas culturais. As narrativas coletivas fornecem os marcos interpretativos que orientam a expressão emocional em contextos específicos. Por meio da socialização, os indivíduos aprendem a interpretar suas emoções de acordo com esses marcos, alinhando-se, assim, às normas culturais da comunidade. Por exemplo, o luto ou o sucesso podem ser vivenciados com expressões emocionais particulares, dependendo do

contexto narrativo compartilhado em que estão inseridos. Dessa forma, as narrativas culturais não apenas atribuem sentido às emoções, mas também regulam sua expressão em função das expectativas do grupo.

Nesse sentido, a abordagem teórica narrativa — particularmente a terapia narrativa — permite uma compreensão mais matizada dessa retroalimentação emocional-narrativa. A terapia narrativa, proposta por Michael White e David Epston (1993), postula que os indivíduos constroem sua identidade e compreensão da vida por meio de histórias pessoais, que não são meros relatos, mas estruturas organizadoras de significado. Na prática terapêutica, o processo de externalização permite que as pessoas se distanciem emocionalmente de seus problemas, visualizando-os como aspectos separados de sua identidade. Essa técnica possibilita que os indivíduos modulem suas respostas emocionais ao compreenderem que o problema não é uma parte fixa de sua identidade, mas algo com o qual podem interagir a partir de uma nova perspectiva.

A terapia cognitiva narrativa de Gonçalves (2002) enfatiza a importância de reorganizar narrativas disfuncionais que limitam o processamento emocional e o bem-estar. A narrativa é vista como a matriz organizadora do conhecimento, que permite aos indivíduos integrar e ressignificar experiências passadas em um quadro de coerência e significado. Nesse processo, o terapeuta auxilia na construção de novas formas de compreensão, o que facilita a transformação emocional. Essa co-construção de narrativas possibilita ao cliente ressignificar experiências, enriquecendo sua identidade narrativa e favorecendo um maior senso de autoria sobre sua vida.

Por outro lado, a abordagem cognitiva pós-racionalista de Vittorio Guidano (1994) contribui com a ideia de que os indivíduos reorganizam suas experiências emocionais dentro de uma narrativa coerente para estabilizar seu senso de identidade. Segundo essa abordagem, as emoções não são meras reações automáticas, mas formas complexas de conhecimento que influenciam profundamente a percepção e o sentido que as pessoas atribuem ao mundo. As estruturas narrativas que compõem a identidade incluem componentes emocionais, afetivos e sensoriais que nem sempre estão refletidos nas histórias de vida individuais. Esses elementos emocionais enriquecem a experiência humana, proporcionando uma profundidade que transcende o simples conteúdo narrativo (Balbi, 2004).

Essa abordagem também destaca que as emoções regulam tanto o pensamento quanto a ação, funcionando como um sistema que facilita a adaptação e a sobrevivência. As emoções não apenas determinam os objetivos, mas também impulsionam a organização mental e o comportamento. Nessa perspectiva pós-racionalista, as emoções são consideradas essenciais para o autoconhecimento e a mudança pessoal, constituindo a base sobre a qual cada indivíduo organiza seus significados pessoais e constrói sua identidade autoconsciente (Balbi, 2004). A terapia pós-racionalista, consequentemente, busca ajudar os indivíduos a reorganizar suas experiências para integrar melhor suas emoções e alcançar uma narrativa estável e funcional, que lhes permita gerenciar suas emoções de forma construtiva.

Por fim, na abordagem fenomenológica, as emoções não são apenas respostas biológicas, mas atos de relação que se corporificam no contexto intersubjetivo. Para Merleau-Ponty, as emoções conectam o indivíduo ao seu entorno, atribuindo sentido à sua experiência vivida por meio de uma percepção direta e pré-reflexiva (Merleau-Ponty, 1993, 2002). Com base nessa visão, pode-se inferir que as emoções e a narrativa da experiência se influ-

enciam mutuamente: uma emoção intensa pode reforçar uma narrativa preexistente, consolidando uma interpretação implícita do mundo; enquanto situações de dissonância emocional podem levar à necessidade de reconfigurar essa narrativa para integrar a emoção em uma história coerente e significativa.

Em conclusão, a retroalimentação emocional-narrativa parece ser um processo bidirecional, no qual ambas se moldam mutuamente, estruturando a percepção da realidade e da identidade. As narrativas funcionam como organizadoras das emoções, permitindo que estas sejam enquadradas dentro de uma história que lhes confere sentido e direção, enquanto as emoções atuam como forças que reforçam ou transformam as narrativas. Essa interação é fundamental para o bem-estar e a adaptação psicossocial, pois permite que indivíduos e comunidades processem a realidade de forma coerente, enriquecendo a construção de significado na vida cotidiana.

Nesse contexto, propõe-se a seguinte pergunta de exploração:

Pergunta abdutiva 5:

Como se manifesta a retroalimentação entre emoções e narrativas, e de que maneira essa interação afeta a estabilidade e a evolução das narrativas em diferentes contextos psicossociais?

6. Emoções como agentes de mudança narrativa

Como se viu anteriormente, sob a perspectiva teórica, as emoções são um componente essencial na construção e transformação das narrativas, pois atuam como forças dinâmicas que podem reforçar ou desafiar as interpretações que os indivíduos e as comunidades têm de suas experiências. Por meio da interação entre emoções e narrativas, as pessoas não apenas organizam sua compreensão do mundo, mas também adaptam suas histórias pessoais e coletivas em função das experiências emocionais que enfrentam. As emoções, portanto, não são simplesmente respostas a eventos específicos, mas tornam-se agentes ativos de mudança narrativa, capazes de provocar ajustes na forma como os indivíduos e as comunidades estruturam e reinterpretam suas histórias.

Nesse sentido, segundo a abordagem narrativa de Bruner, as emoções não apenas acompanham o relato de experiências, mas são elementos estruturais que atribuem sentido à narrativa, facilitando a criação de um quadro coerente que permite às pessoas ordenar e processar suas vivências. As emoções, por estarem intrinsecamente ligadas ao processo narrativo, fornecem uma base afetiva que reforça a autenticidade e a profundidade das histórias pessoais e coletivas (Bruner, 1991). De acordo com o autor, ao estruturar as emoções dentro das narrativas, as pessoas não apenas conseguem atribuir sentido a experiências complexas, mas também encontram maneiras de superar adversidades, ao reinterpretar e revalorizar eventos difíceis dentro de um contexto emocionalmente significativo (Bruner,

1996). Assim, as emoções não apenas conferem cor às experiências, mas também são pilares na construção de significados pessoais, transformando-se em ferramentas ativas para o enfrentamento e a resiliência.

Seguindo essa mesma lógica, na psicologia cognitiva pós-racionalista, entende-se que as emoções estão intimamente relacionadas aos significados que os indivíduos atribuem às suas experiências e influenciam a forma como interpretam e narram sua realidade. Uma emoção intensa pode desencadear um processo de reavaliação no qual os indivíduos reconsideram as interpretações que deram a certos eventos, gerando uma mudança em suas narrativas pessoais (Balbi, 2004). Por exemplo, uma experiência traumática ou significativa pode desafiar uma narrativa de segurança e estabilidade, gerando emoções que obrigam o indivíduo a reconfigurar sua interpretação do mundo para integrar essa nova experiência. Esse processo de mudança narrativa impulsionado por emoções intensas reflete a capacidade das narrativas de se adaptar e evoluir em resposta a mudanças emocionais significativas.

Por sua vez, e de forma complementar, a terapia cognitiva narrativa propõe que as emoções podem atuar como catalisadores que impulsionam a mudança em narrativas disfuncionais ou limitantes. Por meio da exploração e ressignificação das emoções em um contexto terapêutico, os indivíduos podem transformar suas crenças e narrativas, modificando as interpretações anteriores de suas experiências (Gonçalves, 2002). Essa transformação emocional, promovida no ambiente terapêutico, permite a construção de uma narrativa renovada, que reflete um maior senso de aceitação e força diante de experiências difíceis. A reorganização da narrativa em função das emoções torna-se, assim, uma estratégia terapêutica que possibilita aos indivíduos construir significados mais positivos e funcionais.

Por fim, sob a perspectiva do construtivismo social, pode-se inferir que as emoções não apenas afetam as narrativas individuais, mas também influenciam as narrativas compartilhadas dentro de uma comunidade. As emoções coletivas, como o medo, a esperança ou a indignação, podem tornar-se agentes de mudança que alteram as narrativas dominantes ou geram novas formas de compreender a realidade compartilhada. É facilmente observável no cotidiano que, em contextos de crise ou de mudança social, as emoções coletivas tendem a catalisar a reconfiguração dos marcos interpretativos que as pessoas utilizam para entender sua realidade, permitindo o surgimento de novas narrativas que refletem as experiências e expectativas compartilhadas no contexto presente. Um exemplo claro desse fenômeno pôde ser observado durante a pandemia de COVID-19. Em meio à crise sanitária global, muitas comunidades vivenciaram uma profunda mudança na forma como interpretavam sua vida cotidiana e suas relações sociais. A incerteza, o medo e a solidariedade coletiva que emergiram durante o confinamento transformaram as percepções sobre o que significa segurança, bem-estar e conexão com os outros (Pawar, 2021).

Nessa lógica, as emoções também podem atuar como elementos disruptores da narrativa estabelecida, gerando tensões que levam ao questionamento das histórias pessoais e coletivas previamente assumidas. Quando as emoções não se encaixam na narrativa existente, podem provocar uma dissonância que obriga os indivíduos a reavaliar suas interpretações e a reorganizar sua narrativa para integrar a nova experiência emocional. Esse processo de ajuste narrativo torna-se um mecanismo que facilita a adaptação e a resiliência, permitindo que indivíduos e comunidades mantenham uma percepção coerente da realidade, mesmo em momentos de mudança. Por exemplo, uma emoção intensa, como a dor

ou a perda, pode desestabilizar uma narrativa de controle e segurança, forçando a pessoa a construir uma nova interpretação que inclua e acomode essa experiência.

Em conclusão, é evidente que as emoções atuam como agentes de mudança narrativa ao desafiar e transformar as estruturas interpretativas com as quais os indivíduos e as comunidades organizam sua compreensão da realidade. As emoções não apenas acrescentam uma dimensão experiencial às narrativas, mas também podem tornar-se motores de mudança que permitem às pessoas adaptar e renovar suas histórias pessoais e coletivas. A capacidade das emoções de reconfigurar as narrativas em função de experiências novas ou intensas é essencial para a construção de significado, a adaptação às mudanças e a formação de uma identidade coerente, oferecendo aos indivíduos e às comunidades uma ferramenta poderosa para processar a realidade de forma significativa.

Nesse contexto, propõe-se a seguinte pergunta de exploração:

Pergunta abdutiva 6:

Como as emoções, especialmente em momentos de crise, atuam como impulsionadoras para a modificação de narrativas e a construção de novas interpretações da realidade?

7. Autopoiese narrativa

O conceito de autopoiese, originado na teoria dos sistemas e desenvolvido pelos biólogos chilenos Humberto Maturana e Francisco Varela, descreve a capacidade de um sistema de auto-organizar-se e manter-se coerente sem a necessidade de estímulos externos contínuos. Esse princípio de auto-organização pode ser aplicado à análise das narrativas humanas, que atuam como sistemas que constroem e mantêm significados internamente coerentes para estruturar a identidade e a percepção da realidade. Nessa lógica, as narrativas não dependeriam apenas de influências externas, mas teriam um grau de autonomia que lhes permite auto-sustentar-se e evoluir em função de seus próprios elementos e processos internos; um fenômeno que poderia ser descrito como autopoiese narrativa.

Sob o referencial da teoria dos sistemas, um sistema autopoiético é aquele que contém em si mesmo os elementos necessários para sua continuidade, organizando-se de forma autorreferencial para produzir e reproduzir seus componentes em um processo interno (Maturana e Varela, 1997). No caso das narrativas, essa autorreferencialidade observa-se na capacidade das pessoas de dar continuidade às suas histórias pessoais por meio da reinterpretação e do ajuste de experiências e significados que já existem dentro da própria narrativa. Estas atuam como sistemas que se autorregulam, integrando novas experiências de forma a manter a coerência e a continuidade da identidade, evitando rupturas significativas na percepção de si mesmas e do mundo. Assim, a autopoiese narrativa per-

mite que os indivíduos se adaptem a mudanças sem perder o senso de continuidade, reorganizando internamente os significados para que cada nova experiência tenha um lugar dentro da narrativa estabelecida.

O construcionismo social enfatiza que o conhecimento e a realidade são construídos em um processo contínuo de interação e acordos sociais (Berger e Luckmann, 2003). No entanto, essa abordagem também reconhece que, uma vez internalizadas, as narrativas podem funcionar de forma autônoma na mente do indivíduo, operando como sistemas autopoiéticos que estruturam sua identidade e compreensão do mundo. Embora as narrativas se desenvolvam inicialmente em um contexto social e cultural, os indivíduos são capazes de sustentar e adaptar essas narrativas internamente, criando uma realidade subjetiva que mantém sua coerência ao longo do tempo. Esse processo autopoiético permite que as pessoas integrem suas experiências dentro de um quadro de sentido, alcançando uma estabilidade interna que lhes permite agir de forma consistente em seu ambiente social, sem necessitar de uma validação contínua de seus significados.

No âmbito da autopoiese sistêmica, a linguagem é concebida como a grande ponte entre essas duas dimensões: a individual e a social. Ela é entendida não apenas como um meio de comunicação, mas como um poderoso mecanismo estruturador que define os limites de um sistema e possibilita a preservação de sua organização interna. Sob essa perspectiva, a linguagem não apenas transmite informação; também gera e sustenta as realidades sociais nas quais está inserida (Luhmann, 1998). As narrativas, como sistemas humanos, operam por meio da linguagem, estruturando e reproduzindo os quadros que configuram as percepções e significados compartilhados. Isso sugere que as narrativas são essenciais para a autogeração e evolução dos sistemas, pois são veículos de sentido que moldam o ambiente simbólico desses sistemas. Em consonância com essa visão, Maturana e Varela afirmam que a linguagem desempenha um papel constitutivo na construção de realidades compartilhadas, sendo, portanto, um pilar fundamental na autopoiese dos sistemas humanos (Maturana e Varela, 2003).

Sob essa lógica, os sistemas autopoiéticos distinguem-se por sua capacidade de estabelecer fronteiras internas que os separam de seu entorno. Nos sistemas sociais, essas fronteiras são construídas e mantidas por meio da linguagem, que funciona como um recurso fundamental para definir quais elementos pertencem ao sistema e quais não (Luhmann, 1998). Maturana e Varela sustentam que a linguagem não apenas delimita o sistema, mas também estabelece as regras e normas que regulam seu funcionamento (Maturana e Varela, 1997). Essa função da linguagem, ao criar e manter fronteiras, é essencial para a autopoiese, pois permite que os sistemas sociais se adaptem e evoluam sem perder sua identidade fundamental.

Por outro lado, a autopoiese, sob uma abordagem cognitiva, é entendida como um processo no qual a linguagem desempenha um papel crucial na criação de significado. Maturana e Varela explicam que a cognição surge como uma função intrínseca na autopoiese dos seres vivos, sendo a linguagem algo que vai além da simples comunicação, tornando-se um sistema cognitivo que organiza e atribui sentido às experiências (Maturana e Varela, 2003). Nessa linha, a construção de significado é indispensável para a autopoiese, pois, por meio da linguagem, tanto indivíduos quanto sistemas sociais conseguem compreender e estruturar sua realidade.

Considerando a narrativa como um sistema humano, a linguagem cumpre, então, uma função essencial ao definir, conservar e modificar as fronteiras que sustentam a identidade dos sistemas autopoiéticos. Esse mecanismo permite que eles se adaptem às mudanças no ambiente e evoluam sem perder sua essência. Nos sistemas sociais, a linguagem não apenas assegura a continuidade de suas estruturas internas, mas também abre caminho para a criação de novas realidades por meio do intercâmbio simbólico e comunicativo (Luhmann, 1998). Com base no que foi proposto por Maturana e Varela, pode-se inferir que a linguagem não apenas sustenta as sociedades, mas também lhes permite construir e renovar suas narrativas compartilhadas, reforçando, assim, sua natureza autopoiética e sua capacidade de moldar o significado em uma interação dinâmica com o ambiente.

Sob a perspectiva das abordagens psicoterapêuticas, a autopoiese narrativa manifesta-se na capacidade dos indivíduos de construir e manter narrativas que sustentem sua identidade e permitam a continuidade de seu senso de si mesmos (Guidano, 1994), mesmo em meio a experiências difíceis ou transformadoras. A terapia narrativa e a psicoterapia cognitiva narrativa ressaltam que os indivíduos, por meio de suas histórias pessoais, criam um quadro de sentido no qual suas experiências encontram coerência e significado (White, 2016; Gonçalves, 2002). Essa capacidade auto-organizativa permite que as pessoas internalizem valores, crenças e percepções, que se integram na narrativa, gerando um sistema autorreferencial que organiza e sustenta sua identidade. No âmbito terapêutico, a autopoiese narrativa torna-se, portanto, um recurso fundamental para trabalhar as experiências dos clientes, pois facilita um processo de reinterpretação da realidade que possibilita integrar experiências difíceis em uma narrativa coerente e resiliente.

A autopoiese narrativa também explica por que certas narrativas podem resistir à mudança, apesar das influências externas. Como elas se auto-organizam e mantêm sua coerência por meio de processos internos, muitas vezes é necessário um evento emocionalmente significativo ou uma intervenção externa intensa para provocar uma mudança em sua estrutura. Esse mecanismo autorreferencial faz com que as narrativas tendam a conservar sua estabilidade, reforçando-se por meio de um processo de repetição interna e de reinterpretação das experiências de forma a ajustá-las à narrativa existente. Essa resistência à mudança é fundamental para compreender como as narrativas estruturam a identidade de maneira estável, proporcionando um senso de continuidade e coesão que permite que as pessoas ajam e se percebam de forma consistente ao longo do tempo.

Em conclusão, observa-se que a autopoiese narrativa é um processo de auto-organização que permite às pessoas manter e adaptar suas histórias pessoais e coletivas de forma autônoma e autorreferencial. Por meio desse processo, as narrativas não apenas integram novas experiências, mas também garantem a estabilidade e a coerência da identidade e da percepção da realidade. Essa capacidade autorregulativa é fundamental para a adaptação psicossocial, pois possibilita que indivíduos e comunidades construam e sustentem significados ao longo do tempo, promovendo uma continuidade da experiência e um senso de identidade estável. Nessa linha, a autopoiese narrativa representa uma ferramenta poderosa para a construção de sentido, oferecendo um quadro que organiza a experiência e permite que indivíduos e comunidades enfrentem as mudanças e os desafios de seu ambiente sem perder sua estrutura identitária básica.

Nesse contexto, propõe-se a seguinte pergunta de exploração:

Pergunta abdutiva 7:

De que maneira a autopoiese permite que as narrativas se auto-organizem, mantenham sua coerência de forma autônoma e, ao mesmo tempo, facilitem sua inter-relação com outras narrativas no ambiente?

8. Multiníveis narrativos

A noção de multiníveis narrativos surge de uma abordagem teórica ampla que integra a fenomenologia, o construcionismo social, a TGS e, de forma especialmente relevante, o modelo bioecológico de Urie Bronfenbrenner. Cada um desses referenciais oferece ferramentas conceituais fundamentais para compreender como as narrativas operam em diferentes níveis e contextos psicossociais. Nesse contexto, é evidente que as narrativas individuais não existem de forma isolada, mas estão imersas em uma teia complexa de narrativas familiares, comunitárias, organizacionais e culturais, que interagem de forma contínua e dinâmica. Essa estrutura narrativa multinível possibilita que os sujeitos construam sua identidade dentro de um contexto de significados compartilhados, oferecendo, ao mesmo tempo, estabilidade e flexibilidade na interpretação de suas experiências.

Parte-se da premissa, com base nos princípios da TGS, de que qualquer sistema complexo, como os sistemas narrativos humanos, é constituído por subsistemas organizados em uma hierarquia que facilita a adaptação por meio da retroalimentação (Arnold e Osorio, 1998). Aplicado ao campo das narrativas, esse princípio sistêmico permite compreender que as histórias pessoais, ao funcionarem como sistemas complexos, sempre se configuram em interação com narrativas de diferentes níveis, como as narrativas familiares ou culturais, que oferecem contexto e significado. Cada nível desempenha uma função específica e integra-se aos demais, formando um sistema cibernético de significados; ou seja, uma estrutura hierarquizada de sistemas e subsistemas interdependentes e em constante interação. Essa hierarquia sistêmica possibilita que tanto as narrativas individuais quanto as coletivas mantenham coerência interna, adaptando-se às mudanças que ocorrem nos níveis superiores ou inferiores da rede narrativa.

Nessa mesma linha, sob a perspectiva bioecológica, amplia-se ainda mais essa compreensão ao propor que os indivíduos desenvolvem sua identidade e compreendem sua realidade por meio de uma série de sistemas ambientais inter-relacionados: o microssistema, o mesossistema, o exossistema e o macrossistema (Bronfenbrenner, 1987). Sob essa abordagem, cada tipo de narrativa pode ser inferido como um nível sistêmico — ou camada ecossistêmica narrativa — psicossocial, que influencia e é influenciado pelas experiências tanto individuais quanto coletivas. O microssistema, por exemplo, que representa o contexto imediato de interações individuais, é o espaço onde se formam as narrativas pessoais

em contato direto com a família, os amigos e outros atores significativos. À medida que os indivíduos interagem no mesossistema, as narrativas pessoais entrelaçam-se com outras narrativas em diferentes contextos, como a escola ou o trabalho, integrando experiências que ampliam seu senso de identidade.

No exossistema, as narrativas são influenciadas por estruturas e instituições externas que, embora não interajam diretamente com o indivíduo, afetam sua vida cotidiana. Assim, políticas institucionais ou valores organizacionais impactam as narrativas pessoais, mesmo que o indivíduo não esteja ativamente envolvido nesses sistemas. Por fim, no macrossistema, que abrange a cultura e os valores da sociedade, as narrativas culturais estabelecem quadros interpretativos amplos que orientam as percepções e os valores dos indivíduos em todas as demais camadas do sistema. A influência do macrossistema sobre as narrativas individuais permite que estas se estruturem dentro de um referencial cultural que define normas e expectativas compartilhadas, coesionando a identidade do indivíduo dentro de uma realidade culturalmente significativa.

Essa ideia de estrutura multinível permite explicar como cada ecossistema narrativo interage com os demais utilizando a estrutura proposta por Bronfenbrenner, facilitando a adaptação e o ajuste entre essas camadas ou níveis. Por exemplo, as narrativas pessoais e familiares podem influenciar o macrossistema ao introduzir novos valores ou perspectivas culturais por meio de movimentos sociais ou mudanças nas normas sociais. Da mesma forma, as mudanças no macrossistema podem transformar as narrativas pessoais e familiares, ajustando a percepção e a identidade em função dos valores e expectativas em transformação. Esse processo bidirecional sugere que a estrutura multinível das narrativas facilita uma interação contínua e uma retroalimentação entre níveis, o que é essencial para que indivíduos e comunidades se adaptem às mudanças do ambiente social e cultural.

Por sua vez, o construcionismo social oferece uma compreensão relacional das narrativas, ao enfatizar que os significados são construídos e validados coletivamente em interação contínua. As narrativas culturais, por exemplo, fornecem quadros interpretativos que orientam as percepções e os valores dos indivíduos, que internalizam esses quadros e os incorporam às suas histórias pessoais. Essa interação entre níveis narrativos permite que indivíduos e comunidades desenvolvam uma compreensão compartilhada da realidade, facilitando a comunicação e a coesão social. Ao integrar essas narrativas, estabelece-se uma estrutura multinível que vai do individual ao social, em que cada nível de significado contribui para a construção de uma identidade coletiva que coesiona e estrutura a experiência.

Por outro lado, a fenomenologia social entende que as narrativas não são apenas construções sociais, mas também estruturam a experiência vivida dos indivíduos. Cada nível narrativo oferece um referencial de significados que orienta a percepção e a interação no mundo, permitindo que o indivíduo compreenda sua vida em relação aos outros. Os esquemas de significado e as tipificações que emergem dessa estrutura multinível fornecem um senso de continuidade e pertencimento, conectando o pessoal ao social. Assim, cada narrativa contribui para uma identidade experiencial que vincula a perspectiva individual ao contexto social, criando coesão e sentido na vida cotidiana das pessoas.

Em conclusão, a estrutura multinível das narrativas, apoiada pela teoria dos sistemas, pelo construcionismo social, pela fenomenologia e pelo modelo bioecológico de Bronfenbrenner, permite compreender como as experiências individuais se integram em um sistema mais amplo de significados. Cada nível narrativo interage e se ajusta em função dos outros níveis, criando uma rede de significados compartilhados que facilita a adaptação e a

coesão social. Essa estrutura multinível, que abrange do pessoal ao cultural, possibilita que as narrativas respondam às mudanças no ambiente, promovendo uma identidade coerente e uma compreensão compartilhada da realidade social.

Nesse contexto, propõe-se a seguinte pergunta de exploração:

Pergunta abdutiva 8:

De que maneira se organizam e se retroalimentam as narrativas individuais, organizacionais e culturais em um sistema sociocultural multinível?

9. Interconectividade e retroalimentação narrativa

O conceito de interconectividade e retroalimentação narrativa surge da complexa dinâmica relacional observada entre os diferentes tipos de sistemas narrativos que configuram tanto a realidade pessoal quanto a social. Sob essa perspectiva, fica claro que as narrativas individuais, familiares, culturais e organizacionais não funcionam como compartimentos isolados; ao contrário, estão em constante interação e influência mútua. Esse processo de retroalimentação facilita que as narrativas se adaptem e mantenham sua coerência ao longo do tempo. Nesse contexto, a TGS, a cibernética e o construcionismo social, entre outras abordagens, fornecem ferramentas teóricas fundamentais para entender como essas narrativas se entrelaçam em uma relação de interdependência e como, por meio da retroalimentação, permanecem dinâmicas e ajustáveis diante das mudanças em seu ambiente.

A TGS, em particular, enfatiza que os sistemas complexos, como os narrativos, mantêm sua coesão e funcionalidade por meio de processos de retroalimentação contínua que lhes permitem autorregular-se (Bertalanffy, 1989). No contexto das narrativas, isso implica que cada nível narrativo — seja individual, familiar, organizacional ou cultural — interage com outros níveis por meio de um fluxo constante de informação e significado. Essa retroalimentação facilita o ajuste mútuo entre narrativas, promovendo uma estrutura de coerência que permite que indivíduos e comunidades encontrem um senso de continuidade e pertencimento. Quando uma narrativa de nível superior, como a cultural, sofre uma mudança significativa, as narrativas de nível inferior (individual ou familiar) são impactadas e, por sua vez, as reações e adaptações nesses níveis podem influenciar o nível cultural. Esse processo de retroalimentação bidirecional garante que as narrativas se ajustem e evoluam em resposta a mudanças contextuais, mantendo uma flexibilidade que possibilita a adaptação aos desafios do ambiente.

Nessa mesma linha, a cibernética de segunda ordem oferece uma perspectiva enriquecedora para analisar o processo de interconectividade e retroalimentação de forma ainda mais minuciosa. Sob essa abordagem, o observador não apenas observa, mas também faz parte do sistema e, ao envolver-se ativamente, influencia de maneira autorreflexiva sua

dinâmica (Foerster, 2003). Nos sistemas sociais, estes geram suas próprias regras, e os atores que os compõem participam ativamente tanto de sua manutenção quanto de sua transformação (Geyer & Van der Zouwen, 2001). Consequentemente, cada nível narrativo não apenas se ajusta em resposta a estímulos externos, mas também se adapta a partir da reflexão e reinterpretação daqueles que nele participam, os quais observam e ajustam seus significados. A presença do observador dentro do sistema adiciona uma camada de complexidade à retroalimentação narrativa, na qual os significados são construídos, questionados e reconfigurados com base nas percepções e experiências internas de cada participante. Isso implica que as narrativas não apenas se influenciam mutuamente, mas também se moldam de forma ativa e consciente, fomentando uma auto-organização que permite que os sistemas narrativos sejam dinâmicos e evoluam em harmonia com as mudanças contextuais.

Por sua vez, o construcionismo social sustenta que os significados que as pessoas atribuem às suas experiências são construídos e mantidos na interação com os outros (Berger e Luckmann, 2003). Nesse contexto, as narrativas se desenvolveriam em um processo coletivo de validação e ajuste, no qual os indivíduos participam ativamente na criação de significados compartilhados. A interconectividade entre as narrativas permitiria, portanto, que os significados individuais se integrassem em um sistema de valores e crenças coletivas, o que promove a coesão social. À medida que as narrativas se retroalimentam, os indivíduos internalizam esses significados compartilhados e os utilizam para estruturar suas histórias pessoais. A retroalimentação narrativa, nesse contexto, possibilita que os significados compartilhados sejam continuamente ajustados, de modo que cada membro da comunidade possa reinterpretar suas experiências e adaptá-las às expectativas e normas sociais. Isso não apenas enriquece a narrativa pessoal, mas também reforça a identidade coletiva, criando um sistema de interdependência no qual as experiências individuais e coletivas se configuram e se ajustam mutuamente.

A retroalimentação narrativa é também crucial nos momentos de mudança ou conflito entre narrativas, pois permite ajustes nas interpretações individuais ou coletivas para acomodar experiências contraditórias ou significados emergentes. Quando uma narrativa dominante se depara com uma narrativa alternativa que desafia sua estrutura de sentido, gera-se uma fricção que ativa um processo de retroalimentação, no qual as narrativas devem reajustar-se ou transformar-se para alcançar uma nova estabilidade. Esse processo de interação e ajuste não apenas possibilita a adaptação das narrativas, mas também fomenta a evolução do sistema narrativo global, ao integrar novas perspectivas que enriquecem o quadro de significado coletivo. Dessa forma, a retroalimentação narrativa torna-se um mecanismo de ajuste dinâmico que facilita a integração de experiências divergentes, promovendo uma estrutura flexível e adaptativa.

Sob a perspectiva sistêmica, a interconectividade e a retroalimentação entre narrativas também garantem que o sistema global se mantenha estável e funcional ao longo do tempo. As narrativas de diferentes níveis, como as individuais e as culturais, mantêm uma relação de retroalimentação constante, de modo que as mudanças em um nível afetam e são afetadas pelas adaptações nos outros níveis. Essa dinâmica de retroalimentação permite que o sistema narrativo responda de forma coerente às mudanças do ambiente, ajustando suas estruturas internas para manter sua relevância e funcionalidade. Assim, a interconectividade e a retroalimentação narrativa facilitam uma autorregulação sistêmica que possibilita a adaptação e a resiliência do macrossistema de significados compartilhados, proporcionando a indivíduos e comunidades uma base estável para compreender sua realidade e

enfrentar os desafios contextuais.

Em conclusão, a interconectividade e a retroalimentação narrativa são processos essenciais que permitem que as narrativas individuais e coletivas se mantenham coerentes e adaptativas. A teoria dos sistemas, a cibernética e o construcionismo social destacam que as narrativas, em seus múltiplos níveis, estão em um constante processo de ajuste e influência mútua, promovendo coesão e adaptação às demandas do contexto. Esse processo de retroalimentação permite que as narrativas evoluam e respondam às mudanças, facilitando uma estrutura de significado flexível e adaptativa, que oferece a indivíduos e comunidades um senso de continuidade e pertencimento em um ambiente em constante transformação.

Nesse contexto, propõe-se a seguinte pergunta de exploração:

Pergunta abdutiva 9:

De que maneira interagem e se retroalimentam os sistemas narrativos humanos, nos diferentes níveis psicossociais, facilitando sua adaptação e reconfiguração contínua entre si?

10. Plasticidade narrativa

O conceito de plasticidade narrativa refere-se à capacidade que as narrativas humanas — enquanto sistemas abertos — possuem para se adaptar e se transformar em função das experiências e das mudanças no contexto social, emocional e cultural. Essa flexibilidade é essencial para que as narrativas continuem sendo relevantes e funcionais em contextos diversos e em constante evolução. A plasticidade narrativa (capacidade ilimitada de adaptação) permite que indivíduos e comunidades reinterpretam suas histórias e as ajustem às novas circunstâncias, preservando, ao mesmo tempo, um senso de identidade e coerência. Esse conceito encontra seus fundamentos na TGS, no construcionismo social e em várias abordagens psicológicas que exploram como esse tipo de sistema psicossocial pode modificar-se e reorganizar-se para refletir e dar sentido às experiências de vida em permanente mudança.

Segundo a TGS, qualquer sistema aberto — incluindo o sistema narrativo — deve ser capaz de se adaptar e se reorganizar para permanecer operacional em um ambiente em constante mudança: propriedade sistêmica conhecida como "morfogênese" (Arnold e Osorio, 1998). Essa adaptabilidade é precisamente a base da plasticidade narrativa, pois permite que as histórias pessoais e coletivas se ajustem em resposta a influências internas e externas. A capacidade evidente que as narrativas humanas têm de serem plásticas possibilita uma reconfiguração que evita rupturas significativas na identidade ou no senso de pertencimento, permitindo que pessoas e comunidades integrem novas experiências sem perder a coerência de sua narrativa. A teoria dos sistemas postula que essa plasticidade é fundamen-

tal para a resiliência, pois possibilita que os sistemas se modifiquem de acordo com as circunstâncias, mantendo assim sua coesão e funcionalidade.

Por sua vez, o construcionismo social sustenta que os significados não são entidades fixas nem estáticas, mas o resultado de um processo contínuo de construção e negociação (Berger e Luckmann, 2003; Bruner, 1991). As narrativas, assim como os significados, devem ser flexíveis para se adaptarem às mudanças no contexto social e cultural em que se desenvolvem. À medida que as pessoas interagem e compartilham experiências, as narrativas pessoais e coletivas se ajustam e se reconfiguram, incorporando novas perspectivas e valores. A plasticidade narrativa permite que as narrativas individuais se adaptem às normas e expectativas da cultura em que estão inseridas, ao mesmo tempo que confere aos indivíduos a capacidade de reinterpretar e transformar essas mesmas normas a partir de suas próprias experiências. Esse processo de adaptação e transformação é essencial para a integração social e para a manutenção de uma identidade coerente que se ajuste às demandas mutáveis do ambiente.

Nessa mesma linha, sob a perspectiva fenomenológica, a experiência da realidade é sempre dinâmica e relacional, o que exige uma narrativa flexível capaz de dar conta das mudanças e flutuações na vivência pessoal e coletiva. A fenomenologia destaca que a percepção da realidade está em constante mudança e que a experiência vivida é fundamental para a construção de significado (Merleau-Ponty, 1993). Nesse contexto, a plasticidade narrativa permite que os indivíduos adaptem seus sistemas narrativos às mudanças em suas percepções e emoções, ajustando suas histórias para integrar novas experiências e significados. Esse processo de ajuste possibilita que a narrativa mantenha sua coerência e relevância, ao mesmo tempo que fornece um quadro de sentido que organiza a experiência de forma compreensível e significativa.

Por outro lado, as abordagens psicológicas enfatizam a importância dessa plasticidade no processo de transformação pessoal e no manejo de experiências difíceis. A terapia narrativa, por exemplo, considera que as pessoas podem reescrever suas histórias para desenvolver outras que promovam bem-estar, resiliência e senso de agência (White, 2016; White e Epston, 1993). A capacidade de uma pessoa de modificar sua narrativa, reinterpretando experiências passadas e projetando novos significados para o futuro, é um exemplo claro de plasticidade narrativa. No contexto terapêutico, o processo de reescrita narrativa permite que os indivíduos transformem narrativas disfuncionais em narrativas fortalecedoras, integrando novas perspectivas que favoreçam o crescimento e o desenvolvimento pessoal. Assim, a plasticidade narrativa torna-se uma ferramenta-chave na psicoterapia, pois permite que as pessoas ajustem suas histórias pessoais para enfrentar de forma mais eficaz os desafios emocionais e psicológicos.

Na terapia cognitiva narrativa, a plasticidade narrativa manifesta-se no processo de reorganização e ressignificação das experiências vividas. Essa abordagem propõe que as crenças e significados que as pessoas atribuem às suas experiências podem ser modificados para promover uma compreensão mais positiva e funcional da realidade. A capacidade de reestruturar a narrativa possibilita que os indivíduos integrem novas experiências de uma forma que fortaleça seu senso de agência e autoria sobre suas vidas, o que é fundamental para a construção de uma identidade resiliente e adaptável (Gonçalves, 2002). Nesse sentido, a plasticidade narrativa permite que as pessoas se adaptem às mudanças emocionais e contextuais sem perder o senso de continuidade e coerência de sua narrativa pessoal.

A plasticidade narrativa não é relevante apenas no nível individual, mas também se estende ao nível coletivo e cultural. As narrativas culturais e organizacionais devem ser plásticas para se ajustarem às mudanças sociais e culturais, permitindo que comunidades e organizações respondam de forma eficaz aos desafios do ambiente. A capacidade de uma narrativa cultural ou institucional de se adaptar e se transformar é essencial para manter a coesão e a relevância social, pois possibilita que os valores e crenças compartilhados se ajustem às novas realidades sem perder sua essência. Esse processo de adaptação e ajuste nas narrativas coletivas é fundamental para a resiliência comunitária e para a continuidade da identidade cultural em um contexto globalizado e em constante mudança.

Em conclusão, a plasticidade narrativa é um componente fundamental das narrativas humanas, permitindo que as histórias pessoais e coletivas se ajustem e se reorganizem de acordo com as experiências e o contexto. Segundo a teoria dos sistemas, o construcionismo social e as abordagens psicológicas, observa-se que a capacidade das narrativas de se transformarem e se ajustarem às novas circunstâncias é essencial para o bem-estar e a resiliência de indivíduos e comunidades. A plasticidade narrativa garante que as pessoas possam manter uma identidade coerente e funcional, enquanto integram novas experiências e respondem às mudanças do ambiente. Nesse sentido, a plasticidade narrativa é uma ferramenta poderosa para a construção de sentido, oferecendo a indivíduos e comunidades um quadro flexível que organiza a experiência e facilita a adaptação em um mundo em constante transformação.

Nesse contexto, propõe-se a seguinte pergunta de exploração:

Pergunta abdutiva 10:

De que maneira as narrativas individuais e coletivas manifestam sua capacidade de adaptação e reconfiguração em resposta a mudanças significativas no contexto sociocultural micro e macro?

---

11. Fricções narrativas e adaptação

O conceito de fricções narrativas e adaptação surge da observação de como os conflitos e tensões entre narrativas geram processos de ajuste e transformação nas histórias pessoais e coletivas. A fricção narrativa, nesse contexto, ocorre quando as interpretações, crenças ou valores de uma narrativa específica entram em conflito com outras narrativas, seja no plano individual, familiar, organizacional ou cultural. Essa tensão não é um fenômeno meramente disfuncional, mas, sob uma perspectiva sistêmica e construcionista, é vista como um mecanismo que impulsiona a adaptação, permitindo que as narrativas se reconfigurem e se ajustem para integrar novas perspectivas e experiências. A fricção, portanto, torna-se um motor de mudança que facilita a resiliência narrativa ao impulsionar

indivíduos e comunidades à reorganização de suas histórias, promovendo assim um processo de aprendizado e evolução.

Sob a perspectiva da TGS, qualquer sistema aberto deve ser capaz de se adaptar a mudanças e tensões em seu ambiente para manter seu funcionamento (Bertalanffy, 1989). As fricções dentro de um sistema não representam meros obstáculos, mas são estímulos que impulsionam a reorganização e permitem que o sistema responda às novas demandas (Arnold e Osorio, 1998). No contexto narrativo, a fricção entre narrativas pode ser vista de forma semelhante: as tensões que surgem entre narrativas individuais e coletivas geram um estado de desequilíbrio que obriga indivíduos e grupos a reconsiderar e, em alguns casos, reestruturar suas histórias para restaurar a coerência. A teoria dos sistemas sugere que esse processo de adaptação é fundamental para a estabilidade e a resiliência do sistema, pois permite que as narrativas se ajustem e permaneçam relevantes em contextos em transformação. As fricções entre narrativas podem dar origem a ajustes pontuais ou a transformações significativas, dependendo da intensidade da tensão e da capacidade do sistema narrativo de integrar elementos contraditórios.

O construcionismo social oferece uma perspectiva complementar, ao enfatizar que os significados e valores que estruturam as narrativas não são fixos, mas estão em constante construção e negociação por meio da interação social. As fricções narrativas surgem à medida que indivíduos e comunidades tentam integrar diferentes interpretações e significados em um sistema coerente. Em situações de mudança social, por exemplo, as narrativas culturais ou geracionais podem entrar em conflito, gerando uma fricção que exige que os significados coletivos se reconfigurem para dar sentido às novas experiências. A fricção narrativa, sob essa perspectiva, é um processo de validação e ajuste, no qual os significados compartilhados são questionados e renegociados para se adequarem às demandas do contexto. Esse processo de negociação permite que as narrativas se ajustem sem perder a coerência, integrando diferenças e criando um quadro de significados que reflete as realidades atuais.

Por sua vez, a fenomenologia social ajuda a compreender como as fricções entre narrativas afetam a percepção individual e a identidade. Essa perspectiva postula que os indivíduos interpretam seu mundo por meio de esquemas e tipificações que são compartilhados e validados socialmente, mas que estão sujeitos a tensões quando as experiências individuais não se encaixam nas expectativas sociais (Schütz, 1972, 2003; Schütz e Luckmann, 2001). As fricções narrativas que surgem nesses momentos de dissonância obrigam o indivíduo a reinterpretar suas experiências e a reconfigurar sua narrativa pessoal para integrar a nova informação. Esse processo de ajuste permite que a pessoa mantenha uma identidade coerente e uma percepção estável da realidade, apesar das contradições que possam surgir em sua narrativa. A fricção, nesse caso, não é vista como uma ameaça, mas como uma oportunidade de revisar e fortalecer a narrativa pessoal, integrando novas experiências e redefinindo os significados pessoais.

Nesse contexto, a Teoria Delta da mudança psicossocial de Tharp (2012) complementa a compreensão das fricções narrativas ao afirmar que as mudanças significativas nas dinâmicas psicossociais humanas ocorrem por meio de um processo gradual de adaptação impulsionado pela interação constante com o ambiente. Tharp sustenta que a mudança se manifesta principalmente dentro e por meio de sistemas psicossociais, definidos como agrupamentos de pessoas que compartilham valores, objetivos e atividades comuns. Esses sistemas não são estáticos nem homogêneos; estão em constante movimento, oscilando

entre três fases críticas — Beta, Alfa e Delta — que representam diferentes estados de equilíbrio ou desequilíbrio no sistema social (Tharp, 2012). Ao aplicar essa abordagem aos sistemas narrativos humanos, observa-se que as fricções entre sistemas atuam como catalisadores de mudança quando as tensões entre narrativas existentes e novas experiências atingem um ponto de inflexão, promovendo uma reavaliação e reorganização das narrativas internas. Esse processo "Delta" destaca a importância da adaptação flexível e da capacidade de indivíduos e comunidades de integrar elementos disruptivos em suas narrativas, ajustando-as sem perder sua identidade central. Assim, as fricções não apenas fortalecem a resiliência narrativa, mas também impulsionam a evolução psicossocial ao fomentar um ajuste incremental que possibilita a incorporação de significados mais amplos e coerentes diante dos desafios contextuais.

Nesse sentido, a fricção narrativa também atua como um mecanismo de integração no nível coletivo. As tensões entre narrativas culturais, geracionais ou ideológicas promovem a adaptação social, ao facilitar o diálogo e a negociação entre diferentes perspectivas. Em uma sociedade diversa, as fricções entre narrativas podem levar à transformação dos significados coletivos e à criação de novos valores e crenças que reflitam as experiências de todos os membros da comunidade. Esse processo de adaptação cultural não apenas fortalece a coesão social, mas também permite que a comunidade responda aos desafios externos e às demandas de um ambiente em transformação. A fricção narrativa, nesse sentido, torna-se um mecanismo de autorregulação social, que permite que os significados compartilhados evoluam e mantenham sua relevância em um contexto de diversidade e mudança.

Em conclusão, as fricções narrativas são elementos essenciais no processo de adaptação, tanto em nível individual quanto coletivo. A partir da teoria dos sistemas, do construcionismo social e da fenomenologia, observa-se que as tensões entre narrativas geram um estado de desequilíbrio que impulsiona a reorganização e possibilita que as narrativas se ajustem e evoluam. Esse processo de adaptação facilita a integração de novas experiências e perspectivas, permitindo que as narrativas mantenham sua coerência e relevância em contextos de mudança. A fricção narrativa, em última análise, constitui-se como uma espécie de motor de resiliência, que possibilita que indivíduos e comunidades se mantenham flexíveis e adaptáveis, promovendo uma compreensão dinâmica e em constante evolução da realidade.

Nesse contexto, propõe-se a seguinte pergunta de exploração:

Pergunta abdutiva 11:

Como as fricções entre sistemas narrativos pessoais, organizacionais e culturais influenciam o processo de ajuste e reconfiguração dentro de um sistema mais amplo?

---

12. Poder e hierarquias narrativas

O conceito de poder e de hierarquias narrativas surge da observação de como se configuram estruturas de controle e dominação por meio da criação e perpetuação de narrativas que moldam tanto a realidade social quanto a individual. Essas hierarquias se estabelecem quando certos relatos ou sistemas de significados adquirem uma posição de supremacia, impondo quadros interpretativos que organizam, condicionam e restringem as percepções e ações dos indivíduos e das comunidades. Esse tipo de poder não se manifesta exclusivamente como um recurso possessivo, mas sim como uma influência sutil e persistente, que atua por meio da imposição, validação e reprodução de narrativas dominantes, determinando, assim, quais histórias são consideradas legítimas e quais são deslocadas ou marginalizadas.

Sob a perspectiva interseccional, essas hierarquias narrativas não apenas estruturam a realidade, mas também se entrelaçam e se articulam com outras dimensões de opressão e privilégio, como gênero, raça, classe social, etnia e sexualidade (Collins e Bilge, 2019). Cada uma dessas dimensões atua como um eixo de poder que pode intensificar ou mitigar a influência dos sistemas dominantes, gerando uma rede complexa de subordinação e dominação na qual algumas identidades e experiências são privilegiadas enquanto outras são sistematicamente excluídas ou marginalizadas (Davis, 2018). Essa perspectiva interseccional permite compreender que nem todas as pessoas experimentam as narrativas dominantes da mesma forma: as interações entre diferentes eixos de opressão e privilégio criam experiências diversas, muitas vezes únicas, que não podem ser plenamente explicadas a partir de uma única dimensão de análise.

Nessa mesma linha, a abordagem do saber-poder foucaultiana permite compreender como o poder opera por meio do controle das narrativas e do conhecimento. Segundo Foucault, o poder não se exerce apenas através da coerção, mas também pela capacidade de definir o que é "verdadeiro" ou "legítimo" (Foucault, 2003, 2012). Os discursos, nesse sentido, são canais de poder que estabelecem os limites do pensável e do dizível, configurando realidades nas quais certas narrativas se impõem como verdades inquestionáveis. Esse mecanismo de poder estrutural implica que as narrativas dominantes, ao serem validadas por instituições como a educação ou os meios de comunicação, tornam-se padrões que delimitam o alcance das interpretações possíveis para indivíduos e coletivos, gerando uma forma de controle sutil e profundo sobre a identidade e o comportamento.

Por sua vez, o desconstrutivismo de Derrida permite analisar como as hierarquias narrativas se consolidam por meio de oposições binárias presentes nos discursos dominantes. Derrida propõe que essas dualidades — como as distinções entre "real" e "falso", "central" e "marginal" — não são categorias naturais, mas construções culturais e linguísticas que organizam e legitimam a realidade social segundo interesses específicos de poder (Derrida, 1986). Essas oposições, longe de serem neutras, impõem uma lógica hierárquica em que um termo ocupa uma posição superior ou mais "verdadeira" do que o outro, criando um quadro que dita o que é considerado válido ou legítimo.

Ao estudar as hierarquias narrativas pelo viés do desconstrutivismo, revela-se que os discursos dominantes não apenas descrevem o mundo, mas o configuram ativamente, estruturando quais histórias e vozes são visíveis e quais são excluídas ou silenciadas. Nesse sentido, o poder das hierarquias narrativas reside em sua capacidade de parecer inquestio-

nável, mantendo sua hegemonia por meio de exclusões e pressupostos implícitos que raramente são desafiados. Assim, o desconstrutivismo evidencia como essas hierarquias se perpetuam por meio de uma ordem simbólica que classifica e distribui o valor dos significados, consolidando a autoridade de certos relatos sobre outros. A abordagem de Derrida convida a perceber como essas hierarquias se sustentam nas tensões e contradições que as próprias narrativas dominantes tentam ocultar, revelando a instabilidade inerente dos sistemas que buscam apresentar-se como absolutos ou universais.

Por outro lado, o conceito de poder hegemônico, segundo Gramsci, oferece uma visão de como as narrativas dominantes conseguem impor-se e manter-se por meio do consenso e da aceitação geral da população. Gramsci argumenta que a hegemonia cultural constitui uma forma de poder em que os valores e narrativas das classes dominantes são apresentados como universais e naturais, a ponto de a sociedade aceitá-los sem questionar (Gramsci, 1981a). Esse poder hegemônico sociocultural permite que as narrativas dominantes se fortaleçam e se perpetuem ao longo do tempo, estruturando a realidade coletiva de forma a favorecer a estabilidade das relações de poder existentes.

Nesse processo, as instituições da sociedade civil, como a igreja, as escolas, os meios de comunicação e as organizações culturais, desempenham um papel central na difusão de ideias, valores e crenças que consolidam a posição da classe dominante e apresentam o status quo como uma ordem natural e inevitável (Gramsci, 1981b). Sob essa perspectiva, a aceitação das hierarquias narrativas não é apenas resultado da imposição, mas de um processo de consenso em que os valores dominantes são internalizados e reproduzidos pelos próprios indivíduos que a eles estão subordinados, tornando-se agentes ativos na reprodução da hegemonia cultural.

Em conclusão, o poder e as hierarquias narrativas estruturam a realidade social e individual ao estabelecerem quadros de interpretação que delimitam as experiências e possibilidades de ação dos indivíduos. Por meio da perspectiva interseccional, do saber-poder foucaultiano, do desconstrutivismo de Derrida e da hegemonia gramsciana, pode-se inferir que as narrativas dominantes não apenas organizam a percepção e a identidade, mas também reforçam as estruturas de poder ao legitimar certos relatos e silenciar outros no tecido sociocultural.

Nesse contexto, propõe-se a seguinte pergunta de exploração:

Pergunta abdutiva 12:

Como as narrativas hegemônicas influenciam a configuração da hierarquia social e de que maneira as narrativas emergentes podem desafiar e modificar essas estruturas para facilitar a mudança social e a mobilidade dentro do sistema de significados compartilhados?

13. Inércia narrativa e estabilidade hegemônica

Os conceitos de inércia narrativa e estabilidade hegemônica surgem ao identificar como as narrativas dominantes conseguem perpetuar-se e consolidar-se ao longo do tempo, gerando uma continuidade que permite a certos valores, crenças e estruturas de poder conservar uma posição privilegiada e estável. Esse fenômeno sustenta a coerência dos significados compartilhados na sociedade e evita mudanças abruptas na forma como indivíduos e comunidades interpretam sua realidade, promovendo assim uma estabilidade sociocultural e um senso de segurança coletiva. A partir de perspectivas como a teoria dos sistemas, o construcionismo social, a fenomenologia social e a teoria da mudança psicossocial, infere-se que essa inércia narrativa funciona como um mecanismo que reforça e reproduz os sistemas de crenças que estruturam a vida social em sua totalidade, preservando a ordem estabelecida ao assegurar a continuidade de valores e normas que, em conjunto, sustentam e configuram o macrossistema de forma coesa e holística.

A TGS oferece uma visão essencial sobre a inércia narrativa ao descrever como os sistemas complexos, especialmente os abertos, tendem a buscar equilíbrio e estabilidade (Bertalanffy, 1989; Arnold e Osorio, 1998). Em um sistema narrativo, essa estabilidade se obtém por meio da repetição e da retroalimentação positiva, na qual as narrativas dominantes se reforçam ao estruturar os quadros interpretativos pelos quais indivíduos e comunidades percebem a realidade. A inércia narrativa surge da repetição contínua de certos valores e crenças que consolidam a narrativa dominante e asseguram sua permanência, o que se realiza por meio de estruturas sociais como a educação, a religião, os meios de comunicação e outras instituições que reproduzem e transmitem as narrativas hegemônicas. Esse processo de autorreforço permite que o sistema narrativo mantenha sua estrutura sem necessidade de mudanças radicais, promovendo a estabilidade do sistema social.

O construcionismo social complementa essa compreensão ao enfatizar que a realidade social é uma construção sustentada pela validação e legitimação de determinados significados e valores (Berger e Luckmann, 2003; Gergen, 1985, 2007). A inércia narrativa ocorre quando uma narrativa dominante se torna o quadro interpretativo que os indivíduos utilizam para entender suas experiências e agir no mundo, estabelecendo uma norma implícita que organiza e estrutura o conhecimento compartilhado. As narrativas hegemônicas, ao adquirirem um caráter normativo, atuam como filtros que determinam o que é aceitável e legítimo, limitando a diversidade de interpretações e promovendo uma uniformidade na percepção da realidade. Esse processo de validação contínua garante que narrativas alternativas ou disruptivas permaneçam à margem, sem afetar a coerência e estabilidade do sistema hegemônico. Assim, a inércia narrativa torna-se um mecanismo de controle social que reforça o poder das narrativas dominantes e mantém o status quo.

Sob a perspectiva fenomenológica, especialmente na teoria de Alfred Schütz sobre a intersubjetividade, a inércia narrativa é entendida como uma tendência dos indivíduos a buscar consistência e previsibilidade em suas experiências. Schütz sustenta que as pessoas interpretam a realidade por meio de esquemas e tipificações que são compartilhados e transmitidos no contexto social, permitindo aos indivíduos orientar-se no mundo de forma previsível e estável (Schütz, 1972, 2003; Schütz e Luckmann, 2001). A inércia narrativa surge nesse processo de tipificação, no qual as experiências e percepções individuais se organizam de acordo com as narrativas dominantes, criando um quadro de significado difícil

de desafiar ou modificar. Os indivíduos internalizam esses esquemas narrativos, e a narrativa dominante torna-se uma estrutura de referência que organiza sua percepção e dá sentido às experiências cotidianas, gerando uma forma de estabilidade fenomenológica que contribui para a coerência da identidade e da realidade social.

A estabilidade hegemônica promovida pela inércia narrativa reflete-se tanto na estrutura social quanto na maneira como as pessoas percebem e experimentam a mudança. Essa resistência à mudança é uma característica essencial das narrativas hegemônicas, que tendem a perpetuar-se, limitando as possibilidades de reinterpretação e promovendo a continuidade do sistema de valores e crenças. Assim, as narrativas dominantes operam como um quadro fechado que bloqueia a inclusão de perspectivas alternativas, minimizando as fricções e dissonâncias que poderiam ameaçar sua estabilidade. Esse fenômeno é especialmente evidente em contextos onde as instituições sociais e culturais são configuradas para proteger e perpetuar as narrativas dominantes, garantindo uma estabilidade que beneficia principalmente os grupos no poder, mas que também pode favorecer o coletivo ao oferecer uma sensação de segurança e previsibilidade — especialmente relevante em grandes contextos demográficos que buscam esses recursos para favorecer o desenvolvimento comunitário.

Contudo, embora a inércia narrativa contribua para a estabilidade social, ela também limita a capacidade de adaptação e mudança do sistema. As narrativas hegemônicas tornam-se rígidas com o tempo, e sua resistência à incorporação de novas experiências e perspectivas gera um risco de dissonância quando as demandas do ambiente superam a capacidade de adaptação da narrativa dominante. Em momentos de crise social ou mudança cultural, a inércia narrativa pode ser desafiada por narrativas alternativas ou emergentes que introduzem novas interpretações e significados, promovendo uma transformação no sistema de valores e crenças que organiza a realidade social. Esse processo de confronto entre narrativas hegemônicas e alternativas pode levar a uma reconfiguração do sistema narrativo, no qual a estabilidade se redefine em função das novas realidades e demandas contextuais.

Segundo Roland Tharp (2012), a estabilidade dos sistemas é reforçada por uma tendência inerente à homeostase ou resistência à mudança. Essa estabilidade, que pode ser compreendida como uma *inércia psicossocial*, opera dentro do que o autor denomina "fase Beta" dos sistemas psicossociais. Nessa fase, o sistema mantém um estado de equilíbrio e estabilidade comportamental, semelhante ao que ocorre com a inércia narrativa em sistemas hegemônicos, onde as estruturas de significado e poder se perpetuam ao resistir às forças externas de mudança. Tharp aponta que a tendência a essa homeostase limita a flexibilidade dos sistemas para se adaptarem a novos contextos e realidades, a menos que intervenham forças significativas que quebrem essa inércia (Tharp, 2012). Assim como na estabilidade hegemônica das narrativas dominantes, essa fase Beta garante a continuidade das relações e estruturas internas do sistema, fortalecendo uma estrutura psicossocial que dificilmente muda sem uma influência externa forte e persistente.

Em conclusão, a inércia narrativa e a estabilidade hegemônica são mecanismos que permitem a continuidade e a coerência dos sistemas sociais e culturais, mantendo a narrativa dominante em uma posição de controle que organiza e limita as interpretações da realidade. A partir da teoria dos sistemas, do construcionismo social, da fenomenologia social e da teoria psicossocial da mudança de Tharp, observa-se que essa estabilidade hegemônica

se alcança por meio da repetição, validação e legitimação de significados e valores compartilhados, que atuam como quadros normativos de referência. Embora a inércia narrativa promova coesão e estabilidade social, ela também limita a capacidade de adaptação do sistema, gerando uma tensão entre continuidade e mudança. Em momentos de crise ou transformação social, a estabilidade hegemônica pode ser desafiada, e a inércia narrativa pode ceder lugar a um processo de reorganização que permita que as narrativas evoluam para refletir as novas realidades do ambiente.

Nesse contexto, propõe-se a seguinte pergunta de exploração:

Pergunta abdutiva 13:

Como as narrativas hegemônicas, no contexto sociocultural, conseguem desenvolver resistência à mudança que lhes permite perdurar ao longo do tempo?

14. O meme como veículo narrativo de incidência cultural

A ideia do meme como veículo narrativo de incidência cultural infere-se principalmente da capacidade desses elementos comunicativos socioculturais de atuar como portadores de significados compartilhados e como unidades de transmissão cultural. Os memes não são apenas elementos humorísticos ou peças de conteúdo digital; sob uma perspectiva teórica, representam transmissores de ideias e estruturas de pensamento que influenciam a construção de significados e valores dentro da sociedade. Ao funcionar como veículos narrativos, os memes integram-se em sistemas de comunicação que possibilitam a circulação e adaptação de narrativas em diferentes contextos culturais, políticos e sociais, facilitando a compreensão e assimilação de temas e mensagens compartilhados.

Sob a perspectiva sistêmica, os memes podem ser entendidos como uma espécie de nós de informação dentro de um sistema complexo de interações sociais e culturais. Os memes participam de um processo de retroalimentação em que, por meio da repetição, variação e transformação, respondem às reações e mudanças em seu ambiente. Nesse sentido, os memes operam dentro de um ciclo de troca contínua com suas audiências e o contexto social, adaptando-se e evoluindo para manter sua relevância ou ganhar novos significados (Aunger, 2002). Esse processo de seleção e adaptação, através dessas unidades de transmissão de significados culturais, permite que certos elementos narrativos persistam na cultura, enquanto outros desaparecem ou se modificam, gerando uma dinâmica de seleção narrativa na qual os memes se tornam catalisadores de mudança e adaptação.

Sob o construcionismo social, os memes podem ser compreendidos como produtos de significados negociados, que não são absolutos nem fixos, mas construídos coletivamente por meio da interação (Gergen, 2007; Berger e Luckmann, 2003). Essa abordagem

propõe que os memes funcionam como construções narrativas condensadas que encapsulam temas, emoções e valores de forma acessível e reproduzível. Através da interação social e da reinterpretação, os memes se adaptam a diversos contextos e públicos, facilitando a difusão e a recontextualização dos significados que representam. Assim, os memes atuam como ferramentas de construção de narrativas coletivas, que refletem e moldam a percepção social de temas, permitindo uma transmissão de significados que ressoa nos grupos que os adotam.

A fenomenologia social oferece uma perspectiva centrada na experiência subjetiva e em como os memes, enquanto unidades narrativas, se conectam com a vida cotidiana das pessoas. Ao oferecer uma estrutura narrativa acessível, os memes possibilitam uma conexão imediata com temas sociais e culturais, fornecendo um quadro de interpretação para experiências comuns e tornando mais compreensível a complexidade de questões coletivas. Essa estrutura condensada facilita que os indivíduos adotem, integrem e reproduzam os significados contidos no meme, transformando-os em pontos de entrada para a compreensão de temas complexos. Assim, sob a fenomenologia social, infere-se que os memes não são meramente veículos de informação, mas experiências simbólicas que estruturam a percepção e a identidade social.

Sob a abordagem teórica memética propriamente dita, os memes são compreendidos como unidades culturais que se replicam, se adaptam e evoluem à semelhança dos genes no campo biológico. Essa perspectiva, criada originalmente por Richard Dawkins (1993), enfatiza que os memes são transmitidos de mente para mente por meio da imitação, comunicação e repetição. Os memes sobrevivem e se propagam quando conseguem captar a atenção e ressoar emocionalmente com os indivíduos; aqueles que não atingem esse objetivo tendem a desaparecer. Esse processo de "seleção memética" garante que os memes que continuam a existir no ambiente cultural sejam aqueles que refletem e reforçam as ideias e valores predominantes da sociedade (Blackmore, 2000; Lynch, 1996; Aunger, 2002; Distin, 2005).

A natureza evolutiva dos memes permite que se adaptem a novos contextos e se combinem com outros memes, formando "memeplexes" — ou agrupamentos de memes coesos — que operam em conjunto para garantir sua replicação. Esses memeplexes são particularmente eficazes na construção de narrativas poderosas, como ideologias ou sistemas de crenças, pois alcançam uma coesão e penetração cultural significativas (Blackmore, 2000). Assim, a abordagem memética sugere que os memes, ao competir e se adaptar conforme os ambientes em que circulam, contribuem ativamente para a criação e transformação de significados compartilhados na cultura — fenômeno que atualmente é intensificado pelo desenvolvimento das comunicações digitais, que amplificam e aceleram sua difusão e, consequentemente, aumentam consideravelmente sua eficácia modeladora (Kien, 2019).

Considerando esses elementos, sob a perspectiva memética, pode-se interpretar que certos tipos de sistemas narrativos operam como memes ou, em alguns casos, como memes complexos coadaptados (memeplexes), que funcionam como veículos narrativos culturais capazes de gerar mobilidade e mudança na rede social de significados compartilhados, transitando do individual para o coletivo e vice-versa. Nesse sentido, esses sistemas narrativos não são meramente um conjunto de ideias ou histórias significativas para um grupo ou comunidade; atuam, na verdade, como redes interconectadas de memes que, ao interagir, fortalecem e potencializam sua capacidade de persistir, adaptar-se e promover mudanças culturais.

Esses sistemas meméticos narrativos podem ser comparados a sistemas vivos, como, por exemplo, o sistema linfático do corpo humano (em sua função imunológica), onde cada meme (nódulo linfático) cumpre uma função cultural de transporte de informação de alta relevância evolutiva, através de uma rede mediadora de crenças culturais dentro do macrossistema narrativo geral (corpo humano); garantindo, principalmente, o dinamismo cultural e a modelagem das estruturas que conformam os contextos sociais sempre em mudança (sistema de resposta imunológica do corpo a ameaças externas). Assim, esses tipos de memes ou memeplexes impulsionam a evolução dos sistemas narrativos em resposta às mudanças de contexto e de audiências, selecionando, modificando ou descartando informações que não conseguem ressoar, adaptar-se e, sobretudo, gerar mudanças na cultura. Essa abordagem permite compreender como algumas narrativas alcançam predominância cultural ao combinar memes eficazes que, ao se integrarem em memeplexes, fortalecem a persistência e a ressonância do sistema narrativo ao longo do tempo.

Em conclusão, os memes, enquanto veículos narrativos, desempenham um papel fundamental na transmissão e transformação de significados na cultura. A partir de diversas perspectivas teóricas — sistêmica, construcionista, fenomenológica e memética —, os memes emergem como elementos dinâmicos que facilitam a criação e adaptação de narrativas coletivas, permitindo uma interação constante entre o indivíduo e seu ambiente social. Ao operar em redes complexas e por meio de processos de seleção e adaptação, os memes e memeplexes não apenas refletem ideias compartilhadas, mas também atuam como agentes de mudança cultural, capazes de modelar e redefinir a realidade social. A evolução contínua desses sistemas narrativos possibilita que as narrativas culturais se mantenham vigentes e relevantes em contextos sempre em transformação, alcançando assim uma profunda influência na percepção e construção da identidade coletiva.

Nesse contexto, propõe-se a seguinte pergunta de exploração:

Pergunta abdutiva 14:

De que maneira os memes podem funcionar como canais de transmissão que permitem aos sistemas narrativos mobilizar-se e integrar-se nos diferentes níveis ecossistêmicos, facilitando a interação e a criação de novos sistemas narrativos em um ambiente social complexo?

---

15. Diversidade narrativa e coesão social

Os conceitos de diversidade narrativa e coesão social são extraídos da relação dinâmica observável entre a multiplicidade de narrativas existentes dentro de uma sociedade

e sua capacidade de manter uma estrutura social estável e funcional. A diversidade narrativa, entendida como a coexistência de múltiplos relatos, interpretações e perspectivas em uma comunidade, não apenas enriquece o acervo cultural de uma sociedade, mas também fortalece a coesão social ao facilitar uma maior compreensão e adaptação à complexidade humana. Sob o construcionismo social, a TGS e a fenomenologia, observa-se que a diversidade narrativa permite que as pessoas e os grupos se reconheçam e se compreendam mutuamente, favorecendo uma estrutura social inclusiva e adaptativa que, longe de dividir, promove um senso de pertencimento e unidade.

O construcionismo social enfatiza que a realidade social não é uma entidade objetiva nem fixa, mas uma construção coletiva que surge da interação e do intercâmbio de significados (Berger e Luckmann, 2003). Nesse contexto, a diversidade narrativa atua como um motor de enriquecimento cultural e social, ao permitir que pessoas e comunidades compartilhem suas experiências e perspectivas únicas. Por meio desse processo de troca, geram-se significados compartilhados que integram diversas vozes e criam um quadro de referência inclusivo que reflete a complexidade da vida em sociedade. Essa multiplicidade de narrativas não apenas permite que as pessoas se sintam reconhecidas e representadas, mas também fornece uma base sólida para a coesão social, ao facilitar um senso de pertencimento e legitimidade para todos os membros da comunidade, independentemente de seus antecedentes e experiências.

Por sua vez, a teoria dos sistemas contribui para a compreensão da relação entre diversidade narrativa e coesão social ao propor que sistemas complexos, como as comunidades humanas, se beneficiam da variedade e da adaptabilidade (Arnold e Osorio, 1998). Em um sistema social, a diversidade narrativa introduz flexibilidade e capacidade de resposta a mudanças e desafios do ambiente, ao permitir que múltiplas perspectivas e soluções coexistam e se complementem (Parsons, 1966; Luhmann, 1998). A coesão social não se alcança por meio da uniformidade, mas por meio de uma integração das diferenças que enriquece o sistema e permite que ele se adapte e evolua conforme as necessidades mutáveis. Essa estrutura inclusiva e multifacetada possibilita que o sistema social se autorregule e responda de forma eficaz aos desafios, mantendo um equilíbrio entre estabilidade e mudança. A teoria dos sistemas sugere que a coesão social se fortalece quando o sistema consegue integrar a diversidade narrativa, pois isso cria uma estrutura na qual todos os membros podem encontrar seu lugar e contribuir com sua perspectiva, promovendo uma estabilidade adaptativa.

Sob a perspectiva fenomenológica, por outro lado, a diversidade narrativa pode ser compreendida como uma importante ferramenta que facilita uma experiência intersubjetiva, permitindo que os indivíduos compreendam a realidade a partir de múltiplos ângulos. A fenomenologia sustenta que as pessoas experienciam e percebem o mundo de forma única, em função de suas experiências pessoais e de seu contexto cultural (Moran, 2000; Finlay, 2009). Nesse sentido, a diversidade narrativa atua como uma ponte que conecta as experiências individuais, permitindo que as pessoas se reconheçam nas histórias e perspectivas dos outros. Esse processo de reconhecimento mútuo fortalece o senso de comunidade e pertencimento, pois possibilita que os indivíduos vejam suas próprias experiências refletidas na narrativa coletiva e desenvolvam uma compreensão empática das realidades alheias. A fenomenologia sugere que, por meio dessa integração de perspectivas, a diversidade narrativa contribui para uma coesão social baseada na empatia e no reconhecimento mútuo, promovendo uma realidade compartilhada na qual todos os membros encontram

sentido e significado.

A diversidade narrativa também contribui para a coesão social em termos de resiliência e adaptabilidade. Em situações de mudança ou crise, uma comunidade que aceita e valoriza múltiplas narrativas é capaz de gerar soluções e respostas inovadoras, ao integrar diferentes formas de ver e compreender a realidade. A capacidade de uma sociedade para manter sua coesão em contextos desafiadores depende de sua habilidade de adaptar sua narrativa coletiva de acordo com as novas circunstâncias. A diversidade narrativa permite que os sistemas de significado se renovem e se ajustem, incorporando novas vozes e perspectivas que trazem uma riqueza interpretativa e possibilitam maior flexibilidade diante da mudança. Assim, a coesão social se fortalece não por meio da rigidez de uma narrativa única, mas pela flexibilidade que permite às comunidades evoluírem e responderem às demandas do ambiente, mantendo uma identidade coerente e adaptativa.

Em conclusão, a diversidade narrativa é um componente fundamental para a coesão social, ao permitir que múltiplas vozes e perspectivas se integrem em uma narrativa coletiva que reflita a complexidade e a riqueza da vida em sociedade. Sob o construcionismo social, a teoria dos sistemas e a fenomenologia, observa-se que a coesão social se fortalece quando a diversidade narrativa é valorizada e promovida, pois isso cria uma estrutura adaptativa e inclusiva que responde às necessidades e experiências de todos os membros da comunidade. A capacidade de uma sociedade de manter sua coesão depende de sua habilidade de integrar e celebrar as diferenças, gerando uma narrativa compartilhada que permita a todos os seus membros encontrar sentido, pertencimento e legitimidade no sistema social. Nesse sentido, a diversidade narrativa não é um obstáculo para a coesão, mas uma fonte de resiliência e força que permite às comunidades enfrentar os desafios e permanecerem unidas em um contexto de mudança contínua.

Nesse contexto, propõe-se a seguinte pergunta de exploração:

Pergunta abdutiva 15:

De que maneira a inclusão e a diversidade de narrativas em uma sociedade contribuem para a coesão social e para a capacidade de adaptação diante das mudanças socioculturais?

FORMULAÇÃO DE HIPÓTESES TEÓRICAS

Na construção metodológica da TCCR, o raciocínio abdutivo desempenhou um papel fundamental ao gerar perguntas inferenciais orientadas para a formulação de hipóteses capazes de explicar as complexas dinâmicas das narrativas humanas nos diversos contextos psicossociais. Essa abordagem facilitou a criação de postulados que buscam abordar fenômenos que não foram completamente explicados — ou que foram tratados de forma fragmentada — por teorias anteriores. Tais hipóteses constituem o núcleo da TCCR ao fornecer novas perspectivas sobre a inter-relação entre narrativas individuais, familiares, organizacionais e culturais, bem como seu impacto nas estruturas psicossociais, no comportamento humano e no que se entende por "sociedade".

Como aponta a literatura especializada, a formulação de hipóteses por meio do raciocínio abdutivo começa com a identificação de um fenômeno surpreendente ou ainda não explicado, o que impulsiona o levantamento de perguntas que expressam os problemas subjacentes. Posteriormente, elaboram-se hipóteses que, se corretas, podem explicar esse fenômeno. Essas hipóteses são avaliadas com base em sua plausibilidade, mais do que em sua certeza, e sua validade é revisada continuamente à medida que se obtêm novas informações investigativas. Esse processo abdutivo, caracterizado por seu dinamismo e flexibilidade, permite ajustar as hipóteses conforme necessário e precede sua validação por meio de métodos dedutivos e indutivos. Isso garante uma exploração mais profunda e coerente da teoria (Magnani & Bertolotti, 2017).

A seguir, apresentam-se as hipóteses abdutivas que serviram de base para a construção da TCCR, constituindo o alicerce analítico sobre o qual se desenvolve esta proposta teórica:

Hipótese N° 1: Existência de um suprassistema narrativo relacional ecossistêmico

Pergunta abdutiva N° 1:

> Como as narrativas individuais e coletivas interagem e se reconfiguram em um contexto sistêmico mais amplo?

Descrição da hipótese: Propõe-se, como base da teoria, que as narrativas humanas não operam de forma isolada, mas fazem parte de um suprassistema mais amplo que abrange desde o nível individual até o coletivo. Esse suprassistema, denominado "Cognossistema" (por suas características psicossociais), deve ser compreendido como um ente global e dinâmico, que se encontra em constante processo de adaptação e evolução interna, no qual as narrativas psicossociais se reconfiguram e se transformam continuamente em resposta às interações ecossistêmicas.

Hipótese Nº 1:

> As narrativas humanas coexistem dentro de um suprassistema global, denominado "Cognossistema", onde interagem e se reconfiguram de forma contínua em resposta a crises e transformações de sua estrutura interna. Esse processo de interação permite a evolução e adaptação das narrativas humanas, tanto individuais quanto coletivas, no interior desse suprassistema, garantindo assim sua relevância e coerência diante das mudanças sistêmicas contextuais do ambiente.

Hipótese Nº 2: A sociedade como construção narrativa relacional cognossistêmica

Pergunta abdutiva Nº 2:

> Como os constructos narrativos e as estruturas sociais se entrelaçam para formar e sustentar a percepção compartilhada de "sociedade" como uma realidade intersubjetiva em constante adaptação?

Descrição da hipótese: Propõe-se que a "sociedade" não é uma entidade fixa ou objetiva, mas uma construção complexa formada por narrativas coletivas que as pessoas aceitam, de forma consciente ou inconsciente, como a realidade compartilhada. Essas narrativas, organizadas em um sistema mais amplo — o Cognossistema — permitem dar estrutura e sentido à vida em comum, funcionando como fundamento de um contrato de tipo sociocultural. A flexibilidade e a capacidade de reconfiguração desses constructos narrativos permitem que a sociedade se adapte constantemente às mudanças e desafios do ambiente, mantendo a coesão e o funcionamento por meio de um equilíbrio dinâmico entre o estabelecido e o emergente.

Hipótese Nº 2:

> Aquilo que comumente se entende por "sociedade" é, na realidade, uma vasta e dinâmica rede de constructos narrativos cognossistêmicos, interativos e plurais, que são aceitos coletivamente, de forma consciente ou inconsciente, como "realidade" no marco de um contrato sociocultural funcional. Esses constructos, que constituem uma realidade intersubjetiva em constante transformação, organizam-se dentro do Cognossistema, possibilitando a vida em comum entre os seres humanos. As narrativas que compõem essa rede são flexíveis, reconfiguráveis e profundamente interconectadas, o que lhes permite adaptar-se continuamente e manter a coesão social diante das mudanças e desafios do contexto ambiental.

Hipótese N° 3: A narrativa humana como sistema aberto

Pergunta abdutiva N° 3:

> Como se estrutura uma narrativa humana como um sistema aberto e organizado, que não apenas comunica informação, mas também dá forma à percepção da "realidade"?

Descrição da hipótese: Propõe-se que o objeto denominado "narrativa humana" não é simplesmente um relato isolado ou um elemento linguístico transmissor de informação inerte, mas sim sistemas abertos e autorregulados que estruturam como as pessoas percebem a realidade, organizando ações e experiências. No contexto do Cognossistema, essas narrativas se adaptam e evoluem por meio de retroalimentação contínua, integrando informações externas e respondendo a mudanças ambientais. Mais do que transmitir informação, as narrativas contribuem ativamente para a construção de significados, oferecendo um quadro flexível e adaptável para que indivíduos e grupos compreendam e interpretem sua realidade.

Hipótese N° 3:

> As narrativas humanas operam como sistemas abertos, organizados e autorregulados, cujos elementos inter-relacionados estruturam e organizam a percepção da "realidade", bem como as ações e experiências humanas. Essas narrativas funcionam no âmbito do Cognossistema, em um processo constante de retroalimentação e evolução que integra informações externas e responde às mudanças do ambiente. Dessa forma, a narrativa não apenas transmite informação, mas participa ativamente da construção de significados, proporcionando um quadro flexível e adaptável que permite a indivíduos e grupos interpretar e dar sentido à sua realidade.

Hipótese N° 4: Ciclo de vida dos sistemas narrativos

Pergunta abdutiva N° 4:

> Quais dinâmicas e condições, tanto internas quanto externas, influenciam o desenvolvimento do ciclo de vida dos sistemas narrativos humanos?

Descrição da hipótese: Propõe-se que as narrativas humanas evoluem seguindo um ciclo de vida que inclui fases de surgimento, desenvolvimento, maturidade, declínio ou transfor-

mação, e renovação. Esse processo é influenciado por fatores internos, como emoções, experiências e resiliência, e por condições externas, como o contexto cultural, social e político. As dinâmicas de retroalimentação contínua permitem que as narrativas se adaptem e evoluam diante de mudanças internas e externas, mantendo assim sua relevância e funcionalidade dentro do Cognossistema ao longo do tempo.

Hipótese N° 4:

> As narrativas humanas evoluem através de um ciclo de vida composto pelas fases de surgimento, desenvolvimento, maturidade, declínio ou transformação, e renovação, influenciado tanto por fatores internos (emoções, experiências, resiliência, etc.) quanto por condições externas (contextos culturais, sociais e políticos). Essas dinâmicas permitem que as narrativas se adaptem e evoluam tanto em seus processos internos quanto em resposta às mudanças contextuais, ajustando-se por meio de retroalimentação contínua para manter sua relevância e funcionalidade dentro do Cognossistema ao longo do tempo.

Hipótese N° 5: Retroalimentação emocional-narrativa

Pergunta abdutiva N° 5:

> Como se manifesta a retroalimentação entre emoções e narrativas, e de que maneira essa interação afeta a estabilidade e a evolução das narrativas em diferentes contextos psicossociais?

Descrição da hipótese: Propõe-se que as emoções e as narrativas mantêm uma relação de retroalimentação constante: as emoções reforçam a estabilidade e a coerência das narrativas, enquanto estas moldam as emoções vivenciadas pelos indivíduos. Essa interação dinâmica dentro do Cognossistema influencia a evolução das narrativas, potencializando sua estabilidade ou impulsionando sua transformação, dependendo dos contextos psicossociais em que se desenvolvem. Assim, as emoções não apenas afetam a sustentação das narrativas, mas também facilitam a mudança quando as circunstâncias assim o exigem.

Hipótese N° 5:

> As emoções e as narrativas influenciam-se mutuamente por meio de um processo contínuo de retroalimentação: as emoções reforçam a estrutura e a estabilidade das narrativas, enquanto estas moldam as emoções que os indivíduos experienciam. Essa

interação constante dentro do Cognossistema afeta a evolução das narrativas, potencializando sua estabilidade ou desencadeando sua transformação, em função dos contextos psicossociais que envolvem os indivíduos.

Hipótese N° 6: Emoções como agentes de mudança narrativa

Pergunta abdutiva N° 6:

Como as emoções, especialmente em momentos de crise, atuam como impulsionadoras para a modificação de narrativas e a construção de novas interpretações da realidade?

Descrição da hipótese: Propõe-se que as emoções humanas desempenham um papel crucial na formação, estabilidade e transformação das narrativas. Durante crises ou mudanças significativas, as emoções atuam como catalisadores que impulsionam a transformação das narrativas humanas. Essas emoções permitem desestabilizar as narrativas anteriores, gerando o impulso necessário para que se reconfigurem e integrem novas experiências e realidades. Por meio desse processo, as emoções facilitam a adaptação do Cognossistema, permitindo a construção de novas interpretações da realidade que sejam coerentes e funcionais com o contexto atual.

Hipótese N° 6:

As emoções humanas, especialmente durante crises ou momentos de mudança significativa, atuam como catalisadores que promovem a modificação das narrativas dos indivíduos e dos grupos sociais que estes compõem. Essas emoções geram o impulso necessário para desestabilizar as narrativas anteriores, permitindo que se reconfigurem de forma homeostática, integrando novas experiências e realidades. Dessa forma, as emoções facilitam a adaptação do Cognossistema, possibilitando a construção de novas interpretações da realidade coerentes com o contexto atual.

Hipótese N° 7: Autopoiese narrativa

Pergunta abdutiva N° 7:

De que maneira a autopoiese permite que as narrativas se auto-organizem, mante-

nham sua coerência de forma autônoma e, ao mesmo tempo, facilitem sua inter-relação com outras narrativas no ambiente?

Descrição da hipótese: Propõe-se que os sistemas narrativos dentro do Cognossistema são, por essência, autopoiéticos, o que permite que se auto-organizem e mantenham sua coerência por meio de processos de autorreprodução interna, sem depender de estímulos externos. Isso garante sua estabilidade e continuidade, permitindo que as narrativas evoluam de forma autônoma. Ao mesmo tempo, a autopoiese facilita a inter-relação com outras narrativas do ambiente, integrando novas influências e gerando uma retroalimentação cibernética que contribui para a coesão e o dinamismo do Cognossistema. Dessa forma, as narrativas permanecem estáveis, mas também abertas a mudanças contextuais significativas.

Hipótese N° 7:

A autopoiese permite que as narrativas se auto-organizem por meio de processos de autorreprodução e manutenção interna, o que garante sua coerência sem depender de estímulos externos constantes. Essa capacidade autopoiética possibilita que as narrativas se adaptem e evoluam a partir de seus próprios componentes, mantendo uma estabilidade relativa que assegura sua continuidade. Ao mesmo tempo, a autopoiese facilita a inter-relação com outras narrativas do ambiente ao permitir a integração de novos elementos e influências contextuais, gerando processos de retroalimentação cibernética que fortalecem a coesão e o dinamismo do Cognossistema.

Hipótese N° 8: Multiníveis no Cognossistema

Pergunta abdutiva N° 8:

De que maneira se organizam e se retroalimentam as narrativas individuais, organizacionais e culturais em um sistema sociocultural multinível?

Descrição da hipótese: Propõe-se que, no Cognossistema, as narrativas individuais, organizacionais e culturais se organizam em um sistema multinível interconectado. Essas narrativas comunicam-se e influenciam-se mutuamente por meio de processos de retroalimentação ascendente (do individual para o coletivo), descendente (do coletivo para o individual) e horizontal (entre narrativas do mesmo nível). Essa dinâmica facilita a coevolução e a adaptação contínua das narrativas em todos os níveis, permitindo que respondam de forma flexível às mudanças e desafios do ambiente sociocultural.

Hipótese Nº 8:

> No Cognossistema, as narrativas individuais, organizacionais e culturais se organizam e funcionam como um grande sistema sociocultural multinível, no qual esses níveis ou camadas ecossistêmicas interagem e se influenciam mutuamente por meio de processos de retroalimentação ascendente, descendente e horizontal. Essa dinâmica multinível permite que as narrativas individuais influenciem os níveis organizacionais e culturais — e vice-versa — facilitando a coevolução e a adaptação de todas as narrativas em resposta a mudanças e desafios contextuais.

Hipótese Nº 9: Interconectividade e retroalimentação narrativa

Pergunta abdutiva Nº 9:

> De que maneira interagem e se retroalimentam os sistemas narrativos humanos, nos diferentes níveis psicossociais, facilitando sua adaptação e reconfiguração contínua entre si?

Descrição da hipótese: Propõe-se que os sistemas narrativos humanos se retroalimentam e interagem nos diferentes níveis psicossociais do Cognossistema por meio de processos cibernéticos ascendentes (do individual para o coletivo), descendentes (do coletivo para o individual) e horizontais (entre narrativas do mesmo nível). Essa interação multinível permite que as narrativas se adaptem e se reconfigurem continuamente em resposta a novas experiências e desafios contextuais, garantindo sua coerência, evolução e relevância dentro do Cognossistema.

Hipótese Nº 9:

> Os sistemas narrativos humanos, nos diferentes níveis psicossociais do Cognossistema, interagem e se retroalimentam por meio de processos cibernéticos de retroalimentação ascendente, descendente e horizontal. Essa interação multinível facilita a adaptação e a reconfiguração contínua das narrativas, permitindo que se ajustem a novas experiências e desafios contextuais, garantindo sua coerência e evolução dentro do Cognossistema.

Hipótese N° 10: Plasticidade narrativa

Pergunta abdutiva N° 10:

> De que maneira as narrativas individuais e coletivas manifestam sua capacidade de adaptação e reconfiguração em resposta a mudanças significativas no contexto sociocultural micro e macro?

Descrição da hipótese: Propõe-se que as narrativas individuais e coletivas se reconfiguram em resposta a mudanças significativas em contextos socioculturais micro e macro. No nível micro, as narrativas individuais se adaptam a novas experiências e crises pessoais. No nível macro, as narrativas coletivas, como as culturais, se reestruturam por meio de processos de negociação social para responder a transformações mais amplas. Essa capacidade de adaptação assegura a coerência e a relevância das narrativas diante das mudanças no ambiente sociocultural.

Hipótese N° 10:

> As narrativas individuais e coletivas se reconfiguram dinamicamente em resposta a mudanças significativas no contexto sociocultural micro e macro. No nível micro, as narrativas individuais se adaptam a novas experiências e crises pessoais, enquanto no nível macro, as narrativas coletivas se reestruturam por meio de processos de negociação social. Essa capacidade de adaptação assegura a coerência e a relevância contínuas das narrativas no ambiente sociocultural em que se desenvolvem.

Hipótese N° 11: Fricções narrativas e adaptação cognossistêmica

Pergunta abdutiva N° 11:

> Como as fricções entre sistemas narrativos pessoais, organizacionais e culturais influenciam o processo de ajuste e reconfiguração dentro de um sistema mais amplo?

Descrição da hipótese: Propõe-se que as fricções entre sistemas narrativos pessoais, organizacionais e culturais dentro do Cognossistema geram tensões, crises e conflitos que impulsionam ajustes e reconfigurações em múltiplos níveis. Esses processos de acomodação permitem que as narrativas se adaptem e evoluam para restaurar o equilíbrio e facilitar a coexistência harmoniosa dentro do sistema mais amplo. Dessa forma, o conflito torna-se um motor de mudança que promove a estabilidade dinâmica do Cognossistema, garantindo sua capacidade de responder e ajustar-se aos novos desafios do ambiente.

Hipótese Nº 11:

> As fricções entre sistemas narrativos pessoais, organizacionais e culturais dentro do Cognossistema geram tensões, crises e conflitos que, em última instância, desencadeiam ajustes e reconfigurações multiníveis. Esses processos de acomodação, provocados pela crise e pelo conflito, permitem que as narrativas se adaptem e evoluam para restaurar o equilíbrio e facilitar a coexistência harmoniosa dentro do sistema mais amplo, promovendo a estabilidade dinâmica do Cognossistema.

Hipótese Nº 12: Poder e hierarquias narrativas

Pergunta abdutiva Nº 12:

> Como as narrativas hegemônicas influenciam a configuração da hierarquia social e de que maneira as narrativas emergentes podem desafiar e modificar essas estruturas para facilitar a mudança social e a mobilidade dentro do sistema de significados compartilhados?

Descrição da hipótese: Propõe-se, primeiramente, a existência de narrativas hierarquicamente dominantes ou hegemônicas dentro do suprassistema, ou Cognossistema. Estas seriam peças-chave para a estruturação da "hierarquia social", pois definem os marcos de significado que sustentam o status quo e legitimam as estruturas existentes. No entanto, as narrativas emergentes, ao questionarem as crenças dominantes, podem reconfigurar essas hierarquias, facilitando mudanças e mobilidade dentro do sistema de significados compartilhados. Esse processo de confrontação e adaptação permite que a estrutura social evolua e se ajuste em resposta a novas experiências e desafios contextuais, promovendo a transformação social.

Hipótese Nº 12:

> As narrativas hegemônicas dentro do Cognossistema estruturam a "hierarquia social" ao definir marcos de significado que sustentam o status quo e legitimam as estruturas sociais existentes. As narrativas emergentes, ao desafiar essas crenças dominantes, promovem uma reconfiguração das hierarquias estabelecidas, facilitando a mudança social e a mobilidade dentro do sistema de significados compartilhados. Esse processo permite a evolução e a adaptação da estrutura social em resposta a novas experiências e desafios contextuais.

Hipótese N° 13: Inércia narrativa e estabilidade hegemônica

Pergunta abdutiva N° 13:

> Como as narrativas hegemônicas, no contexto sociocultural, conseguem desenvolver resistência à mudança que lhes permite perdurar ao longo do tempo?

Descrição da hipótese: Propõe-se que as narrativas hegemônicas desenvolvem resistência à mudança por meio de processos de institucionalização e legitimação que criam uma "inércia narrativa". Essa inércia permite que elas se integrem em estruturas culturais, legais e educacionais, reforçando sua estabilidade e continuidade. A repetição constante e a aceitação generalizada consolidam sua posição dominante, enquanto os mecanismos de poder desqualificam ou limitam as narrativas emergentes. Esses fatores asseguram que as narrativas hegemônicas perdurem ao longo do tempo, apesar de desafios e tensões emergentes.

Hipótese N° 13:

> As narrativas hegemônicas dentro do Cognossistema desenvolvem resistência à mudança por meio de processos de institucionalização e legitimação que criam uma "inércia narrativa". Essa inércia permite que se integrem em estruturas culturais, legais e educacionais, garantindo sua estabilidade e continuidade, mesmo diante de tensões ou desafios narrativos emergentes. A repetição e a aceitação generalizada, aliadas a mecanismos de poder que limitam narrativas alternativas, contribuem para que essas narrativas hegemônicas perdurem no tempo.

Hipótese N° 14: O meme como veículo narrativo de incidência cultural

Pergunta abdutiva N° 14:

> De que maneira os memes podem funcionar como canais de transmissão que permitem aos sistemas narrativos mobilizar-se e integrar-se nos diferentes níveis ecossistêmicos, facilitando a interação e a criação de novos sistemas narrativos em um ambiente social complexo?

Descrição da hipótese: Propõe-se que os sistemas narrativos não apenas se transformam e se adaptam internamente, mas também se propagam por meio de canais narrativos, comparáveis a veículos de transporte, dentro do Cognossistema. Esses canais, denominados *"memes cognossistêmicos"*, permitem que os sistemas narrativos influenciem ou se integrem

a outras narrativas, gerando novos sistemas narrativos nos distintos níveis do suprassistema. Os memes cognossistêmicos atuam como unidades de transmissão de significado, facilitando a interação e a coevolução entre os sistemas narrativos.

Hipótese N° 14:

> Os sistemas narrativos, além de se transformarem e se adaptarem internamente, propagam-se por canais específicos dentro do Cognossistema, denominados "memes cognossistêmicos". Esses memes funcionam como veículos comunicativos de transporte que permitem a essas unidades de significado influenciarem outras ou integrarem-se a elas, dando origem à criação de novos sistemas narrativos nos diversos níveis do suprassistema. Portanto, os memes cognossistêmicos atuam como unidades de transmissão de significado essenciais para a interação e a coevolução das narrativas humanas.

Hipótese N° 15: Diversidade narrativa e coesão social

Pergunta abdutiva N° 15:

> De que maneira a inclusão e a diversidade de narrativas em uma sociedade contribuem para a coesão social e para a capacidade de adaptação diante das mudanças socioculturais?

Descrição da hipótese: Propõe-se que a inclusão e a diversidade de narrativas dentro do Cognossistema são fundamentais para manter a coesão social. Ao permitir a coexistência de múltiplas perspectivas, fomenta-se a compreensão mútua e reduz-se a conflitividade, promovendo a estabilidade social. Além disso, a diversidade narrativa fortalece a capacidade de adaptação do sistema, integrando novos significados e respondendo com flexibilidade às mudanças socioculturais. Isso garante que o Cognossistema possa evoluir e manter-se coeso em um ambiente dinâmico e em constante transformação.

Hipótese N° 15:

> A inclusão e a diversidade de narrativas dentro do Cognossistema são fundamentais para a coesão social, pois permitem a coexistência de perspectivas diversas e fomentam a compreensão mútua entre os membros da sociedade. Essa diversidade narrativa facilita a adaptação do Cognossistema às mudanças socioculturais, integrando

novos significados e promovendo a flexibilidade do sistema diante de desafios emergentes, garantindo, assim, sua estabilidade e coesão em um ambiente dinâmico.

5. A TEORIA COGNOSSISTÊMICA DA CONSTRUÇÃO RELACIONAL (TCCR)

Introdução à TCCR

OS SISTEMAS NARRATIVOS, concebidos como espécies de "células-tronco" da construção de significados humanos, apresentam-se como um fenômeno de notável complexidade e profunda fascinação. Seu impacto, embora constante, costuma passar despercebido na inércia da vida cotidiana, onde a reflexão crítica sobre sua influência na experiência psicossocial das pessoas é rara. No entanto, uma forma clara de apreciar essa dinâmica reside em observar o papel desempenhado pelos meios audiovisuais contemporâneos. Indústrias como o cinema, a televisão e a música não apenas operam como fontes de entretenimento, mas atuam como arquitetos de realidades percebidas, moldando os significados compartilhados no espaço sociocultural intersubjetivo. Por meio desses veículos narrativos, evidencia-se como as construções coletivas transcendem o individual, transformando a percepção do mundo e as formas de interação social.

A influência das narrativas mediáticas e audiovisuais na construção de significados socioculturais fundamenta-se na capacidade que estas possuem de moldar a realidade percebida, funcionando como estruturas de referência para indivíduos e comunidades. Os meios de comunicação e o entretenimento audiovisual, desde o cinema até as redes sociais, oferecem narrativas que não apenas representam, mas também estruturam as formas pelas quais as pessoas compreendem o mundo e seu lugar nele. Esse fenômeno observa-se particularmente na forma como universos narrativos fictícios, como os propostos por sagas populares como *Star Wars*, *Star Trek*, *The Lord of the Rings* ou, mais recentemente, o *Marvel Cinematic Universe* (MCU), entre muitos outros, adquirem significados profundos entre

seus seguidores, convertendo-se em marcos narrativos que transcendem sua origem fictícia para integrar-se à realidade vivida de seus fãs.

Sob uma perspectiva sociocultural, as narrativas mediáticas não são neutras; operam dentro de sistemas de poder e de significação que legitimam ideologias e estruturas sociais. Stuart Hall, em sua obra *Representation* (2003) [Representação], destaca que os meios de comunicação atuam como produtores de significados ao codificar e decodificar mensagens que refletem e, ao mesmo tempo, constroem a realidade sociocultural. Nesse sentido, as narrativas audiovisuais são ferramentas discursivas que, por meio de símbolos, imagens e relatos, geram consensos culturais ou, em alguns casos, desafiam o status quo. Por exemplo, no contexto da propaganda política, Hall ilustra como os significados não são inerentes às mensagens, mas se constroem através de processos culturais e discursivos, nos quais as imagens mediáticas podem tanto reforçar quanto questionar ideologias predominantes (Hall, 2003).

No âmbito do entretenimento, Matt Hills, em sua obra *Fan cultures* (2005) [Culturas de fãs], analisa o fenômeno do fandom, destacando como os fãs transformam as obras audiovisuais em marcos de sentido que informam suas identidades e práticas. O autor aponta que universos como *Star Trek* não apenas proporcionam entretenimento, mas também servem como plataformas para a exploração de valores, identidades e aspirações humanas. Hills descreve como os fãs reinterpretam e adaptam essas narrativas aos seus próprios contextos, criando comunidades de significado compartilhado que operam como microcosmos de experimentação cultural (Hills, 2005). Nesse processo, as narrativas de ficção adquirem uma dimensão quase mítica, funcionando como ferramentas para a autoexploração e a construção coletiva de significado.

Da mesma forma, Henry Jenkins, em sua obra *Fans, blogueros y videojuegos* (2009) [Fãs, blogueiros e videogames], ressalta como os novos meios ampliaram essa dinâmica, permitindo que os fãs interajam, reinterpretam e expandam ativamente os textos mediáticos. As plataformas digitais e as redes sociais tornaram-se espaços para a cocriação de significados, onde as narrativas fictícias se misturam com experiências pessoais e socioculturais, desfocando as fronteiras entre ficção e realidade. O autor ilustra como essas práticas participativas fomentam um tipo de inteligência coletiva, na qual os indivíduos colaboram para reinterpretar e ressignificar os textos mediáticos de formas que refletem suas próprias experiências e aspirações (Jenkins, 2009).

A relação entre narrativa e percepção da realidade também se evidencia no impacto das "culturas de culto" associadas a determinadas produções mediáticas. Segundo Hills, o status de culto de sagas como *Star Wars* ou *The Lord of the Rings* reside em sua capacidade de estabelecer conexões emocionais profundas com suas audiências, que veem nesses relatos não apenas entretenimento, mas modelos para compreender dilemas éticos, dinâmicas sociais e a condição humana (Hills, 2005). Essas narrativas convertem-se em "mitologias modernas" que informam a compreensão dos indivíduos sobre conceitos como heroísmo, justiça e sacrifício.

Douglas Kellner, em sua obra *Media culture* (2003) [A cultura da mídia], complementa essa visão ao argumentar que as narrativas mediáticas são veículos tanto para a hegemonia cultural quanto para a resistência. Filmes e programas de televisão, ao representarem determinadas visões de mundo, naturalizam valores e ideologias específicas, mas também podem ser reinterpretados pelas audiências de formas que subvertem sua intenção original. Esse duplo movimento de legitimação e resistência demonstra como as narrativas

audiovisuais atuam como arenas simbólicas nas quais se negociam significados e se constroem novas realidades.

Nesse contexto, a capacidade das narrativas audiovisuais de influenciar a percepção da realidade e as crenças individuais e coletivas não se limita ao conteúdo explícito dos textos mediáticos, mas também abrange as práticas sociais e culturais que surgem em torno deles. Os fãs, como sugere Hills, não são consumidores passivos, mas agentes ativos que reconfiguram as narrativas para torná-las significativas em suas próprias vidas (Hills, 2005). Esse processo transforma as narrativas de ficção em lentes por meio das quais os indivíduos interpretam o mundo, integrando elementos fictícios em seus marcos de referência pessoais e coletivos.

Mas quão poderosa pode ser a influência das narrativas mediáticas na vida cotidiana em sociedade? A resposta é: muito poderosa — e, em alguns casos, pode chegar a ser alarmante. Há inúmeros exemplos em que grandes grupos de fãs ultrapassaram a linha entre ficção e realidade, agindo de forma concreta e hostil contra atores ou figuras públicas devido às tramas fictícias das histórias que consomem. Esses atos, geralmente motivados por um sentido distorcido de justiça relacionado a narrativas irreais, tornam-se uma problemática que afeta tanto os envolvidos quanto a percepção social.

Um exemplo emblemático recente é o caso do ator franco-britânico Fabien Frankel, conhecido por interpretar "Criston Cole" em *House of the Dragon* (do universo de *Game of Thrones* da HBO). Frankel tem sido alvo de constantes agressões, insultos e assédio nas redes sociais, provenientes de fãs que, de forma quase obsessiva, o confundem com seu personagem fictício. Comentários como "Eu te odeio", "Onde você estava quando mataram o herdeiro do trono", "Como você pôde passar de ser o personagem mais querido a se tornar o pior personagem da história de Game of Thrones" e "Espero que deem uma surra nesse cara" (Solà, 2024, 26 de junho) são apenas alguns dos milhares de mensagens que ele recebe diariamente. Essa situação o levou a encerrar suas redes sociais por um período e a limitar suas aparições públicas por medo de ser atacado.

Frankel não é o único caso; esse tipo de comportamento tem se repetido com outros atores e figuras mediáticas, o que evidencia o impacto preocupante que as narrativas fictícias podem exercer na vida real.

Em definitiva, as narrativas audiovisuais, desde a propaganda política até os universos fictícios de culto, são forças dinâmicas que moldam a realidade percebida e os significados socioculturais dos seres humanos. Essas narrativas não apenas representam a realidade, mas a constroem ativamente, ao oferecerem marcos simbólicos que informam como os indivíduos e as comunidades compreendem seu entorno e a si mesmos. A capacidade dos fãs de adotar e transformar essas narrativas ilustra o poder dos meios de comunicação como agentes culturais e demonstra como a interação entre relato, audiência e contexto dá origem a novas formas de entender e habitar a realidade.

Nessa mesma linha, embora com um enfoque analítico ainda mais amplo e profundo sobre o efeito dos sistemas narrativos nos seres humanos, destaca-se um episódio ocorrido em 2023, durante uma entrevista na Espanha com o renomado historiador e escritor israelense Yuval Noah Harari, no âmbito do programa *BBVA Aprendemos Juntos 2030*, da plataforma YouTube. Nessa ocasião, uma menina da plateia formulou uma pergunta especialmente interessante ao destacado intelectual, colocando-lhe a seguinte indagação:

"Que superpoder os sapiens obtiveram para conseguir governar o planeta atualmente?"

Diante dessa indagação sociológica, Harari (2023) respondeu o seguinte:

> …Se olharmos para nós, em nível individual, não somos animais especialmente fortes nem poderosos. Os elefantes são maiores e mais fortes, os guepardos são mais rápidos, as cobras são venenosas, e as águias podem voar. [...] O que nos torna o animal mais poderoso do mundo é que podemos cooperar em grandes grupos e mudar constantemente nossa forma de cooperar. As grandes conquistas da história se deveram à nossa incrível capacidade de cooperar. Pensem na chegada do homem à Lua [...] construir uma nave e chegar à Lua exige a cooperação de milhões de pessoas…
>
> Por que podemos cooperar com desconhecidos e com pessoas de lugares distantes? Porque as pessoas inventam histórias. Enquanto todos acreditarmos na mesma história, não precisamos nos conhecer para cooperar. Por exemplo, um esporte como o futebol se baseia em uma história. Você vai a um campo, vê outras pessoas que nunca viu antes e, em cinco minutos, todos podem estar jogando juntos, porque todos conhecem a mesma história sobre o futebol…
>
> O mesmo acontece com o dinheiro. Pode parecer estranho dizer que o dinheiro é um conto, mas o que ele é exatamente? [...] Na maioria dos casos, nem sequer é algo tangível: mais de noventa por cento do dinheiro que existe no mundo não é papel, é apenas informação eletrônica que circula entre computadores. [...] No entanto, funciona porque existe uma história sobre o dinheiro e quase todos acreditamos nela. Nem todos acreditam em Deus, nem todos acreditam em Papai Noel, mas quase todo mundo acredita no dinheiro — e ele não passa de um conto…
>
> Às vezes, as pessoas deixam de acreditar e, então, surge um grande problema. Na maior parte do tempo, todos acreditamos no conto, e enquanto isso acontecer, ele funciona. Isso é o que nos faz mais poderosos que os elefantes, os leões, os chimpanzés e qualquer outro. Podemos cooperar com milhões, com bilhões de pessoas para construir cidades, naves espaciais, estradas, cultivar alimentos e o que for necessário; porque acreditamos em todas essas histórias.

Yuval Noah Harari, ao refletir sobre a história da humanidade, destaca um aspecto crucial para compreender o sucesso da espécie humana: o poder dos sistemas narrativos. Em sua análise, Harari expõe como os seres humanos, diferentemente de outras espécies,

não se distinguem por sua força física ou habilidades particulares, mas por sua capacidade única de cooperar em grande escala, guiados por histórias compartilhadas. Essa cooperação massiva, que permitiu a construção de civilizações, o desenvolvimento tecnológico e a criação de sistemas econômicos complexos, fundamenta-se na habilidade de gerar e compartilhar narrativas que transcendem as experiências individuais. As histórias operam como um laço simbólico que conecta milhões de pessoas, possibilitando a colaboração em torno de objetivos comuns, sem a necessidade de se conhecerem pessoalmente.

O poder dos sistemas narrativos humanos reside em sua capacidade de estruturar e dotar de significado a realidade social. Por meio deles, constroem-se significados compartilhados que orientam a conduta, estabelecem normas e valores, e determinam o que é aceitável ou inaceitável dentro de uma sociedade específica. Harari utiliza exemplos como o dinheiro e o futebol para ilustrar como as narrativas compartilhadas permitem que os indivíduos cooperem de forma eficiente. O dinheiro, por exemplo, carece de valor intrínseco; seu valor provém do consenso coletivo que sustenta a história que o legitima. De maneira similar, o futebol torna-se um fenômeno global porque milhões de pessoas aceitam as mesmas regras e objetivos. Esses sistemas narrativos permitem organizar a sociedade, canalizar esforços coletivos e gerar estruturas complexas que seriam inalcançáveis de forma isolada.

É fundamental destacar que as narrativas humanas não apenas facilitam a cooperação, mas também constituem a base sobre a qual se edificam instituições e sistemas de poder. Da religião aos sistemas econômicos, todas as grandes estruturas sociais estão alicerçadas em sistemas narrativos que, ao serem aceitos coletivamente, adquirem uma realidade quase tangível. Nesse sentido, as histórias não se limitam a descrever a realidade, mas a criá-la e transformá-la. Essa capacidade de moldar o mundo converte os sistemas narrativos humanos em ferramentas poderosas, que podem ser empregadas tanto para o progresso quanto para a opressão. A humanidade conseguiu realizar feitos como a conquista do espaço, a construção de cidades e o estabelecimento de sistemas de justiça, tudo isso graças à força das narrativas compartilhadas que impulsionam os indivíduos a agir em conjunto.

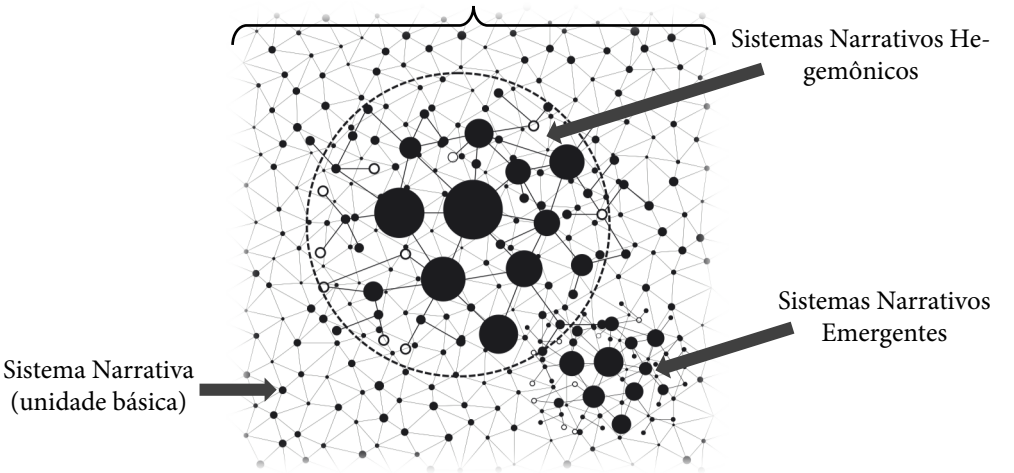
Esse poder dos sistemas narrativos, que Harari descreve como o "superpoder" dos Homo sapiens, convida a refletir sobre a construção do conhecimento e da realidade social. Nesse contexto, a *Teoria Cognossistêmica da Construção Relacional* (TCCR) apresenta-se como uma proposta teórica que aprofunda a forma como esses sistemas narrativos humanos moldam a percepção humana e organizam o comportamento coletivo. A TCCR busca desvendar os mecanismos pelos quais essas histórias se constroem, se transmitem e se transformam ao longo do tempo, influenciando todos os níveis do ecossistema social, desde o nível individual até o cultural e institucional. A reflexão de Harari serve como ponto de partida ideal para abordar a TCCR, pois destaca a importância das histórias na construção da realidade e a forma como elas permitem que os seres humanos superem suas limitações individuais para criar mundos complexos e significativos.

Em suma, as palavras de Harari evidenciam que o poder dos sistemas narrativos vai além da simples transmissão de informação: as narrativas são o andaime sobre o qual se edifica a sociedade. Compreender esse fenômeno, tal como propõe a TCCR, permite uma análise mais aprofundada de como os seres humanos constroem sua realidade, como se geram os significados coletivos e como as dinâmicas narrativas influenciam a evolução das estruturas sociais. Nesse sentido, a TCCR não busca apenas descrever a influência dos diferentes sistemas narrativos existentes, mas também oferecer um marco para intervir neles e promover mudanças significativas em nível psicossocial.

Proposição geral da TCCR

A *Teoria Cognossistêmica da Construção Relacional Psicossocial Humana* (TCCR) constitui um marco teórico avançado e abrangente, que busca oferecer uma interpretação profunda, detalhada e holística de como os seres humanos constroem e reconstroem sua realidade psicossocial por meio de processos narrativos intersubjetivos. Essa teoria emerge como resposta à complexidade inerente das interações humanas, integrando contribuições interdisciplinares provenientes da filosofia, da psicologia, da sociologia, da teoria de sistemas e da epistemologia contemporânea. O conceito central que define e articula essa teoria é o "Cognossistema", o qual se apresenta como uma trama intrincada, complexa e dinâmica de sistemas narrativos que fundamentam, de forma construcionista, o que se entende comumente por "sociedade". Esses sistemas interagem de maneira contínua e constante dentro de contextos socioculturais específicos, sendo analisados a partir de uma perspectiva sistêmica, transversal e inter-relacionada.

COGNOSSISTEMA



Inspirando-se significativamente no "modelo bioecológico" proposto por Bronfenbrenner, a TCCR organiza a construção psicossocial humana em diferentes níveis sistêmicos profundamente inter-relacionados. Esses níveis incluem o *microssistema*, que engloba as relações pessoais diretas e cotidianas, como as interações familiares ou de amizade; o *mesossistema*, que se refere às interações dinâmicas e sinergias estabelecidas entre diferentes grupos e contextos próximos, como as relações entre família e escola; o *exossistema*, que abrange contextos externos indiretos que exercem efeitos significativos sobre os indivíduos, tais como ambientes de trabalho dos pais ou políticas públicas locais; o *macrossistema*, constituído pelos paradigmas culturais, ideológicos e sociais dominantes, que configuram valores e expectativas coletivas; e, por fim, o *cronossistema*, que examina os processos de evolução temporal e as mudanças que ocorrem nesses diferentes sistemas ao longo do tempo.

Essa abordagem permite realizar uma análise exaustiva e detalhada não apenas das narrativas individuais e familiares, mas também daquelas geradas e transformadas em contextos sociais mais amplos, culturais e organizacionais. Reconhece-se, assim, as múltiplas interações complexas que se estabelecem entre esses níveis, promovendo uma compreensão aprofundada sobre a adaptação e a evolução contínua que ocorrem em resposta a transformações contextuais constantes.

O conceito de "narrativa" é proposto na TCCR como uma categoria epistemológica essencial e fundamental, entendida especificamente como a unidade básica do Cognossistema, também denominada como "sistema narrativo" cognossistêmico. Esse tipo de sistema de significado não se limita apenas ao relato ou à história pessoal de um indivíduo, mas configura-se como um processo complexo, de natureza cognitivo-sistêmica integral, que permite aos sujeitos organizar e estruturar de forma intersubjetiva e compartilhada suas percepções do mundo, criando e recriando continuamente significados que orientam tanto a construção de sua identidade pessoal quanto a tomada de decisões e o estabelecimento de relações interpessoais. Nesse contexto, dois subconceitos-chave permitem aprofundar essa compreensão: a *cognoscitividade narrativa*, que aborda os processos mentais e intersubjetivos que integram dimensões emocionais, simbólicas e culturais da experiência humana; e a *sistemicidade narrativa*, que entende a narrativa como um componente ativo e integral de um ecossistema complexo e dinâmico, composto por narrativas individuais e coletivas interdependentes.

Os "sistemas narrativos cognossistêmicos" estruturam-se e organizam-se em torno de oito elementos fundamentais e inter-relacionados, que são essenciais para compreender seu funcionamento interno e dinâmico. Esses elementos incluem *a experiência*, que constitui a base inicial sobre a qual se constroem as narrativas; *as percepções e emoções*, que atuam como mediadores essenciais do processo narrativo; *o contexto*, que influencia de maneira determinante a forma e o conteúdo das narrativas; *o conteúdo proposicional*, que conforma o núcleo argumentativo e conceitual da narrativa; *a avaliação cognitiva*, processo pelo qual se valoram e julgam as proposições narrativas; *a atitude epistêmica*, que define o posicionamento do sujeito frente ao conhecimento e sua veracidade; *o propósito narrativo*, entendido como a intenção subjacente que orienta e coesiona a narrativa; e, por fim, *a função narrativa*, que materializa os significados em ações concretas.

Esses sistemas narrativos percorrem um "ciclo vital" claramente definido, que reflete um processo evolutivo complexo e dinâmico, composto por diferentes etapas inter-relacionadas: surgimento, desenvolvimento, maturidade, declínio ou transformação e renovação. *O surgimento* representa a etapa inicial em que um sistema narrativo se configura como resposta a experiências novas ou desafios emergentes, estabelecendo assim suas bases significativas e conceituais. Durante *o desenvolvimento*, a narrativa se expande e se consolida, adquirindo complexidade e adaptabilidade por meio de interações contínuas e processos de retroalimentação, tanto internos quanto externos. A *etapa de maturidade* é alcançada quando a narrativa atinge uma integração plena e profunda na identidade individual ou coletiva, tornando-se um marco dominante que orienta decisões e comportamentos de forma estável e coerente.

O *declínio ou transformação* ocorre quando uma narrativa começa a perder relevância, enfrenta contradições internas significativas ou deixa de responder de forma eficaz às demandas contextuais, gerando tensões e desequilíbrios que eventualmente conduzem ao seu questionamento ou à sua redefinição substancial. Esse processo pode resultar em

uma fragmentação ou reestruturação profunda do sistema narrativo, abrindo espaço para o surgimento de novas configurações de significado. Por fim, *a renovação* implica uma revitalização consciente e deliberada do sistema narrativo existente ou sua substituição estratégica por novas narrativas que ofereçam respostas mais adaptativas e relevantes às circunstâncias atuais.

Esse ciclo evolutivo opera dentro de uma dinâmica de mudança caracterizada por fases específicas denominadas *Beta* (estabilidade), na qual prevalece uma relativa coerência narrativa e um equilíbrio sistêmico interno; *Alfa* (crise), etapa de instabilidade e conflito, onde surgem questionamentos críticos que desafiam a continuidade e a funcionalidade narrativa; e *Delta* (reorganização e mudança), fase em que ocorrem ajustes significativos, reconfigurações internas e processos de adaptação orientados a restabelecer a coerência e a estabilidade sistêmica em contextos renovados. Essas fases oferecem um marco analítico robusto para compreender como os sistemas narrativos mantêm-se flexíveis e resilientes, adaptando-se constantemente às transformações do ambiente psicossocial e cultural.

Da mesma forma, a TCCR reconhece que as narrativas não existem de forma isolada, mas operam dentro de uma "estrutura hierárquica" dinâmica, fluida e em constante mudança. Nesse complexo tecido narrativo, algumas narrativas conseguem ocupar posições centrais ou hegemônicas, exercendo uma influência notável sobre as percepções, comportamentos e valores de indivíduos e coletivos, enquanto outras narrativas permanecem em posições periféricas ou marginais, com capacidade limitada de influenciar diretamente os sistemas predominantes. Esse fenômeno dá origem a uma dinâmica contínua de negociação, conflito, adaptação e reposicionamento entre diferentes níveis narrativos, na qual as narrativas marginais buscam ascender na hierarquia por meio de processos discursivos inovadores, e as narrativas dominantes procuram manter ou fortalecer sua posição estratégica mediante mecanismos discursivos de controle e legitimação.

Para explicar esses complexos processos intersubjetivos de negociação e mobilidade narrativa, a TCCR introduz um conceito inovador denominado "meme cognossistêmico". Este refere-se especificamente a um tipo particular de unidade semântica utilizada de forma intencional, desde os primórdios da existência humana em sociedade, com o propósito explícito de incidir no curso evolutivo e adaptativo das narrativas dentro do Cognossistema. Os memes cognossistêmicos atuam como agentes estratégicos de mudança narrativa, capazes de reforçar e consolidar narrativas estabelecidas, gerar fricções discursivas significativas que desafiam e enfraquecem narrativas dominantes, ou facilitar processos eficazes de transição e transformação rumo a novas configurações narrativas mais adaptativas e relevantes. Esses memes, portanto, apresentam-se não apenas como ferramentas analíticas úteis para compreender a dinâmica narrativa, mas também como instrumentos práticos que podem ser empregados estrategicamente para influenciar ativamente a construção e reconstrução de realidades psicossociais, promovendo assim processos de mudança cultural e social intencionais e reflexivos.

Por fim, a TCCR apresenta uma proposta de classificação analítica exaustiva e sistemática que distingue diferentes tipos de sistemas narrativos, facilitando assim uma análise profunda e organizada das variadas formas pelas quais os seres humanos constroem significados e orientam suas ações e decisões. Essa classificação divide-se, inicialmente, em duas grandes categorias: sistemas narrativos "intrapessoais" e sistemas narrativos "extrapessoais".

Os sistemas narrativos "intrapessoais" ou individuais englobam aqueles que estruturam a identidade e o autoconceito subjetivo do indivíduo. Dentro destes, os *sistemas pessoais* incluem os *identitários*, que definem a coerência e a continuidade do "eu"; os *autoperceptivos*, que determinam como a pessoa se observa em diferentes contextos; e os *autovalorativos*, que influenciam na autoestima e na autoeficácia. Os *sistemas narrativos ideológicos*, por sua vez, estabelecem os marcos epistemológicos e axiológicos individuais. Estes compreendem narrativas *filosóficas*, *políticas* e *religiosas ou espirituais*, cada uma com capacidade de se adaptar e evoluir à medida que o indivíduo interage com novas experiências e contextos. No que diz respeito aos *sistemas narrativos cronológicos*, estes organizam a percepção temporal dos indivíduos, incluindo sistemas *valorativos do tempo*, *sequenciais* e *prospectivos*. Tais sistemas fornecem um marco coerente para integrar eventos passados, presentes e futuros, permitindo assim uma regulação adaptativa interna diante da mudança.

Na dimensão "extrapessoal" ou social encontram-se os *sistemas narrativos interpessoais*, que facilitam a geração e a transmissão de significados compartilhados. Estes incluem sistemas *familiares*, *grupais* e *comunitários*, cada um desempenhando funções específicas na consolidação de identidades coletivas e na adaptação às transformações sociais. Da mesma forma, os *sistemas narrativos organizacionais* representam estruturas simbólicas que regulam interações e delimitam acessos a recursos em contextos *institucionais*, *econômico-mercantis* e *midiático-culturais*, operando principalmente no nível exossistêmico. Por fim, os *sistemas narrativos socioculturais* constituem a manifestação estrutural do macrossistema, fornecendo um marco normativo global sobre o qual se constroem e se negociam as narrativas menores. Dentro desse nível destacam-se os sistemas *tradicionalistas*, *moralistas*, *normativistas* e *juristas*, que mantêm a coesão cultural e regulam a evolução das normas sociais.

Essa classificação não apenas permite identificar e compreender melhor as especificidades funcionais e estruturais de cada tipo narrativo, mas também facilita o estudo comparativo e a interação dinâmica entre esses diversos sistemas, oferecendo um marco integrador capaz de captar e analisar de forma eficaz a complexidade, a pluralidade e a riqueza inerentes às narrativas humanas em suas múltiplas manifestações sociais, culturais e individuais.

Em síntese, a *Teoria Cognossistêmica da Construção Relacional Psicossocial Humana* (TCCR) propõe uma perspectiva teórica integral e altamente sofisticada que destaca o papel fundamental das narrativas como estruturas organizadoras e agentes ativos de transformação na constituição multidimensional e multinível da realidade psicossocial humana. Essas narrativas atuam não apenas como mecanismos interpretativos que permitem aos indivíduos e coletivos atribuir significado às suas experiências cotidianas, mas também como catalisadores que impulsionam a evolução e a mudança social por meio de processos complexos e dinâmicos. Nesse marco, a construção narrativa é concebida como um processo contínuo e profundamente interativo, no qual as narrativas se adaptam e se modificam permanentemente em resposta a contextos sociais, culturais e históricos emergentes. Além disso, essa abordagem ressalta a capacidade das narrativas de influenciar e reorganizar tanto as relações interpessoais e intergrupais quanto as estruturas institucionais e culturais mais amplas, permitindo assim uma compreensão profunda e matizada de como a realidade humana se configura e se reconfigura constantemente por meio de complexas redes de interação simbólica e discursiva.

Elementos fundamentais da TCCR

I. O "Cognossistema" como conceito geral

O Cognossistema é um marco conceitual amplo, dinâmico e complexo, que integra todos os "sistemas narrativos cognossistêmicos" existentes dentro de um contexto sociocultural, o qual é sempre orientado analiticamente por uma abordagem transversal de natureza ecossistêmica. Essa abordagem, inspirada significativamente no modelo ecossistêmico bioecológico, estrutura as construções relacionais psicossociais humanas — por meio dos sistemas narrativos — em diferentes níveis: o microssistema (relações próximas e individuais), o mesossistema (conexões entre pequenos grupos ou ambientes), o exossistema (ambientes externos que afetam indiretamente as pessoas), o macrossistema (valores e crenças socioculturais) e o cronossistema (mudanças nesses sistemas ao longo do tempo). No Cognossistema, abarcam-se não apenas as narrativas individuais, familiares, sociais, culturais e organizacionais, mas também as complexas interações que se produzem entre elas. Essas interações são caracterizadas por fluxos contínuos de retroalimentação que permitem a adaptação e evolução constantes das narrativas em resposta às transformações do ambiente social e cultural.

CONCEITO:

Cognossistema: Conceito que explica como as *narrativas humanas*, desde as histórias pessoais até as crenças culturais, se conectam e se influenciam mutuamente por meio de uma grande rede sistêmica de construção de significados interconectados socioculturalmente. Esses sistemas narrativos humanos organizam-se em diferentes níveis ecossistêmicos, como as relações próximas ou familiares, os grupos sociais, as influências culturais, entre outros. O Cognossistema, portanto, mostra como essas construções de significados se adaptam e evoluem ao longo do tempo, formando parte de um todo narrativo cognossistêmico que dá sentido à realidade humana percebida.

O Cognossistema ergue-se como uma entidade multifacetada que encapsula a riqueza e a complexidade das interações humanas, bem como sua capacidade de gerar e transformar significados. Essa abordagem integral permite uma compreensão holística de como as narrativas emergem, evoluem e se retroalimentam por meio dos níveis ecossistêmicos, respondendo tanto a influências endógenas quanto exógenas, e mantendo sempre um processo dinâmico e adaptativo.

Para ter uma compreensão simplificada e introdutória do conceito de Cognossistema, é fundamental explorar de forma geral os diferentes níveis propostos e suas interações; sempre a partir de uma perspectiva sistêmica e holística, na qual os níveis se influenciam mutuamente em uma dinâmica cibernética de retroalimentação, que abrange tanto o individual quanto o coletivo, em um fluxo constante de influência bidirecional:

- **Microssistema:** Este nível abrange as interações mais imediatas nas quais os indivíduos participam, mas dentro de uma concepção que ressalta a interdependência sistêmica. Não se trata apenas de entender como um indivíduo é afetado por seu entorno próximo, mas também de como sua narrativa contribui para as dinâmicas coletivas. Por exemplo, as relações familiares não apenas moldam a percepção dos indivíduos sobre si mesmos, mas também contribuem para a narrativa familiar mais ampla, influenciando como a família, como um todo, se estrutura e enfrenta desafios. Assim, as emoções e crenças individuais, tais como autoaceitação ou autocrítica, tornam-se parte da narrativa coletiva, afetando a forma como a família responde a influências externas.

- **Mesossistema:** Este nível refere-se à interação entre múltiplos microssistemas, mas sob uma ótica em que cada um deles se nutre dos outros, gerando uma co-construção narrativa. Por exemplo, a relação entre a família de um adolescente e a escola não apenas influencia a percepção do adolescente sobre si mesmo, mas também contribui para a narrativa coletiva de ambas as instituições. Se uma família e uma escola compartilham uma narrativa sobre a importância da educação, isso pode fortalecer a identidade do adolescente como parte de uma comunidade comprometida com o aprendizado. Da mesma forma, as narrativas escolares são modificadas e enriquecidas pelas experiências e expectativas trazidas pelas famílias, criando uma rede de significados compartilhados.

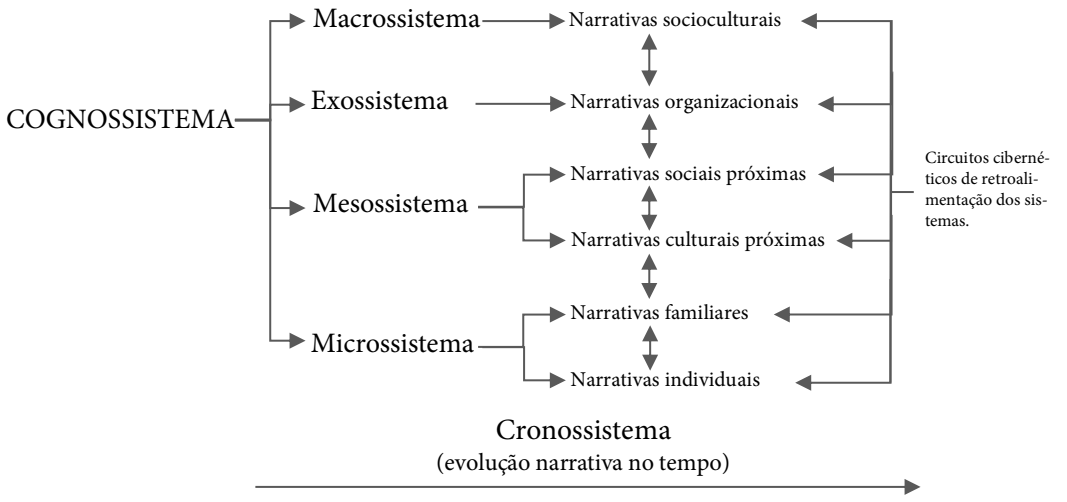
- **Exossistema:** Este nível inclui contextos que afetam o indivíduo de forma indireta, mas que fazem parte de uma rede narrativa que influencia e, por sua vez, é influenciada pelo indivíduo e seus microssistemas. Por exemplo, o local de trabalho dos pais afeta a narrativa familiar não apenas em termos de recursos disponíveis, mas também na forma como se conceptualizam as relações dentro do lar. As pressões laborais dos pais podem criar uma narrativa familiar sobre resiliência e solidariedade em tempos de estresse, que depois se transfere para outros contextos da vida dos filhos. Essa dinâmica reflete a dependência mútua entre as narrativas que emergem em espaços aparentemente distantes e aquelas que se constroem no cotidiano familiar.

- **Macrossistema:** Este nível refere-se às narrativas culturais e sociais que estruturam e influenciam todos os níveis anteriores, mas que também são moldadas pelas práticas e crenças coletivas e individuais. Por exemplo, uma narrativa cultural sobre o respeito ao meio ambiente não apenas influencia como as pessoas entendem sua relação com a natureza, mas também é continuamente redefinida por meio de

ações em nível familiar, comunitário e organizacional. Em uma sociedade que começa a adotar práticas sustentáveis e a questionar o consumo excessivo, essas mudanças impactam em nível macro, mas também surgem de transformações narrativas em lares, escolas e empresas, gerando uma dinâmica cibernética de coevolução entre o cultural e o individual.

- **Cronossistema:** Por fim, este nível enfatiza a dimensão temporal e sua influência nos demais níveis do Cognossistema, entendendo o tempo como um elemento integrador que permite a evolução das narrativas através dos diferentes níveis sistêmicos. As transições e eventos históricos, tais como migração ou uma crise econômica, não afetam apenas os indivíduos ou suas famílias de forma linear, mas geram mudanças nas narrativas coletivas e na maneira como estas se inter-relacionam. Por exemplo, o processo de adaptação cultural após uma migração afeta simultaneamente as narrativas pessoais sobre identidade e as narrativas familiares e culturais sobre pertencimento. Assim, o cronossistema reflete a interdependência das narrativas no tempo, assegurando que as mudanças em um nível gerem respostas e adaptações em todos os níveis do Cognossistema.

O Cognossistema, em consequência, apresenta-se como um suprassistema que não apenas abrange cada um desses níveis, mas também os conecta e os retroalimenta de forma contínua, criando uma rede complexa e adaptativa. As narrativas fluem entre os diferentes níveis, moldando as percepções que os indivíduos têm sobre o mundo e sobre si mesmos, enquanto as mudanças em nível individual também contribuem para a transformação das narrativas coletivas. Por exemplo, uma narrativa cultural dominante sobre o sucesso econômico pode influenciar as expectativas e os comportamentos das famílias e, em última instância, a forma como os indivíduos se percebem dentro do sistema educacional ou laboral. De modo semelhante, as narrativas pessoais relacionadas à autoestima podem, com o tempo, influenciar narrativas mais amplas em nível organizacional ou cultural, gerando transformações nos valores e crenças coletivas.



Como mostrado no diagrama anterior, as interações cibernéticas e os fluxos de retroalimentação entre esses níveis desempenham um papel crucial na dinâmica do Cognossistema. A *retroalimentação ascendente* ocorre quando as narrativas individuais e familiares se amplificam e passam a influenciar as políticas organizacionais ou os valores culturais mais amplos. Um exemplo disso é o movimento pela igualdade de direitos, no qual as narrativas pessoais de injustiça e desigualdade se consolidam em um movimento social que gera mudanças nas normas e políticas em nível macro. Em contraste, a *retroalimentação descendente* ocorre quando as narrativas culturais ou as políticas públicas afetam de forma significativa os níveis mais imediatos, como as famílias ou os indivíduos. Por exemplo, as políticas de bem-estar social podem moldar as narrativas familiares sobre segurança e apoio comunitário, influenciando a percepção do papel de cada pessoa na sociedade.

Por fim, como será abordado em seções posteriores, o Cognossistema caracteriza-se por sua *plasticidade narrativa*, ou seja, sua capacidade de se adaptar e se reconfigurar em resposta a mudanças contextuais, sejam elas endógenas ou exógenas. Essa plasticidade é o que permite ao Cognossistema ser resiliente, mantendo sua coesão e funcionalidade em ambientes em constante mudança. Um exemplo de plasticidade narrativa observa-se em famílias imigrantes que, ao se mudarem para um novo país, ajustam suas narrativas culturais e familiares para se integrarem ao novo contexto sem perder os elementos identitários fundamentais. Por meio desse processo de adaptação, o Cognossistema consegue evoluir, mantendo um equilíbrio entre continuidade e transformação.

Em síntese, o Cognossistema não é uma entidade estática, mas um sistema em constante movimento que integra múltiplos níveis narrativos, desde o individual até o cultural, mantendo sempre um fluxo de interação e retroalimentação. Essa complexidade e riqueza narrativa permitem uma compreensão aprofundada de como as pessoas e as comunidades constroem, sustentam e transformam seus significados, respondendo às diversas influências e desafios que enfrentam ao longo do tempo.

Características fundamentais do "Cognossistema"

1. Interconectividade sistêmica

O Cognossistema caracteriza-se por uma *interconexão sistêmica* profunda, configurada pela articulação constante e dinâmica das narrativas que o compõem. Essas narrativas interagem de forma multinível, gerando uma rede complexa de significados que opera como um ecossistema cibernético. Dentro dessa rede, as narrativas não apenas se reforçam ou se enfraquecem mutuamente, mas também participam de processos de retroalimentação bidirecional que permitem ao Cognossistema adaptar-se e evoluir em função das mudanças contextuais.

Essa interconectividade manifesta-se na capacidade das narrativas individuais de escalar e influenciar os níveis coletivos e organizacionais, assim como na incidência das narrativas macroestruturais sobre as narrativas microestruturais. Por exemplo, uma narrativa de empoderamento pessoal pode originar-se de uma experiência individual transformadora e, por meio de sua articulação em um espaço comunitário, tornar-se um catalisador para a mudança grupal. Esse fenômeno, ao replicar-se em outros contextos, pode eventualmente impactar o desenho de políticas públicas ou a reconfiguração de valores culturais.

De modo análogo, narrativas hegemônicas como o consumismo, ancoradas em discursos globais, podem permear os níveis individuais, moldando decisões, identidades e relações interpessoais. Assim, uma campanha publicitária que exalte a autoeficácia baseada no consumo não apenas influencia as expectativas individuais, mas também as estruturas sociais que reforçam tais práticas. Esse tipo de interação ilustra como as narrativas macroestruturais geram impactos microestruturais que, por sua vez, podem retroalimentar os sistemas maiores.

Os processos narrativos que operam no Cognossistema desencadeiam efeitos sistêmicos em cascata, possibilitando o surgimento de novas configurações de significado. Por exemplo, movimentos sociais como o feminismo surgiram, em épocas passadas, como narrativas de resistência em grupos marginalizados (neste caso, mulheres sem direitos fundamentais básicos), conseguindo, por meio de sua articulação política ao longo do tempo, transformar-se atualmente em narrativas hegemônicas com influência em legislações e normativas culturais em nível global, evoluindo para outros tipos de sistemas narrativos mais complexos e hierarquicamente superiores, por vezes até bastante distantes dos postulados ideológicos iniciais. Esse caso evidencia a capacidade das narrativas de redefinir a estrutura de poder dentro do Cognossistema.

Da mesma forma, a interconectividade sistêmica gera redes de significação que viabilizam tanto a estabilidade quanto a mudança. Por exemplo, no âmbito educacional, iniciativas voltadas para a inclusão social podem desafiar narrativas excludentes, provocando uma transformação em práticas organizacionais e culturais, ao mesmo tempo em que fortalecem identidades individuais e grupais. A capacidade do Cognossistema de integrar essas narrativas emergentes ressalta sua natureza resiliente e evolutiva.

Em síntese, a interconectividade sistêmica constitui um princípio estruturador do Cognossistema, permitindo a coexistência e a interação de narrativas diversas em um marco multinível. Essa rede não apenas possibilita a adaptação contínua diante de transformações sociais, culturais e contextuais, mas também abre espaços para a mudança significativa. Cada narrativa, independentemente de sua escala inicial, possui o potencial de influenciar a totalidade do suprassistema, reafirmando a natureza inter-relacionada e dinâmica do Cognossistema.

2. Plasticidade narrativa

No contexto do Cognossistema, a *plasticidade narrativa* emerge como uma propriedade essencial que permite a adaptação contínua dos significados diante das demandas mutáveis do ambiente social, cultural e político. Esse atributo assegura a capacidade das narrativas de se reconfigurarem sem comprometer a coerência sistêmica, garantindo tanto sua relevância funcional quanto sua capacidade de resiliência. A plasticidade narrativa não reflete apenas um mecanismo adaptativo de resposta imediata, mas também um princípio estrutural que sustenta a evolução contínua do Cognossistema.

Em nível individual, a plasticidade narrativa manifesta-se na transformação de significados pessoais em resposta a eventos desestabilizadores. Por exemplo, uma narrativa centrada na acumulação de sucessos materiais como indicador de realizações pessoais pode reconfigurar-se após uma crise econômica, dando lugar a uma valorização mais profunda do esforço ou das relações interpessoais. Esse processo de adaptação narrativa não apenas

preserva uma estrutura de significado coerente, mas também permite ao indivíduo manter seu bem-estar psicossocial em um contexto adverso.

No plano coletivo, a plasticidade narrativa observa-se na capacidade das sociedades de redefinir seus paradigmas culturais diante de desafios globais. Um exemplo paradigmático é a mudança climática, que impulsionou a transição de narrativas centradas no crescimento industrial ilimitado para outras que promovem a sustentabilidade e o equilíbrio ecológico. Essas transformações, impulsionadas tanto pelo discurso científico quanto por movimentos sociais, ilustram como a reconfiguração narrativa pode gerar marcos de ação coletivos que desafiam estruturas hegemônicas preexistentes.

Do mesmo modo, a plasticidade narrativa desempenha um papel crucial na gestão de crises futuras. Durante a pandemia de COVID-19, as narrativas tradicionais sobre trabalho e produtividade foram radicalmente desestabilizadas, permitindo a adoção massiva de modalidades de teletrabalho e promovendo uma reavaliação profunda da relação entre vida pessoal e profissional. Esse exemplo demonstra a capacidade do Cognossistema de reconfigurar narrativas dominantes em resposta a eventos inesperados, não apenas mitigando seu impacto imediato, mas também abrindo novas possibilidades de organização social.

A plasticidade narrativa também opera como um mecanismo prospectivo que permite a antecipação de crises potenciais mediante a integração de narrativas emergentes. Por exemplo, o reconhecimento da diversidade cultural em ambientes educacionais tem facilitado a incorporação de narrativas inclusivas que desafiam preconceitos estruturais, promovendo uma mudança gradual nas práticas institucionais e culturais. Essas transformações não apenas refletem uma adaptação às demandas do presente, mas também uma preparação ativa para cenários futuros.

Em conclusão, a plasticidade narrativa constitui um princípio estruturador fundamental do Cognossistema, assegurando sua capacidade de enfrentar mudanças, gerar novas estruturas de significado e manter sua relevância em contextos diversos. Esse atributo não apenas fortalece a resiliência do sistema, mas também facilita a inovação contínua, consolidando-se como um mecanismo chave para a estabilidade evolutiva e a sustentabilidade do Cognossistema a longo prazo.

3. Retroalimentação multinível cibernética

O Cognossistema configura-se como uma rede cibernética multinível, caracterizada pela interação constante entre narrativas situadas em diferentes níveis sistêmicos. Essa dinâmica de retroalimentação facilita a influência recíproca entre narrativas individuais (microssistemas), familiares ou grupais (mesossistemas), organizacionais (exossistemas) e culturais ou sociais (macrossistemas), desempenhando um papel crucial na adaptação, transformação e resiliência do Cognossistema.

Mecanismos de retroalimentação multinível:

a. Retroalimentação ascendente

A *retroalimentação ascendente* descreve o fluxo pelo qual as narrativas individuais

ou locais escalam para níveis sistêmicos mais amplos, facilitando um processo de transferência e amplificação de significados que impactam progressivamente narrativas grupais, organizacionais e culturais. Esse fenômeno ocorre por meio de mecanismos como a reprodução discursiva em redes sociais, a legitimação institucional e a ressonância cultural, nos quais experiências e perspectivas pessoais encontram eco e transformam marcos interpretativos coletivos, gerando assim novas configurações narrativas em níveis superiores do Cognossistema.

- **Validação social:** Uma narrativa pessoal, como uma experiência de superação em um contexto adverso, pode propagar-se por meio de sua replicação em redes sociais, fóruns digitais e meios comunitários, alcançando níveis de reconhecimento coletivo que transcendem o âmbito individual. Esse processo não apenas amplifica a percepção de esforço e resiliência, mas também transforma os marcos sociais pelos quais essas qualidades são interpretadas. Por exemplo, uma história compartilhada de superação diante de adversidade econômica pode inspirar iniciativas comunitárias para criar redes de apoio ou gerar mudanças em políticas locais, redefinindo os padrões de solidariedade e ação coletiva no entorno social imediato.

- **Reforço institucional:** Narrativas emergentes também podem ser adotadas por instituições, que lhes conferem legitimidade ao integrá-las em estruturas formais e práticas operacionais. Esse processo implica não apenas a aceitação dessas narrativas, mas também sua sistematização em marcos normativos que consolidam seu impacto. Por exemplo, a narrativa de diversidade no ambiente de trabalho, inicialmente promovida por funcionários, pode evoluir para políticas corporativas que promovam a equidade de gênero e a inclusão, tornando-se uma peça central da cultura organizacional. Esse reforço institucional não apenas legitima a narrativa, mas também transforma as estruturas organizacionais, ampliando seu alcance para redes externas e gerando novas práticas em setores correlatos.

b. Retroalimentação descendente

A *retroalimentação descendente* refere-se à influência sistemática e estrutural que narrativas hegemônicas ou dominantes exercem sobre narrativas individuais e grupais, moldando tanto seus conteúdos quanto suas formas de expressão. Esse processo implica não apenas a imposição de significados a partir de níveis macrossistêmicos, como o discurso político ou cultural dominante, mas também a configuração de marcos interpretativos que limitam ou potencializam as possibilidades narrativas em níveis mais baixos do sistema. Nesse sentido, a retroalimentação descendente opera como um mecanismo de controle e adaptação que pode tanto consolidar estruturas existentes quanto gerar tensões que impulsionem mudanças sistêmicas.

- **Narrativas culturais hegemônicas:** As narrativas culturais hegemônicas são aquelas que exercem uma influência estrutural e persistente na configuração de atitudes, valores e comportamentos coletivos, atuando como metadiscursos que enquadram o que é socialmente aceito e desejável. Essas narrativas, originadas nos níveis

macrossistêmicos, propagam-se por meio de uma combinação de meios de comunicação de massa, redes de distribuição globais e discursos institucionais, moldando valores coletivos sobre sucesso, autorrealização e bem-estar. Um exemplo notável é a narrativa do individualismo meritocrático, que promove a ideia de que o sucesso pessoal é exclusivamente fruto do esforço individual, minimizando as condições estruturais e contextuais que influenciam as oportunidades de desenvolvimento. Esse processo de interiorização leva as pessoas a responsabilizarem apenas a si mesmas ou aos outros por seus fracassos ou conquistas, reforçando desigualdades sistêmicas e dificultando o surgimento de narrativas que abordem as dinâmicas de poder e as iniquidades sociais.

- **Políticas públicas:** As políticas públicas representam um instrumento fundamental de retroalimentação descendente ao traduzirem narrativas macrossistêmicas em diretrizes concretas que transformam os níveis micro e meso do Cognossistema. Esse processo não implica apenas a imposição de novas regras, mas também a reconfiguração de marcos interpretativos coletivos que determinam práticas e valores culturais. Por exemplo, uma política de preservação do patrimônio cultural que declare certas tradições, relatos ou monumentos como bens nacionais não apenas regula sua proteção, mas também reforça a narrativa identitária de uma comunidade ou nação, ao posicionar tais elementos como símbolos que conectam o presente ao passado. Desse modo, as políticas públicas atuam como catalisadores que alinham narrativas divergentes a objetivos compartilhados, ao mesmo tempo que moldam novas lógicas culturais e econômicas.

c. Retroalimentação horizontal

A *retroalimentação horizontal* ocorre entre narrativas situadas em um mesmo nível sistêmico, permitindo uma troca bidirecional caracterizada por processos de ajuste mútuo, reinterpretação e transferência de significados que podem resultar em colaboração, conflito ou transformações compartilhadas. Esse tipo de retroalimentação reflete a capacidade do sistema de integrar perspectivas diversas dentro de um marco narrativo comum ou, ainda, de gerar tensões que atuam como catalisadoras da mudança narrativa em seu próprio nível.

- Fricções narrativas: As fricções narrativas surgem do choque entre narrativas equivalentes que competem pela predominância em um mesmo nível sistêmico, gerando tensões que funcionam como motores de mudança no Cognossistema. Esse tipo de conflito expõe as contradições inerentes entre perspectivas rivais e estimula processos de negociação, adaptação e transformação de significados compartilhados. Por exemplo, o confronto entre narrativas conservadoras e progressistas dentro de uma comunidade não apenas provoca debates intensos, mas também impulsiona uma revisão crítica de valores arraigados e a reconfiguração de práticas sociais que respondem às demandas emergentes do contexto.

- Colaboração narrativa: A colaboração narrativa refere-se ao processo mediante o qual narrativas situadas em um mesmo nível sistêmico convergem para gerar significados compartilhados, fortalecendo tanto a coesão interna do sistema quanto

sua capacidade de inovação. Esse tipo de interação implica a integração de perspectivas diversas que, longe de se diluírem, se complementam para abordar objetivos comuns ou desafios compartilhados. Por exemplo, a integração de narrativas sobre tecnologia e sustentabilidade no âmbito empresarial pode dar origem a projetos que não apenas combinam eficiência operacional com impacto ambiental positivo, mas também redefinem os padrões de responsabilidade corporativa, gerando um marco narrativo que alinha interesses econômicos com valores sociais e ecológicos.

Em consequência, é possível afirmar, em caráter de conclusão, que a retroalimentação multinível cibernética constitui um eixo fundamental para interpretar a dinâmica evolutiva e a adaptabilidade do Cognossistema. Esse processo multifacetado, que opera por meio de interações ascendentes, descendentes e horizontais, permite que as narrativas não apenas se transformem e se ajustem às mudanças constantes do ambiente, mas também interajam entre níveis sistêmicos de forma a potencializar a inovação e gerar resiliência estrutural. Nesse tecido narrativo, as narrativas individuais encontram ressonância em narrativas coletivas, enquanto as hegemônicas impactam práticas locais, criando uma rede interconectada de significados. Essa capacidade de responder a desafios complexos, integrando perspectivas diversas e mantendo uma coerência sistêmica, sublinha o papel crucial da retroalimentação como mecanismo de equilíbrio e de evolução contínua em sistemas narrativos.

d. A linguagem como meio de retroalimentação no Cognossistema

No âmbito do Cognossistema, a linguagem desempenha um papel constitutivo fundamental, operando como o principal mecanismo ontológico por meio do qual as narrativas configuram, sustentam e transformam a realidade psicossocial. Sob a perspectiva da TCCR, a linguagem é concebida não como um instrumento meramente descritivo, mas como uma ferramenta generativa e performativa que modela os significados compartilhados, configurando a experiência humana em todos os níveis sistêmicos. Essa abordagem desafia a concepção tradicional da linguagem como reflexo passivo de uma realidade objetiva preexistente, postulando-a, em vez disso, como o meio ativo que constrói e legitima as realidades individuais, grupais e culturais dentro do Cognossistema.

A capacidade da linguagem de "criar" realidades manifesta-se em sua função estruturadora de percepções, atitudes e ações humanas. Por exemplo, no âmbito político, conceitos como "liberdade" ou "justiça" não possuem um significado intrínseco universal; ao contrário, são construídos discursivamente por meio de debates, legislações e práticas sociais que redefinem suas aplicações em contextos específicos. Do mesmo modo, no âmbito organizacional, a adoção de uma linguagem que promova uma "cultura de inovação" pode transformar a percepção dos colaboradores sobre seus papéis e fomentar um ambiente que valorize a mudança e a criatividade.

Essa propriedade generativa da linguagem também viabiliza a adaptabilidade das narrativas por meio das trocas linguísticas entre os diferentes níveis sistêmicos do Cognossistema. Em nível micro, as conversas individuais podem reconfigurar significados pessoais em resposta a experiências particulares. Em nível macro, os discursos midiáticos e culturais ampliam e redefinem narrativas coletivas, como se observa no contexto da crise climática,

em que termos como "pegada ecológica" ou "transição energética" emergem para influenciar práticas cotidianas e políticas globais.

Além disso, a relação entre linguagem e realidade implica um processo contínuo de negociação no qual as narrativas competem por legitimidade e relevância. Por exemplo, nos debates sobre inclusão social, a linguagem pode oscilar entre abordagens que promovem a equidade e outras que priorizam o mérito individual, gerando tensões que configuram práticas e políticas contrastantes conforme o discurso predominante. Essa dinamicidade ressalta a capacidade da linguagem de articular novas narrativas, preservar as existentes e transformar aquelas que perdem ressonância em contextos emergentes.

Nessa lógica, a linguagem experimenta uma espécie de "ciclo" em seu papel como mecanismo de retroalimentação multinível no Cognossistema, sublinhando seu papel central como processo gerador e regulador das interações sistêmicas. Nesse contexto, a linguagem não se limita a ser um meio de expressão, mas funciona como o mecanismo primordial que possibilita a articulação das narrativas e sua dinâmica de retroalimentação no suprassistema. Esse ciclo opera por meio de quatro funções interdependentes: construção de narrativas, transformação de realidades psicossociais, adaptação de narrativas e reconfiguração de significados compartilhados. Cada uma dessas funções contribui para a evolução, resiliência e coerência do Cognossistema diante de ambientes em constante mudança.

- **Construção de narrativas:** A construção de narrativas representa o processo por meio do qual a linguagem dá forma à experiência humana ao atribuir-lhe significados coerentes e compartilhados. Essas narrativas não apenas descrevem a realidade, mas a criam ativamente, estruturando eventos, relações e ações em todos os níveis sistêmicos. Por exemplo, a narrativa global da "sustentabilidade" emerge como um marco discursivo que redefine valores, práticas e políticas em setores tão diversos como economia, cultura e educação. Por meio da linguagem, essas narrativas coesionam sistemas complexos, legitimando visões de mundo que orientam o comportamento coletivo.

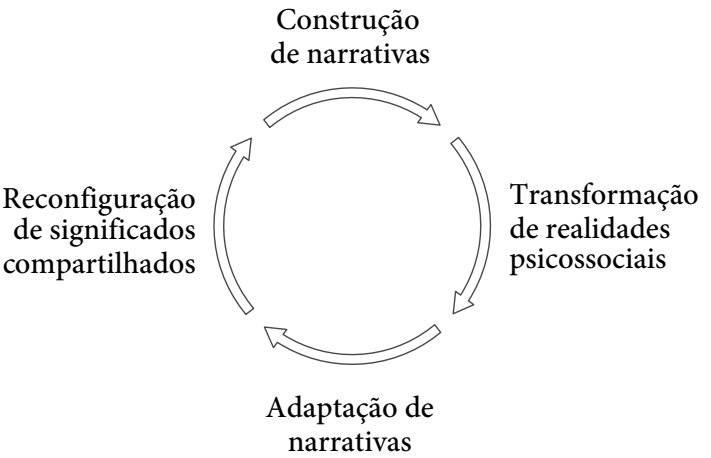
- **Transformação de realidades psicossociais:** A linguagem possui um poder transformador que modifica as estruturas psicossociais ao reconfigurar padrões de percepção, interação e comportamento. Esse potencial manifesta-se na capacidade da linguagem de catalisar mudanças em narrativas dominantes, impactando diretamente as realidades coletivas. Por exemplo, retomando casos anteriormente mencionados, no âmbito organizacional, um discurso que promova uma "cultura de inovação" pode alterar profundamente as dinâmicas de trabalho ao fomentar criatividade, colaboração e novas formas de liderança. Do mesmo modo, no âmbito político, narrativas como "igualdade de oportunidades" transformam instituições e políticas, gerando estruturas mais inclusivas e adaptativas.

- **Adaptação de narrativas:** O ciclo da linguagem também implica a capacidade das narrativas de se adaptarem a contextos mutáveis e emergentes dentro do Cognossistema. Essas narrativas evoluem por meio de intercâmbios linguísticos que reconfiguram seus elementos essenciais para assegurar sua relevância e aplicabilidade. Um caso paradigmático é a pandemia de COVID-19, durante a qual termos como "novo normal" e "distanciamento social" foram rapidamente incorporados

nas narrativas culturais, refletindo e estruturando uma resposta global à crise. Esse processo destaca a capacidade da linguagem de responder de forma ágil às demandas contextuais e reforçar a estabilidade do Cognossistema.

- **Reconfiguração de significados compartilhados:** A reconfiguração de significados compartilhados é um processo contínuo e fundamental no qual a linguagem possibilita a renegociação e transformação de valores e conceitos. Esse mecanismo é chave em momentos de tensão narrativa, quando as interpretações tradicionais são questionadas e novas perspectivas emergem para atender às necessidades do contexto. Por exemplo, em debates sobre inclusão social, termos como "diversidade" ou "equidade" são redefinidos para refletir a evolução das demandas culturais e políticas. Esse processo permite não apenas a adaptação das narrativas existentes, mas também a geração de novas estruturas de significado que enriquecem a coesão e a complexidade do Cognossistema.

O ciclo da linguagem no Cognossistema



Esse ciclo dinâmico e altamente flexível funciona como um sistema de retroalimentação que interconecta as narrativas através dos níveis micro, meso e macro. Esse processo assegura que as narrativas construídas impactem as realidades psicossociais, que essas realidades, por sua vez, exijam a adaptação das narrativas, e que os significados compartilhados sejam reconfigurados para sustentar a coesão e a funcionalidade do suprassistema. Por exemplo, uma narrativa individual que promova a saúde mental pode transcender para um nível comunitário, influenciar políticas organizacionais e, eventualmente, tornar-se parte de um discurso cultural dominante. Esse fluxo contínuo não apenas reforça a estabilidade do Cognossistema, mas também impulsiona sua capacidade de transformação e evolução diante dos desafios do ambiente.

Em conclusão, a linguagem constitui o alicerce essencial sobre o qual se edifica a realidade psicossocial dentro do Cognossistema. Por meio de seu uso, as narrativas adquirem um caráter ativo e transformador, modelando as realidades intersubjetivas em constante evolução. Essa concepção sublinha a importância da linguagem não apenas como um meio de configuração de significados, mas também como o motor principal de coesão, adaptação e mudança nos sistemas narrativos.

4. Homeostase narrativa

A *homeostase narrativa* no Cognossistema constitui um princípio essencial que permite ao sistema não apenas manter um equilíbrio interno robusto e resiliente diante de influências externas potencialmente desestabilizadoras, mas também gerir de forma eficaz as tensões inerentes ao seu dinamismo. Esse equilíbrio não se limita a uma resistência passiva à mudança, mas implica uma adaptabilidade dinâmica que garante a funcionalidade, a coesão e a relevância do sistema, mesmo em contextos altamente transformativos. Ao operar como um mecanismo integrador, a homeostase narrativa protege a estrutura narrativa preexistente enquanto viabiliza a incorporação de elementos externos que, longe de fragmentar o suprassistema, contribuem para seu fortalecimento evolutivo.

Nesse processo, o Cognossistema encontra um equilíbrio delicado entre a estabilidade necessária para preservar uma identidade coerente — pelo menos do ponto de vista sistêmico funcional — e a flexibilidade indispensável para integrar novos significados, assegurando assim sua continuidade e capacidade de adaptação em um mundo em constante mudança.

Autopoiese homeostática narrativa:

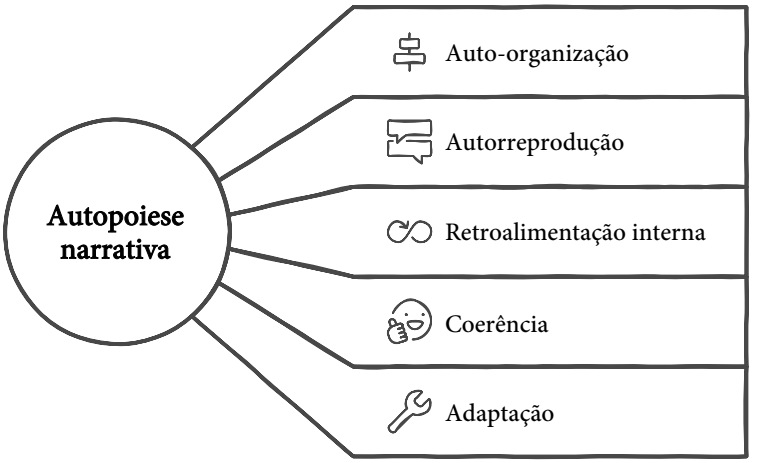
Um componente essencial da homeostase narrativa é seu caráter autopoiético, conceito que, como foi apresentado no marco teórico desta obra, encontra seu fundamento na teoria sistêmica de Maturana e Varela. No Cognossistema, a autopoiese narrativa refere-se à capacidade inerente das narrativas de se autoorganizarem e autoreproduzirem a partir de seus próprios elementos internos, sem depender exclusivamente de estímulos externos. Esse processo garante que as narrativas mantenham sua coerência e funcionalidade por meio de mecanismos de retroalimentação interna, estabelecendo um sistema autorreferencial que equilibra estabilidade com capacidade de transformação. Assim, a autopoiese assegura que os significados centrais e os valores essenciais do sistema sejam preservados e adaptados, mesmo em situações de mudança radical.

Por exemplo, no âmbito político, uma narrativa de "unidade nacional" pode se reorganizar em resposta a uma crise econômica ou social, incorporando elementos discursivos que reforcem sua relevância contemporânea sem perder sua identidade essencial. Esse processo autopoiético permite que a narrativa se ajuste aos novos desafios, mantendo seu papel central na estabilidade do sistema político e social. Além disso, essas narrativas costumam ancorar-se em marcos históricos ou culturais que potencializam sua legitimidade, proporcionando continuidade em tempos de incerteza.

No âmbito educacional, as instituições enfrentam a necessidade de se adaptar a um ambiente digital acelerado. Nesse contexto, uma universidade, por exemplo, pode recorrer

a narrativas que destaquem a "excelência acadêmica" e a "inovação pedagógica" como princípios norteadores. Essas narrativas não apenas facilitam a integração de ferramentas tecnológicas, como plataformas de aprendizagem virtual, mas também reconfiguram os processos pedagógicos ao enfatizar inclusão, personalização e interdisciplinaridade. Essa abordagem permite reforçar os valores fundamentais da instituição, fomentando uma colaboração ativa entre docentes, estudantes e administradores para redesenhar programas acadêmicos que respondam às demandas emergentes da sociedade e da tecnologia, mantendo a coesão institucional e sua relevância em um ambiente transformado.

No âmbito cultural, por sua vez, o processo autopoiético das narrativas torna-se evidente na forma como as identidades culturais tradicionais se adaptam aos efeitos da globalização. Por exemplo, as narrativas de "identidade cultural" se reorganizam para integrar elementos globais, como novas formas de expressão artística ou práticas sociais, sem perder de vista suas raízes locais. Esse equilíbrio entre o global e o local permite que as narrativas culturais mantenham sua relevância, não apenas dentro das comunidades onde se originaram, mas também em um contexto internacional mais amplo. Esse processo assegura que as identidades culturais não apenas persistam, mas também se enriqueçam e evoluam.



A autopoiese homeostática narrativa, em consequência, não apenas garante a estabilidade funcional do Cognossistema, mas também fomenta seu dinamismo evolutivo. Esse processo permite ao sistema resistir a influências externas que poderiam desestabilizá-lo, ao mesmo tempo em que transforma e reconfigura suas narrativas para se adaptar a novas realidades. Além disso, esse mecanismo de equilíbrio interno facilita o surgimento de narrativas inovadoras que se alinham aos valores centrais do sistema, fortalecendo sua capacidade de responder a desafios futuros.

Em conclusão, a homeostase narrativa constitui o núcleo operacional do Cognossistema, equilibrando estabilidade e adaptabilidade para garantir sua continuidade, relevância e prosperidade em um ambiente em constante mudança. Sua natureza autorrefe-

rencial e dinâmica assegura não apenas a resiliência do sistema, mas também sua capacidade de transformação diante de demandas e contextos emergentes.

5. Entropia narrativa cognossistêmica

O conceito de *entropia* é reinterpretado e adaptado aqui para descrever os fenômenos de instabilidade, fragmentação ou falta de coerência dentro dos sistemas narrativos abertos que compõem o Cognossistema. Embora a entropia seja tradicionalmente entendida como uma propriedade associada a sistemas fechados, aqui ela é empregada para explicar os estados de transição que ocorrem quando as narrativas enfrentam desafios, crises ou influências externas. Essa abordagem destaca que a entropia narrativa não é um movimento inevitável em direção ao caos, mas sim um processo temporal que pode ser o precursor de transformações significativas dentro do suprassistema.

Quando as narrativas dentro do Cognossistema são submetidas a pressões internas ou externas, podem experimentar fragmentação ou desarticulação, o que se traduz em um aumento da entropia narrativa. Por exemplo, no contexto familiar, uma família que enfrenta uma crise, como uma mudança abrupta na dinâmica devido a uma mudança de residência ou a uma perda significativa, pode vivenciar uma fragmentação em suas narrativas compartilhadas, gerando instabilidade temporária na comunicação e nos papéis familiares. No entanto, a natureza aberta e dinâmica do Cognossistema permite que essas narrativas fragmentadas ativem processos de auto-organização e reconfiguração (homeostase narrativa), por meio de influências tanto internas quanto externas ao sistema familiar. Nesse caso, a família poderia reconstruir suas narrativas por meio de conversas que reforcem valores como união e apoio mútuo, permitindo que a crise inicial se transforme em uma oportunidade para fortalecer os laços e redefinir objetivos compartilhados, entre outras possibilidades.

Esse fenômeno também é observado no âmbito organizacional. Por exemplo, uma organização que enfrenta uma crise de coesão interna devido a uma reestruturação abrupta, como demissões em massa ou fusões corporativas, pode experimentar um aumento da entropia narrativa. Nesses contextos, as narrativas tradicionais relacionadas à estabilidade ou ao compromisso dos colaboradores podem tornar-se inconsistentes, gerando incerteza e perda de confiança entre as equipes. No entanto, esse estado de desarticulação pode se transformar em uma oportunidade para gerar novas narrativas que enfatizem a resiliência, a união e a visão compartilhada. Por exemplo, a implementação de iniciativas de comunicação transparente e espaços de diálogo participativo pode permitir que a organização recupere sua coesão e fortaleça sua cultura interna, utilizando a entropia inicial como catalisadora para uma transformação positiva e sustentável. O desenvolvimento de uma campanha que enfatize o aprendizado organizacional a partir de erros passados pode não apenas restaurar a confiança das partes interessadas, mas também fortalecer a cultura interna, transformando a entropia inicial em um motor de evolução positiva.

No âmbito cultural, a entropia narrativa pode surgir em sociedades que enfrentam tensões entre tradições enraizadas e a globalização. As narrativas culturais que antes proporcionavam coerência podem fragmentar-se sob a influência de valores externos. Por exemplo, em uma comunidade tradicional, a chegada de novas formas de comunicação e consumo cultural pode gerar uma desarticulação das narrativas locais. No entanto, essas

mesmas tensões podem conduzir ao surgimento de narrativas híbridas que combinam elementos tradicionais e globais, proporcionando uma nova forma de coesão cultural.

Nesse sentido, a entropia narrativa cognossistêmica não deve ser vista como uma ameaça ao sistema, mas como uma força que impulsiona sua evolução. Os estados de desordem ou instabilidade narrativa são oportunidades para a criatividade e a inovação dentro do Cognossistema, permitindo que as narrativas se transformem para responder às demandas do ambiente. A capacidade do Cognossistema de gerir e reconfigurar sua entropia narrativa sublinha sua natureza resiliente e seu potencial para evoluir em direção a novas configurações mais coerentes e funcionais.

6. Mediação narrativa dos níveis intermediários do Cognossistema

No marco teórico do Cognossistema, a mediação narrativa entre níveis constitui um mecanismo fundamental que viabiliza a articulação e o fluxo contínuo de significados entre os diferentes estratos narrativos do suprassistema. As narrativas dos *mesossistemas*, neste caso, desempenham um papel crucial ao atuar como pontes entre as narrativas individuais (microssistemas) e as coletivas ou culturais (macrossistemas). Esse processo de mediação não apenas fomenta a integração e a coesão social, mas também assegura a construção de uma realidade compartilhada que equilibra perspectivas diversas dentro do Cognossistema. As narrativas dos mesossistemas permitem traduzir, adaptar e reconciliar significados entre níveis, garantindo tanto a estabilidade quanto a adaptabilidade do sistema diante de ambientes mutáveis e complexos.

Um exemplo ilustrativo dessa dinâmica pode ser observado nas comunidades escolares, onde as narrativas geradas por professores e gestores (mesossistema) mediam entre as experiências individuais dos alunos e suas famílias e as demandas socioculturais mais amplas estabelecidas pelo sistema educacional e pela cultura local (macrossistema). Uma narrativa escolar que promova valores como "inclusão" e "respeito à diversidade" traduz princípios abstratos em práticas pedagógicas concretas que se adaptam às necessidades particulares dos estudantes. Esse processo gera um ambiente educacional mais coeso e reforça os valores culturais que sustentam a narrativa dominante. Além disso, essas narrativas intermediárias podem desempenhar um papel crucial na gestão de conflitos, facilitando soluções alinhadas com os valores coletivos, ao mesmo tempo em que fortalecem a confiança entre os atores escolares.

No âmbito organizacional, as equipes de recursos humanos ou os líderes intermediários (mesossistema) também exercem uma função mediadora significativa. Essas narrativas intermediárias conectam as metas estratégicas da organização (macrossistema) com as aspirações individuais dos colaboradores (microssistema). Por exemplo, uma narrativa que enfatize o "equilíbrio entre vida profissional e pessoal" pode articular as expectativas individuais de bem-estar com os objetivos organizacionais de produtividade e engajamento. Esse tipo de mediação narrativa não apenas contribui para aumentar a satisfação e o senso de pertencimento dos colaboradores, mas também facilita a adoção de estratégias corporativas em momentos de transição, como fusões ou reestruturações organizacionais. Ao gerar um senso compartilhado de propósito, essas narrativas fortalecem a coesão interna e a capacidade adaptativa da organização.

No contexto comunitário, as narrativas geradas por organizações locais ou grupos de bairro (mesossistema) mediam entre as preocupações individuais dos moradores e as narrativas mais amplas promovidas em nível nacional. Por exemplo, em comunidades que enfrentam tensões relacionadas à migração ou a mudanças demográficas, os líderes comunitários podem desenvolver narrativas que integrem valores locais com princípios de integração social e convivência. Essas narrativas intermediárias não apenas fomentam a coesão social, mas também permitem que as comunidades se adaptem às mudanças, promovendo um diálogo construtivo entre as perspectivas locais e as políticas nacionais. Além disso, essas narrativas costumam desempenhar um papel ativo na geração de novos espaços de participação cidadã, fortalecendo os laços sociais e a colaboração intergeracional.

Em síntese, a mediação narrativa entre níveis, por meio dos sistemas narrativos mesossistêmicos, constitui um mecanismo indispensável para garantir a coerência e a sustentabilidade do Cognossistema. Ao traduzir e adaptar significados entre os níveis narrativos, as narrativas dos mesossistemas não apenas promovem a integração e a coesão social, mas também estimulam a inovação e a mudança dentro do sistema. Esse processo assegura que as narrativas individuais e coletivas permaneçam relevantes e alinhadas em um mundo em constante evolução. Além disso, ressalta a importância dos mesossistemas como espaços-chave para a articulação de significados, a resolução de tensões e a construção de uma narrativa compartilhada que equilibre perspectivas locais e globais, individuais e coletivas, no âmbito de um sistema narrativo coeso e resiliente.

7. Contextualização e adaptabilidade

A *contextualização* e a *adaptabilidade* das narrativas no Cognossistema apresentam-se como princípios estruturais indispensáveis para garantir sua relevância e sustentabilidade em ambientes caracterizados pela dinamicidade e pela incerteza. Essas propriedades permitem que as narrativas se ajustem e evoluam de acordo com as especificidades culturais, sociais e temporais dos contextos nos quais operam. A contextualização assegura que as narrativas sejam significativas e operativas, proporcionando marcos interpretativos coerentes que ressoem com as experiências locais. Por outro lado, a adaptabilidade narrativa facilita a transformação e a evolução dessas estruturas discursivas em resposta às demandas do ambiente, garantindo uma combinação ótima de coerência interna e flexibilidade externa. Esse equilíbrio entre consistência e plasticidade narrativa fortalece a capacidade do Cognossistema de integrar perspectivas locais e globais, gerenciando de forma eficaz os desafios da complexidade.

Um exemplo paradigmático dessa dinâmica pode ser observado em projetos de conservação ambiental. Uma iniciativa voltada para proteger ecossistemas marinhos pode exigir narrativas específicas conforme o contexto: em comunidades pesqueiras tradicionais, essas narrativas poderiam enfocar a sustentabilidade dos recursos marítimos como meio de garantir a segurança econômica de longo prazo, enquanto em áreas urbanas poderiam ressaltar a biodiversidade como fator crucial para a saúde do planeta e o bem-estar coletivo. Além disso, em comunidades de baixa renda, as narrativas poderiam enfatizar os benefícios econômicos imediatos da conservação, como a geração de empregos por meio do ecoturismo ou a regeneração de recursos naturais. Adaptar essas narrativas às especificidades de

cada grupo não apenas melhora a eficácia comunicativa, mas também reforça o compromisso coletivo com os objetivos ambientais compartilhados.

No âmbito esportivo, a adaptabilidade narrativa também desempenha um papel crucial ao gerar abordagens sensíveis às particularidades de cada contexto. Por exemplo, uma campanha para promover o esporte inclusivo pode adotar estratégias diferentes dependendo das circunstâncias: em regiões rurais, poderia focar na construção de infraestrutura esportiva acessível, enquanto em contextos urbanos o destaque poderia recair sobre os benefícios psicológicos e sociais do esporte. Em comunidades com alta incidência de deficiência, as narrativas poderiam centrar-se no esporte como ferramenta de integração social e empoderamento pessoal. Esse nível de adaptação assegura que as iniciativas esportivas sejam percebidas como relevantes e alinhadas às necessidades dos grupos a que se destinam, promovendo resultados sustentáveis e significativos.

No contexto religioso, as narrativas também devem ser cuidadosamente contextualizadas para atender às particularidades de cada comunidade. Uma organização que promova valores inter-religiosos de paz e cooperação pode precisar adaptar sua mensagem conforme a região onde atua. Em áreas marcadas por conflitos religiosos, as narrativas poderiam enfatizar os valores comuns entre diferentes credos, como solidariedade ou dignidade humana, enquanto em comunidades mais homogêneas poderiam ressaltar a riqueza proporcionada pela diversidade cultural e espiritual. Além disso, em contextos com tensões históricas, as narrativas poderiam incluir exemplos de reconciliação e colaboração bem-sucedida entre grupos distintos, facilitando assim um diálogo construtivo que promova compreensão e cooperação mútua.

Outro exemplo significativo encontra-se no âmbito das crises humanitárias, onde as narrativas devem ser adaptadas para abordar tanto as necessidades das populações deslocadas quanto as preocupações das comunidades anfitriãs. Em regiões com limitações econômicas significativas, as narrativas poderiam enfatizar os benefícios da integração, como o dinamismo econômico gerado pelo trabalho e pelas habilidades dos refugiados. Por outro lado, em países com tradições de acolhimento mais consolidadas, as narrativas poderiam centrar-se em ressaltar os valores de solidariedade histórica e responsabilidade moral. Essas adaptações não apenas garantem apoio às iniciativas humanitárias, mas também reforçam o compromisso das comunidades anfitriãs com soluções inclusivas e sustentáveis.

A capacidade do Cognossistema de contextualizar e adaptar suas narrativas não apenas assegura sua relevância em ambientes diversos, mas também reforça sua resiliência diante da volatilidade do ambiente. Essa flexibilidade narrativa permite ao Cognossistema incorporar novas informações, perspectivas e demandas, facilitando a geração de respostas criativas e inovadoras aos desafios emergentes. Além disso, a capacidade de reinterpretar as narrativas em função das condições ambientais em mudança garante que estas mantenham seu papel coesionador, transformador e gerador de significado. Em última instância, a contextualização e a adaptabilidade narrativa erguem-se como pilares estruturais do Cognossistema, contribuindo não apenas para sua sustentabilidade e eficácia, mas também para a inclusão e participação ativa de todos os atores envolvidos, em um mundo caracterizado pela complexidade e transformação constante.

8. Diversidade narrativa interseccional

A *diversidade narrativa interseccional* define-se como a capacidade do suprassistema de integrar e refletir narrativas provenientes de diversas identidades, experiências e posições de poder. Esse conceito sublinha que as narrativas não existem de forma isolada, mas estão profundamente influenciadas pelas experiências entrelaçadas dos atores que as constroem, conformando uma rede complexa de significados que responde a múltiplos eixos de opressão e privilégio. Inspirando-se na noção de "matriz de dominação" proposta por Hill Collins, a TCCR explora como as narrativas se configuram, se adaptam ou resistem dentro do Cognossistema, em função de fatores como gênero, raça, religião, classe social ou ideologias individuais. Essa diversidade narrativa é essencial para compreender as interações entre narrativas hegemônicas e marginalizadas, assim como as dinâmicas de reforço e resistência que emergem nos níveis micro, meso e macro.

Um exemplo concreto dessa diversidade pode ser observado no âmbito educacional. Em um sistema escolar multicultural, as narrativas dos estudantes provenientes de comunidades indígenas ou minorias étnicas costumam contrastar com as narrativas predominantes que refletem os valores e perspectivas da cultura dominante. Por exemplo, um estudante indígena pode trazer consigo uma narrativa baseada no respeito pela natureza e na interdependência comunitária, que pode entrar em tensão com as narrativas de individualismo competitivo promovidas no sistema educacional. No entanto, essas tensões também podem gerar oportunidades para que as instituições educativas incorporem perspectivas mais inclusivas e equitativas, enriquecendo as narrativas compartilhadas e fomentando um ambiente de respeito mútuo e aprendizado intercultural.

No âmbito laboral, a diversidade narrativa interseccional também se manifesta nos processos de tomada de decisão e liderança. Por exemplo, em uma organização que busca diversificar sua equipe de liderança, as narrativas de líderes provenientes de contextos socioeconômicos desfavorecidos podem aportar perspectivas diferentes das de seus pares com trajetórias mais privilegiadas. Uma executiva que tenha crescido em uma comunidade rural pode enfatizar a importância de iniciativas que promovam a inclusão de talentos locais ou o investimento em economias periféricas, enquanto outro executivo com experiência internacional pode priorizar estratégias de expansão global. Essa troca narrativa pode gerar estratégias mais integradas, capazes de equilibrar interesses locais e globais, fortalecendo assim a resiliência e a criatividade organizacional.

No âmbito político, a diversidade narrativa interseccional manifesta-se nos movimentos sociais. Por exemplo, um movimento pelos direitos das mulheres pode ser composto por narrativas que refletem experiências diversas em função de fatores como gênero, classe social ou raça. Enquanto uma narrativa pode focar na equidade salarial em contextos urbanos, outra pode destacar a luta contra a violência de gênero em comunidades rurais. Esse entrecruzamento de perspectivas não apenas enriquece o movimento, mas também apresenta o desafio de articular uma narrativa inclusiva que represente as diversas experiências sem invisibilizar nenhuma delas.

Em suma, a diversidade narrativa interseccional é um elemento crucial para o funcionamento do Cognossistema, pois permite a incorporação de vozes e perspectivas que enriquecem a compreensão coletiva da realidade. Ao explorar e articular narrativas provenientes de diferentes posições de poder e experiência, o Cognossistema não apenas reflete a complexidade das relações humanas, mas também cria as condições para a transformação

social, o aprendizado mútuo e a construção de uma narrativa compartilhada que seja inclusiva e equitativa.

II. A "narrativa cognossistêmica" como conceito

No contexto dos elementos fundamentais da TCCR — como fica claramente evidenciado no que foi exposto até o momento — *"as narrativas"* erguem-se como um conceito central e articulador dentro do Cognossistema, transcendendo a simples categoria de relatos ou histórias superficiais.

CONCEITO:

Sistema Narrativo: É a *unidade básica* que conforma a estrutura fundamental do Cognossistema, concebida como um processo psicossocial de natureza cognitivo-sistêmica de construção relacional da realidade. Por meio desse processo elementar, as pessoas organizam e estruturam de forma intersubjetiva suas percepções do mundo, criando significados que orientam tanto sua identidade quanto suas decisões e relações sociais; tudo isso em função dessa realidade construída e percebida.

No marco teórico apresentado, essas "unidades básicas" do Cognossistema são concebidas como um tipo especial de sistemas complexos, caracterizados por sua natureza dinâmica, multidimensional e emergente. Essas unidades são formadas por significados interconectados que incluem percepções, crenças, valores, emoções e memórias coletivas. As narrativas, entendidas como processos vivos, evoluem de forma constante ao se nutrirem das experiências, dos contextos e das relações que as moldam. Em consequência, essa abordagem conceitualiza as narrativas tanto como produtos de transformação quanto como motores essenciais para estruturar e atribuir sentido à realidade percebida, adaptando-se aos desafios de um ambiente em permanente mudança. Nesse sentido, a narrativa cognossistêmica posiciona-se como uma ferramenta fundamental para compreender como os indivíduos, as comunidades e os sistemas mais amplos configuram suas realidades, tomam decisões e evoluem ao longo do tempo.

Com base no exposto, a seguir apresentam-se os dois subconceitos fundamentais do conceito de *sistema narrativo cognossistêmico*, conforme proposto pela TCCR:

1. Cognoscitividade narrativa

Sob a perspectiva cognossistêmica, a narrativa é concebida como um processo tanto mental (individual/pessoal) quanto intersubjetivo (relacional/coletivo), que permite a organização e estruturação psicossocial da percepção do mundo. Esse processo, embora

intrinsecamente cognitivo (devido à função fundamental de processamento de informações), está profundamente entrelaçado com componentes emocionais, simbólicos e culturais, o que lhe confere uma riqueza multidimensional. As narrativas atuam como sistemas hermenêuticos por meio dos quais indivíduos e grupos constroem significados que orientam suas ações, decisões e relações, configurando assim um marco interpretativo para compreender a identidade e a posição dos sujeitos em contextos socioculturais específicos. Esse mecanismo opera de forma simultânea em níveis conscientes e implícitos, moldando respostas automáticas e julgamentos intuitivos que emergem da interação contínua entre experiências acumuladas e ambientes contextuais.

a. **Definição e natureza da cognoscitividade narrativa:** A narrativa é definida como um eixo estrutural da experiência humana, essencial para a configuração psicossocial da realidade percebida. Conforme mencionado anteriormente, sob a perspectiva da TCCR, esse processo não integra apenas dimensões cognitivas, mas também aspectos emocionais, simbólicos, sociais e culturais que enriquecem sua complexidade e profundidade interpretativa. As narrativas funcionam como arquiteturas de significado que estruturam as ações, decisões e relações dos indivíduos de forma sistêmica, proporcionando um referencial a partir do qual se constroem a identidade pessoal e os contextos sociais. Esse processo abrange tanto a reflexão ativa em nível consciente quanto a influência implícita de vivências acumuladas, as quais moldam padrões automáticos de pensamento, comportamento e também relações vinculares.

b. **Cognoscitividade narrativa no contexto familiar:** No âmbito familiar, as narrativas constituem um sistema organizador de significados que impacta de forma transversal todos os membros desse sistema social básico, independentemente da idade. Para as crianças, as narrativas familiares representam o primeiro marco hermenêutico que internaliza valores fundamentais como colaboração e apoio mútuo, que orientam suas interações e desenvolvimento psicossocial. Para os adultos, essas narrativas atuam como ferramentas de consolidação identitária e de transmissão intergeracional de valores e padrões relacionais. Por exemplo, um ambiente familiar que prioriza o diálogo e a cooperação não apenas gera estratégias eficazes de resolução de conflitos nas crianças, mas também reforça a coesão grupal e o senso de pertencimento entre os adultos. Além disso, as histórias familiares compartilhadas desempenham um papel crucial ao perpetuar valores e fortalecer a identidade coletiva a longo prazo, estabelecendo assim um legado narrativo significativo.

c. **Cognoscitividade narrativa em contextos organizacionais:** No ambiente organizacional, as narrativas funcionam como estruturas simbólicas que mediam a compreensão compartilhada da realidade e orientam as ações coletivas. Em situações de transformação estrutural, uma narrativa que promova a "transformação como oportunidade" pode facilitar a reinterpretação de desafios como vetores de desenvolvimento profissional e organizacional. Essas narrativas, operativas tanto em níveis conscientes quanto implícitos, influenciam a forma como os indivíduos processam as mudanças, promovendo culturas organizacionais resilientes e adaptativas. Consequentemente, as narrativas organizacionais não apenas fornecem coesão

interna, mas também impulsionam a inovação e o alinhamento estratégico frente a ambientes dinâmicos.

d. **Cognoscitividade narrativa na esfera sociocultural:** Na esfera sociocultural, as narrativas desempenham um papel estruturante na definição de valores, normas e práticas coletivas. Essas narrativas, configuradas em contextos históricos e culturais específicos, atuam como marcos interpretativos que orientam a compreensão do passado, a gestão do presente e a projeção do futuro das comunidades. Narrativas nacionais sobre heroísmo ou resistência, por exemplo, podem consolidar um senso de identidade coletiva e fomentar coesão social, enquanto narrativas globais sobre sustentabilidade e justiça social mobilizam esforços em direção a objetivos comuns. Essas narrativas socioculturais integram significados individuais e coletivos, estabelecendo matrizes interpretativas que interagem dinamicamente com as estruturas sociais e, por vezes, as desafiam, gerando transformações significativas nos tecidos simbólicos e comportamentais das sociedades.

e. **Cognoscitividade narrativa em situações de crise:** Em contextos de crise, as narrativas emergem como instrumentos fundamentais para a reorganização de significados e a adaptação resiliente. Essas narrativas permitem reconfigurar percepções individuais e coletivas diante de eventos traumáticos, fomentando coesão social e adaptabilidade. Por exemplo, em comunidades afetadas por desastres naturais, narrativas que enfatizam a resiliência e a solidariedade coletiva podem transformar experiências de perda em oportunidades para o fortalecimento comunitário. Essas narrativas não apenas reconstroem a interpretação subjetiva do evento, mas também facilitam a coordenação de respostas coletivas, como a reconstrução de infraestrutura ou a implementação de redes de apoio emocional. Nesse sentido, a narrativa atua como um eixo catalisador que articula respostas adaptativas e reforça tanto o indivíduo quanto o coletivo diante das adversidades.

2. Sistemicidade da narrativa

No enfoque cognossistêmico, como já foi mencionado, a narrativa humana é concebida como parte de um ecossistema de narrativas interconectadas que operam em diferentes níveis: individual, familiar, organizacional, social e cultural. Esse *marco sistêmico* permite compreender como as narrativas individuais se integram em narrativas coletivas, e como estas, por sua vez, influenciam e transformam as experiências subjetivas dos indivíduos.

Os sistemas narrativos, portanto, desempenham um papel central dentro do Cognossistema, entendido como um suprassistema autorregulado que organiza, retroalimenta e mantém a coerência narrativa através de seus diversos níveis. Esse processo garante a coesão interna e a adaptabilidade do sistema como um todo, ao mesmo tempo que permite que as interações entre narrativas reforcem sua funcionalidade e capacidade de mudança.

a. **Definição da sistemicidade narrativa:** A *sistemicidade narrativa*, sob essa perspectiva, é definida como a capacidade das narrativas de integrarem um ecossistema

integrado que funciona em múltiplos níveis. Isso implica que as narrativas individuais não apenas se conectam com narrativas coletivas, mas também contribuem para moldar as construções subjetivas e sociais. No Cognossistema, essas narrativas organizam-se de forma autorregulada, promovendo a coerência e a adaptabilidade do sistema como um todo.

b. **Interações sistêmicas:** O Cognossistema permite analisar como as narrativas fluem entre os diferentes níveis. No nível individual, as narrativas concentram-se em histórias pessoais que refletem experiências únicas, enquanto no nível cultural abrangem significados compartilhados que estruturam os valores e as normas da sociedade. Essas interações não são unidirecionais; as narrativas individuais também moldam as coletivas, criando um ciclo de influência mútua que fomenta tanto a estabilidade quanto a evolução do suprassistema em geral.

Um exemplo paradigmático dessa sistemicidade encontra-se nas organizações não governamentais (ONGs). Por exemplo, uma ONG dedicada aos direitos humanos pode construir uma narrativa organizacional centrada na "dignidade e respeito universal". Essa narrativa influencia os colaboradores, que internalizam esses valores e os adaptam às suas próprias narrativas pessoais. Por sua vez, as experiências dos beneficiários enriquecem e reconfiguram a narrativa institucional. Se uma ONG promove a importância de "dar voz aos silenciados", o retorno dos beneficiários pode ajustar essa narrativa para incluir novas perspectivas sobre os desafios enfrentados. Esse processo não apenas reforça a legitimidade da narrativa organizacional, mas também evidencia sua adaptabilidade e capacidade de resposta às realidades emergentes.

Outro exemplo ilustrativo da sistemicidade narrativa ocorre nos movimentos sociais. Esses movimentos articulam narrativas coletivas que conectam as experiências individuais dos participantes com demandas sociais mais amplas. Um movimento por melhores condições de trabalho na indústria manufatureira, por exemplo, pode reunir histórias individuais de trabalhadores afetados pela exploração laboral e integrá-las em uma narrativa coletiva centrada na "dignidade no trabalho". Essa narrativa se amplifica ao circular entre os níveis individual e coletivo, gerando um senso de propósito compartilhado que impulsiona a ação coletiva. Além disso, essa circulação contribui para consolidar a identidade do movimento, permitindo seu crescimento e sustentabilidade.

c. **Adaptabilidade e conectividade na sistemicidade narrativa:** A adaptabilidade é uma característica fundamental da sistemicidade narrativa. As narrativas coletivas ajustam-se constantemente para refletir novas realidades e manter sua relevância. Esse ajuste não apenas assegura a funcionalidade do Cognossistema, mas também reforça a conectividade entre os níveis. Por exemplo, em uma crise sanitária global, as narrativas que surgem em nível individual sobre "autocuidado" e "solidariedade" podem integrar-se em narrativas coletivas que promovam a colaboração internacional e a equidade no acesso a recursos médicos. Esse tipo de integração narrativa fomenta uma resposta sistêmica coerente e eficaz diante dos desafios globais.

d. **Autopoiese sistêmica narrativa:** A autopoiese narrativa, como desenvolvido anteriormente, descreve a capacidade das narrativas de se autoorganizarem e autorregularem, mantendo sua coerência interna enquanto se adaptam a novos contextos. Esse processo permite que o Cognossistema evolua de forma flexível, ajustando-se às demandas externas sem perder sua identidade central. A autopoiese narrativa assegura que as narrativas não apenas respondam às mudanças do ambiente, mas também as incorporem de maneira criativa, gerando novas estruturas de significado.

Por exemplo, no âmbito político, uma narrativa de "unidade nacional" pode ser reconfigurada diante de uma crise econômica ou social. Narrativas de curto prazo podem focar na cooperação coletiva para superar os desafios imediatos, enquanto narrativas de longo prazo ressaltam a capacidade histórica da nação de enfrentar adversidades. Esse processo garante que a narrativa continue sendo relevante e mobilizadora.

No âmbito empresarial, uma narrativa de "bem-estar no trabalho" pode ser reestruturada em resposta a altos níveis de exaustão profissional. Iniciativas como horários flexíveis, programas de saúde mental e políticas de conciliação entre vida profissional e pessoal podem ser incorporadas a essa narrativa, transformando-a em um eixo central para fortalecer tanto a produtividade quanto o comprometimento dos colaboradores. Essa abordagem autopoiética permite à organização manter-se resiliente e alinhada com seus valores fundamentais.

Em síntese, a narrativa cognossistêmica é simultaneamente um produto e um processo dentro do Cognossistema. Sua capacidade de estruturar significados, integrar-se a sistemas mais amplos e autorregular-se torna-a uma ferramenta essencial para compreender a dinâmica das relações humanas e a construção da realidade psicossocial. A TCCR, ao analisar as narrativas sob essa perspectiva, oferece um marco teórico poderoso para explorar as complexidades da experiência humana em todos os seus níveis, fornecendo ferramentas para interpretar e transformar realidades, tanto individuais quanto coletivas.

III. A estrutura básica de um sistema narrativo

Como mencionado, a *narrativa*, enquanto sistema, ocupa uma posição central como eixo organizador e gerador de sentido na experiência humana. Longe de ser um simples conjunto de relatos ou crenças desconexas, o sistema narrativo cognossistêmico apresenta-se como uma estrutura dinâmica, complexa e inter-relacionada, cujo funcionamento depende da interação entre seus elementos constitutivos. Esses elementos não apenas permitem a formação e evolução das narrativas, mas também determinam como as pessoas percebem, interpretam e respondem às demandas de seu ambiente, configurando uma construção psicossocial profundamente enraizada na realidade intersubjetiva.

Nessa lógica, a estrutura do sistema narrativo cognossistêmico articula-se em torno de uma série de elementos interdependentes que definem sua função e operatividade. A seguir, apresentam-se os oito componentes básicos de um sistema narrativo segundo a abordagem da TCCR:

1. Experiência.
2. Percepções e emoções.
3. Contexto.
4. Conteúdo proposicional.
5. Avaliação cognitiva.
6. Atitude epistêmica.
7. Propósito narrativo.
8. Função narrativa.

Este apartado dedica-se a uma análise exaustiva desses componentes essenciais do sistema narrativo cognossistêmico, oferecendo uma base teórica bem definida para compreender os processos de formação, validação e transformação das narrativas.

1. Experiência

A experiência constitui o alicerce essencial sobre o qual se erigem, validam e transformam as narrativas dentro do Cognossistema. Atua como o insumo primordial para a geração de significados, conectando eventos vividos a processos interpretativos subjetivos que orientam tanto a percepção quanto a ação. Esse fenômeno inclui experiências diretas, indiretas (ou vicariantes), emocionais/críticas e repetidas ou repetitivas; as quais se entrelaçam para influenciar a estabilidade, a adaptabilidade ou a transformação das narrativas. A dinâmica da experiência não opera de forma isolada; seu impacto é amplificado pela frequência, intensidade e interpretação que os indivíduos atribuem a cada vivência.

Dimensões da experiência:

a. **Experiências diretas (geradoras primárias de narrativas):** As experiências diretas são vivências imediatas e pessoais que exercem um impacto direto sobre a narrativa. Por exemplo, uma estudante universitária que participa de seu primeiro debate experimenta uma mistura de nervosismo e satisfação ao receber elogios por seus argumentos. Esse evento inicial pode consolidar uma narrativa emergente que fortaleça sua confiança em suas habilidades de oratória. No entanto, se em um debate posterior ela receber críticas severas, essa narrativa poderá ser reconfigurada para uma percepção mais matizada de sua capacidade, indicando que necessita de maior preparação. Essas vivências demonstram como as experiências diretas não atuam apenas como detonadoras de narrativas, mas também como catalisadoras de sua evolução.

b. **Experiências indiretas ou vicariantes (a observação como insumo narrativo):** As experiências vicariantes derivam da observação de eventos vividos por outras pessoas, desempenhando um papel crucial na configuração narrativa. Por exemplo, em um ambiente de trabalho, um funcionário pode observar como um colega que trabalha longas horas recebe uma promoção, gerando uma narrativa que associa esforço extremo a sucesso profissional. Contudo, se posteriormente perceber que outro colega é promovido sem demonstrar o mesmo nível de dedicação, devido a

fatores como favoritismo, essa narrativa inicial pode se abalar, revelando a capacidade das experiências vicariantes de modificar e desafiar narrativas existentes.

c. **Experiências emocionais e críticas (transformadoras potenciais):** Experiências que possuem alta carga emocional ou que representam pontos de inflexão na vida das pessoas tendem a gerar um impacto desproporcional na narrativa. Por exemplo, um empreendedor que enfrenta o fracasso em seu primeiro projeto pode sentir frustração e duvidar de sua narrativa prévia de competência e sucesso. Contudo, se posteriormente lançar um novo negócio que prospere, sua narrativa pode se transformar para uma perspectiva de resiliência e aprendizado. Essas experiências não apenas afetam a intensidade das narrativas, mas também sua durabilidade e adaptabilidade em contextos mutáveis.

d. **Experiências repetidas ou repetitivas:** A repetição de experiências desempenha um papel fundamental na consolidação ou evolução das narrativas. Por exemplo, um professor que observa consistentemente seus alunos responderem positivamente a suas metodologias de ensino pode consolidar uma narrativa que o perceba como eficaz em sua profissão. Por outro lado, se seus alunos começarem a demonstrar desinteresse ou baixo desempenho de forma recorrente, essa narrativa pode evoluir para uma percepção de ineficácia. Além disso, a interpretação subjetiva dessas experiências, influenciada por crenças prévias e contextos emocionais, determina se as narrativas se adaptam ou permanecem resistentes à mudança.

A experiência, em última análise, é um componente fundamental do sistema narrativo cognossistêmico, pois atua como o motor primário e contínuo na geração e transformação de significados. Por meio da interação entre vivências, interpretações e emoções, as narrativas se consolidam ou se transformam, permitindo aos indivíduos reorganizar suas percepções de mundo e se adaptar aos desafios e oportunidades que encontram em seu ambiente.

2. Percepções e emoções

No âmbito da TCCR, as percepções e emoções posicionam-se como elementos nucleares da estrutura narrativa, mediando a construção, validação e transformação desses sistemas de significado. As *percepções* constituem interpretações subjetivas derivadas da experiência, moldadas por fatores contextuais, biográficos e emocionais, enquanto as *emoções* representam as respostas afetivas que potencializam ou mitigam a carga dessas percepções. Juntas, geram uma malha interativa que modela a configuração das crenças, conferindo às narrativas coerência, profundidade e dinamismo.

a. Percepções

As percepções atuam como o filtro cognitivo por meio do qual os indivíduos processam e interpretam suas experiências. Estas não são simples reflexos objetivos da reali-

dade, mas construções subjetivas condicionadas pela história pessoal, pelo contexto cultural e social, e pelos estados emocionais. Constituem o marco interpretativo que dá sentido às vivências e define os alicerces sobre os quais se erigem as narrativas.

Por exemplo, um estudante que recebe um feedback positivo sobre sua participação em um projeto percebe que seu esforço é reconhecido, o que reforça uma narrativa de competência pessoal. No entanto, se mais adiante receber críticas sem uma orientação construtiva, sua percepção pode se transformar, inclinando-se para uma narrativa de dúvida sobre sua capacidade. Essa mudança perceptiva demonstra como as narrativas se ajustam de forma contínua a novas interpretações da realidade.

Por outro lado, uma empresária que observa que sua concorrente implementa estratégias de mercado mais agressivas pode perceber isso como uma ameaça imediata, consolidando uma narrativa de vulnerabilidade empresarial. Contudo, se decidir reinterpretar essa situação como uma oportunidade para inovar e diversificar sua oferta, sua percepção evoluirá para uma narrativa de adaptabilidade e superação.

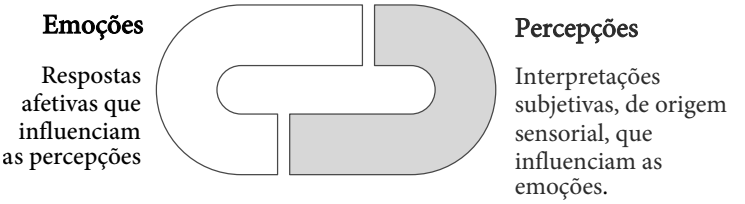
b. Emoções

As emoções, por sua vez, são respostas afetivas que amplificam a carga interpretativa das percepções. Elas não apenas intensificam ou questionam as narrativas existentes, mas também determinam quão profundamente estas se integram ao sistema cognitivo. As emoções também atuam como âncoras na memória, consolidando aquelas experiências que se mostram emocionalmente significativas. Por exemplo, um colaborador que é reconhecido por seu desempenho experimenta emoção e orgulho, fortalecendo uma narrativa de autoconfiança e motivação. No entanto, se posteriormente sentir-se ignorado ou subestimado em um projeto chave, a frustração resultante pode corroer sua narrativa positiva, resultando em uma percepção de desvalorização dentro da organização.

A sinergia entre percepções e emoções

A relação entre percepções e emoções é intrinsecamente bidirecional e gera um ciclo de retroalimentação que pode fortalecer ou transformar as narrativas. As percepções fornecem o conteúdo cognitivo das narrativas, enquanto as emoções lhes conferem intensidade afetiva, determinando sua relevância e capacidade de permanência. Por exemplo, durante uma manifestação cidadã, uma pessoa percebe a falta de ação governamental como uma injustiça, o que desperta indignação. Essa emoção reforça uma narrativa de ativismo e compromisso. No entanto, se perceber que os esforços coletivos não geram resultados tangíveis, o desalento resultante pode enfraquecer essa narrativa, transformando-a em resignação ou desmotivação.

Retroalimentação perceptual-emotiva da narrativa cognossistêmica



Em síntese, dentro da TCCR, as percepções e emoções não são consideradas fenômenos isolados, mas sim componentes interdependentes que operam em múltiplos níveis do Cognossistema. Essa interação bidirecional permite compreender como as percepções cognitivas, ao serem filtradas por estados emocionais, geram narrativas que são tanto reflexo quanto motor da dinâmica psicossocial. Aprofundar essa relação proporciona uma visão integral das forças que moldam a formação e transformação das narrativas, bem como estratégias para intervir nessas estruturas. As percepções condicionam as emoções e viceversa, dando origem a narrativas que podem consolidar sistemas de crenças ou desafiar sua estabilidade diante de ambientes em transformação. Desse modo, o estudo dessa interação também viabiliza projetos de intervenção mais eficazes, que fomentem a resiliência narrativa e a capacidade adaptativa em diferentes níveis do Cognossistema.

3. Contexto

O contexto ergue-se como um componente essencial na configuração das narrativas dentro do Cognossistema, atuando como o marco de referência que influencia profundamente a forma como indivíduos e coletivos percebem, processam e respondem à realidade. Esse marco abrange um amplo espectro de fatores externos e internos, incluindo dimensões culturais, sociais, familiares, sociopolíticas e educacionais, que interagem para moldar as histórias que constroem significado na experiência humana.

O contexto não apenas estabelece as condições sob as quais as narrativas emergem, mas também define sua aplicabilidade, relevância e alcance. Ao atuar como um filtro simbólico e material, o contexto permite que indivíduos e grupos atribuam sentido às suas experiências, condicionando a forma como interpretam os eventos e desenvolvem relatos que orientam suas decisões e comportamentos.

Por exemplo, uma pessoa que cresce em uma cultura que valoriza a perseverança e o esforço coletivo tenderá a gerar narrativas que reflitam essas crenças fundamentais. No entanto, em um ambiente onde predomina o individualismo, essas mesmas narrativas podem ser reformuladas para se adaptarem a uma realidade percebida como mais competitiva.

Dimensões contextuais

- **Dimensão cultural:** A cultura fornece o marco simbólico dentro do qual se articulam as narrativas. Em uma sociedade coletivista, a narrativa de que "A cooperação garante o sucesso" pode prevalecer, incentivando ações voltadas para a solidariedade em projetos comunitários. Por outro lado, em culturas individualistas, as histórias tendem a focar em conquistas pessoais, como "O esforço individual é a chave para o progresso", enfatizando a autonomia e a autossuficiência.

- **Dimensão social:** As estruturas sociais e as relações interpessoais moldam como as narrativas se desenvolvem e se sustentam. Por exemplo, em comunidades rurais onde predomina a troca de recursos e o trabalho colaborativo, as narrativas podem centrar-se na importância da reciprocidade, como "Ajudar os vizinhos fortalece a todos". Em ambientes urbanos mais fragmentados, as histórias podem girar em torno da autossuficiência, como "Cada um deve buscar seu próprio caminho".

- **Dimensão familiar:** O contexto familiar atua como o primeiro espaço onde se configuram narrativas iniciais. Por exemplo, uma pessoa criada em uma família que prioriza o debate intelectual pode desenvolver uma narrativa centrada em "A discussão enriquece o conhecimento". Em contraste, um lar que valorize a obediência e a estrutura pode gerar uma narrativa baseada em "O respeito às normas garante a harmonia".

- **Dimensão sociopolítica:** As condições econômicas e políticas fornecem um marco amplo que influencia as narrativas coletivas. Em um país com economia estável e oportunidades claras de mobilidade social, as narrativas podem refletir otimismo, como "O progresso é alcançável por todos". Em um contexto de crise econômica ou corrupção governamental, as narrativas tendem a focar na resistência, como "Adaptar-se é fundamental para sobreviver".

- **Dimensão educacional:** As instituições educacionais moldam narrativas relacionadas à aprendizagem e ao desenvolvimento pessoal. Por exemplo, em um sistema educacional que fomente a pesquisa independente, os estudantes podem internalizar narrativas como "A curiosidade é a base do conhecimento". Em um sistema com limitações estruturais, as narrativas podem girar em torno de superar barreiras, como "A educação é um privilégio que exige esforço extra".

Impacto do contexto na evolução narrativa

O contexto desempenha um papel crucial não apenas na criação de narrativas, mas também em sua capacidade de transformação, adaptação e evolução. Esse elemento atua como um mediador que permite que as narrativas se ajustem às exigências de um ambiente dinâmico, garantindo sua funcionalidade e pertinência. Em ambientes favoráveis, o contexto reforça a coerência interna do Cognossistema, consolidando narrativas que encon-

tram respaldo em experiências e valores predominantes. No entanto, em cenários desafiadores ou em situações de crise, o contexto desafia as narrativas preexistentes, impulsionando-as a uma reconfiguração contínua para se alinharem a novas realidades, demandas ou desafios emergentes. Esse processo de ajuste não apenas reflete a resiliência narrativa, mas também sua capacidade de integrar elementos contraditórios e gerar estruturas significativas em condições adversas.

Em síntese, o contexto é um marco indispensável que molda, sustenta e transforma as narrativas dentro do Cognossistema. Sua influência, que abrange dimensões culturais, sociais, familiares, sociopolíticas e educacionais, garante que as narrativas sejam relevantes e funcionais em relação às demandas do ambiente. Ao atuar como uma estrutura simbólica e material, o contexto assegura que as histórias que as pessoas constroem continuem sendo ferramentas poderosas para interpretar e responder a um mundo em constante transformação.

4. Conteúdo proposicional

O conteúdo proposicional ergue-se como o núcleo conceitual que define a essência e a orientação das narrativas cognossistêmicas. Este elemento fundamental é composto por uma ou várias "afirmações" ou "proposições" específicas que refletem uma realidade percebida ou antecipada, determinando o que um indivíduo ou coletivo considera verdadeiro, relevante ou possível dentro de seu marco cognitivo lógico. Como base estrutural das narrativas, o conteúdo proposicional confere coerência e clareza inicial ao sistema narrativo, por meio de afirmações explícitas e semânticas das crenças basais. Assim, fornece uma direção interpretativa precisa e concreta do "que expressa" linguisticamente a narrativa em questão, em relação ao mundo e às dinâmicas sociais que o configuram.

O conteúdo proposicional, portanto, configura-se como o conjunto de crenças nucleares — transformadas em afirmações concretas — que orientam as ações e decisões das pessoas, operando como filtros cognitivos que moldam a percepção de seu entorno. Por exemplo, um estudante universitário que adota a crença de que "a aprendizagem é a chave para o sucesso pessoal e profissional" estrutura sua narrativa em torno dessa proposição, motivando-o a investir esforço e tempo em seus estudos. Quando suas experiências validam essa proposição — por exemplo, ao receber elogios pelo seu desempenho acadêmico —, a narrativa se fortalece e adquire maior estabilidade. No entanto, se o estudante enfrentar um fracasso inesperado, sua narrativa pode evoluir para uma construção mais complexa, como "a aprendizagem também implica adaptar-se aos erros e superar obstáculos".

De forma semelhante, no âmbito laboral, o conteúdo proposicional "o esforço e a dedicação sempre são recompensados" pode motivar um colaborador a assumir desafios significativos. Esse conteúdo se consolida quando o ambiente valida sua narrativa por meio de promoções ou reconhecimentos. Todavia, se o colaborador perceber que colegas menos comprometidos alcançam promoções devido a fatores externos, como favoritismos, sua narrativa inicial pode ser questionada e transformada em uma perspectiva mais matizada, como "o esforço é importante, mas o sucesso também depende de contextos e relações externas".

Em nível coletivo, o conteúdo proposicional também desempenha um papel crucial na configuração de narrativas sociais e culturais. Por exemplo, em uma comunidade enfrentando uma crise econômica, a proposição "A solidariedade é fundamental para superar crises" pode funcionar como motor para a cooperação e a ação conjunta, fortalecendo os laços comunitários. No entanto, se a prolongação da crise gerar tensões internas ou desigualdades percebidas, essa narrativa pode evoluir para uma proposição mais complexa, como "A solidariedade é necessária, mas deve ser equilibrada com justiça e equidade para ser sustentável". Esse ajuste ilustra como o conteúdo proposicional se adapta a novas realidades, permitindo que as narrativas permaneçam funcionais e relevantes.

Um aspecto relevante a considerar é que o conteúdo proposicional, por ser um elemento intrinsecamente cognitivo, estabelece uma dinâmica interativa constante com outros elementos da pessoa, como percepções, emoções e experiências contextuais, determinando assim sua estabilidade ou transformação. Por exemplo, uma narrativa baseada na proposição "A inovação sempre gera progresso" pode ser questionada em um contexto corporativo onde a implementação de tecnologias disruptivas gera desemprego ou tensões trabalhistas. Essa experiência pode conduzir à evolução da narrativa para uma proposição mais ampla, como "A inovação é benéfica quando implementada com uma abordagem socialmente responsável".

Narrativas com múltiplas proposições em seu núcleo e narrativas com núcleos complementares

Com base no exposto anteriormente, é importante esclarecer que o *núcleo* de uma narrativa, identificado como o *conteúdo proposicional*, constitui-se, em regra geral, por uma proposição ou afirmação essencial que estrutura e confere coerência semântica a toda a narrativa. Esse núcleo opera como o eixo articulador sobre o qual se desenvolvem as premissas e os argumentos que compõem o corpo narrativo. No entanto, a questão sobre a coexistência de múltiplas proposições no núcleo desafia as concepções tradicionais e abre novas vias para a análise cognossistêmica.

Nesse sentido, a possibilidade de incorporar múltiplas proposições no núcleo narrativo é teoricamente plausível dentro da abordagem da TCCR, desde que essas proposições mantenham uma relação coerente e sinérgica entre si. A seguir, apresentam-se alguns aspectos importantes a considerar nesse ponto:

a. **Núcleos compostos por proposições complementares:** Em certas narrativas mais complexas, o núcleo pode ser formado por proposições complementares que, ao interagir, configuram uma ideia central mais sofisticada e coerente do que a soma de suas partes. Essas proposições, de forma isolada, carecem de um significado pleno para a pessoa ou o coletivo que as originou. No entanto, ao se integrarem, emergem como um conjunto semântico inseparável que, de forma sinérgica, sustenta e confere coesão a todo o sistema narrativo.

   Exemplo: Na narrativa *"A criatividade e a inovação são essenciais para o sucesso empresarial"*, o núcleo poderia incluir as seguintes proposições desagregadas:

- **Proposição 1:** *"A criatividade é indispensável para o sucesso empresarial."*
- **Proposição 2:** *"A inovação é fundamental para o sucesso empresarial."*
- **Núcleo narrativo integrado:** *"A criatividade e a inovação são essenciais para o sucesso empresarial."*

Neste caso, a "criatividade" e a "inovação" compartilham um vínculo semântico inquebrantável para este sistema narrativo. A integração dessas proposições gera um núcleo sinérgico robusto e interdependente que, neste exemplo, permite abordar o conceito de "sucesso empresarial" a partir de uma perspectiva multifacetada e com maior profundidade por meio de um único sistema narrativo.

b. **Proposições inter-relacionadas, mas nuclearmente independentes:** Este é o caso quando proposições que parecem fazer parte de um mesmo núcleo narrativo não estabelecem uma conexão sinérgica ou semântica sólida. Embora compartilhem uma temática comum, essas proposições não se integram em uma única unidade narrativa, mas representam narrativas distintas, ainda que complementares. Nessas situações, é fundamental analisar se tais proposições pertencem ao mesmo sistema narrativo ou se funcionam como núcleos narrativos independentes que interagem e se relacionam em um nível superior, dentro de um arcabouço narrativo mais amplo.

Exemplo:

- **Proposição 1:** *"A justiça é essencial para alcançar o bem-estar social."*
- **Proposição 2:** *"O desenvolvimento sustentável é imprescindível para garantir o bem-estar social."*

Embora ambas as proposições abordem o *bem-estar social* como tema comum, não estão integradas em um único núcleo narrativo sinérgico. Cada uma opera como um núcleo narrativo autônomo, com significado completo por si só, mas estão inter-relacionadas por compartilharem um marco temático geral (o bem-estar social).

Essas proposições podem interagir em um nível superior ao se complementarem dentro de um sistema narrativo mais amplo, sem perder sua independência semântica nuclear. Por exemplo, uma narrativa superior poderia ser: *"O bem-estar social é alcançado quando se equilibra justiça e desenvolvimento sustentável"*, sem que isso implique que as proposições individuais dependam uma da outra para serem compreendidas ou para operar narrativamente de forma independente.

c. **Requisitos de coerência narrativa:** Para que o núcleo seja consistente dentro do marco da TCCR, qualquer conjunto de proposições deve satisfazer as seguintes condições:

- **Inter-relação semântica:** As proposições devem possuir uma conexão lógica ou temática que justifique sua integração em um mesmo núcleo.

- **Consistência interna:** Não devem surgir contradições entre as proposições.

- **Função estruturante:** As proposições devem organizar eficazmente a narrativa e articular as premissas associadas.

d. **Implicações hermenêuticas e funcionais:** A análise hermenêutica de núcleos com múltiplas proposições requer uma avaliação minuciosa de:

   - **Interdependência semântica:** Identificar se as proposições interagem de forma significativa para expressar uma ideia central coerente e sinérgica.

   - **Contribuição narrativa:** Examinar como as proposições configuram e fortalecem o corpo narrativo, em particular em relação às premissas e aos argumentos que o sustentam.

Em síntese, a presença de múltiplas proposições no núcleo narrativo é conceitualmente válida, desde que estas se relacionem de forma complementar e contribuam para um sentido central unificado. Se as proposições forem independentes ou gerarem tensões lógicas, é necessário considerar sua análise como narrativas separadas ou identificar um núcleo predominante que integre os elementos essenciais.

Conteúdo semântico proposicional

O *conteúdo semântico proposicional* constitui o elemento central e fundacional dentro de uma proposição narrativa cognossistêmica, definindo "o que ela diz" sobre a realidade percebida ou antecipada. Este componente atua como o quadro conceitual que organiza e confere coerência à narrativa, permitindo que indivíduos ou grupos interpretem e estruturem suas experiências com base em um sistema de significados compartilhado. Ao estabelecer as bases do que se considera verdadeiro, possível ou relevante, o conteúdo semântico configura o núcleo cognitivo e estrutural da narrativa.

Este aspecto também pode ser compreendido como o conjunto de afirmações específicas que descrevem uma interpretação do mundo ou uma expectativa de como ele deveria ser. Essas afirmações não apenas refletem uma compreensão subjetiva da realidade, mas também a moldam, orientando decisões e comportamentos individuais e coletivos. Esse elemento — a semântica narrativa —, portanto, não é estático; tem a capacidade de se adaptar, se transformar ou se consolidar em função das experiências e do contexto em que opera.

Em termos simples, para esclarecer melhor este conceito, pode-se dizer que, por um lado, uma narrativa é basicamente uma história que as pessoas usam para explicar como veem o mundo ou como acreditam que ele deveria ser. Dentro dessa história, o *conteúdo semântico proposicional* é a ideia principal, aquilo que a história diz sobre "a realidade", seja algo percebido ou imaginado. É, em si, o centro dessa história, o que lhe dá

sentido e organização. Essa ideia principal ajuda as pessoas a compreender suas experiências e a decidir o que é importante ou verdadeiro. Funciona como uma espécie de guia ou mapa para interpretar o que vivenciam no cotidiano.

Além disso, essa ideia principal não é fixa nem imutável. É como um rio que pode mudar conforme as experiências ou os acontecimentos ao redor. Pode se ajustar se algo novo ocorrer, se transformar se as pessoas começarem a ver as coisas de outra forma ou permanecer igual se confirmar o que já acreditavam. Dessa forma, essa ideia não apenas mostra como as pessoas entendem o mundo, mas também influencia o que fazem e como se conduzem nele.

O conteúdo semântico como eixo dinâmico

Conforme mencionado, um dos aspectos mais distintivos do conteúdo semântico é sua dinâmica intrínseca, que lhe permite integrar-se a outros elementos do sistema narrativo, como as percepções/emocionalidades, experiências, contexto e a base epistêmica. Essa capacidade de adaptação assegura que as narrativas permaneçam funcionais e relevantes, mesmo diante de mudanças drásticas no ambiente ou nas experiências individuais.

Por exemplo, em um contexto educacional, a proposição narrativa "A tecnologia melhora a aprendizagem" pode orientar as decisões de uma instituição ao integrar ferramentas digitais nas salas de aula. Esse conteúdo semântico se fortalece quando os estudantes apresentam melhores resultados acadêmicos ou maior engajamento com atividades interativas. No entanto, se o uso excessivo de tecnologia gerar distrações ou reduzir as interações pessoais, o conteúdo semântico poderá ser desconstruído e reorganizado para incluir uma perspectiva mais equilibrada, como "A tecnologia melhora a aprendizagem quando utilizada de forma complementar e equilibrada".

Coerência e relevância contextual

O conteúdo semântico proposicional também depende de sua capacidade de manter-se coerente e relevante em contextos diversos. Esse elemento não opera de forma isolada, mas interage continuamente com o ambiente sociocultural, histórico e político, ajustando-se para refletir as demandas específicas de cada contexto.

Em um contexto social, a narrativa "A participação comunitária é essencial para o desenvolvimento sustentável" pode desempenhar um papel central em regiões rurais que buscam fortalecer suas capacidades locais. Esse conteúdo semântico incentiva iniciativas coletivas, como a criação de cooperativas ou a organização de feiras locais, reforçando a autonomia e o sentimento de pertencimento entre os membros da comunidade. No entanto, em situações onde as desigualdades no acesso a recursos geram tensões, o conteúdo semântico pode ser ajustado para uma afirmação mais equilibrada, como "A participação comunitária deve ser acompanhada de políticas inclusivas que garantam a equidade".

O conteúdo semântico proposicional, portanto, constitui o eixo central de uma proposição narrativa cognossistêmica, atuando como o núcleo interpretativo e estruturador das narrativas. Sua função principal é oferecer um quadro conceitual coerente e flexível que oriente as percepções e decisões em diversos contextos. Sua capacidade de adaptação e sua dinâmica intrínseca garantem que as narrativas sejam funcionais e pertinentes diante

dos desafios e transformações do ambiente. Nesse sentido, o conteúdo semântico não apenas reflete a realidade, mas também a modela, configurando a forma como indivíduos e coletividades interpretam e atuam no mundo.

A hermenêutica como ferramenta de reconfiguração semântica narrativa

A hermenêutica, entendida como a arte e a ciência da interpretação de significados, posiciona-se como uma ferramenta-chave para a desconstrução e reconstrução semântica no âmbito da narrativa cognossistêmica. Essa metodologia permite desvendar os significados subjacentes nas narrativas, identificar as estruturas simbólicas e proposicionais que as sustentam e reconfigurá-las para adaptá-las a novas realidades ou contextos. Na TCCR, a hermenêutica não é útil apenas para decompor as narrativas em seus componentes fundamentais, mas também facilita a reinterpretação e a ressignificação, que são essenciais para a adaptabilidade do Cognossistema.

- **Desconstrução semântica (identificação dos elementos subjacentes):** A desconstrução semântica implica uma análise aprofundada das narrativas para revelar as estruturas simbólicas, emocionais e contextuais que lhes conferem significado. Esse processo concentra-se em questionar as suposições implícitas e os significados aparentemente fixos, evidenciando sua natureza construída e contingente.

  Por exemplo, uma narrativa laboral como "O sucesso profissional depende exclusivamente do esforço individual" pode ser desconstruída ao se analisar os contextos culturais, históricos e emocionais que sustentam essa proposição. Ao submeter essa narrativa a uma interpretação hermenêutica, podem-se identificar fatores adicionais, como as oportunidades desiguais ou os sistemas de apoio, que complexificam e contestam a universalidade dessa afirmação. Esse processo de desconstrução abre espaço para novas interpretações que incorporem uma maior pluralidade de fatores.

- **Reconstrução semântica (reinterpretação e ressignificação):** A reconstrução semântica, como contraponto à desconstrução, foca-se em gerar novos significados a partir dos elementos identificados e decompostos. Esse processo implica ressignificar as narrativas originais para alinhá-las às necessidades, valores e contextos emergentes.

  Dando continuidade ao exemplo anterior, após a desconstrução da narrativa do esforço individual, poderia-se reconstruir uma narrativa mais inclusiva, como "O sucesso profissional é um processo que integra esforço individual, redes de apoio e oportunidades contextuais". Essa reinterpretação não apenas amplia a compreensão do sucesso profissional, como também oferece uma narrativa mais flexível e aplicável a uma variedade de experiências e realidades.

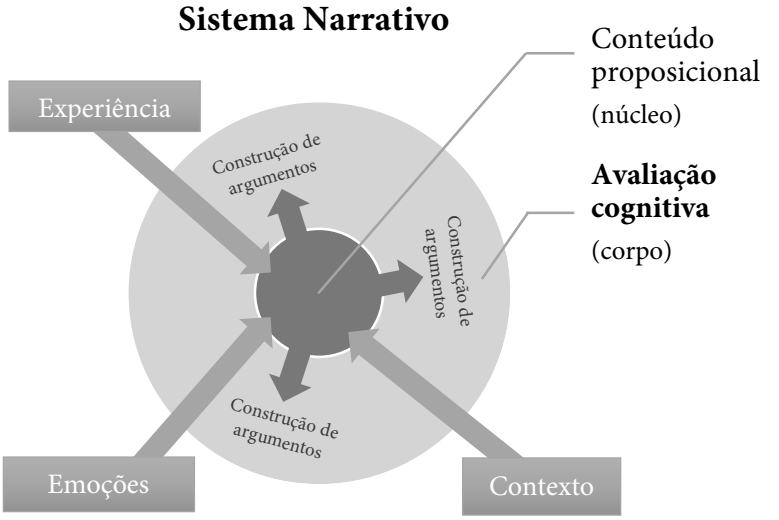
Nesse sentido, a hermenêutica surge como uma ferramenta interessante na análise e gestão de narrativas dentro do Cognossistema. Sua capacidade de desconstruir significados subjacentes e reconstruir narrativas mais inclusivas e adaptáveis posiciona-a como um recurso crítico para a compreensão e transformação de sistemas narrativos complexos.

Em conclusão geral, o *conteúdo proposicional* constitui o ancoradouro conceitual das narrativas dentro do Cognossistema, conferindo-lhes coerência e direção. Esse componente assegura que as narrativas se mantenham relevantes e funcionais em um ambiente em constante mudança, permitindo compreender como as crenças individuais e coletivas se formam, se consolidam e se transformam. Ao integrar-se com as experiências e adaptar-se aos desafios contextuais, o conteúdo proposicional reforça a capacidade do sistema narrativo de organizar a compreensão do mundo e orientar a ação humana.

5. Avaliação cognitiva

A avaliação cognitiva ergue-se como um pilar fundamental na estrutura do sistema narrativo da TCCR, funcionando como o "corpo" que dá forma à narrativa cognossistêmica. Esse processo é definido como o juízo integral mediante o qual um indivíduo ou coletivo avalia a veracidade, validade e relevância de um conteúdo proposicional. Para além de uma análise puramente racional, a avaliação cognitiva é uma dinâmica complexa em que convergem fatores emocionais, experiências prévias e condições contextuais, previamente consideradas na formulação do conteúdo proposicional. Por meio desse processo, as narrativas adquirem coerência, consistência e uma profunda capacidade de adaptação, consolidando-se como uma estrutura de significado completa e complexa.

A avaliação cognitiva na TCCR não se limita a uma conceituação tradicional dessa dinâmica, como um mero processo de aceitação ou rejeição de uma crença ou de um conjunto de crenças; ao contrário, essa dinâmica é entendida como um processo sistêmico e reflexivo mediante o qual os indivíduos contrastam o conteúdo proposicional com suas experiências, emoções e contexto. Esse contraste não apenas valida ou questiona uma narrativa, mas também possibilita sua consolidação, transformação ou adequação a novas realidades. Se o conteúdo proposicional constitui a semente inicial de uma narrativa, a avaliação cognitiva atua como o desenvolvimento argumentativo que lhe confere profundidade e robustez.



Aqui é necessário realizar uma precisão conceitual, uma diferenciação no contexto da TCCR entre dois elementos muito importantes: 1) ***"proposição"***, como elemento integrante do *conteúdo proposicional*, ou seja, do *núcleo narrativo*; e 2) ***"premissa"***, como um tipo especial de proposição que faz parte do corpo narrativo, participando da dinâmica de *avaliação cognitiva* que sustenta argumentativamente o núcleo.

Proposição: Elemento integrante do *conteúdo proposicional* ou *núcleo* de um sistema narrativo. Trata-se de uma afirmação semântica que encapsula a essência conceitual da narrativa, funcionando como seu eixo central e organizador. A proposição estabelece a estrutura básica de significado, sobre a qual se desenvolvem os processos definitivos de avaliação e transformação narrativas.

Premissa: É um tipo de proposição periférica e subjacente que compõe o *corpo* de um sistema narrativo, fornecendo o suporte argumentativo e cognitivo do conteúdo proposicional (núcleo). As premissas são os pressupostos, valores e argumentos implícitos ou explícitos que sustentam e justificam a narrativa principal.

Características do conceito de ***"proposição"*** na TCCR:

a. **Elemento central:** A proposição atua como o "átomo lógico" do sistema narrativo. É a ideia-chave que organiza e dá sentido ao conjunto narrativo.

b. **Avaliabilidade:** A proposição é sempre passível de avaliação em termos de sua verdade, aplicabilidade ou relevância dentro de um contexto determinado.

c. **Relação com a narrativa:** A narrativa gira em torno do conteúdo proposicional, que atua como ponto de referência para a análise, questionamento e reconstrução.

d. **Hermenêutica da semântica:** Quando se trabalha no nível do núcleo, analisa-se a proposição a partir de seu significado mais profundo e de sua coerência interna.

Exemplo: Uma proposição narrativa poderia ser *"A educação superior garante o sucesso profissional"*. Esta é a afirmação central que será avaliada, questionada e, eventualmente, transformada.

Características do conceito de ***"premissa"*** na TCCR:

- **Função de suporte:** As premissas operam como os pilares que sustentam o conteúdo proposicional, explicando as bases argumentativas e contextuais da narrativa.

- **Exploração no diálogo argumentativo:** A clarificação das premissas é um componente crucial para revelar pressupostos implícitos e possíveis inconsistências na narrativa.

- **Relação com o corpo narrativo:** As premissas são elementos essenciais do corpo narrativo, integrando avaliações cognitivas, perspectivas e evidências.

- **Diálogo argumentativo:** As premissas são analisadas por meio do contraste de evidências, da integração de perspectivas e da avaliação crítica para determinar sua validade e relevância.

Exemplo: Na proposição narrativa nuclear *"A educação superior garante o sucesso profissional"*, as premissas argumentativas poderiam incluir:

- **Premissa 1:** *"O acesso à educação superior proporciona maior competitividade no mercado de trabalho"*.

- **Premissa 2:** *"O mercado de trabalho valoriza enormemente os títulos acadêmicos"*.

Essas premissas devem ser esclarecidas para explorar se de fato justificam o conteúdo proposicional ou não.

A seguir, apresenta-se uma tabela comparativa que resume essa diferenciação:

Aspecto	**Proposição (núcleo)**	**Premissas (corpo)**
Definição	Proposição ou afirmação central, parte do núcleo da narrativa.	Proposição subjacente, parte do corpo narrativo que sustenta o núcleo.
Função na narrativa	Organiza e estrutura a narrativa.	Apoia e justifica o núcleo narrativo.
Nível de análise	Hermenêutica da semântica proposicional.	Diálogo argumentativo.
Exemplo na narrativa	Proposição nuclear: *"A educação superior garante o sucesso profissional"*.	Premissa 1: *"O acesso à educação superior proporciona maior competitividade no mercado de trabalho"*. Premissa 2: *"O mercado de trabalho valoriza enormemente os títulos acadêmicos"*.

Dinâmica do processo de avaliação cognitiva

a. **Contraste com a experiência:** Neste contexto, as experiências vividas atuam como o primeiro filtro para validar ou reformular uma narrativa. No âmbito da TCCR, esse contraste não analisa apenas a proposição central, mas também as *premissas subjacentes* que a sustentam. Por exemplo, um empreendedor que sustenta a narrativa "A perseverança leva ao sucesso" avaliará essa proposição e suas premissas com base nos resultados obtidos. Se seus esforços constantes resultarem em um negócio bem-sucedido, a narrativa se fortalece e adquire estabilidade. No entanto, se enfrentar fracassos reiterados apesar de sua perseverança, poderá questionar uma premissa implícita, como "O mercado sempre recompensa o esforço". Essa avaliação pode levar a uma reformulação tanto do conteúdo proposicional quanto de suas premissas, gerando uma nova narrativa: "A perseverança deve ser acompanhada de estratégias flexíveis para alcançar o sucesso".

b. **Influência do contexto:** O contexto sociocultural e político fornece o marco interpretativo no qual uma narrativa e suas premissas são validadas ou questionadas. Nesse processo, a avaliação cognitiva explora não apenas a aplicabilidade do conteúdo proposicional, mas também a coerência das premissas com as condições externas. Por exemplo, em um país com acesso desigual a oportunidades de trabalho, a narrativa "O esforço sempre é recompensado" pode ser desestabilizada ao se questionar a premissa de que "As oportunidades são equitativas para todos". Esse questionamento pode conduzir a uma reinterpretação, como "O esforço deve estar alinhado com as demandas do mercado de trabalho para ser efetivo". Esse ajuste evidencia como as premissas interagem com o contexto para determinar a sustentabilidade de uma narrativa.

c. **Dimensão emocional:** As emoções desempenham um papel mediador na avaliação cognitiva, intensificando ou enfraquecendo o julgamento sobre uma narrativa e suas premissas. As emoções não impactam apenas a percepção do conteúdo proposicional, mas também a aceitação ou rejeição das premissas que o sustentam. Por exemplo, uma pessoa que experimenta satisfação ao receber reconhecimento pelo seu trabalho tenderá a reforçar a narrativa de que "O esforço traz recompensas" e também a premissa implícita de que "O sistema de trabalho valoriza o esforço". Por outro lado, a frustração decorrente de esforços não reconhecidos pode desencadear uma avaliação negativa dessa premissa, o que levará a uma reavaliação tanto emocional quanto cognitiva da narrativa. Nesse caso, pode surgir uma nova narrativa: "O esforço deve ser complementado com estratégias de visibilidade para gerar reconhecimento".

Avaliação positiva e negativa

A avaliação cognitiva manifesta-se de duas formas principais, considerando tanto o conteúdo proposicional (núcleo) quanto as premissas subjacentes (corpo):

- **Avaliação positiva:** Quando as experiências e o contexto confirmam tanto o conteúdo proposicional quanto as premissas que o sustentam, a narrativa se fortalece. Esse reforço implica uma validação integral da narrativa e de suas bases. Por exemplo, um ativista que acredita na proposição "A ação coletiva gera transformações sociais" e observa resultados concretos, como a aprovação de uma política inclusiva, não apenas consolidará a narrativa como eixo de ação, mas também validará premissas subjacentes como "A participação cidadã influencia as decisões políticas" e "A coesão social é um motor de mudança".

- **Avaliação negativa:** Quando as experiências contradizem a narrativa, gera-se uma dissonância que exige um ajuste ou transformação tanto do conteúdo proposicional quanto de suas premissas subjacentes. Nesse caso, a narrativa pode ser reformulada para incorporar novas evidências ou perspectivas. Por exemplo, um profissional que adota a narrativa "A meritocracia rege o crescimento profissional" mas percebe favoritismos constantes poderá questionar premissas como "As decisões profissionais baseiam-se em méritos objetivos" e "O esforço individual garante o sucesso". Essa avaliação pode conduzir a uma reformulação para "A meritocracia é importante, mas nem sempre é determinante", evidenciando uma mudança tanto no núcleo quanto no corpo da narrativa.

A integração da análise das premissas na avaliação positiva e negativa permite uma abordagem mais aprofundada, garantindo que as narrativas reformuladas sejam mais coerentes, funcionais e adaptativas diante de contextos em constante evolução.

O diálogo argumentativo como ferramenta de avaliação cognitiva

O diálogo argumentativo constitui uma metodologia no processo de avaliação cognitiva dentro do sistema narrativo cognossistêmico, desempenhando um papel determinante na validação, no questionamento e na transformação das narrativas. Sob a perspectiva da TCCR, essa ferramenta é concebida como uma troca dialógica rigorosa que estimula a reflexão crítica, incorpora perspectivas diversas e garante a coerência interna e a relevância contextual das narrativas em um ambiente em constante mudança.

O diálogo argumentativo define-se como um processo interativo que explora, analisa e reformula narrativas por meio do contraste de argumentos, experiências e evidências. Seu objetivo principal reside em avaliar a validade e a aplicabilidade das narrativas existentes, promovendo uma compreensão mais profunda e adaptativa diante dos desafios contextuais. Essa abordagem permite identificar inconsistências, desafiar pressupostos implícitos e gerar narrativas mais integradoras, sofisticadas e funcionais.

Por exemplo, em uma discussão sobre desenvolvimento urbano, poderia ser debatida a narrativa "A modernização é sinônimo de progresso" em uma comunidade confrontada com a construção de um centro comercial que ameaça deslocar pequenos negócios locais. Por meio do diálogo, poderiam ser introduzidas evidências sobre o impacto econômico e social da gentrificação, o que levaria a uma narrativa reconstruída mais equilibrada: "O progresso inclui tanto a modernização quanto a preservação das economias locais".

Componentes do diálogo argumentativo:

- **Esclarecimento de premissas:** Essa etapa inicial consiste em identificar e explicitar, a partir do conteúdo proposicional (núcleo), as premissas subjacentes (corpo) que fundamentam a narrativa avaliada. No âmbito da TCCR, esse esclarecimento é essencial para garantir que todos os participantes compreendam os pressupostos básicos e os valores implícitos que estruturam a narrativa. Por exemplo, na narrativa "A inovação tecnológica transforma as empresas", o conteúdo proposicional representa a afirmação central, enquanto as premissas subjacentes poderiam incluir:

    a. A ideia de que as empresas têm acesso equitativo a tecnologias avançadas.

    b. A crença de que a adoção tecnológica melhora automaticamente a produtividade.

    Esclarecer esses elementos, utilizando métodos como, por exemplo, a hermenêutica semântica do conteúdo proposicional, permite abordar a análise argumentativa com maior profundidade e rigor.

- **Contraste de evidências:** Este componente implica introduzir dados, experiências e argumentos que respaldem ou desafiem tanto o conteúdo proposicional quanto as premissas que o sustentam. Na TCCR, esse contraste fomenta uma avaliação cognitiva robusta ao explorar a coerência entre o núcleo e o corpo narrativo. Por exemplo, em um debate sobre a mudança climática, um grupo poderia destacar os benefícios das energias renováveis como evidência para reforçar a narrativa, enquanto outro poderia questionar uma premissa implícita, como "As energias renováveis são acessíveis universalmente", ao enfatizar os custos iniciais e as limitações tecnológicas em regiões rurais.

- **Integração de perspectivas:** A troca dialógica permite enriquecer as narrativas ao incorporar visões complementares ou divergentes, o que amplia tanto a aplicabilidade do conteúdo proposicional quanto a validade das premissas. Esse processo reconhece que as narrativas não existem isoladamente, mas interagem com um sistema de perspectivas diversas. Por exemplo, em uma discussão sobre políticas de transporte urbano, integrar perspectivas da economia, do meio ambiente e da mobilidade poderia não apenas fortalecer a narrativa da sustentabilidade, mas também ajustar premissas como "A sustentabilidade implica sempre em custos mais elevados".

- **Avaliação crítica:** Nesta etapa, analisa-se a coerência interna da narrativa como um todo, avaliando como o conteúdo proposicional (núcleo) e as premissas (corpo) respondem às complexidades do contexto. Essa análise permite identificar inconsistências e oportunidades para a transformação narrativa. Por exemplo, uma narrativa como "A tecnologia resolve todos os problemas educacionais" pode ser

desestabilizada se for questionada uma premissa subjacente como "O acesso à tecnologia é universal". Após essa análise, a narrativa pode evoluir para "A tecnologia é uma ferramenta eficaz se integrada a estratégias pedagógicas adaptadas", refletindo uma revisão tanto do núcleo quanto do corpo narrativo.

Em conclusão, dentro do Cognossistema, a *avaliação cognitiva* atua como um mecanismo de retroalimentação crítico que garante a coerência interna e a adaptabilidade das narrativas. Esse processo não apenas valida crenças existentes, mas também viabiliza sua transformação diante de novas evidências, assegurando que as narrativas evoluam de forma funcional e pertinente. Além disso, a interação entre a avaliação cognitiva e outros componentes do sistema narrativo, como o contexto e as emoções, reforça sua capacidade de responder a um ambiente em constante mudança.

A avaliação cognitiva, portanto, é o desenvolvimento argumentativo que sustenta e configura as narrativas dentro do Cognossistema. Esse processo, ao integrar experiências, emoções e contexto, assegura que as narrativas sejam coerentes, adaptáveis e relevantes diante dos desafios da realidade.

6. Atitude epistêmica

A atitude epistêmica é outro componente essencial dentro da arquitetura do sistema narrativo cognossistêmico, pois determina o grau de certeza, segurança e convicção com que uma narrativa é sustentada por um indivíduo ou coletivo. Esse elemento central revela a profundidade com que uma narrativa se integra ao sistema cognitivo da pessoa, influenciando sua capacidade de resistência frente a contradições, desafios contextuais e novas informações. Em um sentido mais amplo, a atitude epistêmica não apenas mede a firmeza de uma crença, mas também sua resiliência e a habilidade do indivíduo de adaptar suas narrativas mantendo coerência interna em ambientes complexos e mutáveis. Esse conceito, portanto, ergue-se como um indicador-chave de estabilidade psicológica e consistência narrativa dentro do Cognossistema, proporcionando ao indivíduo ferramentas para interpretar e responder de forma estruturada às demandas externas.

Natureza e espectro da atitude epistêmica

A atitude epistêmica opera em um espectro que abrange desde a convicção absoluta até a dúvida contínua, podendo ser diferenciada em dois polos conceituais claramente definidos: *atitude epistêmica alta* e *atitude epistêmica baixa*.

a. **Atitude epistêmica alta:** Neste extremo, a adesão a uma narrativa é firme e inquebrantável, o que implica uma elevada resistência à revisão ou modificação dessa narrativa, mesmo diante de evidências contraditórias ou contextos adversos. Esse tipo de atitude gera uma estabilidade narrativa significativa, mas também pode resultar em rigidez cognitiva. Por exemplo, uma pessoa que sustenta a crença de que "A justiça sempre prevalece" pode manter essa narrativa mesmo diante de situações de evidente injustiça, interpretando os fatos como exceções temporárias que não desmentem sua ideia central. No âmbito laboral, um gerente convencido de

que "O trabalho em equipe sempre melhora os resultados" pode ignorar evidências de conflitos internos persistentes, sustentando que tais problemas são menores ou solucionáveis com o tempo.

b. **Atitude epistêmica baixa:** No extremo oposto, uma atitude epistêmica baixa reflete uma maior predisposição à mudança narrativa, o que facilita a incorporação de novas informações e perspectivas. Contudo, essa flexibilidade pode expor o indivíduo a uma maior incerteza cognitiva ou falta de coerência interna. Por exemplo, uma pessoa que inicialmente acredita na narrativa de que "O esforço sempre conduz ao sucesso" pode, após experiências negativas reiteradas, reinterpretar a narrativa como "O sucesso depende de múltiplos fatores além do esforço", ajustando constantemente suas crenças em função do contexto imediato. Do mesmo modo, um líder comunitário que muda frequentemente sua posição sobre políticas públicas, de acordo com pressões externas, pode ser percebido como inconsistente, ainda que tal flexibilidade lhe permita adaptar-se rapidamente a novas realidades.

Esse espectro, no qual coexistem atitudes epistêmicas altas e baixas (e seus óbvios níveis intermediários), também é influenciado por fatores contextuais, emocionais e sociais que moldam a interpretação das experiências e a construção das crenças. Reconhecer essas diferenças é crucial para compreender como as narrativas se mantêm ou evoluem dentro do Cognossistema.

Dimensões contextuais e relacionais

A atitude epistêmica também é profundamente modulada por fatores contextuais e sociais que configuram as condições sob as quais uma narrativa é sustentada ou transformada:

- **Contexto cultural:** Por exemplo, em sociedades onde a meritocracia é um valor predominante, é mais provável que narrativas como "O esforço conduz ao sucesso" sejam sustentadas com uma atitude epistêmica alta. Em sistemas educacionais que premiam consistentemente os estudantes de destaque, a narrativa de recompensa ao esforço pode se solidificar. Em contraste, em contextos onde o sucesso é percebido como dependente de conexões sociais ou privilégios herdados, a atitude epistêmica em relação ao esforço pode se enfraquecer.

- **Influência social:** As relações interpessoais também desempenham um papel crucial na modulação da atitude epistêmica. Por exemplo, um cientista que recebe reconhecimento por suas pesquisas pode reforçar sua narrativa sobre a importância do trabalho árduo e da perseverança, enquanto um pesquisador cujas descobertas são ignoradas ou descartadas pode experimentar uma diminuição em sua confiança nessa narrativa.

- **Evidências acumuladas:** As experiências passadas também desempenham um papel fundamental na configuração da atitude epistêmica. Por exemplo, um atleta que observa melhorias constantes em seu desempenho por meio do treinamento

pode desenvolver uma convicção mais profunda na narrativa do esforço, enquanto alguém que experimenta resultados inconsistentes pode adotar uma postura mais cética.

Implicações e aplicações

A atitude epistêmica tem implicações significativas tanto para a estabilidade quanto para a adaptabilidade das narrativas dentro do Cognossistema:

- **Resiliência narrativa:** Uma atitude epistêmica alta reforça a capacidade das pessoas de persistirem em seus objetivos, mesmo quando enfrentam circunstâncias adversas. No entanto, também pode gerar rigidez que limite a capacidade de integrar novas evidências ou de se adaptar a mudanças contextuais. Por exemplo, um ativista social firmemente comprometido com uma causa pode ignorar oportunidades de colaboração com grupos de ideologias diferentes devido à sua adesão inquebrantável à sua narrativa.

- **Flexibilidade adaptativa:** Uma atitude epistêmica baixa fomenta a capacidade das pessoas de ajustarem suas narrativas em resposta a novas informações ou experiências. Isso é evidente em líderes comunitários que adaptam suas mensagens e estratégias de acordo com as necessidades emergentes de suas comunidades, ainda que essa flexibilidade também possa ser percebida como falta de consistência.

- **Coerência do Cognossistema:** Um equilíbrio entre atitude epistêmica alta e baixa é essencial para manter a estabilidade do sistema narrativo enquanto se preserva a capacidade de evolução. Esse equilíbrio permite que as narrativas individuais e coletivas se ajustem sem perder sua estrutura central, como ocorre em processos de mudança organizacional, nos quais a visão inicial é adaptada para enfrentar novos desafios sem abandonar seu propósito principal.

Em conclusão, a atitude epistêmica constitui um eixo relevante na configuração e avaliação das narrativas dentro do Cognossistema. Ao influenciar a profundidade com que uma narrativa está integrada ao sistema cognitivo, esse componente determina a capacidade de resistência frente a desafios e a abertura para a mudança. Uma análise rigorosa da atitude epistêmica permite desenhar intervenções que fomentem tanto a estabilidade quanto a adaptabilidade das narrativas, garantindo sua relevância e funcionalidade em ambientes dinâmicos e complexos.

7. Propósito narrativo

O propósito narrativo constitui um elemento axial dentro do sistema narrativo cognossistêmico, definindo a intenção subjacente que confere direção, significado e coerência às narrativas que estruturam a compreensão do mundo por parte de indivíduos e coletivos. Esse componente, seja consciente ou implícito, atua como a força motriz que

sustenta a adoção, perpetuação ou transformação de uma narrativa, influenciando diretamente as decisões, comportamentos e padrões interpretativos de quem a sustenta. O propósito não apenas organiza as narrativas existentes, mas também as orienta para metas específicas, adaptando-as a contextos complexos e dinâmicos.

Por exemplo, no caso de um jovem migrante, a narrativa "O trabalho árduo me permitirá construir uma nova vida" pode servir como um eixo de significado que o impulsiona a enfrentar os desafios de se integrar a uma cultura desconhecida. Esse propósito, mais do que um mero motor emocional, oferece-lhe uma estrutura interpretativa para processar experiências como discriminação, precariedade laboral ou alienação cultural, permitindo-lhe reinterpretar essas dificuldades como degraus para alcançar uma meta maior.

A natureza e as funções do propósito narrativo

O propósito narrativo configura-se como um mecanismo organizador que emerge da interação entre vivências, percepções e emoções dos indivíduos, conferindo estrutura e direção às narrativas que orientam suas ações. Esse componente cumpre diversas funções essenciais dentro do sistema narrativo cognossistêmico, entre as quais se destacam:

- **Gerar motivação:** O propósito imprime energia e direção às narrativas, facilitando que os indivíduos ajam de maneira consistente com seus objetivos. Um estudante que sustenta a narrativa "A educação é a chave para mudar meu destino" encontra nesse propósito a força para persistir diante de dificuldades acadêmicas ou econômicas. Cada êxito parcial, como passar em uma prova ou receber uma bolsa de estudos, reforça essa narrativa, reafirmando sua validade e mantendo sua motivação.

- **Fomentar resiliência:** O propósito atua como uma âncora que sustenta a narrativa mesmo em situações de adversidade. Por exemplo, uma comunidade afetada por um desastre natural pode estruturar sua narrativa em torno de "Juntos vamos reconstruir nosso lar", com o propósito de restaurar a união e a esperança. Esse propósito não apenas fomenta a cooperação entre os membros da comunidade, mas também lhes permite reinterpretar a tragédia como uma oportunidade para fortalecer seus laços e sua identidade coletiva.

- **Consolidar a identidade:** O propósito também funciona como um componente essencial na formação e manutenção da identidade pessoal ou grupal. Um ativista ambiental que sustenta a narrativa "Proteger o planeta é minha responsabilidade" encontra nesse propósito uma razão de existir que estrutura sua identidade e o impulsiona a agir desde sua esfera pessoal até sua participação em comunidades globais.

Manifestações do propósito em diferentes contextos

O propósito narrativo, por ser um elemento central na configuração do Cognossistema, manifesta-se de forma diversa conforme os contextos específicos em que opera.

Essas manifestações refletem como as narrativas, impulsionadas por propósitos claros, orientam as ações e decisões de indivíduos e coletivos em cenários variados, desde o educativo até o organizacional, adaptando-se às dinâmicas e aos desafios próprios de cada ambiente:

- **Contexto educativo:** No âmbito escolar, uma professora que adota a narrativa "Cada estudante tem um potencial ilimitado" estrutura seu propósito em torno de inspirar e desenvolver a confiança de seus alunos. Cada conquista dos estudantes reforça essa narrativa, enquanto os desafios são interpretados como oportunidades para aprimorar suas estratégias pedagógicas. Por outro lado, um estudante que acredita que "O conhecimento transforma vidas" utiliza esse propósito não apenas como guia para perseverar nos estudos, mas também como ferramenta para desafiar as desigualdades que observa em seu entorno social.

- **Contexto familiar:** Um pai de família que sustenta a narrativa "Meu lar é minha maior fortaleza" utiliza esse propósito para equilibrar suas responsabilidades profissionais e familiares, criando um espaço emocionalmente seguro para seus filhos. Esse propósito o motiva a cultivar relações significativas, transformando cada momento compartilhado em casa em uma expressão concreta de sua narrativa. Em contraste, um adolescente que adota a narrativa "Serei um exemplo para meus irmãos mais novos" encontra nesse propósito uma razão para desenvolver hábitos responsáveis, validando essa narrativa por meio de suas ações diárias.

- **Contexto organizacional:** Em uma organização em processo de mudança, líderes que promovem a narrativa "A colaboração interdepartamental é nossa fortaleza" alinham esse propósito à criação de estratégias que fomentam a comunicação eficaz entre as equipes. Essa abordagem transforma a dinâmica interna, promovendo não apenas a eficiência operacional, mas também um senso compartilhado de pertencimento entre os colaboradores. Em outro caso, em organizações sem fins lucrativos, a narrativa "Cada pequena ação faz a diferença" pode estruturar o propósito de seus voluntários, conferindo-lhes um sentido de missão que transcende os desafios do cotidiano.

Implicações e relevância do propósito no Cognossistema

O propósito, como componente fundamental do Cognossistema, transcende sua função de mero orientador das narrativas para tornar-se um fator decisivo na capacidade dos sistemas narrativos de se adaptarem, evoluírem e manterem coerência. Suas implicações abrangem desde a estabilidade narrativa até a resiliência em contextos adversos, configurando-se como um eixo articulador dos processos cognitivos e psicossociais que sustentam a construção de significado. Essa análise se desdobra em três dimensões-chave:

a. **Estabilidade narrativa:** Um propósito claro atua como estabilizador da narrativa, permitindo que as pessoas mantenham a coerência interpretativa diante de eventos adversos ou contraditórios. Isso assegura que as narrativas permaneçam funcionais e alinhadas com as metas individuais ou coletivas.

b. **Adaptabilidade e evolução:** À medida que os contextos mudam e novas experiências emergem, o propósito permite ajustar as narrativas sem comprometer sua coerência central. Por exemplo, uma pessoa que inicialmente sustenta "O sucesso profissional é minha maior prioridade" pode evoluir para "O equilíbrio entre minha vida pessoal e profissional é essencial", adaptando-se às novas circunstâncias sem perder o sentido de direção.

c. **Resiliência psicossocial:** Em momentos de crise, o propósito atua como recurso-chave para manter a esperança e o comprometimento. Uma organização que adota a narrativa "Nosso trabalho transforma vidas" encontra nesse propósito uma fonte de energia renovada para superar desafios logísticos e financeiros, preservando a coesão interna e o impacto externo.

Em síntese, o propósito no sistema narrativo cognossistêmico constitui um eixo indispensável que organiza, orienta e confere significado às narrativas. Sua capacidade de influenciar a estabilidade, a resiliência e a adaptabilidade do Cognossistema o torna um componente essencial para compreender como indivíduos e coletivos interpretam e respondem a seus contextos. Analisar o propósito narrativo permite desenhar estratégias que fortaleçam sua relevância e coerência, garantindo que as narrativas permaneçam funcionais e alinhadas com metas e valores em ambientes cada vez mais complexos e desafiadores.

8. Função narrativa

Finalmente, como último elemento da estrutura do sistema narrativo cognossistêmico, tem-se a *função narrativa*. Esta constitui o eixo operativo desse tipo de sistema segundo a TCCR, desempenhando um papel fundamental na tradução de significados abstratos em ações concretas que configuram as experiências, decisões e comportamentos tanto individuais quanto coletivos. Esse componente dinâmico permite que as narrativas transcendam o âmbito conceitual e se tornem ferramentas ativas para enfrentar desafios, adaptar-se a mudanças contextuais e construir coerência interna em ambientes complexos.

Ao atuar como uma ponte entre o abstrato e o prático, a função narrativa assegura que o Cognossistema conserve sua relevância, flexibilidade e eficácia, permitindo que as narrativas evoluam e se ajustem às demandas de um mundo em constante transformação. Esse componente não apenas organiza as respostas individuais aos eventos, mas também fortalece a coesão social ao fornecer marcos de ação compartilhados. Nesse sentido, a função narrativa estabelece-se como um pilar essencial que dinamiza a interação entre "significado" e "ação", garantindo que as narrativas sejam capazes de operar como motores de transformação contínua em todos os níveis do Cognossistema.

Conceitualização da função narrativa

A função narrativa opera como um mecanismo integrador que conecta os valores, crenças e propósitos internos de uma narrativa com as demandas externas impostas pela "realidade", permitindo que as narrativas atuem como agentes transformadores tanto no âmbito pessoal quanto no social. Esse processo não apenas facilita a explicação do mundo

a partir de uma perspectiva narrativa, mas também estrutura as formas pelas quais indivíduos e grupos interagem com seu entorno. Ao atuar como um guia para traduzir ideias abstratas em ações concretas, a função narrativa não só fomenta a coerência interna e a estabilidade psicológica, como também contribui para gerar coesão social e estratégias eficazes de adaptação diante de cenários complexos e em constante mudança. Esse componente manifesta-se como uma ponte essencial entre significado e ação, dotando o Cognossistema de uma dinâmica que permite integrar, reinterpretar e mobilizar as narrativas para enfrentar os desafios de forma sustentável e resiliente.

Nesse contexto, identificam-se quatro dimensões essenciais da função narrativa que permitem compreender seu impacto:

a. **Mecanismo de estruturação psicossocial:** A narrativa fornece um marco organizativo que estrutura tanto as experiências individuais quanto as dinâmicas coletivas. Por exemplo, um líder comunitário que adota a narrativa "O trabalho conjunto gera resultados duradouros" organiza atividades colaborativas, como a construção de espaços comuns ou a implementação de oficinas de capacitação. Essa narrativa não apenas orienta suas ações, mas também reforça os vínculos entre os membros da comunidade, transformando o esforço coletivo em um motor de desenvolvimento e resiliência.

b. **Geração de coerência e estabilidade:** A função narrativa atua como um estabilizador psicológico e social, ajudando os indivíduos a manterem um senso de coerência diante da incerteza e da mudança. Uma empreendedora que sustenta a narrativa "Cada obstáculo é uma oportunidade para inovar" reinterpreta os fracassos iniciais de seu negócio como etapas necessárias para refinar sua estratégia. Essa narrativa não só permite que ela conserve a motivação, mas também reduz a ansiedade, proporcionando-lhe uma estrutura psicológica que facilita a tomada de decisões resilientes.

c. **Facilitação da adaptação a contextos mutáveis:** As narrativas permitem que indivíduos e coletivos se ajustem a ambientes variáveis ao redefinir objetivos e prioridades. Por exemplo, uma equipe de resgatistas em uma região afetada por desastres naturais que adota a narrativa "Cada vida conta" prioriza ações estratégicas para maximizar os recursos disponíveis e coordenar esforços. Essa narrativa traduz valores centrais em estratégias operacionais que permitem superar obstáculos logísticos e operacionais.

d. **Articulação de propósitos e ações:** A função narrativa conecta o propósito geral de uma narrativa com as ações específicas que reforçam sua validade e sustentabilidade. Um professor que acredita que "A educação transforma vidas" planeja atividades pedagógicas que incentivem o pensamento crítico e a participação comunitária. Essas ações tangíveis não apenas validam a narrativa, mas também geram um impacto positivo em seus estudantes, consolidando a narrativa como uma ferramenta transformadora.

Relevância da função narrativa no Cognossistema

A função narrativa é essencial para a operacionalidade e sustentabilidade do Cognossistema, permitindo que as narrativas transcendam o plano das ideias abstratas e se tornem motores de ação e transformação. Sua importância pode ser observada em várias dimensões fundamentais:

- **Conexão entre significado e ação:** A função narrativa assegura que ideias abstratas sejam traduzidas em comportamentos tangíveis e eficazes. Por exemplo, uma organização ambiental que adota a narrativa "A natureza é nosso lar" implementa campanhas de reflorestamento, desenvolve programas educativos e promove políticas sustentáveis, evidenciando como uma narrativa bem articulada pode gerar resultados concretos e de impacto.

- **Flexibilidade e adaptabilidade do sistema:** Ao conferir resiliência ao Cognossistema, a função narrativa permite que as narrativas se ajustem a mudanças contextuais sem comprometer sua coerência central. Uma empresa que acredita que "A mudança é uma oportunidade de crescimento" pode reconfigurar seus processos internos e modelos de negócio em resposta a crises econômicas, fortalecendo sua competitividade enquanto preserva sua identidade essencial.

- **Coesão e ação coordenada:** Em contextos grupais, a função narrativa organiza os esforços coletivos em direção a metas comuns. Um movimento social que sustenta a narrativa "A dignidade é um direito universal" alinha suas atividades em torno de protestos pacíficos, campanhas de conscientização e propostas legislativas, gerando um impacto significativo na opinião pública e na esfera política.

Exemplos integrados da função narrativa

Os seguintes exemplos integrados explicam concretamente como as narrativas, ao operar em contextos diversos, conectam significados abstratos com ações concretas, orientando comportamentos e reforçando a coesão individual e coletiva:

- **Âmbito educativo:** Um professor em um contexto urbano periférico que adota a narrativa *"A criatividade é a chave para superar limitações"* introduz atividades artísticas que utilizam materiais reciclados. Essa abordagem não apenas estimula o pensamento inovador de seus alunos, mas também os ensina a enfrentar desafios com recursos limitados, reforçando a narrativa de que soluções criativas podem transformar seu entorno.

Narrativa	Função	Ações consequentes
"A criatividade é a chave para superar limitações".	O fomento da resiliência e da capacidade de resolver problemas por meio do de-	- Introduzir atividades artísticas utilizando materiais reciclados.

	senvolvimento da criatividade em contextos de recursos limitados.	- Criar projetos que estimulem o pensamento inovador nos estudantes. - Etc.

- **Contexto familiar:** Um pai que acredita na narrativa *"A curiosidade alimenta o aprendizado"* organiza noites de exploração científica em casa, utilizando experimentos caseiros como construir um vulcão de bicarbonato ou observar as estrelas com telescópios improvisados. Essas atividades não apenas fortalecem os laços familiares, mas também despertam em seus filhos um interesse duradouro pelo conhecimento.

Narrativa	Função	Ações consequentes
"A curiosidade alimenta o aprendizado".	O fomento do interesse pelo aprendizado contínuo e o fortalecimento dos laços familiares por meio de experiências educativas compartilhadas.	- Organizar noites de exploração científica em casa. - Realizar experimentos caseiros, como construir um vulcão de bicarbonato ou observar as estrelas com telescópios improvisados. - Etc.

- **Esfera organizacional:** Uma empresa emergente que sustenta a narrativa *"A diversidade impulsiona a inovação"* contrata equipes multiculturais e multidisciplinares para enfrentar problemas complexos. A narrativa se reforça quando soluções criativas surgem da colaboração entre indivíduos com perspectivas diversas, consolidando um ambiente de trabalho inclusivo e eficaz.

Narrativa	Função	Ações consequentes
A diversidade impulsiona a inovação".	A promoção de soluções inovadoras por meio da integração de diversas perspectivas, consolidando um ambiente de trabalho inclusivo e eficiente.	- Contratar equipes multiculturais e multidisciplinares para enfrentar problemas complexos. - Fomentar a colaboração entre indivíduos com diferentes perspectivas. - Etc.

- **Contexto esportivo:** Uma equipe juvenil de xadrez que adota a narrativa *"Cada movimento conta"* dedica sessões para analisar partidas históricas e aprender com os erros do passado. Essa abordagem não apenas melhora seu desempenho competitivo, mas também incute uma mentalidade estratégica que os jogadores aplicam tanto no esporte quanto em sua vida cotidiana.

Narrativa	Função	Ações consequentes
"Cada movimento conta".	A estimulação de uma mentalidade estratégica que melhora o desempenho competitivo e se aplica à tomada de decisões em diversos aspectos da vida.	- Dedicar sessões para analisar partidas históricas. - Refletir e aprender com os erros do passado. - Etc.

Em conclusão, a *função narrativa* é o componente-chave que assegura que as narrativas atuem como motores de ação e transformação dentro do Cognossistema. Sua capacidade de estruturar comportamentos, estabilizar emoções e promover a ação coletiva garante que o sistema narrativo cognossistêmico mantenha sua relevância, flexibilidade e eficácia. Identificar, compreender e otimizar a função narrativa é essencial para desenhar sistemas resilientes e adaptativos que respondam às complexidades de um mundo altamente desafiador.

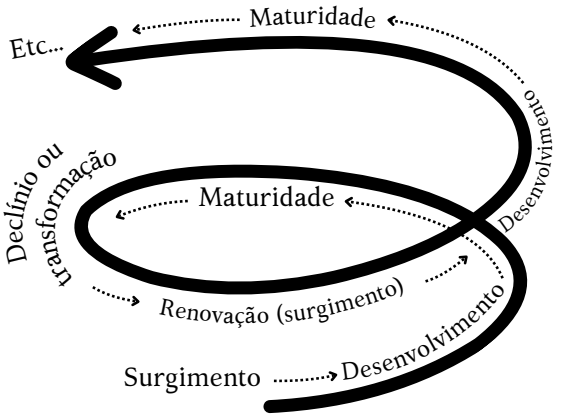
IV. O ciclo vital dos sistemas narrativos

O ciclo vital dos sistemas narrativos cognossistêmicos constitui um elemento teórico de grande importância para a TCCR, explorando a evolução das narrativas desde sua origem até sua transformação e reestruturação. Esse ciclo permite compreender a dinâmica interna do Cognossistema, ao analisar como as narrativas surgem em resposta a experiências humanas, consolidam-se por meio de processos de interação social, alcançam uma fase de maturidade em que impactam significativamente as estruturas individuais e coletivas, e finalmente se transformam para se adaptar a contextos mutáveis.

Essas fases são identificadas na TCCR através de cinco etapas evolutivas:

1. Surgimento.
2. Desenvolvimento.
3. Maturidade.
4. Declínio ou transformação.
5. Renovação.

Esse processo pode ser representado como um ciclo em forma de espiral, no qual a renovação de uma narrativa marca o início de um novo ciclo, refletindo a natureza evolutiva e resiliente dos sistemas narrativos.



Cada etapa é uma interação complexa entre significados, práticas e realidades socioculturais, ressaltando o papel central das narrativas como ferramentas para estruturar a experiência humana e orientar a ação.

1. Etapa de surgimento narrativo

O surgimento de uma narrativa constitui o momento inicial em que um indivíduo, grupo, organização ou cultura começa a estruturar um conjunto de experiências, percepções, valores e crenças em um relato coerente que dê sentido à sua realidade. Esse processo, profundamente ancorado na natureza cognitiva humana, responde à necessidade universal de organizar o caos percebido e construir significados que orientem o comportamento e as decisões. O surgimento de uma narrativa não apenas organiza a experiência, mas também atua como uma ferramenta adaptativa diante de mudanças, crises ou transformações no ambiente. Sua forma e conteúdo estão intrinsecamente determinados pelos níveis ecossistêmicos em que emerge, assim como pelos fatores contextuais que o motivam.

a. **Microssistemas: Narrativas no nível individual:** No nível individual, as narrativas surgem como respostas a experiências significativas que desafiam crenças pré-existentes ou introduzem novas perspectivas. Esse nível é especialmente sensível às mudanças internas e às interações imediatas com o ambiente. Por exemplo, uma pessoa que recebe um diagnóstico médico inesperado pode desenvolver a narrativa "Cada dia é um presente que não se pode desperdiçar", estruturando sua vida em torno de uma apreciação renovada pelo tempo e pelas relações pessoais. Essa narrativa não apenas permite que a pessoa reinterprete sua situação, mas também canalize sua energia para ações que priorizem seu bem-estar e o de seus entes queridos. Nesse contexto, as narrativas individuais funcionam como marcos de referência que reorganizam a identidade e facilitam a adaptação a novas circunstâncias.

b. **Mesossistemas: Narrativas em contextos familiares e grupais:** Nos mesossistemas, o surgimento narrativo está estreitamente ligado a experiências compartilhadas que reconfiguram as dinâmicas internas de um grupo. Essas narrativas proporcionam coesão e direção, servindo como guias coletivos para enfrentar eventos significativos. Por exemplo, em uma comunidade ameaçada de deslocamento por um projeto de urbanização, pode surgir a narrativa "Nossa história não está à venda". Esse relato coesiona os membros do grupo, impulsionando-os a organizar protestos, estabelecer alianças com organizações defensoras de direitos e preservar sua identidade cultural. De forma semelhante, uma família que recebe de volta um membro após longa ausência pode construir a narrativa "A família está sempre em primeiro lugar", reforçando os laços afetivos e orientando suas ações para a reconstrução das relações. Em ambos os casos, as narrativas emergentes atuam como catalisadoras de unidade e resistência.

c. **Exossistemas e macrossistemas: Narrativas organizacionais e culturais:** Nos exossistemas e macrossistemas, o surgimento de narrativas reflete as interações entre forças sociais, econômicas e políticas que impactam comunidades amplas. Essas narrativas são essenciais para responder a mudanças estruturais e para articular identidades coletivas. Por exemplo, uma organização internacional que atua em zonas de conflito pode desenvolver a narrativa "A paz é um esforço conjunto", mobilizando recursos e pessoas em torno de iniciativas de reconciliação e desenvolvimento. Essa narrativa não apenas reforça a identidade organizacional, mas também estabelece um marco de legitimidade e colaboração internacional. No âmbito cultural, os movimentos de justiça climática geraram narrativas como "O planeta é nossa responsabilidade compartilhada", as quais transformaram discursos políticos, práticas empresariais e atitudes individuais em relação à sustentabilidade.

Dinâmicas interconectadas na etapa de surgimento

O surgimento de narrativas não é um fenômeno isolado; as narrativas individuais, grupais e culturais interagem em um processo contínuo de retroalimentação e co-criação. Por exemplo, a narrativa pessoal de um empreendedor social que sustenta "A mudança começa com uma ideia" pode ressoar com um movimento global que promove "Pense grande, aja pequeno", gerando sinergias que fortalecem tanto as ações individuais quanto os esforços coletivos. Esse entrelaçamento destaca a importância de compreender o surgimento narrativo como um fenômeno relacional, profundamente contextualizado dentro do Cognossistema.

Em conclusão, o surgimento de uma narrativa é um processo fundamental que evidencia a capacidade humana de reinterpretar seu entorno e adaptar-se às exigências de uma realidade mutável. Analisar esse fenômeno em seus diferentes níveis ecossistêmicos permite identificar padrões e estratégias que facilitem a intervenção eficaz em sua formação, promovendo transformações significativas em indivíduos, grupos e sociedades. Uma compreensão profunda dessas dinâmicas não apenas enriquece o marco teórico, mas também abre possibilidades para desenhar intervenções narrativas capazes de impulsionar mudanças sustentáveis e positivas a longo prazo.

2. Etapa de desenvolvimento narrativo

O desenvolvimento constitui uma fase essencial no ciclo vital dos sistemas narrativos, na qual as narrativas evoluem de seu estado embrionário para uma estrutura mais refinada, consolidada e funcional. Esse processo caracteriza-se pela retroalimentação constante entre experiências vividas, interações sociais e a adaptação progressiva aos contextos em que se manifestam. Nessa etapa, as narrativas não apenas adquirem coerência interna, mas também se legitimam como guias comportamentais e simbólicos para indivíduos e coletivos. A validação social e a expansão para diferentes níveis do Cognossistema são processos-chave que permitem às narrativas consolidar-se como marcos interpretativos da realidade, facilitando tanto a coesão quanto a adaptação em face de um ambiente em transformação.

a. **Microssistemas: Consolidação de narrativas pessoais:** Nos microssistemas, o desenvolvimento de uma narrativa está intrinsecamente ligado à construção da identidade e à integração de significados pessoais. Esse processo implica um equilíbrio entre a validação de crenças iniciais e sua adaptação a novas experiências. Por exemplo, uma jovem que adota a narrativa "O esforço transforma sonhos em realidade" pode fortalecer essa crença por meio de conquistas acadêmicas e profissionais, como a obtenção de uma bolsa de estudos ou o reconhecimento em sua área de atuação. Esses marcos reforçam a narrativa mediante retroalimentação positiva, enquanto fracassos pontuais, como a perda de uma oportunidade de trabalho, podem ser reinterpretados dentro do marco narrativo como aprendizados necessários para o sucesso futuro. Essa dinâmica permite que a narrativa evolua sem perder sua coerência fundamental.

b. **Mesossistemas: Desenvolvimento de narrativas compartilhadas:** No âmbito dos mesossistemas, o desenvolvimento narrativo manifesta-se por meio das interações entre indivíduos em grupos familiares, educacionais ou comunitários. Esse nível é crucial para a consolidação de crenças compartilhadas que promovam coesão e senso de pertencimento. Por exemplo, uma família que atravessa uma crise econômica pode desenvolver a narrativa "Nossa união nos torna fortes", reforçando-a através de práticas como colaboração em projetos familiares, redução de despesas ou celebração de pequenas conquistas coletivas. Da mesma forma, um grupo de estudantes que colabora em um projeto ambiental pode adotar a narrativa "Cada ação conta para salvar o planeta", consolidando-a ao observar os impactos positivos de suas iniciativas na comunidade, como a redução de resíduos ou o plantio de árvores. Essas experiências compartilhadas reforçam os valores subjacentes à narrativa, garantindo sua relevância e continuidade.

c. **Exossistemas e macrossistemas: Expansão e legitimação de narrativas coletivas:** Nos exossistemas e macrossistemas, o desenvolvimento narrativo adquire uma dimensão organizacional e cultural, consolidando-se por meio de políticas, práticas e tradições que reforçam seu impacto em nível coletivo. Por exemplo, uma empresa social que sustenta a narrativa "A mudança começa nas comunidades" pode de-

senvolvê-la por meio de programas de impacto local que envolvam as comunidades na tomada de decisões e na implementação de projetos sustentáveis. Esse processo não apenas reforça a narrativa, mas também a valida por meio de resultados tangíveis que fortalecem a confiança das comunidades e de outros grupos de interesse. No âmbito cultural, narrativas como "A diversidade nos enriquece" podem consolidar-se mediante a promoção de festivais interculturais, políticas públicas inclusivas e representações artísticas que celebrem a pluralidade. Esses elementos reforçam a narrativa ao integrá-la a valores e práticas compartilhadas, garantindo sua legitimidade em contextos globais.

Dinâmica de retroalimentação no desenvolvimento narrativo

O desenvolvimento das narrativas não ocorre de forma isolada; é impulsionado por um processo contínuo de retroalimentação entre os diferentes níveis ecossistêmicos. Por exemplo, um líder comunitário que adota a narrativa "A união faz a força" pode trabalhar em colaboração com uma organização nacional que promove "A ação coletiva transforma sociedades", gerando uma sinergia que fortalece ambas as narrativas. Esse tipo de interação não apenas valida as narrativas existentes, mas também estimula sua evolução, incorporando novos significados que as tornam mais inclusivas e resilientes diante dos desafios contemporâneos.

Em síntese, o desenvolvimento de uma narrativa é uma etapa crítica que determina sua capacidade de influenciar as ações, valores e decisões dos indivíduos e coletivos que a sustentam. Compreender as dinâmicas específicas dessa fase permite identificar pontos de intervenção que potencializem seu impacto e assegurem sua relevância em um mundo caracterizado pela diversidade e pela mudança constante.

3. Etapa de maturidade narrativa

A etapa de maturidade de uma narrativa constitui uma fase de consolidação e estabilidade em que esta se integra profundamente na identidade da(s) pessoa(s) que a sustenta(m), adquirindo relevância e legitimidade como um marco interpretativo essencial. Nessa etapa, o sistema narrativo transcende os níveis iniciais de validação e se torna um princípio estruturante que orienta decisões, ações e valores. Esse processo não apenas garante a coerência interna dos indivíduos ou coletivos que adotam a narrativa, mas também permite que ela atue como um eixo de coesão e adaptação diante de mudanças contextuais. As narrativas maduras têm o potencial de se tornar ferramentas de transformação social, especialmente quando desafiam paradigmas opressores ou promovem princípios inclusivos e democráticos.

- **Microssistemas: A maturidade da narrativa pessoal:** No nível individual, a maturidade de uma narrativa é alcançada quando ela se consolida como eixo central da identidade pessoal, funcionando como um filtro estável que organiza experiências e decisões. Esse estado de maturidade implica que a narrativa foi avaliada, ajustada e reforçada por meio de experiências repetidas que a validam e a integram profundamente no sistema de crenças do indivíduo.

Por exemplo, um cientista que sustenta a narrativa "A curiosidade impulsiona o conhecimento" pode ter fortalecido essa crença por meio de um processo contínuo de descobertas, fracassos e aprendizados. A narrativa madura torna-se seu guia para enfrentar desafios acadêmicos e profissionais, reforçando-se a cada descoberta significativa ou publicação reconhecida. Da mesma forma, um agricultor que adota a narrativa "Cuidar do solo garante o futuro" reforça essa ideia ao observar os benefícios tangíveis de práticas sustentáveis em suas plantações, consolidando sua narrativa como um princípio orientador em sua relação com o meio ambiente.

- **Mesossistemas: Narrativas maduras em grupos e comunidades:** Nos mesossistemas, a maturidade de uma narrativa se manifesta quando ela é coletivamente aceita como um marco de referência compartilhado que orienta a ação e reforça a coesão dentro do grupo. As narrativas maduras nesse contexto costumam ser transmitidas entre gerações ou se consolidar por meio de experiências compartilhadas que reforçam sua relevância e legitimidade.

  Por exemplo, uma comunidade que adota a narrativa "A colaboração nos torna resilientes" pode tê-la consolidado por meio de respostas coletivas bem-sucedidas a desastres naturais. Cada ação conjunta, como a construção de abrigos comunitários ou a gestão compartilhada de recursos, reforça a narrativa, que por sua vez fortalece a identidade grupal e a confiança mútua. De maneira semelhante, um grupo de artistas urbanos que sustenta a narrativa "A arte transforma realidades" pode consolidá-la ao observar como seus murais comunitários geram mudanças positivas na percepção do bairro, reforçando o compromisso do grupo com essa visão.

- **Exossistemas e macrossistemas: Consolidação em estruturas organizacionais e culturais:** Nos níveis de exossistemas e macrossistemas, as narrativas maduras se refletem em tradições estabelecidas, normas culturais amplamente aceitas e políticas institucionalizadas que reforçam sua vigência. Essas narrativas adquirem relevância estrutural e se integram às práticas e valores coletivos, tornando-se eixos normativos que orientam a ação social.

  Um exemplo organizacional poderia ser uma multinacional que sustenta a narrativa "A sustentabilidade é o caminho para a prosperidade", consolidada por meio da implementação de iniciativas como economia circular, investimento em energias limpas e educação ambiental de seus colaboradores. Essa narrativa não apenas se reflete em suas políticas internas, mas também em sua influência no mercado global, inspirando outras empresas a seguir modelos semelhantes. No âmbito cultural, uma sociedade que adota a narrativa "A igualdade fortalece nossa democracia" pode consolidá-la por meio de legislações inclusivas, representações midiáticas diversas e celebrações de datas simbólicas que reforcem esses valores. A narrativa madura torna-se um marco estruturante que modela a identidade coletiva e facilita a mudança progressiva para uma sociedade mais equitativa.

Relevância da maturidade narrativa

A maturidade de uma narrativa marca um ponto culminante em seu ciclo vital, no qual ela alcança uma estabilidade que lhe permite influenciar de forma sustentável e significativa os sistemas que a adotam. Nessa etapa, a narrativa não apenas oferece coerência e direção, mas também atua como uma ferramenta poderosa para articular valores compartilhados, facilitar a adaptação diante de novos desafios e coesionar identidades diversas. Embora narrativas maduras possam enfrentar pressões decorrentes de realidades emergentes ou de mudanças contextuais, sua capacidade de evoluir sem perder sua essência fundamental garante sua relevância contínua. Compreender essa etapa é crucial para identificar estratégias que potencializem seu impacto positivo, assegurando que permaneçam como motores de mudança e como pilares de estabilidade em um ambiente caracterizado pela complexidade e pela crescente diversidade.

4. Etapa de declínio ou transformação narrativa

As narrativas não possuem caráter eterno; sua relevância e funcionalidade estão intrinsecamente ligadas aos contextos em que operam. Nesse sentido, podem entrar em declínio ou transformar-se quando deixam de responder às demandas do ambiente ou deixam de oferecer coerência e direção aos sistemas que as sustentam — ou seja, entram em uma fase de entropia. Esse processo, ao mesmo tempo natural e necessário, pode ocorrer de forma gradual, com um desgaste progressivo de sua validade, ou de maneira abrupta, diante de eventos críticos que desafiem sua vigência. Uma narrativa em declínio costuma ser questionada, desafiada e, eventualmente, substituída por outras que se alinhem mais de perto com as realidades emergentes. Nesse quadro, o Cognossistema — como espaço suprassistêmico — desempenha um papel crucial ao adaptar-se constantemente para integrar novas narrativas que restauram sua funcionalidade e relevância. Além disso, esse processo reflete a natureza cíclica, dinâmica e evolutiva do Cognossistema em seu interior, onde o fim de uma narrativa marca o início ininterrupto de outra, repetidamente, seja por meio de sua transformação ou renovação total.

- **Microssistemas: Declínio e transformação em narrativas pessoais:** No nível individual, o declínio de uma narrativa surge quando novas experiências desafiam a coerência do relato pessoal, gerando tensão cognitiva e emocional. Esse processo pode culminar em uma crise de identidade, obrigando o indivíduo a revisar profundamente as crenças fundamentais que orientam sua vida e a reformulá-las para integrar as novas realidades percebidas.

  Por exemplo, um profissional que sustenta a narrativa "O trabalho árduo sempre leva ao sucesso" pode enfrentar uma crise narrativa após anos de dedicação sem resultados satisfatórios, ou ao observar que outros alcançam sucesso por fatores externos, como redes de contatos. Esse declínio pode catalisar a evolução para uma narrativa reformulada, como "O sucesso requer tanto esforço quanto estratégias inteligentes". Nesse caso, a narrativa original não é totalmente abandonada, mas adaptada para refletir uma compreensão mais matizada e funcional das circunstâncias.

De modo semelhante, uma pessoa que cresce com a narrativa "A família é sempre um refúgio seguro" pode reavaliá-la após experiências de conflito ou falta de apoio no ambiente familiar. O declínio dessa narrativa pode dar lugar a uma transformação que amplie a perspectiva, como "A segurança emocional pode ser encontrada em diferentes relações", reconhecendo a importância de vínculos alternativos e diversificando as fontes de apoio.

- **Mesossistemas: Mudanças narrativas em grupos e famílias:** Nos mesossistemas, narrativas grupais ou familiares podem entrar em declínio quando normas ou valores tradicionais deixam de atender às necessidades de seus membros. Esse processo geralmente se manifesta por meio de conflitos internos, tensões geracionais ou pela introdução de novas perspectivas que desafiam as estruturas existentes.

  Por exemplo, uma família que sustenta a narrativa "A autoridade dos mais velhos nunca deve ser questionada" pode enfrentar tensões significativas quando as gerações mais jovens começam a exigir maior autonomia e participação nas decisões. Esse declínio narrativo pode transformar-se em uma nova narrativa que equilibre o respeito pela experiência com a inclusão de vozes jovens, como "A experiência dos mais velhos é valiosa, mas as decisões devem ser compartilhadas".

  Em uma equipe de trabalho, uma narrativa como "A competição interna impulsiona o sucesso" pode perder relevância se gerar desconfiança e tensões entre os membros. Nesse contexto, pode surgir uma narrativa transformada, como "A colaboração nos torna mais fortes", que fomente uma abordagem cooperativa e responda melhor às necessidades coletivas. Essa mudança não apenas melhora a coesão grupal, mas também reforça uma cultura organizacional mais equitativa e sustentável.

- **Exossistemas e macrossistemas: Transformações narrativas em organizações e culturas:** No nível organizacional e cultural, narrativas podem entrar em declínio quando crises econômicas, mudanças sociais ou avanços tecnológicos alteram as estruturas tradicionais que as sustentam. Essas transformações costumam ser mais visíveis devido ao seu impacto sistêmico e à participação de diversos atores, que aceleram o processo de questionamento e renovação.

  Por exemplo, uma empresa que opera sob a narrativa "A produção em massa garante o sucesso" pode enfrentar uma crise significativa quando os consumidores passam a valorizar a sustentabilidade e a personalização. Esse declínio pode impulsionar uma transformação narrativa para "A inovação sustentável é a chave para o futuro", traduzindo-se em mudanças profundas nas estratégias comerciais, nos processos produtivos e nos modelos de negócio. Essa mudança narrativa não apenas redefine as prioridades internas da organização, mas também influencia tendências de mercado e a percepção pública.

  No âmbito cultural, narrativas como "A tradição garante nossa identidade" vêm declinando diante do avanço de movimentos globais que promovem a diversidade e a adaptabilidade. Por exemplo, em comunidades que historicamente resistiam a mudanças culturais, consolida-se uma narrativa transformadora como "A tradição se fortalece ao se integrar com a diversidade". Essa narrativa emergente reflete um esforço para preservar valores históricos ao mesmo tempo em que se

adapta às demandas de um mundo interconectado, sendo impulsionada por iniciativas locais que promovem o diálogo intercultural e pelo reconhecimento crescente de que a diversidade é um ativo valioso na construção de identidades resilientes.

Relevância do declínio e da transformação narrativa

O declínio e a transformação dos sistemas narrativos representam fases essenciais para garantir a adaptabilidade e a relevância do Cognossistema, desde seus níveis micro até os macro. Essas dinâmicas permitem que as narrativas evoluam em resposta a novos desafios e contextos, evitando que os sistemas individuais e coletivos fiquem presos a relatos disfuncionais ou ultrapassados. Esse processo é fundamental para manter a vitalidade do Cognossistema, pois previne a petrificação de narrativas obsoletas e fomenta uma renovação constante. Além disso, o reconhecimento da natureza cíclica dos sistemas narrativos enfatiza como cada declínio abre caminho para a regeneração, assegurando que as narrativas continuem sendo relevantes e coesas em um ambiente em constante mudança. A compreensão profunda desse processo não apenas permite identificar oportunidades de intervenção, mas também facilita a transição para narrativas mais inclusivas, funcionais e sustentáveis, garantindo a resiliência e a adaptabilidade dos sistemas sociais como um todo.

5. Etapa de renovação narrativa

Por fim, a renovação narrativa constitui uma etapa fundamental no ciclo vital dos sistemas narrativos, segundo a TCCR. Essa fase caracteriza-se pela revitalização de narrativas existentes por meio da incorporação de novos elementos que as adaptem a contextos em constante transformação, ou pela substituição por narrativas totalmente novas que atendam melhor às necessidades do ambiente. Longe de ser um simples processo de substituição, a renovação narrativa implica uma reflexão profunda, reinterpretação e reconfiguração que asseguram a funcionalidade e a relevância do Cognossistema. Esse processo também evidencia a capacidade intrínseca dos sistemas narrativos de se regenerarem e manterem sua coesão diante da incerteza, promovendo uma adaptabilidade contínua e a inovação constante.

- **Microssistemas: Renovação na narrativa pessoal:** No nível individual, a renovação narrativa é um processo introspectivo e evolutivo que permite às pessoas integrarem novas experiências, aprendizados e emoções em suas narrativas pessoais. Esse processo facilita a reconfiguração de identidades, valores e crenças, alcançando maior coerência com as circunstâncias atuais e fortalecendo a capacidade de adaptação futura. Por exemplo, um atleta que sustentava a narrativa "O talento inato é a chave do sucesso" pode enfrentar uma série de derrotas que o levem a reavaliar sua perspectiva. Após refletir sobre sua dedicação e treinamento, sua narrativa pode se transformar em "O esforço e a disciplina são essenciais para alcançar o sucesso", permitindo-lhe renovar sua motivação e foco.

  De modo semelhante, um escritor pode renovar sua narrativa após passar por um período de bloqueio criativo. Se antes acreditava que "A inspiração surge

espontaneamente", pode desenvolver uma narrativa mais construtiva como "A criatividade é um processo que se cultiva por meio da prática constante". Essa mudança não apenas impacta sua forma de trabalhar, mas também redefine sua percepção sobre arte e criatividade.

- **Mesossistemas: Renovação em famílias e grupos:** Nos mesossistemas, a renovação narrativa desempenha um papel essencial para manter a coesão e a funcionalidade de famílias e grupos em um ambiente de constante mudança. Esse processo implica a adaptação de normas, valores e formas de interação que reflitam as necessidades emergentes e os desafios coletivos. Por exemplo, uma família que sustentava a narrativa "O pai é o principal provedor" pode renovar-se ao enfrentar mudanças socioeconômicas que exijam que ambos os pais trabalhem fora de casa. Nesse contexto, a narrativa pode evoluir para "A responsabilidade é compartilhada, tanto no trabalho quanto no lar", promovendo equidade e adaptabilidade.

  Em uma equipe esportiva juvenil, a narrativa "A vitória é o objetivo final" pode ser renovada após um período de derrotas consecutivas. Por meio de uma reflexão coletiva, a equipe pode adotar uma narrativa como "O aprendizado e o esforço são a base do sucesso futuro", o que não apenas melhora a moral do grupo, mas também redefine suas estratégias e relações internas.

- **Exossistemas e macrossistemas: Renovação em organizações e culturas:** Nos níveis organizacional e cultural, a renovação narrativa é vital para garantir a sustentabilidade e a relevância em um ambiente globalizado e em constante evolução. Esse processo pode incluir a revisão de tradições, práticas institucionais e valores fundamentais que se tornaram obsoletos. Por exemplo, uma empresa que operava sob a narrativa "A eficiência é nossa maior prioridade" pode adotar uma narrativa renovada como "A sustentabilidade e a inovação impulsionam nosso sucesso a longo prazo". Essa mudança não apenas reconfigura suas práticas internas, mas também melhora sua relação com os clientes e fortalece sua reputação corporativa.

  Culturalmente, a renovação narrativa pode ser observada em sociedades que reavaliam seus modelos econômicos tradicionais. Por exemplo, uma comunidade agrícola que, por gerações, sustentou a narrativa "A agricultura tradicional garante a segurança alimentar" pode enfrentar desafios significativos devido às mudanças climáticas e à degradação do solo. Esse contexto pode impulsionar a adoção de uma narrativa renovada como "A inovação agrícola sustentável assegura o futuro alimentar", promovendo a implementação de tecnologias ecoeficientes e práticas de cultivo regenerativo. Essa mudança não apenas transforma as práticas agrícolas, mas também redefine a relação da comunidade com o meio ambiente e com os mercados globais.

Relevância da renovação narrativa

A renovação narrativa é um processo indispensável para a resiliência e a adaptabilidade dos sistemas narrativos dentro do Cognossistema. Esse mecanismo não apenas possibilita a reinterpretação e a transformação de narrativas existentes, mas também garante que esses sistemas complexos permaneçam relevantes e funcionais em um contexto de

constante evolução. Ao fomentar a criatividade, a inclusão e a sustentabilidade, a renovação narrativa oferece uma base sólida para o desenvolvimento pessoal, grupal e cultural. Reconhecer e facilitar esse processo é essencial para assegurar que as narrativas estejam alinhadas com os valores contemporâneos e as demandas futuras, promovendo assim a transformação para sistemas mais flexíveis, equitativos e orientados para a mudança. Dessa forma, a renovação narrativa consolida-se como um pilar fundamental para a evolução contínua do Cognossistema.

Conclusão geral sobre o ciclo vital dos sistemas narrativos

O ciclo vital dos sistemas narrativos cognossistêmicos, composto por cinco etapas interdependentes segundo a TCCR — surgimento, desenvolvimento, maturidade, declínio ou transformação, e renovação — representa um elemento integral e inovador desta teoria, explicando a dinâmica evolutiva das narrativas no âmbito do Cognossistema. Esse ciclo oferece um marco conceitual que não apenas permite compreender a natureza adaptativa e multifacetada das narrativas, mas também examina como elas se configuram, se consolidam e se transformam em resposta aos contextos históricos, culturais e sociais em que operam. Cada uma das etapas reflete o processo contínuo pelo qual as narrativas atribuem significado às experiências humanas e estruturam as interações complexas entre indivíduos, grupos e estruturas sistêmicas.

A compreensão do ciclo vital como uma sequência de etapas interconectadas destaca a capacidade das narrativas de evoluir, permitindo que o Cognossistema como um todo se dinamize e responda às exigências mutáveis do ambiente. Esse modelo também ilumina os momentos de transição fundamentais que impulsionam a renovação das narrativas, garantindo sua pertinência e funcionalidade diante de novos desafios e realidades. A interdependência entre essas etapas enfatiza a flexibilidade inerente das narrativas como sistemas vivos, capazes de gerar coerência interna ao mesmo tempo em que promovem a criatividade e a resiliência em um contexto de complexidade crescente.

V. A dinâmica da mudança nos sistemas narrativos

Complementando o conceito de ciclo vital narrativo, a TCCR introduz a ideia de uma *dinâmica de mudança* nos sistemas narrativos, integrada a esse ciclo. Essa dinâmica descreve as condições necessárias para que ocorra a transformação narrativa, constituindo-se em uma ferramenta-chave para prever a evolução das narrativas ao longo do ciclo. O processo baseia-se na interação das narrativas com pressões internas e externas dentro do Cognossistema, o que revela a capacidade adaptativa e resiliente inerente aos sistemas psicossociais. Por meio dessa dinâmica, as narrativas não apenas estruturam a realidade como marcos interpretativos, mas também atuam como motores de ação que impulsionam a adaptação e a resposta diante das mudanças do ambiente.

A mudança narrativa, segundo a TCCR, articula-se por meio da integração de dois modelos analíticos principais: as já mencionadas cinco etapas do ciclo vital dos sistemas

narrativos — surgimento, desenvolvimento, maturidade, declínio ou transformação, e renovação — e as três fases da mudança narrativa propostas por Roland G. Tharp: Beta (estabilidade), Alfa (crise) e Delta (reorganização e transformação). Essa convergência fornece um marco conceitual robusto para explorar como as narrativas evoluem e respondem às tensões dinâmicas geradas tanto por fatores internos — como conflitos de crenças ou crises identitárias — quanto por fatores externos, incluindo mudanças sociais, políticas, culturais e econômicas.

Nesse contexto, as narrativas são compreendidas não apenas como ferramentas estruturais, mas também como agentes catalisadores de transformação. O processo de mudança narrativa é dinâmico e evolutivo, com um desenvolvimento em forma de espiral que permite ao Cognossistema transmutar para novos estados de equilíbrio. Esse movimento contínuo de tensão e resolução facilita que as narrativas emergentes não apenas enfrentem os desafios imediatos, mas também reformulem constantemente os marcos interpretativos existentes, ampliando as possibilidades de significação e ação.

A seguir, apresentam-se as três fases da mudança dos sistemas narrativos, conforme a TCCR propõe:

1. Fase Beta (estabilidade)

A fase Beta, no âmbito da dinâmica da mudança dentro dos sistemas narrativos segundo a TCCR, constitui um estado fundamental de estabilidade e coesão narrativa. Esse momento do processo reflete um baixo nível de entropia narrativa, em que as narrativas predominantes atingem um alto grau de coerência interna, permitindo-lhes operar de maneira funcional e eficaz. Durante essa etapa, o sistema alcança um equilíbrio dinâmico no qual os ajustes narrativos são sutis e respondem a mudanças graduais sem alterar sua estrutura central nem comprometer os valores fundamentais que articulam a narrativa predominante.

Essa fase está estreitamente vinculada às etapas de *surgimento*, *desenvolvimento* e *maturidade* do ciclo vital dos sistemas narrativos, processo caracterizado pela consolidação progressiva da narrativa como eixo orientador das decisões e ações. Por exemplo, em uma comunidade que adota a narrativa "A cooperação fortalece a comunidade", a estabilidade se reflete em iniciativas contínuas como programas de intercâmbio de habilidades ou sistemas de economia solidária. Essas ações não apenas reforçam a narrativa, mas também geram um senso compartilhado de pertencimento e compromisso, fortalecendo os laços sociais dentro do sistema.

De modo semelhante, uma organização internacional que articula sua identidade em torno da narrativa "A sustentabilidade impulsiona o crescimento" demonstra estabilidade nessa fase quando suas políticas e práticas alinham ações como a promoção de cadeias de suprimentos sustentáveis e o investimento em tecnologias limpas. Essas medidas não apenas consolidam a narrativa, mas também reforçam a confiança de suas partes interessadas, integrando a sustentabilidade como um princípio operacional central na organização.

No âmbito educacional, uma escola que adota a narrativa "O aprendizado é um direito universal" pode demonstrar estabilidade ao implementar metodologias inclusivas, como aulas para estudantes com diferentes estilos de aprendizagem ou a incorporação de

tecnologias acessíveis. Essas práticas permitem que a narrativa se reflita na experiência cotidiana dos estudantes e garantem que a instituição permaneça relevante diante de mudanças culturais ou demográficas.

Características identificadoras da fase Beta

A fase Beta representa um momento-chave de estabilidade narrativa que permite ao Cognossistema manter sua funcionalidade sem necessidade de recorrer a transformações drásticas. Nessa etapa, o sistema equilibra a necessidade de continuidade com a capacidade de se adaptar a influências externas moderadas, garantindo a relevância e a coerência de suas narrativas. As seguintes características permitem identificar com precisão se um sistema narrativo se encontra nessa fase:

- **Coerência nas decisões e ações:** As escolhas e comportamentos dentro do sistema refletem um alinhamento consistente com os valores centrais da narrativa.

- **Aceitação interna e externa:** Existe um baixo nível de questionamento em relação às bases fundamentais da narrativa, tanto dentro quanto fora do sistema.

- **Adaptabilidade gradual:** O sistema narrativo demonstra uma capacidade eficaz de se ajustar a mudanças menores em seu ambiente sem comprometer a(s) proposição(ões) nuclear(es).

- **Reforço da confiança interna:** A narrativa fomenta um alto grau de confiança e coesão interna na(s) pessoa(s) que a sustenta(m), promovendo uma dinâmica de conformidade ideológica tanto intrapessoal quanto interpessoal.

- **Estabilidade emocional e psicológica:** Os indivíduos dentro do sistema exibem resiliência diante de influências externas, mantendo um senso de integridade e equilíbrio narrativo.

Em síntese, a fase Beta simboliza um momento crucial de estabilidade narrativa em que o Cognossistema opera de forma eficiente, assegurando coerência e funcionalidade em suas narrativas predominantes. Esse estado não implica imobilidade, mas estabelece um marco flexível que permite responder aos desafios do ambiente sem comprometer a essência da narrativa, garantindo assim sua adaptabilidade e vigência a longo prazo.

2. Fase Alfa (crise)

A fase Alfa apresenta-se como um momento crítico de desestabilização caracterizado por um aumento significativo da entropia narrativa. Durante essa etapa, as narrativas predominantes começam a apresentar fissuras, afetadas por tensões internas e externas que as tornam menos coerentes e menos funcionais para os indivíduos e grupos que as sustentam. No entanto, essa desestabilização não deve ser interpretada apenas como uma crise

destrutiva; trata-se, antes, de um processo de transição que abre espaço para reflexão e transformação. A ruptura da homeostase narrativa obriga o Cognossistema a se dinamizar e reconfigurar suas estruturas narrativas interconectadas, permitindo-lhe adaptar-se sistemicamente a um ambiente em mudança e a novas exigências contextuais.

No ciclo vital das narrativas, a fase Alfa corresponde ao *declínio ou transformação* destas. É o ponto em que as narrativas existentes deixam de responder eficazmente às demandas de seu contexto e passam a ser questionadas. Por exemplo, uma comunidade agrícola que enfrenta uma seca severa e prolongada pode ver enfraquecida sua narrativa central de autossuficiência, "Somos autossuficientes graças à agricultura", ao depender inevitavelmente de ajuda externa para sobreviver. Esse questionamento de uma narrativa profundamente enraizada pode conduzir à busca de novas estratégias, como a diversificação econômica ou a cooperação intercomunitária, para reconstruir uma narrativa mais relevante e funcional.

De forma semelhante, no âmbito organizacional, uma empresa de tecnologia que perde sua vantagem competitiva frente a atores mais inovadores pode questionar sua narrativa de longa data, "Nossa tradição garante nosso sucesso". Esse desafio pode desencadear um processo interno de transformação em que a narrativa se reconfigura para enfatizar valores como agilidade, inovação e integração de novas tecnologias, assegurando assim sua relevância em um mercado dinâmico e competitivo.

No setor educacional, uma universidade que experimenta uma queda abrupta em suas matrículas devido a mudanças demográficas pode enfrentar tensões em torno de sua narrativa, "Nossa excelência acadêmica atrai os melhores estudantes". A fase Alfa, nesse caso, pode manifestar-se por meio de uma reavaliação de sua identidade institucional, fomentando narrativas inclusivas que valorizem a diversidade e a acessibilidade. Isso pode levar à criação de programas voltados para comunidades sub-representadas ou à introdução de modalidades educativas flexíveis e adaptativas.

Características identificadoras da fase Alfa

A fase Alfa pode ser identificada por uma série de sinais e características que refletem o processo de desestabilização e a preparação para a transformação narrativa. Esses indicadores são essenciais para diagnosticar o estado de crise de um sistema narrativo dentro do Cognossistema e para compreender as dinâmicas que impulsionam a reorganização:

- **Aumento de tensões internas e externas:** A narrativa enfrenta um número crescente de desafios externos que dificultam sua coerência interna, tais como crises econômicas, mudanças sociais drásticas, transformações tecnológicas, entre outros.

- **Fragmentação narrativa:** A narrativa começa a se desestruturar, revelando inconsistências que a enfraquecem diante de novas realidades contraditórias.

- **Questionamento ativo:** As pessoas, tanto em nível individual quanto coletivo, iniciam um processo de reflexão crítica que põe em dúvida as crenças fundamentais que sustentam o sistema narrativo.

- **Conflitos em diferentes níveis sistêmicos:** A narrativa passa a experimentar tensões com narrativas de diferentes níveis ecossistêmicos: nível microssistêmico (com narrativas individuais), mesossistêmico (com narrativas grupais, familiares e organizacionais) e macrossistêmico (com narrativas socioculturais), refletindo a dissonância entre a narrativa em questão, as diversas narrativas interconectadas a ela e o contexto.

- **Diminuição da confiança na narrativa como dominante:** Observa-se menor adesão emocional e cognitiva à narrativa, aumentando a receptividade a novos sistemas de significados que prometem maior funcionalidade e relevância.

Em conclusão, a fase Alfa representa um ponto crítico dentro da dinâmica de mudança dos sistemas narrativos. Embora desafiadora, essa etapa constitui uma oportunidade inestimável para a evolução e o redesenho narrativo. Por meio do reconhecimento e da gestão consciente de seus sintomas, os sistemas narrativos podem se reorganizar para incorporar perspectivas mais adaptativas, assegurando assim sua relevância e funcionalidade em contextos dinâmicos e complexos.

3. Fase Delta (reorganização e transformação)

A fase Delta constitui um momento chave dentro da dinâmica de mudança dos sistemas narrativos, caracterizado pela reorganização e redefinição das estruturas narrativas. Nessa etapa, o sistema de significados da narrativa atua ativamente para resolver as tensões acumuladas durante a fase Alfa, restabelecendo seu equilíbrio por meio da integração de novos significados que aportem coerência e funcionalidade ao sistema como um todo. À medida que a entropia narrativa diminui, o novo sistema narrativo se consolida, se reconfigura e se adapta aos desafios atuais, permitindo-lhe evoluir para um estado mais resiliente e adaptativo.

No contexto do ciclo vital dos sistemas narrativos, a fase Delta alinha-se com a etapa de *renovação*, em que as narrativas se redefinem para garantir sua relevância e sustentabilidade em um ambiente dinâmico. Esse processo não implica apenas a incorporação de novos significados, provenientes de outros sistemas narrativos, mas também a reinterpretação criativa dos já existentes em resposta às realidades contemporâneas.

Por exemplo, uma empresa que enfrentou uma perda significativa de mercado pode adotar uma narrativa transformadora como "Inovação multidimensional como chave do sucesso", em vez de manter uma narrativa centrada em "Excelência em um único setor". Essa nova narrativa, integrada às estratégias corporativas e às práticas de trabalho do dia a dia, permite à organização recuperar a coesão e orientar ações que reforcem sua competitividade no mercado. No contexto cultural, uma sociedade que experimenta uma mudança geracional pode transformar sua narrativa de "O respeito às tradições nos define" para uma que combine o tradicional com o emergente, como "A evolução enraizada em nossas tradições", refletindo assim uma adaptação criativa às demandas sociais atuais.

Dinâmica interna da fase Delta

Durante essa fase, são ativados vários processos fundamentais que orientam a reorganização narrativa:

a. **Integração de significados emergentes:** O sistema narrativo incorpora ativamente novos significados que respondem às tensões e fragmentações experimentadas durante a fase Alfa. Por exemplo, em uma instituição educacional, a implementação de programas tecnológicos após uma crise pandêmica pode consolidar-se em uma nova narrativa institucional que valorize a inclusão digital como ferramenta essencial para o aprendizado.

b. **Diminuição da entropia narrativa:** A redução das incoerências reflete um retorno progressivo a um estado de ordem narrativa. Por exemplo, em uma família que enfrentou uma crise econômica, a narrativa de "Superar juntos as adversidades" pode ser reforçada por meio da implementação de estratégias colaborativas que promovam estabilidade financeira e emocional.

c. **Consolidação dos novos significados narrativos como guias de ação:** Os novos significados incorporados ao sistema narrativo tornam-se referências centrais para decisões e comportamentos. Uma comunidade que redefine sua relação com os recursos naturais pode integrar a narrativa "A sustentabilidade é o futuro" mediante políticas locais que incentivem a energia renovável e a redução de resíduos.

d. **Renovação do propósito:** Nessa fase, o sistema narrativo redefine sua direção, fortalecendo um senso de unidade e objetivo compartilhado. Por exemplo, uma ONG que superou uma crise interna pode desenvolver uma narrativa centrada em "Inovar para impactar", orientando seus esforços para projetos alinhados com sua missão renovada.

e. **Restauração da confiança coletiva:** A adoção de significados adaptativos reforça a confiança do(s) indivíduo(s) no sistema narrativo. Em uma equipe de trabalho que adota a narrativa "A colaboração nos fortalece" após superar conflitos internos, a coesão grupal é revitalizada, motivando novas conquistas coletivas.

Características identificadoras da fase Delta

Para identificar que um sistema narrativo se encontra na fase Delta, podem-se observar os seguintes indicadores concretos:

- **Aparecimento de novos significados coerentes:** Os novos significados apresentam um alto grau de integração no sistema narrativo.

- **Diminuição de tensões internas:** Percebe-se uma maior harmonia narrativa no sistema, após a fase Alfa, com uma redução nos conflitos e questionamentos.

- **Adoção de práticas concretas:** A narrativa se materializa em comportamentos, políticas ou estratégias novas que reforçam sua direção dentro do Cognossistema.

- **Resiliência diante de novos desafios:** O sistema narrativo manifesta uma capacidade fortalecida de se adaptar a mudanças futuras, mantendo a coesão dos significados renovados.

Em síntese, a fase Delta não apenas marca a resolução de uma crise narrativa, mas também inaugura um novo ciclo de estabilidade e relevância dentro do sistema. Esse processo ressalta a importância da adaptabilidade dos sistemas narrativos como chave para sua sustentabilidade e sucesso em um mundo em constante evolução.

A seguir, apresenta-se uma tabela comparativa que permite visualizar a correlação entre as cinco etapas do ciclo vital de um sistema narrativo e suas fases de mudança ou evolução narrativa segundo a TCCR:

Etapas do ciclo vital dos sistemas narrativos	**Descrição do ciclo vital narrativo**	**Convergência com as três fases da dinâmica de mudança nos sistemas narrativos**
1. Surgimento	Início de uma narrativa que organiza experiências, valores e crenças em resposta a novas realidades.	Relacionado com a *fase Beta* em seu início, quando a nova narrativa busca estabilidade inicial.
2. Desenvolvimento	Consolidação e expansão da narrativa, validada pela interação social e pela experiência contínua.	Corresponde ao refinamento na *fase Beta*, consolidando coerência e ajustando detalhes menores.
3. Maturidade	Narrativa dominante ou estável, profundamente integrada à identidade e às práticas cotidianas.	Estabilidade plena na *fase Beta*, mas suscetível de transitar para Alfa caso surja uma crise.
4. Declínio ou transformação	A narrativa perde relevância ou funcionalidade, enfrentando desafios que provocam fragmentação ou mudança.	Desestabilização na *fase Alfa*, com aumento da entropia que impulsiona a reorganização narrativa.
5. Renovação	Criação de uma nova narrativa ou renovação da existente para responder a contextos emergentes.	Conexão com a *fase Delta*, onde a narrativa é reorganizada para integrar coerência e funcionalidade por meio de novos significados.

6. HIERARQUIA DE NARRATIVAS NA TCCR

A TCCR INTRODUZ UMA CONCEITUAÇÃO INOVADORA, em nível teórico, sobre a existência de *hierarquias narrativas* dentro do Cognossistema; fenômeno que seria o responsável pela organização e classificação desses constructos simbólicos em função de sua capacidade de estruturar e transformar a realidade social e as experiências individuais. Esse marco teórico oferece uma ferramenta analítica avançada para desvendar as dinâmicas de poder que surgem no Cognossistema, evidenciando como certas narrativas alcançam hegemonia enquanto outras são relegadas ou até obliteradas. Além disso, permite explorar os processos sistêmicos de reprodução e transformação narrativa, ressaltando seu papel fundamental na configuração do tecido sociocultural.

Conceituação da hierarquia narrativa

O conceito de *hierarquia narrativa* erige-se como um pilar essencial na TCCR, pois possibilita compreender as interações entre narrativas e as relações de poder que emergem em diversos níveis ecossistêmicos. Longe de assumir que as narrativas operam de forma neutra ou independente, essa teoria as posiciona como agentes ativos em sistemas sociais, políticos e culturais altamente complexos. A natureza dinâmica dessas hierarquias revela como as narrativas podem flutuar em função de contextos históricos, resistências sociais ou transformações culturais, proporcionando uma compreensão avançada dos fluxos de poder narrativo.

Nesse sentido, a hierarquia narrativa — dentro do marco da TCCR — é conceituada concretamente da seguinte forma:

CONCEITO:

Hierarquia Narrativa: Refere-se à estratificação estrutural e funcional dos sistemas narrativos dentro do Cognossistema, em função de sua capacidade de influenciar e reconfigurar a realidade sociocultural. Essa hierarquia considera o grau em que uma narrativa pode moldar crenças coletivas e seu potencial — alto ou baixo — para estruturar e orientar comportamentos tanto individuais quanto grupais.

Nesse sentido, a hierarquia narrativa não é concebida como um fenômeno estático, mas sim como um processo evolutivo que reflete as interações sistêmicas entre narrativas e contextos socioculturais. A adaptabilidade inerente a essas estratificações permite que novas narrativas surjam, desafiando estruturas preexistentes e promovendo transformações culturais substanciais.

Assim, o conceito de hierarquia narrativa contempla dois aspectos analíticos fundamentais em seu funcionamento cognossistêmico:

a. **Narrativas como constructos de poder:** Sob uma perspectiva avançada, as narrativas são compreendidas como constructos de poder que delimitam as fronteiras do "real", do "possível" e do "legítimo" dentro de uma sociedade. As narrativas hegemônicas, ao se institucionalizarem como verdades inquestionáveis, configuram marcos interpretativos dominantes que condicionam tanto as decisões individuais quanto as coletivas. Um exemplo paradigmático é a narrativa da "meritocracia", comum no contexto da pós-modernidade, que postula que o sucesso é produto exclusivo do esforço individual. Esse discurso muitas vezes molda políticas públicas, influencia os sistemas educacionais e legitima desigualdades socioeconômicas ao ocultar as limitações estruturais que restringem o acesso a recursos e oportunidades.

   Em contrapartida, as narrativas subjugadas, como aquelas que denunciam as iniquidades sistêmicas que minam a meritocracia, enfrentam uma marginalização sistemática. Por exemplo, o discurso que evidencia como o acesso desigual à educação e ao capital cultural condiciona o sucesso individual conseguiu emergir como uma narrativa alternativa por meio de sua articulação em movimentos sociais e debates públicos. Essas narrativas possuem o potencial de reconfigurar as estruturas hegemônicas ao fomentar a consciência crítica e catalisar a mobilização coletiva.

b. **Interação e conflito entre narrativas:** A hierarquia narrativa também reflete a dinâmica interacional e o conflito inerente entre narrativas que competem por legitimidade e domínio dentro do Cognossistema. Esse fenômeno manifesta-se de forma evidente no embate entre narrativas tradicionais e emergentes. Um exemplo ilustrativo é o conflito entre a narrativa do "crescimento industrial baseado em combustíveis fósseis" e as narrativas que promovem a transição para energias renováveis. Enquanto a narrativa tradicional se apoia em argumentos de viabilidade econômica e estabilidade laboral, as narrativas emergentes articulam discursos que destacam a urgência ambiental, a sustentabilidade e as oportunidades tecnológicas.

   Esse conflito narrativo gera espaços de transformação dentro do Cognossistema. Por exemplo, em comunidades altamente dependentes da mineração de carvão, a narrativa hegemônica tem sido desafiada por projetos-piloto que demonstram a viabilidade de modelos econômicos baseados em energias limpas. Esses exemplos evidenciam como as narrativas emergentes podem ascender na hierarquia narrativa ao estabelecer novos marcos de legitimidade e aceitação social.

Em síntese, o conceito de *hierarquia de narrativas* na TCCR propõe não apenas classificar essas construções simbólicas de acordo com seu poder de influência, mas também revelar as complexas interações de resistência e transformação que moldam as estruturas sociais. Essa abordagem avançada não apenas identifica oportunidades para intervenções psicossociais mais inclusivas, como também aprofunda a compreensão das dinâmicas narrativas em um mundo em constante mudança, fomentando uma análise crítica e propositiva das relações de poder sistêmicas.

Conceituação do poder narrativo e sua dinâmica hierarquizadora

O poder narrativo, no âmbito da TCCR, é um elemento teórico fundamental na configuração da realidade social e na estruturação das experiências individuais e coletivas. Trata-se de um mecanismo complexo de influência que opera de forma não homogênea nem estática, mas em função de variáveis históricas, culturais e políticas que o modulam. Sua dinamicidade reside em sua capacidade de impor, desafiar ou ressignificar marcos interpretativos dentro do Cognossistema. Esse poder manifesta-se por meio de processos de dominação, resistência e transformação, permitindo que certas narrativas se consolidem enquanto outras perdem relevância ou são reformuladas.

Dimensões do poder narrativo

O poder narrativo manifesta-se em diferentes dimensões, cada uma desempenhando um papel específico na configuração do Cognossistema. No entanto, antes de explorar essas dimensões, é crucial entender que, para a TCCR, o poder narrativo não é um fenômeno que atua de forma linear, mas interage com estruturas sociais, culturais e políti-

cas, permitindo sua consolidação, legitimação, transformação ou resistência diante de narrativas preexistentes. Compreender essas dimensões é essencial para analisar de que forma as narrativas influenciam a percepção coletiva da realidade.

As seguintes são as dimensões do poder propostas pela TCCR:

- **Dimensão estruturante:** A dimensão estruturante do poder narrativo reside em sua capacidade de estabelecer normas, valores e princípios que regulam o comportamento social. As narrativas com alto grau de estruturação operam como marcos interpretativos dominantes, moldando a percepção da realidade sem a necessidade de imposições coercitivas. Um exemplo paradigmático é a narrativa da "meritocracia", que configura a compreensão de sucesso e fracasso em sociedades capitalistas, legitimando a ideia de que o esforço individual é o principal determinante do desenvolvimento econômico e social.

- **Dimensão legitimadora:** Esta dimensão do poder narrativo refere-se à capacidade de uma narrativa de se estabelecer como verdade inquestionável dentro de um sistema social. Essa consolidação é alcançada quando uma narrativa é reproduzida e reforçada por instituições-chave como a educação, o direito e os meios de comunicação. A narrativa da "segurança nacional", por exemplo, tem sido utilizada por diversos Estados para justificar medidas restritivas de direitos civis sob a premissa de garantir a ordem e a estabilidade.

- **Dimensão transformadora:** Narrativas com alto poder transformador possuem a capacidade de desafiar e substituir narrativas hegemônicas, gerando novos paradigmas interpretativos. Um caso representativo é a transição das narrativas sobre energias fósseis para aquelas que promovem a sustentabilidade e as energias renováveis, resultando em uma reconfiguração da agenda política e econômica global.

- **Dimensão de resistência:** Por fim, tem-se a dimensão da resistência narrativa — igualmente uma dimensão importante, embora menos visível, do poder narrativo — que se manifesta, por exemplo, em narrativas subalternas ou marginalizadas, as quais muitas vezes possuem um poder de persistência significativo ao longo do tempo, desafiando a hegemonia cultural estabelecida e resistindo à passagem do tempo, apesar de sua exclusão dos discursos dominantes. Um exemplo ilustrativo é a luta pela preservação de línguas indígenas frente à homogeneização linguística impulsionada pela globalização.

Dinâmicas do poder narrativo

O poder narrativo não é uma entidade fixa; está em constante movimento, condicionado por fatores sociopolíticos, culturais e econômicos. Seu dinamismo não depende apenas de sua posição na hierarquia narrativa, mas também de sua interação com outras narrativas, gerando flutuações, redistribuições e expansões dentro do Cognossistema.

- **Flutuação do poder:** As narrativas podem ganhar ou perder poder conforme sua capacidade de responder a crises sistêmicas. Durante a crise financeira de 2008, por exemplo, a narrativa da "autorregulação do mercado" perdeu legitimidade frente a discursos que defendiam uma maior intervenção estatal na economia.

- **Redistribuição do poder narrativo:** Narrativas dominantes podem incorporar elementos de narrativas desafiadoras para preservar sua influência. Um exemplo é a forma como corporações passaram a adotar o discurso da "sustentabilidade ambiental" sem modificar substancialmente suas estruturas econômicas.

- **Contágio narrativo:** O poder narrativo se expande quando uma narrativa consegue se replicar em diferentes contextos e é apropriada por diversos setores. A "economia colaborativa", originada em pequenas comunidades digitais, é um exemplo de como uma narrativa pode se transformar em um paradigma econômico global.

Fatores que determinam o poder narrativo

O impacto de uma narrativa depende de sua capacidade de gerar ressonância e legitimidade dentro do Cognossistema. As narrativas mais influentes são aquelas que conseguem conectar-se com emoções coletivas, adaptar-se ao contexto sociopolítico e serem institucionalizadas em estruturas de poder.

A seguir, apresentam-se os fatores mais relevantes na dinâmica do poder narrativo, segundo a TCCR:

- **Ressonância emocional:** Narrativas que mobilizam emoções fundamentais, como medo, esperança ou indignação, têm alto impacto social. Por exemplo, narrativas como a "luta contra a corrupção", entre outras, têm sido instrumentalizadas em diferentes contextos políticos para legitimar mudanças estruturais.

- **Relevância contextual:** As narrativas adquirem maior poder quando respondem a problemáticas emergentes. A preocupação global com as mudanças climáticas, por exemplo, fortaleceu as narrativas centradas na transição ecológica.

- **Capacidade de institucionalização:** Por fim, uma narrativa se fortalece quando é incorporada em estruturas institucionais. É o caso da narrativa em favor dos "direitos humanos", que foi consolidada graças à sua adoção em marcos legais internacionais.

Intervenção e modificação do poder narrativo

O poder narrativo não se manifesta apenas na consolidação de estruturas discursivas, mas também em sua transformação e reconfiguração ao longo do tempo. Uma vez que as narrativas operam em um ambiente dinâmico, sua estabilidade não é garantida e pode

ser alvo de intervenção intencional para sua modificação. Essa intervenção pode ser orientada tanto para a deslegitimação de narrativas hegemônicas quanto para o fortalecimento de narrativas emergentes que buscam maior influência dentro do Cognossistema. O estudo dessas dinâmicas permite compreender como as narrativas podem ser modificadas estrategicamente para gerar mudanças nos marcos interpretativos que estruturam a realidade social intersubjetiva.

Alguns exemplos dessas intervenções podem ser os seguintes:

- **Deslegitimação de narrativas hegemônicas:** Narrativas dominantes podem ser enfraquecidas por meio da desconstrução crítica. O questionamento do "progresso ilimitado" é um exemplo central nos debates contemporâneos.

- **Empoderamento de narrativas emergentes:** Narrativas alternativas podem ser fortalecidas por meio de sua difusão em espaços institucionais, como o reconhecimento do "bem-estar emocional" em políticas públicas.

- **Redistribuição do poder narrativo:** Facilitar a integração de narrativas marginalizadas em estruturas sociais e instituições que as validem, redistribuindo o poder entre múltiplas narrativas em vez de manter uma única narrativa dominante.

Em conclusão, o poder narrativo nesta teoria configura-se como uma força estruturante que influencia a percepção da realidade social e a organização das experiências individuais e coletivas. Sua natureza dinâmica implica que não apenas pode se consolidar em marcos hegemônicos, mas também transformar-se, redistribuir-se ou ser desafiado por narrativas emergentes. As dimensões do poder narrativo — como sua capacidade estruturante, legitimadora, transformadora e de resistência — permitem compreender como certos discursos se consolidam enquanto outros se enfraquecem ou se transformam em resposta a fatores contextuais.

Além disso, as flutuações na hierarquia narrativa respondem a crises sistêmicas, mudanças sociopolíticas e estratégias discursivas que reconfiguram o equilíbrio do Cognossistema. O contágio narrativo, a redistribuição do poder discursivo e a institucionalização de certas narrativas explicam a capacidade dos discursos de se expandirem e modificarem estruturas existentes. Compreender esses processos permite não apenas analisar a evolução do poder narrativo, mas também intervir em sua modificação, fortalecendo narrativas alternativas e questionando aquelas que alcançaram a hegemonia.

Estratificação das narrativas na hierarquia cognossistêmica

A TCCR propõe um tipo de estratificação dos sistemas narrativos de acordo com sua capacidade de influência na configuração da realidade social e nas experiências subjetivas dos indivíduos. Esse modelo hierárquico não apenas permite analisar as dinâmicas de poder e resistência presentes no Cognossistema, mas também explorar as interações complexas entre as narrativas em diferentes níveis ecossistêmicos. Nesse contexto, as narrativas

são concebidas como entidades ativas, interdependentes e em constante evolução, capazes de modelar estruturas culturais, sociais e políticas. A hierarquia, que abrange desde narrativas subjugadas até aquelas hegemônicas, é fundamental para compreender os mecanismos por meio dos quais as narrativas geram e perpetuam desigualdades, transformam instituições e catalisam mudanças socioculturais significativas.

A seguir, descrevem-se os diferentes estratos narrativos do Cognossistema, propostos pela TCCR:

- **Narrativas subjugadas:** As narrativas subjugadas situam-se no nível inferior da hierarquia, caracterizando-se por sua falta de poder para influenciar as estruturas predominantes. Essas narrativas representam as vozes de grupos e indivíduos marginalizados, que frequentemente carecem de acesso a recursos políticos, econômicos ou simbólicos. A ausência de legitimidade e visibilidade social define sua condição subjugada, perpetuando sua exclusão no debate público e nos processos de tomada de decisão.

  Por exemplo, em contextos rurais afetados pela expansão industrial, as narrativas de comunidades deslocadas que denunciam a degradação ambiental e cultural costumam ser ignoradas em favor de discursos que exaltam o progresso econômico. Essa dinâmica reforça sua condição subjugada, relegando suas preocupações a um segundo plano e limitando sua capacidade de gerar mudanças.

- **Narrativas resignadas:** As narrativas resignadas refletem uma aceitação passiva do status quo, nascida da percepção de que a mudança é impossível ou inalcançável. Essas narrativas perpetuam as estruturas existentes ao desencorajar o questionamento e a ação transformadora.

  Um exemplo representativo pode ser observado em comunidades que enfrentam pobreza estrutural. Nesses contextos, a crença de que as circunstâncias adversas são inevitáveis reforça a inação e legitima indiretamente as desigualdades sistêmicas. A narrativa resignada opera como um mecanismo que inibe a mobilização coletiva e consolida o domínio das estruturas hegemônicas.

- **Narrativas adaptativas:** As narrativas adaptativas, embora não desafiem diretamente o status quo, buscam melhorar as condições individuais ou grupais dentro dos limites impostos pelas estruturas dominantes. Essas narrativas adotam uma abordagem pragmática, priorizando estratégias que permitem otimizar o bem-estar pessoal sem alterar as normas subjacentes.

  No âmbito corporativo, por exemplo, as narrativas que promovem a "superação pessoal" e o "empreendedorismo" destacam-se como mecanismos de adaptação. Essas narrativas reforçam a crença de que o sucesso individual é possível dentro do sistema existente, sem questionar as desigualdades estruturais inerentes a ele. Essa abordagem permite certa mobilidade, embora mantenha intactas as bases da ordem social.

- **Narrativas resilientes:** As narrativas resilientes vão além da mera adaptação, promovendo a resistência ativa diante das adversidades e opressões. Essas narrativas

buscam preservar a identidade e superar os obstáculos impostos pelas estruturas dominantes, muitas vezes gerando transformações parciais no processo.

Um exemplo ilustrativo é o de comunidades indígenas que, diante da hegemonia cultural globalizada, trabalham para revitalizar suas tradições, línguas e práticas culturais. Essas narrativas não apenas resistem à homogeneização cultural, mas também abrem espaços para a negociação e a transformação do marco dominante, demonstrando uma capacidade significativa de subverter parcialmente as normas hegemônicas.

- **Narrativas desafiadoras:** As narrativas desafiadoras possuem uma capacidade transformadora mais ampla, pois questionam diretamente as estruturas de poder estabelecidas e propõem alternativas viáveis. Essas narrativas atuam como catalisadoras da mudança cognossistêmica, redefinindo os paradigmas dominantes e gerando novas formas de organização social.

  Um exemplo paradigmático são as narrativas que emergem nos movimentos de justiça ambiental, os quais questionam os fundamentos do consumismo e da exploração desenfreada dos recursos naturais. Essas narrativas não apenas denunciam as práticas existentes, mas também promovem modelos sustentáveis que desafiam as lógicas hegemônicas do crescimento econômico ilimitado.

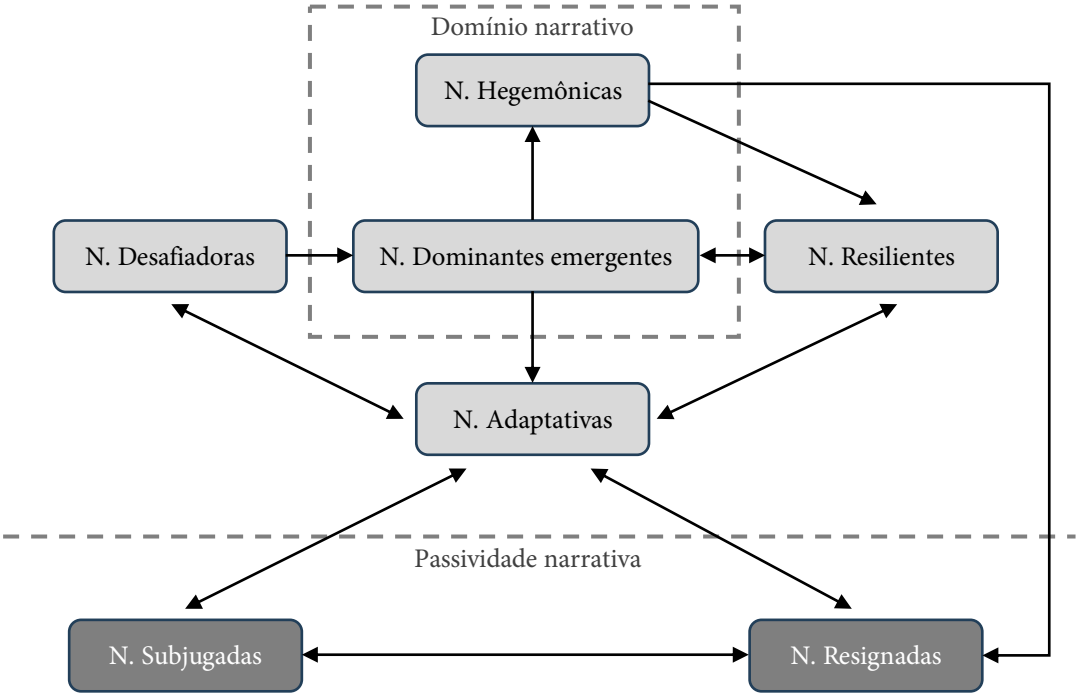
- **Narrativas dominantes emergentes:** As narrativas dominantes emergentes são aquelas que se encontram em um processo de transição rumo à hegemonia. Essas narrativas, embora ainda não tenham consolidado plenamente sua posição, estão ganhando legitimidade e deslocando progressivamente as narrativas anteriormente hegemônicas.

  Um caso emblemático é o avanço das narrativas sobre digitalização e automação no mercado de trabalho. Essas narrativas estão redefinindo a organização do trabalho ao priorizar a eficiência tecnológica e a redução de custos operacionais, deslocando progressivamente as narrativas tradicionais baseadas no emprego estável e na capacitação profissional de longo prazo. Esse processo ilustra como as narrativas emergentes podem transformar as bases estruturais da economia e reconfigurar as expectativas sociais em torno do trabalho e da estabilidade laboral.

- **Narrativas hegemônicas:** Por fim, no topo da hierarquia encontram-se as narrativas hegemônicas, que dominam e estruturam a realidade social ao legitimar as normas, valores e crenças que regem a vida coletiva. Essas narrativas são percebidas como "naturais" ou "inevitáveis" e, como resultado, enfrentam pouca resistência dentro do Cognossistema.

  Um exemplo claro é a narrativa da democracia liberal como o modelo político mais desejável. Esse discurso não apenas estrutura a organização dos sistemas governamentais em grande parte do mundo, mas também define as expectativas sobre direitos individuais, participação cidadã e legitimidade do poder. Sua hegemonia é reforçada por meio de organismos internacionais, marcos legais e estruturas educacionais, consolidando sua posição dominante e apresentando-se como o sistema político "natural" e mais eficiente.

Estratificação narrativa cognossistêmica da TCCR



Em definitiva, a estratificação das narrativas na hierarquia proposta pela TCCR oferece uma ferramenta analítica robusta para examinar como as narrativas interagem, configuram e transformam o Cognossistema. Essa abordagem permite não apenas uma compreensão integral das dinâmicas narrativas e dos processos de mudança que emergem em um mundo em constante evolução, mas também uma avaliação crítica dos mecanismos de consolidação e deslocamento das narrativas dentro de um determinado contexto sociocultural.

Compreender como certas narrativas alcançam a hegemonia enquanto outras são marginalizadas ou suprimidas é essencial para analisar as formas pelas quais os discursos moldam realidades subjetivas e intersubjetivas. Além disso, essa perspectiva possibilita tornar visível o papel dos atores individuais e coletivos na reprodução e ressignificação de narrativas preexistentes, permitindo uma compreensão mais ampla dos processos de mudança discursiva e de seu impacto na estrutura geral do suprassistema.

Dinâmica da hierarquia narrativa

A hierarquia de narrativas na TCCR é compreendida como um sistema dinâmico em constante reconfiguração. Longe de ser uma estrutura estática, a hierarquia narrativa é determinada por uma série de interações entre fatores internos e externos que possibilitam sua mobilidade dentro do Cognossistema. Essas transformações não respondem apenas a mudanças no discurso público ou na opinião social, mas também a processos políticos, tecnológicos e estruturais que criam condições para que determinadas narrativas ascendam em sua influência enquanto outras perdem relevância. Essa mobilidade narrativa reflete as disputas simbólicas no seio das sociedades, onde narrativas em competição podem se consolidar, enfraquecer ou se reformular em função da correlação de forças discursivas e estruturais.

Esse dinamismo é influenciado por estratégias de validação discursiva, tais como a institucionalização de marcos normativos, a legitimação por parte de atores de poder, a apropriação midiática e a incidência de tendências socioculturais que modificam a aceitabilidade de certos discursos. Da mesma forma, a decadência de uma narrativa costuma estar vinculada à sua incapacidade de responder às necessidades do contexto ou ao surgimento de contra-narrativas que minam sua hegemonia.

A seguir, destacam-se alguns aspectos importantes a considerar nessa dinâmica de transformação hierárquica dentro do Cognossistema:

a. **Transformação interna dos sistemas narrativos:** As narrativas não possuem uma estrutura imutável; ao contrário, sua evolução é um fenômeno inerente à sua interação com o ambiente sociocultural. Nesse sentido, uma narrativa que inicialmente ocupa uma posição subalterna dentro da hierarquia pode, por meio de processos de legitimação progressiva, ascender e tornar-se uma narrativa desafiadora ou até mesmo dominante.

   Um exemplo paradigmático é a narrativa da "transição energética". Em seus primeiros momentos, essa narrativa era defendida por pequenos grupos ecologistas e carecia de respaldo político e corporativo significativo. No entanto, à medida que as crises ambientais e as evidências das mudanças climáticas ganharam maior relevância no discurso global, essa narrativa conseguiu permear esferas de decisão estratégicas, consolidando-se dentro do discurso hegemônico. Sua ascensão materializou-se em acordos internacionais, regulamentações governamentais e transformações estruturais na matriz energética de diversos países, deslocando progressivamente narrativas anteriores sobre a dominância dos combustíveis fósseis.

b. **Influência de fatores externos:** As narrativas não operam em um vácuo discursivo; sua estabilidade e evolução dependem em grande parte da incidência de fatores externos que podem acelerar ou frear seu movimento dentro da hierarquia. Elementos como crises políticas, inovações tecnológicas, conflitos sociais e mudanças econômicas podem criar condições propícias para a consolidação de narrativas emergentes ou a dissolução de discursos anteriormente hegemônicos.

Por exemplo, a pandemia de COVID-19 alterou drasticamente a narrativa em torno do "teletrabalho". Antes dessa crise global, tal narrativa era considerada uma solução marginal para um segmento restrito da força de trabalho. No entanto, as restrições impostas pela emergência sanitária obrigaram à adoção massiva do teletrabalho, impulsionando sua consolidação dentro do discurso dominante. Essa mudança narrativa teve implicações profundas na cultura organizacional, na legislação trabalhista e na reconfiguração do espaço de trabalho, refletindo como um evento externo pode modificar radicalmente a posição de uma narrativa dentro da hierarquia discursiva.

c. **Crise e reconfiguração:** As crises representam momentos de instabilidade nos quais a hierarquia de narrativas experimenta reconfigurações aceleradas. Nesses períodos, narrativas que anteriormente se encontravam em posições marginais podem ascender rapidamente se conseguirem oferecer respostas convincentes ou alternativas viáveis aos desafios emergentes. Da mesma forma, as crises também podem minar a credibilidade de narrativas estabelecidas, gerando vazios discursivos que possibilitam a emergência de novas interpretações.

   Um caso ilustrativo desse fenômeno é a narrativa da "soberania produtiva" no setor agroalimentar. Nas décadas anteriores, a globalização havia promovido a eficiência das cadeias de suprimento internacionais como modelo preponderante na gestão econômica. No entanto, crises como a própria pandemia de COVID-19 e os recentes conflitos geopolíticos evidenciaram a fragilidade desse sistema, abrindo espaço para a consolidação de narrativas que enfatizam a necessidade de fortalecer a produção local e regional para garantir a segurança alimentar. Nesse sentido, uma narrativa anteriormente desafiadora conseguiu posicionar-se no discurso público e político, alterando a percepção sobre a interdependência global e a autossuficiência econômica.

Em conclusão, a dinâmica da hierarquia narrativa na TCCR é um processo de constante interação entre narrativas em competição, influenciado por fatores internos e externos que moldam a estabilidade do Cognossistema. A transformação interna das narrativas, a incidência de eventos disruptivos e a reconfiguração em momentos de crise são elementos fundamentais para compreender a mobilidade narrativa e seu impacto na estrutura social. A análise desses processos permite entender como as narrativas emergentes desafiam estruturas estabelecidas, assim como os mecanismos pelos quais as narrativas dominantes buscam perpetuar sua influência em um mundo em constante transformação.

Mobilidade hierárquica narrativa

O deslocamento de narrativas dentro da hierarquia cognossistêmica é um fenômeno estruturado, condicionado por interações sistêmicas que respondem a fatores socioculturais, políticos e epistemológicos. Esse deslocamento não é espontâneo nem aleatório; obedece a lógicas de transformação que regulam a estabilidade, a crise e a reorganização

das narrativas em diversos níveis do Cognossistema. A mobilidade narrativa pode manifestar-se de três formas: *ascendente*, quando uma narrativa ganha influência e escala posições dentro da hierarquia; *descendente*, quando uma narrativa perde vigência e é deslocada para estratos inferiores; ou *horizontal*, quando uma narrativa se desloca sem alterar seu nível hierárquico, mas modificando sua expressão em função do contexto em que opera.

Esse deslocamento não afeta apenas a estrutura interna do Cognossistema, mas também impacta a configuração dos sistemas sociais, políticos e econômicos nos quais essas narrativas emergem e se consolidam. À medida que uma narrativa se desloca, reconfiguram-se as instituições, reformulam-se os marcos normativos e modificam-se os modelos interpretativos da realidade compartilhada. Isso permite compreender como certas narrativas conseguem hegemonizar o discurso dominante, enquanto outras são marginalizadas ou deslegitimadas.

Fases de deslocamento hierárquico

O deslocamento hierárquico das narrativas no Cognossistema pode ser compreendido a partir das mesmas três fases de mudança ou evolução narrativa já apresentadas: Beta, Alfa e Delta. Essas fases permitem analisar os mecanismos de consolidação, crise e transformação hierárquica das narrativas ao longo do tempo, no interior do Cognossistema em geral.

Descrição das fases:

- **Fase Beta (estabilidade hierárquica):** Na fase Beta, as narrativas dominantes mantêm uma posição de estabilidade dentro do Cognossistema. São percebidas como verdades inquestionáveis e se reforçam por meio de mecanismos de legitimação social, tais como a institucionalização discursiva, a normalização educacional, a regulamentação política e a reprodução midiática. Durante essa fase, a narrativa hegemônica se consolida e exerce uma influência estrutural sobre a percepção da realidade coletiva.

  Por exemplo, a narrativa de que "o crescimento econômico contínuo é indispensável para o bem-estar social" permaneceu na fase Beta durante décadas, respaldada por instituições financeiras globais, discursos políticos dominantes e marcos educacionais tradicionais. Essa narrativa foi incorporada em modelos econômicos de ensino e em políticas públicas, gerando uma percepção de inevitabilidade sobre sua validade. A solidez de sua posição, nesse caso, deve-se principalmente à sua integração nos sistemas normativos que regulam a atividade econômica em nível mundial.

- **Fase Alfa (crise e desestabilização):** A fase Alfa é um momento de crise que desestabiliza a narrativa previamente dominante. Essa crise pode ser resultado de contradições internas, da emergência de evidências empíricas que refutem sua validade, de movimentos sociais disruptivos ou de crises estruturais que revelem suas limitações.

Alguns dos mecanismos que impulsionam a fase Alfa são:

a. **Desacreditação interna:** A narrativa dominante perde coesão ao exibir inconsistências ou ao não conseguir responder a novas demandas sociais.

b. **Aparecimento de narrativas competitivas:** Surgem discursos alternativos que desafiam a narrativa estabelecida, propondo modelos mais coerentes com a realidade emergente.

c. **Reconfiguração do marco epistêmico:** Mudanças nos paradigmas de conhecimento podem invalidar narrativas anteriores, deslocando-as de sua posição central.

Um exemplo claro dessa fase é o questionamento crescente da narrativa do "crescimento econômico contínuo". Narrativas emergentes como a "economia circular" e o "decrescimento sustentável" começaram a minar sua estabilidade, especialmente à luz de crises climáticas e ecológicas que evidenciaram os limites do modelo produtivista. À medida que essas narrativas alternativas ganham força, a estrutura hierárquica do Cognossistema torna-se instável, abrindo espaço para uma reconfiguração discursiva.

- **Fase Delta (reorganização hierárquica e transformação):** Na fase Delta, a narrativa em crise passa por uma reconfiguração estrutural dentro do Cognossistema. Essa fase pode resultar na ascensão de uma narrativa emergente, na reformulação da narrativa anterior para se adaptar a novas condições ou no deslocamento de uma narrativa para uma posição marginal.

  Algumas das características centrais da fase Delta incluem:

  a. **Plasticidade narrativa:** As narrativas nessa fase são altamente flexíveis e podem absorver elementos de discursos emergentes para reforçar sua adaptabilidade.

  b. **Redistribuição do poder narrativo:** Redefinem-se as relações de poder dentro do Cognossistema, permitindo que novas narrativas se consolidem e substituam modelos anteriores.

  c. **Construção de marcos interpretativos alternativos:** As narrativas emergentes estabelecem novos marcos de significado, reorganizando a forma como os sujeitos percebem a realidade social.

  Um exemplo dessa fase pode ser observado na transformação da narrativa econômica tradicional diante da crise do capitalismo clássico ou conservador. Conceitos como "economia regenerativa" começaram a se consolidar no discurso público, deslocando progressivamente o paradigma de crescimento indefinido.

Integração das fases no Cognossistema

A análise das fases Beta, Alfa e Delta dentro do Cognossistema fornece uma estrutura para compreender a dinâmica do deslocamento narrativo e seu impacto na construção da realidade social intersubjetiva. Esse marco permite a intervenção estratégica em processos de reconfiguração discursiva por meio de três ações-chave:

- **Diagnóstico narrativo:** Identificar em que fase se encontra uma narrativa específica para avaliar sua estabilidade ou fragilidade dentro do Cognossistema.

- **Desenho de estratégias de intervenção:** Implementar ferramentas de estimulação da mudança narrativa (como é o caso dos "memes narrativos", que serão abordados posteriormente) nas fases Beta ou Alfa — dependendo do caso — para facilitar a transição para estruturas discursivas mais adaptativas.

- **Consolidação na fase Delta:** Reforçar narrativas emergentes por meio de mecanismos de legitimação institucional e cultural para garantir sua consolidação hierárquica dentro do Cognossistema.

Em conclusão, a análise do deslocamento hierárquico narrativo dentro do Cognossistema evidencia que os sistemas narrativos não permanecem estáticos, mas atravessam processos de estabilidade, crise e reconfiguração em função das condições socioculturais e estruturais em que operam. A aplicação das fases da mudança narrativa Beta, Alfa e Delta permite compreender as dinâmicas de consolidação, desestabilização e transformação dos discursos, oferecendo um marco analítico para avaliar a mobilidade das narrativas dentro da hierarquia cognossistêmica.

Esses mecanismos de deslocamento hierárquico ilustram como narrativas dominantes podem ser desafiadas por discursos emergentes, os quais podem ganhar legitimidade e se reposicionar dentro do suprassistema por meio de processos de reorganização discursiva. Da mesma forma, o estudo desses deslocamentos possibilita uma intervenção estratégica no desenvolvimento e na consolidação de novas narrativas, facilitando sua adaptação a cenários em constante evolução.

Em síntese, a mobilidade das narrativas dentro da hierarquia é um fenômeno complexo que reflete as disputas por significado e poder simbólico no tecido sociocultural humano. Compreender esses processos não apenas amplia a perspectiva teórica sobre a construção narrativa, mas também viabiliza ferramentas metodológicas para a transformação e consolidação de discursos dentro do Cognossistema.

Mecanismos de deslocamento hierárquico

As narrativas dentro do Cognossistema não são estáticas; elas evoluem em função de sua interação com estruturas sociais, políticas e culturais. Sua mobilidade pode mani-

festar-se em três direções: *ascendente,* quando narrativas emergentes conseguem se consolidar e deslocar discursos dominantes; *descendente,* quando narrativas previamente hegemônicas perdem legitimidade e relevância; e *horizontal,* quando narrativas de um mesmo nível hierárquico competem, se reformulam ou convergem em novas sínteses discursivas.

A ascensão de uma narrativa costuma ser facilitada por crises sistêmicas que enfraquecem narrativas dominantes, por sua adoção por atores influentes e por processos de retroalimentação que ampliam seu alcance. Em contrapartida, as narrativas podem sofrer um deslocamento descendente quando se tornam obsoletas, enfrentam resistência social ou são substituídas por discursos mais adaptativos. Já os deslocamentos horizontais refletem a competição entre narrativas dentro de um mesmo nível hierárquico, gerando fricções discursivas que podem resultar em reformulações ou na consolidação de novas perspectivas.

A seguir, apresenta-se uma descrição de cada um dos mecanismos de deslocamento hierárquico mencionados:

a) Mecanismos ascendentes

A ascensão de narrativas dentro do Cognossistema responde a dinâmicas estruturadas de legitimação, expansão e apropriação discursiva. Nesse processo, narrativas situadas em posições subalternas na hierarquia podem ganhar destaque ao serem validadas por atores estratégicos, replicadas em diferentes níveis sistêmicos e reforçadas por eventos que desestabilizam o status quo. À medida que uma narrativa ascende, amplia sua capacidade de influenciar os marcos normativos, políticos e culturais que configuram a realidade social.

- **Crise sistêmica:** As crises sistêmicas criam cenários propícios para a reconfiguração da hierarquia narrativa. Nesses momentos de ruptura, as narrativas dominantes podem perder legitimidade ao não oferecer respostas satisfatórias aos desafios emergentes, permitindo que discursos anteriormente marginalizados se posicionem como alternativas viáveis. Essas crises podem ser econômicas, políticas, ambientais ou culturais, atuando como catalisadores de transformações discursivas de grande alcance.

  Um exemplo paradigmático é a crise financeira de 2008, que expôs as fragilidades do modelo neoliberal dominante e desencadeou um questionamento massivo da economia de livre mercado em sua forma mais pura e conservadora. Nesse contexto, narrativas antes periféricas sobre regulação financeira e justiça econômica ganharam legitimidade e começaram a permear decisões em nível global. De forma similar, a crise climática impulsionou a consolidação de narrativas que enfatizam a sustentabilidade e a transição energética, deslocando discursos centrados no crescimento econômico irrestrito.

- **Adoção por atores influentes:** O apoio de atores com alta capacidade de incidência social, política ou econômica é um fator chave para a ascensão de uma narrativa. Quando uma narrativa emergente é adotada por líderes políticos, instituições

estatais, conglomerados midiáticos ou atores corporativos, sua visibilidade e aceitação aumentam significativamente, acelerando sua consolidação na hierarquia cognossistêmica.

Um caso representativo é a luta pelos direitos civis nos Estados Unidos. Inicialmente, a narrativa da igualdade racial era sustentada por grupos marginalizados, mas sua expansão foi favorecida pela adesão de figuras influentes como Martin Luther King Jr. e por sua progressiva inserção em marcos institucionais. Da mesma forma, narrativas relacionadas à digitalização da economia escalaram na hierarquia narrativa após serem adotadas por grandes corporações e governos, deslocando discursos tradicionais sobre a centralidade da indústria manufatureira.

- **Retroalimentação sistêmica:** As narrativas não ascendem de forma isolada, mas por meio de processos de retroalimentação que operam em múltiplos níveis do Cognossistema. Nesse sentido, narrativas emergentes podem ganhar força quando são replicadas e validadas em diferentes âmbitos, o que amplia seu alcance e reforça sua legitimidade.

  Um exemplo ilustrativo é a narrativa das mudanças climáticas. Inicialmente restrita a círculos científicos e ativistas ambientais, essa narrativa escalou na hierarquia cognossistêmica à medida que foi adotada por meios de comunicação, organizações internacionais e políticas governamentais. Narrativas semelhantes sobre a regulação da inteligência artificial e a ética algorítmica transitaram de debates acadêmicos para fóruns políticos, evidenciando a capacidade das narrativas emergentes de reconfigurar os marcos discursivos globais.

b) Mecanismos descendentes

As narrativas dominantes podem perder sua posição hierárquica quando fatores internos ou externos corroem sua legitimidade e eficácia. Esse processo pode ser impulsionado por contradições internas, rejeição social ou pela emergência de narrativas mais adaptativas, resultando em uma perda progressiva de influência dentro do Cognossistema.

- **Desacreditação interna:** As narrativas hegemônicas podem se enfraquecer quando revelam inconsistências que colocam em dúvida sua validade. Essas contradições podem ser expostas por atores críticos que questionam a narrativa dominante, facilitando seu deslocamento gradual na hierarquia.

  Um caso emblemático é a perda de legitimidade da narrativa de que "a globalização é uma força inerentemente positiva". Durante décadas, essa narrativa foi um pilar central nas políticas econômicas, mas passou a ser desafiada por evidências crescentes de desigualdade e crises econômicas, favorecendo o ressurgimento de discursos sobre protecionismo e economias locais.

- **Retroalimentação negativa:** Quando uma narrativa dominante não consegue responder às demandas emergentes nos níveis microsistêmico e mesosistêmico, pode sofrer um processo de retroalimentação negativa que acelera seu declínio. Esse fenômeno se manifesta em formas de resistência social, protestos, rejeição cultural e

discursos contestatórios.

Um exemplo é a erosão da legitimidade de certos regimes políticos cuja narrativa de "governabilidade e estabilidade" foi minada por movimentos cidadãos que demandam maior participação democrática. Nesses casos, a rejeição acumulada nos níveis inferiores do Cognossistema pode precipitar a queda de uma narrativa anteriormente dominante.

- **Emergência de narrativas competitivas:** O deslocamento de uma narrativa dominante não ocorre no vazio, mas dentro de um processo competitivo em que novas narrativas buscam se posicionar como discursos predominantes. Quando uma narrativa emergente consegue se conectar de forma mais eficaz com os valores e necessidades da sociedade, pode deslocar a narrativa hegemônica, reconfigurando a hierarquia cognossistêmica.

  Um exemplo ilustrativo é o abandono progressivo da narrativa do "emprego estável para toda a vida" em favor de discursos que enfatizam a "flexibilidade laboral" e o "empreendedorismo". Essa mudança reflete uma transformação estrutural na percepção do emprego e nos marcos normativos que o regulam.

c) Retroalimentação horizontal e fricções narrativas

As tensões entre narrativas que coexistem em um mesmo nível sistêmico podem atuar como catalisadores de crises discursivas, gerando reconfigurações dentro do Cognossistema. Essas fricções podem resultar na consolidação de uma narrativa sobre outra ou na criação de novas sínteses discursivas que integrem elementos de ambas.

- **Fricções narrativas como gatilhos de crise (fase Alfa):** Os conflitos entre narrativas concorrentes podem intensificar tensões a ponto de gerar uma crise discursiva. Esse processo ativa mecanismos de retroalimentação que questionam a legitimidade das narrativas estabelecidas e favorecem sua desestabilização.

  Um exemplo observa-se no embate entre a narrativa do "consumo responsável" e a do "crescimento econômico sem restrições". Essa fricção tem levado a ajustes estratégicos na comunicação corporativa e na formulação de políticas de sustentabilidade.

- **Colaboração narrativa como estratégia na fase Delta:** Na fase Delta, a integração de narrativas em conflito pode facilitar a construção de novos marcos interpretativos mais resilientes e adaptativos. Esse processo permite a reformulação de discursos, gerando narrativas híbridas que incorporam múltiplas perspectivas.

  Um exemplo é a convergência entre discursos tecnológicos e ecológicos, que deu origem a narrativas sobre "inovação sustentável", combinando avanços em inteligência artificial com modelos de desenvolvimento sustentável. Esse tipo de síntese narrativa viabiliza a consolidação de discursos mais integradores dentro do Cognossistema.

Em conclusão, a análise da mobilidade narrativa dentro do Cognossistema permite compreender como as narrativas emergem, se consolidam, competem e declinam em função de dinâmicas estruturais e contextuais. Os mecanismos ascendentes evidenciam a capacidade das narrativas marginais de ganhar legitimidade e deslocar discursos hegemônicos, enquanto os mecanismos descendentes revelam a vulnerabilidade das narrativas dominantes quando perdem coerência ou enfrentam resistência social. Por sua vez, os deslocamentos horizontais refletem a constante interação entre narrativas de um mesmo nível hierárquico, onde as fricções discursivas podem gerar sínteses inovadoras ou disputas pela hegemonia simbólica.

Esses processos demonstram que a estrutura narrativa de uma sociedade é dinâmica e está em permanente transformação, determinada por crises sistêmicas, ação de atores influentes e retroalimentação entre níveis narrativos. Compreender esses mecanismos não apenas fornece ferramentas analíticas para estudar a evolução discursiva, mas também permite intervir estrategicamente na construção e consolidação de novas narrativas.

7. A DINÂMICA DE CAMADAS COGNOSISTÊMICA

A DINÂMICA DE CAMADAS NA TCCR constitui um aspecto analítico relevante para compreender a interação e a transformação das narrativas em diferentes níveis do Cognossistema. Essa concepção reconhece a estratificação das narrativas e seus deslocamentos multinível, bem como os processos de adaptação e reconfiguração que emergem de sua interação. Considerando que as narrativas não operam de forma isolada, mas sim em uma rede interconectada de significados, é fundamental examinar como se sobrepõem, influenciam e modificam umas às outras em diferentes contextos socioculturais e históricos. A mobilidade das narrativas entre camadas implica uma constante negociação de significados, a qual pode resultar na consolidação de determinados discursos, na obsolescência de outros ou no surgimento de configurações narrativas híbridas.

Conceituação das camadas narrativas

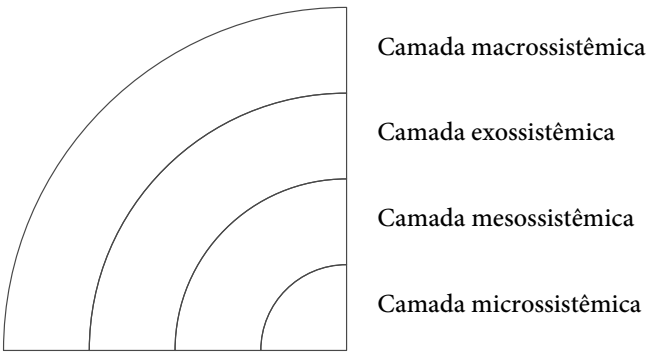
As camadas narrativas representam níveis diferenciados de influência e poder dentro do Cognossistema. Cada camada agrupa sistemas narrativos com características compartilhadas e níveis de incidência variáveis, de acordo com sua posição na hierarquia narrativa. Essas camadas atuam como filtros hermenêuticos que facilitam a consolidação de determinados discursos ao mesmo tempo em que restringem a emergência de outros, estruturando assim as formas de interpretação da realidade social intersubjetiva.

CONCEITO:

Camadas Narrativas: Níveis ecossistêmicos interdependentes de estruturação do "significado" dentro do Cognossistema. Essas camadas não representam apenas diferenciações na influência e no poder dos sistemas narrativos cognossistêmicos, mas também funcionam como esferas de articulação discursiva nas quais se configuram, se legitimam e se transformam os marcos interpretativos da realidade intersubjetiva.

Nesse sentido, as camadas narrativas operam como estruturas de mediação que regulam a circulação, a consolidação e a contestação de discursos. Ao atuarem como filtros hermenêuticos, permitem a consolidação de determinados relatos enquanto restringem a emergência de outros, definindo assim os limites do que é dizível e pensável dentro de um contexto psicossocial específico.

Camadas ou níveis do Cognossistema



Além disso, as camadas narrativas apresentam uma dinâmica fluida, pois não são estáticas nem impermeáveis, influenciando-se mutuamente dos níveis macro aos micro e vice-versa. Em sua interação com outras camadas, possibilitam a mobilidade das narrativas, permitindo tanto a ascensão de discursos emergentes quanto a desarticulação de narrativas anteriormente hegemônicas. Essa mobilidade, influenciada por fatores estruturais e conjunturais, determina a evolução e a permanência dos relatos no Cognossistema.

Camadas narrativas como estratos de significados

As camadas narrativas podem ser conceituadas como estratos de significados inter-relacionados dentro do Cognossistema, cuja estrutura e dinamismo estão intimamente

ligados à hierarquia narrativa anteriormente analisada. Essas camadas operam dentro de um marco ecossistêmico que as posiciona em diferentes níveis: microssistema, mesossistema, exossistema e macrossistema. Essa organização não apenas determina a influência que uma narrativa pode exercer, mas também os mecanismos pelos quais pode ascender, decair ou permear diversas camadas do Cognossistema.

Sob essa perspectiva, a hierarquia narrativa atua como um filtro de validação em cada nível ecossistêmico. Narrativas que emergem no microssistema (nível individual) podem se consolidar no mesossistema (contexto grupal ou comunitário) e escalar para o exossistema (instituições e meios de comunicação) se conseguirem articular-se a marcos de significação socialmente legitimados. Por fim, aquelas narrativas que alcançam o macrossistema tornam-se estruturantes da realidade social em larga escala. No entanto, esse processo também pode operar no sentido inverso: narrativas previamente dominantes podem perder legitimidade e ser deslocadas para níveis inferiores quando enfrentam crises de validação.

Um exemplo paradigmático desse processo é a narrativa do "progresso econômico baseado no consumo", que, por ter sido historicamente uma narrativa dominante na hierarquia narrativa global, permeou múltiplas camadas dentro do Cognossistema. No nível macrossistêmico, essa narrativa foi promovida por instituições governamentais, corporações e meios de comunicação, consolidando-se como um marco interpretativo hegemônico. Contudo, em níveis exossistêmicos e mesossistêmicos, emergiram narrativas alternativas relacionadas à sustentabilidade e à economia circular, desafiando seu predomínio. À medida que essas narrativas ganham força nos níveis inferiores, sua influência dentro do Cognossistema pode facilitar o deslocamento da narrativa hegemônica para uma posição de menor incidência ou até mesmo sua reconfiguração em resposta a novas demandas sociais.

A transmissão desses estratos de significado não se limita à comunicação verbal, mas se materializa por meio de símbolos, rituais, políticas públicas e instituições. Assim, a inter-relação entre as camadas narrativas, a hierarquia narrativa e os níveis ecossistêmicos explica como narrativas hegemônicas podem ser desafiadas por narrativas emergentes, que buscam modificar a configuração estrutural do Cognossistema através de seu posicionamento em camadas de maior incidência. Nesse processo, fatores como legitimação, institucionalização e capacidade de adaptação desempenham um papel chave na permanência ou transformação de uma narrativa dentro do suprassistema. Essas camadas não apenas organizam as narrativas de acordo com seu alcance e impacto, mas também determinam os mecanismos pelos quais as narrativas ascendem ou descem na hierarquia narrativa.

Multidimensionalidade e contextualização

Como explicado na seção anterior, na TCCR as camadas narrativas não operam em um único nível, mas atravessam diversas dimensões do Cognossistema, estruturadas segundo os princípios da hierarquia narrativa e organizadas nos níveis ecossistêmicos: microssistema, mesossistema, exossistema e macrossistema. Essa multidimensionalidade permite que as narrativas transcendam suas origens imediatas e se insiram em diferentes espaços de interação social, gerando processos de legitimação, adaptação e transformação.

No nível do microssistema, as narrativas atuam na esfera individual e imediata, influenciando a percepção subjetiva e as interações interpessoais diretas, como ocorre com narrativas familiares ou educativas na infância. No mesossistema, essas narrativas encontram pontos de conexão com estruturas comunitárias e grupais, gerando sistemas de valores compartilhados e configurações culturais que podem reforçar ou desafiar narrativas predominantes.

O exossistema constitui um nível intermediário onde as narrativas, embora não sejam experimentadas diretamente pelos indivíduos, exercem influência estrutural por meio de instituições, meios de comunicação e normativas que mediam a interação entre os níveis anteriores e as estruturas macrossistêmicas. Por fim, o macrossistema representa o nível onde as narrativas hegemônicas se consolidam, funcionando como marcos interpretativos da realidade que organizam o sentido social em grande escala e estruturam a hierarquia narrativa dominante.

Essa organização em níveis permite analisar como as narrativas podem ascender de camadas individuais para estruturas sociais mais amplas, bem como a forma como as narrativas hegemônicas influenciam a configuração de narrativas particulares dentro de contextos específicos. O diálogo entre esses níveis possibilita compreender a dinamicidade das camadas narrativas e sua relação com a hierarquia narrativa na TCCR.

Por exemplo, uma narrativa sobre "a importância da poupança" pode surgir em um nível individual e expandir-se para a esfera familiar, influenciando as decisões econômicas do lar. Se essa narrativa for promovida no sistema educacional e respaldada por políticas estatais, seu impacto pode alcançar a dimensão institucional e política, dando origem a incentivos governamentais para fomentar a poupança e a regulações financeiras. Em um nível global, essa narrativa pode ser integrada a discursos sobre estabilidade macroeconômica e desenvolvimento sustentável, evidenciando a capacidade de uma narrativa para permear diferentes camadas do Cognossistema.

A adaptabilidade de uma narrativa ao seu contexto determina sua permanência ou deslocamento dentro da hierarquia narrativa. Narrativas que não conseguem responder às mudanças contextuais tendem a ser deslocadas ou reinterpretadas em níveis inferiores.

Permeabilidade das camadas

As camadas narrativas apresentam elevada permeabilidade, o que possibilita a migração de narrativas entre diferentes níveis do Cognossistema. Esse fenômeno implica que narrativas inicialmente marginais podem adquirir relevância coletiva e tornar-se discursos dominantes, enquanto narrativas hegemônicas podem diluir-se ou fragmentar-se diante da emergência de novas configurações discursivas. A permeabilidade das camadas não apenas facilita o deslocamento dos sistemas narrativos dentro da hierarquia cognossistêmica, mas também determina a relação entre os distintos níveis ecossistêmicos em que operam esses sistemas de significado.

Como explicado, as narrativas que emergem no microssistema, isto é, no âmbito individual e da experiência imediata, podem ascender na hierarquia narrativa se conseguirem articular-se com discursos no mesossistema, onde se estabelecem interações comuni-

tárias e grupais que reforçam ou desafiam narrativas predominantes. Por sua vez, o exossistema atua como um nível de mediação estrutural, onde instituições, meios de comunicação e políticas regulam a difusão de narrativas que podem consolidar-se no macrossistema. Nesse nível, as narrativas adquirem seu maior grau de influência, ao tornarem-se marcos interpretativos dominantes que configuram a percepção da realidade intersubjetiva entre as pessoas em geral.

A permeabilidade das camadas também implica que as narrativas não se deslocam de forma linear; elas podem mover-se de forma ascendente, descendente ou horizontal dentro do Cognossistema, dependendo dos processos de validação social e legitimação discursiva. Por exemplo, uma narrativa inicialmente emergente sobre "teletrabalho e flexibilidade laboral" começou no microssistema de trabalhadores individuais, depois foi adotada em comunidades laborais dentro do mesossistema, até alcançar níveis exossistêmicos e institucionais que conduziram a mudanças normativas e de política trabalhista no macrossistema.

Além disso, a permeabilidade permite a fragmentação e reconfiguração de narrativas hegemônicas em resposta a discursos emergentes. Isso ocorre por meio de estratégias de desconstrução discursiva e rearticulação de significados, gerando um cenário de disputa simbólica dentro do Cognossistema e permitindo a constante reconfiguração da hierarquia narrativa.

Interação e movimento entre camadas cognossistêmicas

A dinâmica de interação e mobilidade entre as camadas cognossistêmicas na TCCR é um processo intrinsecamente complexo, caracterizado pela constante reconfiguração de significados e pela disputa por legitimidade discursiva em diferentes níveis do Cognossistema. As narrativas não permanecem fixas em uma camada específica, mas experimentam movimentos ascendentes, descendentes e deslocamentos horizontais, dependendo de sua capacidade de adaptação, da emergência de crises sistêmicas e da influência de atores com poder de agência discursiva.

Cada camada narrativa cumpre um papel estruturante na construção de marcos interpretativos, funcionando como um filtro através do qual as narrativas são validadas ou deslegitimadas. Sua interação com a hierarquia narrativa do Cognossistema permite compreender os processos pelos quais certas narrativas adquirem centralidade dentro do tecido social, enquanto outras são relegadas às margens ou suprimidas em sua tentativa de alcançar reconhecimento.

Movimento ascendente e descendente

O movimento ascendente de uma narrativa ocorre quando ela transita de uma posição marginal dentro do Cognossistema para um nível superior de legitimidade e influência. Essa ascensão é condicionada por fatores como a ressonância emocional, a institucio-

nalização, a capacidade de articulação com estruturas de poder preexistentes e sua adaptabilidade às demandas e expectativas sociais emergentes. Quando uma narrativa se legitima em camadas superiores, ela pode influenciar a configuração de normas, valores e estruturas sociais que regem a conduta coletiva, transformando-se em um eixo estruturante do Cognossistema.

Exemplos históricos de ascensão narrativa incluem o reconhecimento de direitos trabalhistas na era industrial, que passou de uma demanda localizada (microssistema e mesossistema) para uma norma respaldada por instituições governamentais e organismos internacionais (exossistema e macrossistema). Esse processo foi impulsionado por greves massivas, pela intervenção de atores políticos influentes e pela institucionalização de mecanismos legais que consolidaram a narrativa dos direitos do trabalhador dentro da ordem econômica e social. Outro exemplo ilustrativo é a ascensão da narrativa da "mudança climática antropogênica", que inicialmente surgiu em nichos científicos e ativistas, mas escalou até se tornar um eixo central de políticas ambientais e acordos multilaterais em nível global. Sua ascensão foi facilitada pelo acúmulo de evidências empíricas, pela pressão de movimentos sociais e pela resposta institucional na forma de regulamentações ambientais.

Por sua vez, o movimento descendente ocorre quando uma narrativa previamente dominante perde legitimidade e é deslocada para níveis inferiores do Cognossistema. Isso pode ocorrer devido a mudanças na percepção coletiva, contradições internas da narrativa, crises sistêmicas ou o surgimento de discursos alternativos com maior capacidade de adaptação. Esse tipo de transição costuma ser gradual, mas em momentos de crise acelerada, a queda de uma narrativa pode ser abrupta e gerar um vácuo discursivo que é ocupado por novas configurações narrativas.

Um exemplo paradigmático de movimento descendente é o enfraquecimento da narrativa da "superioridade dos meios de comunicação tradicionais", que tem sido erodida com a proliferação de plataformas digitais descentralizadas e o questionamento da imparcialidade midiática. Nesse caso, a narrativa hegemônica da objetividade jornalística foi deslocada por discursos emergentes sobre a democratização da informação e a participação ativa do público na construção de relatos informativos. Esse processo de descenso narrativo não apenas reconfigurou a estrutura dos meios de comunicação, mas também alterou os códigos de interpretação da realidade na esfera pública, gerando novas disputas por legitimidade informativa dentro do Cognossistema.

Em síntese, o movimento ascendente e descendente das narrativas é um fenômeno contínuo que depende da interação entre estruturas de poder, atores sociais e contextos históricos. Essas transições afetam a organização simbólica da realidade intersubjetiva e moldam os marcos de referência através dos quais as sociedades interpretam e respondem a seus desafios coletivos.

Interação horizontal entre camadas

As narrativas também podem experimentar deslocamentos horizontais dentro de uma mesma camada, gerando adaptações discursivas sem necessariamente modificar sua posição hierárquica. Como visto anteriormente, esse tipo de interação lateral permite que

diferentes narrativas se influenciem mutuamente, dando origem a processos de hibridização, ressignificação e fusão conceitual, o que contribui para a evolução do Cognossistema sem uma alteração abrupta de sua estrutura hierárquica.

A interação horizontal se manifesta de diversas formas, desde a coexistência de narrativas complementares até a tensão gerada por discursos que competem para redefinir o significado de um conceito socialmente aceito. Um caso relevante de interação horizontal é a convergência entre a narrativa da "economia colaborativa" e a do "consumo responsável". Enquanto ambas surgiram como respostas a modelos econômicos tradicionais, sua interação deu origem a novas práticas de produção e consumo que combinam elementos de ambas as perspectivas, gerando uma narrativa intermediária sobre "sustentabilidade econômica e social". Esse processo de interação permitiu a consolidação de plataformas que equilibram o acesso equitativo a bens e serviços com a promoção de um consumo consciente e ambientalmente sustentável.

Da mesma forma, no âmbito educacional, a interação entre a narrativa da "educação formal" e a do "aprendizado autodidata" resultou na proliferação de modelos de ensino híbrido, nos quais as instituições tradicionais incorporaram metodologias digitais e autodirigidas para se adaptar às necessidades do século XXI. Essa evolução não apenas gerou uma mudança na concepção de aprendizado, mas também redefiniu os papéis de docentes e discentes, permitindo a co-construção do conhecimento e a descentralização do saber.

Outro exemplo significativo é a interação entre a narrativa de "saúde convencional" e a de "medicina alternativa". A princípio, esses discursos se apresentavam como antagônicos, mas com o tempo geraram espaços de interação nos quais se combinam abordagens biomédicas com práticas complementares, promovendo modelos de saúde integrativa. Esse processo ilustra como as interações horizontais podem expandir o espectro de possibilidades discursivas sem necessariamente modificar a estrutura hierárquica das narrativas.

Esse tipo de interação lateral demonstra que a transformação do Cognossistema nem sempre ocorre por meio de confrontos diretos entre narrativas, mas também por processos de negociação, adaptação e convergência, permitindo uma evolução progressiva do tecido narrativo sem gerar rupturas abruptas na hierarquia do Cognossistema.

Fricções e tensões entre camadas

A interação entre camadas narrativas nem sempre é harmônica; em muitos casos, gera fricções que podem se intensificar até desencadear crises sistêmicas de grande alcance. Essas tensões geralmente emergem quando narrativas de diferentes níveis hierárquicos competem pela hegemonia dentro do Cognossistema, ou quando discursos anteriormente dominantes são desafiados por narrativas emergentes com alto poder transformador. Tais fricções não apenas refletem divergências ideológicas, mas também disputas pelo controle do significado social, onde diferentes atores buscam impor sua interpretação da realidade.

Um exemplo ilustrativo dessa dinâmica é a tensão entre a narrativa de "crescimento econômico baseado em energias fósseis" e a narrativa de "transição energética sustentável". Enquanto a primeira foi a base estrutural das economias industriais modernas (macrossistema), a segunda tem ganhado força nos níveis exossistêmico e mesossistêmico

através da pressão de movimentos ambientalistas, pesquisas científicas e regulações internacionais. À medida que evidências empíricas e mudanças normativas reforçam a validade da transição energética, surgem resistências por parte de setores industriais e políticos que buscam preservar o status quo. Essa fricção tem gerado um processo de reconfiguração narrativa no qual ambas as posturas disputam o controle do marco interpretativo global, dando origem a narrativas intermediárias que buscam articular um equilíbrio entre crescimento econômico e sustentabilidade.

Da mesma forma, no âmbito cultural, a tensão entre a narrativa de "identidade nacional homogênea" e a de "pluralismo cultural" tem sido um ponto de conflito em diversas sociedades. Enquanto a primeira foi promovida por instituições estatais e estruturas macrossistêmicas através de políticas de unificação linguística e patrimonial, a segunda ganhou força no mesossistema e no exossistema por meio do ativismo social, do reconhecimento de direitos de minorias e da globalização de valores democráticos. Essas fricções levaram ao surgimento de discursos híbridos que tentam conciliar a preservação de tradições nacionais com a incorporação da diversidade cultural como um valor social fundamental.

Em certos cenários, essas fricções podem gerar crises narrativas que culminam na reconfiguração de estruturas de poder dentro do Cognossistema. Um caso paradigmático é a tensão entre a narrativa de "autoridade institucional inquestionável" e a narrativa emergente de "transparência e participação cidadã". À medida que os avanços em tecnologia e comunicação permitiram um acesso mais imediato à informação, surgiu uma crescente demanda por prestação de contas e controle cidadão sobre as decisões políticas. Isso gerou conflitos entre estruturas governamentais tradicionais, que tentam preservar seu controle narrativo, e movimentos sociais que promovem uma maior descentralização do poder.

Em suma, as fricções e tensões entre camadas narrativas são elementos estruturais do Cognossistema, funcionando como catalisadores da mudança social e discursiva. Longe de serem meras disputas semânticas, essas tensões refletem lutas profundas pela configuração da ordem social, econômica e política, determinando quais narrativas se consolidam, quais se transformam e quais são deslocadas para a periferia discursiva.

Mecanismos de fricção entre camadas cognossistêmicas

As fricções narrativas dentro do Cognossistema emergem quando narrativas de diferentes níveis hierárquicos, com marcos interpretativos divergentes e relações de poder assimétricas, entram em conflito em um processo de negociação discursiva. O grau de intensidade e a direção do conflito dependem da posição relativa das narrativas dentro da estrutura hierárquica do Cognossistema, assim como de sua interação com as camadas ecossistêmicas (microssistema, mesossistema, exossistema e macrossistema).

A seguir, exploram-se os mecanismos mais frequentes que geram fricções narrativas e que constituem vetores fundamentais na dinâmica de mudança discursiva:

- **Desalinhamento de valores e objetivos:** O desalinhamento de valores ou objetivos ocorre quando narrativas divergentes promovem visões de realidade incompatíveis em termos de seus princípios normativos e teleológicos. Esses tensionamentos costumam surgir entre níveis hierárquicos do Cognossistema que buscam a hegemonia discursiva dentro de seu domínio de influência.

  Por exemplo, dentro do microssistema, um indivíduo pode sustentar uma narrativa de autodeterminação e sucesso meritocrático, enquanto no macrossistema predomina uma narrativa que enfatiza a regulação estatal como mecanismo de equidade e coesão social. Esse desalinhamento gera conflitos na construção de discursos políticos e econômicos, afetando as percepções sobre mobilidade social e acesso a oportunidades.

  No contexto educacional, observa-se uma tensão entre o mesossistema, onde as instituições acadêmicas promovem a narrativa do esforço individual como método de superação, e o exossistema governamental, que impulsiona narrativas de equidade educacional baseadas no acesso universal e na eliminação de lacunas estruturais. Quando essas narrativas interagem na configuração de políticas públicas, podem surgir conflitos em torno da aplicação de mecanismos de seleção e avaliação acadêmica.

- **Incompatibilidade ideológica:** As fricções ideológicas surgem quando marcos interpretativos com princípios antagônicos entram em disputa pela dominação de um espaço narrativo. Esse fenômeno é especialmente visível na esfera política e cultural, onde diferentes atores tentam impor sua cosmovisão sobre os demais.

  No macrossistema político, por exemplo, a narrativa do intervencionismo estatal pode entrar em conflito com a narrativa do livre mercado defendida no exossistema empresarial. Enquanto uma perspectiva enfatiza a redistribuição e o papel do Estado como regulador do sistema econômico, a outra prioriza a competição e a autonomia dos agentes de mercado.

  Quando essas narrativas competem por hegemonia sem mecanismos eficazes de mediação institucional no mesossistema, podem ocorrer processos de polarização extrema. Em contextos democráticos, essas tensões se manifestam em debates legislativos e processos eleitorais, enquanto em regimes autoritários podem resultar na supressão de discursos alternativos por meio de censura, propaganda e coerções políticas.

- **Crise contextual e reconfiguração do Cognossistema:** As crises contextuais constituem um dos mecanismos mais disruptivos na reconfiguração do Cognossistema, pois alteram a estabilidade das narrativas dominantes e facilitam a emergência de discursos alternativos.

  Em cenários de crises econômicas globais, por exemplo, a narrativa hegemônica de crescimento contínuo e estabilidade financeira no macrossistema pode entrar em crise, gerando um vazio discursivo que permite a ascensão de narrativas emergentes sobre protecionismo, regulação financeira ou sistemas econômicos alternativos. A ruptura da estabilidade narrativa, nesses casos, costuma gerar um realinhamento na hierarquia discursiva do Cognossistema.

No nível do mesossistema, uma crise de confiança institucional, como um escândalo de corrupção governamental, pode minar a narrativa de legitimidade estatal e gerar uma fragmentação do discurso político. Nesse contexto, narrativas que promovem a descentralização do poder e a participação cidadã podem ganhar força no exossistema midiático e se consolidar no macrossistema como modelos alternativos de reorganização institucional.

Um exemplo significativo de crise contextual foi a Grande Recessão de 2008, que enfraqueceu a narrativa dominante sobre a eficiência do livre mercado e facilitou a ascensão de discursos sobre regulação financeira, redistribuição e protecionismo econômico. No Cognossistema, essa mudança narrativa refletiu-se na reformulação de políticas públicas e na reconfiguração do discurso político global.

Em consequência, as fricções narrativas não são meros conflitos discursivos, mas sim dinâmicas estruturais que moldam constantemente a evolução do Cognossistema. O desalinhamento de valores, a incompatibilidade ideológica e as crises contextuais atuam como catalisadores da mudança narrativa, reconfigurando a hierarquia discursiva e permitindo a emergência, adaptação ou deslocamento de narrativas em diferentes níveis do sistema.

Compreender esses mecanismos é fundamental para analisar a evolução dos discursos na TCCR e para desenhar estratégias de intervenção que facilitem a adaptação e a transformação do Cognossistema em contextos de alta complexidade estrutural. A capacidade de uma narrativa para se manter na hierarquia ou para se deslocar dentro dela dependerá de sua habilidade para responder às mudanças contextuais, integrar novos significados e articular-se com estruturas de poder que reforcem sua posição na dinâmica do discurso social.

Dinamismo e reconfiguração do Cognossistema

Como enfatizado em seções anteriores, o Cognossistema não é uma estrutura fixa, mas sim uma rede de sistemas narrativos em constante reconfiguração, encontrando-se em estado de fluxo contínuo, adaptando-se, transformando-se ou extinguindo-se conforme sua capacidade de responder às mudanças socioculturais e estruturais. Seu dinamismo se manifesta na emergência de novas narrativas, na adaptação de discursos previamente estabelecidos e na obsolescência de marcos interpretativos que perdem a capacidade de explicar a realidade social. Tais mudanças não são fortuitas nem espontâneas: são mediadas pela interação entre diferentes níveis narrativos e pela ação de atores com poder de agência discursiva, que buscam reconfigurar o Cognossistema de acordo com seus interesses e objetivos estratégicos.

Esse processo de reconfiguração também é condicionado pela evolução tecnológica, que pode acelerar a propagação ou enfraquecer a vigência de determinadas narrativas. O acesso a novos meios de comunicação e o desenvolvimento de tecnologias digitais permitiram que narrativas anteriormente marginalizadas se disseminassem rapidamente e fossem adotadas por amplos setores da sociedade. Da mesma forma, o Cognossistema responde a flutuações nas estruturas de poder, nas quais as narrativas hegemônicas devem se

renovar ou se reformular constantemente para manter sua posição dominante na hierarquia narrativa.

A capacidade das dinâmicas relacionais entre os sistemas narrativos cognossistêmicos de se reorganizar sem rupturas abruptas depende de sua flexibilidade intrínseca e de sua aptidão para absorver narrativas emergentes dentro de estruturas preexistentes. Nem todas as narrativas que emergem no Cognossistema conseguem se consolidar; muitas são assimiladas por discursos dominantes sem alterar substancialmente a ordem narrativa vigente. No entanto, em cenários de crise sistêmica, é possível que uma narrativa disruptiva consiga alterar os marcos interpretativos existentes, provocando uma reorganização radical da hierarquia narrativa.

Como conclusão geral deste capítulo, é possível afirmar que a dinâmica das camadas cognossistêmicas, no âmbito da TCCR, constitui um eixo analítico fundamental para compreender a estruturação, a interação e a transformação das narrativas dentro do Cognossistema. Essas camadas operam como níveis interdependentes que não apenas distribuem o significado em diferentes domínios discursivos, mas também mediam a relação entre estruturas epistemológicas e configurações sociais. A hierarquização dos discursos nessa rede obedece a processos de legitimação e contestação simbólica, nos quais a estabilidade das narrativas está sujeita a dinâmicas de validação sociocultural e a conjunturas históricas em constante mudança.

O caráter dinâmico das narrativas se manifesta em sua constante mobilidade através desses níveis, permitindo a emergência de novos discursos, a consolidação de relatos hegemônicos e a obsolescência de narrativas previamente estabelecidas. A fluidez desses deslocamentos narrativos é condicionada por determinantes estruturais, acontecimentos sócio-históricos disruptivos e pela ação de atores com capacidade de agência discursiva. Nesse sentido, a transformação dos marcos interpretativos nos diferentes estratos ecosistêmicos do Cognossistema é um processo dialético, no qual as narrativas emergentes podem subverter o status quo ou ser cooptadas por estruturas discursivas preexistentes.

A permeabilidade dessas camadas é determinante para a circulação dos discursos e para a reconfiguração das estruturas simbólicas. Narrativas inicialmente periféricas podem ascender na hierarquia narrativa e alcançar centralidade, enquanto outras, anteriormente dominantes, podem fragmentar-se, adaptar-se ou ser deslocadas diante da emergência de novas configurações discursivas. A interação entre camadas permite não apenas a mobilidade vertical — ascendente ou descendente — das narrativas, mas também seu deslocamento horizontal, viabilizando processos de hibridização e ressignificação semântica. Assim, o estudo das camadas narrativas na TCCR facilita uma compreensão mais precisa dos mecanismos que regulam a produção e a transformação dos significados na sociedade.

As fricções entre camadas narrativas constituem um fator crítico na evolução do Cognossistema, pois evidenciam tensões ideológicas, desalinhamentos axiológicos e crises contextuais que reconfiguram a hierarquia discursiva. Essas fricções não representam apenas disputas pela hegemonia simbólica, mas também funcionam como vetores de mudança estrutural, favorecendo a emergência de novos marcos interpretativos e desestabilizando discursos anteriormente estabelecidos. Quando as tensões discursivas atingem níveis críticos, podem resultar em uma recomposição radical dos sistemas de significação, implicando uma reformulação da organização social e das estruturas de poder narrativo.

Em síntese, a análise da dinâmica das camadas cognossistêmicas fornece um marco

epistemológico robusto para compreender a evolução das narrativas no Cognossistema. A interconexão entre estruturas discursivas, níveis ecosistêmicos e mecanismos de legitimação permite não apenas antecipar mudanças no panorama narrativo, mas também desenhar estratégias de intervenção que facilitem a adaptação e a evolução dos sistemas narrativos em cenários de complexidade crescente. A capacidade de interpretar essas interações discursivas é crucial para desenvolver abordagens teóricas e metodológicas que possibilitem uma intervenção eficaz na configuração do sentido social e cultural.

8. O "MEME" COMO VEÍCULO DE SIGNIFICADOS NA TCCR

O MEME COGNOSSISTÊMICO constitui-se como uma peça teórica inovadora proposta pela TCCR, sendo concebido, neste enfoque, como a unidade elementar de transmissibilidade, mutabilidade e propagação dos sistemas narrativos no seio do Cognossistema. Sua função estrutural facilita a articulação de narrativas através dos diferentes níveis ecossistêmicos (microssistema, messossistema, exossistema e macrossistema), permitindo não apenas sua permanência, mas também sua reconfiguração diante das transformações do ambiente sociocultural e político.

Derivado do conceito teórico de "meme" cunhado por Richard Dawkins, o "meme cognossistêmico" amplia seu significado original ao integrar-se em uma estrutura cibernética e sistêmica, na qual sua existência não se limita a uma replicação mecânica de conteúdos culturais, mas adquire a capacidade de interagir com outras narrativas, hibridizar significados e alterar paradigmas de interpretação dentro do Cognossistema.

Conceitualização, componentes fundamentais e tipologia memética

Conceito

Os *memes cognossistêmicos* possuem características específicas que os diferenciam de outros tipos de unidades de transmissão de informação. Essas características permitem

que os memes, no contexto da TCCR, atuem como veículos eficazes para a mobilidade e evolução dos significados nos diferentes sistemas narrativos dentro do Cognossistema.

CONCEITO:

Meme Cognossistêmico: Unidade de significado estrategicamente projetada para operar como veículo de incidência narrativa dentro do Cognossistema. Sua função principal é facilitar a transmissão, transformação e consolidação de sistemas de significado que configuram a experiência e a compreensão do mundo. Essa unidade opera sob uma lógica de interdependência estratégica com os diferentes níveis ecossistêmicos (microssistema, mesossistema, exossistema e macrossistema), possuindo a capacidade instrumental de influenciar a configuração e reconfiguração de representações sociais intersubjetivas. Assim, o meme cognossistêmico atua como modulador narrativo em contextos diversos, permitindo a circulação e adaptação de significados dentro do tecido narrativo que constitui o Cognossistema.

Ao contrário de outros modelos de transmissão cultural, o "meme cognossistêmico" não é uma simples entidade replicável, mas sim uma estrutura relacional altamente plástica, que se adapta em função de sua interação com outros marcos narrativos, permitindo a emergência de novas configurações discursivas. Nesse sentido, seu comportamento insere-se numa lógica de hibridização, colisão e ressignificação dentro do tecido semântico que constitui o Cognossistema.

Consequentemente, o "meme cognossistêmico" posiciona-se como uma ferramenta fundamental e altamente eficaz de incidência na configuração e transformação de significados dentro do Cognossistema. Projetado intencionalmente para operar como veículo de modificação das narrativas preexistentes, seu propósito é a alteração ou consolidação dos sistemas narrativos que regem as interações sociais em diferentes níveis ecossistêmicos.

No nível do microssistema, o meme cognossistêmico é incorporado nos primeiros ambientes de socialização. Por exemplo, uma criança que assimila o conceito de "responsabilidade" dentro do núcleo familiar não recebe um constructo estático, mas sim um esquema em constante negociação. À medida que esse conceito é confrontado com outras narrativas na escola, em comunidades virtuais ou na mídia, o efeito desse meme pode ser reconfigurado e adaptado conforme o contexto.

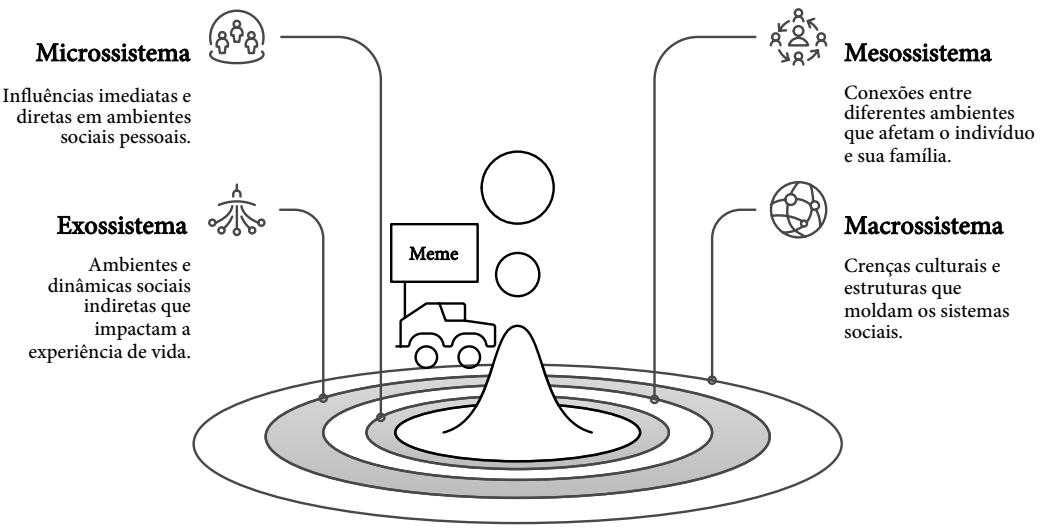
Por sua vez, o mesossistema atua como um canal de interação no qual os memes cognossistêmicos de diferentes microssistemas convergem, gerando espaços de hibridização e disputa narrativa. Por exemplo, um indivíduo que internalizou no microssistema a noção de sucesso baseada em estabilidade financeira pode ter sua interpretação modificada ao interagir com um meme proveniente de outro microssistema, que incita uma preferência pelo minimalismo e pela autossuficiência, persuadindo racional e emocionalmente o

sujeito com base nos benefícios desse estilo de vida para o sucesso financeiro. Assim, o meme cognossistêmico não é apenas recebido passivamente, mas é deliberadamente reconfigurado para reforçar ou desafiar estruturas narrativas existentes.

No exossistema, por sua vez, os marcos regulatórios e normativos desempenham um papel chave na institucionalização e perpetuação de determinados memes cognossistêmicos. A incorporação deliberada de certas narrativas meméticas em sistemas educacionais, legislativos ou corporativos não é arbitrária, mas responde a estratégias intencionais de legitimação discursiva, orientadas a moldar sistemas de significado específicos. Por exemplo, a formalização memética de um discurso sobre a ética do trabalho flexível nas políticas empresariais pode consolidar intencionalmente uma narrativa que promove a adaptação do indivíduo a ambientes de trabalho dinâmicos, deslocando outras concepções sobre emprego e segurança econômica.

Finalmente, o macrossistema estabelece os marcos ideológicos e culturais dentro dos quais operam os memes cognossistêmicos, definindo os padrões interpretativos que condicionam a estruturação de significados em uma sociedade. Nesse nível, a narrativa do "progresso", por exemplo, tem sido historicamente utilizada como ferramenta discursiva para justificar modelos políticos e econômicos específicos, demonstrando a funcionalidade intencional do meme cognossistêmico na construção de marcos de sentido dominantes.

Interação memética nas diferentes camadas cognossistêmicas



Componentes meméticos fundamentais

Como já foi assinalado, o *meme cognossistêmico* constitui uma unidade estrutural dentro do Cognossistema, cuja função primordial reside em sua capacidade de incidir de forma estratégica na configuração e reconfiguração de sistemas narrativos preexistentes. Diferentemente de outras formas de narrativa espontânea, esse tipo de sistema de significados é deliberadamente concebido para introduzir, reforçar ou modificar estruturas discursivas em distintos níveis do ecossistema narrativo. Seu impacto articula-se por meio de uma série de componentes fundamentais que garantem sua operacionalidade e eficácia, assegurando sua sustentabilidade e evolução ao longo do tempo.

A seguir, apresentam-se os componentes mais relevantes do meme cognossistêmico como sistema narrativo, segundo a TCCR:

a. **Núcleo semântico:** Como é regra geral em todo sistema narrativo na TCCR, o núcleo semântico constitui também a essência central do meme cognossistêmico, representando o significado fundamental que orienta sua capacidade de incidência narrativa dentro do Cognossistema. Contudo, essa proposição nuclear não surge de forma espontânea, mas resulta de processos de modelagem narrativa que visam otimizar sua propagação e sua capacidade de ressignificação em múltiplos contextos socioculturais.

   O potencial do núcleo semântico reside em sua maleabilidade, o que permite sua apropriação por diversos agentes narrativos em diferentes níveis do Cognossistema. Por exemplo, a noção de "resiliência comunitária" pode ser utilizada em um contexto governamental para promover políticas de autogestão social em períodos de crise, enquanto, no âmbito corporativo, pode ser articulada em discursos sobre sustentabilidade e responsabilidade social empresarial. Sua estrutura flexível possibilita a integração em narrativas divergentes sem comprometer sua essência semântica original. Ademais, esse núcleo pode adquirir múltiplas interpretações dependendo do nível ecossistêmico em que seja implementado, permitindo variações adaptativas que reforçam sua persistência ao longo do tempo.

b. **Corpo narrativo:** Toda narrativa cognossistêmica, inclusive o meme, sustenta-se sobre um corpo narrativo (ou *avaliação cognitiva*, segundo a TCCR), entendido como o conjunto articulado de premissas que permitem a avaliação intrapessoal multiaxial: experiencial, contextual, emocional e cognitiva. É sobre essa base que se apoia a coerência discursiva holística de um sistema narrativo. No caso do meme cognossistêmico, o corpo narrativo ergue-se como o veículo que viabiliza a inserção efetiva e estratégica do núcleo semântico memético dentro do Cognossistema.

   A elaboração do corpo narrativo implica a seleção de estruturas argumentativas que facilitem a difusão e a aceitação do meme em múltiplos níveis de interação narrativa. Por exemplo, um meme que promove a descentralização do conhecimento pode incluir referências a modelos bem-sucedidos de educação alternativa, apelos emocionais à importância da democratização do acesso à informação e evidências empíricas sobre a eficácia de redes colaborativas.

A eficácia do corpo narrativo reside em sua capacidade de gerar ressonância interpretativa em seus públicos-alvo, maximizando seu impacto e sua longevidade dentro do Cognossistema. Essa ressonância é reforçada pela incorporação de estratégias linguísticas que favorecem sua internalização, como o uso de metáforas, símbolos evocativos e padrões discursivos repetitivos que facilitam sua memorização e difusão; ou ainda por meio de processos cognitivos, como é o caso do *diálogo argumentativo*, entre outros.

c. **Formato de representação:** O formato por meio do qual se manifesta um meme cognossistêmico é determinante para sua propagação e apropriação. A escolha de um meio de expressão responde a uma análise estratégica dos canais de disseminação mais eficazes dentro de um contexto narrativo específico.

Os formatos podem incluir elementos discursivos (slogans, declarações programáticas), visuais (cartazes, imagens simbólicas), audiovisuais (vídeos de propaganda, material documental) ou até mesmo rituais performáticos (atos comemorativos, cerimônias institucionais). A seleção do formato não apenas influencia a velocidade e o alcance da disseminação, mas também condiciona a interpretação do meme dentro da estrutura cognitiva dos receptores.

Além disso, os memes cognossistêmicos podem apresentar uma combinação de múltiplos formatos, gerando assim uma maior adaptabilidade a diferentes contextos culturais e tecnológicos, o que maximiza seu impacto tanto na esfera pública quanto na privada.

d. **Canais de disseminação:** A trajetória de um meme cognossistêmico dentro do Cognossistema está condicionada pelos canais de disseminação que facilitam sua propagação. Esses canais podem incluir meios de comunicação de massa, redes digitais, ambientes educacionais, legislação e práticas institucionais, cada um dos quais introduz variáveis específicas que afetam a permanência e a transformação do meme em diferentes níveis ecossistêmicos.

Por exemplo, no microssistema, um meme é transmitido por meio da socialização familiar ou comunitária, embora, atualmente, também por meio de mídias digitais com as quais as pessoas têm contato de forma individual, configurando assim as primeiras etapas de interiorização narrativa. No mesossistema, por sua vez, instituições educacionais ou corporativas podem reforçar a difusão do meme por meio de discursos estruturados. No exossistema, marcos regulatórios e políticas públicas podem institucionalizar o meme, conferindo-lhe legitimidade estrutural. Finalmente, no macrossistema, o meme pode consolidar-se como um princípio orientador dentro da narrativa cultural dominante.

Esses canais, ademais, podem gerar uma retroalimentação constante que permite a reformulação do meme em conformidade com novas realidades contextuais, assegurando sua sustentabilidade narrativa.

e. **Estratégia de propagação:** O sucesso de um meme cognossistêmico depende de sua estratégia de propagação, a qual pode incluir mecanismos como a viralidade digital, a legitimação institucional, a normatização dentro de marcos legislativos ou educacionais e a reiteração discursiva. Diferentemente da difusão espontânea

de narrativas convencionais, a propagação do meme cognossistêmico obedece a um planejamento estratégico que busca otimizar sua inserção na estrutura narrativa do Cognossistema.

Um caso paradigmático é a construção de narrativas de segurança cidadã. No microssistema, uma família influenciada por campanhas publicitárias sobre insegurança social e pelas novas tecnologias de segurança doméstica acaba instalando dispositivos de videomonitoramento em sua residência, o que reforça a ideia — nesse nível narrativo — de que a segurança é um problema individualizável. No mesossistema, empresas do setor de segurança promovem a adoção desses dispositivos por meio de discursos que enfatizam a responsabilidade pessoal na prevenção do crime. No exossistema, a implementação de normativas que incentivem o uso dessas tecnologias contribui para sua expansão estrutural. Por fim, no macrossistema, a normalização do discurso de vigilância perpetua um paradigma narrativo no qual a proteção é internalizada como um dever individual, minimizando o papel das instituições públicas na gestão da segurança.

Esse exemplo ilustra como a estratégia de propagação não apenas impacta a estrutura narrativa de um meme, mas também transforma a percepção e o comportamento da sociedade como um todo.

Em consequência, os memes cognossistêmicos operam como dispositivos fundamentais dentro da TCCR, permitindo a transferência, a mutabilidade e a consolidação de significados no Cognossistema. Diferentemente de outros elementos discursivos, seu desenho intencional e sua capacidade de inserção em múltiplos níveis ecossistêmicos tornam-nos ferramentas essenciais para a estruturação e a modificação de discursos sociais. Seu estudo possibilita compreender como as narrativas são concebidas, difundidas e ressignificadas ao longo do tempo, oferecendo um marco analítico para examinar seu impacto na configuração da realidade social.

Além disso, a flexibilidade estrutural do meme cognossistêmico garante sua permanência nos ecossistemas narrativos, adaptando-se às mudanças socioculturais por meio de estratégias de ressignificação e de reforço discursivo.

Tipologia memética

Na lógica de tudo o que foi exposto, é possível classificar os memes cognossistêmicos em três grandes categorias: os *memes de consolidação*, os *memes de fricção* e os *memes de transição*, cada um com dinâmicas próprias de propagação, resistência e ressignificação dentro do Cognossistema:

1. **Memes de consolidação:** Os memes de consolidação cumprem a função de reforçar e perpetuar estruturas narrativas hegemônicas, operando como dispositivos de legitimação de marcos interpretativos dominantes. Sua eficácia reside em sua capacidade de disseminação por múltiplos níveis narrativos, garantindo sua sustentabilidade por meio de estratégias de reiteração discursiva, institucionalização e validação por parte de atores com autoridade simbólica.

No microssistema, esses memes são interiorizados por meio da educação inicial e da socialização primária, configurando as bases cognitivas de crenças individuais. Um caso ilustrativo é a narrativa da meritocracia, que sustenta a ideia de que o sucesso é resultado exclusivo do esforço individual. No mesossistema, instituições acadêmicas e organizações de trabalho reproduzem essa narrativa por meio de sistemas de avaliação, métricas de desempenho e discursos institucionais que reforçam a autossuficiência como princípio orientador. No exossistema, os meios de comunicação e a publicidade consolidam essa noção por meio de representações aspiracionais que minimizam as barreiras estruturais ao sucesso. Por fim, no macrossistema, o princípio meritocrático traduz-se em políticas públicas e modelos socioeconômicos que legitimam desigualdades estruturais sob o pressuposto de oportunidades equitativas para todos.

2. **Memes de fricção:** Os memes de fricção representam uma ruptura com os discursos dominantes, funcionando como catalisadores de conflito narrativo e de desestabilização semiótica dentro do Cognossistema. Seu propósito não é simplesmente antagonizar os marcos interpretativos hegemônicos, mas gerar um espaço de disputa no qual emergem contranarrativas alternativas.

   No microssistema, esses memes podem originar-se em círculos acadêmicos, espaços de dissidência intelectual ou movimentos sociais incipientes. Por exemplo, os diferentes memes que surgiram recentemente alertando para a crise climática ou o aquecimento global contrapõem-se ao paradigma do crescimento econômico ilimitado, propondo a necessidade de uma reconfiguração radical do modelo de desenvolvimento. No mesossistema, redes de ativismo, comunidades científicas e meios de comunicação independentes amplificam essa narrativa memética, gerando um discurso de resistência frente à extração indiscriminada de recursos naturais. No exossistema, esses memes entram em conflito com marcos regulatórios e interesses corporativos que buscam manter estruturas econômicas tradicionais, o que dá origem a disputas políticas e tensões normativas. Por fim, no macrossistema, a narrativa da crise climática conseguiu consolidar-se parcialmente em acordos internacionais, embora sua implementação continue condicionada pela resistência de setores econômicos arraigados em paradigmas extrativistas.

3. **Memes de transição:** Por fim, os memes de transição operam como vetores de reconfiguração gradual dentro do Cognossistema, facilitando o deslocamento de marcos narrativos dominantes sem gerar uma ruptura abrupta na estrutura discursiva estabelecida. Diferentemente dos memes de fricção, que confrontam diretamente as narrativas hegemônicas, os memes de transição buscam a adaptação progressiva dos discursos, permitindo a coabitação temporária de sistemas narrativos em transformação.

   No microssistema, esses memes podem surgir em ambientes experimentais, onde práticas emergentes começam a inserir-se em marcos tradicionais. Um exemplo relevante é a narrativa da economia colaborativa, inicialmente concebida como uma alternativa aos modelos de mercado tradicionais. No mesossistema, plataformas digitais e redes empresariais facilitaram sua expansão, promovendo a ideia de compartilhar recursos em vez de priorizar a propriedade individual. No

exossistema, a regulamentação desses modelos exigiu um processo de adaptação normativa que permitisse sua inserção em marcos legais convencionais sem uma disrupção total do sistema econômico predominante. Por fim, no macrossistema, a economia colaborativa foi absorvida dentro das dinâmicas do capitalismo global, configurando-se como um modelo híbrido que coexiste com estruturas econômicas tradicionais sem eliminá-las completamente.

Em conclusão, a tipologia dos memes cognossistêmicos na TCCR permite analisar a dinâmica de estabilidade e transformação dos sistemas narrativos dentro do Cognossistema. Os memes de consolidação garantem a permanência de estruturas discursivas hegemônicas mediante sua reprodução em diferentes níveis narrativos. Os memes de fricção desestabilizam paradigmas dominantes, abrindo espaço para o surgimento de novas interpretações e resistências discursivas. Por sua vez, os memes de transição facilitam a transformação dos discursos sem gerar uma ruptura abrupta, permitindo a reconfiguração progressiva dos marcos interpretativos nos quais operam.

Características fundamentais do meme cognossistêmico

O meme cognossistêmico é um tipo de sistema narrativo intencionalmente concebido para incidir sobre outros sistemas narrativos dentro do Cognossistema. Seu propósito não se limita à transmissão de informação, mas orienta-se para a alteração de marcos interpretativos e de estruturas discursivas preexistentes. Diferentemente das narrativas espontâneas ou tradicionalmente aceitas, os memes cognossistêmicos são produtos de elaboração deliberada e operam com um objetivo estratégico específico. Manifestam-se em formatos como publicidade, slogans, missões institucionais e mitos culturais, entre outros, constituindo ferramentas de incidência que buscam consolidar ou desafiar narrativas em distintos níveis do Cognossistema.

Sob a perspectiva da TCCR, esses memes desempenham um papel estrutural na configuração da realidade psicossocial, funcionando como mecanismos que regulam a fluidez das ideias e garantem a inserção de discursos específicos em ambientes narrativos diversificados. Sua análise permite compreender as dinâmicas de transformação de muitas narrativas dominantes e sua incidência na reconstrução do Cognossistema.

Transmissão internarrativa

Os memes cognossistêmicos articulam-se em redes narrativas complexas, funcionando como vetores de significado que não apenas transportam informação, mas também a ressignificam e reconfiguram ao longo do processo. Sua natureza intencional os distingue de outros sistemas narrativos, pois não emergem espontaneamente dentro do Cognossistema, mas são estrategicamente concebidos para incidir na percepção coletiva e transformar os discursos sociais em diferentes níveis. A transmissão desses memes obedece a uma lógica planejada, na qual os significados não apenas são absorvidos e reinterpretados pelos

receptores, mas também podem ser modificados conforme os interesses e as estruturas de poder que regem cada contexto narrativo.

O processo de transmissão internarrativa não é unidirecional, mas implica múltiplas retroalimentações entre os diferentes níveis do Cognossistema. No microssistema, um meme cognossistêmico pode ser introduzido por meio de interações cotidianas, influenciando a construção de identidades e valores individuais. Em nível mesossistêmico, as instituições educacionais, empresariais ou comunitárias funcionam como plataformas de amplificação do meme, adaptando-o aos seus próprios marcos interpretativos. No exossistema, sua disseminação pode ser reforçada por políticas públicas, estratégias de comunicação de massa ou regulamentações que favorecem sua integração na estrutura social. Por fim, no macrossistema, os memes mais bem-sucedidos consolidam-se como discursos hegemônicos, moldando a visão de realidade e a produção simbólica de uma sociedade em seu conjunto.

Por exemplo, o slogan "Progresso para todos" não é meramente uma frase persuasiva, mas uma ferramenta narrativa estrategicamente elaborada para instalar a noção de equidade e desenvolvimento como pilares estruturais do discurso político e econômico. No microssistema, pode influenciar as percepções individuais sobre mobilidade social e esforço pessoal; no mesossistema, sua reiteração em espaços educacionais e laborais reforça sua legitimidade institucional; no exossistema, pode integrar-se em marcos normativos que regulam a distribuição de recursos e oportunidades; e no macrossistema, seu êxito narrativo converte-o em um eixo orientador do senso comum, influenciando a forma como uma nação ou grupo social concebe seu próprio desenvolvimento.

Em síntese, a transmissão internarrativa do meme cognossistêmico não implica apenas seu deslocamento através de diferentes níveis do Cognossistema, mas constitui um mecanismo de reconfiguração discursiva com elevado potencial transformador. A eficácia dessa transmissão depende da coerência estrutural do meme, de sua capacidade de adaptação a distintas esferas narrativas e da validação social que receba em cada nível. Assim, o meme cognossistêmico atua como uma ferramenta fundamental para a estruturação e modificação dos sistemas narrativos, assegurando sua influência na evolução psicossocial e cultural de indivíduos e coletividades.

Capacidade de mutação memética

Uma característica estrutural fundamental dos memes cognossistêmicos é sua capacidade de mutação, que lhes permite manter a eficácia à medida que as condições contextuais evoluem e os marcos interpretativos se transformam. Esse processo não deve ser entendido como uma alteração arbitrária, mas como uma reconfiguração estratégica que responde à necessidade de maximizar sua incidência dentro do Cognossistema. Dado que seu desenho é intencional, os memes cognossistêmicos não apenas persistem no tempo, mas também conseguem adaptar-se a novas estruturas narrativas sem perder seu objetivo inicial de transformação de significado.

A mutação de um meme cognossistêmico pode ocorrer em resposta a diversas pressões ecossistêmicas, tais como mudanças sociopolíticas, inovações tecnológicas ou reconfigurações culturais. Esse processo de adaptabilidade narrativa é observável na evolução

de discursos institucionais, slogans publicitários e doutrinas políticas. A capacidade de mutação permite que esses memes mantenham sua capacidade de incidir em outros sistemas narrativos, assegurando sua vigência em diferentes níveis do Cognossistema.

Por exemplo, a narrativa de "inovação e empreendedorismo" passou por mutações significativas ao longo das últimas décadas. Originalmente concebida para atrair investidores para empresas startups no setor privado, foi gradualmente reformulada para encaixar-se em discursos de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico. Sua reinterpretação no mesossistema educacional levou à sua integração em currículos escolares, promovendo a cultura empreendedora desde a infância. No exossistema, foi instrumentalizada para justificar incentivos fiscais e regulamentações específicas que favorecem o investimento em tecnologia. Por fim, no macrossistema, essa narrativa acabou por se tornar hegemônica, moldando percepções coletivas sobre progresso econômico e autossuficiência profissional.

O processo de mutação também pode ser observado no âmbito dos discursos institucionais. Um meme cognossistêmico como "Desenvolvimento sustentável" passou por diversas reformulações em seu esforço de adaptação a novos contextos. Inicialmente vinculado à preservação ambiental, com o tempo foi absorvido pela narrativa corporativa, na qual seu significado se transformou para incluir objetivos econômicos e de responsabilidade social empresarial. Essa transformação responde à necessidade de manter sua influência dentro do Cognossistema, garantindo sua viabilidade em estruturas narrativas que, de outro modo, poderiam tê-lo deslocado.

Por fim, essa característica de mutação dos memes cognossistêmicos manifesta-se, muitas vezes, de forma automática, sem intervenção intencional, sendo um efeito direto da natureza plástica e adaptativa desse tipo específico de sistema de significados. Contudo, em alguns contextos, essa mutação pode ser manipulada de acordo com a estratégia de incidência narrativa em questão.

Em síntese, a capacidade de mutação dos memes cognossistêmicos constitui um mecanismo de sobrevivência e adaptabilidade dentro do Cognossistema. Sua natureza flexível permite que se integrem a diferentes sistemas narrativos, maximizando sua incidência na construção de significados em diversos contextos socioculturais. Por meio dessa dinâmica, os memes não apenas perpetuam sua existência, mas ampliam sua capacidade transformadora dentro do sistema narrativo global.

Interação e evolução memética

O meme cognossistêmico não opera de forma isolada, mas interage de maneira dinâmica com outros sistemas narrativos, inclusive com outros memes, em um processo de interdependência sistêmica. Sua evolução não é um fenômeno aleatório, mas um mecanismo estruturado que responde à necessidade de consolidar-se dentro do Cognossistema por meio da integração, confrontação ou deslocamento de narrativas preexistentes. A interação entre memes cognossistêmicos e outros sistemas narrativos é fundamental para sua validação e permanência, pois a aceitação, resistência ou assimilação de um meme é determinada por sua compatibilidade com discursos já consolidados, sua capacidade de adaptabilidade e sua ressonância em contextos socio-históricos específicos.

Os memes cognossistêmicos podem interagir com outras narrativas, inclusive com outros memes cognossistêmicos, de três formas principais: por meio da fusão, da competição ou da absorção narrativa:

- **Fusão:** Ocorre quando, por exemplo, dois memes se integram para formar uma nova estrutura narrativa de incidência reforçada, com elementos compartilhados. Um exemplo disso é a convergência entre a narrativa memética de "desenvolvimento sustentável" e a de "consumo responsável", que deu origem a campanhas como o slogan *"Unidos contra la basura"* [Unidos contra o lixo] do Projeto LIBERA, liderado por SEO/BirdLife e Ecoembes na Espanha.[1] Essa campanha, ativa desde 2017, busca sensibilizar sobre a necessidade de reduzir o consumo para favorecer a sustentabilidade ambiental, reforçando a sinergia entre ambas as narrativas por meio da ressignificação do ato de consumir como uma ação com consequências ecológicas diretas. Esse lema — ou meme — tem sido promovido em mídias digitais e em espaços de divulgação ambiental, como fóruns ecológicos e publicações especializadas, constituindo um exemplo claro de fusão memética altamente eficiente.

- **Competição:** Ocorre quando um meme tenta deslocar outro dentro do Cognossistema. Um exemplo claro é a disputa entre as narrativas de "livre mercado" e "economia planejada". Essa competição ressurgiu no debate político e econômico, especialmente na Europa e nos Estados Unidos, onde a narrativa ultraliberal, influenciada pelas ideias de Friedrich Hayek e Milton Friedman, promove a desregulamentação e a minimização do papel do Estado, em contraposição aos postulados keynesianos, que defendem uma intervenção estatal ativa para regular a economia e mitigar crises econômicas. Esse enfrentamento ideológico refletiu-se nas reformas econômicas impulsionadas pelo governo de Liz Truss no Reino Unido em 2022 e nas propostas de setores progressistas nos EUA que buscam reforçar o gasto público para a redistribuição de renda.

- **Absorção:** Por fim, esta ocorre quando um meme hegemônico incorpora elementos de um meme subalterno, reconfigurando-os para que se encaixem em sua estrutura preexistente. Um caso paradigmático é a apropriação do discurso de "inovação social" dentro de modelos empresariais de responsabilidade corporativa. Um exemplo disso é o grupo empresarial espanhol multibilionário Inditex S.A., que integrou em sua estrutura operacional a narrativa da sustentabilidade por meio de iniciativas implementadas em sua sede central em Arteijo, na província espanhola da Corunha, desde 2016. Essas iniciativas enfatizam o consumo de produtos locais, a reutilização de água e embalagens, e a promoção da agricultura regenerativa como estratégias alinhadas com sua política de Responsabilidade Social Empresarial (RSE). O lema da empresa nesta área é: *"Na Inditex estamos comprometidos com a proteção das pessoas, do planeta e de seus ecossistemas, um compromisso que*

[1] https://proyectolibera.org/

> *vai além de fronteiras e dos limites do setor*".[2] A incorporação desses elementos permite à empresa alinhar-se com tendências narrativas hegemônicas do mercado atual, ao mesmo tempo em que absorve o apelo discursivo de muitos consumidores preocupados com questões ambientais, sem alterar, em última instância, seu modelo econômico central.

O sucesso de um meme cognossistêmico em sua interação com outras narrativas depende de múltiplos fatores, entre eles, sua capacidade de adaptação semântica, sua inserção em redes de transmissão discursiva e sua legitimação em esferas de poder. Um exemplo ilustrativo desse processo é a evolução do meme sociocultural da "soberania alimentar", que experimentou transformações ao interagir com outros memes relacionados ao comércio internacional, à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável.

Em diversos contextos, esse meme foi adotado por movimentos internacionais que promovem a produção local, como a organização "Vía Campesina", que enfatiza a autossuficiência e a redução da dependência do comércio global. Essa organização cunhou lemas meméticos como *"Globalizemos a luta, globalizemos a esperança"*, utilizando estratégias narrativas baseadas nas reivindicações emancipatórias de camponeses de diferentes regiões do mundo. Além disso, impulsionou o reconhecimento de seus direitos em narrativas de poder, como as declarações internacionais da ONU sobre os direitos dos camponeses e de outras pessoas que trabalham em zonas rurais. Graças a esse trabalho de incidência discursiva, a organização conseguiu articular uma rede de mais de 182 organizações internacionais e mais de 200 milhões de membros, formada por trabalhadores rurais de todo o mundo.[3]

Em outros casos, essa incidência discursiva sobre a produção local foi reconfigurada por estratégias de marketing utilizadas em regiões como a Europa, onde a certificação de origem serviu como um diferencial comercial dentro do mercado de consumo de massa, reforçando marcas que apelam para a rastreabilidade e autenticidade de seus produtos.

Essa capacidade de interação demonstra que os memes cognossistêmicos não são estruturas fixas nem estáticas, mas elementos ativos dentro do tecido narrativo do Cognossistema, sujeitos a processos de ressignificação e reelaboração constantes. Sua evolução é o resultado de uma dinâmica de negociações discursivas que opera por meio da cooptação, da reformulação e da disputa simbólica, garantindo assim sua relevância e eficácia dentro do ambiente narrativo em que se inserem.

Em consequência, o estudo da interação e evolução dos memes cognossistêmicos permite compreender melhor as lógicas de transformação narrativa que regulam a construção e a reconfiguração do Cognossistema em sua totalidade.

---

[2] https://www.inditex.com/itxcomweb/es/sostenibilidad#mas-alla

[3] https://viacampesina.org/es/de-mons-al-mundo-la-via-campesina-celebra-30-anos-globalizando-la-lucha-campesina-y-la-solidaridad/

Moldeamento memético do Cognossistema

O meme cognossistêmico, como tipo específico de sistema narrativo, não exerce impacto apenas imediato no que se refere à inserção e transformação de narrativas específicas preexistentes, mas, ao mesmo tempo em que cumpre essa função, atua também como um poderoso agente de transformação estrutural do próprio Cognossistema em geral. Seu desenho intencional permite-lhe modificar as hierarquias narrativas, introduzindo novos discursos que podem deslocar paradigmas interpretativos dominantes e consolidar novas estruturas de significado. Sua capacidade de incidir sobre as estruturas narrativas existentes reside em seu desenho estratégico, orientado à reconfiguração de marcos simbólicos e discursivos nos diferentes níveis ou camadas do Cognossistema.

O moldeamento em nível cognossistêmico, por meio dos memes, implica um processo de ressignificação dos discursos hegemônicos e de inserção de novas narrativas que buscam reorganizar o sentido compartilhado dentro dos diferentes grupos humanos que compõem uma sociedade. Esse processo não ocorre de maneira uniforme nem imediata, mas responde a um dinamismo em que interagem a resistência das narrativas anteriores, a aceitação social do novo discurso e a capacidade do meme de permear diferentes níveis do Cognossistema.

No microssistema, os memes cognossistêmicos podem gerar mudanças nas estruturas de interpretação individual, permitindo a reconfiguração de marcos de significação nos discursos cotidianos. No mesossistema, as instituições atuam como veículos de validação do meme, garantindo sua propagação em ambientes formativos e profissionais. No exossistema, as políticas institucionais e normativas podem consolidar o meme como parte dos marcos regulatórios, legitimando sua incidência na organização social. Por fim, no macrossistema, o meme se institui como um novo paradigma interpretativo que transforma o sentido coletivo da realidade.

Por exemplo, o conceito de "educação disruptiva" foi introduzido como uma narrativa alternativa dentro do discurso acadêmico e governamental, com a intenção de desafiar modelos educacionais tradicionais. Inicialmente, seu impacto limitava-se a comunidades educativas inovadoras (microssistema), mas, com o tempo, seu uso deliberado em estratégias pedagógicas e políticas educacionais consolidou-o no mesossistema, viabilizando sua integração em programas de formação e capacitação docente. Posteriormente, sua influência no exossistema refletiu-se em reformas curriculares e legislações voltadas à flexibilização dos modelos de ensino. Por fim, no macrossistema, o conceito alcançou status hegemônico dentro do Cognossistema, na área educacional mundial, modificando marcos regulatórios, práticas institucionais e estruturas narrativas sobre o aprendizado.

Em síntese, o moldeamento do Cognossistema por meio de memes cognossistêmicos é um processo de intervenção deliberada na arquitetura simbólica de uma sociedade. Sua capacidade de transformar discursos existentes e consolidar novas estruturas de significado depende de seu desenho intencional, de sua adaptabilidade e de sua ressonância nos diferentes níveis narrativos do Cognossistema. A compreensão desse processo é essencial para analisar como as narrativas emergentes podem gerar mudanças estruturais na organização do sentido coletivo e na configuração psicossocial da realidade.

Funções do meme cognossistêmico

O meme cognossistêmico desempenha um papel fundamental na operacionalidade e evolução do Cognossistema, funcionando como um mecanismo intencionalmente concebido para incidir em diferentes tipos de sistemas narrativos. Seu desenho deliberado e sua capacidade de transmitir significados, mutar e reorganizar estruturas discursivas permitem-lhe atuar como um vetor de transformação, garantindo a dinamicidade e a adaptabilidade do Cognossistema diante das mudanças no contexto social, político e cultural.

Diferentemente de outros sistemas narrativos convencionais, que podem emergir de forma espontânea ou resultar de processos coletivos não planejados, os memes cognossistêmicos são estrategicamente elaborados com o propósito de incidir na percepção e na organização simbólica da realidade intersubjetiva. Manifestam-se — como já foi mencionado — por meio de slogans, missões institucionais, mitos, campanhas publicitárias, marcos ideológicos, entre outros; que buscam consolidar, modificar ou deslocar narrativas preexistentes em diferentes níveis do Cognossistema. Sua função não se limita à conservação de estruturas discursivas dominantes, mas abrange também a introdução de novas narrativas que reconfigurem o sentido compartilhado dentro de uma comunidade.

Difusão de narrativas

Os memes cognossistêmicos são os principais veículos de difusão de narrativas dentro do Cognossistema, desempenhando um papel crucial na configuração da realidade social por meio de sua capacidade replicativa. Esses sistemas narrativos, elaborados de forma intencional, possuem a faculdade de mobilizar significados entre diferentes níveis narrativos — de forma muito semelhante ao contágio viral biológico, daí a analogia clássica na teoria memética geral —, garantindo sua permeabilidade no Cognossistema. Sua propagação não é homogênea nem linear, mas responde à estrutura de poder, à disposição receptiva dos sujeitos e à compatibilidade com narrativas preexistentes.

Um exemplo ilustrativo dessa dinâmica é a narrativa de "segurança e vigilância como garantias da ordem". Em nível microssistêmico, um meme bem elaborado pode convencer um cidadão de que a vigilância constante assegura seu bem-estar pessoal, por meio de discursos familiares e experiências cotidianas. No mesossistema, essa narrativa é reforçada por instituições educacionais e meios de comunicação que exaltam a tecnologia de segurança e o papel do Estado na prevenção do crime. No exossistema, reflete-se em legislações que ampliam o uso de tecnologias de vigilância e fortalecem órgãos de controle. Por fim, no macrossistema, a narrativa da segurança como prioridade coletiva consolida-se como um princípio estrutural na formulação de políticas públicas e na aceitação social de medidas de monitoramento e controle dos cidadãos.

Integração de narrativas

O meme cognossistêmico também facilita a integração de diferentes narrativas dentro do Cognossistema, operando como um mecanismo de interseção e convergência de significados. Seu desenho intencional possibilita a hibridização de elementos discursivos preexistentes, dando origem a narrativas emergentes que podem consolidar-se como novos marcos interpretativos nos diversos níveis ecossistêmicos. Esse processo de integração não apenas reconfigura estruturas simbólicas, mas também estabelece padrões de continuidade e transformação que asseguram a adaptabilidade do Cognossistema às mudanças socioculturais e políticas.

A combinação de elementos provenientes de distintos sistemas narrativos não ocorre de forma aleatória, mas responde a dinâmicas de negociação e reestruturação discursiva que buscam gerar coesão social e estabilidade simbólica. Nesse sentido, os memes cognossistêmicos funcionam como dispositivos de reformulação que permitem a coexistência de discursos heterogêneos, ao mesmo tempo em que facilitam a transição entre modelos narrativos em competição. Esse processo é essencial em contextos de transformação social acelerada, nos quais a necessidade de gerar estruturas de sentido que harmonizem interesses divergentes é fundamental para a consolidação da ordem discursiva.

Por exemplo, a narrativa de "conectividade digital como sinônimo de progresso" surgiu como uma fusão entre discursos anteriores sobre tecnologia, desenvolvimento econômico e inclusão social. Esse tipo de meme cognossistêmico teve origem no exossistema, promovido por organismos internacionais e estratégias governamentais que incentivavam a expansão das redes de telecomunicações. Posteriormente, integrou-se no mesossistema por meio de instituições educacionais e corporações tecnológicas que reforçaram a ideia de que o acesso à internet é um fator-chave para o crescimento pessoal e profissional. Com o tempo, sua consolidação no macrossistema levou à sua adoção como um valor inegociável na formulação de políticas públicas, regulamentações econômicas e estratégias de investimento em infraestrutura digital, condicionando, assim, a percepção de progresso e inclusão na sociedade contemporânea.

Manutenção cronossistêmica da coerência narrativa

Embora os memes cognossistêmicos possuam a capacidade de mutar e evoluir, desempenham também um papel fundamental na preservação da coerência narrativa dentro do Cognossistema. Sua função estabilizadora reside em sua aptidão para reforçar marcos interpretativos preexistentes, assegurando a continuidade e a operacionalidade das narrativas centrais ao longo do tempo, isto é, no *cronossistema*. A replicação de determinados memes não apenas perpetua estruturas discursivas dominantes, mas também atua como um filtro de seleção narrativa, no qual aqueles memes que consolidam a coesão do sistema têm maior probabilidade de permanecer vigentes, enquanto os que geram dissonância podem ser marginalizados ou reinterpretados.

Nesse processo, os memes cognossistêmicos funcionam como elementos reguladores que garantem a estabilidade do Cognossistema sem impedir sua capacidade de adap-

tação. Sua permanência dentro do sistema narrativo depende de sua capacidade de integrar-se a novas narrativas emergentes sem perder sua essência estrutural. Desse modo, a coerência narrativa não se manifesta como um estado de absoluta estaticidade, mas como um equilíbrio dinâmico em que a estrutura central do Cognossistema se reforça por meio da repetição, da validação social e da institucionalização dos memes cognossistêmicos predominantes.

Por exemplo, a narrativa de "a nação como comunidade unificada" tem sido perpetuada ao longo da história por meio da institucionalização de heróis nacionais, da celebração de datas patrióticas e do reforço de valores identitários no sistema educacional. Esse meme cognossistêmico replica-se de geração em geração, evitando que as estruturas de identidade coletiva se fragmentem, consolidando-se em nível cronossistêmico.

Catalisador de mudança narrativa

Por fim, os memes cognossistêmicos atuam como catalisadores da mudança narrativa dentro do Cognossistema, desempenhando uma função essencial na reconfiguração do ecossistema simbólico em que operam. Por meio de processos de fusão, competição ou absorção com outros memes ou narrativas preexistentes, podem desafiar discursos hegemônicos e facilitar o surgimento intencional de novas estruturas de significado, provocando transformações discursivas que podem modificar não apenas marcos interpretativos individuais, mas também configurações narrativas coletivas em larga escala. Esse processo de mudança não é meramente acidental, mas resulta das características distintivas da qualidade de sua estrutura fundamental: da capacidade do meme de adaptar-se às necessidades contextuais, de sua legitimação dentro de estruturas de poder e de seu nível de replicabilidade dentro do Cognossistema, entre outras qualidades. Em muitos casos, a mudança narrativa impulsionada por um meme cognossistêmico pode gerar efeitos sistêmicos em cadeia que alteram a percepção da realidade social, reconfiguram instituições e redefinem os valores predominantes em uma comunidade ou até mesmo em uma sociedade inteira.

Ao longo da história, por exemplo, o discurso sobre "trabalho e produtividade" experimentou transformações significativas impulsionadas pela evolução dos memes cognossistêmicos dominantes em cada época. Durante a Revolução Industrial, esses memes associavam o trabalho à disciplina e ao sacrifício individual, refletindo um paradigma produtivo baseado na exploração intensiva da mão de obra. Com a consolidação dos direitos trabalhistas no século XX, impulsionada pelo surgimento de novos memes que promoveram uma mudança paradigmática na indústria, emergiram narrativas centradas no "trabalho digno" como pilar do bem-estar social. Na atualidade, o avanço da automação e do teletrabalho provocou a ressignificação da relação entre produtividade e qualidade de vida, dando origem a novos memes que instauraram um novo paradigma na organização do trabalho. Como é de conhecimento geral, cada um desses sistemas meméticos foi condicionado por interesses diversos e respondeu a objetivos específicos dentro de seu contexto histórico.

Mecanismos de transformação do meme cognossistêmico

Como foi exposto neste capítulo, o "meme cognossistêmico" na TCCR desempenha um papel central na modulação e transformação das narrativas dentro do Cognossistema, funcionando como uma estrutura concebida para incidir estrategicamente sobre os significados compartilhados e sobre a organização simbólica da realidade social. Sua capacidade de mutação e ressignificação confere-lhe um papel estrutural na evolução dos sistemas narrativos, permitindo a adaptação dos discursos a novas condições socio-históricas, tecnológicas e políticas. A flexibilidade semântica dos memes cognossistêmicos garante sua aptidão para incidir de forma eficaz na organização simbólica do Cognossistema, assegurando tanto a estabilidade de determinadas estruturas narrativas como o surgimento de novos marcos interpretativos.

Sob uma perspectiva sistêmica, a transformação do meme cognossistêmico opera em diferentes níveis interconectados. No microssistema, a reinterpretação individual e cotidiana do meme gera uma variabilidade semântica que lhe permite ajustar-se à subjetividade do receptor. No mesossistema, a reformulação coletiva do meme é influenciada por instituições educacionais, corporativas e comunitárias que moldam seu sentido de acordo com estruturas de poder e normativas vigentes. No exossistema, os organismos governamentais e os atores econômicos o modulam por meio de regulamentações, políticas públicas e estratégias comunicacionais. Por fim, no macrossistema, os memes cognossistêmicos bem-sucedidos consolidam-se como marcos interpretativos dominantes ou são deslocados por novas configurações narrativas.

Os principais mecanismos por meio dos quais os memes cognossistêmicos transformam as narrativas incluem:

a. **Contextualização cultural:** A contextualização cultural constitui um processo fundamental na transformação do meme cognossistêmico, pois permite seu ajuste às particularidades socioculturais e sua inserção efetiva dentro de estruturas narrativas específicas. Considerando que o Cognossistema é composto por sistemas narrativos interconectados que variam segundo fatores históricos, geopolíticos e axiológicos, a capacidade do meme de adaptar-se a esses contextos determina sua eficácia na reconfiguração do discurso. Essa capacidade adaptativa não apenas possibilita que o meme se mantenha operacional em diferentes cenários, mas também facilita sua validação dentro de marcos interpretativos dominantes ou emergentes.

   O processo de contextualização cultural do meme cognossistêmico manifesta-se por meio da ressignificação de seu conteúdo em função dos valores, crenças e estruturas de poder de cada comunidade. Esse fenômeno pode ser observado na narrativa da "responsabilidade individual" no sucesso profissional. Por exemplo, em economias liberais, esse meme articula-se em torno da meritocracia e da autossuperação, consolidando a noção de que o esforço individual é o principal determinante da realização pessoal. Contudo, em sociedades com modelos econômicos mais cooperativos, a mesma narrativa é reconfigurada para enfatizar o papel da comunidade, o acesso equitativo a oportunidades e a importância das redes de apoio no desenvolvimento profissional.

Além disso, a contextualização cultural do meme não se limita a uma simples tradução discursiva, mas implica uma transformação em sua estrutura semiótica e pragmática. Em alguns contextos, o meme pode ser integrado por meio de símbolos e metáforas que reforcem seu significado dentro da cosmovisão local. Em outros casos, pode ser apropriado por agentes narrativos que o ressignifiquem estrategicamente para alinhar seu conteúdo às dinâmicas de legitimação social e aos interesses de grupos de poder. Esse ajuste narrativo, longe de ser uma mera adaptação, constitui um mecanismo de estabilização do Cognossistema, no qual o meme cognossistêmico atua como mediador entre estruturas discursivas em transformação.

b. **Mutação semântica:** A mutação semântica é um mecanismo chave na dinâmica evolutiva do meme cognossistêmico, permitindo sua adaptação e permanência dentro do Cognossistema por meio da ressignificação progressiva de seu conteúdo discursivo. Esse processo não se resume a uma mudança terminológica, mas constitui uma reestruturação conceitual que pode redefinir a aplicabilidade do meme em contextos sociopolíticos, econômicos e culturais, alterando seus efeitos na percepção coletiva e na organização simbólica do Cognossistema.

   O fenômeno da mutação semântica pode ser observado em conceitos como "sustentabilidade", cuja significação passou por transformações substanciais nas últimas décadas. Originalmente vinculado à conservação ambiental e à gestão racional dos recursos naturais, seu uso expandiu-se para as esferas política e econômica, tornando-se um princípio orientador de estratégias empresariais, modelos de desenvolvimento urbano e regulamentações de consumo. À medida que a "sustentabilidade" foi incorporada a esses marcos, sua conotação oscilou entre um imperativo ético de preservação ecológica e um recurso discursivo para justificar práticas corporativas que buscam legitimação social sem alterar significativamente suas estruturas produtivas.

   Essa capacidade do meme cognossistêmico de transitar entre diferentes significados pode também ser interpretada como um mecanismo de negociação simbólica dentro do Cognossistema. Sua reinterpretação não ocorre de forma aleatória, mas resulta da interação entre agentes narrativos que buscam reformular o meme de acordo com seus interesses. Esse processo de mutação semântica, portanto, implica um deslocamento dos eixos de significação dentro das estruturas narrativas, determinando quais versões do meme adquirem legitimidade e quais são progressivamente deslocadas para a periferia discursiva.

c. **Uso de símbolos e metáforas:** Por fim, o uso de símbolos e metáforas é um mecanismo fundamental na transformação e consolidação dos memes cognossistêmicos, pois permite sua interiorização, replicação e adaptabilidade dentro do Cognossistema. A eficácia de um meme está intimamente vinculada à sua capacidade de condensar e sintetizar estruturas de significado complexas em imagens simbólicas e construções metafóricas que ressoem com os marcos cognitivos do receptor. Por meio desse processo, os memes podem integrar conceitos abstratos em narrativas socialmente compartilhadas, facilitando sua incorporação na regulação simbólica da realidade.

O impacto dos símbolos e metáforas na dinâmica do meme cognossistêmico reside em sua maleabilidade discursiva e em sua capacidade de gerar efeitos pragmáticos diferenciados conforme o contexto em que são mobilizados. Um exemplo claro é a metáfora do "elevador social", utilizada como representação da mobilidade econômica e das oportunidades de progresso individual. Em contextos onde predomina uma concepção meritocrática de desenvolvimento, essa metáfora reforça a ideia de que o esforço individual é o principal determinante do sucesso. No entanto, em sociedades marcadas por altos níveis de desigualdade estrutural, o mesmo símbolo pode ser ressignificado para evidenciar a inexistência de condições equitativas de acesso a oportunidades, tornando-se um recurso discursivo crítico frente aos discursos hegemônicos de mobilidade social.

Outro exemplo emblemático é a metáfora do "muro", cuja polissemia permite sua instrumentalização em discursos ideológicos opostos. Em determinados relatos políticos, o muro representa proteção, soberania e autodeterminação frente a ameaças externas, enquanto em outras configurações discursivas simboliza exclusão, isolamento e restrição de liberdades. A capacidade dos memes cognossistêmicos de articular-se em torno de símbolos com alto poder evocativo não apenas facilita sua inserção em narrativas preexistentes, mas também reforça sua incidência na estrutura do sentido coletivo.

Além disso, o uso de símbolos e metáforas possibilita a transmissão dos memes cognossistêmicos através dos diferentes níveis do Cognossistema, garantindo sua adaptabilidade e reprodução em contextos mutáveis. A ressignificação desses elementos simbólicos ao longo do tempo evidencia a capacidade dos memes de reorganizar-se e reconfigurar narrativas dominantes, consolidando-se como marcos interpretativos que estruturam a percepção da realidade social.

Em síntese, o meme cognossistêmico não atua apenas como um canal de transmissão narrativa, mas constitui também um dispositivo ativo de transformação discursiva dentro do Cognossistema. Por meio de mecanismos como a contextualização cultural, a mutação semântica e a incorporação de símbolos e metáforas, esses memes reconfiguram estruturas narrativas, adaptando-se a novos marcos interpretativos e assegurando sua incidência na construção simbólica da realidade intersubjetiva humana.

Interação do meme cognossistêmico com a hierarquia de narrativas

O meme cognossistêmico interage de forma dialética com a hierarquia de narrativas que modela o pensamento coletivo e configura os marcos interpretativos por meio dos quais as sociedades compreendem sua realidade. Essa interação não é um fenômeno homogêneo nem mecânico, mas um processo complexo em que os memes podem desempenhar funções diferenciadas conforme seu grau de penetração nos distintos níveis narrativos. Em outras palavras, a capacidade de propagação e adaptabilidade de um meme permite-lhe atuar tanto como catalisador da ascensão de novas narrativas, quanto como mecanismo de consolidação de discursos hegemônicos ou, alternativamente, como agente de

erosão de estruturas discursivas que perderam relevância dentro do Cognossistema.

A posição que um meme cognossistêmico ocupa dentro dessa hierarquia não é arbitrária, mas resulta de uma série de fatores interdependentes, tais como seu desenho intencional, sua capacidade de replicação e sua compatibilidade com as narrativas dominantes em um determinado contexto socio-histórico. Além disso, seu grau de influência é condicionado pelo nível sistêmico em que se insere: no microssistema, pode manifestar-se no discurso interpessoal e nas práticas cotidianas; no mesossistema, pode articular-se em organizações e comunidades intermediárias que amplificam seu alcance; no exossistema, pode influenciar estruturas políticas e econômicas que regulam sua disseminação; e no macrossistema, pode consolidar-se como um eixo estruturante da ideologia dominante.

Essa interação multidimensional evidencia a importância de analisar a dinâmica dos memes cognossistêmicos não como unidades estáticas de informação, mas como sistemas narrativos em constante adaptação que participam ativamente da configuração e reconfiguração do sentido coletivo.

Ascensão de narrativas por meio de memes

A ascensão de narrativas dentro da hierarquia do Cognossistema é determinada pela capacidade dos memes cognossistêmicos de atuar como catalisadores de reposicionamento discursivo, facilitando a amplificação de narrativas emergentes e sua consolidação em níveis superiores de influência. Esse processo não é meramente espontâneo, mas resulta de uma combinação de fatores estruturais e de agentes de incidência que concebem e disseminam o meme com o objetivo de maximizar sua adaptabilidade e replicação. Quando um meme cognossistêmico consegue inserir-se de forma eficaz nas redes narrativas do Cognossistema, sua narrativa subjacente ganha tração e desloca-se progressivamente de espaços discursivos marginais para estruturas de maior centralidade e impacto simbólico.

Essa ascensão narrativa é mediada pela forma como o meme cognossistêmico interage com as condições do contexto sociopolítico, a predisposição do ambiente discursivo para recepção da mensagem e a capacidade dos agentes narrativos de articular o meme com outros sistemas narrativos preexistentes. Esse processo pode ser observado em fenômenos recentes em que narrativas inicialmente periféricas, como o conceito de "economia colaborativa", conquistaram legitimidade e centralidade graças à introdução de memes elaborados para influenciar a percepção pública e as estruturas regulatórias.

Nesse sentido, a ascensão de narrativas por meio de memes cognossistêmicos representa um mecanismo chave de transformação simbólica dentro do Cognossistema, pois redefine os critérios de legitimação discursiva e estabelece novas lógicas de influência social mediante a configuração intencional de marcos interpretativos.

Por exemplo, uma narrativa que anteriormente se restringia ao microssistema, como a promoção do trabalho remoto antes da pandemia, conseguiu expandir-se por meio de memes projetados para incidir na opinião pública e na tomada de decisões organizacionais. Em uma primeira etapa, um slogan viralizado nas redes sociais introduz a ideia no debate público, provocando uma mudança perceptual em indivíduos e comunidades. Posteriormente, no mesossistema, instituições educacionais e empresas adotam e ajustam essa narrativa às suas estruturas internas, consolidando o conceito como uma prática viável. No

exossistema, a pressão social e econômica impulsiona a criação de marcos normativos que regulam e legitimam o teletrabalho como uma opção sustentável. Por fim, no macrossistema, o teletrabalho institucionaliza-se como parte do modelo socioeconômico global, ilustrando como um meme pode catalisar a ascensão de uma narrativa até torná-la um paradigma dominante.

Consolidação de narrativas hegemônicas

Os memes cognossistêmicos desempenham um papel fundamental na consolidação de narrativas hegemônicas, operando como dispositivos de reforço discursivo que garantem a persistência e a legitimação de determinados marcos interpretativos dentro do Cognossistema. Sua função não se limita à repetição e disseminação de uma narrativa dominante, mas envolve também a articulação sofisticada de seus elementos para reforçar sua coesão interna e sua resistência frente a discursos alternativos.

Esse fenômeno manifesta-se quando um meme, concebido com uma estrutura altamente replicável e compatível com os marcos normativos do Cognossistema, é instrumentalizado para integrar uma narrativa preexistente em diversos níveis de influência. Sua eficácia reside em sua capacidade de naturalizar determinados relatos, convertendo-os em referências incontestáveis dentro da organização simbólica da realidade social. Além disso, os memes cognossistêmicos que reforçam narrativas hegemônicas costumam incorporar mecanismos de autorregulação discursiva, garantindo que seu conteúdo se ajuste a mudanças contextuais sem perder sua centralidade na hierarquia narrativa.

Nesse sentido, a consolidação de uma narrativa por meio de memes não é um processo linear, mas uma operação estratégica que responde a dinâmicas de poder, processos de validação institucional e estruturas de aceitabilidade cultural que determinam sua permanência ao longo do tempo.

Um caso paradigmático de consolidação narrativa por meio de memes cognossistêmicos observa-se na exaltação do "progresso tecnológico" como eixo estruturante do desenvolvimento. A ideia de que a inovação tecnológica é um vetor inevitável de avanço social é reforçada por uma multiplicidade de canais narrativos: campanhas publicitárias, slogans corporativos e discursos governamentais que apresentam a digitalização como sinônimo de prosperidade. No microssistema, essa narrativa perpetua-se por meio da educação formal e do uso cotidiano de tecnologias. No mesossistema, políticas empresariais e acadêmicas priorizam a digitalização como fator-chave para o sucesso profissional e produtivo. No exossistema, regulamentações e marcos legais favorecem o investimento em infraestrutura tecnológica. Por fim, no macrossistema, organismos internacionais e mercados globais consolidam a narrativa tecnológica como pilar da ordem socioeconômica, assegurando sua hegemonia discursiva.

Erosão de narrativas por meio de memes

Assim como os memes cognossistêmicos podem facilitar a ascensão e a consolidação de narrativas dentro do Cognossistema, também desempenham um papel crucial na erosão de discursos anteriormente hegemônicos. Esse processo não ocorre de forma aleatória, mas resulta da introdução estratégica de memes cognossistêmicos que questionam, reformulam ou minam os pilares discursivos que sustentam uma narrativa dominante. A erosão de uma narrativa acontece quando ela perde sua capacidade de legitimação no contexto social e é progressivamente deslocada por estruturas narrativas emergentes com maior capacidade de ressonância e adaptabilidade.

Sob uma perspectiva sistêmica, esse fenômeno corresponde a um reequilíbrio dentro do Cognossistema, em que a fragmentação progressiva de uma narrativa estabelecida ocorre por meio da inserção de memes que desafiam sua coerência interna e sua compatibilidade com os marcos interpretativos predominantes. Esse processo pode ser gradual, quando os memes cognossistêmicos erodem lentamente uma narrativa ao longo do tempo, ou abrupto, quando um evento disruptivo acelera seu colapso discursivo. Em ambos os casos, a proliferação de memes que expõem contradições, enfraquecem a aceitabilidade simbólica ou deslegitimam os fundamentos argumentativos de uma narrativa estabelecida é determinante para seu declínio.

A erosão de uma narrativa pode também ser acompanhada por um processo de ressignificação, em que elementos da narrativa enfraquecida são reapropriados por discursos emergentes, permitindo a integração de novos marcos simbólicos que reconfiguram o Cognossistema. Nesse sentido, o desaparecimento de uma narrativa dominante não implica necessariamente sua erradicação absoluta, mas sua transmutação em novas estruturas discursivas que reorganizam o espaço simbólico conforme as lógicas de poder, influência e aceitabilidade cultural.

Um exemplo desse processo pode ser observado na transformação da narrativa em torno do consumo de combustíveis fósseis. Durante décadas, o uso de petróleo foi associado ao crescimento econômico e à estabilidade energética. Contudo, a disseminação de memes que enfatizam a crise climática e a urgência de transições energéticas sustentáveis acelerou a deslegitimação dessa narrativa. No microssistema, a preocupação ambiental interioriza-se em práticas individuais, como o consumo responsável e a adoção de tecnologias limpas. No mesossistema, universidades e empresas promovem a transição para energias renováveis, redefinindo o discurso econômico sobre o desenvolvimento sustentável. No exossistema, regulamentações governamentais impõem restrições ao uso de combustíveis fósseis e incentivam a mudança para energias alternativas. Por fim, no macrossistema, a "economia verde" consolida-se como um paradigma estrutural, substituindo a narrativa anterior sobre a dependência do petróleo.

Conclusões gerais sobre o meme cognossistêmico

A TCCR desenvolveu o conceito de "meme cognossistêmico" como uma unidade de significação de caráter estratégico, dotada de uma capacidade estruturante na dinâmica dos sistemas narrativos que configuram o Cognossistema. Diferentemente da conceituação teórica clássica do "meme", entendido como uma entidade replicativa de informação cultural, o "meme cognossistêmico" distingue-se por sua intencionalidade estrutural, operando não apenas como transmissor de significados, mas como um vetor de reconfiguração semântica e discursiva nos diferentes níveis ecossistêmicos. Sua operacionalidade permite a consolidação, a fricção ou a transição de sistemas narrativos, assegurando a permanência e a transformação do tecido simbólico que modela a realidade psicossocial. Além disso, sua capacidade de operar em distintos contextos ecossistêmicos reforça sua funcionalidade como ferramenta de modulação do pensamento coletivo, permitindo a adaptabilidade de estruturas discursivas em função das demandas do ambiente.

Nessa perspectiva, a TCCR postula o meme cognossistêmico como um agente de incidência estrutural relevante na hierarquia de narrativas, atuando como um mecanismo estratégico de validação, reformulação ou deslocamento de discursos dentro da arquitetura de significados intersubjetivos do Cognossistema. Sua capacidade de mutabilidade, hibridização, competitividade e absorção faz dele um dispositivo narrativo de alta plasticidade, apto a adaptar-se às transformações socioculturais sem perder sua funcionalidade estratégica. Não se limita a um canal de transferibilidade de significados, mas constitui um instrumento de reconfiguração de marcos epistêmicos, possibilitando a ressignificação das estruturas interpretativas e a emergência de novos paradigmas de construção de sentido. Nesse sentido, o meme cognossistêmico distingue-se por sua interação ativa com estruturas narrativas preexistentes, favorecendo processos de adaptação semântica que asseguram sua permanência e evolução dentro do Cognossistema.

A análise do meme cognossistêmico também permite esclarecer os processos de concepção, reprodução e mutação das narrativas na ecologia sistêmica do Cognossistema, desde as dimensões micro até as estruturas macronarrativas. Seu potencial de incidência na configuração da percepção coletiva e na operacionalidade das estruturas de poder evidencia seu papel não apenas como vetor de transmissibilidade semântica, mas como catalisador de transformações na organização do sentido social. Seu impacto manifesta-se na capacidade de alterar constructos discursivos tradicionais, reformular mecanismos de influência narrativa e gerar pontos de inflexão na interpretação da realidade coletiva. Isso o posiciona como ferramenta central no estudo da evolução discursiva e das práticas de incidência simbólica em diversos contextos socioculturais.

Em consequência, a integração dessa perspectiva na TCCR oferece um aparato teórico e metodológico que permite desenhar intervenções narrativas multinível com alto grau de incidência estrutural, facilitando a análise e a modificação dos sistemas de significado que regulam a experiência intersubjetiva e a configuração psicossocial da realidade. Desse modo, o estudo do meme cognossistêmico não apenas amplia o alcance analítico da TCCR, mas também fornece uma base conceitual sólida para compreender os fenômenos de transmissibilidade narrativa e sua incidência na organização da estrutura simbólica que rege a experiência humana.

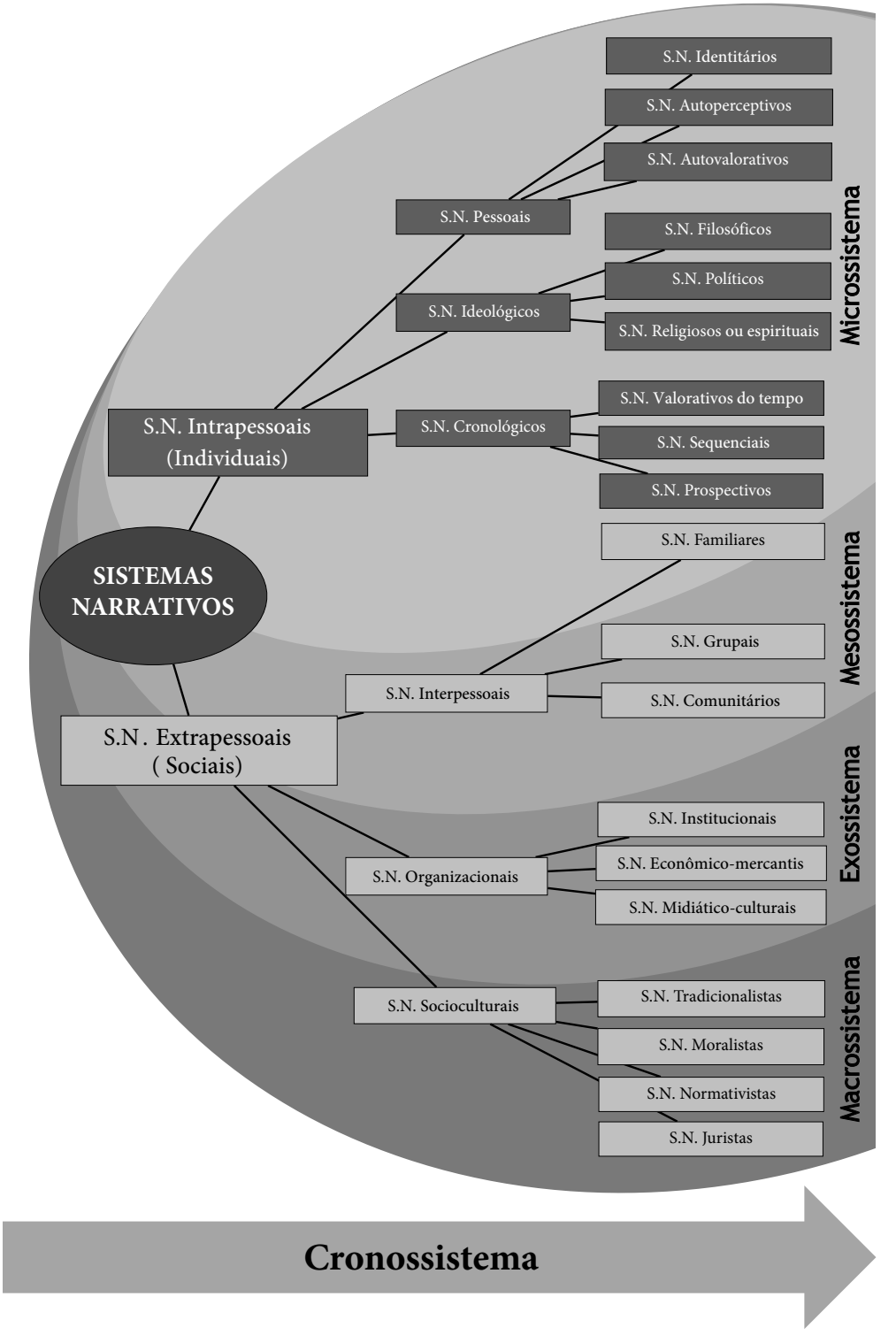
9. CLASSIFICAÇÃO BÁSICA DE TIPOS DE SISTEMAS NARRATIVOS

NO CONTEXTO de tudo o que foi exposto acerca da TCCR, considera-se de grande relevância oferecer uma proposta de classificação dos sistemas narrativos dentro do Cognossistema, entendendo-se que esse empreendimento possa constituir um elemento central para a compreensão das configurações estruturais e funcionais das narrativas humanas na construção do significado social. Não se pretende, contudo, apresentá-lo como uma análise taxativa, reconhecendo-se a complexidade que tal desafio investigativo representa e deixando o campo aberto para futuros desenvolvimentos acadêmicos.

Nesse sentido, como já foi discutido anteriormente, o Cognossistema, segundo esta proposta teórica, é entendido como uma rede complexa de sistemas narrativos, altamente interconectada e de natureza dinâmica, que opera em múltiplos níveis de complexidade, modulando a estruturação da subjetividade, da intersubjetividade e da coletividade humana em geral, por meio da negociação constante de percepções e sentidos.

A classificação dos sistemas narrativos no Cognossistema não apenas fornece uma heurística avançada para analisar a operacionalidade das narrativas na configuração da realidade psicossocial, mas também viabiliza sua modelização e manipulação estratégica para a geração de transformações estruturais. Por essas razões, seu estudo torna-se uma peça fundamental no delineamento de metodologias tanto de pesquisa quanto de intervenção profissional, capazes de incidir tanto nos sistemas de significação individual quanto nas configurações narrativas macroestruturais, com o objetivo de potencializar dinâmicas psicossociais mais adaptativas, resilientes e funcionais.

Esquema ecossistêmico de proposta de classificação de sistemas narrativos (S.N.) no Cognossistema



Sistemas narrativos intrapessoais (individuais)

Sistemas narrativos pessoais

Os sistemas narrativos pessoais constituem a arquitetura fundamental na configuração do "eu" e do "si-mesmo" das pessoas dentro do Cognossistema, funcionando como a estrutura central por meio da qual os indivíduos interpretam, consolidam e reconfiguram sua identidade ao longo do tempo. Sob a perspectiva da TCCR, esses sistemas narrativos não operam de forma isolada, mas encontram-se em um processo de interdependência e retroalimentação constante com outros níveis narrativos, sendo moldados tanto pela experiência subjetiva quanto pelas condições socioculturais do ambiente. A natureza dinâmica desses sistemas permite-lhes absorver, transformar e ressignificar elementos narrativos em função das mudanças contextuais, garantindo assim a continuidade e a plasticidade intrapessoal.

Esses sistemas podem ser classificados em três dimensões interdependentes: os *sistemas narrativos identitários*, que atuam como o núcleo estrutural da autoimagem e da coerência do "eu"; os *sistemas narrativos autoperceptivos*, que regulam a forma como o indivíduo se observa em diferentes cenários de vida; e os *sistemas narrativos autovalorativos*, que incidem diretamente na autoestima e na autoeficácia, determinando o grau de confiança e validação subjetiva que o indivíduo se atribui. A interseção desses sistemas permite não apenas a autocompreensão e a estabilidade do indivíduo, mas também sua capacidade de adaptação diante de transformações externas ou internas.

- **Sistemas narrativos identitários:**

  Os sistemas narrativos identitários constituem o eixo estruturante do eu, proporcionando uma estrutura interpretativa que permite ao indivíduo integrar experiências, crenças e valores em um relato coerente que dá sentido à sua existência. Sob uma perspectiva cognossistêmica, a identidade narrativa configura-se como um tecido em permanente construção, caracterizado pela capacidade de absorver e reorganizar significados em função das mudanças experienciais e do contexto social em que se insere.

  Por exemplo, um indivíduo que cresce em um ambiente rural e posteriormente migra para uma metrópole vivencia uma transição narrativa que não implica uma substituição total de sua identidade, mas sim uma reconfiguração dela. A incorporação de novas práticas e valores urbanos não elimina suas raízes rurais, mas as integra em uma estrutura narrativa mais ampla e complexa. De forma semelhante, um profissional que, após décadas em uma determinada área, é forçado a mudar de setor de trabalho, vivencia uma recomposição identitária na qual o sentido de competência e propósito precisa ser reinterpretado e adaptado às novas exigências do ambiente.

- **Sistemas narrativos autoperceptivos:**

A autopercepção constitui uma dimensão fundamental dentro da estrutura narrativa do indivíduo, funcionando como um mecanismo de regulação simbólica por meio do qual a pessoa se avalia em relação ao seu contexto. Na TCCR, esse sistema não é um reflexo estático da autoimagem, mas uma construção discursiva em constante negociação, influenciada tanto pelo retorno social quanto pelas experiências subjetivas acumuladas.

Um caso paradigmático é o de um acadêmico em seus primeiros anos de carreira, que pode experimentar uma percepção de insegurança quanto à sua capacidade de contribuir significativamente para sua disciplina. No entanto, à medida que obtém validação externa por meio de publicações, colaborações e reconhecimento de seus pares, sua narrativa autoperceptiva se reconfigura, consolidando uma imagem de si mesmo como referência em sua área. Em outro cenário, um atleta que sofre uma lesão grave pode vivenciar uma ruptura na percepção de força e capacidade. Contudo, se conseguir ressignificar sua experiência em termos de resiliência e aprendizado, poderá reconstruir sua narrativa autoperceptiva de forma a continuar se desenvolvendo, ainda que sob uma nova identidade esportiva ou profissional.

- **Sistemas narrativos autovalorativos:**

O sistema narrativo autovalorativo desempenha um papel determinante na configuração da autoestima e da autoeficácia do indivíduo. A forma como uma pessoa valoriza seu próprio desempenho e capacidade está diretamente influenciada pela narrativa que constrói em torno de seus êxitos, fracassos e da validação social que recebe. Sob uma ótica cognossistêmica, esse sistema não apenas regula a percepção do próprio valor, mas também incide sobre a predisposição do indivíduo para a ação e para a resiliência diante da adversidade.

Por exemplo, um empreendedor que enfrenta repetidos fracassos em seus negócios pode interpretar essas experiências de duas maneiras diametralmente opostas. Se seu sistema narrativo autovalorativo estrutura o fracasso como evidência de sua incapacidade, sua autoestima e autoeficácia serão enfraquecidas, gerando maior resistência para iniciar novos projetos. No entanto, se sua narrativa integra o fracasso como um componente essencial do aprendizado e do crescimento empresarial, esses mesmos eventos adversos podem fortalecer sua confiança e motivação para tentar novamente, a partir de uma perspectiva de resiliência e melhoria contínua.

Outro exemplo ilustrativo observa-se no âmbito acadêmico: um estudante que recebe críticas severas sobre seu desempenho pode experimentar uma queda na sua autovaloração se internalizar essas críticas como prova de incompetência. Contudo, se essas mesmas avaliações forem reinterpretadas dentro de uma narrativa de desenvolvimento e superação, o estudante poderá reformular sua percepção do erro como uma oportunidade de melhoria, o que fortalecerá sua disposição para enfrentar desafios acadêmicos de forma construtiva.

Sistemas narrativos ideológicos

Os sistemas narrativos ideológicos constituem outro eixo estruturante na configuração da cosmovisão individual, determinando os marcos epistemológicos e axiológicos a partir dos quais os sujeitos interpretam a realidade e posicionam sua agência dentro do tecido sociocultural. Esses sistemas operam como estruturas discursivas em constante reconfiguração, adaptando-se à interação com novas experiências, discursos hegemônicos e processos de socialização. Sob uma abordagem cognossistêmica, sua natureza é intrinsecamente dinâmica, permitindo a modulação de seus conteúdos em resposta a mudanças contextuais e experiências disruptivas.

- **Sistemas narrativos filosóficos:**

  As narrativas filosóficas constituem a estrutura conceitual que permite aos indivíduos organizar sua compreensão da ontologia, da epistemologia e da ética. Essas narrativas, longe de serem estáticas, evoluem em função da exposição a sistemas de pensamento divergentes, do desenvolvimento do pensamento crítico e da reformulação do conhecimento em contextos de incerteza. A flexibilidade desses sistemas narrativos possibilita a adaptação e a síntese de perspectivas aparentemente opostas, permitindo uma sofisticação progressiva do marco interpretativo pessoal.

  Por exemplo, um acadêmico que, em sua juventude, tenha aderido a um racionalismo dogmático baseado na primazia da razão e da evidência empírica pode, com o passar do tempo e a incorporação de experiências subjetivas significativas, desenvolver uma visão filosófica mais integradora, que valorize a intersubjetividade e a experiência fenomenológica. Essa transformação narrativa não apenas reflete um ajuste cognitivo, mas também uma expansão do campo semântico a partir do qual o indivíduo constrói sentido.

- **Sistemas narrativos políticos:**

  As narrativas políticas operam como constructos semióticos que modelam a interpretação do poder, da justiça e da organização social. Essas narrativas são geradas no contexto de processos de socialização política e são influenciadas pela interação com discursos ideológicos, pela experiência vivencial de fenômenos sociopolíticos e pela exposição a mecanismos de persuasão comunicativa. Sob a perspectiva cognossistêmica, sua natureza é eminentemente dialógica, permitindo a coexistência de elementos em tensão que podem ser reformulados em função da interação com ambientes ideologicamente distintos.

  Um caso paradigmático é o de um indivíduo que cresceu em um contexto com valores profundamente conservadores, onde as narrativas políticas predominantes reforçam a estabilidade institucional e a preeminência da tradição. Se esse indivíduo, posteriormente, se insere em um ambiente onde as políticas públicas favorecem modelos mais progressistas e torna-se testemunha de transformações estruturais na esfera social e econômica, seu sistema narrativo político pode ser

reconfigurado. A dissonância cognitiva entre sua narrativa original e a nova realidade observada gera um espaço de reformulação no qual significados são negociados e seu posicionamento ideológico é modulado.

- **Sistemas narrativos religiosos ou espirituais:**

As narrativas religiosas e espirituais constituem marcos interpretativos fundamentais na construção do sentido de transcendência, da moralidade e da relação com o sagrado. Sob a perspectiva cognossistêmica, esses sistemas não podem ser concebidos como estruturas imutáveis, mas como construções simbólicas em permanente transformação, influenciadas por experiências de crise, interações com sistemas de crenças alternativos e pela necessidade de reconciliar o vivencial com o doutrinário.

Por exemplo, um indivíduo que foi formado em uma tradição religiosa com dogmas rígidos pode enfrentar uma crise de fé diante de um evento traumático que desafie sua compreensão do sofrimento e da justiça divina. Nesse contexto, seu sistema narrativo religioso pode ser reconfigurado, deslocando-se de uma interpretação estritamente dogmática para uma visão mais flexível e experiencial da espiritualidade. Essa transição não implica necessariamente o abandono de sua fé, mas a ressignificação de seus valores e princípios em função de uma narrativa que lhe permita integrar sua experiência em um marco de sentido mais amplo.

Da mesma forma, um indivíduo criado em um ambiente secular pode desenvolver uma narrativa espiritual em resposta a experiências que transcendam seu referencial racionalista anterior. A imersão em comunidades com forte senso de transcendência ou a exposição a práticas ritualísticas podem gerar uma transformação em sua percepção do sagrado, incorporando elementos narrativos que ressignifiquem sua cosmovisão e reconfigurem sua relação com a espiritualidade.

Sistemas narrativos cronológicos

Os sistemas narrativos cronológicos representam um componente especial — muitas vezes ignorado em nível reflexivo — na configuração da experiência humana, fornecendo um marco organizador que permite a integração de eventos e a construção de coerência temporal dentro do Cognossistema. No contexto da TCCR, esses sistemas não desempenham apenas um papel passivo na interpretação do passado, na estruturação do presente e na projeção do futuro, mas também atuam como mecanismos ativos de regulação identitária e de adaptação contextual. A relação com o tempo, longe de ser um fenômeno universalmente homogêneo, é profundamente influenciada por fatores socioculturais, psicológicos e experienciais que conferem especificidade às narrativas temporais em cada indivíduo e coletivo.

- **Sistemas narrativos valorativos do tempo:**

O tempo é uma construção narrativa cuja valoração varia substancialmente de acordo com os marcos culturais, econômicos e psicológicos que o moldam. Sob uma perspectiva cognossistêmica, a valoração do tempo não é apenas um reflexo de condicionantes individuais, mas emerge da interação de múltiplos sistemas narrativos que influenciam sua percepção e a priorização de ações.

Por exemplo, um empresário inserido em um mercado altamente competitivo pode construir uma narrativa na qual o tempo é um recurso escasso, estruturando sua rotina com foco na maximização de eficiência e rentabilidade. Sob essa ótica, cada unidade temporal torna-se um insumo estratégico cuja otimização é fundamental para o sucesso. Em contraste, um agricultor que organiza seu trabalho de acordo com os ciclos naturais do ambiente pode construir uma narrativa temporal baseada na paciência e na adaptação a ritmos sazonais, priorizando a estabilidade em detrimento da urgência. Esses exemplos evidenciam como os sistemas valorativos do tempo não apenas influenciam a estruturação da vida cotidiana, mas também determinam a forma como os indivíduos tomam decisões e configuram seu senso de estabilidade e propósito.

Em nível geracional, essas diferenças podem ser ainda mais evidentes. Um indivíduo aposentado que concluiu sua etapa laboral pode reconstruir sua narrativa temporal a partir de uma perspectiva experiencial, dando prioridade a atividades que lhe tragam satisfação e significado pessoal, enquanto um jovem que se encontra em uma fase inicial de desenvolvimento profissional pode interpretar o tempo como um elemento de exigência e pressão, em que cada decisão impacta de forma determinante em seu futuro. Esses contrastes ressaltam a plasticidade dos sistemas narrativos valorativos do tempo e sua relevância na configuração do sentido de vida.

- **Sistemas narrativos sequenciais:**

As narrativas sequenciais operam como estruturas organizadoras que permitem conferir lógica e continuidade à experiência humana. A sequencialidade é um princípio cognossistêmico essencial, pois facilita a geração de coerência narrativa ao longo do tempo e viabiliza a construção de significados com base na causalidade e na progressão dos eventos.

Por exemplo, um indivíduo que tenha vivenciado múltiplos fracassos profissionais pode reorganizar sua narrativa sequencial para identificar padrões de aprendizado, compreendendo que cada revés constituiu uma fase de crescimento indispensável para seu eventual sucesso. Nesse sentido, o sucesso deixa de ser concebido como um evento isolado e passa a ser entendido como uma construção progressiva, fundamentada na acumulação de aprendizagens e na superação de desafios. Essa capacidade de reestruturação narrativa é crucial para a resiliência e para a estabilidade psicológica.

Outro caso ilustrativo é o de uma pessoa que tenha vivido diversas relações afetivas malsucedidas. Se sua narrativa sequencial estiver organizada em termos de

fracasso acumulativo, é provável que produza um sentimento de frustração e desesperança. No entanto, se reconfigurar sua narrativa para interpretar cada experiência como um processo de desenvolvimento emocional, poderá gerar uma percepção mais funcional e adaptativa de sua história pessoal, permitindo que o passado se torne um insumo para a construção de relações futuras mais satisfatórias.

Na TCCR, a estruturação sequencial da experiência cumpre uma função fundamental na regulação cognitiva e emocional, pois possibilita a integração das experiências em um marco compreensível e previsível, minimizando a incerteza e otimizando a tomada de decisões com base no aprendizado acumulado.

- **Sistemas narrativos prospectivos:**

As narrativas prospectivas configuram a antecipação de cenários futuros e permitem a formulação de estratégias de ação orientadas para a consecução de objetivos individuais e coletivos. No âmbito da TCCR, a projeção narrativa não é apenas um exercício especulativo, mas um processo de construção ativa da realidade, no qual as expectativas, os planos e as metas pessoais determinam o comportamento presente e a estruturação do ambiente cognitivo e social.

Por exemplo, um estudante universitário que visualiza seu futuro em uma área profissional específica organizará suas decisões e esforços atuais em função dessa projeção, estabelecendo marcos e ajustando sua conduta para alinhar-se ao seu objetivo. Sua narrativa prospectiva não atua apenas como um referencial para a tomada de decisões, mas também regula sua motivação e seu senso de propósito. No entanto, se durante seu processo formativo o contexto de trabalho de sua área de interesse sofrer uma transformação estrutural, sua capacidade de reconfigurar sua narrativa prospectiva será determinante para seu nível de adaptação e sucesso na redefinição de sua trajetória.

De forma semelhante, um empreendedor que inicia um projeto inovador em um setor emergente constrói sua narrativa prospectiva com base na viabilidade de seu negócio e na evolução do mercado. A capacidade de ajustar essa narrativa em resposta a mudanças econômicas, tecnológicas ou regulatórias será fundamental para seu sucesso ou fracasso. Nesse sentido, a flexibilidade da narrativa prospectiva é um fator essencial para a resiliência, pois permite a integração de novas variáveis sem comprometer a estabilidade psicológica nem a identidade pessoal do indivíduo.

Sistemas narrativos extrapessoais (sociais)

Sistemas narrativos interpessoais

Os sistemas narrativos interpessoais constituem uma dimensão estrutural fundamental dentro do Cognossistema, pois permitem a geração, transmissão e evolução de significados compartilhados em diferentes níveis de interação social. Sob uma perspectiva cognossistêmica, esses sistemas não apenas facilitam a construção de realidades intersubjetivas, mas também cumprem uma função reguladora na estruturação de normas sociais, na coesão grupal e na consolidação de identidades coletivas. São sistemas plásticos, em constante reformulação, o que lhes permite adaptar-se à evolução das experiências compartilhadas, às modificações contextuais e à incorporação de novos elementos narrativos em função das mudanças socioculturais.

Esses sistemas narrativos atuam como dispositivos de estruturação da identidade relacional, ao definir marcos interpretativos que mediam as interações entre os sujeitos dentro de um grupo. Além disso, possuem uma capacidade de integração que possibilita a articulação entre o individual e o coletivo, conferindo coerência aos relatos compartilhados em função da história, das tradições e dos valores que configuram a realidade social.

Um aspecto essencial dos sistemas narrativos interpessoais é sua capacidade de gerar estabilidade dentro de um grupo, ao fornecer uma estrutura semiótica que regula o sentido de pertencimento e permite a resolução de conflitos por meio da ressignificação de experiências. No entanto, sua estabilidade não implica rigidez, já que são estruturas adaptativas que evoluem em resposta aos processos de interação social, facilitando a continuidade da identidade coletiva em cenários em constante mudança.

- **Sistemas narrativos familiares:**

  Os sistemas narrativos familiares operam como marcos interpretativos primários na formação do indivíduo, configurando estruturas de significado que moldam a percepção da realidade e da identidade a partir da articulação de valores, normas e práticas intergeracionais. Esses sistemas não cumprem apenas uma função identitária dentro do grupo familiar, mas também facilitam a adaptação às mudanças históricas, econômicas e culturais que impactam a dinâmica relacional entre seus membros, permitindo a transmissão e a reconfiguração de esquemas narrativos que garantem a continuidade do sistema familiar em cenários em transformação.

  A plasticidade desses sistemas manifesta-se em sua capacidade de reorganizar os marcos narrativos diante de situações que desafiam a estabilidade do grupo. Por exemplo, em um núcleo familiar onde a autossuficiência e o esforço individual sempre foram tradicionalmente valorizados, a narrativa predominante pode girar em torno da meritocracia como princípio orientador. No entanto, se esse núcleo enfrentar uma crise econômica que coloque em tensão seu modelo de

autossuficiência, a narrativa familiar pode ser reformulada para incluir princípios de cooperação e solidariedade, evidenciando um ajuste do sistema narrativo em função das novas necessidades emergentes. Esse processo de ressignificação não apenas possibilita a adaptação funcional do grupo, mas também reestrutura a identidade coletiva a partir de valores redefinidos na interação com o contexto.

Da mesma forma, em famílias cuja estrutura se baseia em uma narrativa de unidade intergeracional, um fenômeno como a migração de um de seus membros pode desencadear processos de reformulação narrativa. A distância física e a diversificação de experiências individuais podem gerar disrupções no sistema narrativo familiar, exigindo a construção de relatos que transcendam a proximidade física e reforcem a continuidade do sentimento de pertencimento. Nesses casos, as estratégias narrativas podem incluir a consolidação de rituais simbólicos, o uso de tecnologias de comunicação e a redefinição dos papéis dentro da estrutura familiar, permitindo a conservação da coesão apesar da fragmentação geográfica.

Sob uma perspectiva cognossistêmica, os sistemas narrativos familiares não apenas organizam as estruturas de significado em nível individual e relacional, mas também operam como reguladores da interação entre gerações. Sua capacidade de integrar novas experiências sem perder a coerência estrutural é fundamental para garantir a continuidade da identidade familiar, assegurando que as narrativas transmitidas mantenham sua funcionalidade e relevância no contexto de uma sociedade em constante transformação.

- **Sistemas narrativos grupais:**

As narrativas grupais emergem como sistemas dinâmicos que estruturam e organizam a identidade coletiva dos indivíduos que compartilham experiências, valores ou propósitos comuns. Sob a perspectiva da TCCR, esses sistemas narrativos não apenas regulam a coesão e o sentido de pertencimento dentro dos grupos, mas também constituem marcos de interpretação que condicionam a forma como os significados são negociados e como se gerenciam as interações entre seus membros. Sua flexibilidade é um elemento chave para sua funcionalidade, pois permite a absorção de novas dinâmicas e a reformulação de estruturas narrativas em resposta a mudanças contextuais.

Os sistemas narrativos grupais operam em múltiplos níveis, desde o âmbito laboral até os espaços comunitários, e sua estabilidade depende da capacidade de integrar novas experiências sem perder a coerência interna. No contexto organizacional, por exemplo, uma equipe de trabalho cuja narrativa esteja centrada na inovação e na eficiência verá sua identidade grupal reforçada à medida que seus membros adotem esses valores como princípios orientadores de seu desempenho. A estabilidade dessa narrativa dependerá de sua capacidade de adaptação a cenários mutáveis. Se a organização enfrentar uma crise que exija uma reestruturação interna, a narrativa do grupo poderá ser reformulada para incluir elementos de resiliência, permitindo que os membros se reorganizem sem que a identidade coletiva se fragmente.

Em coletivos com orientação ativista ou ideológica, a narrativa grupal costuma articular-se em torno da defesa de uma causa ou da busca por transformação

social. Nesses casos, a sustentabilidade do sistema narrativo reside em sua capacidade de evoluir sem perder seu eixo estruturante. Se as condições sociopolíticas mudam e a causa inicial torna-se menos relevante ou enfrenta novos desafios, o grupo precisará reformular sua narrativa para permanecer funcional dentro do ecossistema sociocultural. A rigidez nesse tipo de sistema pode levar à sua desintegração, enquanto a flexibilidade narrativa permite a diversificação de estratégias e a incorporação de novas abordagens sem comprometer a coesão interna.

Em termos cognossistêmicos, as narrativas grupais funcionam como sistemas de retroalimentação, nos quais os discursos individuais e coletivos se influenciam mutuamente em um processo contínuo de negociação e ressignificação. Sua capacidade de transformação é essencial para garantir sua longevidade e relevância, permitindo que os grupos se adaptem a mudanças em seus ambientes sem perder seu senso de identidade nem sua estrutura funcional.

- **Sistemas narrativos comunitários:**

As narrativas comunitárias constituem estruturas simbólicas fundamentais que configuram a identidade coletiva de uma comunidade, facilitando a transmissão intergeracional de valores, práticas e normas que asseguram a continuidade e a estabilidade do tecido social. Esses sistemas narrativos atuam como mecanismos reguladores que não apenas preservam a memória histórica, mas também estruturam os processos de socialização e delimitam as fronteiras simbólicas entre aqueles que pertencem à comunidade e aqueles que estão fora dela.

Sob uma perspectiva cognossistêmica, as narrativas comunitárias desempenham um papel essencial na integração de experiências individuais dentro de um marco coletivo, permitindo a configuração de um senso compartilhado de pertencimento e propósito. No entanto, sua estabilidade não implica imutabilidade, pois esses sistemas são altamente adaptativos e respondem de forma dinâmica a transformações estruturais, crises e eventos disruptivos que possam alterar sua configuração original.

Por exemplo, em uma comunidade rural cuja identidade foi construída em torno da agricultura e da vida em harmonia com o ambiente natural, a chegada de um processo de industrialização pode gerar uma crise em sua narrativa coletiva. Essa mudança, se não for adequadamente integrada à estrutura narrativa comunitária, pode resultar na fragmentação do tecido social, em tensões entre gerações e na perda de elementos centrais da identidade comunitária. Para evitar esse colapso narrativo, a comunidade pode reconfigurar seu relato coletivo, integrando elementos de modernização sem se desvincular de sua identidade histórica. Esse processo de ressignificação narrativa permite que a comunidade transite para um modelo de desenvolvimento equilibrado, no qual tradição e inovação coexistam de forma funcional.

Outro exemplo ilustrativo de transformação narrativa ocorre em comunidades que vivenciaram desastres naturais. Nesses contextos, a narrativa comunitária pode ser reconfigurada para enfatizar a resiliência e a reconstrução, promovendo um senso de unidade e solidariedade que facilite a recuperação tanto material quanto psicológica. A forma como uma comunidade elabora seu relato coletivo

após uma catástrofe não apenas influencia a maneira como seus membros enfrentam o trauma, mas também determina sua capacidade de reorganização e adaptação diante de futuras adversidades. Nesse sentido, a construção de um discurso baseado na superação e no aprendizado pode fortalecer a coesão social e gerar estruturas de apoio mais robustas a longo prazo.

Sob o enfoque cognossistêmico, as narrativas comunitárias operam em um equilíbrio dinâmico entre estabilidade e transformação. Embora sua função principal seja oferecer continuidade à identidade coletiva, sua capacidade de adaptação é crucial para garantir a sobrevivência do grupo em contextos de mudança. Na medida em que as comunidades forem capazes de reformular seus relatos sem perder os eixos estruturais de sua identidade, poderão manter sua coesão interna e projetar-se para o futuro sem renunciar ao seu legado histórico.

Sistemas narrativos organizacionais

Sob a perspectiva da TCCR, os sistemas narrativos organizacionais constituem uma manifestação do exossistema nos termos de Bronfenbrenner, reformulada a partir de um enfoque que enfatiza sua dimensão discursiva e sua função estrutural na configuração da experiência psicossocial. Não são concebidos simplesmente como um nível externo de influência, mas como uma macroestrutura semiótica que regula as interações entre os níveis microssistêmicos e intersistêmicos, articulando marcos interpretativos que delimitam, condicionam e reproduzem a práxis social sem requerer a participação consciente dos sujeitos em sua construção.

Esses sistemas narrativos organizacionais não são meras plataformas de mediação, mas arquiteturas simbólicas que configuram o acesso a recursos, a legitimidade das estruturas de poder e a orientação axiológica da tomada de decisão no âmbito da vida coletiva. Por meio deles, as instituições, as normativas culturais, os discursos institucionalizados e as políticas organizacionais estabelecem tramas narrativas que não apenas refletem a realidade social, mas também a produzem, delimitando as formas de subjetivação e a estruturação da ação social.

No contexto educacional, por exemplo, as instituições escolares não apenas transmitem conhecimentos explícitos, mas também veiculam e reforçam narrativas que definem o sucesso, o fracasso, a mobilidade social e os papéis socioculturais. Um estudante, mesmo sem ter participado da formulação da narrativa institucional de sua escola, é condicionado por ela, internalizando seus valores e expectativas por meio da estrutura curricular, dos mecanismos de avaliação e das disposições normativas que regulam seu desempenho. A narrativa do "mérito acadêmico" não funciona apenas como critério de avaliação, mas como lente cognitiva que estrutura a percepção de futuro e as possibilidades de realização pessoal dentro do sistema social.

De modo semelhante, as grandes corporações midiáticas não se limitam a reproduzir informações, mas desempenham um papel fundamental na construção do imaginário social. Por meio de suas narrativas institucionais, configuram os marcos de interpretação sobre a realidade política, econômica e cultural sem exigir a interação direta entre os

emissores do discurso e o público receptor. Um cidadão que consome informações jornalísticas, por exemplo, não participa da construção dessa narrativa, mas é moldado por ela em sua compreensão dos fenômenos sociopolíticos. A seleção dos temas em pauta, a repetição de certos enfoques e a omissão de outras perspectivas consolidam matrizes de interpretação que regulam a forma como a sociedade percebe os conflitos, as crises e as transformações estruturais.

Esses sistemas narrativos organizacionais, ao operar dentro do exossistema, adquirem uma dupla função: por um lado, estabilizam os marcos de inteligibilidade que permitem a coesão dos sistemas sociais; por outro, instauram limites cognitivos que condicionam a percepção e a ação dentro desses sistemas. Sob a TCCR, a exploração desses sistemas é fundamental para compreender como as macroestruturas discursivas moldam a subjetividade e regulam a configuração da experiência psicossocial na contemporaneidade.

- **Sistemas narrativos institucionais:**

  Os sistemas narrativos institucionais constituem a infraestrutura discursiva que sustenta a funcionalidade das organizações responsáveis por garantir a estabilidade, a normatividade e a continuidade dentro dos sistemas sociais. Essas narrativas operam por meio de dispositivos simbólicos de regulação, configurando a estrutura semiótica que delimita a interação entre indivíduos e instituições. Expressam-se no discurso de entidades governamentais, religiosas, educacionais e de qualquer estrutura de autoridade cuja função seja estabelecer os marcos normativos que orientam a conduta coletiva e a reprodução da ordem social.

  Esses sistemas narrativos não apenas estruturam a operacionalidade administrativa das instituições, mas instauram matrizes interpretativas que determinam a forma como os sujeitos internalizam seus papéis dentro do tecido sociopolítico e cultural. No âmbito da saúde pública, por exemplo, as políticas sanitárias não se limitam à formulação de normas, mas geram relatos sobre o autocuidado, a responsabilidade individual em relação à saúde e a percepção do risco epidemiológico. Um cidadão não precisa participar ativamente da construção dessas narrativas para ser moldado por elas; seu acesso aos serviços de saúde, sua resposta a campanhas de prevenção e sua percepção de bem-estar são estruturados pelos significados que essas políticas projetam na esfera social.

  Da mesma forma, no contexto religioso, as instituições eclesiásticas articulam relatos organizativos que não apenas estabelecem modelos de moralidade, mas também definem categorias identitárias e de pertencimento. Essas narrativas se inscrevem em tradições discursivas que preexistem aos sujeitos e configuram sua experiência dentro de um marco de referência simbólico que estrutura sua relação com o transcendente, com a comunidade de fiéis e com os valores normativos da doutrina. A construção da fé, a interpretação do dogma e a interiorização de práticas ritualísticas respondem a uma ecologia narrativa que opera como um exossistema regulador da experiência espiritual e sociocultural, determinando a adesão a princípios éticos, a legitimidade de determinadas condutas e a percepção de sentido de vida dentro de um marco organizacional estabelecido.

  Esses sistemas narrativos, ao operar no nível exossistêmico, geram um condicionamento estrutural que atua sem exigir a intervenção direta dos sujeitos

em sua formulação. Constituem, portanto, uma forma de mediação semiótica que molda as condições de possibilidade da práxis social, estabelecendo os parâmetros a partir dos quais os atores organizacionais e os cidadãos interpretam sua realidade e sua relação com as instituições que estruturam a ordem coletiva.

- **Sistemas narrativos econômico-mercantis:**

Os sistemas narrativos econômico-mercantis operam como estruturas discursivas que regulam as dinâmicas produtivas, o acesso a recursos e as interações entre consumidores, trabalhadores e atores institucionais. Esses sistemas narrativos não apenas estabelecem significados que moldam a percepção de estabilidade econômica, progresso e competitividade, mas também estruturam a forma como os sujeitos internalizam sua posição dentro do campo econômico, condicionando suas expectativas de desenvolvimento e mobilidade social.

O mercado, longe de ser um espaço neutro de troca, inscreve-se em uma trama discursiva que legitima determinados valores e princípios organizativos, naturalizando modelos de produção e consumo que são resultado de processos históricos e estruturais. A narrativa econômica contemporânea, por exemplo, consolidou o paradigma do crescimento ilimitado e da eficiência como objetivos fundamentais de qualquer sistema produtivo, sem questionar as condições materiais ou as externalidades derivadas desse modelo. Assim, os indivíduos, mesmo sem participar da formulação dessas narrativas, encontram-se imersos em um marco interpretativo que delimita suas possibilidades de ação e as alternativas que percebem como viáveis dentro do sistema econômico.

Um caso emblemático é o discurso das empresas de tecnologia, que articularam uma narrativa na qual a inovação é associada ao progresso social e ao bem-estar coletivo. Esse relato estrutura não apenas as expectativas dos consumidores sobre a evolução tecnológica, mas também a percepção de obsolescência e a necessidade de atualização constante. Assim, o sujeito não é apenas um receptor passivo de novas tecnologias, mas internaliza uma lógica de consumo vinculada à velocidade das mudanças e à otimização contínua do desempenho. A ideia de que o avanço digital é inevitável e desejável não surge de uma deliberação autônoma, mas inscreve-se em um ecossistema narrativo que molda a relação entre tecnologia, mercado e modernidade.

Da mesma forma, o relato meritocrático no âmbito empresarial configura a maneira como os sujeitos entendem seu potencial de desenvolvimento dentro do mercado de trabalho. Essa narrativa, que enfatiza o esforço individual como principal determinante do sucesso, invisibiliza as condições estruturais que condicionam as trajetórias profissionais e as possibilidades reais de ascensão econômica. Embora a maioria dos empregados e empreendedores não participe da formulação dessas narrativas, eles as internalizam como princípios organizadores de seu desempenho e de suas expectativas dentro do sistema produtivo. Esse sistema narrativo, ao operar no nível exossistêmico, condiciona a forma como os indivíduos avaliam seus êxitos e fracassos, gerando um marco interpretativo no qual as desigualdades estruturais são relegadas à esfera da responsabilidade individual.

Esses sistemas narrativos, ao se inserirem no exossistema cognitivo, cumprem uma dupla função: por um lado, estabilizam a arquitetura discursiva da ordem econômica ao gerar sentidos de continuidade e previsibilidade no sistema; por outro, delimitam os limites do possível, estruturando as expectativas dos sujeitos e sua capacidade de agência dentro do mercado. A compreensão desses processos a partir da TCCR permite desvendar a lógica subjacente aos relatos econômicos dominantes e evidenciar como eles configuram os modos de relação social na contemporaneidade.

- **Sistemas narrativos midiático-culturais:**

Os sistemas narrativos midiático-culturais constituem um exossistema discursivo no qual as representações coletivas não são apenas configuradas pelas organizações que produzem e distribuem conteúdo simbólico, mas também operam como matrizes cognitivas que estruturam a percepção da realidade social. Esses sistemas narrativos têm a capacidade de gerar significados que transcendem o âmbito da comunicação, influenciando os marcos interpretativos por meio dos quais indivíduos e grupos compreendem o mundo e suas próprias identidades. Através desses dispositivos discursivos, os meios de comunicação, a indústria do entretenimento e as plataformas digitais moldam a construção simbólica do social, regulando não apenas o acesso à informação, mas também a forma como os sujeitos internalizam valores, crenças e estruturas de poder.

Por exemplo, a narrativa cinematográfica desempenhou um papel crucial na construção de arquétipos culturais sobre liderança, sucesso e autoridade. Por meio da repetição de determinados padrões narrativos, o cinema e a televisão consolidaram modelos padronizados de comportamento que influenciam a percepção pública de papéis de gênero, estratificação social e dinâmicas de poder. A repetição sistemática desses relatos gera um efeito de naturalização, pelo qual certas representações são integradas como verdades incontestáveis dentro do imaginário coletivo, delimitando as possibilidades de ação e interpretação dos sujeitos, mesmo sem que estes participem diretamente de sua formulação.

Do mesmo modo, a construção midiática da segurança pública ilustra como os sistemas narrativos podem estruturalmente moldar emoções e reações sociais. Por meio da seleção de notícias, do uso da linguagem e da configuração de imagens, os meios de comunicação podem induzir percepções de medo, confiança ou incerteza na população, mesmo quando os cidadãos não tenham experimentado situações de insegurança de forma direta. Esse processo evidencia o papel dos sistemas narrativos midiáticos como dispositivos de regulação emocional e política, uma vez que estabelecem os marcos a partir dos quais se definem ameaças, se legitimam intervenções estatais e se articula o discurso sobre segurança e ordem social.

Além disso, na era digital, as plataformas de redes sociais reformularam as dinâmicas dos sistemas narrativos midiáticos, introduzindo novas formas de participação e reprodução de discursos culturais. No entanto, embora essas plataformas ofereçam uma aparente horizontalidade na produção de conteúdo, a arquitetura algorítmica que as sustenta cumpre uma função reguladora que delimita quais

narrativas alcançam visibilidade e quais são marginalizadas. Dessa forma, os sistemas narrativos midiático-culturais operam em múltiplos níveis, estruturando a experiência cognitiva dos sujeitos e delimitando os marcos de significado que configuram sua relação com o mundo.

Em síntese, esses sistemas narrativos, ao operar no nível exossistêmico, cumprem uma função central na mediação simbólica da experiência social. Eles não apenas organizam a informação e os conteúdos simbólicos que circulam na esfera pública, mas também estabelecem as coordenadas a partir das quais os sujeitos constroem suas interpretações sobre a realidade.

Sistemas narrativos socioculturais

Por fim, os sistemas narrativos socioculturais constituem a manifestação estrutural do macrosistema. Esses sistemas não regulam diretamente a interação dos indivíduos em sua vida cotidiana, mas configuram a arquitetura simbólica e ideológica sobre a qual se estruturam as narrativas de menor escala dentro do Cognossistema. Funcionam como o pano de fundo normativo que delimita o horizonte de significados aos quais os sujeitos podem acessar dentro de seu contexto sociocultural, estabelecendo os limites da realidade socialmente construída.

O macrosistema opera de forma indireta, mas sua influência é profunda e estruturante. Seu impacto se observa na maneira como os níveis exossistêmicos, mesossistêmicos e microssistêmicos organizam seus próprios relatos em função das normas, valores e padrões ideológicos predominantes. Não se trata de um nível de ação imediata, mas de um espaço de articulação macrocultural que fornece a base sobre a qual se legitimam as instituições, se estabelecem normas morais e jurídicas — entendidas como macroconvenções socioculturais —, e se consolidam concepções estruturantes sobre os direitos fundamentais das pessoas, entre outros aspectos globais. Desse modo, esses sistemas narrativos cumprem uma dupla função: por um lado, asseguram a estabilidade do sistema sociocultural ao manter narrativas fundamentais que possibilitam a coesão coletiva; por outro, fornecem um marco dentro do qual novas narrativas podem emergir, ser negociadas e reconfiguradas sem comprometer a continuidade estrutural do macrosistema.

Um exemplo claro de sua operatividade pode ser observado na transmissão intergeracional de valores fundamentais como a noção de justiça, a organização familiar ou a ética do trabalho. Embora esses conceitos possam assumir formas distintas dependendo da época e do lugar, sua função dentro do macrosistema permanece a mesma: fornecer coordenadas simbólicas que estruturam a forma como os indivíduos compreendem seu lugar no tecido social. Nesse sentido, o macrosistema narrativo não apenas reflete a cultura, mas também a sustenta e regula, condicionando os significados disponíveis dentro de uma sociedade e limitando a margem de mudança cultural possível sem que ocorra uma ruptura sistêmica.

- **Sistemas narrativos tradicionalistas:**

Os sistemas narrativos tradicionalistas representam a estrutura discursiva por meio da qual as sociedades asseguram a transmissão intergeracional de padrões culturais e identitários, consolidando assim um marco de continuidade histórica que permite a reprodução de valores fundamentais. Esses sistemas narrativos constituem um pilar essencial dentro do macrosistema, ao estabelecer coordenadas simbólicas que regulam a forma como as comunidades interpretam suas origens, costumes e práticas sociais. Embora sua função principal seja a conservação de estruturas simbólicas, esses sistemas não são estáticos nem imutáveis; sua própria longevidade depende da capacidade de se reorganizarem e se ressignificarem em resposta às transformações históricas, tecnológicas e socioeconômicas do entorno.

A flexibilidade inerente a esses sistemas evidencia-se, por exemplo, na evolução das narrativas sobre a família. Enquanto em algumas sociedades tradicionais a família extensa foi o modelo predominante, funcionando como unidade econômica e social de apoio mútuo, em contextos urbanos industrializados promoveu-se a narrativa da família nuclear como ideal normativo. No entanto, essa transformação não implica a eliminação da estrutura tradicional, mas sim sua adaptação a novas circunstâncias socioculturais. Nesse sentido, as narrativas tradicionalistas não apenas preservam o passado, mas também funcionam como um mecanismo de estabilização diante das mudanças, permitindo que os elementos centrais de uma identidade cultural permaneçam vigentes, apesar das variações em sua forma externa.

Além disso, essas narrativas cumprem uma função integradora dentro do macrosistema ao legitimar práticas e crenças que reforçam a coesão social. Em comunidades onde a tradição oral foi o principal veículo de transmissão cultural, a continuidade de mitos, rituais e relatos fundacionais permitiu estruturar a identidade coletiva ao longo do tempo, funcionando como um marco de referência que dá sentido à experiência compartilhada. Contudo, na modernidade, essas mesmas narrativas precisaram dialogar com discursos mais recentes, ligados à globalização, à tecnologia e à diversidade cultural, o que evidencia a plasticidade dos sistemas tradicionalistas dentro de uma estrutura macrosistêmica em constante evolução.

Sob a perspectiva da TCCR, os sistemas narrativos tradicionalistas não devem ser compreendidos como meros resquícios do passado, mas como dispositivos cognossistêmicos que articulam a relação entre memória coletiva, identidade cultural e adaptabilidade social. Sua permanência e relevância dentro de um macrosistema dependem de sua capacidade de negociação com as narrativas emergentes, o que lhes permite continuar operando como marcos de referência fundamentais sem se tornarem obsoletos diante das novas configurações socioculturais.

- **Sistemas narrativos moralistas:**

Os sistemas narrativos moralistas constituem a base axiológica sobre a qual se estabelecem as coordenadas normativas de uma sociedade, determinando o que é considerado certo ou errado dentro de um marco sociocultural específico.

Essas narrativas não apenas influenciam a regulação da conduta individual e coletiva, mas também legitimam o arcabouço ético que fundamenta as instituições, as práticas sociais e a estruturação de valores. Sob a perspectiva da TCCR, esses sistemas narrativos operam dentro do macrosistema como dispositivos de estruturação simbólica que condicionam a forma como as sociedades constroem seus modelos de convivência e seu senso de justiça.

Embora as narrativas moralistas possam parecer imutáveis, na realidade são dinâmicas e se reconfiguram ao longo do tempo em resposta a transformações sociopolíticas, econômicas e tecnológicas. A moralidade não é um constructo estático, mas uma trama discursiva que se adapta às mudanças do contexto social, permitindo que as sociedades evoluam sem perder estabilidade normativa. Por exemplo, a narrativa sobre a dignidade humana passou por transformações significativas: enquanto na antiguidade certas formas de escravidão eram moralmente aceitas dentro de seu contexto cultural, na contemporaneidade o respeito aos direitos humanos tornou-se um pilar ético amplamente consensuado em nível global. Essa mudança não eliminou a função reguladora da moral, mas reformulou os princípios que a sustentam em consonância com as novas condições socioculturais.

Um dos âmbitos onde os sistemas narrativos moralistas demonstram maior plasticidade é na concepção de justiça. Ao longo da história, diferentes civilizações oscilaram entre modelos de justiça retributiva, baseados na compensação proporcional ao dano causado, e modelos restaurativos, que priorizam a reconciliação e a reinserção social do infrator. Essas mudanças não são aleatórias, mas respondem à reconfiguração de valores dentro do macrosistema. Em sociedades onde a estabilidade comunitária é prioritária, a justiça restaurativa tende a prevalecer, enquanto em contextos onde a punição é percebida como mecanismo de controle social, predominam as narrativas retributivas. Esse fenômeno demonstra que os sistemas moralistas não apenas refletem a cultura em que emergem, mas também a estruturam ativamente, definindo os limites do aceitável e do inaceitável em cada momento histórico.

Sob a TCCR, o estudo desses sistemas permite compreender como as sociedades legitimam seus marcos normativos e como a evolução da moralidade impacta a estrutura psicossocial das comunidades. Embora os sistemas narrativos moralistas tendam a gerar coesão social, também podem ser fontes de conflito quando diferentes narrativas competem pela hegemonia dentro do macrosistema. Nesse sentido, a estabilidade de uma sociedade não depende unicamente da permanência de seus valores morais, mas da capacidade de sua estrutura narrativa de incorporar novas perspectivas sem gerar rupturas na coesão cultural.

- **Sistemas narrativos normativistas:**

Os sistemas narrativos normativistas configuram os parâmetros a partir dos quais uma sociedade estrutura e delimita o que é aceitável ou inaceitável em termos de comportamento, status e organização social. Essas narrativas estão profundamente enraizadas na estrutura cultural e operam como marcos normativos que orientam a construção de identidades individuais e coletivas, regulam as inte-

rações e estabelecem expectativas sociais sobre a participação em diferentes âmbitos da vida pública e privada.

Diferentemente dos sistemas moralistas, que se concentram na regulação axiológica do que é certo ou errado, os sistemas normativistas estabelecem regras funcionais que organizam a convivência social. Essas narrativas não apenas condicionam a forma como os sujeitos internalizam seu papel dentro da comunidade, mas também moldam a percepção do que é legítimo e do que é desviante, consolidando categorias de inclusão e exclusão no tecido sociocultural. Nesse sentido, o macrosistema narrativo normativista não se limita a impor modelos de conduta, mas configura a estrutura simbólica dentro da qual os indivíduos constroem seu autoconceito e seu senso de pertencimento.

Por exemplo, a percepção do papel do trabalho na sociedade foi narrada de diferentes maneiras ao longo da história. Em sociedades pré-industriais, o trabalho estava ligado à produção de bens para o consumo imediato da comunidade e integrava-se em estruturas de subsistência coletiva. No capitalismo industrial, a narrativa do trabalho transformou-se em uma função de acumulação econômica e especialização produtiva, em que o esforço individual foi ressignificado como critério de progresso pessoal e sucesso social. Na contemporaneidade, a digitalização e a automação geraram novas formas de representação do trabalho, nas quais flexibilidade e inovação adquiriram centralidade no discurso normativo do âmbito laboral. Ainda que a natureza do trabalho tenha mudado, a narrativa que o cerca continua operando como um mecanismo normativo que estrutura a forma como os indivíduos compreendem sua função dentro do sistema produtivo.

Outro exemplo ilustrativo é a evolução das narrativas sobre a educação. Em sociedades tradicionais, o conhecimento era transmitido em grupos fechados e seu acesso era restrito a certos estratos sociais. Com a consolidação da educação formal e a expansão da escolarização em massa, instaurou-se uma narrativa na qual a educação deixou de ser um privilégio para se tornar um direito universal. Essa transformação normativa não apenas reconfigurou o acesso ao conhecimento, mas também instaurou um novo critério de valorização social, no qual a formação acadêmica se tornou um mecanismo legitimador de mobilidade social e status.

Sob a perspectiva da TCCR, o estudo dos sistemas narrativos normativistas permite compreender como as sociedades estruturam seus códigos de interação e como esses marcos normativos não apenas regulam o comportamento individual, mas também delimitam as possibilidades de transformação cultural. A estabilidade do macrosistema normativo não reside em sua rigidez, mas em sua capacidade de manter uma coerência estrutural que permita a integração de novas normas sem desestabilizar o tecido cultural. Nesse sentido, a função do macrosistema normativo é estabelecer um equilíbrio entre continuidade e mudança, assegurando que a evolução social ocorra dentro de parâmetros que garantam a coesão e a funcionalidade do sistema como um todo.

- **Sistemas narrativos juristas:**

Por fim, os sistemas narrativos juristas representam a estruturação simbólica da legalidade, da autoridade e da justiça dentro de uma sociedade, operando

como dispositivos fundamentais na configuração do macrosistema. Diferentemente dos sistemas normativistas, que estabelecem códigos implícitos de conduta social, os sistemas narrativos juristas institucionalizam seus relatos por meio de estruturas formais que codificam, interpretam e aplicam o direito em contextos específicos. Sua função não é apenas estabilizadora, mas também reguladora da legitimidade e da estrutura de poder dentro do tecido sociopolítico.

Esses sistemas narrativos não são estáticos; evoluem em resposta a mudanças socioculturais, tecnológicas e econômicas, o que permite a reconfiguração do conceito de justiça e a reinterpretação dos princípios jurídicos em diferentes momentos históricos. Por exemplo, a narrativa sobre a soberania popular foi uma base fundamental na evolução dos sistemas democráticos modernos. Em sociedades pré-modernas, a autoridade política era narrada como uma extensão do direito divino, em que o poder era concebido como um mandato transcendente e inalterável. Com o surgimento do pensamento iluminista e os processos de secularização, emergiu uma narrativa na qual o poder emana da vontade cidadã, consolidando assim o princípio da soberania popular como eixo estruturante das democracias contemporâneas.

Além disso, a relação entre os sistemas narrativos juristas e os sistemas moralistas é fundamental na articulação do macrosistema. Enquanto os primeiros regulam o comportamento por meio de marcos jurídicos formalizados, os segundos influenciam a aceitação social das leis e sua interpretação. Por exemplo, em diferentes sociedades, a narrativa sobre a pena de morte oscilou entre sua legitimação como mecanismo de justiça retributiva e seu questionamento com base nos princípios dos direitos humanos. Esse fenômeno demonstra como os sistemas juristas devem manter coerência com os sistemas moralistas predominantes dentro do macrosistema, ajustando suas narrativas para preservar a estabilidade cultural e política de uma sociedade.

Sob a perspectiva da TCCR, a análise dos sistemas narrativos juristas permite compreender que o direito não é apenas uma construção normativa, mas uma trama narrativa que define os limites do legal, do legítimo e do socialmente aceitável. Nesse sentido, a estabilidade do macrosistema jurídico não reside na rigidez de suas normas, mas na sua capacidade de se reinterpretar sem perder sua função de regulador da convivência social. Sua evolução é determinada pela interação com outros sistemas narrativos dentro do macrosistema, o que garante sua relevância e aplicabilidade em contextos socioculturais em constante transformação.

Conclusão geral da classificação

A presente proposta de classificação dos sistemas narrativos dentro do Cognossistema, no âmbito da *Teoria Cognossistêmica da Construção Relacional Psicossocial Humana* (TCCR), é concebida como um desenvolvimento teórico essencial para uma compreensão mais aprofundada da estruturação e operatividade do significado na experiência humana, segundo esta teoria psicossocial. Longe de se reduzir a uma categorização rígida, essa classificação se apresenta como um modelo heurístico flexível que permite dissecar a dinâmica dos sistemas narrativos em seus múltiplos níveis de complexidade, abrangendo desde a construção da identidade individual até a conformação das macroestruturas socioculturais. Esse modelo não apenas oferece uma estrutura analítica para o estudo da narrativa como constructo organizador da realidade psicossocial, mas também possibilita entender como os sujeitos, em sua agência discursiva, negociam, reconfiguram e recontextualizam os marcos narrativos que os constituem e nos quais operam.

É fundamental recordar que, sob uma perspectiva cognossistêmica, os sistemas narrativos não existem de forma isolada, mas funcionam dentro de uma ecologia interdependente, onde interação, retroalimentação e transformação são elementos centrais. A coexistência de narrativas intrapessoais, ideológicas, cronológicas, interpessoais, organizacionais e socioculturais evidencia a plasticidade e a profundidade das estruturas narrativas, as quais articulam subjetividade, intersubjetividade e construção da coletividade. Nesse sentido, a narrativa se apresenta não apenas como um dispositivo de estruturação psíquica e social, mas também como um mecanismo de regulação e produção de significados, permitindo aos indivíduos dotar sua experiência de continuidade, coerência e funcionalidade em um ambiente em constante mudança.

Um dos aportes fundamentais desta classificação reside em sua aplicabilidade tanto no campo acadêmico quanto na intervenção profissional. Ao estabelecer um marco conceitual robusto, facilita a sistematização do estudo das narrativas humanas e abre novas possibilidades para o desenho de estratégias de modelagem e ressignificação discursiva em contextos de transformação social. Essa capacidade de intervenção não se limita ao campo das ciências sociais, estendendo-se a espaços interdisciplinares como a educação, a política, a saúde mental e a comunicação, onde a análise e a reconfiguração dos sistemas narrativos podem impactar significativamente a construção de subjetividades mais adaptativas e funcionais.

Esta proposta também convida a uma reflexão sobre a natureza eminentemente dinâmica do Cognossistema. A constante interação entre os diversos níveis narrativos gera fricções, deslocamentos e recomposições que não apenas possibilitam a adaptação dos sujeitos e coletividades, mas também revelam a função estruturante da narrativa na regulação das mudanças sociais. A plasticidade narrativa, nesse contexto, ergue-se como elemento central da resiliência psicossocial, permitindo que os sujeitos reformulem seus marcos interpretativos sem perder a coerência estrutural de sua identidade. Essa flexibilidade não só possibilita a adaptação a novos cenários, mas também permite o surgimento de narrativas alternativas capazes de desafiar e transformar as configurações discursivas estabelecidas, promovendo processos de maior inclusão e diversificação no tecido social e cultural.

Por fim, a classificação dos sistemas narrativos na TCCR não se configura apenas como uma ferramenta analítica para a compreensão da construção do significado na experiência humana, mas também estabelece as bases para o desenvolvimento de novas linhas de pesquisa e metodologias aplicadas. A exploração das interações entre os diferentes sistemas narrativos abre um campo fértil para o desenho de estratégias de análise e ação voltadas à potencialização de dinâmicas psicossociais mais adaptativas, sustentáveis e funcionais ao longo do tempo. Nesse sentido, a teoria reafirma não apenas o papel central da narrativa na configuração da realidade psicossocial, mas também destaca a importância de seu estudo no âmbito das ciências sociais e humanas. Além disso, sua aplicação pode contribuir para o desenvolvimento de metodologias inovadoras na formulação de políticas públicas, no planejamento estratégico e na resolução de conflitos, consolidando assim a narrativa como ferramenta fundamental para a compreensão, gestão e transformação da realidade social contemporânea.

BIBLIOGRAFIA

Adams, R. Dominelli, L. & Payne, M. (2002). *Critical practice in social work*. New York, NY: Palgrave.

Alexander, J. (1982). *Theoretical logic in sociology. Volume two. The antinomies of classical thought: Marx and Durkheim*. Los Ángeles, CA: University of California Press.

Ander-Egg, E. (1993). *Introducción al Trabajo Social.* México, D.F.: Editorial El Ateneo, S.A.

Archer, M. (2009). *Teoría social realista: El enfoque morfogenético*. Santiago, Chile: Ediciones Universidad Alberto Hurtado.

Arnold, M. e Osorio, F. (1998). Introducción a los conceptos básicos de la Teoría General de Sistemas. *Cinta de Moebio de la Facultad de Ciencias Sociales Universidad de Chile*, núm. 3.

Arriaga, E. (2003). La teoría de Niklas Luhmann. *Convergencia. Revista de Ciencias Sociales*, vol. 10, núm. 32.

Aunger, R. (2002*). The electric meme. A new theory of how we think.* New York, NY: Free Press.

Balbi, J. (2004). *La mente narrativa: Hacia una concepción posracionalista de la identidad personal.* Buenos Aires, Argentina: Editorial Paidós SAICF.

Bandura, A. (1999). *Auto-Eficacia: Cómo afrontamos los cambios de la sociedad actual.* Bilbao, España: Desclée de Brouwer

Barrera, E.; Malagón, J. e Sarasola, J. (2009). Estudio sobre la aplicación de la Teoría del Trabajo Social a su práctica diaria. *Cuadernos de Trabajo Social,* Vol. 22, pp. 149-161.

Bateson, G. (1979). *Mind and nature. A necessary unity*. New York, NY: E. P. Dutton.

Bateson, G. (1987). *Steps to an ecology of mind: Collected essays in anthropology, psychiatry, evolution, and epistemology*. Northvale, NJ: Jason Aronson Inc.

Beck, A., Freeman, A., Pretzer, J., Davis, D., Fleming, B., Ottaviani, R., Beck, J., Simón, K., Padesky, C., Meyer, J. e Trexler, L. (2014). *Terapia cognitiva de los trastornos de personalidad.* ePub: Lectulandia.

Beck, A., Rush, J., Shaw, B., e Emery, G. (2010). *Terapia cognitiva de la depresión. 19ª Edición.* Bilbao, España: Editorial Desclée de Brower, S.A.

Beck, J. (2006). *Terapia cognitiva. Conceptos básicos y profundización.* Barcelona, España: Editorial Gedisa, S.A.

Berger, P. e Luckmann, T. (2003). *La construcción social de la realidad.* Buenos Aires, Argentina: Amorrortu Editores, S.A.

Bertalanffy, L. (1989). *Teoría general de los sistemas. Fundamentos, desarrollo, aplicaciones*.

México D.F.: Fondo de Cultura Económica.
Blackmore, S. (2000). *La máquina de los memes.* Barcelona, España: Ediciones Paidós, S.A.
Blumer, H. (1982). *El interaccionismo simbólico: Perspectiva y método*. Barcelona, España: HORA, S.A.
Bowlby, J. (2009). *Una base segura: Aplicaciones clínicas de una teoría del apego.* Buenos Aires, Argentina: Paidós.
Bronfenbrenner, U. (1987). *La ecología del desarrollo humano. Experimentos en entornos naturales y diseñados.* Barcelona, España: Ediciones Paidós Ibérica, S.A.
Brueggemann, W. (2014). *The practice of macro social work.* Belmont, CA: Brooks/Col.
Bruner, J. (1991). *Actos de significado: Más allá de la revolución cognitiva.* Madrid, España: Alianza Editorial, S.A.
Bruner, J. (1996). *Realidad mental y mundos posibles: Los actos de la imaginación que dan sentido a la experiencia.* Barcelona, España: Editorial Gedisa, S.A.
Bruner, J. (1997). *La educación, puerta de la cultura.* Madrid, España: Machado Grupo de Distribución, S.L.
Bruner, J. (2003). *La fábrica de historias: Derecho, literatura, vida.* Buenos Aires, Argentina: Fondo de Cultura Económica de Argentina, S.A.
Burns, D. (2000). *Feeling Good: The new mood therapy.* New York, NY: Quill.
Butler, J. (2007). *El género en disputa. El feminismo y la subversión de la identidad.* Barcelona, España: Ediciones Paidós S.A.
Butt, D., Fahey, R., Spinks, S. & Yallop, C. (2000). *Using functional grammar: An explorer's guide.* Sydney, Australia: Macquarie University.
Caballo, V. (2007). *Manual para el tratamiento cognitivo-conductual de los trastornos psicológicos. Vol. 1: Trastornos por ansiedad sexuales, afectivos y psicóticos.* Madrid, España: Siglo XXI de España Editores, S. A.
Cáceres, A. (2018). Verdad y Método. El lenguaje como experiencia humana en la conciencia de la historia y en el arte poético: Hans Georg Gadamer. *Pensamiento*, Vol. 74, núm. 282, pp. 963-977.
Castro, M., Chávez, J. e Vásquez, S. (2014). *Epistemología y trabajo social. Tomo II.* Sinaloa, México: Editorial SHAAD.
Cayoun, B. (2014). *Terapia cognitivo-conductual con mindfulness integrado. Principios y práctica.* Bilbao, España: Editorial Desclée De Brouwer, S.A.
Christie, F. (2002). *Classroom discourse analysis. A functional perspective.* New York, NY: Continuum International Publishing Group.
Collins, P. e Bilge, S. (2019). *Interseccionalidad.* Madrid, España: Ediciones Morata, S.L.
Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum,* (1), pp. 139–167.
Davis, A. (2018). *Mujeres, raza y clase.* Epublibre.
Dawkins, R. (1993). *El gen egoísta. Las bases biológicas de nuestra conducta.* Barcelona, España: Salvat Editores, S.A.
Derrida, J. (1973). *Speech and phenomena.* Evanston, IL: Northwestern University Press.
Derrida, J. (1978). *Writing and difference.* Chicago, IL: University of Chicago Press.
Derrida, J. (1982). *Margins of philosophy.* Brighton, UK: The Harvester Press.
Derrida, J. (1986). *De la gramatología.* México, D.F.: Edición Siglo XXI, S.A.
Di Carlo, E. (1997). El paradigma humanista como sustancia del trabajo social: El trabajo

social y el paradigma humanista dialéctico. *Alternativas: Cuadernos de Trabajo Social*, Nº. 5, pp. 281-311

Díaz, J. (2006). Naturaleza y especificidad del Trabajo Social: Un desafío pendiente de resolver. Reflexiones para el debate. *Katálysis* v. 9 n. 2 jul./dez. Florianópolis SC, pp. 217-226

Didonna, F. (2016). *Manual clínico de mindfulness.* Bilbao, España: Editorial Desclée de Brouwer, S.A.

Distin, K. (2005). *El meme egoísta.* Barcelona, España: Ediciones de Intervención Cultural/Biblioteca Buridán.

Durkheim, E. (2001). *Las reglas del método sociológico.* México D.F.: Fondo de Cultura Económica.

Durkheim, E. (2007). *La división del trabajo social.* México D.F.: Colofón, S.A.

Durkheim, E. (2012). *El suicidio. Un estudio de sociología.* Madrid, España: Ediciones Akal, S.A.

Eggins, S. (2004). *An introduction to systemic functional linguistics.* New York, NY: Continuum International Publishing Group.

Ellis, A., Caballo, V. e Lega, L. (1997). *Teoría y práctica de la terapia racional emotivo-conductual.* Madrid, España: Siglo XXI de España Editores, S. A.

Epícteto (2018). *Enquiridión. Manual de vida.* Islas Baleares, España: Textos.info. Biblioteca digital abierta

Fairclough, N. (2006). *Discourse and social change.* Maiden, MA: Polity Press.

Fantova, F. (2009). Algunas notas sobre la identidad profesional en el trabajo social. *Aportación para el panel sobre "Nuestra identidad profesional como proceso dinámico y relato coral" en el XI Congreso Estatal de Trabajo Social,* Zaragoza, España. Rescatado de: https://www.fantova.net/download/algunas-notas-sobre-la-identidad-profesional-en-el-trabajo-social-2009/

Festinger, L. (1962). *A theory of cognitive dissonance.* Stanford, CA: Stanford University Press.

Finlay, L. (2009). Debating phenomenological research methods. *Phenomenology & Practice*, 3(1), pp. 6-25.

Foerster, H. (2003). *Understanding understanding: Essays on cybernetics and cognition*. New York, NY: Springer, Inc.

Foucault, M. (1980). *Power/Knowledge: Selected interviews and other writings, 1972-1977*. New York, NY: Pantheon Books.

Foucault, M. (1984). *La ética del cuidado de sí como práctica de la libertad*. Entrevista con H. Becker, R. Fornet-Betancourt, A. Gomez-Muller del 20 de enero de 1984.

Foucault, M. (1991a). *El sujeto y el poder*. Bogota, Colombia: CARPE DIEM Ediciones.

Foucault, M. (1991b). *Governmentality*. En G. Burchell, C. Gordon, & P. Miller (Eds.), *The Foucault Effect: Studies in Governmentality* (pp. 87-104). University of Chicago Press.

Foucault, M. (1995). *Discipline and punish. The birth of the prison.* New York, NY: Vintage Books Edition.

Foucault, M. (2001). *El nacimiento de la clínica. Una arqueología de la mirada médica*. México, D.F.: Siglo Veintiuno Editores, S.A.

Foucault, M. (2002). *La arqueología del saber*. Buenos Aires, Argentina: Siglo Veintiuno Editores Argentina, S.A.

Foucault, M. (2003). *Vigilar y castigar. Nacimiento de la prisión*. Buenos Aires, Argentina: Siglo Veintiuno Editores Argentina, S.A.

Foucault, M. (2004). *Nitzsche, la genealogía, la historia*. Valencia, España: Pre-Textos S.G.E.

Foucault, M. (2007). *Historia de la sexualidad 1. La voluntad de saber*. México, D.F.: Siglo Veintiuno Editores S.A de C.V.

Foucault, M. (2009). *Historia de la sexualidad 2. El uso de los placeres*. México, D.F.: Siglo Veintiuno Editores S.A de C.V.

Foucault, M. (2012). *El poder, una bestia magnífica. Sobre el poder, la prisión y la vida*. Buenos Aires, Argentina: Siglo Veintiuno Editores Argentina, S.A.

Francis, A. (2014). *Social work in mental health: Contexts and theories for practice.* New Delhi, India: Sage Publications India Pvt Ltd.

Gadamer, H. (2004). *Truth and method.* New York, NY: Continuum.

Gergen, K. J. (1985). The social constructionist movement in modern psychology. *American Psychologist,* 40(3), pp. 266-275.

Gergen, K. J. (2007). *Construccionismo social. Aportes para el debate y la práctica.* Bogotá, Colombia: Ediciones Uniandes.

Geyer, F., & Van der Zouwen, J. (2001). *Sociocybernetics.* Westport, CT: Greenwood Publishing Group, Inc.

Giddens, A. (1995). *La construcción de la sociedad.* Buenos Aires, Argentina: Amorrortu Editores, S.A.

Giddens, A. (1996). *The consequences of modernity.* Oxford, UK: Polity Press.

Glasersfeld, E. (1995). *Radical constructivism: A way of knowing and learning.* London, UK: The Falmer Press.

Gonçalves, O. (2002). *Psicoterapia cognitiva narrativa: Manual de terapia breve.* Bilbao, España: Editorial Desclée De Brouwer, S. A.

González-Saibene, A. (2021). El impacto de las producciones filosóficas y teórico/epistemológicas en la constitución de la disciplina. *Propuestas Críticas en Trabajo Social - Critical Proposals in Social Work* 1(1), pp. 101-122. DOI: 10.5354/2735-6620.2021.61238

Gramsci, A. (1981a). *Cuadernos de la cárcel. Tomo 1.* México D.F.: Ediciones Era, S.A.

Gramsci, A. (1981b). *Cuadernos de la cárcel. Tomo 2.* México D.F.: Ediciones Era, S.A.

Gramsci, A. (1984). *Cuadernos de la cárcel. Tomo 3.* México D.F.: Ediciones Era, S.A.

Gramsci, A. (1986). *Cuadernos de la cárcel. Tomo 4.* México D.F.: Ediciones Era, S.A.

Gramsci, A. (1999). *Cuadernos de la cárcel. Tomo 5.* México D.F.: Ediciones Era, S.A.

Grossman, P., Niemann, L., Schmidt, S., & Walach, H. (2004). Mindfulness-based stress reduction and health benefits: A meta-analysis. *Journal of Psychosomatic Research, 57*(1), pp. 35-43.

Guidano, V. (1994). *El sí-mismo en proceso: Hacia una terapia cognitiva posracionalista*. Barcelona, España: Ediciones Paidós Ibérica, S.A.

Guidano, V. (2018). *El modelo cognitivo postracionalista. Hacia una reconceptualización teórica y critica.* Bilbao, España: Editorial Desclee De Brouwer.

Habermas, J. (1999). *Teoría de la acción comunicativa, I. Racionalidad de la acción y racionalización social*. Bogotá, Colombia.: Ediciones Taurus, S.A.

Hall, S. (2003). *Representation.* London, UK: SAGE Publications Ltd.

Halliday, M. (1978). *Language as social semiotic. The social interpretation of langiage and meaning.* London, UK: Edward Arnold.

Halliday, M. (2003). *On language and linguistics.* New York, NY: Continuum International Publishing Group.

Halliday, M. & Matthiessen, C. (2014). *Halliday's introduction to funtional grammar.* New York, NY: Routledge, Taylor & Francis Group.

Hayes, N., O'Toole, L. & Halpenny, A. (2017). *Introducing Bronfenbrenner: A guide for practitioners and students in early years education.* New York, NY: Routledge, Taylor & Francis Group.

Hayes, S., Strosahl, K. & Wilson, K. (2003). *Acceptance and commitment therapy: An experiential approach to behavior change.* New York, NY: The Guilford Press.

Heidegger, M. (1993). *El ser y el tiempo.* México D.F.: Fondo de Cultura Económica S.A.

Heidegger, M. (2003). *Aportes a la filosofía: Acerca del evento.* Buenos Aires, Argentina: Editorial Almagesto.

Hernández, N. (2014). *Manual de psicoterapia cognitivo-conductual: Fundamentos teóricos y aplicaciones clínicas.* Almería, España: Editorial Círculo Rojo.

Hicks, S. (2016). Theory and social work: A conceptual review of the literature. *International Journal of Social Welfare,* 25(4), pp. 399-414. https://doi.org/10.1111/ijsw.12215

Hills, M. (2005). *Fan cultures.* New York, NY: Taylor & Francis e-Library.

Hofmann, S., Asmundson, G., & Beck, A. (2013). The science of cognitive therapy. *Behavior Therapy, 44*(2), pp. 199-212.

Hölscher, D., Hugman, R. & McAuliffe, D. (2023). *Social work theory and ethics. Ideas in practice.* Singapur, Gateway east: Springer Nature Singapore Pte Ltd.

Husserl, E. (1988). *Las conferencias de París. Introducción a la fenomenología trascendental.* México, D.F.: Universidad Autónoma de México.

Husserl, E. (2002). *Lecciones para una fenomenología de la conciencia interna del tiempo.* Madrid, España: Editorial Trotta S.A.

Husserl, E. (2005). *Ideas relativas a una fenomenología pura y una filosofía fenomenológica.* México, D.F.: Fondo de Cultura Económica S.A.

Husserl, E. (2012). *Las conferencias de Londres. Método y filosofía fenomenológicos.* Salamanca, España: Ediciones Sígueme S.A.U.

Innis, H. (1991). *The bias of communication*. Toronto, Canada: University of Toronto Press.

Jenkins, H. (2009). *Fans, blogueros y videojuegos: La cultura de la colaboración.* Barcelona, España: Ediciones Paidós Ibérica, S.A.

Jost, J. (2006). The end of the end of ideology. *American Psychologist,* 61(7), pp. 651-670.

Kearney, R. (2002). *On stories.* London, UK: Routledge, Taylor & Francis e-Library.

Kellner, D. (2003). *Media culture: Cultural studies, identity and politics between the modern and the postmodern.* New York, NY: Taylor & Francis e-Library.

Kien, G. (2019). *Communicating with memes: Consequences in post-truth civilization*. London, UK: Lexington Books.

Lambruschi, F. e Lenzi, S. (2008). La técnica de la moviola como método de reelaboración de las narrativas autobiográficas. *Revista de Psicoterapia*, Vol. 19, Nº 74/75, pp. 153-185.

León, A. e Tamayo, D. (2011). La psicoterapia cognitiva posracionalista: Un modelo de intervención centrado en el proceso de construcción de la identidad. *Katharsis: Revista de Ciencias Sociales,* Nº 12, pp. 37-58.

Lewin, K. (1951). *Field theory in social science: Selected theoretical papers.* New York, NY:

Harper & Brothers.
Linehan, M. (1993). *Cognitive-behavioral treatment of borderline personality disorder*. New York, NY: The Guilford Press.
Luhmann, N. (1998). *Sistemas sociales. Lineamientos para una teoría general.* Barcelona, España: Anthropos Editorial.
Lynch, A. (1996). *Thought contagion. How belief spreads through society*. New York, NY: Basic Books.
Magnani, L. & Bertolotti, T. (2017). *Springer handbook of model-based science.* Trento, Italia: Springer International Publishing AG.
Marx, K. (2008a). *Contribución a la crítica de la economía política.* Madrid, España: Siglo XXI Editores, S.A.
Marx, K. (2008b). *Capital: Crítica de la economía política. Volumen 1.* México D.F.: Siglo XXI Editores, S.A.
Maturana, H. e Varela, F. (1997). *De máquinas y seres vivos. Autopoiesis: La organización de lo vivo.* Santiago, Chile: Editorial Universitaria, S.A.
Maturana, H. e Varela, F. (2003). *El árbol del conocimiento. Las bases biológicas del entendimiento humano.* Buenos Aires, Argentina: Editorial Lumen, SRL.
Mead, G. (2009). *Espíritu, persona y sociedad. Desde el punto de vista del conductismo social.* Barcelona, España: Editorial Paidós, S.A.
Meichenbaum, D. (1977). *Cognitive-Behavior Modification: An Integrative Approach*. New York, NY: Springer Science+Business Media, LLC.
Meichenbaum, D. (1985). *Stress Inoculation Training*. New York, NY: Pergamon Press.
Merleau-Ponty, M. (1993). *Fenomenología de la percepción.* Barcelona, España: Editorial Planeta-De Agostini, S.A.
Merleau-Ponty, M. (2002). *El mundo de la percepción.* México D.F.: Fondo de Cultura Económica S.A.
Merton, R. (2002). *Teoría y estructura sociales.* México D.F.: Fondo de Cultura Económica.
Miller, J. (1978). *Living systems.* New York, NY: McGraw-Hill, Inc.
Minuchin, S. (2004). *Familias y terapia familiar.* México D.F.: Editorial Gedisa, S.A.
Moore, C., Viljoen, H. & Meyer, W. (2017). *Personologya: From individual to ecosystem.* Cape Town, South Africa: Pearson South Africa (Pty) Ltd.
Moran, D. (2000). *Introduction to phenomenology*. London, UK: Routledge.
NASW (2017). *Code of ethics of the National Associationof Social Workers.* Washington, D.C.: NASW Delegate Assembly.
Nussbaum, M. (2011). *Creating capabilities: The human development approach.* Cambridge, MA: Harvard University Press.
Offe, C. (1984). *Contradictions of the welfare state*. London, UK.: Hutchinson & Co. Publishers, Ltd.
Ow, R. & Poon, A. (2020). *Mental health and social work.* Gateway East, Singapore: Springer Nature Singapore Pte Ltd.
Parsons, T. (1966). *El sistema social.* Madrid, España: Editorial Revista de Occidente, S.A.
Parton, N. (2002). *Social theory, social change and social work.* New York, NY: Taylor & Francis e-Library.
Pavlov, I. (1997). *Los reflejos condicionados: Lecciones sobre la función de los grandes hemisferios.* Madrid, España: Ediciones Morata, S. L.
Pawar, M. (2021). *COVID-19 pandemic. Impact on and implications for community and*

social development. New Delhi, India: SAGE Publications India Pvt Ltd.
Payne, M. (1995). *Teorías contemporáneas del trabajo social. Una introducción crítica*. Barcelona, España: Editorial Paidós, SAICF.
Peterson, R. & Evans, M. (2021). *Discovering theory in clinical practice. A casebook for clinical counseling and social work practice.* Cham, Switzerland: Springer Nature Switzerland AG.
Piaget, J. (2003). *El nacimiento de la inteligencia en el niño.* Barcelona, España: Crítica.
Piaget, J. e Inhelder, B. (1997). *Psicología del niño.* Madrid, España: Ediciones Morata, S.A.
Prigogine, I. (1997). *The end of certainty. Time, chaos, and the new laws of nature.* New York, NY: The Free Press.
Prigogine, I. & Stengers, I. (1984). *Order out of chaos: Man's new dialogue with nature.* New York, NY: Bantam Books, Inc.
Prochaska, J. & DiClemente, C. (1983). Stages and processes of self-change of smoking: Toward an integrative model of change. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 51(3), pp. 390-395.
Ricoeur, P. (2016). *Hermeneutics and the human sciences.* New York, NY: Cambridge University Press.
Rodó-Zárate, M. (2021). *Interseccionalidad: Desigualdades, lugares y emociones.* Manresa, España: Ediciones Bellaterra.
Ruiz, M., Díaz, M., e Villalobos, A. (2012). *Manual de técnicas de intervención cognitivo conductuales.* Bilbao, España: Desclée De Brouwer, S.A.
Sartre, J. (1993). *El ser y la nada. Ensayo de ontología fenomenológica*. Buenos Aires, Argentina: Editorial Losada, S.A.
Schirmer, W. & Michailakis, D. (2019). *Systems theory for social work and the helping professions.* New York, NY: Routledge, Taylor & Francis Books.
Schütz, A. (1972). *Fenomenología del mundo social*. Buenos Aires, Argentina: Paidós.
Schütz, A. (1974). *Estudios sobre teoría social*. Buenos Aires, Argentina: Amorrortu editores, S.A.
Schütz, A. (2003). *El problema de la realidad social*. Bueno Aires, Argentina: Amorrortu editores, S.A.
Schütz, A. e Luckmann, T. (2001). *Las estructuras del mundo de la vida*. Buenos Aires, Argentina: Amorrortu editores, S.A.
Segal, Z., Williams, J. e Teasdale, J. (2008). *Terapia cognitiva de la depresión basada en la consciencia plena: Un nuevo abordaje para la prevención de las recaídas.* Bilbao, España: Editorial Desclée de Brouwer, S.A.
Segura, C. (2007). *Heidegger y la metafísica. Análisis críticos.* Madrid, España: Publidisa.
Sen, A. (2000). *Development as freedom.* New York, NY: Alfred A. Knopf, INC.
Sen, A. (2009). *The idea of justice.* Cambridge, MA: Harvard University Press.
Senge, P. (2010). *La quinta disciplina: El arte y la práctica de la organización abierta al aprendizaje.* Buenos Aires, Argentina: Ediciones Granica, S.A.
Skinner, B. (2014). *Science and human behavior.* Cambridge, MA: The B. F. Skinner Foundation.
Solà, P. (2024, 26 de junio). *Fabiel Frankel, víctima del odio que despierta su personaje en 'La casa del dragón'.* La Vanguardia. Rescatada de: https://www.lavanguardia.com/series/hbo/20240626/9761896/la-casa-del-dragon-actor-fabien-frankel-recibe-odio-papel-criston-cole.html

Sztompka, P. (1995). *Sociología del cambio social.* Madrid, España: Alianza Editorial, S.A.

Tajfel, H. & Turner, J. (2004). The social identity theory of intergroup behavior. In J. T. Jost & J. Sidanius (Eds.), *Political psychology: Key readings* (pp. 276–293). Psychology Press. https://doi.org/10.4324/9780203505984-16

Teater, B. e Hannan, K. (2021). ¿Dónde está lo "social" en Trabajo Social? Un análisis del uso de la teoría en la intervención de trabajadoras/es sociales. *Propuestas Críticas en Trabajo Social–Critical Proposals in Social Work* 1(1), pp. 123-145.

Teubner, G. (1993). *Law as an autopoietic system*. Oxford, UK.: Blackwell Publishers.

Tharp, R. (2012). *Delta theory and psychosocial systems: The practice of influence and change.* New York, NY: Cambridge University Press.

Thompson, G. (2014). *Introducing functional grammar.* New York, NY: Routledge, Taylor & Francis Group.

Thompson, N. (2002). *People skills*. New York, NY: Palgrave Macmillan.

Vílchez, R., Seña, Y. e Parra, Y. (2018). *Enfoques, teorías y perspectivas del trabajo social y sus programas académicos.* Sincelejo, Colombia: Editorial CECAR.

Viscarret, J. (2014). *Modelos y métodos de intervención en Trabajo Social.* Madrid, España: Alianza Editorial.

Viveros, M. (2023). *Interseccionalidad: Giro decolonial y comunitario.* Buenos Aires, Argentina: CLACSO.

Vygotsky, L. (1973). *Pensamiento y lenguaje.* Buenos Aires, Argentina: Editorial la Pléyade.

Vygotsky, L. (2009). *El desarrollo de los procesos psicológicos superiores.* Barcelona, España: Editorial Crítica, S.L.

Watzlawick, P., Beavin, J. e Jackson, D. (1985). *Teoría de la comunicación humana. Interacciones, patologías y paradojas.* Barcelona, España: Editorial Herder, S.A.

Weber, M. (2002). *Economía y sociedad.* Madrid, España: Fondo de Cultura Económica S.A.

White, M. (2016). *Mapas de la práctica narrativa.* Santiago, Chile: PRANAS Chile Ediciones.

White, M. e Epston, D. (1993). *Medios narrativos para fines terapéuticos.* Barcelona, España: Ediciones Paidós Ibérica, S.A.

Wilchins, R. (2019). *Gender norms & intersectionality: Connecting race, class & gender.* Lanham, MD: Rowman & Littlefield International Ltd.

Willke, H. (2006). La transformación de la democracia como modelo de orientación de las sociedades complejas. *Estudios públicos,* ISSN-e 0716-1115, Nº. 102, pp. 179-201.

Willke, H. (2016). Formas de autoorientación de la sociedad. *Revista Mad. Revista del Magíster en Análisis Sistémico Aplicado a la Sociedad*, núm. 34, pp. 1-35.

Young, J., Klosko, J. & Weishaar, M. (2003). *Schema therapy: A practitioner's guide.* New York, NY: The Guilford Press.

Zabala, M. e Fundora, G. (2022). *Interseccionalidad, equidad y políticas sociales.* Habana, Cuba: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales FLACSO.